PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA IGR CAMINHOS GERAIS



1° Projeto de Estruturação e Fortalecimento das IGRs de Minas Gerais



2026 | Minas Gerais



circuito turístico caminhos gerais

Realização: FECITUR Federação das IGRs de Minas Gerais

CODEMGE Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais

MINAS É PRA FRENTE

CULTURA E TURISMO GOVERNO DE MINAS

Sumário

INTRODUÇÃO 7
A. Objetivo geral 10
B. Objetivos específicos 10
C. Questões estratégicas orientadoras 10
D. Abrangência do planejamento 11
E. MISSÃO, VISÃO E VALORES da IGR Caminhos Gerais 13
CAPÍTULO 1 — METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO 15
1.1 Abordagem metodológica 16
1.2 Etapas de elaboração 18
1.3 Monitoramento e atualização 26
CAPÍTULO 2 — CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E TERRITORIAL DA IGR CAMINHOS GERAIS 28
2.1 A formação histórica do Sul Mineiro 28
2.2 Os municípios da IGR Caminhos Gerais 44
2.3 Andradas 54
2.4 Botelhos 59
2.5 Cabo Verde 62
2.6 Caldas 67
2.7 Campestre 72
2.8 Carvalhópolis 76
2.9 Ibitiúra de Minas 82
2.10 Ipuiúna 87
2.11 Machado 94
2.12 Monte Belo 102
2.13 Poço Fundo 104
2.14 Poços de Caldas 110
2.15 Santa Rita de Caldas 117
2.16 São João da Mata 120
CAPÍTULO 3 — CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, AMBIENTAL E CULTURAL DA IGR CAMINHOS GERAIS 126
3.1 Caracterização Demográfica da IGR Caminhos Gerais 126
3.2 Extensão Territorial e Distribuição Espacial dos Municípios 129
3.3 Densidade Demográfica e Grau de Urbanização 130
3.4 Síntese das Implicações Territoriais e Demográficas para o Turismo 133
3.5 Estrutura Econômica e Composição do Valor Adicionado Bruto 134
3.6 Distribuição Econômica entre os Municípios 137
3.7 Participação dos Setores Econômicos e Especializações Municipais 139
3.8 Implicações da Estrutura Econômica para o Desenvolvimento Turístico Regional 143
3.9 PIB per capita e diferenças econômicas municipais 145

3.10 Caracterização Ambiental e Recursos Hídricos 147
3.11 Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos 149
3.12 Patrimônio Histórico-Cultural e Bens Protegidos 157
3.13 Bens culturais protegidos por tombamento 159
3.14 Bens culturais protegidos por registro 163
3.15 Patrimônio cultural e desenvolvimento turístico regional 171
CAPÍTULO 4 – ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA DO TURISMO DA IGR CAMINHOS GERAIS 174
4.1 Inserção Territorial e Composição da IGR Caminhos Gerais 175
4.2 Constituição, Identificação e Organização da Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais 179
4.3 Estrutura Organizacional e Representatividade Regional 180
4.4 Fortalecimento Institucional, Articulações Estratégicas e Conquistas da IGR 182
4.5 Institucionalização do Turismo nos Municípios Integrantes da IGR Caminhos Gerais .. 184
4.6 Governança Municipal e Conselhos Municipais de Turismo 186
4.7 Instrumentos Municipais de Planejamento Turístico 188
4.8 Recursos Orçamentários das Pastas Municipais de Turismo 193
4.9 Análise Integrada da Governança e da Capacidade Institucional Regional 196
CAPÍTULO 5 - DIMENSÃO ECONÔMICA DO TURISMO NA IGR CAMINHOS GERAIS ... 200
5.1 Caracterização Econômica do Turismo Regional 200
5.2 Composição das Atividades Econômicas Associadas ao Turismo 202
5.3 Análise Sintética da Dimensão Econômica Regional 208
CAPÍTULO 6 - INFRAESTRUTURA DE APOIO E INFRAESTRUTURA TURÍSTICA 212
6.1 Acessibilidade Territorial e Malha Rodoviária 213
6.2 Transporte Rodoviário de Passageiros e Mobilidade Regional 223
6.3 Acessibilidade Aérea e Aeroportos de Referência 235
6.4 Segurança pública 237
6.5 Corpo de Bombeiros 238
6.6 Defesa Civil 240
6.7 Guarda Municipal 241
6.8 Polícia Militar 242
6.9 Polícia Civil 242
6.10 Saúde 244
6.11 Conectividade e Serviços Básicos de Apoio 246
6.12 Telefonia móvel e acesso à internet 246
6.13 Serviços básicos de apoio aos deslocamentos 247
6.14 Infraestrutura Turística (Serviços Turísticos) 250
6.15 Meios de Hospedagem 253
6.16 Metodologia de levantamento e critérios de caracterização 254
6.16A. Tipologia dos meios de hospedagem 254
6.16B. Padrão aparente dos meios de hospedagem 256

6.16C. Perfil predominante de demanda atendida 257
6.17 Considerações sobre o levantamento 259
6.18 Análise regional dos meios de hospedagem 272
6.19 Serviços de Alimentação e Bebidas (A&B) 277
6.20 Análise Regional dos Serviços de Alimentação e Bebidas 310
6.21 Guias de Turismo, Agências de Receptivo Turístico, Operadores de Atividades Turísticas e Condutores de Turismo. 315
6.22 Guias de Turismo 317
6.23 Operadores e Prestadores de Atividades de Turismo de Aventura e Natureza 321
CAPÍTULO 7 - MAPEAMENTO DOS ATRATIVOS, EXPERIÊNCIAS, ROTAS E EVENTOS TURÍSTICOS 330
7.1 Levantamento dos Atrativos Turísticos Naturais, Históricos, Culturais e Religiosos 334
7.2 Atrativos Históricos, Culturais e Religiosos 336
7.3 Considerações sobre os atrativos históricos, culturais e religiosos 346
7.4 Atrativos Naturais e Paisagísticos 347
7.5 Considerações sobre os Atrativos Naturais e Paisagísticos 354
7.6 Levantamento das Experiências Turísticas e Produção Associada ao Turismo 356
7.7 Possibilidades de Desenvolvimento das Experiências Turísticas e da Produção Associada ao Turismo 377
7.8 Levantamento das Rotas, Roteiros e Caminhos Turísticos 382
7.9 Roteiros de Turismo Rural formatados em Poços de Caldas e região 389
7.10 Considerações sobre as Rotas, Roteiros e Caminhos Turísticos 390
7.11 Levantamento dos Eventos Turísticos, Manifestações Culturais e Tradições Gastronômicas 392
7.12 Eventos Turísticos e Manifestações Culturais 395
7.13 Considerações sobre os Eventos Turísticos e Manifestações Culturais 406
7.14 Tradições Gastronômicas e Saberes Culinários 410
CAPÍTULO 8 - ANÁLISE DA OFERTA TURÍSTICA E POTENCIALIDADES REGIONAIS 414
8.1 Caracterização da Oferta Turística Regional 415
8.2 Diversidade e Distribuição Territorial da Oferta Turística 418
8.3 Principais Vocações e Potencialidades Turísticas Regionais 422
8.4 Turismo de Natureza, Paisagístico e de Aventura 423
8.5 Turismo Histórico, Cultural e Religioso 424
8.6 Turismo Rural, Gastronômico e de Experiência 426
8.7 Turismo de Saúde, Bem-Estar e Águas Termais 429
8.8 Turismo de Eventos e Manifestações Culturais 430
8.9 Estruturação da Oferta e Condições de Atendimento ao Visitante 431
8.10 Integração Regional por Meio de Rotas, Roteiros e Experiências 433
8.11 Principais Lacunas e Desafios Identificados 436
8.12 Oportunidades Estratégicas para o Desenvolvimento Regional 438
8.13 Síntese da Análise da Oferta Turística Regional 439

CAPÍTULO 9 - LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES JUNTO AOS ATORES DO TURISMO 440
9.1 Diagnóstico Municipal – Análise dos Resultados 442
9.2 Gestão Pública e Governança do Turismo 443
9.3 Valor aproximado do orçamento anual destinado ao turismo 447
9.4 Planejamento e Políticas Públicas 456
9.5 Infraestrutura Turística 463
9.6 Identidade, Vocação e Produtos Turísticos 471
9.7 Demanda Turística 484
9.8 Prioridades e Investimentos 488
9.9 A IGR Caminhos Gerais, Identidade Territorial e Posicionamento 491
9.10 Visão de Futuro 510
9.11 Diagnóstico Guias de Turismo, Receptivos e Operadores de Atividades Turísticas 520
9.11.1 Informações gerais 521
9.11.2 Perfil de atuação 524
9.11.3 Comercialização 529
9.11.4 Produtos Comercializados 535
9.11.5 Perfil dos Visitantes 539
9.11.6 Economia e Comissionamento 546
9.11.7 Operação Turística 552
9.11.8 Percepção dos Turistas 555
9.11.9 Relação entre os profissionais e a IGR Caminhos Gerais 557
9.11.10 Ampliação da oferta turística, o fortalecimento dos municípios e a integração regional 561
CAPÍTULO 10 - MAPEAMENTO DE PRODUTOS, PROGRAMAS E SERVIÇOS DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS 567
CAPÍTULO 11 - Matriz SWOT — Fatores internos e externos 576
11.1 Matriz SWOT Cruzada — Formulação das Estratégias 581
11.2 Estratégias FO - Como utilizar nossas forças para aproveitar as oportunidades? 581
11.3 Estratégias FA - Como utilizar nossas forças para minimizar o impacto das ameaças? 584
11.4 Estratégias DO - Que ações práticas podem mitigar nossas fraquezas para que não bloqueiem as oportunidades? 586
11.5 Estratégias DA - Como reduzir as fraquezas que podem aumentar nossa exposição às ameaças? 589
11.6 Consolidação das possibilidades de ação decorrentes da SWOT 590
11.7 Critérios para a definição das prioridades 593
11.8 Síntese da Análise SWOT Cruzada 594
CAPÍTULO 12 - DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO DA IGR CAMINHOS GERAIS 597
12.1 Definição das prioridades estratégicas para a atuação regional 598
12.2 Projetos Estruturantes Prioritários 600
12.3 Quadro dos projetos estruturantes 601

12.4 Diretrizes para a execução dos projetos 602
Projeto 1 – Observatório Regional do Turismo 602
Projeto 2 – Organização, Criação e Estruturação de Produtos Turísticos Regionais 603
Projeto 3 – Promoção e Comercialização Turística Regional 603
12.5 Referências turísticas representativas dos municípios 603
12.6 Segmentos turísticos prioritários 605
12.7 Critérios de priorização 606
12.8 Segmentos complementares 607
12.9 Direcionamento para a atuação regional 607
12.10 Identificação e classificação dos destinos indutores 608
12.11 Critérios para a identificação dos destinos indutores 608
12.12 Posicionamento estratégico da IGR Caminhos Gerais 611
12.13 Posicionamento turístico regional 612
12.14 Posicionamento institucional da IGR 613
12.15 Diretrizes para Consolidação do Posicionamento 613
CAPÍTULO 13 - PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO DA IGR CAMINHOS GERAIS 616
13.1 Ano 1 — Organização e Preparação 620
ANO 1 — Organização e Preparação 621
13.2 Ano 2 — Implantação e Primeiras Entregas 628
ANO 2 — Implantação e Primeiras Entregas 629
13.3 Ano 3 — Ampliação e Aperfeiçoamento 635
ANO 3 — Ampliação e Aperfeiçoamento 636
13.4 Ano 4 — Consolidação e Continuidade 642
ANO 4 — Consolidação e Continuidade 643
13.5 Condições de Execução e Continuidade 648
CAPÍTULO 14 - PAINEL DE INDICADORES (KPIs) E MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 650
14.1 Indicadores de Desempenho do Planejamento 650
14.2 Estrutura do Painel de Monitoramento 651
14.3 Sistemática de Acompanhamento 652
14.4 Avaliação e Revisão do Planejamento 653
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS 655
16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 659
FICHA TÉCNICA DA IGR CAMINHOS GERAIS 693

INTRODUÇÃO

O Planejamento Estratégico Regional do Turismo da Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais integra o Projeto de Estruturação e Fortalecimento das IGRs de Minas Gerais, iniciativa do Governo de Minas Gerais desenvolvida por meio do Convênio de Saída nº 11.954/2025, firmado entre a Federação das Instâncias de Governança de Minas Gerais (FECITUR) e a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE), com interveniência da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT-MG). Para a elaboração do planejamento, a FECITUR contratou a Agência Mineira de Entretenimento Ltda., CNPJ nº 11.748.198/0001-02, responsável pelos estudos, diagnósticos e demais atividades técnicas voltados à caracterização da atividade turística, à identificação das potencialidades regionais e à formulação de estratégias para o desenvolvimento do setor.

A abrangência territorial do estudo compreende os 14 municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais, localizada no Sul de Minas Gerais. São eles Andradas, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Carvalhópolis, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna, Machado, Monte Belo, Poço Fundo, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas e São João da Mata. A análise considera as particularidades históricas, culturais, ambientais, econômicas e institucionais dessas localidades, as diferenças nas condições de estruturação da atividade turística e as possibilidades de articulação entre os destinos.

A execução contratual teve início em 2026. O primeiro relatório de prestação de serviços, correspondente ao período de 11 de fevereiro a 31 de maio, registrou as reuniões de alinhamento realizadas em março, a conclusão da caracterização regional e o início dos levantamentos destinados ao diagnóstico turístico. O desenvolvimento dos trabalhos envolveu pesquisas documentais, sistematização de dados secundários, atividades de campo, consultas a gestores municipais e representantes do setor turístico, além de reuniões públicas destinadas à apresentação, discussão e validação dos resultados.

O cronograma contratual estabeleceu quatro etapas principais, distribuídas entre abril e novembro de 2026. A primeira, denominada Caracterização Regional, prevista para abril e maio, reuniu informações históricas, demográficas, socioeconômicas, ambientais e culturais, incluindo a identificação do patrimônio natural e cultural reconhecido e o exame dos aspectos econômicos relacionados ao turismo. O levantamento institucional abrangeu os marcos regulatórios, as entidades representativas, os modelos de gestão pública, os recursos orçamentários, a participação dos

municípios nas políticas de regionalização e a implementação de planejamentos estratégicos anteriores. Essa fase foi concluída com a Reunião Pública de Apresentação da Caracterização Regional, realizada em 14 de maio de 2026, em Poços de Caldas, com a participação de representantes municipais, gestores públicos, instituições parceiras, integrantes do setor turístico e lideranças locais. Na ocasião, os resultados foram apresentados e submetidos à discussão e à validação dos participantes, que contribuíram com observações para a continuidade dos trabalhos.

A segunda etapa, programada para junho, julho e agosto de 2026, correspondeu à Identificação e Diagnóstico de Potenciais, Atrativos, Produtos, Serviços e Estruturas. As atividades compreenderam pesquisas e visitas de campo destinadas à caracterização da oferta e da demanda turística, abrangendo os sistemas de transporte, os meios de hospedagem, os estabelecimentos de alimentação e bebidas e os serviços relacionados à organização e à comercialização de produtos e experiências. O escopo incluiu, ainda, a elaboração de cartografia turística regional georreferenciada e a previsão de reunião pública para apresentação e validação dos resultados.

A terceira etapa, estabelecida para setembro e outubro, concentrou-se na Segmentação e Classificação Turística Regional. Foram contempladas a identificação dos segmentos turísticos, a análise das condições de estruturação da oferta e a avaliação das possibilidades de posicionamento regional. A definição dos segmentos prioritários considerou as características dos municípios, a organização dos produtos e serviços existentes e as oportunidades de integração entre os destinos, tendo como referência as informações reunidas nas etapas anteriores.

A quarta etapa, prevista para outubro e novembro de 2026, corresponde à Elaboração do Documento Consolidado do Plano Estratégico Regional. Compreende a formatação do Plano de Ações 2027–2030, sua compatibilização com o Plano Diretor do Turismo Verde/MG e com o Plano Nacional de Turismo 2024–2027, a definição dos mecanismos de monitoramento e controle e a realização de reunião pública para apresentação e validação do planejamento. Entre as entregas contratuais estão a organização do documento final, a disponibilização de três vias impressas, em cores e com capa dura, e a criação de um Painel de Dados Online destinado ao acompanhamento da execução do Plano.

Paralelamente às quatro etapas contratuais, o desenvolvimento técnico do estudo foi estruturado em cinco momentos complementares, correspondentes à caracterização regional, ao diagnóstico estratégico da atividade turística, à análise integrada dos resultados, à definição das diretrizes e dos eixos estratégicos e à elaboração do plano de ação. Essa organização metodológica

orientou a produção e a interpretação das informações, enquanto as etapas contratuais estabeleceram os períodos de execução e os produtos previstos. A pesquisa articulou procedimentos quantitativos e qualitativos em duas escalas territoriais. No âmbito municipal, foram examinadas as estruturas administrativas, os instrumentos de planejamento, a infraestrutura, os atrativos e os serviços disponíveis. Na dimensão regional, essas informações foram relacionadas para identificar características compartilhadas, diferenças nas condições de desenvolvimento turístico e possibilidades de atuação conjunta.

A formulação das estratégias fundamentou-se na análise dos fatores internos e externos que influenciam a atividade turística, mediante a utilização da Matriz SWOT (FOFA) e de seu cruzamento estratégico. Seis questões orientaram o desenvolvimento do planejamento, relacionadas à identidade turística regional, à integração e à complementaridade territorial, às fragilidades estruturais e institucionais, aos segmentos turísticos estratégicos, aos diferenciais territoriais e paisagísticos e à identidade institucional e ao posicionamento da IGR entre as regiões turísticas de Minas Gerais. Nesse contexto, a Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas e suas paisagens associadas integraram as referências territoriais examinadas quanto às possibilidades de diferenciação e articulação regional.

A partir dos resultados da caracterização territorial, do diagnóstico turístico e das análises estratégicas, o documento consolida diretrizes, objetivos, prioridades, projetos estruturantes e ações organizadas para o período de 2027 a 2030. O Plano de Ação estabelece os horizontes de execução, as responsabilidades de articulação, os parceiros potenciais, os recursos necessários, as metas e os indicadores de acompanhamento, considerando as atribuições da IGR Caminhos Gerais, as competências das administrações municipais e a participação dos demais agentes envolvidos na atividade turística.

A implementação das iniciativas previstas está condicionada às condições institucionais, operacionais e financeiras existentes, à formalização das parcerias necessárias e à atuação articulada dos responsáveis por sua execução. Os mecanismos de monitoramento e atualização integram essa organização, oferecendo referências para o acompanhamento das ações e para a avaliação dos resultados ao longo do período de vigência do Planejamento Estratégico Regional do Turismo.

A. Objetivo geral

Elaborar o Planejamento Estratégico Regional do Turismo da IGR Caminhos Gerais, a partir da análise das características, potencialidades e fragilidades do território, estabelecendo diretrizes e ações integradas para o fortalecimento da governança, da estruturação da oferta e do desenvolvimento turístico regional.

B. Objetivos específicos

- Caracterizar o território da IGR Caminhos Gerais, identificando elementos históricos, culturais, ambientais, econômicos e institucionais relevantes para o turismo.
- Analisar a oferta turística regional, considerando atrativos, segmentos, eventos, meios de hospedagem, alimentação, serviços e experiências.
- Identificar as principais fragilidades relacionadas à infraestrutura, à acessibilidade, à qualificação e à organização da atividade turística.
- Avaliar as condições de gestão e governança do turismo e as possibilidades de articulação entre municípios e instituições parceiras.
- Reconhecer vocações turísticas e oportunidades de complementaridade territorial que possam favorecer a criação de produtos e experiências integradas.
- Identificar os principais fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento turístico regional.
- Estabelecer diretrizes, objetivos e eixos estratégicos de atuação.
- Elaborar um plano de ação regional com prioridades, projetos, responsáveis, parceiros potenciais, prazos e indicadores de acompanhamento.

C. Questões estratégicas orientadoras

A elaboração do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais foi orientada por seis questões centrais, relacionadas à identidade turística regional, à integração entre os municípios, às condições estruturais e institucionais, à definição dos segmentos prioritários, aos diferenciais territoriais e ao posicionamento da IGR entre as regiões turísticas de Minas Gerais. Essas questões acompanharam os levantamentos e as análises desenvolvidas ao longo do estudo, fundamentando a identificação das prioridades e a formulação das propostas estratégicas.

As questões orientadoras compreenderam seis dimensões.

1. **Identidade turística regional** – Identificação das referências históricas, culturais, ambientais e produtivas compartilhadas pelos municípios, considerando as possibilidades de fortalecimento da identidade turística do Caminhos Gerais e de seu posicionamento regional.
2. **Integração e complementaridade territorial** – Análise das condições de articulação entre os municípios, considerando a organização da oferta turística, a integração de atrativos e serviços e o desenvolvimento de rotas, roteiros e experiências regionais.
3. **Fragilidades estruturais e institucionais** – Identificação das limitações relacionadas à infraestrutura, à acessibilidade, aos serviços turísticos, à qualificação profissional, aos instrumentos de planejamento e à governança, considerando seus efeitos sobre o desenvolvimento da atividade turística regional.
4. **Segmentos turísticos estratégicos** – Identificação e priorização dos segmentos turísticos com possibilidades de desenvolvimento regional, considerando as vocações municipais, os atrativos e serviços existentes, as condições de estruturação e comercialização e as oportunidades de integração entre os destinos.
5. **Diferenciais territoriais e paisagísticos** – Avaliação dos elementos naturais, geológicos, culturais e produtivos que distinguem os municípios da IGR Caminhos Gerais, incluindo a Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas e suas paisagens associadas, considerando suas possibilidades de valorização turística e integração regional.
6. **Identidade institucional e posicionamento turístico regional** – Definição de estratégias para fortalecer o reconhecimento e o posicionamento da IGR Caminhos Gerais entre as demais regiões turísticas de Minas Gerais, mediante a construção de uma identidade própria, representativa dos municípios integrantes, fundamentada nas características históricas, culturais, naturais e produtivas do território. A questão compreende a valorização dos diferenciais regionais, o fortalecimento da identificação dos municípios com a IGR e a definição de diretrizes de comunicação e promoção que contribuam para consolidar o reconhecimento do Caminhos Gerais como região turística.

D. Abrangência do planejamento

O Planejamento Estratégico abrange os 14 municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais, no Sul de Minas Gerais, considerando suas particularidades históricas, socioeconômicas, culturais, ambientais e produtivas. As diferenças entre as localidades se manifestam na distribuição dos atrativos, na disponibilidade de equipamentos e serviços turísticos, nas condições de acessibilidade e mobilidade, na organização institucional e nos níveis de estruturação da oferta. A análise contempla essas características nas escalas municipal e regional, identificando necessidades específicas e demandas compartilhadas que exigem articulação entre as administrações públicas, a iniciativa privada e as instituições parceiras.

O diagnóstico reúne informações sobre a formação histórica e territorial, os indicadores demográficos e econômicos, o patrimônio natural e cultural e a infraestrutura de apoio ao turismo. Abrange os meios de hospedagem, os estabelecimentos de alimentação e bebidas, os serviços de receptivo e a atuação dos profissionais do setor, além dos atrativos, experiências, eventos, rotas e roteiros turísticos. A dimensão institucional compreende os instrumentos municipais de planejamento, as estruturas de governança e as políticas públicas relacionadas à atividade.

A diversidade da oferta regional está associada à cafeicultura, à vitivinicultura, à produção rural, à gastronomia mineira, às águas minerais e termais, às manifestações culturais e religiosas e aos recursos naturais e paisagísticos. Também integram o levantamento as experiências de turismo de natureza, cicloturismo, aventura e eventos. A presença dessas atividades e suas condições de funcionamento, visitação e comercialização variam entre os municípios, assim como a infraestrutura disponível e a capacidade de atendimento. Essas diferenças orientam a identificação de oportunidades de qualificação dos serviços, organização de produtos e integração de atrativos e experiências, considerando as possibilidades de circulação dos visitantes entre os destinos.

A abrangência institucional envolve a IGR Caminhos Gerais, as administrações municipais, os Conselhos Municipais de Turismo, os empreendimentos, os profissionais da atividade turística e as organizações que desenvolvem programas e ações relacionados ao setor. As possibilidades de cooperação são examinadas conforme as competências dos agentes envolvidos, os instrumentos de gestão existentes e as demandas por apoio técnico, qualificação profissional, mobilização institucional e captação de recursos. A articulação entre esses participantes constitui uma das condições para o desenvolvimento de iniciativas conjuntas e o fortalecimento da governança regional.

A identidade turística do Caminhos Gerais e seu posicionamento entre as regiões turísticas de Minas Gerais também integram a abrangência do estudo. A análise considera as referências territoriais reconhecidas pelos municípios, as características históricas, culturais, naturais e produtivas compartilhadas e as percepções dos gestores acerca da representatividade e do reconhecimento da denominação regional. Esses elementos fundamentam a definição dos segmentos turísticos prioritários e das diretrizes de comunicação, apresentação e promoção dos destinos, respeitando as particularidades municipais e suas diferentes condições de participação nas iniciativas regionais.

As ações propostas correspondem às competências e à capacidade de articulação da IGR, observadas as responsabilidades das administrações municipais e dos prestadores de serviços turísticos. A implementação considera os instrumentos de planejamento e gestão disponíveis, a

mobilização de recursos e a formalização de parcerias. O Plano de Ação Estratégico estabelece os horizontes de execução, responsáveis, parceiros potenciais, metas e indicadores de acompanhamento, orientando a atuação coordenada dos agentes envolvidos no desenvolvimento turístico regional.

E. MISSÃO, VISÃO E VALORES da IGR Caminhos Gerais

MISSÃO – IGR CAMINHOS GERAIS

Promover o desenvolvimento sustentável e integrado do turismo no Caminhos Gerais, fortalecendo a governança regional e a cooperação entre os municípios, o poder público, a iniciativa privada e as comunidades locais. Articular iniciativas voltadas à valorização do patrimônio natural e cultural, das tradições e das vocações produtivas do território, à estruturação e qualificação da oferta turística e à promoção conjunta dos destinos, respeitando as singularidades municipais e contribuindo para a geração de oportunidades econômicas, o fortalecimento da identidade regional e a melhoria da competitividade turística.

VISÃO DE FUTURO – IGR CAMINHOS GERAIS

Ser reconhecida como uma instância de governança turística regional de referência em Minas Gerais, pela atuação estratégica, participativa e eficiente, pela capacidade de integração dos municípios associados e pela articulação de parcerias que fortaleçam a identidade do Caminhos Gerais, qualifiquem a oferta turística, ampliem a visibilidade dos destinos e promovam o desenvolvimento sustentável do turismo, respeitando as singularidades e valorizando as potencialidades de cada município.

VALORES – IGR CAMINHOS GERAIS

1. Cooperação e integração regional

Fortalecer a atuação conjunta dos municípios associados, dos empreendimentos turísticos e das instituições parceiras, promovendo a cooperação, o compartilhamento de experiências e a construção de iniciativas de interesse regional.

2. Respeito às identidades e vocações locais

Reconhecer e valorizar as particularidades históricas, culturais, ambientais, gastronômicas e produtivas de cada município, assegurando que a identidade regional seja construída a partir da diversidade e das vocações turísticas do território.

3. Compromisso com resultados

Orientar a atuação institucional por objetivos claros, prioridades compartilhadas e iniciativas viáveis, com acompanhamento dos resultados e compromisso com o fortalecimento efetivo da atividade turística nos municípios associados.

4. Transparência e responsabilidade institucional

Assegurar transparência nos processos decisórios, responsabilidade na gestão dos recursos e prestação de contas, fortalecendo a confiança dos municípios associados e das instituições parceiras na governança regional.

5. Sustentabilidade e valorização do patrimônio

Incentivar práticas turísticas ambientalmente responsáveis, comprometidas com a preservação do patrimônio natural e cultural, o respeito às comunidades locais e a geração de benefícios econômicos e sociais para o território.

6. Participação e diálogo

Valorizar a gestão participativa, a escuta e o diálogo permanente entre os municípios, o poder público, a iniciativa privada, as comunidades e as instituições parceiras, garantindo espaço para diferentes perspectivas na definição das prioridades regionais.

7. Continuidade e fortalecimento institucional

Promover a continuidade das políticas, projetos e parcerias estratégicas, preservando os avanços alcançados e fortalecendo a capacidade de atuação da IGR para além dos ciclos das administrações municipais.



São João da Mata. Fotografia de Poly Andrade. Acervo Caminhos Gerais.

CAPÍTULO 1 — METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

1.1 Abordagem metodológica

A elaboração do Planejamento Estratégico Regional do Turismo da Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais fundamentou-se em uma abordagem aplicada, de caráter descritivo e analítico, orientada à caracterização do território, ao diagnóstico da atividade turística e à formulação de estratégias de desenvolvimento regional. O trabalho reuniu informações sobre os 14 municípios integrantes da IGR, considerando suas condições territoriais, socioeconômicas, culturais, ambientais e institucionais, bem como a organização da oferta turística e as relações estabelecidas entre os destinos.

A metodologia articulou procedimentos quantitativos e qualitativos, com utilização de fontes documentais, dados estatísticos, informações institucionais, levantamentos da oferta turística e consultas aos agentes envolvidos no setor. Foram examinados indicadores municipais e regionais, instrumentos de planejamento e gestão, políticas públicas, equipamentos e serviços turísticos, atrativos, experiências, eventos, rotas e roteiros. O conjunto dessas informações constituiu a base para a identificação das características regionais, das condições de funcionamento da atividade turística e das necessidades de intervenção.

A pesquisa contemplou duas escalas de análise. Na dimensão municipal, foram examinadas as particularidades de cada localidade, incluindo a infraestrutura disponível, os serviços turísticos, os instrumentos de gestão, os atrativos e as atividades associadas ao turismo. Na dimensão regional, os resultados foram relacionados para identificar características compartilhadas, diferenças nas condições de desenvolvimento, possibilidades de complementaridade e demandas que poderiam ser enfrentadas mediante iniciativas conjuntas.

O levantamento também incorporou informações obtidas diretamente com representantes das administrações municipais, profissionais do turismo, empreendimentos e instituições parceiras. Para essa finalidade, foram utilizados instrumentos específicos de pesquisa dirigidos aos gestores municipais, aos guias de turismo, receptivos e operadores de experiências, além das organizações com atuação relacionada ao desenvolvimento turístico. As respostas contribuíram para o exame das condições de gestão, das características da oferta, das dificuldades enfrentadas pelos agentes do setor e das oportunidades de cooperação institucional.

A sistematização do diagnóstico considerou a natureza e a procedência das informações reunidas. Dados estatísticos e registros institucionais foram analisados em conjunto com informações

declaradas pelos participantes das pesquisas, preservando a distinção entre os levantamentos documentais e as percepções dos agentes consultados. Essa diferenciação foi especialmente relevante na análise da demanda turística, das condições de comercialização dos produtos e das avaliações sobre a infraestrutura e a atuação da governança regional.

O estudo examinou a distribuição territorial da oferta turística, reconhecendo as diferentes condições de estruturação dos atrativos, serviços e experiências. A identificação de recursos e atividades associados ao turismo foi acompanhada pela avaliação de aspectos relacionados ao funcionamento, à disponibilidade de atendimento, à organização dos produtos e às possibilidades de comercialização. A análise também considerou a existência de rotas e roteiros, as conexões entre municípios e a participação de empreendimentos e profissionais na prestação dos serviços turísticos.

A dimensão institucional compreendeu a caracterização da IGR Caminhos Gerais, das estruturas municipais de gestão do turismo e dos mecanismos de participação e articulação existentes no território. Foram examinados os Conselhos Municipais de Turismo, os Fundos Municipais de Turismo, os instrumentos de planejamento, os recursos orçamentários declarados pelas administrações municipais e a participação nas políticas de regionalização. O levantamento das instituições parceiras complementou essa análise, identificando programas, serviços e possibilidades de cooperação para o desenvolvimento de iniciativas regionais.

As informações reunidas também fundamentaram o exame da identidade turística do Caminhos Gerais. A análise contemplou as referências históricas, culturais, naturais e produtivas reconhecidas pelos municípios, as características compartilhadas pelo território e as percepções dos gestores sobre a denominação regional e o posicionamento da IGR. Foram consideradas as possibilidades de fortalecer uma identidade própria, representativa da diversidade municipal e capaz de orientar a comunicação e a promoção turística da região.

A interpretação dos resultados foi desenvolvida mediante a articulação entre diagnóstico e análise estratégica. Para a identificação dos fatores internos e externos relacionados ao desenvolvimento turístico regional, utilizou-se a matriz SWOT (FOFA), posteriormente aprofundada por meio da análise cruzada de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Esse procedimento subsidiou a formulação das estratégias e o estabelecimento de prioridades compatíveis com as necessidades identificadas e com a capacidade de atuação da IGR.

O direcionamento estratégico resultante desse processo foi organizado em quatro prioridades regionais e três projetos estruturantes, posteriormente incorporados ao Plano de Ação Estratégico. As

iniciativas propostas foram distribuídas em quatro eixos de atuação, relacionados à organização e integração da oferta turística, à divulgação e comercialização, à governança e articulação institucional e à produção de informações e inteligência turística.

A definição das ações considerou as atribuições da IGR Caminhos Gerais como entidade de articulação regional, as competências das administrações municipais e as responsabilidades dos empreendimentos e demais agentes envolvidos na atividade turística. Foram examinadas as possibilidades de cooperação técnica e institucional, as condições de implementação das propostas e a necessidade de mobilização de recursos e parcerias.

O percurso metodológico foi organizado em cinco etapas complementares, compreendendo a caracterização regional, o diagnóstico estratégico da atividade turística, a análise integrada dos resultados, a definição das diretrizes e dos eixos estratégicos e a elaboração do plano de ação. Essa organização corresponde ao desenvolvimento técnico do estudo e articula os levantamentos realizados às decisões estratégicas apresentadas no documento.

1.2 Etapas de elaboração

Etapa 1 — Caracterização regional

A primeira etapa compreendeu a caracterização histórica, territorial, socioeconômica, ambiental, cultural e institucional dos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais. O levantamento reuniu informações necessárias à contextualização das condições de desenvolvimento do turismo regional, considerando a formação e a organização do território, as características demográficas e econômicas e os principais elementos relacionados à infraestrutura e ao patrimônio cultural e natural.

Foram examinadas a composição municipal da IGR, a distribuição espacial das localidades, as condições gerais de localização e acesso, os indicadores socioeconômicos e as atividades produtivas relacionadas à organização regional. A caracterização histórica contemplou os processos de formação dos municípios e as transformações territoriais e econômicas relevantes para a compreensão das características atuais da região.

A dimensão ambiental e cultural reuniu informações sobre os recursos naturais, as paisagens, os bens culturais protegidos e outras referências identificadas nos levantamentos. As características

geológicas e paisagísticas associadas ao Planalto de Poços de Caldas foram consideradas no contexto territorial da região, juntamente com as demais referências naturais, históricas, culturais e produtivas presentes nos municípios.

O levantamento institucional contemplou a organização da IGR Caminhos Gerais e sua inserção nas políticas de regionalização do turismo. Foram examinadas as estruturas municipais de gestão, os instrumentos de planejamento, os marcos regulatórios, os recursos destinados à atividade turística e a atuação dos agentes institucionais relacionados ao setor. Também integrou essa etapa o exame dos planejamentos anteriores, considerando as informações disponíveis sobre sua elaboração e implementação.

A caracterização regional forneceu os elementos necessários à definição da abrangência territorial e institucional do estudo, estabelecendo referências para a análise das diferenças municipais e das relações existentes entre as localidades.

Em 14 de maio de 2026, foi realizada, em Poços de Caldas, a Reunião Pública de Apresentação da Caracterização Regional, com participação de representantes municipais, gestores públicos, instituições parceiras e integrantes do setor turístico. Os resultados dos levantamentos foram apresentados aos participantes, que puderam discutir as informações e oferecer contribuições para a continuidade do planejamento.

Produto da etapa — Síntese territorial e institucional da IGR Caminhos Gerais.

Etapa 2 — Diagnóstico estratégico da atividade turística

A segunda etapa concentrou-se na identificação e na análise das condições de organização, estruturação e desenvolvimento do turismo nos 14 municípios. O diagnóstico reuniu informações sobre infraestrutura, oferta turística, gestão pública, governança, serviços de apoio, atividades econômicas associadas ao setor e possibilidades de articulação entre os destinos.

O levantamento compreendeu quatro dimensões de análise.

- **Gestão e governança** — Estruturas municipais de turismo, instrumentos de planejamento e gestão, mecanismos de participação, recursos orçamentários e atuação institucional da IGR.

- **Oferta turística** — Atrativos naturais, históricos, culturais e religiosos, segmentos turísticos, eventos, meios de hospedagem, estabelecimentos de alimentação e bebidas, serviços de receptivo, experiências, rotas e roteiros.
- **Articulação institucional** — Instituições parceiras, programas de apoio, iniciativas de capacitação, assistência técnica e oportunidades de cooperação entre os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico regional.
- **Mercado e estruturação** — Condições de funcionamento dos produtos e serviços turísticos, organização das experiências, divulgação, comercialização, características da demanda e possibilidades de integração entre municípios.

A investigação da infraestrutura contemplou as condições de acessibilidade territorial, a malha rodoviária, os transportes de passageiros, a conectividade e os serviços de apoio aos deslocamentos. Também foram examinadas as estruturas de segurança pública, saúde e atendimento aos visitantes, considerando sua relação com o funcionamento da atividade turística.

A caracterização da oferta envolveu o levantamento dos estabelecimentos e profissionais relacionados ao turismo, com atenção à distribuição municipal, às características dos serviços e às condições de atendimento. Foram identificados os meios de hospedagem, os estabelecimentos de alimentação e bebidas, os guias de turismo, as agências de receptivo, os operadores de atividades turísticas e os condutores.

O mapeamento dos atrativos e das experiências contemplou recursos naturais e paisagísticos, bens e manifestações culturais, referências históricas e religiosas, atividades produtivas, tradições gastronômicas, eventos, rotas e roteiros turísticos. Os resultados foram organizados de modo a identificar a distribuição territorial dessas referências e suas possibilidades de articulação com a oferta de serviços.

Para complementar os levantamentos documentais e institucionais, foram aplicados instrumentos de pesquisa dirigidos aos gestores dos municípios integrantes da IGR, aos profissionais responsáveis pela organização e comercialização de experiências turísticas e às instituições parceiras. As consultas abordaram as condições de desenvolvimento da atividade, as prioridades municipais, a atuação da governança regional, as dificuldades operacionais e as possibilidades de cooperação.

Os resultados das pesquisas foram examinados em conjunto com os demais levantamentos, considerando as diferenças entre informações verificadas, declarações dos participantes e avaliações

sobre as condições da atividade turística. Essa articulação contribuiu para identificar fragilidades relacionadas à infraestrutura, aos serviços, à organização dos produtos, à comercialização, à qualificação profissional e à disponibilidade de informações sobre a demanda.

O diagnóstico também examinou as possibilidades de complementaridade territorial, considerando a existência de atrativos, experiências e atividades produtivas com características relacionadas em diferentes municípios. A análise distinguiu os recursos identificados das experiências efetivamente organizadas para visitação e comercialização, oferecendo referências para a definição posterior das prioridades estratégicas.

Produto da etapa — Diagnóstico das condições de desenvolvimento turístico regional, contemplando a organização institucional, a infraestrutura, a oferta turística, os serviços, as experiências e as possibilidades de integração entre municípios.

Etapa 3 — Análise estratégica integrada

A terceira etapa correspondeu à interpretação conjunta das informações reunidas na caracterização regional e no diagnóstico da atividade turística. O procedimento buscou relacionar as condições identificadas nos municípios aos fatores que influenciam o desenvolvimento turístico regional, distinguindo capacidades existentes, limitações estruturais e institucionais, oportunidades de cooperação e fatores externos que podem afetar a implementação das estratégias.

A análise adotou a matriz SWOT (FOFA), organizada em quatro categorias.

- **Forças** — Características, recursos e capacidades internas identificados no território e na organização da atividade turística.
- **Fraquezas** — Limitações internas relacionadas à infraestrutura, aos serviços, à estruturação da oferta, à gestão e à articulação regional.
- **Oportunidades** — Condições e iniciativas externas que podem favorecer o desenvolvimento do turismo e a implementação de projetos regionais.
- **Ameaças** — Fatores externos que podem comprometer a continuidade das ações, a mobilização de recursos ou a execução das propostas.

A construção da matriz considerou os resultados dos levantamentos territoriais, socioeconômicos e turísticos, as informações institucionais e as respostas obtidas nas pesquisas com os agentes do setor. Os fatores identificados foram organizados segundo sua relação com as condições de desenvolvimento regional, preservando a distinção entre características internas da IGR e circunstâncias externas à sua atuação.

Posteriormente, foi elaborada a Matriz SWOT Cruzada, destinada a estabelecer relações entre os fatores identificados e a formular estratégias de atuação. O cruzamento das informações contemplou possibilidades de aproveitamento das forças e oportunidades existentes, enfrentamento das fragilidades e redução da exposição aos fatores que poderiam comprometer os resultados do planejamento.

A seleção das prioridades considerou a relevância dos problemas identificados para o desenvolvimento turístico regional, a capacidade de articulação da IGR Caminhos Gerais e as condições de implementação das iniciativas mediante cooperação institucional, mobilização de recursos e participação dos agentes responsáveis.

A análise retomou as seis questões estratégicas orientadoras estabelecidas na introdução, relacionadas à identidade turística regional, à integração e complementaridade territorial, às fragilidades estruturais e institucionais, aos segmentos turísticos estratégicos, aos diferenciais territoriais e paisagísticos e ao posicionamento da IGR Caminhos Gerais entre as regiões turísticas de Minas Gerais.

Nesse processo, foram examinadas as referências culturais, naturais e produtivas compartilhadas pelos municípios, as possibilidades de integração da oferta, as limitações de infraestrutura e governança e os segmentos com condições de desenvolvimento regional. A Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas e suas paisagens associadas integraram a análise dos diferenciais territoriais, considerada em conjunto com as demais características que compõem a identidade turística do Caminhos Gerais.

A interpretação dos resultados também considerou a necessidade de fortalecer o reconhecimento da IGR e organizar sua atuação institucional. As informações sobre identidade territorial, percepção dos gestores e características da oferta subsidiaram as propostas de posicionamento regional, de valorização dos destinos e de articulação entre municípios e instituições parceiras.

A Matriz SWOT Cruzada fundamentou a passagem do diagnóstico ao direcionamento estratégico, estabelecendo as relações entre as necessidades identificadas, as possibilidades de atuação da IGR e as iniciativas propostas para o desenvolvimento do turismo regional.

Produto da etapa — Matriz SWOT regional, Matriz SWOT Cruzada e identificação das prioridades estratégicas.

Etapa 4 — Definição das diretrizes e dos eixos estratégicos

A quarta etapa compreendeu a definição dos direcionamentos para a atuação da IGR Caminhos Gerais, com base nos resultados do diagnóstico e da análise estratégica integrada. A formulação considerou as necessidades identificadas nos municípios, as possibilidades de articulação regional e as competências institucionais da IGR.

Foram estabelecidas quatro prioridades estratégicas, relacionadas à organização e integração da oferta turística regional, à ampliação da divulgação e comercialização das experiências, ao fortalecimento da articulação entre municípios, empreendimentos e instituições parceiras e à produção de dados e informações para subsidiar o planejamento e o acompanhamento da atividade.

A primeira prioridade corresponde à organização da oferta turística, mediante atualização de informações sobre atrativos e experiências, identificação das condições de funcionamento e apoio à estruturação de produtos e roteiros integrados. A segunda concentra-se na divulgação regional e no fortalecimento das possibilidades de comercialização, considerando a aproximação entre empreendimentos, profissionais de receptivo e demais agentes envolvidos no atendimento aos visitantes.

A articulação institucional constitui a terceira prioridade, orientada à aproximação entre os municípios e as organizações parceiras, à identificação de demandas compartilhadas e ao desenvolvimento de iniciativas de cooperação técnica, qualificação e apoio aos projetos turísticos. A quarta prioridade refere-se à produção e à organização de informações sobre a atividade turística, incluindo iniciativas de monitoramento e acompanhamento da oferta e da demanda regional.

O direcionamento estratégico também contemplou a definição dos segmentos turísticos prioritários. A seleção considerou a representatividade das atividades nos municípios, as relações com a identidade territorial, a existência de atrativos e experiências e as possibilidades de integração entre

destinos. Foram examinadas as diferentes condições de estruturação e comercialização, evitando atribuir o mesmo nível de desenvolvimento a segmentos com características e necessidades distintas.

As propostas de posicionamento turístico regional foram formuladas a partir das referências identificadas no território e dos resultados das pesquisas com os gestores municipais. A definição buscou orientar o fortalecimento da identidade própria da IGR Caminhos Gerais, valorizando a diversidade de seus municípios e estabelecendo referências para sua comunicação e promoção entre as regiões turísticas mineiras.

As prioridades foram associadas a três projetos estruturantes, destinados a organizar iniciativas de abrangência regional e orientar sua implementação. A definição desses projetos considerou a necessidade de ações articuladas, a participação dos agentes envolvidos e as possibilidades de execução conforme a disponibilidade de recursos e o estabelecimento de parcerias.

Para a organização do Plano de Ação, as iniciativas foram distribuídas em quatro eixos estratégicos, denominados Organização e Integração da Oferta Turística, Divulgação e Comercialização Turística, Governança e Articulação Institucional e Informações e Inteligência Turística.

Essa estrutura estabelece os campos de atuação da IGR e organiza as propostas de acordo com suas finalidades, contemplando a qualificação da oferta existente, a promoção integrada dos destinos, o fortalecimento das relações institucionais e a produção de informações para o acompanhamento da atividade turística regional.

Produto da etapa — Definição das prioridades estratégicas, dos segmentos turísticos prioritários, dos projetos estruturantes e dos quatro eixos de atuação da IGR Caminhos Gerais.

Etapa 5 — Elaboração do plano de ação

A quinta etapa compreendeu a elaboração do Plano de Ação Estratégico da IGR Caminhos Gerais, mediante a organização das prioridades e diretrizes estabelecidas nas etapas anteriores em iniciativas destinadas à atuação regional.

O plano foi estruturado para um horizonte de quatro anos, contemplando ações distribuídas pelos quatro eixos estratégicos definidos no direcionamento regional. A organização considerou a implantação gradual das iniciativas, desde a preparação das condições necessárias à execução até o desenvolvimento dos projetos, seu aperfeiçoamento e continuidade.

Para cada ação foram estabelecidos, conforme sua natureza, os objetivos, as atividades previstas, os responsáveis pela articulação, os parceiros potenciais, os recursos necessários, os períodos de execução e as metas esperadas. A formulação também contemplou indicadores destinados ao acompanhamento das entregas e dos resultados.

A distribuição das responsabilidades considerou a função institucional da IGR Caminhos Gerais na articulação entre municípios, empreendimentos e entidades parceiras. As propostas foram organizadas respeitando as competências dos agentes envolvidos, especialmente nos casos em que a execução depende da atuação direta das administrações municipais, de prestadores de serviços turísticos ou de instituições responsáveis por programas e atividades específicas.

O plano contempla iniciativas voltadas à atualização e organização de informações sobre a oferta turística, à estruturação e integração de experiências, à divulgação dos destinos e produtos regionais, à aproximação entre os agentes responsáveis pela comercialização e ao fortalecimento das relações institucionais. Também incorpora ações relacionadas à qualificação profissional e à produção de informações para subsidiar o planejamento e a gestão turística.

A definição dos períodos de execução considerou as condições necessárias à implementação das propostas, distinguindo ações preparatórias, iniciativas de desenvolvimento e atividades de acompanhamento e continuidade. A distribuição temporal estabelece referências para a organização anual dos trabalhos, considerando a capacidade operacional da IGR, a mobilização dos parceiros e a disponibilidade de recursos.

As metas foram associadas às entregas previstas, de modo a favorecer o acompanhamento da execução e a identificação das ações concluídas, em andamento ou dependentes de providências adicionais. Os indicadores correspondentes foram definidos conforme a natureza das atividades e a possibilidade de obtenção das informações necessárias ao monitoramento.

A elaboração do plano consolidou as propostas formuladas a partir do diagnóstico e da Matriz SWOT Cruzada, organizando os instrumentos de planejamento necessários à atuação coordenada da IGR Caminhos Gerais e de seus parceiros.

Produto da etapa — Plano de Ação Estratégico regional, organizado em quatro eixos, com iniciativas, metas, responsáveis, parceiros potenciais, períodos de execução e indicadores de acompanhamento.

1.3 Monitoramento e atualização

O monitoramento integra a metodologia do Planejamento Estratégico Regional do Turismo e está relacionado ao acompanhamento das ações propostas, ao cumprimento das metas e à avaliação dos resultados alcançados durante sua implementação.

O sistema de acompanhamento foi estruturado a partir dos eixos estratégicos e das atividades previstas no Plano de Ação. Os indicadores consideram aspectos relacionados à participação dos municípios, à articulação de parcerias, à organização de produtos e experiências turísticas, à realização de ações de promoção e qualificação e à execução das iniciativas estabelecidas.

A metodologia contempla o registro periódico do desenvolvimento das ações, com identificação dos responsáveis, dos prazos, das entregas realizadas e das dificuldades verificadas. O acompanhamento dessas informações constitui referência para a avaliação do cumprimento das metas e para a definição de eventuais ajustes na programação das atividades.

A produção de dados turísticos também integra o direcionamento estratégico da IGR Caminhos Gerais. O planejamento propõe a organização de procedimentos de coleta, sistematização e atualização de informações sobre a atividade regional, considerando a necessidade de ampliar o conhecimento da oferta turística, das características dos visitantes e das condições de desenvolvimento dos destinos.

Entre as iniciativas previstas encontra-se a implantação do Observatório Regional do Turismo, mediante parceria técnica ou contratação, conforme as condições de viabilização estabelecidas no Plano de Ação. A proposta está relacionada à produção de informações para orientar decisões, acompanhar a movimentação turística e subsidiar o planejamento regional.

O monitoramento considera a participação das administrações municipais, dos profissionais do turismo e das instituições parceiras, respeitando as responsabilidades atribuídas a cada agente e a disponibilidade das informações necessárias ao acompanhamento das ações.

As avaliações periódicas deverão examinar o desenvolvimento dos projetos estruturantes, o cumprimento das atividades programadas e os resultados alcançados nos diferentes eixos de atuação. A análise também poderá identificar necessidades de atualização das prioridades, revisão de prazos e adequação das propostas às condições institucionais, financeiras e operacionais existentes.

Ao término do horizonte de quatro anos, o planejamento recomenda a realização de uma avaliação geral de sua execução, contemplando as ações concluídas, as iniciativas que demandam continuidade e as questões que deverão ser reconsideradas no ciclo estratégico seguinte.

O acompanhamento e a atualização do Plano de Ação constituem, assim, instrumentos de gestão para a IGR Caminhos Gerais, destinados a organizar informações sobre a execução das propostas, subsidiar as decisões institucionais e orientar a continuidade das iniciativas de desenvolvimento turístico regional.



Cabo Verde – MG. Acervo Caminhos Gerais

CAPÍTULO 2 — CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E TERRITORIAL DA IGR CAMINHOS GERAIS

2.1 A formação histórica do Sul Mineiro

A formação histórica do Sul de Minas Gerais está vinculada aos processos de ocupação territorial, desenvolvimento das atividades agropecuárias e constituição de redes comerciais que conectaram o interior mineiro aos centros consumidores do Centro-Sul brasileiro. Desde o período colonial, a região participou dos circuitos de abastecimento das áreas mineradoras e, posteriormente, ampliou suas relações com o Rio de Janeiro e São Paulo. Durante o século XIX, a produção de gêneros alimentícios, a criação de animais e o comércio interprovincial sustentaram uma economia diversificada, cuja organização produtiva e mercantil antecedeu a expansão da cafeicultura. A passagem para o século XX foi acompanhada por transformações nas relações de trabalho, nos transportes, na organização dos mercados e na estrutura urbana, em circunstâncias particulares da formação do capitalismo no território sul-mineiro (SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012).

A constituição do Sul de Minas como região histórica esteve associada à formação de vínculos econômicos, políticos e culturais entre localidades que apresentavam diferentes trajetórias de povoamento e organização administrativa. A regionalização constitui, nesse contexto, um problema historiográfico relacionado às atividades produtivas, às relações sociais e às conexões mercantis que conferiram certa unidade ao território. A proximidade com as províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro favoreceu a circulação de mercadorias e a atuação de proprietários e comerciantes cujos negócios ultrapassavam as jurisdições municipais e provinciais. As transformações verificadas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX ocorreram em uma região cuja configuração se modificava conforme o desenvolvimento das atividades econômicas, a expansão dos transportes e as relações estabelecidas entre seus centros urbanos (SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012).

A diversidade econômica e territorial mineira constitui uma questão recorrente na historiografia. Os estudos de Roberto Martins, Robert Slenes, Douglas Libby, Clotilde Andrade Paiva e Marcelo Magalhães Godoy, discutidos na introdução da coletânea Sul de Minas em transição, contribuíram para a revisão de interpretações que associavam o declínio da mineração à retração generalizada da economia provincial. A agricultura diversificada, a pecuária, o trabalho escravizado e os circuitos de abastecimento integravam uma estrutura econômica capaz de sustentar atividades

comerciais e produzir excedentes destinados a diferentes mercados. A reorganização econômica verificada após o auge da mineração apresentou características distintas entre as regiões de Minas Gerais, cuja integração aos mercados internos e externos ocorreu em diferentes condições (SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012).



Elaboração: Equipe AME Cultura

A ocupação das terras meridionais mineiras desenvolveu-se em articulação com a mineração, o estabelecimento de fazendas e a abertura de caminhos comerciais. Durante o século XVIII, a região de Campanha, situada entre os rios Verde e Sapucaí, era conhecida como Minas do Rio Verde. A incorporação dessas terras à Comarca do Rio das Mortes, na década de 1730, integrou o processo de organização administrativa da capitania, em um contexto marcado por disputas de jurisdição e pela formação de poderes locais. Na década seguinte, os conflitos envolvendo a administração de São João del-Rei e os habitantes das Minas do Rio Verde alcançaram expressão no episódio conhecido como Motim das Minas do Rio Verde. A formação das jurisdições administrativas esteve relacionada à

expansão dos núcleos de povoamento e aos interesses econômicos e políticos presentes naquela área (CASTRO, 2012).

A atividade agropastoril adquiriu expressão na região durante o século XVIII. A criação de gado encontrou condições favoráveis nas áreas de campos naturais, enquanto a agricultura se desenvolveu em propriedades que combinavam lavouras de mantimentos, criação de animais e atividades de beneficiamento. A produção de milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e fumo, juntamente com a pecuária bovina e suína, integrou as relações comerciais estabelecidas com as áreas mineradoras e, posteriormente, com o mercado fluminense. A expansão desses estabelecimentos contribuiu para a constituição de propriedades rurais de diferentes dimensões e para a formação de grupos familiares vinculados à produção agrícola, ao comércio e à administração local (MARTINS; SOUZA, 2012).

A instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, ampliou a demanda por gêneros alimentícios e animais destinados ao abastecimento da capital. Entre 1808 e 1842, o Sul de Minas participou intensamente desse comércio, com a circulação de gado em pé, porcos, galinhas, carneiros, toucinho, queijos e cereais. As tropas percorriam caminhos terrestres que conectavam as propriedades rurais às praças comerciais, mobilizando fazendeiros, tropeiros, negociantes e intermediários. Os negócios estabelecidos nesse período contribuíram para a acumulação de recursos e para o fortalecimento político de famílias proprietárias vinculadas à economia de abastecimento (SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012; MARTINS; SOUZA, 2012).

Entre os proprietários associados ao comércio de gado encontrava-se o padre José Custódio Dias, integrante de uma família estabelecida na região de Alfenas e vinculada ao abastecimento da Corte. A Fazenda do Centro, relacionada às atividades comerciais desse grupo, integrava os negócios pecuários direcionados ao Rio de Janeiro. O pai do sacerdote, Custódio José Dias, possuía estabelecimentos produtivos diversificados no distrito de São José e Dores de Alfenas. Uma relação de 1831 registra engenho de açúcar e aguardente, serraria, engenho de pilões, moinho de mamona e olaria, com utilização de trabalhadores livres e escravizados. Essas atividades compunham uma estrutura produtiva que articulava agricultura, criação de animais e transformação de matérias-primas (MARTINS; SOUZA, 2012).

A pecuária integrava circuitos comerciais de longa distância. Os rebanhos destinados ao mercado fluminense provinham de diferentes localidades, incluindo o Triângulo Mineiro, o oeste e noroeste da província, Goiás, Mato Grosso e regiões paulistas. Criadores e negociantes

encaminhavam os animais para áreas de invernada, onde permaneciam durante o processo de engorda antes de serem conduzidos aos centros consumidores. A região situada entre Alfenas e São João del-Rei concentrava parte desses estabelecimentos. Caldas também participou dos circuitos pecuários, associando-se às áreas de criação e invernada que integravam o comércio de gado no século XIX (SAES; ROSA, 2012).

A organização desse mercado envolvia relações entre criadores, invernistas e marchantes, responsáveis por diferentes etapas da comercialização. O transporte dos rebanhos exigia caminhos e pontos de descanso, enquanto os negócios dependiam de agentes que estabeleciam contatos entre as áreas produtoras e os compradores. A circulação pecuária contribuiu para a integração econômica de diferentes porções do território mineiro e para a formação de redes comerciais que alcançavam a Corte. Ao longo do século XIX, o Sul de Minas consolidou sua participação nesse sistema, cuja reorganização seria influenciada posteriormente pela expansão ferroviária e pelas mudanças nas formas de comercialização de animais (SAES; ROSA, 2012).

As relações econômicas sul-mineiras alcançavam igualmente o interior paulista. A formação de Casa Branca, durante a primeira metade do século XIX, apresenta elementos da expansão da economia de abastecimento para além das fronteiras provinciais. Famílias procedentes de Minas Gerais estabeleceram propriedades e atividades comerciais no nordeste paulista, levando recursos acumulados anteriormente e experiências relacionadas à agricultura e à pecuária. A presença desses proprietários antecedeu a expansão cafeeira naquela região, cuja economia reunia lavouras de mantimentos, criação de animais e produção açucareira. Em 1825, os registros populacionais de Casa Branca já identificavam moradores mineiros dedicados à lavoura, à criação de animais, ao trabalho remunerado e ao comércio (FONTANARI, 2012).

A transferência de famílias e capitais para as terras paulistas integrou o processo de ampliação das atividades produtivas estabelecidas no Sul de Minas. A região de Casa Branca, situada no antigo Sertão do Rio Pardo, recebeu proprietários que investiram na aquisição de terras e no desenvolvimento de empreendimentos rurais. A produção de açúcar, a pecuária e o abastecimento dos mercados locais participaram da formação econômica do território antes da consolidação da cafeicultura. Nas décadas seguintes, parte dessas propriedades incorporou o cultivo do café, mantendo atividades agrícolas e comerciais anteriormente estabelecidas (FONTANARI, 2012).

A amplitude das relações mercantis também aparece nos negócios do fazendeiro e comerciante Gervásio Pereira Alvim, ativo na Comarca do Rio das Mortes entre 1840 e 1880. Suas atividades

envolveram operações realizadas no interior mineiro e na praça do Rio de Janeiro, com circulação de mercadorias, capitais e informações entre diferentes localidades. O comércio dependia de relações pessoais e familiares, mecanismos de crédito e contatos estabelecidos com outros negociantes. A trajetória de Gervásio Pereira Alvim apresenta aspectos da articulação entre produção rural e intermediação mercantil, em uma economia na qual os limites administrativos provinciais não restringiam a atuação dos agentes econômicos (TEIXEIRA, 2012).

A organização produtiva das fazendas sul-mineiras apresentava considerável diversidade. No antigo município de Alfenas, as propriedades rurais das décadas de 1850 a 1890 reuniam culturas de milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar, algodão e fumo, além de pastagens e criação de bovinos, equinos e suínos. Engenhos, monjolos, moinhos, olarias, alambiques e pequenas unidades de fabricação de tecidos integravam essa estrutura econômica. O aproveitamento dos recursos disponíveis nas propriedades sustentava a produção destinada ao consumo familiar e à comercialização de excedentes. Inventários e registros cartorários evidenciam a presença de estabelecimentos dedicados simultaneamente à agricultura, à pecuária e às atividades de transformação (MARTINS; SOUZA, 2012; MARTINS, 2013).

A extensão territorial de Alfenas durante a década de 1870 abrangia localidades que posteriormente constituíram municípios ou distritos autônomos. Entre elas estavam Santo Antônio do Machado, Douradinho, São Francisco de Paula do Machadinho, atual Poço Fundo, Carmo da Escaramuça, São Sebastião do Areado e São Joaquim da Serra Negra. Essa configuração administrativa reunia propriedades com diferentes características produtivas, integradas às redes comerciais do município. Em 1874, Alfenas possuía aproximadamente trezentas casas, distribuídas por oito ruas e quatro praças, tendo as áreas da Matriz e do Rosário como referências de seu núcleo urbano (MARTINS; SOUZA, 2012).

A produção de abastecimento permanecia expressiva nesse período. O Almanach Sul-Mineiro de 1874 registrava a importância da criação e engorda de bovinos nos arredores da cidade de Alfenas e mencionava a exportação anual de aproximadamente quatro mil reses para o Rio de Janeiro. O município também mantinha relações comerciais com localidades vizinhas por meio dos rios Sapucaí e Machado. Embarcações movidas a remos transportavam algodão, toucinho, fumo, rapaduras e aguardente, entre outros produtos, em circuitos que alcançavam Passos, Piumhi, Pouso Alegre e Itajubá. A utilização dos cursos d'água complementava os caminhos terrestres empregados nas atividades mercantis (MARTINS; SOUZA, 2012).

O levantamento das propriedades rurais do antigo município de Alfenas apresenta informações relativas a localidades hoje integrantes da IGR Caminhos Gerais. Em Santo Antônio do Machado, as fazendas Agualima e Cafundó reuniam, na década de 1860, atividades agrícolas e criação de animais. A Fazenda Cafundó, pertencente a José Bento de Almeida, apresentava plantações de milho, pastagens e rebanhos, além de equipamentos de beneficiamento e produção doméstica. Em São Francisco do Machadinho, a Fazenda Conquista, inventariada em 1875 como propriedade do capitão Francisco Ferreira de Assis, possuía lavouras de milho, feijão, batata, cana-de-açúcar e café, juntamente com expressivos rebanhos bovinos e suínos. A propriedade também dispunha de engenho, moinho, monjolo e equipamentos para processamento de mandioca. Esses registros apresentam a coexistência de diferentes atividades produtivas nas áreas rurais que posteriormente integrariam Machado e Poço Fundo (MARTINS; SOUZA, 2012).

A composição das fortunas dos proprietários abrangia terras, benfeitorias, animais, pessoas escravizadas, mercadorias, dinheiro e créditos decorrentes de transações particulares. Entre os inventários examinados para Alfenas, a posse de trabalhadores escravizados constituía parcela expressiva do patrimônio de determinadas famílias. Das 39 propriedades inventariadas antes da abolição da escravidão, 31 registravam a presença de pessoas escravizadas. Nessas fazendas, a pesquisa identificou 208 cativos, distribuídos em escravarias de diferentes dimensões. A concentração patrimonial também se manifestava na distribuição dessa força de trabalho, com determinadas propriedades reunindo parcela significativa das pessoas escravizadas registradas na documentação (MARTINS; SOUZA, 2012).

O trabalho escravizado integrava a produção agrícola diversificada, a criação de animais e as atividades de transformação desenvolvidas nas fazendas. A introdução dos cafezais ocorreu em propriedades que já utilizavam essa força de trabalho, acompanhada por outras relações laborais existentes na região. As transformações verificadas na segunda metade do século XIX envolveram a permanência de trabalhadores escravizados, a presença de pessoas libertas e a contratação de trabalhadores livres, incluindo imigrantes. A reorganização das relações de trabalho acompanhou a expansão cafeeira e a crise da escravidão, com características distintas das experiências verificadas em outras regiões produtoras do Sudeste (MARTINS; SOUZA, 2012; MARTINS, 2013).

As relações de crédito constituíam outro componente da economia rural. Em Alfenas e seus distritos, proprietários, comerciantes e profissionais liberais realizavam empréstimos e mantinham contas decorrentes de transações particulares. Em 1860, o inventário de Alexandre Carvalho de

Macedo, boticário residente na freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Campestre, registrava 45 devedores e créditos que correspondiam a aproximadamente 88% do valor bruto de seu patrimônio. A atividade creditícia particular participava da circulação de recursos entre moradores e agentes econômicos locais, em um contexto anterior à expansão das instituições bancárias regionais (MARTINS; SOUZA, 2012).

A formação das localidades sul-mineiras acompanhou o crescimento dessas atividades econômicas e a reorganização das antigas jurisdições administrativas. A criação de freguesias, vilas e municípios esteve relacionada à ampliação dos núcleos de povoamento e à constituição de instituições políticas, religiosas e comerciais. Durante o século XIX, a expansão da população e das atividades agropastoris favoreceu a consolidação de centros urbanos que passaram a exercer funções administrativas e mercantis. A formação dos municípios ocorreu em diferentes momentos, conforme as condições locais de povoamento e os processos de emancipação política (SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012).

A definição do Sul de Minas como região também adquiriu dimensão política. Campanha ocupou posição de destaque entre os centros administrativos e intelectuais sul-mineiros durante o século XIX, reunindo proprietários, comerciantes, jornalistas e representantes políticos envolvidos nas discussões sobre a organização territorial de Minas Gerais. A reivindicação de autonomia regional esteve presente em propostas de criação de uma nova província, apresentadas ao Parlamento imperial. Projetos relacionados à separação administrativa foram discutidos em 1843, 1854, 1862, 1868 e 1884, com diferentes propostas de delimitação territorial e organização política (CASTRO, 2012).

A defesa da autonomia sul-mineira encontrou expressão na imprensa de Campanha. Bernardo Saturnino da Veiga, responsável pelo periódico Monitor Sul-Mineiro e pela publicação do Almanach Sul-Mineiro, participou das discussões sobre a criação de uma província independente. Em 1874, apresentou uma caracterização regional formada por oito comarcas e dezessete municípios, abrangendo as comarcas do Rio Verde, Jaguary, Sapucahy, Cabo Verde, Baependy, Três Pontas, Itajubá e Jacuhy. A delimitação considerava a Serra da Mantiqueira e os rios Sapucaí, Grande e Verde, incorporando referências geográficas e administrativas utilizadas nos debates políticos daquele período (SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012).

Com a proclamação da República, as reivindicações de autonomia regional alcançaram nova expressão no movimento separatista de 1892. Entre janeiro e março daquele ano, setores políticos de Campanha defenderam a criação de uma unidade federativa denominada Minas do Sul. Em 31 de

janeiro, representantes do movimento proclamaram a criação do novo estado e organizaram uma junta governativa provisória. A iniciativa encontrou resistência entre autoridades e grupos políticos da região, sendo encerrada após a mobilização de forças contrárias à separação. O movimento esteve relacionado às disputas políticas dos primeiros anos republicanos e às divergências em torno da organização do poder estadual e federal (CASTRO, 2012).

A reorganização das relações políticas regionais acompanhou o crescimento econômico de outros centros urbanos. Durante a passagem para o século XX, localidades como Varginha, Alfenas, Pouso Alegre e Guaxupé ampliaram sua participação nas atividades comerciais e administrativas. A posição anteriormente exercida por Campanha passou a conviver com novas centralidades, em um contexto de expansão das ferrovias, crescimento populacional e desenvolvimento dos serviços. A diversidade desses centros constitui uma característica da organização urbana sul-mineira, marcada pela presença de municípios de dimensões intermediárias e por diferentes áreas de influência econômica (CASTRO, 2012; SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012).

O crescimento populacional acompanhou essas transformações. Considerando o recorte territorial utilizado pelos organizadores de Sul de Minas em transição, a população regional passou de aproximadamente 260 mil habitantes em 1872 para quase 730 mil em 1907, ultrapassando um milhão em 1920. O aumento esteve associado à expansão dos núcleos urbanos e à constituição de novas unidades municipais. Em 1911, foram criados treze municípios no Sul de Minas, elevando de 35 para 48 o número de unidades administrativas consideradas no estudo. A emancipação de antigos distritos acompanhou a ampliação das atividades comerciais e a organização de estruturas administrativas locais (SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012).

A introdução da cafeicultura modificou gradualmente a estrutura produtiva regional. Embora o cultivo do café já estivesse presente em determinadas localidades durante a primeira metade do século XIX, a expansão comercial adquiriu intensidade nas décadas finais daquele período e nas primeiras décadas do século XX. A proximidade com as áreas cafeeiras paulistas favoreceu a circulação de conhecimentos agrícolas e o estabelecimento de relações comerciais. Proprietários que já atuavam na agricultura diversificada e na pecuária participaram da formação das novas lavouras, utilizando recursos acumulados anteriormente e estruturas produtivas existentes nas fazendas (MARTINS; SOUZA, 2012; MARTINS, 2013).

As referências sobre a introdução do café apresentam diferenças entre localidades e tradições historiográficas. Em Muzambinho, o memorialista Moacyr Brêtas Soares situou os primeiros cultivos

na década de 1840, associando-os à atuação de José Alves do Cafesal. Para o município de Machado, Ricardo Moreira Rebello identificou experiências anteriores de cultivo e comercialização, relacionadas à introdução do café no território da antiga Vila de Campanha. Essas informações foram examinadas por Marcos Lobato Martins e André Silva de Souza ao discutirem as origens da cafeicultura sul-mineira e a participação de proprietários estabelecidos na região (MARTINS; SOUZA, 2012).

A expansão da cafeicultura em Machado apresenta indicadores expressivos desde a década de 1870. O Almanach Sul-Mineiro de 1874 registrou a existência de 220 mil pés de café na freguesia de Santo Antônio do Machado, parte deles já em produção. Dez anos depois, a edição de 1884 indicava que os cafezais haviam ultrapassado 500 mil pés, acompanhando o crescimento da atividade agrícola comercial. A produção cafeeira desenvolvia-se em propriedades que continuavam dedicadas à pecuária e às lavouras de cereais, cana-de-açúcar, algodão e fumo (MARTINS, 2014a).

Entre os produtores vinculados a essa expansão encontrava-se o coronel Azarias de Souza Dias. Em agosto de 1878, o Monitor Sul-Mineiro divulgou informações fornecidas pelo fazendeiro sobre a primeira remessa de café colhido em suas terras, cuja produção naquele ano ultrapassava duas mil arrobas. A notícia também apresentava expectativas de aumento da colheita na freguesia de Machado, evidenciando o interesse dos produtores na ampliação dos cafezais e na comercialização da produção. A circulação dessas informações na imprensa regional acompanhava a crescente participação da cafeicultura na economia municipal (MARTINS, 2014a).

A expansão cafeeira apresentou ritmos distintos entre as localidades sul-mineiras. O estudo comparativo de Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas, referente às décadas de 1880 a 1920, identificou trajetórias diferenciadas de crescimento dos cafezais e de especialização produtiva. A ampliação das lavouras relacionou-se às características das propriedades, à disponibilidade de recursos para investimento e às condições de acesso aos mercados consumidores. Em diferentes municípios, a cafeicultura conviveu com atividades tradicionais, preservando a importância da produção de mantimentos e da pecuária (MARTINS, 2014a).

A continuidade das lavouras alimentícias constitui uma característica importante desse processo. A produção de milho, arroz e feijão permaneceu economicamente relevante mesmo em áreas nas quais o café apresentava crescimento expressivo. A acumulação decorrente da cafeicultura favoreceu investimentos em outras atividades produtivas e comerciais, ampliando as relações entre agricultura de exportação e abastecimento interno. A formação de uma economia cafeeira regional

esteve associada à diversificação dos negócios e à presença de estruturas agrárias anteriormente estabelecidas (SAES; CASTILHO, 2013).

No Sudoeste mineiro, a expansão da cafeicultura também esteve relacionada ao crédito e à reorganização das propriedades rurais. Entre 1890 e 1914, as operações hipotecárias registradas em municípios como Cabo Verde, Guaxupé, Muzambinho, Jacuí, Monte Santo de Minas e São Sebastião do Paraíso envolveram terras, pastagens, cafezais e outros bens utilizados como garantias. Os credores residiam principalmente na própria região, embora também participassem dessas operações agentes estabelecidos em São Paulo. A utilização do crédito hipotecário integrou os mecanismos de financiamento da produção agrícola em um contexto de valorização das propriedades e ampliação das lavouras comerciais (OLIVEIRA; MARCONDES, 2018).

O caso de Cabo Verde apresenta elementos dessa organização produtiva. Entre os estabelecimentos analisados encontram-se as propriedades do major Gabriel Archanjo da Silva Costa, cuja produção reunia cafeicultura, pecuária e outros cultivos agrícolas. Informações relativas a 1913 registram áreas de pastagem, cafezais e canaviais, além da produção de arroz, feijão, milho, aguardente e derivados da pecuária. Em 1914, uma das operações hipotecárias vinculadas ao proprietário foi contratada com o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, evidenciando a participação de instituições financeiras na organização dos negócios rurais (OLIVEIRA; MARCONDES, 2018).

A consolidação da cafeicultura esteve relacionada às mudanças na infraestrutura de transportes. Até a implantação das ferrovias, a circulação de mercadorias dependia principalmente de caminhos terrestres percorridos por tropas de muares, carros de boi e rebanhos conduzidos por boiadeiros. As condições dessas estradas influenciavam os custos e a duração das viagens, especialmente em uma região marcada pela presença de serras, vales e cursos d'água. As primeiras iniciativas de implantação ferroviária na região datam da década de 1870, quando foram organizadas concessões e projetos destinados a estabelecer novas conexões entre o Sul de Minas e os mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo (SILVA, 2012).

A Estrada de Ferro Rio Verde, posteriormente denominada Minas e Rio, teve sua concessão autorizada em 1874. A linha foi inaugurada em 1884, estabelecendo a ligação entre Cruzeiro, no Vale do Paraíba paulista, e Três Corações, em um percurso de aproximadamente 170 quilômetros. A implantação dessa ferrovia integrou as iniciativas de modernização dos transportes e ampliou as alternativas de escoamento da produção agropecuária. O projeto estava relacionado às atividades

comerciais já estabelecidas na região e à perspectiva de crescimento da cafeicultura, que adquiria participação crescente nas exportações sul-mineiras (SILVA, 2012).

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro também participou da integração ferroviária da região. Em 1886, foi inaugurado o ramal que alcançou Poços de Caldas, estabelecendo uma conexão ferroviária com o território paulista. A presença dos trilhos favoreceu o transporte de mercadorias e passageiros, articulando a estância hidromineral e as áreas agrícolas próximas aos centros comerciais atendidos pela companhia. A expansão da Mogiana acompanhou o crescimento econômico do interior paulista e sua articulação com localidades mineiras situadas nas proximidades da fronteira estadual (SILVA, 2012).

Outras duas companhias contribuíram para a ampliação da malha ferroviária sul-mineira. A Viação Férrea Sapucaí, organizada em 1888, iniciou suas operações em 1890, enquanto a Estrada de Ferro Muzambinho começou a operar em 1891. Seus traçados alcançaram diferentes localidades da região, ampliando as conexões entre municípios produtores e centros comerciais. A Sapucaí estabeleceu ligações com cidades como Itajubá, Pouso Alegre, Borda da Mata e Jacutinga. A Muzambinho, por sua vez, atendeu localidades associadas às atividades agrícolas e comerciais, incluindo Varginha, por meio dos prolongamentos de seus ramais (SILVA, 2012).

A implantação ferroviária ocorreu em uma região cuja produção apresentava características diversificadas. Nos primeiros anos de funcionamento da Minas e Rio, o transporte de mercadorias incluía sal, toucinho, fumo, queijos, cereais, bebidas e animais. O sal, recebido de outras regiões, possuía participação expressiva no volume transportado, enquanto o gado e seus derivados integravam as exportações tradicionais sul-mineiras. O café passou a adquirir importância crescente nesse movimento, especialmente a partir da década de 1890. Em 1893, sua receita já superava individualmente a de diversas outras mercadorias, acompanhando o crescimento das lavouras comerciais (SILVA, 2012).



Elaboração: Equipe AME Cultura

A evolução do transporte ferroviário evidencia a continuidade da economia de abastecimento durante a expansão cafeeira. O crescimento do volume de café transportado ocorreu paralelamente à circulação de produtos agropecuários tradicionais, que conservaram participação expressiva nas receitas das companhias. A presença das ferrovias favoreceu novas condições de comercialização, ampliando as possibilidades de conexão entre propriedades rurais, estações ferroviárias e centros consumidores. A distribuição das linhas também influenciou as relações econômicas das localidades atendidas, estabelecendo diferentes possibilidades de acesso aos mercados externos (SILVA, 2012).

As companhias ferroviárias sul-mineiras mantinham relações com redes estabelecidas fora da região. A Minas e Rio articulava-se à Estrada de Ferro Dom Pedro II, posteriormente Central do Brasil, enquanto outras linhas estabeleceram conexões com a Mogiana. Essas ligações permitiam o escoamento de mercadorias para os portos do Rio de Janeiro e de Santos, ao mesmo tempo que fortaleciam as relações comerciais com cidades paulistas. Em 1910, a reorganização das companhias Minas e Rio, Sapucaí e Muzambinho resultou na constituição da Rede Sul Mineira, integrando trechos anteriormente administrados de forma separada (SILVA, 2012).

A navegação fluvial também participou dos sistemas de circulação utilizados no Sul de Minas. Os rios Grande e Sapucaí, além de seus afluentes, integravam percursos empregados no transporte de

mercadorias entre localidades rurais e centros comerciais. Durante o século XIX, embarcações movidas a remos e varas eram utilizadas em trechos navegáveis, complementando a circulação terrestre. A partir das últimas décadas daquele século, desenvolveram-se iniciativas de navegação a vapor, posteriormente articuladas às ferrovias. A exploração comercial desses cursos d'água enfrentou dificuldades relacionadas às condições de navegabilidade, aos custos de operação e à concorrência dos novos sistemas de transporte (MARTINS, 2012).

No rio Grande, a navegação a vapor esteve relacionada à circulação de mercadorias e às conexões estabelecidas com a Estrada de Ferro Oeste de Minas. A inauguração da estação ferroviária de Ribeirão Vermelho, em 1888, favoreceu a integração entre os transportes fluvial e ferroviário. A utilização dos rios como vias de circulação também envolveu iniciativas no Sapucaí, cujas características naturais condicionavam o funcionamento das embarcações e a regularidade dos serviços. A coexistência dessas modalidades de transporte integrou a reorganização econômica regional entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX (MARTINS, 2012).

A expansão cafeeira e a modernização dos transportes ocorreram simultaneamente à reorganização do comércio pecuário. No início do século XX, a criação da Feira de Gado de Três Corações integrou as iniciativas de institucionalização desse mercado. A feira passou a concentrar rebanhos procedentes de diferentes áreas produtoras, articulando a criação de animais às redes ferroviárias e aos centros consumidores. A atuação estatal na regulamentação das transações comerciais participou das tentativas de modernização de um setor econômico tradicionalmente organizado por meio de relações diretas entre criadores, invernistas e negociantes (SAES; ROSA, 2012).

O funcionamento da feira alcançou expressividade nas primeiras décadas do século XX, mas sua posição comercial foi afetada por mudanças nos circuitos de abastecimento de carne e pela concorrência de outras regiões produtoras. A expansão de sistemas de transporte e processamento mais modernos, especialmente em áreas vinculadas à produção pecuária do Rio Grande do Sul e da Argentina, alterou as condições de comercialização anteriormente predominantes. A perda de centralidade de Três Corações integrou a reorganização mais ampla do mercado pecuário brasileiro, acompanhada por mudanças na atuação estatal e nas estruturas comerciais do setor (SAES; ROSA, 2012).

A implantação das novas infraestruturas acompanhou transformações nas paisagens rurais. A expansão das lavouras e pastagens, o crescimento dos núcleos de povoamento e a demanda por

madeira e combustível vegetal modificaram a cobertura florestal em diferentes áreas do Sul de Minas. O avanço da cafeicultura ampliou a ocupação agrícola de terrenos anteriormente utilizados para outras atividades, enquanto a expansão ferroviária aumentou o consumo de lenha destinada ao funcionamento das locomotivas. As alterações na vegetação e nos usos do solo integraram as mudanças econômicas regionais verificadas entre as décadas de 1870 e 1920 (MARTINS, 2014b).

O fortalecimento das atividades mercantis e a melhoria dos transportes acompanharam a expansão de centros urbanos, estabelecimentos comerciais e serviços. A circulação de capitais e o crescimento das atividades administrativas contribuíram para a organização das cidades sul-mineiras, cuja configuração apresentava diferenças conforme a base produtiva de cada localidade. Municípios vinculados à agropecuária, centros comerciais e localidades associadas ao aproveitamento de recursos naturais participaram da urbanização regional, que se desenvolveu sem a concentração das atividades econômicas em um único centro urbano (SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012).

A atividade industrial também apresentou crescimento nas primeiras décadas republicanas. Os estabelecimentos industriais sul-mineiros estavam relacionados principalmente ao beneficiamento de produtos agrícolas, à fabricação de alimentos e a outras atividades destinadas ao consumo regional. A estrutura produtiva caracterizava-se pela presença de pequenas unidades e empreendimentos familiares. Os dados industriais de 1907, examinados na coletânea, indicam uma média reduzida de trabalhadores por estabelecimento, aproximadamente quatro empregados, evidenciando uma organização produtiva distinta daquela observada nos principais centros industriais brasileiros. Durante a década de 1920, a participação regional na produção industrial mineira aumentou, mantendo-se a presença expressiva de unidades de pequeno porte (SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012).

A expansão dos serviços financeiros integrou essas transformações. Entre 1889 e 1930, o Sul de Minas apresentou crescimento do número de bancos e casas bancárias, especialmente nas décadas de 1910 e 1920. A distribuição dessas instituições acompanhou o desenvolvimento das atividades comerciais e agrícolas, com concentração em localidades próximas a Varginha, Guaxupé e Pouso Alegre. O estabelecimento de bancos regionais ampliou as possibilidades de realização de operações financeiras, embora instituições de maior porte, sediadas em outras regiões mineiras, continuassem responsáveis por parcela expressiva dos depósitos e negócios bancários do estado (GAMBI, 2012).

Em Alfenas, a organização das atividades bancárias acompanhou o crescimento dos negócios agropecuários e comerciais. O Banco Comercial de Alfenas iniciou suas atividades em 1920, com

capital de quinhentos contos de réis, posteriormente ampliado para dois mil contos em 1924 e três mil contos em 1926. A instituição expandiu sua área de atuação para municípios vizinhos, mantendo agências em Machado, Cabo Verde, Campos Gerais e Três Pontas, conforme informações divulgadas em 1931. O crescimento desses estabelecimentos financeiros integrou a estrutura comercial associada à cafeicultura e às demais atividades produtivas regionais (MARTINS, 2014a).

Entre as experiências urbanas sul-mineiras, as estâncias hidrominerais ocuparam posição particular. Poços de Caldas, Caxambu, Lambari, Cambuquira e São Lourenço desenvolveram atividades relacionadas à exploração das águas minerais e termais, à medicina e à recepção de visitantes. O aproveitamento econômico das fontes esteve vinculado à implantação de estabelecimentos balneários, hotéis, parques e equipamentos destinados ao lazer. A construção dessas estruturas acompanhou projetos de organização urbana e de valorização das áreas naturais utilizadas para tratamentos de saúde e atividades recreativas (MAGALHÃES, 2012).

A exploração das águas minerais e termais adquiriu crescente participação nas políticas estaduais de organização das estâncias. Durante as primeiras décadas do século XX, os governos mineiros promoveram investimentos em equipamentos hidrotermais, infraestrutura urbana e espaços públicos destinados à circulação de visitantes. A presença de fontes minerais em localidades como Caldas, Poços de Caldas, Lambari, Cambuquira e Caxambu integrou o conjunto de recursos naturais utilizados na estruturação dessas atividades. A organização dos balneários envolveu conhecimentos médicos, projetos de engenharia e intervenções paisagísticas vinculadas às concepções urbanísticas daquele período (MAGALHÃES, 2012).

Poços de Caldas apresentou transformações expressivas nesse contexto. A cidade, conectada à rede ferroviária da Mogiana desde 1886, consolidou atividades associadas ao termalismo e à recepção de visitantes. Durante a década de 1920, o governo estadual promoveu iniciativas destinadas à reorganização dos serviços hidrotermais e à modernização da infraestrutura urbana. Em 1927, foi criada a Superintendência de Serviços Termais de Poços de Caldas, após a rescisão do contrato anteriormente mantido com a Companhia Melhoramentos. As intervenções planejadas envolveram novos equipamentos balneários, abastecimento de água, saneamento, reorganização dos espaços públicos e construção de estruturas destinadas ao turismo (MAGALHÃES, 2012).

O planejamento dessas obras contou com a participação de profissionais vinculados à engenharia, à medicina e ao paisagismo. Em 1927, uma comissão financiada pelo governo mineiro visitou estâncias europeias para examinar instalações e serviços termais. O engenheiro Eduardo

Pederneiras participou das iniciativas de reformulação urbana, enquanto Saturnino de Brito e Brito Filho foram contratados para trabalhos relacionados ao saneamento e ao abastecimento de água. O médico Aristides de Mello e Souza integrou a organização dos serviços termais. As intervenções paisagísticas também contaram com a atuação de Reinaldo Dierberger, responsável por projetos de jardins e espaços públicos em Poços de Caldas (MAGALHÃES, 2012).

As obras previstas para a estância incluíam novas termas, reorganização das fontes minerais, construção e reforma de equipamentos hoteleiros, implantação de parques e jardins, além de melhorias nos serviços urbanos. A remodelação de Poços de Caldas esteve associada à constituição de uma cidade balneária organizada para atividades de tratamento, hospedagem e lazer. A exploração comercial das águas minerais e a circulação de visitantes integravam a economia local, enquanto os espaços públicos ajardinados participavam da configuração urbanística da estância (MAGALHÃES, 2012).

A organização paisagística das cidades das águas expressou concepções específicas de urbanismo e saúde presentes entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Os projetos de parques, praças e jardins incorporaram referências europeias, especialmente aquelas associadas às estâncias balneárias francesas e aos jardins paisagísticos ingleses. A vegetação ornamental, os caminhos de circulação, os equipamentos de descanso e os espaços destinados à convivência integravam os programas de melhoramento urbano. Em Poços de Caldas, essas intervenções participaram da organização das áreas centrais vinculadas aos estabelecimentos termais e hoteleiros (MAGALHÃES, 2012).

A formação histórica do Sul de Minas apresenta, portanto, diferentes trajetórias de transformação econômica e territorial. A produção agrícola diversificada e a pecuária sustentaram antigas redes mercantis, que participaram posteriormente da expansão da cafeicultura. As ferrovias e a navegação fluvial ampliaram as alternativas de circulação de mercadorias, enquanto o desenvolvimento dos estabelecimentos bancários, comerciais e industriais acompanhou o crescimento das cidades. O aproveitamento das fontes hidrominerais contribuiu para a formação de centros urbanos associados ao termalismo e à recepção de visitantes.

As trajetórias dos municípios que integram atualmente a IGR Caminhos Gerais apresentam relações com esses processos históricos. Machado, Campestre, Poço Fundo, Cabo Verde e outras localidades participaram da organização agropecuária e da expansão cafeeira em diferentes momentos. Caldas e Poços de Caldas integraram atividades relacionadas à circulação econômica e ao

aproveitamento das águas minerais e termais, enquanto as conexões ferroviárias e rodoviárias contribuíram para a integração regional. A diversidade dessas experiências constitui parte da formação histórica do território, cuja organização econômica e urbana foi condicionada pelas atividades produtivas, pelas relações comerciais e pelas transformações verificadas entre os séculos XIX e XX.

2.2 Os municípios da IGR Caminhos Gerais

A Associação do Circuito Turístico Caminhos Gerais, constituída em 2001 e atualmente denominada Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais, atua na articulação institucional e no desenvolvimento do turismo no Sul de Minas Gerais. Integram a região os municípios de Andradas, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Carvalhópolis, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna, Machado, Monte Belo, Poço Fundo, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas e São João da Mata. Distribuídos por diferentes áreas do Sul e Sudoeste mineiro, apresentam trajetórias históricas, atividades produtivas, paisagens e manifestações culturais que compõem a diversidade territorial da região (CAMINHOS GERAIS, [s. d.]; ÍNDICE CNPJ, 2026).

As Instâncias de Governança Regionais integram a política de regionalização do turismo de Minas Gerais. Conforme a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT-MG), são entidades sem fins lucrativos, constituídas por municípios de uma mesma região que compartilham afinidades culturais, sociais e econômicas. Anteriormente denominadas Circuitos Turísticos, articulam representantes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil na organização e no desenvolvimento da atividade turística, observando os princípios de sustentabilidade, descentralização e regionalização. A IGR Caminhos Gerais integra esse modelo institucional e possui reconhecimento no Mapa do Turismo Brasileiro, instrumento do Ministério do Turismo que orienta a definição de áreas prioritárias para as políticas públicas do setor (SECULT-MG, [s. d.]; CAMINHOS GERAIS, [s. d.]).

A organização turística regional apresenta iniciativas de diferentes abrangências, incluindo percursos que conectam municípios mineiros e estabelecem ligações com o interior paulista, especialmente nas áreas próximas à Serra da Mantiqueira e ao Planalto de Poços de Caldas. As experiências identificadas relacionam-se à cafeicultura, à vitivinicultura, às águas minerais e termais, à gastronomia, à peregrinação religiosa, ao cicloturismo e à visitação de ambientes naturais. A

participação dos municípios ocorre por meio de produtos estruturados, caminhos organizados por associações, iniciativas de turismo rural e atividades promovidas por administrações públicas e empreendimentos.

Entre os produtos turísticos regionais encontra-se a Rota Vulcânica, lançada em 14 de abril de 2025, durante a WTM Latin America, realizada em São Paulo. Desenvolvida pelo Sebrae Minas em parceria com a SECULT-MG e instituições locais, compreende Andradas, Caldas e Poços de Caldas, reunindo experiências gastronômicas, sensoriais, culturais e de contato com a natureza. A proposta está associada às características geológicas do Planalto de Poços de Caldas e às atividades produtivas desse território, com destaque para os cafés especiais e suas relações com as condições de solo, clima e produção agrícola. A iniciativa integra o trabalho de estruturação e divulgação de experiências turísticas desenvolvido pelo Sebrae Minas em regiões produtoras de café do estado (FREITAS, 2025).

Os três municípios apresentam características próprias na composição da rota. Poços de Caldas reúne equipamentos e serviços relacionados à estância hidromineral, ao patrimônio arquitetônico e paisagístico, aos balneários, às águas termais e à produção cafeeira, com atividades turísticas associadas à saúde, ao bem-estar, à gastronomia e à natureza. Em Caldas, destacam-se as fontes termais, a tradição vitivinícola, as paisagens serranas e atrativos como a Pedra Branca. Andradas participa com experiências vinculadas à produção de vinhos e cafés especiais, à gastronomia e às atividades de aventura e contemplação nas áreas montanhosas. A articulação dessas ofertas constitui a base territorial do produto, apresentado oficialmente como iniciativa de diversificação do turismo mineiro (POÇOS DE CALDAS, 2025a; FREITAS, 2025).

Outro percurso associado às características geológicas da região é a Rota do Vulcão, circuito de cicloturismo concebido pela Associação de Ciclistas de Poços de Caldas (ACPC). Com aproximadamente 350 quilômetros de extensão, acompanha o entorno da caldeira vulcânica de Poços de Caldas, atravessando estradas rurais, áreas serranas, comunidades agrícolas e paisagens produtivas de Minas Gerais e São Paulo. O trajeto circular pode ser percorrido integralmente ou dividido em etapas, conforme o planejamento e as condições dos cicloturistas. A organização da iniciativa contou com a participação de municípios situados ao longo do circuito (ASSOCIAÇÃO DE CICLISTAS DE POÇOS DE CALDAS, [s. d.]).

Entre os integrantes da IGR diretamente relacionados às etapas divulgadas pela associação encontram-se Poços de Caldas, Andradas, Ibitiúra de Minas, Santa Rita de Caldas, Caldas e Botelhos. O portal estadual de turismo também inclui Campestre e Ipuiúna na abrangência do percurso. As

estradas vicinais atravessam propriedades rurais, áreas cafeeiras, pequenas localidades e setores montanhosos, com conexões interestaduais nas proximidades de Águas da Prata e de outros municípios paulistas situados junto à estrutura geológica do Planalto de Poços de Caldas (PORTAL MINAS GERAIS, [s. d.-a]).

Nesse contexto, Campestre apresenta atrativos naturais como a Pedra Grande e a Cachoeira Grande, situada na divisa com Poço Fundo, além de referências culturais e religiosas, entre elas a Capela de Nossa Senhora Aparecida. Em Ipuiúna, destacam-se o Morro da Boa Vista e o rio Pardo, identificados pelo portal estadual entre os recursos naturais do município. Essas localidades integram a apresentação turística dos percursos de cicloturismo, caracterizados pela presença de estradas rurais, formações montanhosas e atividades vinculadas à ocupação agrícola do território (CAMPESTRE, [s. d.]; PORTAL MINAS GERAIS, [s. d.-a]).

Os caminhos de peregrinação religiosa também estabelecem conexões entre os municípios do Caminhos Gerais e localidades paulistas. Entre eles encontra-se o Caminho da Fé, reconhecido pela Lei Federal nº 15.449, de 30 de junho de 2026, que criou o Roteiro Turístico Caminho da Fé nos estados de Minas Gerais e São Paulo, direcionado aos segmentos de turismo religioso, cultural e rural. O percurso principal liga Águas da Prata a Aparecida, em São Paulo, incluindo Andradas entre os municípios mineiros contemplados. A legislação identifica ainda os demais ramais integrantes do roteiro, entre eles o ramal Sul de Minas – Caldas – Santa Rita de Cássia, formado por Botelhos, Caldas, Campestre e Santa Rita de Caldas. O reconhecimento federal prevê o apoio de programas oficiais de fortalecimento da regionalização do turismo às atividades de estruturação, gestão e promoção dos atrativos compreendidos pelo itinerário (BRASIL, 2026).

A Rota das Capelas constitui outro caminho de peregrinação interestadual. Idealizada em 2005 por Arlene Padrão e atualmente promovida pela Associação dos Municípios da Rota das Capelas, conecta Aguaí, Espírito Santo do Pinhal e Santo Antônio do Jardim, no estado de São Paulo, a Andradas, Ibitiúra de Minas e Santa Rita de Caldas, em Minas Gerais. Com aproximadamente 90 quilômetros, reúne cerca de 30 capelas distribuídas ao longo de estradas rurais, propriedades agrícolas e áreas montanhosas próximas à divisa estadual. O percurso tem início em Aguaí e termina em Santa Rita de Caldas, podendo ser realizado a pé, de bicicleta ou a cavalo, de maneira independente ou mediante acompanhamento especializado. A sinalização utiliza setas de orientação, e a organização das etapas considera as características do terreno e a modalidade de deslocamento escolhida pelos

participantes. A iniciativa associa a visitação religiosa ao turismo rural e ao contato com comunidades e propriedades cafeeiras (AGUAÍ, [s. d.]).

O Caminho Monsenhor Alderigi estabelece ligação entre Jacutinga e Santa Rita de Caldas, atravessando áreas rurais de Andradas e Ouro Fino. A caminhada inaugural ocorreu nos dias 5 e 6 de outubro de 2019. No território de Andradas, o percurso compreende aproximadamente 14 quilômetros, passando pelo bairro da Barra e pelo distrito do Campestrinho. Durante a inauguração, os peregrinos pernoitaram nessa localidade, onde participaram de uma celebração religiosa na Igreja de Nossa Senhora Aparecida, antes de seguirem para o Santuário de Santa Rita de Cássia, destino final do itinerário (ANDRADAS, 2019).

A denominação do caminho homenageia Monsenhor Alderigi, nascido em Jacutinga, em 1895, e ordenado sacerdote em 1920. Após exercer parte de seu ministério em diferentes localidades, permaneceu aproximadamente cinco décadas em Santa Rita de Caldas, onde faleceu em 1977. O percurso inaugurado em 2019 foi concebido em referência à trajetória religiosa do sacerdote, mediante participação de peregrinos e apoio das administrações municipais envolvidas. A ligação entre Jacutinga, Andradas e Santa Rita de Caldas integra o conjunto de iniciativas de peregrinação existentes no Sul de Minas Gerais (ANDRADAS, 2019).

Outra conexão religiosa entre Minas Gerais e São Paulo foi estabelecida pelo Caminho de Santa Luzia, inaugurado em 9 de dezembro de 2023. O roteiro parte de Jacutinga, atravessa Albertina e o distrito da Gramínea, em Andradas, segue por Santo Antônio do Jardim e termina no Santuário de Santa Luzia, em Espírito Santo do Pinhal. A iniciativa resultou da articulação entre os cinco municípios participantes, com apoio das respectivas administrações e secretarias vinculadas à cultura e ao turismo. Na peregrinação inaugural, participantes de diferentes localidades receberam passaporte e certificado de conclusão. A passagem pela Gramínea incorpora o território rural andradense a esse percurso interestadual (ANDRADAS, 2023).

A cafeicultura constitui outra referência para a organização dos itinerários regionais. A Lei Federal nº 14.718, de 1º de novembro de 2023, erigiu em monumento nacional a Rota do Café, correspondente a um percurso rodoviário que tem início na BR-365, em Patrocínio, atravessa diferentes regiões de Minas Gerais e alcança o Porto de Santos, no litoral paulista. Entre os municípios expressamente relacionados na legislação encontram-se Monte Belo, Cabo Verde, Botelhos, Campestre e Machado, integrantes da IGR Caminhos Gerais. O reconhecimento federal abrange os caminhos associados à circulação da produção cafeeira e identifica rodovias e localidades que

integram o itinerário. Esse traçado possui características distintas dos roteiros de visitação a propriedades produtoras, das experiências gastronômicas e das iniciativas municipais de turismo rural vinculadas ao café (BRASIL, 2023).

Em Poço Fundo, a cafeicultura, especialmente o cultivo orgânico, integra as referências econômicas e turísticas divulgadas pelo portal estadual. O município apresenta ainda atrativos naturais, entre eles a Cachoeira Grande, a Cachoeira da Efigênia, a Pedra Balão e a Pedra da Canoa. As manifestações culturais e festividades religiosas incluem a tradição do Terno de Congo de São Benedito, compondo uma oferta divulgada a partir das atividades agrícolas, das paisagens naturais e das práticas culturais locais (PORTAL MINAS GERAIS, [s. d.-b]).

Em Poços de Caldas, as relações entre cafeicultura e visitação rural integram a programação da Festa do Café, Cultura e Turismo Rural. Na edição realizada em outubro de 2025, a Rota Turística do Café figurou entre as atividades divulgadas pela administração municipal, com percurso previsto pela área rural. O evento contemplou concursos de qualidade dos cafés, exposições, degustações, atividades gastronômicas e encontros entre produtores e participantes. Entre as instituições envolvidas estavam a Associação dos Produtores do Café da Região Vulcânica, a Emater-MG, o Sebrae e o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (POÇOS DE CALDAS, 2025b).

A segunda edição ocorreu em outubro de 2026, organizada pela Prefeitura de Poços de Caldas em parceria com instituições públicas e entidades relacionadas à produção regional. A programação manteve a divulgação dos cafés especiais, da gastronomia e do turismo rural, com concursos, degustações, oficinas, exposições e atividades vinculadas à Rota Turística do Café. As duas edições reuniram produtores, empreendedores e instituições do setor em iniciativas de apresentação da produção cafeeira e de experiências turísticas associadas ao meio rural (POÇOS DE CALDAS, 2026).

Entre as iniciativas locais de turismo de natureza e aventura destaca-se a Rota das Cachoeiras, em Andradas, divulgada como percurso de *aquatrekking* na Serra do Caracol. O roteiro possui aproximadamente seis quilômetros de caminhada, duração estimada de cinco horas e passagem por 11 cachoeiras, sendo classificado como de dificuldade média. As formações rochosas, os cursos d'água e as áreas montanhosas do município também integram outras atividades de contemplação e aventura apresentadas pelo portal turístico local (DESCUBRA ANDRADAS, [s. d.]).

Andradas possui ainda atividades de cicloturismo associadas ao grupo Caracol Bikers. A iniciativa consta do Calendário de Eventos de Andradas de 2026, com previsão para julho e data ainda

pendente de definição. A programação está relacionada às práticas de ciclismo em estradas rurais e ambientes naturais utilizados para atividades esportivas e visitação turística (ANDRADAS, 2026).

Em São João da Mata, a divulgação realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo contempla paisagens naturais, gastronomia e manifestações culturais. Entre os atrativos apresentados estão o Pico da Divisa, o Parque Pedra do Navio, cachoeiras e trilhas ecológicas, além das festividades religiosas dedicadas a São João Batista, São Sebastião e Nossa Senhora do Rosário. Esses elementos integram as possibilidades de visitação, contemplação da natureza e participação nas celebrações locais (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

Carvalhópolis reúne referências culturais, religiosas, gastronômicas e paisagísticas em sua apresentação turística. A administração municipal destaca a Praça Monsenhor Dutra, a Igreja Matriz de São Sebastião, as festividades do padroeiro, o Parque Dona Jandira e as serras que circundam a cidade. A produção alimentar compreende doces, queijos, cafés e o biscoito com pernil, preparação vinculada às práticas gastronômicas locais e à participação em eventos municipais. As festas populares, as atividades rurais e os espaços públicos integram as referências divulgadas aos visitantes (CARVALHÓPOLIS, [s. d.]).

Em Ipuiúna, além dos atrativos naturais e das atividades relacionadas aos percursos de cicloturismo, a administração municipal desenvolve iniciativas de identificação e divulgação de empreendimentos de turismo rural. Em setembro de 2026, foi publicado procedimento de contratação destinado ao fornecimento de placas de sinalização turística para atrativos, propriedades e estabelecimentos rurais. A medida integra as ações administrativas voltadas à identificação dos empreendimentos e à orientação dos visitantes no território municipal (IPUIÚNA, 2026).

As iniciativas apresentadas possuem diferentes condições de abrangência territorial, estruturação e reconhecimento institucional. A Rota Vulcânica reúne experiências organizadas em Andradas, Caldas e Poços de Caldas, enquanto a Rota do Vulcão articula percursos de cicloturismo por municípios mineiros e paulistas. O Caminho da Fé, a Rota das Capelas, o Caminho Monsenhor Alderigi e o Caminho de Santa Luzia estabelecem conexões religiosas e rurais. A Rota do Café, reconhecida pela legislação federal, insere cinco municípios da IGR em um itinerário de abrangência nacional, ao passo que outras iniciativas vinculadas à cafeicultura correspondem a experiências de visitação, eventos e atividades promovidas localmente.

A caracterização regional considera essas diferenças entre percursos reconhecidos por legislação federal, produtos estruturados em parceria com instituições estaduais, caminhos

organizados por associações e iniciativas municipais. A participação dos destinos ocorre em condições distintas, relacionadas à existência de atrativos, serviços, infraestrutura de apoio e formas de organização da visitação. Esse conjunto compreende municípios integrados a itinerários intermunicipais e localidades cujas referências turísticas estão associadas principalmente à produção agrícola, à gastronomia, às manifestações culturais e aos ambientes naturais.

A distribuição territorial dessas atividades integra a caracterização dos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais, cujos processos de formação histórica e organização administrativa apresentam trajetórias distintas. A tabela seguinte reúne as informações sobre o povoamento inicial, a constituição de freguesias e distritos e a emancipação político-administrativa de cada localidade, antecedendo os históricos municipais desenvolvidos nas seções subsequentes.

A tabela a seguir reúne os municípios considerados na caracterização territorial do Caminhos Gerais, acompanhados das respectivas datas de fundação ou formação histórica e de emancipação político-administrativa. Essas informações introduzem o panorama da constituição dos municípios, apresentado na sequência, com atenção às particularidades dos processos de ocupação, formação dos núcleos urbanos e organização administrativa de cada localidade.

Tabela 1– Tabela dos Municípios organizados por ordem cronológica de fundação/emancipação

Município	Formação / povoamento inicial (breve)	Elevação à freguesia / distrito	Emancipação / município
Caldas	Ocupação no século XVIII, em área de circulação entre Minas Gerais e São Paulo, com base agropastoril. A formação do povoado ocorreu por volta de 1780, associada à criação de gado e à atuação de Antônio Gomes de Freitas.	Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde das Caldas, criada pelo Alvará de 27/03/1813, com registro posterior na Lei Estadual nº 2/1891.	Elevada à vila pela Lei Provincial nº 134, de 16/03/1839. A sede municipal foi transferida para Cabo Verde em 1846, sendo a Vila de Caldas restabelecida pela Lei Provincial nº 452, de 20/10/1849.
Cabo Verde	Núcleo de povoamento do século XVIII, associado à exploração aurífera. A Prefeitura registra a fundação do Arraial de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde em 15/08/1762, por Veríssimo João de Carvalho.	Distrito de Vila Nova de Cabo Verde, anterior a 1798 ou criado pela Lei nº 134, de 1829, conforme a cronologia do IBGE. A povoação já havia sido elevada a curato em 1766.	Elevada à vila pela Lei Provincial nº 290, de 26/03/1846, mediante transferência da sede de Caldas. A vila foi suprimida em 1850 e restabelecida pela Lei Provincial nº 1.290, de 30/10/1866, com instalação em 1867. Elevada à cidade em 1877.

Machado	Povoamento no final do século XVIII, ligado à expansão agrícola e às rotas internas do Sul de Minas. Em 08/05/1787, foi registrada a nomeação do guarda-mor dos rios Machado e Dourado, Francisco Costa Santo, que residiu na região até 1808. Entre 1810 e 1815, desenvolveram-se atividades agrícolas e pecuárias nas fazendas de Antônio Moreira de Souza Ribeiro e Joaquim José dos Santos. A formação do arraial esteve relacionada à doação de terras por Ana Margarida Josefa de Macedo para a construção de uma capela, autorizada entre 1816 e 1818.	Curato da Sacra Família do Machado elevado à categoria de paróquia pela Lei Provincial nº 809, de 03/07/1857.	Município de Santo Antônio do Machado criado pela Lei Provincial nº 2.684, de 30/11/1878, mediante elevação à vila e desmembramento de Alfenas. Instalado em 24/09/1883. A denominação Machado foi oficializada em 1923.
Poços de Caldas	Formação ligada às águas termais no século XIX. A utilização das fontes antecedeu a constituição do núcleo urbano. Em 06/11/1872, ocorreu a doação de terras para a fundação da cidade, formalizando a implantação do povoado junto às águas termais.	Distrito de Paz de Águas Virtuosas de Caldas, criado pela Lei Provincial nº 2.035, de 01/12/1873. Posteriormente, recebeu a denominação de Nossa Senhora da Saúde dos Poços de Caldas.	Elevada à vila pela Lei Provincial nº 3.659, de 01/09/1888, com a denominação de Vila dos Poços de Caldas.
Andradas	Povoamento no final do século XVIII, com base agrícola. Em 1790, registra-se a fixação de Felipe Mendes e do guarda-mor Antônio Rabelo de Carvalho às margens do Córrego do Cipó, no território posteriormente conhecido como São Sebastião do Jaguari. Em 1848, ocorreu a doação de terras para o patrimônio da Igreja.	Distrito de São Sebastião de Jaguari, criado pela Lei Provincial nº 1.098, de 07/10/1860.	Elevada à vila pela Lei Provincial nº 3.656, de 1888, com a denominação de Vila do Caracol, desmembrada de Caldas. A denominação Andradas foi adotada em 1928.
Campestre	Formação rural em área de campos e lavouras, vinculada à passagem de viajantes e à ocupação agrícola. Em 1830, os irmãos Francisco José Muniz e Manoel José Muniz doaram terras para a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo e de um cemitério, em torno dos quais se desenvolveu o povoado.	Distrito de Nossa Senhora do Carmo de Campestre, criado pela Lei Provincial nº 184, de 03/04/1840.	Município criado pela Lei Estadual nº 556, de 30/08/1911, desmembrado de Caldas.
Botelhos	Povoado de São José dos Botelhos, ligado à organização religiosa e agrícola local. Por volta de 1845,	Distrito de Paz de São José dos Botelhos, criado em 30/10/1866.	Município de São José dos Botelhos criado pela Lei Estadual nº 556, de

	Antônio Carvalho construiu uma capela dedicada a São Gonçalo, no cruzamento das estradas de Cabo Verde, Caldas e Campestre. Ao redor da capela surgiram moradias e estabelecimentos comerciais.	Elevado à freguesia pela Lei Provincial nº 2.031, de 01/12/1873.	30/08/1911, desmembrado de Cabo Verde, com instalação em 1912.
Monte Belo	Povoado surgido no século XIX, em região de circulação e ocupação agrícola. Em meados daquele século, José Lopes e João Rafael doaram terras para a construção de uma capela. Em torno dela formou-se o Arraial das Manguaras, posteriormente conhecido como Capela dos Lopes. O povoamento ampliou-se com a instalação de fazendas, moradias e estabelecimentos comerciais.	Distrito de Monte Belo, criado pela Lei Provincial nº 3.079, de 06/11/1882, inicialmente vinculado a Cabo Verde. Posteriormente, passou a integrar Muzambinho.	Município criado pelo Decreto-Lei Estadual nº 148, de 17/12/1938, desmembrado de Muzambinho.
Santa Rita de Caldas	Em 1764, o território aparece relacionado ao caminho entre Cabo Verde e Ouro Fino, registrado na cartografia do itinerário do governador Luís Diogo Lobo da Silva. A ocupação ocorreu com o estabelecimento de fazendas e atividades de criação de gado. Em 1852, os moradores obtiveram autorização para a construção da capela dedicada a Santa Rita, concluída em 1856, em torno da qual se desenvolveu o povoado.	Curato de Santa Rita de Cássia do Rio Claro, em 1860. Elevado a distrito de paz pela Lei Provincial nº 1.103, de 16/10/1861, e a freguesia pela Lei Provincial nº 1.581, de 22/07/1868.	Município de Santa Rita de Caldas criado pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.058, de 31/12/1943, desmembrado de Parreiras, atual Caldas.
Ipuiúna	Entre 1759 e 1778, ocorreu a abertura da estrada de Ouro Fino a Cabo Verde, por Veríssimo João de Carvalho. Em 1795, foi concedida uma sesmaria ao capitão Bernardo José Simões, abrangendo parte do atual território municipal. O povoado de Santa Quitéria e São João Batista do Rio Pardo foi fundado em 22/01/1891, mediante doação de terras para sua constituição.	Distrito criado pela Lei Estadual nº 556, de 30/08/1911, com a denominação de Ipuiúna, inicialmente pertencente a Caldas.	Município criado pela Lei Estadual nº 1.039, de 12/12/1953, desmembrado de Santa Rita de Caldas. Instalado em 01/01/1954.
Carvalhópolis	Antigo povoado de Carvalhos, vinculado a Machado, posteriormente denominado Cana do Reino. A formação do núcleo esteve associada à ocupação rural e	Distrito de Cana do Reino, criado pela Lei Estadual nº 843, de 07/09/1923, com sede na povoação de Carvalhos, pertencente a Machado.	Município de Cana do Reino criado pela Lei Estadual nº 1.039, de 12/12/1953, desmembrado de Machado. Passou a denominar-se Carvalhópolis pela Lei

	às famílias estabelecidas na região, especialmente à família Carvalho.		Estadual nº 2.764, de 30/12/1962.
Poço Fundo	Núcleo formado em torno da Capela de São Francisco de Paula, em 1870. A construção da capela, em 02/04/1870, é atribuída ao capitão Francisco Ferreira de Assis. O povoado recebeu a denominação de São Francisco de Paula do Machadinho, com atividades agrícolas de subsistência e posterior desenvolvimento das culturas de café e fumo.	Distrito de São Francisco de Paula do Machadinho, criado pela Lei Provincial nº 1.676, de 21/09/1870. Elevado à freguesia pela Lei Provincial nº 1.787, de 22/09/1871.	Município de Gimirim criado pela Lei Estadual nº 843, de 07/09/1923, desmembrado de Machado. Instalado em 24/05/1924. Passou a denominar-se Poço Fundo pela Lei Estadual nº 1.039, de 12/12/1953.
Ibitiúra de Minas	Ocupação rural registrada desde o início do século XIX. Em 1803, familiares e agregados do alferes Manuel Antônio Marques desenvolveram atividades agrícolas na região. O núcleo urbano de São Benedito do Jaguari formou-se no final do século XIX, em área de fazendas. Em 1897, foi construída a primeira casa do povoado e, em 1898, celebrada a primeira missa.	Distrito de Ibitiúra, anteriormente denominado São Benedito, criado pela Lei Estadual nº 843, de 07/09/1923, pertencente ao município de Caldas.	Município de Ibitiúra de Minas criado pela Lei Estadual nº 2.764, de 30/12/1962, desmembrado de Caldas.
São João da Mata	Núcleo formado no século XX, associado à agricultura e ao comércio local. A ocupação intensificou-se pouco antes de 1930, com o cultivo de café, feijão e milho. Na década de 1930, a instalação de armazéns para abastecimento das propriedades rurais contribuiu para a consolidação do povoado.	Distrito de Jacarini, criado pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.058, de 31/12/1943, com sede no povoado de São João da Mata e território desmembrado de Silvianópolis e Jangada.	Município de São João da Mata criado pela Lei Estadual nº 2.764, de 30/12/1962.

MUNICÍPIOS ORGANIZADOS POR ORDEM CRONOLÓGICA

MUNICÍPIO	FORMAÇÃO / POVOAMENTO INICIAL (BREVE)	ELEVAÇÃO A FREGUESIA / DISTRITO	EMANCIPAÇÃO / MUNICÍPIO
Caldas	Ocupação no séc. XVIII em área de circulação entre Minas e São Paulo, com base agropastoril	Freguesia criada com a denominação Rio Verdes das Caldas, pelo Alvará de 27/03/1813 e por lei estadual	1839
Cabo Verde	Núcleo antigo; distrito de Vila Nova de Cabo Verde anterior a 1798 ou formalizado em 1829	Distrito anterior a 1798 ou Lei nº 134/1829	1846 (reorganizado em 1866)
Machado	Povoamento no final do séc. XVIII (1787), ligado à expansão agrícola e às rotas internas do Sul de Minas	1857 elevação a freguesia	A lei nº 2684, de 30 de novembro de 1880, criou o município de Santo Antônio do Machado
Poços de Caldas	Formação ligada às águas termais no séc. XIX	1872 doação das terras para fundação da cidade	Lei nº 3.659, de 01/09/1888
Andradas	Povoamento no fim do séc. XVIII com base agrícola	1860	1888
Campestre	Formação rural em área de campos e lavoura	1840 criação do distrito de Nossa Senhora do Carmo de Campestre	1911
Botelhos	Povoado de São José dos Botelhos ligado à organização religiosa local	1866 (distrito) / 1873 (freguesia)	1911
Monte Belo	Povoado surgido no séc. XIX na rota das bandeiras paulistas.	1882	1938
Santa Rita de Caldas	Em 1764 aparece em registros cartográficos ligando Cabo Verde a Ouro Fino	1861 Distrito de Paz	1943
Ipuiúna	1759-1778: Abertura da Estrada Ouro Fino a Cabo Verde	1911	1953
Carvalhópolis	Antiga Cana do Reino, vinculada a Machado	1923	1953
Poço Fundo	Núcleo formado em torno da Capela de São Francisco de Paula (1870)	1871	1923 (como Gimirim; nome atual em 1953)
Ibitiúra de Minas	Formação no final do séc. XIX em áreas rurais	1923	1962
São João da Mata	Núcleo formado no séc. XX com comércio local	1943	1962

Elaboração: Equipe AME Cultura

Os históricos apresentados a seguir abordam, individualmente, os processos de formação e desenvolvimento dos 14 municípios que integram a Instância de Governança Regional Caminhos Gerais. A exposição contempla aspectos relacionados à ocupação territorial, à constituição dos primeiros núcleos de povoamento, às atividades econômicas, às transformações administrativas e às particularidades de cada localidade. Organizados por município, os textos oferecem uma perspectiva histórica sobre a formação das cidades que atualmente compõem a região, considerando suas trajetórias e as relações estabelecidas ao longo do tempo.

2.3 Andradas

A formação histórica de Andradas está vinculada ao processo de ocupação dos contrafortes da Serra da Mantiqueira, em uma área de transição entre o Sul de Minas Gerais e o interior paulista, marcada desde o final do século XVIII por rotas de circulação e instalação de unidades produtivas rurais. O território foi inicialmente identificado por diferentes denominações, entre elas Samambaia,

São Sebastião do Jaguary e, posteriormente, Caracol, antes de assumir o nome atual, evidenciando um percurso histórico marcado por transformações toponímicas associadas às mudanças administrativas e à consolidação do núcleo urbano.

Os primeiros registros de ocupação remontam à chegada de Felipe Mendes e do guarda-mor Antônio Rabelo de Carvalho, oriundos de Baependi, que, ao atravessarem o rio das Antas e a Cachoeira Grande do córrego do Tamanduá, estabeleceram-se nas proximidades do córrego do Cipó, onde iniciaram atividades ligadas à criação de gado. Esse momento inicial revela uma ocupação típica dos sertões meridionais mineiros, baseada na abertura de fazendas e no aproveitamento de áreas férteis, em um contexto de expansão territorial posterior ao declínio das atividades mineradoras.

Em 1845, os moradores decidiram erguer uma capela e a consagraram ao santo guerreiro São Sebastião. Casalecchi (1977), escreveu que o lugar escolhido foi o terreno coberto por um grande samambaial, de propriedade de Cândido José Mendes, descendente de Filipe Mendes do Prado. Sua doação se efetuou, de fato, em 1848, na freguesia de Caldas à qual o lugar pertencia.

Desse modo, o primeiro núcleo recebeu o nome de Samambaia, em referência à vegetação predominante. Posteriormente, passou a ser denominado São Sebastião do Jaguary, nome que se consolidou ao longo do século XIX. Registros da imprensa oitocentista indicam a coexistência dessas denominações, associadas também à Serra da Samambaia, evidenciando a importância da paisagem natural na identificação do território. A região já se encontrava integrada a caminhos que articulavam Minas Gerais e São Paulo, funcionando como área de passagem e conexão entre diferentes núcleos regionais.

A configuração geográfica exerceu papel central na formação da identidade local. A Serra do Caracol, situada ao norte do núcleo urbano, e a Serra do Pau D'Alho, ao sul, constituem referências estruturantes da paisagem. A primeira, cuja forma sinuosa foi associada à figura de um caracol, deu origem à denominação adotada no momento da elevação da localidade à categoria de vila. Essas formações serranas delimitavam o espaço e orientavam a ocupação, os caminhos e a construção simbólica do território.

Do ponto de vista administrativo, o distrito de São Sebastião do Jaguary foi criado pela Lei Provincial nº 1.098, de 7 de outubro de 1860, subordinado ao município de Caldas, núcleo originário de grande parte dos desmembramentos territoriais dessa porção do Sul de Minas. A elevação à categoria de vila ocorreu pela Lei nº 3.656, de 1º de setembro de 1888, com a denominação de Vila

do Caracol, desmembrando-se de Caldas. A instalação oficial deu-se em 22 de fevereiro de 1890, consolidando a autonomia político-administrativa do novo município.

A mudança da denominação para Andradas ocorreu em 1928, em homenagem a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, então presidente do Estado de Minas Gerais. A alteração do nome não foi plenamente consensual, sendo objeto de críticas em jornais locais, que defendiam a permanência da denominação tradicional. A mudança de denominação envolveu decisões administrativas, disputas simbólicas e formas de pertencimento associadas à memória local.

Economicamente, Andradas apresenta um perfil típico de município de porte médio do Sul de Minas, com economia diversificada e forte base agroindustrial. Segundo dados do IBGE, o município possuía população de 40.553 habitantes no Censo de 2022, com estimativa de 42.501 habitantes em 2025, distribuídos em uma área de 469,396 km², resultando em densidade demográfica de aproximadamente 86,39 hab./km². O Produto Interno Bruto (PIB) municipal evidencia a predominância do setor de serviços, seguido pela indústria e pela agropecuária, refletindo uma economia relativamente equilibrada entre atividades urbanas e rurais. O PIB per capita, em 2023, foi de R$ 36.575,48, indicador compatível com municípios de mesma faixa populacional na região (IBGE, 2025). No setor produtivo, destacam-se a cafeicultura, a vitivinicultura, a produção agrícola diversificada e a pecuária, além de atividades industriais e comerciais associadas à transformação de produtos e ao abastecimento regional. Esse conjunto de dados indica um município com base econômica consolidada, no qual as atividades rurais permanecem relevantes, mas articuladas a um setor de serviços em expansão, fortemente influenciado pelo turismo e pela economia criativa local.

Andradas apresenta iniciativas turísticas relacionadas à produção rural, à gastronomia, à vitivinicultura, aos cafés especiais e ao turismo de experiência, em continuidade a uma trajetória histórica marcada pelas relações entre as atividades produtivas e as práticas culturais locais. O reconhecimento como “Cidade Gastronômica 2026–2027”, no âmbito do Prêmio Cumbucca, e a conquista do 1º lugar no Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora, na categoria Empreendedorismo Rural, expressam a valorização recente dessas atividades e sua articulação com as políticas de desenvolvimento municipal. As premiações contribuem para a projeção de Andradas no cenário estadual e para o fortalecimento de iniciativas que associam produção, identidade local, turismo e economia criativa (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS, 2025; 2026).

A atividade turística do município articula a paisagem serrana, a produção rural e as experiências relacionadas à gastronomia, ao vinho, ao café e ao contato com a natureza. Situado na

região da Serra da Mantiqueira, Andradas apresenta relevo montanhoso, clima ameno e uma rede de estradas rurais que integram diferentes localidades e áreas de produção. Essas características compõem as condições territoriais para a organização de roteiros e atividades de visitação associados às paisagens, aos empreendimentos rurais e às especialidades gastronômicas locais.



Pedra do Elefante na Serra do Pau D'Alho, Andradas – MG. Fotografia de Cristiane Magalhães. Acervo AME Cultura.

Do ponto de vista institucional, Andradas integra o Mapa do Turismo Brasileiro e participa das políticas de regionalização do turismo do Estado de Minas Gerais, por meio do circuito turístico Caminhos Gerais, o que indica a presença de governança local, estrutura de serviços e organização da atividade turística (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS, 2024; MINAS GERAIS, [s. d.]). Essa inserção reflete um processo recente de fortalecimento do setor, especialmente a partir do período pós-pandemia, quando o município passou a registrar crescimento no fluxo de visitantes e na oferta de atrativos (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS, 2026).

Embora não haja divulgação sistemática anual de fluxo turístico consolidado, dados institucionais indicam expansão significativa da atividade, com aumento da visibilidade regional e estadual. Esse crescimento está diretamente relacionado à estruturação de produtos turísticos baseados em experiências. A vitivinicultura constitui um dos principais vetores, com vinícolas abertas à visitação, degustação e comercialização, inserindo Andradas no circuito do enoturismo mineiro. A

produção local, estimada em cerca de 4 milhões de litros de vinho por ano, reforça a importância dessa atividade tanto do ponto de vista econômico quanto turístico (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS, 2026).

A cafeicultura, por sua vez, tem ampliado sua presença no turismo local por meio da valorização dos cafés especiais. Com mais de 2.700 produtores, o município passou a desenvolver eventos e experiências voltadas ao café, como o Andradas Café Festival, que reúne produtores, especialistas e visitantes em torno de atividades como degustações, oficinas, rodadas de negócios e competições técnicas, ampliando a inserção do município em circuitos especializados (SEBRAE-MG, 2026).

O turismo de natureza e aventura integra a diversificação da oferta turística de Andradas. O relevo serrano favorece atividades como trekking, escalada, voo livre, mountain bike e ciclismo rural. Entre os atrativos destacam-se o Pico do Gavião, reconhecido nacionalmente pela prática do voo livre, a Pedra do Elefante, a Pedra do Pântano, além de trilhas e cachoeiras. A rede de aproximadamente 1.300 km de estradas rurais amplia as possibilidades de organização de roteiros, especialmente para o cicloturismo e a contemplação das paisagens (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS, [s. d.]).

A gastronomia articula diferentes atividades turísticas à produção local de cafés especiais, vinhos, azeites premiados e produtos da agricultura familiar. O reconhecimento de Andradas como "Cidade Gastronômica 2026-2027" integra esse processo de valorização, acompanhado pela realização de eventos, festivais e experiências que associam a culinária às atividades produtivas do município. Essas iniciativas diversificam as alternativas de visitação e contribuem para a organização da oferta turística (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS, 2025; 2026).

A articulação entre produção rural, patrimônio cultural, paisagens naturais e iniciativas institucionais caracteriza a expansão do turismo em Andradas. O município vem estruturando experiências associadas às suas atividades produtivas e aos recursos territoriais, fortalecendo as relações entre os espaços rurais e urbanos e ampliando as possibilidades de visitação.

A comparação com Poços de Caldas evidencia diferentes condições de desenvolvimento turístico no Sul de Minas Gerais. Poços apresenta uma estrutura consolidada, formada ao longo de um século de atividades relacionadas ao turismo termal, urbano e de eventos. O município dispõe de ampla rede de hospedagem, participação expressiva do setor de serviços no PIB e fluxo anual estimado entre 1,5 e 2 milhões de visitantes (IBGE, 2023; PREFEITURA DE POÇOS DE CALDAS,

[s. d.]). Andradas, por sua vez, apresenta uma trajetória recente de diversificação da oferta, com iniciativas vinculadas à vitivinicultura, aos cafés especiais, à gastronomia e ao turismo de experiência. As particularidades desses municípios compõem diferentes possibilidades de organização da atividade turística regional, associadas às respectivas estruturas econômicas, aos recursos territoriais e às condições de atendimento aos visitantes.



Localização do município de Andradas no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.4 Botelhos

A constituição do município de Botelhos, no Sul de Minas Gerais, está associada à formação de núcleos locais que se estruturaram a partir da organização religiosa e administrativa característica do interior mineiro no século XIX. Nesse contexto, destaca-se o povoado de São José dos Botelhos, cuja consolidação ocorreu por meio da criação de unidades administrativas como distritos e freguesias, fundamentais para a organização territorial da região. O distrito de São José dos Botelhos foi instituído em 30 de outubro de 1866, subordinado ao município de Cabo Verde, sendo posteriormente elevado à categoria de freguesia em 1º de dezembro de 1873, o que consolidou sua estrutura institucional e religiosa (IBGE, [s. d.]).

A emancipação político-administrativa ocorreu em 30 de agosto de 1911, quando o distrito foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Cabo Verde. Esse processo integra a dinâmica de fragmentação territorial característica do Sul de Minas, marcada pela progressiva autonomização de núcleos locais ao longo do final do século XIX e início do século XX. Em 18 de setembro de 1915, o município passou a denominar-se oficialmente Botelhos, consolidando sua identidade administrativa e territorial (IBGE, [s. d.]; WIKIPÉDIA, [s. d.]).

A formação territorial de Botelhos insere-se, portanto, em um processo regional mais amplo, no qual Caldas atuou como núcleo originário, Cabo Verde como unidade intermediária e Botelhos como município resultante dessa subdivisão progressiva. Esse encadeamento evidencia a reorganização administrativa do território sul-mineiro a partir da constituição de novas unidades municipais, acompanhando o crescimento populacional e a consolidação de economias locais. Ao longo do século XX, o município passou por reorganizações internas, incluindo a criação de distritos como São Gonçalo de Botelhos, refletindo a continuidade desse processo em escala local (IBGE, [s. d.]).



Botelhos – MG. Acervo Caminhos Gerais.

Do ponto de vista econômico, Botelhos apresenta forte inserção no setor agropecuário, com destaque para a cafeicultura, atividade central na economia do Sul de Minas Gerais. A produção de café, desenvolvida em pequenas e médias propriedades, constitui um dos principais eixos da

economia local, articulando-se com cadeias produtivas regionais e nacionais. O município integra uma região reconhecida pela produção de cafés de qualidade, inserida no contexto do Sul de Minas, onde práticas de manejo, condições ambientais e tradição produtiva contribuem para a valorização do produto no mercado. A cafeicultura local reúne a produção em escala e a busca por qualidade e diferenciação, acompanhando tendências da cafeicultura contemporânea (IBGE, 2023; EMATER-MG, [s. d.]).

Além do café, a pecuária e a produção agrícola diversificada complementam a base econômica do município, reforçando o caráter rural de sua organização territorial. A atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) evidencia a importância da agricultura familiar e das práticas produtivas tradicionais, especialmente na produção de café e derivados agrícolas, contribuindo para a sustentabilidade econômica e social do meio rural (EMATER-MG, [s. d.]).

No campo cultural, a relevância da cafeicultura para o município também se expressa na preservação de sua memória produtiva, como no caso do Museu do Café de Botelhos, espaço dedicado à valorização da história local vinculada à produção cafeeira. A presença desse equipamento cultural reforça a centralidade do café na formação econômica e social do município, articulando patrimônio, identidade e atividade produtiva. Esse perfil econômico-cultural está em consonância com a estrutura histórica da região, marcada pela transição da mineração para a agropecuária e, posteriormente, para a consolidação da economia cafeeira.

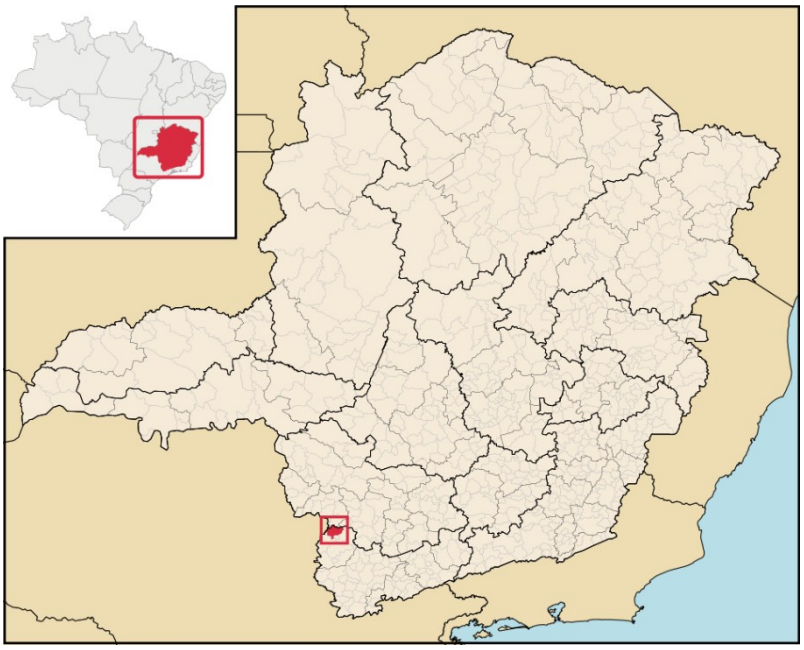
Em relação aos aspectos turísticos, Botelhos insere-se no contexto do turismo rural e de natureza característico do Sul de Minas, o município apresenta potencial turístico associado à paisagem rural, ao relevo montanhoso e às áreas naturais preservadas, favorecendo atividades como trilhas, caminhadas e turismo de contemplação. Entre os principais atrativos naturais destacam-se cachoeiras e áreas de mata nativa distribuídas pelo território municipal, que configuram espaços de lazer e contato com a natureza.

No que se refere ao patrimônio cultural, o município preserva elementos associados à sua formação histórica e à organização comunitária, especialmente edificações religiosas, como a Igreja Matriz de São José, que constitui referência central na paisagem urbana e na vida social local. As manifestações religiosas e festivas, vinculadas ao calendário católico, desempenham papel relevante na manutenção das tradições e na construção da identidade cultural do município. Eventos religiosos

e comunitários funcionam como momentos de sociabilidade e reafirmação dos vínculos locais, além de contribuírem para a dinâmica cultural e turística (PREFEITURA DE BOTELHOS, [s. d.]).

A articulação entre economia rural, patrimônio cultural e potencial turístico evidencia um modelo de desenvolvimento baseado na valorização dos recursos locais e das práticas tradicionais. No caso de Botelhos, essa dinâmica se expressa em um município de pequeno porte, com população estimada em aproximadamente 15 mil habitantes, segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), e economia ancorada no setor agropecuário. O Produto Interno Bruto municipal apresenta forte participação das atividades rurais, especialmente da cafeicultura, que se articula com o comércio local e serviços, compondo a base econômica do município (IBGE, 2021).

Nesse sentido, Botelhos integra o conjunto de municípios do Sul de Minas cuja configuração territorial, econômica e cultural resulta de um processo histórico de formação regional baseado na fragmentação de territórios maiores e na consolidação de núcleos locais autônomos.



Localização do município de Botelhos no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.5 Cabo Verde

A formação territorial do Sul de Minas Gerais, especialmente na área compreendida entre os atuais municípios de Caldas, Cabo Verde e Botelhos, insere-se no processo mais amplo de ocupação

dos sertões meridionais mineiros ao longo do século XVIII, diretamente relacionado à expansão das frentes colonizadoras após o ciclo aurífero. Nesse contexto, a região passou a integrar os circuitos de circulação entre Minas Gerais e São Paulo, constituindo-se como área de passagem de tropeiros e de desenvolvimento de atividades agropastoris, que se tornaram centrais para a economia regional após o declínio da mineração.

A configuração territorial dessa porção do Sul de Minas foi marcada, inicialmente, pela formação de unidades administrativas extensas. Caldas ocupa posição central nesse processo, consolidando-se como um dos principais núcleos originários da região. Elevada à categoria de vila em 1839, ao se desmembrar de Campanha, passou a exercer função administrativa sobre um território amplo, funcionando como centro de referência ao longo do período imperial. Sua comarca reunia diversas freguesias e povoações que, ao longo do tempo, dariam origem a novos municípios, entre elas núcleos que posteriormente se constituiriam como Cabo Verde, Andradas, Campestre e Poços de Caldas.

É nesse quadro que se insere a formação de Cabo Verde, cuja constituição administrativa remonta ao final do período colonial ou início do período imperial, com a criação do distrito de Vila Nova de Cabo Verde, cuja existência é apontada como anterior a 1798 ou formalizada pela Lei nº 134, de 1829. Essa condição evidencia a importância precoce do núcleo como ponto de organização territorial no interior da capitania. A elevação à categoria de vila ocorreu em 26 de março de 1846, momento em que adquiriu autonomia administrativa. No mesmo ano, entretanto, a estrutura territorial foi reorganizada, com a transferência da sede da vila para o território de Cabo Verde, sob a denominação de Vila Nova de Cabo Verde, absorvendo a estrutura administrativa anteriormente vinculada a Caldas e evidenciando a disputa por centralidade entre os núcleos emergentes da região.

A reorganização territorial foi novamente alterada em 30 de outubro de 1866, quando Cabo Verde foi elevada de forma definitiva à categoria de vila, desmembrando-se de Caldas, com instalação oficial em 21 de abril de 1867. Esse processo marca sua consolidação como unidade administrativa autônoma, inserida na dinâmica de reorganização territorial do interior mineiro na segunda metade do século XIX. Em 5 de novembro de 1877, a elevação à categoria de cidade consolidou sua posição no quadro urbano regional, acompanhando o fortalecimento das atividades agrícolas e das redes de abastecimento.

A partir do início do século XX, observa-se a continuidade do processo de fragmentação territorial, agora tendo Cabo Verde como núcleo gerador de novos municípios. Nesse contexto,

destaca-se a emancipação de Botelhos, em 1911, originado do distrito de São José dos Botelhos, então pertencente a Cabo Verde. Esse movimento reproduz, em escala menor, a dinâmica anteriormente verificada entre Caldas e Cabo Verde, na qual territórios mais amplos são progressivamente subdivididos em novas unidades administrativas, em função do crescimento populacional e da consolidação de núcleos locais.

Ao longo do século XX, essa dinâmica se manteve, com novos desmembramentos, como o de Divisa Nova, na segunda metade do século, além de reorganizações internas no território caboverdense, com a criação de distritos como Serra dos Lemes, em 1962, e São Bartolomeu de Minas, em 2001. Esses processos refletem a continuidade das transformações administrativas e a necessidade de descentralização diante da expansão das atividades econômicas e da estruturação de novas localidades.

A análise articulada desses três municípios evidencia que a formação territorial do Sul de Minas se deu por meio de um processo em cadeia, no qual núcleos mais antigos, como Caldas, deram origem a unidades intermediárias, como Cabo Verde, que, por sua vez, contribuíram para a formação de novos municípios, como Botelhos. A trajetória histórica de Cabo Verde, nesse contexto, demonstra sua relevância como núcleo estruturador da ocupação regional, inicialmente articulado às redes de circulação colonial e posteriormente consolidado como centro administrativo e econômico ao longo do século XIX.

Esse conjunto de transformações revela um padrão característico da formação do interior mineiro: a constituição de territórios amplos no período imperial, seguida por sua fragmentação progressiva ao longo do século XX. A emancipação de distritos e a criação de novos municípios refletem tanto a dinâmica de crescimento populacional quanto a consolidação de economias locais e a necessidade de reorganização político-administrativa. Como resultado, configurou-se uma rede regional de cidades historicamente interligadas, cuja origem comum permanece inscrita na organização espacial contemporânea do Sul de Minas Gerais.



Xícara de café em Cabo Verde – MG. Acervo Caminhos Gerais.

O município de Cabo Verde apresenta um perfil econômico e cultural fortemente associado às atividades agropecuárias, com destaque para a cafeicultura, e à preservação de práticas culturais e religiosas que estruturam sua identidade local. Inserido em uma das principais regiões produtoras de café do Brasil, o município integra o território tradicional do café sul-mineiro, sendo a produção cafeeira um dos pilares de sua economia. Pequenas e médias propriedades rurais predominam na paisagem, articulando produção agrícola, pecuária e atividades complementares ligadas ao abastecimento regional.

A economia local mantém forte vínculo com o meio rural, o que se reflete tanto na organização territorial quanto nas práticas socioculturais. Além da cafeicultura, a pecuária e a produção agrícola diversificada contribuem para a dinâmica econômica do município, sustentando cadeias produtivas locais e regionais. Esse perfil econômico está em consonância com a formação histórica da região, marcada pela transição da mineração para atividades agropastoris e, posteriormente, para a consolidação da economia cafeeira.

No campo do turismo, Cabo Verde insere-se no circuito do turismo rural e de interior, com potencial associado à paisagem natural, à tranquilidade do ambiente rural e às práticas culturais tradicionais. O município integra circuitos turísticos regionais do Sul de Minas, o que favorece sua inserção em rotas que articulam cultura, gastronomia e natureza. A valorização do modo de vida rural, das festas religiosas e das manifestações culturais locais constitui um dos principais vetores do turismo no município.

Entre os elementos do patrimônio cultural, destacam-se as edificações religiosas e os espaços públicos vinculados à vida comunitária, especialmente a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, que ocupa posição central na organização urbana e simbólica do município. As festas religiosas, em especial aquelas vinculadas ao calendário católico, desempenham papel fundamental na preservação das tradições locais, mobilizando a população e reforçando os laços comunitários. Essas celebrações configuram importantes momentos de sociabilidade e expressão cultural, sendo também atrativos para visitantes.

A paisagem rural e as áreas naturais do município também compõem seu potencial turístico. Caracterizada por relevo ondulado, áreas de cultivo e fragmentos de vegetação nativa, a região oferece possibilidades para atividades de lazer e contemplação, como caminhadas e turismo de natureza. Ainda que não se configure como destino turístico de grande escala, Cabo Verde apresenta características típicas do turismo de base local, centrado na experiência do visitante com o cotidiano rural e com a cultura regional.

A articulação entre economia rural, patrimônio cultural e turismo revela um modelo de desenvolvimento ancorado na valorização dos recursos locais e das tradições. Nesse sentido, Cabo Verde se insere no contexto mais amplo do Sul de Minas como território que combina produção cafeeira, práticas culturais tradicionais e potencial turístico associado à ruralidade e à identidade regional.



Localização do município de Cabo Verde no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.6 Caldas

A formação territorial de Caldas está vinculada aos processos de ocupação do Sul de Minas Gerais, às antigas rotas de entradas e bandeiras e às transformações econômicas decorrentes do declínio da mineração. Situada em uma área historicamente disputada entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo, a região dos Campos de Caldas recebeu faiscadores, bandeirantes e sertanistas que, diante da diminuição da atividade mineradora aurífera e diamantina, passaram a procurar terras férteis e campos naturais favoráveis à agricultura e à criação de animais. A ocupação intensificou-se entre a segunda metade do século XVIII e o início do XIX, período em que a agropecuária adquiriu importância na constituição dos estabelecimentos rurais e na formação dos primeiros núcleos de povoamento. Por volta de 1780, Antônio Gomes de Freitas adquiriu a Fazenda dos Bugres, propriedade associada à origem do povoado de Caldas. Em razão de sua participação nesse processo, é reconhecido pela tradição histórica local como fundador da povoação.

A expansão colonial ocorreu sobre terras anteriormente habitadas por populações indígenas, entre as quais os grupos identificados nas fontes históricas como tapuias. A antiga denominação Paragens dos Bugres está relacionada a essa presença, cuja memória também se encontra na toponímia, como no Ribeirão dos Bugres. As referências à ocupação indígena, à chegada de colonizadores e ao estabelecimento das atividades agropastoris integram a história da formação territorial de Caldas, marcada por diferentes períodos de utilização e ocupação dessas terras.

Ao longo do século XIX, Caldas consolidou sua organização administrativa e passou a exercer influência sobre uma extensa área do Sul de Minas. A Lei Provincial nº 134, de 16 de março de 1839, elevou a povoação à categoria de vila, desmembrando-a de Campanha. A autonomia municipal passou por alterações nos anos seguintes, incluindo a supressão da vila em 1846 e a transferência de sua sede para Cabo Verde. Em 1849, Caldas recuperou a condição de vila, restabelecendo sua administração municipal. A elevação à categoria de cidade ocorreu em 24 de dezembro de 1874, pela Lei Provincial nº 2.087, no contexto da reorganização administrativa da província de Minas Gerais.

A extensão territorial e a posição administrativa de Caldas estavam relacionadas à existência de diversas freguesias que, posteriormente, dariam origem a municípios autônomos. A Comarca de Caldas compreendia, entre outras, Santa Rita de Cássia, atual Santa Rita de Caldas; Nossa Senhora

da Saúde de Águas de Caldas, correspondente a Poços de Caldas; São Sebastião do Jaguari, atual Andradas; e Nossa Senhora do Carmo do Campestre, atual Campestre. Essas localidades mantiveram vínculos administrativos com Caldas durante diferentes períodos do século XIX, antes de adquirirem autonomia. A documentação demográfica também registra crescimento populacional, com milhares de habitantes já nas primeiras décadas do Oitocentos e ampliação desse contingente nos anos seguintes. A expansão do povoamento acompanhou o estabelecimento de propriedades rurais e a constituição de novos núcleos habitacionais no território então subordinado à administração caldense.

A partir da segunda metade do século XIX, as emancipações municipais modificaram progressivamente a extensão territorial de Caldas. Esse processo ganhou intensidade nas décadas finais do período imperial, especialmente em 1888, com a elevação de Poços de Caldas à categoria de vila. A formação desse município esteve associada à valorização das águas termais e ao desenvolvimento das atividades relacionadas à exploração hidromineral e à recepção de visitantes. No mesmo ano, São Sebastião do Jaguari, posteriormente denominado Andradas, também alcançou autonomia administrativa, em meio à expansão agrícola e à consolidação de seu núcleo urbano. As duas emancipações alteraram a configuração do antigo território caldense e estabeleceram novas unidades municipais na região.

No início do século XX, o desmembramento de outras localidades deu continuidade à reorganização político-administrativa. Campestre conquistou autonomia municipal em 1911, passando a constituir uma administração independente de Caldas. As transformações acompanharam o crescimento dos núcleos urbanos e das atividades econômicas locais, em um período de ampliação das relações comerciais e dos caminhos de circulação entre os municípios sul-mineiros. A constituição de novas sedes administrativas modificou as relações entre as antigas freguesias e o território do qual haviam feito parte, estabelecendo uma configuração municipal gradualmente distinta daquela existente durante o século XIX.

As alterações prosseguiram nas décadas seguintes. Em 1943, foi criado o município de Santa Rita de Caldas, cujo território compreendia também Ipuiúna, emancipada em 1953. Posteriormente, em 1962, Ibitiúra de Minas foi desmembrada diretamente de Caldas. Essas mudanças deram continuidade ao processo de redução do território municipal iniciado no período imperial. Paralelamente, Caldas passou por alterações em sua denominação oficial. Em 1938, recebeu o nome de Parreiras, em referência à importância da vitivinicultura, retomando a denominação Caldas em

1948. A organização administrativa interna também sofreu modificações, com a criação e a reorganização de distritos que integram a configuração territorial contemporânea do município.

A trajetória administrativa de Caldas está, portanto, diretamente relacionada à formação de diversos municípios do atual Sul de Minas Gerais. As antigas freguesias e povoações que integravam seu território desenvolveram administrações próprias em diferentes momentos, preservando relações históricas constituídas durante os processos de ocupação, circulação e organização econômica regional. A sucessão de desmembramentos modificou a extensão territorial e as atribuições administrativas de Caldas, ao mesmo tempo que acompanhou a constituição de novos centros urbanos. Parte expressiva da organização municipal existente nessa região tem origem nessas transformações, cujos efeitos permanecem identificáveis nas antigas relações territoriais entre Caldas, Poços de Caldas, Andradas, Campestre, Santa Rita de Caldas, Ipuiúna e Ibitiúra de Minas.

A economia de Caldas mantém relações com as condições naturais do município e com atividades desenvolvidas desde sua formação histórica. A agropecuária, a presença de águas minerais e termais e o aproveitamento turístico das paisagens integram diferentes dimensões da economia local. Ao longo do tempo, a produção rural conviveu com empreendimentos associados ao turismo de saúde, ao lazer e à visitação de áreas naturais. Essa combinação está presente na organização das atividades produtivas e na oferta turística municipal, que reúne estabelecimentos rurais, equipamentos hidrominerais, espaços de interesse cultural e atrativos paisagísticos.

As atividades agropecuárias continuam vinculadas à utilização das terras rurais, com produção agrícola e criação de animais em pequenas e médias propriedades. A cafeicultura integra o conjunto das culturas desenvolvidas no município, inserida na produção cafeeira do Sul de Minas Gerais e compartilhando espaço com outras atividades agrícolas e pecuárias. A diversidade da produção rural está relacionada às condições de relevo, à disponibilidade de terras cultiváveis e à permanência de propriedades dedicadas à agricultura e à criação de animais. Essas atividades participam da organização econômica e social do município e compõem as paisagens encontradas nas áreas rurais de Caldas.

Entre as atividades turísticas, destaca-se o aproveitamento das águas termais, associado historicamente à procura por tratamentos de saúde, repouso e lazer. A estância hidromineral de Pocinhos do Rio Verde abriga o Balneário Dr. Reynaldo de Oliveira Pimenta e o Parque das Águas de Pocinhos do Rio Verde, espaços tradicionalmente vinculados à utilização das fontes minerais e termais. A estrutura do balneário oferece instalações destinadas a banhos e outras práticas

relacionadas ao termalismo, atraindo visitantes interessados no descanso e nas atividades de bem-estar. A presença dessas fontes integra a história do turismo regional e aproxima Caldas de outras estâncias hidrominerais sul-mineiras, cuja organização turística também se desenvolveu em torno do aproveitamento das águas minerais.

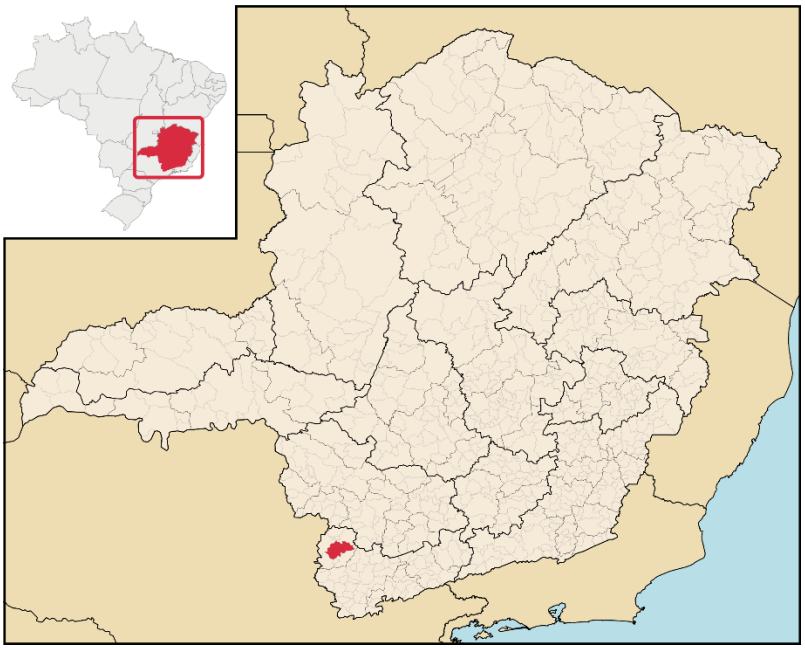
O turismo de natureza constitui outra vertente da visitação municipal. O relevo montanhoso, as áreas de vegetação nativa e os ambientes associados à Mata Atlântica compõem paisagens que apresentam possibilidades de caminhadas, contemplação e atividades ao ar livre. A região da Pedra Branca destaca-se pelas formações rochosas, pela altitude e pelas características ambientais, constituindo uma das principais referências naturais de Caldas. O município possui ainda cachoeiras e cursos d'água utilizados para atividades recreativas e visitação, entre os quais são mencionadas a Cachoeira da Usina, a Cachoeira do Salto, a Cachoeira da Pedra Branca e outras quedas d'água situadas nas proximidades de Pocinhos do Rio Verde. A diversidade desses ambientes integra a oferta de turismo de natureza e estabelece relações com a paisagem rural, as estradas locais e os espaços de circulação utilizados pelos visitantes.

O patrimônio cultural de Caldas compreende edificações religiosas, espaços públicos e manifestações vinculadas à formação histórica do município. A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio e o conjunto de construções do centro histórico constituem referências da organização urbana e da presença da Igreja Católica na constituição da antiga povoação. As festividades religiosas mantêm práticas de devoção e celebração coletiva que integram o calendário cultural municipal. Entre os eventos tradicionais destaca-se a Festa do Biscoito, realizada em Pocinhos do Rio Verde, associada à produção culinária, aos saberes artesanais e às atividades culturais promovidas durante a programação. A festa reúne produtores, moradores e visitantes, com comercialização de alimentos típicos, apresentações artísticas e outras atividades ligadas à gastronomia e às manifestações culturais locais.



Tratamentos no Balneário Dr. Reynaldo de Oliveira Pimenta. Acervo Caminhos Gerais.

A organização turística de Caldas reúne, assim, atividades historicamente associadas à produção rural, ao aproveitamento das águas termais, à visitação de ambientes naturais e às manifestações culturais. Os estabelecimentos agropecuários, os equipamentos hidrominerais, as formações serranas, os espaços urbanos históricos e as festividades compõem um conjunto diversificado de referências para o turismo municipal. Essas características integram a participação de Caldas na IGR Caminhos Gerais e suas relações com os demais municípios do Sul de Minas Gerais, especialmente aqueles que compartilham trajetórias históricas, atividades econômicas e percursos de visitação.



Localização do município de Caldas no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.7 Campestre

A formação histórica de Campestre insere-se no processo mais amplo de ocupação dos sertões meridionais de Minas Gerais, em uma região que, desde o século XVIII, passou a ser atravessada por caminhos, faiscadores, comerciantes, tropeiros e moradores que buscavam terras férteis para a instalação de fazendas. A descoberta de metais preciosos na região de Minas Gerais intensificou o deslocamento de pessoas para o interior e fez do atual Sul de Minas uma área de passagem para os núcleos mineradores. Ainda que as primeiras incursões no território tenham ocorrido desde o século XVI, como a entrada organizada por Antônio Kivet em 1579, foi no século XVIII que a ocupação se tornou mais efetiva, sobretudo após a descoberta de ouro na região da Campanha do Rio Verde, onde, em 1735, já havia notícia de mineração, e até 1743 estavam formados arraiais como Santo Antônio, São Gonçalo e Santa Catarina (BARBOSA, 1971).

A região em que Campestre se formaria esteve ligada à abertura de caminhos entre os núcleos mineradores e as áreas de abastecimento. Em 1762, Veríssimo João de Carvalho abriu uma importante picada ligando Ouro Fino a Cabo Verde, percurso que atravessava terras que mais tarde integrariam o município. Segundo Hiansen Vieira Franco, esse caminho passava por localidades como Pouso Alegre, Tripuí, rio Machado, Borda do Mato, Campestre, Taquaral e Palmital, até alcançar Cabo Verde, totalizando cerca de 19 léguas (FRANCO, [s. d.]). Poucos anos depois, por volta de 1764, outro trajeto ligava Santana do Sapucaí a Cabo Verde, passando também por áreas que depois pertenceriam à Paróquia de Nossa Senhora do Carmo do Campestre. Esses caminhos favoreceram a circulação de viajantes e faiscadores e transformaram a localidade em ponto de pouso e parada.

Na segunda metade do século XVIII, com a decadência gradual da mineração, a população que se fixava na região passou a depender cada vez mais das atividades agropastoris. Fazendas e ranchos abasteciam o mercado regional com produtos agrícolas e recebiam tropeiros, viajantes e boiadas. Entre 1784 e 1819, Hiansen Franco identificou 16 concessões de sesmarias nas terras que viriam a compor a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo do Campestre e seu entorno, revelando o interesse crescente pela ocupação produtiva da região (FRANCO, [s. d.]). Nesse contexto, destacam-se povoadores como Lucas Borges de Carvalho, madeirense que, por volta de 1770, fundou a Fazenda do Pouso Alegre, cuja extensão abrangia áreas que hoje correspondem a diversos bairros rurais, e

Pedro José Muniz, imigrante açoriano que, por volta de 1779, instalou-se nos Campos de Cabo Verde e fundou uma fazenda na Vanglória, origem do atual bairro de mesmo nome.

A formação do núcleo urbano de Campestre esteve fortemente associada à religiosidade. Em uma região marcada pelo isolamento, pelas distâncias em relação às vilas mais próximas e pela dificuldade de acesso à assistência religiosa, os oratórios domésticos e as imagens sacras desempenharam papel central na vida social. Na região do Campestre da Boa Vista, Manoel José Muniz mantinha em sua casa uma imagem de Nossa Senhora do Carmo, existente no local desde pelo menos 1815. Com o crescimento da devoção e do número de moradores, foi solicitada, em 1832, autorização para a construção de uma capela. Após dois anos de obras, em 16 de julho de 1834, a imagem foi colocada na Capela de Nossa Senhora do Carmo, em torno da qual se desenvolveria o povoado de Campestre (FRANCO, [s. d.]).

Poucos meses depois da construção da capela, os moradores passaram a reivindicar assistência religiosa permanente. Em junho de 1835, uma petição foi encaminhada às autoridades eclesiásticas e, em 2 de julho do mesmo ano, o Bispo de São Paulo declarou curada a capela, aceitando a indicação do padre Jeremias José Nogueira como capelão. Em 12 de março de 1839, o curato foi elevado a Distrito de Paz pela Lei Provincial nº 120, marco importante para a consolidação administrativa da localidade. No ano seguinte, pela Lei Provincial nº 184, de 3 de abril de 1840, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo do Campestre, desmembrando-se da Paróquia de Cabo Verde. Ainda em 1840, o "Mappa do Destricto do Campestre" registrava 2.219 habitantes entre o arraial e seus arredores.

Ao longo do século XIX, o crescimento do povoado esteve relacionado à consolidação das fazendas, ao aumento das atividades comerciais, à ampliação das práticas religiosas e à formação de irmandades. Em 1874, Bernardo Saturnino da Veiga registrou que a povoação possuía duas igrejas e 97 casas distribuídas em quatro ruas e três largos, ainda que enfrentasse dificuldades e dependesse dos "pequenos recursos de seus habitantes" (VEIGA, 1874). Uma dessas igrejas era a Matriz de Nossa Senhora do Carmo, construída em 1834; a outra era a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, erguida entre 1851 e 1858 por membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, revelando a importância das devoções coletivas na estruturação social da comunidade.

As irmandades religiosas tiveram papel expressivo na vida local, articulando práticas devocionais, sociabilidade e organização comunitária. Além da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, existiu a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, ativa entre 1876 e o início do século XX

e reaberta na década de 1980. Essas associações, formadas majoritariamente por leigos, ultrapassavam o campo estritamente religioso, influenciando a vida social e, em muitos casos, decisões comunitárias. As festas religiosas também marcaram o calendário local, com celebrações dedicadas aos Reis Magos, São Sebastião, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Rosário, santos juninos e ao ciclo da Semana Santa.

Nas últimas décadas do século XIX, Campestre foi impactada por transformações mais amplas vividas pelo Brasil, como a imigração, a crise do trabalho escravizado e a expansão da cafeicultura. A chegada de imigrantes, especialmente italianos, esteve ligada ao trabalho no plantio do café, que já se destacava como um dos principais produtos da economia local. Famílias de origem italiana, como Tardelli, Flora, Trezza, Ronchini, Capobianco e Santoro, passaram a integrar a formação social campestrense. Até as primeiras décadas do século XX, o município também recebeu imigrantes alemães, russos, espanhóis, árabes, sírio-libaneses e portugueses, cujos descendentes permaneceram no território.

A autonomia municipal foi alcançada em 30 de agosto de 1911, pela Lei Estadual nº 556, quando Campestre foi elevado a município, constituído por um único distrito e desmembrado de Caldas. A instalação oficial ocorreu em 1º de junho de 1912, em sessão solene marcada por grande participação popular. Em 1915, o município foi elevado a termo judiciário, anexo à Comarca de Caldas, e, em 10 de setembro de 1925, pela Lei nº 893, a sede municipal, até então vila, foi elevada à categoria de cidade.

Nas primeiras décadas do século XX, Campestre passou por importantes transformações urbanas, políticas e religiosas. A antiga Capela de Nossa Senhora do Rosário foi demolida entre 1916 e 1917, permitindo a ampliação da Praça Delfim Moreira, que se consolidaria como espaço de convivência social. A antiga Matriz de Nossa Senhora do Carmo, por sua vez, deu lugar a um novo templo, cuja construção teve início na década de 1930. Projetada pelo arquiteto Mário Romanelli, a nova igreja foi inaugurada em 25 de janeiro de 1942, em estilo neoclássico, com torre cilíndrica de 36 metros, altares em mármore, vitrais e elementos arquitetônicos que se tornaram referências da paisagem urbana campestrense (FRANCO, [s. d.]).



A Pedra Grande em Campestre – MG. Acervo do Caminhos Gerais.

Em meados do século XX, Campestre permanecia fortemente rural. Em 1942, o jornal Voz de Campestre registrava 1.350 propriedades agrícolas, 3.339 residências e cerca de 20 mil habitantes, dos quais 18 mil viviam na zona rural e apenas 2 mil no perímetro urbano. Na década de 1950, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros apontava população de 17.961 habitantes, com 84,14% residindo fora do quadro urbano e suburbano. A economia local tinha no café seu principal produto, responsável por mais da metade da arrecadação municipal, seguido pelo milho, feijão, batata-inglesa e arroz. A pecuária bovina também era relevante, com rebanho total de 41.960 cabeças, enquanto a indústria restringia-se principalmente ao beneficiamento de produtos agrícolas (IBGE, 1958).

A trajetória de Campestre revela, portanto, um processo de formação histórica ligado aos caminhos abertos no século XVIII, à ocupação agropastoril, à formação de fazendas, à centralidade da capela e da paróquia, à sociabilidade religiosa e à expansão da cafeicultura. Seu desenvolvimento urbano ocorreu de forma gradual, acompanhando a consolidação das práticas rurais, das festas, das irmandades, das instituições locais e da autonomia político-administrativa alcançada no início do século XX.



Localização do município de Campestre no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.8 Carvalhópolis

A formação histórica de Carvalhópolis está relacionada ao processo de ocupação territorial do Sul de Minas Gerais, marcado pela expansão das atividades agropecuárias, pela abertura de caminhos de circulação e pela constituição de núcleos rurais que, progressivamente, adquiriram organização religiosa e administrativa. A região integrou os circuitos de abastecimento desenvolvidos em Minas Gerais durante o período colonial, quando a agricultura, a criação de animais e o comércio de gêneros alimentícios acompanharam o crescimento dos núcleos mineradores e a ocupação de outras áreas da capitania (ZEMELLA, 1990; CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 7-8).

A origem da antiga povoação de Carvalhos está associada, na tradição oral local, ao estabelecimento de integrantes da família Carvalho da Silva em terras anteriormente conhecidas como Guaipava. Os relatos recolhidos na história municipal mencionam os irmãos Tomé, Baltazar e Bernardo Carvalho da Silva, cuja chegada à região é situada em meados do século XVIII. A tradição atribui a esses povoadores a formação inicial do arraial e a origem da denominação Carvalhos, posteriormente incorporada ao nome do município. A narrativa familiar integra a memória histórica

da localidade, embora os acontecimentos relativos à chegada dos irmãos sejam conhecidos principalmente por testemunhos transmitidos entre gerações (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 8).

A ocupação rural desenvolveu-se em território que posteriormente esteve vinculado à freguesia de São João Batista do Douradinho, pertencente ao município de Machado. A distribuição das moradias e propriedades agrícolas por diferentes localidades, entre elas Carvalhos, Dourado, São João e Macacos, condicionava o acesso da população aos serviços religiosos e administrativos. Durante o século XIX, a distância entre os estabelecimentos rurais e os templos existentes mobilizou moradores interessados na construção de novas capelas e na reorganização das circunscrições paroquiais (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 8; 18-20).

A presença da família Carvalho também se manifestou na organização política regional. Antônio Cândido de Carvalho, proprietário rural e liderança vinculada ao antigo arraial, participou da vida política de Machado e esteve associado às iniciativas de construção de um templo religioso destinado ao atendimento dos moradores. A história municipal registra sua atuação na Câmara de Machado em diferentes legislaturas, assim como a participação posterior de João Honorato de Carvalho. Esses vínculos administrativos antecederam a emancipação e expressam a participação de representantes do povoado nas instituições políticas do município ao qual estava subordinado (CARVALHÓPOLIS, 2015; CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 8-10).

A organização religiosa do núcleo adquiriu maior expressão no início do século XX. Em 1912, uma missa celebrada por monsenhor Antônio Olintho Paiva Dutra marcou as iniciativas destinadas à construção de uma capela dedicada a São Sebastião. O local escolhido situava-se nas proximidades do espaço que posteriormente se consolidou como centro urbano de Carvalhópolis. A construção da igreja avançou nas décadas seguintes, acompanhando a formação de moradias e a organização comunitária em torno do templo (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 9; 20).

A devoção a São Sebastião integrou a vida religiosa do antigo arraial e adquiriu expressão pública por meio da festa dedicada ao padroeiro, realizada desde 1929. Inicialmente associada ao mês de janeiro, período correspondente à celebração litúrgica do santo, a festividade passou por alterações de calendário. A realização das comemorações em julho foi relacionada às condições climáticas e, posteriormente, ao período de colheita do café, quando a circulação de recursos provenientes das atividades agrícolas influenciava a organização econômica local (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 15-16; 20-22).

A emancipação administrativa de Carvalhópolis foi precedida pela criação do distrito de Cana do Reino. A Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, instituiu o distrito, pertencente ao município de Machado, com sede na antiga povoação de Carvalhos. A nova denominação passou a identificar oficialmente a localidade, enquanto sua vinculação político-administrativa a Machado foi mantida durante as décadas seguintes (MINAS GERAIS, 1923).

A elevação de Cana do Reino à categoria de município ocorreu pela Lei Estadual nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, que estabeleceu a divisão administrativa e judiciária de Minas Gerais para o período de 1954 a 1958. O território foi desmembrado de Machado, constituindo uma nova unidade municipal no Sul de Minas Gerais. A emancipação integrou o processo de criação de municípios mineiros ocorrido na primeira metade da década de 1950 (MINAS GERAIS, 1953).

Nos primeiros anos de autonomia, a administração municipal esteve sob a responsabilidade dos intendentes Ozolino de Aguiar Tavares e José Ruas de Oliveira. Em 1955, foi eleito João Honorato de Carvalho, identificado na história local como uma das principais lideranças políticas vinculadas à formação do município. O início da administração autônoma foi acompanhado pela implantação e ampliação de serviços públicos, equipamentos urbanos e estruturas administrativas (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 10-11).

A denominação Carvalhópolis foi oficializada pela Lei Estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, substituindo o nome Cana do Reino. A mudança retomou a referência à família Carvalho, presente na tradição histórica da formação do antigo povoado. A documentação municipal registra que a escolha da nova denominação ocorreu entre diferentes propostas, prevalecendo aquela que estabelecia uma relação direta com a antiga designação Carvalhos e com as famílias associadas à ocupação local (MINAS GERAIS, 1962; CARVALHÓPOLIS, 2015).

A reorganização administrativa foi acompanhada por intervenções na infraestrutura urbana. Entre as realizações registradas nas primeiras administrações municipais encontram-se reformas na Igreja Matriz, a instalação de um centro telefônico e melhorias nas estradas rurais. A Praça Monsenhor Dutra, situada junto ao templo dedicado a São Sebastião, passou por intervenções que contribuíram para a organização do espaço central da cidade (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 11-12).

Entre 1962 e 1966, foi construída a ponte sobre o rio Dourado, estabelecendo ligação com Douradinho. Nos anos seguintes, foram implantados o Ginásio Municipal, a rede de esgoto e serviços de fornecimento de energia elétrica, além de obras de calçamento na Praça Monsenhor Dutra. A ampliação da infraestrutura prosseguiu com a instalação de serviços postais, equipamentos de saúde,

espaços recreativos e melhorias no sistema viário. Posteriormente, o asfaltamento da estrada entre Machado e Carvalhópolis ampliou as condições de circulação rodoviária entre os municípios (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 11-12).

A Praça Monsenhor Dutra também esteve associada à presença de uma antiga copaíba, reconhecida como referência da memória urbana local. A árvore foi tombada como patrimônio cultural municipal em 2006, após mobilização relacionada à preservação desse elemento da paisagem. A documentação histórica registra que sua idade exata era desconhecida, embora a população lhe atribuísse existência centenária. A queda da copaíba ocorreu no final de 2008, durante um temporal. Fotografias preservadas no acervo municipal registram sua presença em diferentes momentos da formação e das transformações do espaço urbano (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 9-10).

A história da Igreja Matriz também apresenta relações com a reorganização eclesiástica regional. Em 8 de dezembro de 1958, a sede da antiga Paróquia de São João Batista do Douradinho foi transferida para Cana do Reino, tornando a igreja local sede paroquial. A alteração foi determinada por autoridade eclesiástica vinculada à Diocese de Pouso Alegre e registrada nos livros paroquiais, tendo como justificativa a concentração populacional e as condições de atendimento religioso no território (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 19-20).

A economia de Carvalhópolis esteve historicamente vinculada às atividades agropecuárias. A produção agrícola e a criação de animais constituíram importantes ocupações da população rural, condição que se manteve durante grande parte do século XX. Os registros reunidos na caracterização municipal apontam que, até a década de 1970, a maior parcela dos moradores residia no campo. A cafeicultura passou a ocupar posição destacada na produção agrícola, acompanhada pela criação de bovinos e aves e por outras atividades rurais (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 12-13).

O crescimento da população urbana modificou gradualmente essa distribuição. Em 2000, foram registrados 2.134 moradores na área urbana e 952 na zona rural, segundo os dados demográficos apresentados na pesquisa histórica municipal. A concentração crescente de habitantes na sede acompanhou a diversificação das atividades comerciais, a ampliação dos serviços e a instalação de pequenos estabelecimentos industriais, especialmente ligados à fabricação de alimentos, bebidas e artigos de vestuário (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 12-13).

A organização econômica contemporânea reúne atividades agrícolas, comércio, serviços e empreendimentos de transformação. A cafeicultura permanece entre as referências produtivas do município, cuja área rural abriga estabelecimentos agropecuários e atividades relacionadas à

produção de alimentos. A presença dessas ocupações também se manifesta nas práticas culturais e nas festividades locais, particularmente nas celebrações religiosas associadas ao calendário agrícola (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 13; CARVALHÓPOLIS, s. d.).

A relação entre a agricultura e a devoção religiosa aparece especialmente na Festa de São Sebastião. Registros paroquiais de diferentes décadas mencionam doações de produtos agrícolas, leilões de animais, contribuições de produtores e participação das comunidades rurais na organização do evento. A celebração integra o calendário municipal e foi registrada como patrimônio cultural imaterial pela administração local por meio do Decreto Municipal nº 2.604, de 2020 (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 15; 21-36).



Biscoito com pernil de Carvalhópolis. Fotografia de Cristiane Magalhães. Acervo AME Cultura.

A festa reúne novenas, missas, procissões, atividades comunitárias e arrecadação de recursos destinados à manutenção paroquial. A programação religiosa mantém vínculos com as comunidades atendidas pela paróquia, enquanto as atividades realizadas na Praça Monsenhor Dutra mobilizam moradores e visitantes. Entre as práticas associadas à celebração encontra-se a procissão de tratores, realizada em janeiro e relacionada à devoção a São Sebastião como protetor das plantações e dos animais, referência presente na religiosidade rural local (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 15-17; 34-36).

Outras festividades integram a vida cultural municipal, entre elas a Festa do Asilo São Vicente de Paulo, cuja realização é registrada desde 1972, e a Festa do Peão, iniciada em 1998. A administração municipal também identifica manifestações folclóricas, apresentações musicais e atividades desenvolvidas em espaços culturais e recreativos. Essas celebrações relacionam-se à

organização comunitária, às práticas religiosas e às atividades de lazer existentes no município (CARVALHÓPOLIS, 2023, p. 5; 14).

No âmbito territorial, Carvalhópolis possui área de 81,101 km², conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes a 2025. O Censo Demográfico de 2022 registrou população de 3.341 habitantes e densidade de 41,20 habitantes por quilômetro quadrado. A estimativa populacional para 2026 é de 3.421 habitantes. O Produto Interno Bruto per capita alcançou R$ 25.807,84 em 2023, indicador correspondente ao valor da produção econômica municipal por habitante (IBGE, 2026).

A paisagem municipal apresenta formações serranas, áreas rurais e espaços naturais vinculados à utilização recreativa. A Prefeitura destaca as serras do Arranca-Rabo e da Lagoa, além do Parque Municipal Dona Jandira, localizado na entrada da cidade e dotado de lago artificial e espaços destinados à prática de atividades esportivas e de lazer. As áreas rurais também são divulgadas para caminhadas e percursos em ambientes naturais (CARVALHÓPOLIS, s. d.).

A participação de Carvalhópolis na Instância de Governança Regional Caminhos Gerais insere o município nas iniciativas de organização e desenvolvimento turístico do Sul de Minas Gerais. As referências locais compreendem a paisagem rural, a produção agropecuária, as festividades religiosas, a Igreja Matriz de São Sebastião, a Praça Monsenhor Dutra e o Parque Dona Jandira. Esses elementos constituem parte da oferta territorial considerada nas ações municipais e regionais de turismo.

A formação de Carvalhópolis apresenta uma trajetória de ocupação rural, organização religiosa e sucessivas alterações administrativas. O antigo arraial de Carvalhos, posteriormente denominado Cana do Reino, integrou o território de Machado até a emancipação de 1953 e recebeu sua denominação atual em 1962. A implantação dos serviços urbanos, a permanência das atividades agropecuárias e a continuidade das manifestações religiosas acompanharam as transformações do município durante o século XX. As relações entre a história local, a produção rural e os espaços de sociabilidade permanecem presentes na configuração territorial e cultural de Carvalhópolis.



Localização do município de Carvalhópolis no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.9 Ibitiúra de Minas

A formação histórica de Ibitiúra de Minas está relacionada à ocupação territorial do Planalto de Poços de Caldas, no Sul de Minas Gerais, especialmente à organização das propriedades rurais estabelecidas entre as serras da Pedra Branca e da Bocaina e o vale do rio Jaguari. Durante o século XVIII, essa região integrou uma área de circulação e fiscalização situada entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo, em um período marcado pela exploração aurífera, pela abertura de caminhos e pela expansão das atividades agrícolas. A presença indígena antecedeu o estabelecimento das propriedades coloniais, sendo mencionados grupos identificados nas fontes históricas como Tapuias ou Caiapós (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 3).

A ocupação colonial dessa porção do território mineiro esteve condicionada às restrições impostas à circulação em áreas próximas aos caminhos utilizados para o transporte do ouro. As matas do vale do Jaguari integravam as chamadas áreas proibidas, cuja fiscalização buscava dificultar o contrabando e controlar o deslocamento de pessoas e mercadorias. A existência dessas restrições marcou a história local, permanecendo na memória de antigos moradores a denominação Barreira, utilizada para identificar a região (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 3).

A expansão dos estabelecimentos rurais no Planalto da Pedra Branca adquiriu expressão a partir da segunda metade do século XVIII. Por volta de 1759, Veríssimo João de Carvalho estabeleceu a Fazenda da Gineta, em terras que atualmente pertencem a Santa Rita de Caldas. Posteriormente, Antônio Gomes de Freitas ocupou a região próxima ao rio Verde, onde constituiu a Fazenda dos Bugres, associada à formação de Caldas. Esses estabelecimentos integraram o processo de apropriação fundiária e organização econômica das áreas situadas nas proximidades do vale do Jaguari (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 3-4).

Outro personagem associado à ocupação colonial foi o alferes Manuel Antônio Marques, que estabeleceu a Fazenda Bom Retiro, na região da Bocaina, em 1789. Nos últimos anos do século XVIII, obteve autorização junto ao comandante da Guarda de Caldas, também denominada Contagem de Santa Maria Madalena, para atravessar a serra e ocupar terras situadas às margens do rio Jaguari. A propriedade confrontava com as terras de Antônio Gomes de Freitas e integrou a expansão das unidades rurais em direção ao território posteriormente constituído como Ibitiúra de Minas (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 3-4).

A trajetória dessas propriedades foi examinada por Reynaldo de Oliveira Pimenta em sua obra *O município de Ibitiúra de Minas*, publicada em 1971. O autor relacionou a ocupação do vale do Jaguari aos conflitos pela posse da terra e às disputas entre os primeiros proprietários coloniais. Entre os registros utilizados em sua pesquisa encontram-se referências a uma demanda judicial de 1822, envolvendo os descendentes de Manuel Antônio Marques e o capitão Raimundo Felipe de Souza Osório e Miranda Machado. A documentação mencionada no estudo integra a história das relações fundiárias estabelecidas na região durante as primeiras décadas do século XIX (PIMENTA, 1971, apud IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 4-5).

Manuel Antônio Marques faleceu em 1801, durante uma viagem ao Rio de Janeiro. Em 1803, seus filhos, genros e agregados deram continuidade à ocupação das propriedades, ampliando as roças e desenvolvendo atividades agrícolas. Entre seus descendentes, são mencionados Simão Antônio Marques, Manuel Antônio Marques Filho e Domingos Antônio Marques. A presença desses agentes esteve vinculada à consolidação das posses rurais que antecederam a formação do povoado de São Benedito do Jaguari (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 4-5).

O capitão Raimundo Felipe de Souza Osório e Miranda Machado também participou das transformações fundiárias locais. Inicialmente vinculado à Guarda de Caldas, adquiriu propriedades na região, incluindo a Fazenda Bom Retiro, anteriormente pertencente à família de Manuel Antônio

Marques. A negociação foi contestada por herdeiros do antigo proprietário, originando um prolongado conflito judicial. As disputas evidenciam a importância das relações de propriedade na organização do território e na consolidação dos estabelecimentos rurais do vale do Jaguari (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 5).

Entre os demais proprietários e moradores associados à formação histórica da localidade encontram-se Inácio José Botelho, João Correia de Moraes, José Manuel de Andrade Brito, Grassiano José Velho, José Borges de Carvalho, João Felisberto dos Reis, Bonifácio José Monteiro da Silva, José Carlos Barbosa e Raimundo Felipe de Souza Osório Filho. João Felisberto dos Reis é identificado na história municipal como proprietário de terras situadas na área posteriormente ocupada pela sede urbana de Ibitiúra de Minas (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 5-6).

Durante a primeira década do século XIX, as terras do vale do Jaguari estavam vinculadas à freguesia de São Francisco de Paula do Ouro Fino. Em 1813, passaram à jurisdição da freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde das Caldas, correspondente ao atual município de Caldas. Essa vinculação administrativa e territorial permaneceu durante o período imperial e parte do republicano, até a emancipação política de Ibitiúra de Minas, em 1962 (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 5-6).

A formação do núcleo urbano ocorreu posteriormente à ocupação das propriedades rurais. A história municipal registra que, em 1896, a área onde se constituiu a povoação compreendia terras situadas nas proximidades do rio Jaguari-Mirim e do córrego do Pinhalzinho, pertencentes principalmente à família Felisberto e a Dona Florência de Andrade. A doação de terrenos destinados à formação do patrimônio religioso contribuiu para a organização do povoado, então conhecido como São Benedito. Em 1897, João Felício construiu a primeira residência mencionada na cronologia local. No ano seguinte, o padre Ângelo celebrou a primeira missa, acompanhando a constituição da comunidade religiosa (IBITIÚRA DE MINAS, 2018).

A organização urbana desenvolveu-se em torno da devoção a São Benedito e das atividades realizadas pelas famílias estabelecidas na região. A denominação São Benedito do Jaguari associava o núcleo religioso ao principal curso d'água do território, enquanto os vínculos com Caldas definiam sua inserção administrativa. A criação do distrito de Ibitiúra, em 1923, representou uma nova etapa da organização político-territorial, substituindo oficialmente a antiga denominação vinculada ao padroeiro.

A existência de atividades políticas e culturais durante o período distrital também aparece nos registros da imprensa local. Em 15 de julho de 1928, circulou a primeira edição conhecida do quinzenário *A Platéa*, dirigido por Luiz Porrega, com Arthur Amarante Cruz na redação e João Teixeira de Magalhães na gerência. O periódico apresentava reivindicações relacionadas às condições de desenvolvimento da localidade e à necessidade de comunicação com as autoridades municipais e estaduais. A publicação constitui uma referência para a história da participação política e da circulação de informações em Ibitiúra durante sua vinculação a Caldas (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 10).

A vida religiosa esteve associada à formação e à consolidação do núcleo urbano. A antiga Capela de São Benedito antecedeu a construção da atual Igreja Matriz, cuja edificação aparece parcialmente concluída em fotografia datada de 1955. O registro permite acompanhar uma etapa da construção do templo, anterior à instalação de sua torre sineira. Fotografias posteriores mostram as modificações da edificação e do espaço urbano situado em seu entorno (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 16-17).

A criação da Paróquia de São Benedito ocorreu em 20 de março de 1959, por decreto de dom Oscar de Oliveira, bispo coadjutor e administrador apostólico da Diocese de Pouso Alegre. A iniciativa esteve relacionada às solicitações dos fiéis e à atuação de monsenhor Alderigi Maria Torriani, então vinculado à Paróquia de Santa Rita de Caldas. O padre Sebastião Pereira Dal Poggetto foi nomeado primeiro pároco e tomou posse em 29 de março de 1959, em solenidade realizada na Igreja Matriz (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 11; 14).

O decreto de criação da paróquia estabeleceu seus limites territoriais em relação às circunscrições religiosas de Andradas, Santa Rita de Caldas e Caldas. A delimitação utilizou referências naturais, como a Serra da Bocaina, a Serra da Pedra Branca, o rio Jaguari e os divisores de águas dos rios Verde e Jaguari. A organização paroquial alcançava comunidades rurais situadas em diferentes partes do território, acompanhando a distribuição das propriedades e dos moradores (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 12-13).

Os registros produzidos durante os primeiros anos da paróquia abrangem cerimônias religiosas, celebrações, batizados, casamentos e informações sobre a vida comunitária. O Livro do Tombo conserva anotações referentes à instalação paroquial e às atividades realizadas entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960. A organização da paróquia antecedeu, portanto, a emancipação político-administrativa do município (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 14-16).

A autonomia municipal foi estabelecida pela Lei Estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, que instituiu a divisão administrativa de Minas Gerais e incluiu Ibitiúra de Minas entre os municípios do estado. O novo município foi constituído a partir do desmembramento territorial de Caldas, encerrando a vinculação administrativa iniciada no século XIX (MINAS GERAIS, 1962).

A instalação oficial ocorreu em 1º de março de 1963, em solenidade que reuniu autoridades e moradores. O acontecimento foi registrado pelo padre Sebastião Pereira Dal Poggetto no Livro do Tombo da Paróquia de São Benedito. A anotação, datada de março de 1963, menciona a presença das autoridades municipais e a nomeação do intendente responsável pela administração inicial (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 6).



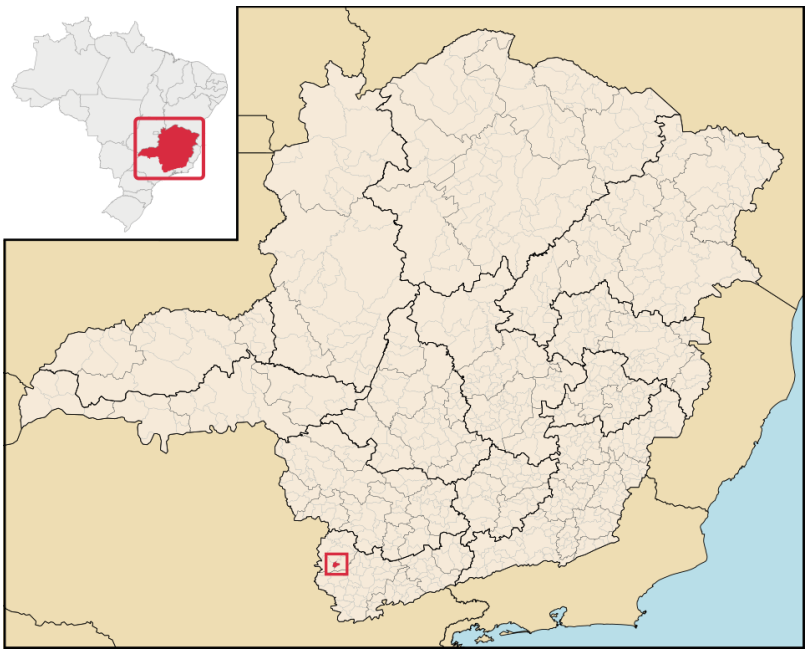
Capelinha Branca ou Capelinha de Santa Cruz em Ibitiúra de Minas. Fotografia de Cristiane Magalhães. Acervo AME Cultura.

José Lino da Fonseca exerceu a administração interina durante a instalação do município. Abílio Pereira Caldas foi o primeiro prefeito eleito, iniciando a organização da administração municipal autônoma. Entre os gestores das décadas seguintes estiveram Clévio Alves dos Santos, Geraldo Camilo de Carvalho, Francisco Moacir de Carvalho e Antônio Vilela Grilo, identificados na relação histórica de prefeitos reunida pela administração municipal (IBITIÚRA DE MINAS, 2018, p. 7-9).

A emancipação estabeleceu novas condições para a gestão local e para a organização dos serviços públicos, preservando relações territoriais e institucionais com os municípios vizinhos. A

trajetória de Ibitiúra de Minas permaneceu vinculada às comunidades rurais do vale do Jaguari e às formas de ocupação desenvolvidas entre o final do século XVIII e o início do século XX.

A história municipal reúne, assim, diferentes momentos da organização territorial do Sul de Minas Gerais. A presença indígena antecedeu a ocupação colonial, posteriormente marcada pelas restrições de circulação nas áreas de fiscalização do ouro e pelo estabelecimento das propriedades rurais. A formação do povoado de São Benedito do Jaguari, a criação do distrito de Ibitiúra e a emancipação de 1962 integram a trajetória administrativa da localidade. A Igreja de São Benedito, os registros paroquiais, a antiga imprensa distrital e os documentos relativos às disputas fundiárias constituem referências históricas para a compreensão da formação de Ibitiúra de Minas.



Localização do município de Ibitiúra de Minas no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.10 Ipuiúna

A formação histórica de Ipuiúna está vinculada à ocupação das terras meridionais de Minas Gerais, em uma área de circulação entre os antigos núcleos de Caldas, Ouro Fino e Cabo Verde. O território integra a região do Planalto Caldense, cuja ocupação foi acompanhada pela abertura de caminhos, pela concessão de sesmarias e pelo estabelecimento de propriedades rurais. A presença de

cursos d'água, serras e áreas utilizadas para atividades agrícolas constitui uma característica da organização territorial do município, situado na porção sul de Minas Gerais.

As referências históricas municipais situam entre 1759 e 1778 a abertura do caminho que ligava Ouro Fino a Cabo Verde, empreendimento associado ao guarda-mor Veríssimo João de Carvalho. O percurso atravessava a Serra das Caldas e alcançava as proximidades do atual território de Ipuiúna, passando pelo Alto da Glória, pela bacia do Ribeirão do Trigo, na região de Areias, e pelas terras próximas ao rio Pardo, a Santa Quitéria e à Serralha. A abertura dessa estrada integrou a organização das vias de circulação utilizadas durante a ocupação do Sul de Minas no século XVIII (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

A concessão de terras também participou da formação territorial da localidade. Em 22 de maio de 1795, foi expedida uma carta de sesmaria em favor do capitão Bernardo José Simões, abrangendo parte das terras que posteriormente integrariam o município. A área estava relacionada à região do Barreiro e à bacia do Capivari Pequeno. O registro dessa concessão integra a cronologia histórica municipal e constitui uma referência para a ocupação fundiária do território no final do século XVIII (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

A constituição do povoado ocorreu no final do século XIX, quando a organização de um patrimônio destinado à formação de um núcleo de moradores estabeleceu as bases da futura sede municipal. Em 22 de janeiro de 1891, José Francisco Lopes e João Bernardes de Souza realizaram a doação de terras para a criação da povoação de Santa Quitéria e São João Batista do Rio Pardo. O patrimônio doado compreendia dez alqueires, conforme o histórico municipal reunido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A edificação de uma capela dedicada aos padroeiros acompanhou o estabelecimento das primeiras moradias e a organização religiosa da comunidade (IBGE, s. d.; PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

A denominação Santa Quitéria permaneceu associada ao povoado até sua transformação em distrito. Pela Lei Estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, foi criado o distrito de Ipuiúna, subordinado ao município de Caldas. A alteração do nome acompanhou a formalização de sua condição administrativa, incorporando uma referência geográfica relacionada às águas do rio Pardo. A tradição etimológica registrada pela administração municipal associa o topônimo a uma expressão de origem tupi interpretada como nascente do Rio Pardo, em alusão à localização das cabeceiras desse curso d'água nas proximidades da antiga povoação (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

A organização distrital prosseguiu com a instalação do Cartório de Paz, em 13 de março de 1913. Gabriel Pires Eustáquio exerceu a função de juiz de paz, enquanto João Camilo de Oliveira atuou como escrivão. A criação dessas funções integrou a estrutura administrativa e judiciária local durante o período em que Ipuiúna permanecia subordinada a Caldas. Nas décadas seguintes, as necessidades de circulação e atendimento à população estiveram associadas às condições das estradas e à construção de pontes, especialmente sobre o rio São Bento e o Ribeirão da Areia (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

As transformações administrativas do Sul de Minas alteraram posteriormente a vinculação territorial de Ipuiúna. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, o distrito passou a integrar o município de Santa Rita de Caldas, criado no processo de reorganização territorial mineira daquele período. A mudança representou uma nova configuração administrativa para a localidade, anteriormente vinculada a Caldas, então denominada Parreiras (IBGE, s. d.).

A mobilização pela autonomia municipal adquiriu expressão entre as décadas de 1940 e 1950. Em 24 de junho de 1945, foi organizado um diretório político distrital, vinculado à estrutura municipal de Santa Rita de Caldas. Nos anos seguintes, as iniciativas destinadas à organização administrativa e à preparação da localidade para a emancipação acompanharam o desenvolvimento de serviços e equipamentos públicos (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

A emancipação político-administrativa ocorreu pela Lei Estadual nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, que estabeleceu a divisão administrativa e judiciária de Minas Gerais para o período de 1954 a 1958. Ipuiúna foi elevada à categoria de município, com território desmembrado de Santa Rita de Caldas, e instalada oficialmente em 1º de janeiro de 1954. A nova unidade municipal foi constituída inicialmente pelo distrito-sede (MINAS GERAIS, 1953; IBGE, s. d.).

A instalação da administração municipal exigiu a organização de estruturas próprias para o funcionamento do Poder Executivo e dos serviços locais. Inicialmente, a Prefeitura funcionou em dependências particulares, primeiro na residência do professor Sebastião Costa e, posteriormente, em um imóvel pertencente a Clodoaldo Dória Ramos. Durante a administração do primeiro prefeito, José Geraldo Franco, foi construído o edifício destinado à Prefeitura, que também recebeu a Câmara Municipal e o Clube Literário e Recreativo Ipuiunense. A organização desses equipamentos acompanhou os primeiros anos de funcionamento da administração autônoma (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

A formação religiosa do município esteve associada às antigas devoções de Santa Quitéria e São João Batista, presentes desde a organização do patrimônio original. A antiga Capela de Santa Quitéria foi demolida em razão de problemas estruturais, e a construção da Capela de São Benedito teve início no final da década de 1930, com recursos provenientes de doações. O novo templo foi concluído no início da década seguinte. Em junho de 1943, foi organizada uma comissão destinada à arrecadação de recursos para a construção da Igreja Matriz (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

A estrutura eclesiástica local adquiriu autonomia com a criação da paróquia, em 8 de dezembro de 1958. O padre Otávio Lourenço Santana foi nomeado primeiro pároco efetivo em 18 de janeiro de 1959. A organização paroquial integrou a consolidação das instituições religiosas do município durante os anos posteriores à emancipação, período em que também foram implantados equipamentos urbanos e serviços públicos (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

A economia municipal desenvolveu vínculos expressivos com a agricultura, especialmente com o cultivo da batata. A expansão dessa atividade ocorreu durante as décadas de 1940 e 1950, período marcado pela chegada de famílias descendentes de italianos e espanhóis que se estabeleceram na região e participaram do desenvolvimento das lavouras. As condições climáticas, a altitude e a disponibilidade de terras cultiváveis favoreceram a produção agrícola, que adquiriu importância na economia local e nas relações comerciais estabelecidas com outros centros consumidores (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

O cultivo da batata participou das transformações econômicas e urbanas do município, especialmente durante a segunda metade do século XX. A produção destinada à comercialização regional e interestadual esteve associada às condições de transporte e à melhoria das ligações rodoviárias. A rodovia Juscelino Kubitschek, atual BR-459, ampliou as possibilidades de circulação entre Ipuiúna, Poços de Caldas e outras localidades, favorecendo o escoamento da produção agrícola em direção aos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A bataticultura permanece como uma das atividades associadas à identificação econômica de Ipuiúna, que utiliza institucionalmente a denominação Capital da Batata (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

A organização territorial contemporânea conserva a presença de áreas rurais e de paisagens relacionadas à atividade agrícola. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ipuiúna possui área territorial de 298,195 km², conforme os dados de 2025. O Censo Demográfico de 2022

registrou 9.135 habitantes, com densidade demográfica de 30,63 habitantes por quilômetro quadrado. A estimativa populacional para 2026 é de 9.268 moradores. O Produto Interno Bruto per capita municipal alcançou R$ 24.456,86 em 2023, indicador referente à produção econômica municipal dividida pelo número de habitantes (IBGE, 2026).



A zona urbana de Ipuiúna – MG. Acervo Caminhos Gerais.

As manifestações religiosas e festivas constituem outra dimensão da história local. Entre elas, destaca-se a Festa de São Benedito, iniciada em 1967 por integrantes da comunidade negra de Ipuiúna, sob a liderança de José Inácio. A celebração surgiu como uma iniciativa comunitária vinculada à devoção ao santo e à memória da abolição da escravidão, reunindo práticas religiosas e manifestações culturais de origem afro-brasileira. A organização inicial envolvia arrecadações, leilões e atividades destinadas ao atendimento de necessidades sociais da população (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

Nos primeiros anos, a festa foi realizada com participação direta dos moradores e recursos provenientes de doações. Parte dos valores arrecadados foi destinada à construção de moradias para famílias de menor renda e a outras iniciativas comunitárias. Em 1972, a receita da celebração contribuiu para a reforma do telhado da Santa Casa de Misericórdia e para a aquisição da primeira fanfarra municipal. A organização festiva passou por mudanças posteriores, incluindo a ampliação

dos espaços de realização e a participação da Igreja Católica na administração das atividades (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

As manifestações culturais vinculadas à Festa de São Benedito incluíram congada, moçambique, catira e outras práticas festivas. Em 1987, João Sá Chico participou da retomada da congada na programação, em uma iniciativa voltada à continuidade dessa tradição. A celebração passou a reunir atividades religiosas, apresentações culturais, leilões e outras manifestações comunitárias, incorporando diferentes formas de participação da população local (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, s. d.).

O patrimônio cultural e religioso de Ipuiúna compreende edificações e espaços associados à formação urbana e às práticas comunitárias. A Igreja Matriz, a Igreja de São Benedito, a Praça Maria Cândida Franco e a Praça José Francisco Lopes integram o conjunto de referências urbanas identificadas pela administração municipal. Esses espaços aparecem nas iniciativas de divulgação do município e estão relacionados à vida religiosa, às festividades e à utilização coletiva das áreas centrais (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, 2014).

A paisagem natural constitui outro componente da caracterização territorial. O município apresenta formações serranas, nascentes e cursos d'água relacionados às bacias hidrográficas da região. Entre as referências naturais divulgadas pelo portal turístico de Minas Gerais encontram-se as serras da Areia, da Água Quente, da Tronqueira e do Brejinho, além do Morro da Boa Vista e da nascente do rio Pardo (MINAS GERAIS, s. d.).

O Morro da Boa Vista, também identificado em registros municipais como Pedra da Boa Vista, localiza-se na região da Serra das Tronqueiras e constitui um dos pontos elevados do território de Ipuiúna. Com altitude próxima de 1.600 metros, é mencionado nas informações turísticas estaduais como uma das principais referências paisagísticas do município. A formação apresenta áreas de vegetação remanescente da Mata Atlântica e é utilizada para contemplação da paisagem e práticas de voo livre. A administração municipal registra ainda a existência de uma nascente nas proximidades da formação rochosa (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, 2015; MINAS GERAIS, s. d.).

A nascente do rio Pardo constitui outro atrativo natural identificado na divulgação turística do município. Localizada na área rural do bairro Serralha, encontra-se a aproximadamente oito quilômetros da sede municipal, em uma região de altitude elevada. O acesso divulgado pelo portal estadual ocorre a partir da BR-459, seguindo pela Estrada Municipal do Barreiro. A área é apresentada

como espaço destinado à contemplação da paisagem e ao turismo de natureza, com possibilidade de visitação guiada ou autoguiada (MINAS GERAIS, s. d.).

A relação entre as formações serranas, os cursos d'água e os caminhos rurais também aparece nas iniciativas de organização turística regional. Ipuiúna integra a Instância de Governança Regional Caminhos Gerais, cuja atuação compreende a articulação entre municípios do Sul de Minas e a estruturação de iniciativas voltadas ao desenvolvimento do turismo. O município figura na abrangência divulgada para a Rota do Vulcão, itinerário de cicloturismo associado às paisagens do Planalto de Poços de Caldas e aos caminhos rurais que conectam localidades mineiras e paulistas (MINAS GERAIS, s. d.).

Em novembro de 2014, a administração municipal recebeu representantes do Circuito Turístico Caminhos Gerais para a realização de um levantamento fotográfico destinado à divulgação dos atrativos locais. A atividade contemplou a Pedra da Boa Vista, a Pedra do Itacolomi, a nascente do rio Pardo, a Igreja Matriz, a Igreja de São Benedito, o Castelinho, espaços públicos e produções artesanais. A iniciativa relacionou a apresentação turística do município às paisagens naturais, às referências culturais e às atividades desenvolvidas pela população (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA, 2014).

O turismo rural aparece associado às características agrícolas do território, especialmente à produção de batata, enquanto as formações serranas e os espaços naturais integram a oferta relacionada à contemplação, às caminhadas e às atividades esportivas. A presença de referências religiosas e manifestações culturais, particularmente a Festa de São Benedito, compõe outra dimensão da visitação municipal. A organização dessas atividades ocorre no contexto das políticas de regionalização do turismo e da participação de Ipuiúna na IGR Caminhos Gerais.

A caracterização de Ipuiúna reúne, portanto, processos históricos vinculados à abertura de caminhos no século XVIII, à formação do patrimônio religioso no final do século XIX, à reorganização administrativa que resultou na emancipação de 1953 e à expansão da bataticultura durante o século XX. A produção agrícola, a Festa de São Benedito, as edificações religiosas, as formações serranas e a nascente do rio Pardo constituem referências concretas da trajetória municipal e de sua inserção na organização turística do Sul de Minas Gerais.



Localização do município de Ipuiúna no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.11 Machado

A formação histórica de Machado está vinculada à ocupação do Sul de Minas em uma área que, durante o período colonial, integrou a ampla jurisdição da Comarca do Rio das Mortes, criada em 1714, com sede em São João del-Rei. Diferentemente dos núcleos mineradores de maior expressão, como Ribeirão do Carmo e Vila Rica, a região sul-mineira consolidou-se sobretudo por atividades agropastoris, pela abertura de caminhos e pela circulação de tropeiros, boiadeiros e comerciantes. Nas terras banhadas pelo ribeirão Jacutinga e pelo rio Machado, a fertilidade do solo e a presença de cursos d'água favoreceram a fixação de famílias e o desenvolvimento das primeiras atividades produtivas. A tradição historiográfica local situa os primeiros registros do território por volta de 1750, quando a região já funcionava como ponto de passagem de tropas e boiadas em trânsito para outras localidades (CARVALHO, [s.d.]; REBELLO, [s.d.]).

Entre os primeiros povoadores conhecidos estão José Ferreira de Carvalho e sua esposa, Miquelina Alexandre de Jesus. Posteriormente, outras famílias se estabeleceram na região, destacando-se Custódio José Dias, proprietário de terras na área da Caiana, com sede na Fazenda Cachoeira, e Ana Margarida Josefa de Macedo, proprietária de extensas áreas na chamada Zona do Jacutinga. A memória local preserva diferentes explicações para o topônimo "Machado": uma delas

associa o nome à perda de um machado por viajantes ao atravessarem o rio; outra atribui o episódio a um escravizado; e uma terceira relaciona a denominação a uma família Machado, proprietária de terras às margens do curso d'água. Ainda que essas versões pertençam ao campo da tradição oral, elas integram o imaginário histórico do município e revelam a importância da memória compartilhada na construção da identidade local.

A documentação setecentista permite identificar referências mais precisas ao território. Em 8 de maio de 1787, em Vila Rica, foi assinada a nomeação de Francisco Costa Santo como primeiro guarda-mor dos rios Machado e Dourado, função que exerceu na região até sua morte, em 1808. A expressão "Campos de Machado" aparece, por sua vez, na Carta Patente do alferes João Antônio Soares, de 1808. Entre 1810 e 1815, a agricultura e a pecuária se desenvolveram nas fazendas de Antônio Moreira de Souza Ribeiro e Joaquim José dos Santos, indicando a consolidação de uma economia rural diversificada e voltada tanto à subsistência quanto ao abastecimento regional (REBELLO, [s.d.]).

Como ocorreu em muitos núcleos do interior mineiro, a formação do arraial esteve ligada à construção de uma capela. Ana Margarida Josefa de Macedo doou terras para a edificação do templo dedicado à Sagrada Família, cuja licença foi concedida pelo bispo Dom Mateus de Abreu Pereira, da Diocese de São Paulo, entre 1816 e 1818. A capela, simples e de taipa, foi construída no ponto mais alto da atual Praça Antônio Carlos, no local onde mais tarde se instalaria a primeira fonte luminosa. A partir dela se estruturou o povoado, tradicionalmente associado aos nomes de Antônio Moreira de Souza Ribeiro, Joaquim José dos Santos e Ana Margarida Josefa de Macedo, embora a ocupação da região tenha sido resultado de um processo mais amplo e coletivo (CARVALHO, [s.d.]; REBELLO, [s.d.]).

A trajetória administrativa de Machado consolidou-se ao longo do século XIX. Em 5 de agosto de 1852, a Capela da Sagrada Família foi elevada a curato. Pela Lei Provincial nº 809, de 3 de julho de 1857, o Curato da Sacra Família do Machado tornou-se freguesia, adquirindo também a condição de distrito e paróquia. Em 30 de novembro de 1880, pela Lei Provincial nº 2.684, a freguesia foi elevada à categoria de vila. A emancipação político-administrativa ocorreu em 13 de setembro de 1881, quando Machado se desmembrou de Alfenas, afirmando-se como unidade municipal própria no Sul de Minas.

A economia machadense teve, desde suas origens, forte base rural. Em 1841, o juiz de paz João Ferreira Tolledo, de Douradinho, registrava a abundância de matas próprias para cultivo, campos

de criação, produção de fumo, milho e mantimentos comercializados em Campanha. Na segunda metade do século XIX, a pecuária alcançou destaque, especialmente com a atuação da Sociedade Machadense, organizada para o corte de boiada e a venda de carne no Rio de Janeiro. A iniciativa, composta por sócios de Machado e de outras localidades, como Caconde, Casa Branca e Jacuí, revela a inserção do município em redes comerciais mais amplas, ligadas ao abastecimento da Corte.

O café tornou-se, porém, o principal produto agrícola de Machado e passou a ocupar posição central na economia local. A importância da cafeicultura motivou estudos específicos sobre sua história e sobre a ação econômica e política dos fazendeiros e agentes de café no final do século XIX e início do século XX. Em 1935, a criação do Campo Experimental do Café e do Campo de Monta, por iniciativa do Serviço Técnico do Café do Estado de Minas Gerais, reforçou a relevância da atividade para o município. Nas últimas décadas, Machado consolidou-se também na produção de cafés especiais, com exportação para diversos mercados internacionais.

A modernização dos transportes e das comunicações acompanhou esse processo econômico. No século XIX, as estradas boiadeiras, tropeiras e de viajantes estruturavam o acesso aos sertões, à Corte e aos pontos comerciais da província. A Lei Orçamentária nº 1.009, de 2 de julho de 1859, autorizou a abertura de estrada partindo da Freguesia de Santo Antônio do Machado e atravessando São João Batista do Douradinho; em 1866, foi autorizada a estrada de Conceição do Rio Verde, passando por Campanha, Machado e Alfenas. Já no século XX, os automóveis começaram a circular: os primeiros passaram por Machado em 1918 e 1920, e o primeiro automóvel local foi adquirido em 1920. O Annuario Estatístico da Secretaria de Agricultura de 1921 ainda registrava a predominância dos carros de boi, com 290 veículos desse tipo, além de carroças, automóveis de carga e passageiros, motocicletas, bicicletas e embarcações fluviais.

A ferrovia foi outro marco fundamental. A Estrada de Ferro Machadense teve seus estudos, plantas e projetos aprovados pelo Decreto nº 6.228, de dezembro de 1922. O primeiro trecho, de Alfenas à Caiana, foi inaugurado em agosto de 1925. Em 1928, a locomotiva chegou pela primeira vez à cidade, e, em 1930, a Estrada de Ferro Machadense foi adquirida pelo Estado de Minas. A ferrovia representou uma melhoria no transporte de mercadorias e passageiros e simbolizou progresso, integração regional e modernização, especialmente em uma economia marcada pelo café, pela pecuária e pelo comércio.

A vida urbana de Machado também se estruturou por meio da educação, da saúde, da imprensa e dos espaços culturais. A Santa Casa de Misericórdia, fundada em julho de 1920, ampliou as

condições de atendimento médico do município, embora o termo de compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Caridade de Santo Antônio do Machado date de 1911. No campo educacional, os primeiros professores aparecem em 1870, e a chamada Casa da Instrução já existia no início da década de 1880, com salas separadas para meninos e meninas. Ao longo do tempo, surgiram instituições como o Colégio Lustosa, o Colégio Imaculada Conceição, o Colégio Dias, o Ginásio Machadense, o Ateneu Machadense, o Grupo Escolar D. Pedro I, o Colégio São José, a Escola Profissional La Salle e a Escola Técnica de Comércio. Atualmente, o município conta com escolas públicas e particulares, faculdades privadas e um Instituto Federal, reafirmando sua importância educacional na região.

A circulação de ideias também foi expressiva. Machado foi a 39ª localidade mineira a publicar um periódico, com o Correio de Machado, criado em 1885. Ainda no século XIX surgiram jornais como O Binóculo, O Discípulo, O Patriota, O Novo Estado, Sexto Districto, O Futuro e O Operário. No século XX, jornais escolares, almanaques e revistas ampliaram essa vida intelectual, como a Gazeta Escolar, A Esmeralda, O Ginasiano, Agrovisão e a Revista do 1º Centenário de Machado. A existência de clubes de leitura e bibliotecas, como a Sociedade Amantes da Leitura, registrada em 1874, o Club Literário Bernardo Guimarães, criado em 1875, e a Biblioteca Municipal, inaugurada em 1918, demonstra a força das práticas letradas na vida cultural machadense.

O município também desenvolveu importantes suportes de memória. Na década de 1950 já existia o Museu do Ginásio São José; em 1981 foi inaugurado o Museu Histórico Municipal; e, em 1986, foi criada a Casa da Cultura, instalada no edifício da antiga Santa Casa. A Casa da Cultura incorporou o acervo do Museu Histórico Municipal e passou a abrigar também o Arquivo Público Machadense, constituindo-se como espaço de preservação da memória local, exposições, recitais, aulas de pintura e música. Em 1988, foi criado ainda o Museu da Congada, vinculado à Associação de Congadeiros, embora posteriormente desativado.

Do ponto de vista religioso e patrimonial, a antiga capela da Sagrada Família foi o ponto inicial da organização urbana. A primeira matriz, que substituiu a capela primitiva, foi demolida em 1917. A nova igreja começou a funcionar em 1918, passou por reformas nas décadas seguintes e foi demolida em 1967. Em 1968 tiveram início as obras da atual Igreja Matriz, inaugurada em 30 de maio de 1971, com 51 metros de comprimento, 16 metros de largura, torre de 42 metros, vitrais em vidro belga e alemão, piso de mármore cinza e dez lustres. A religiosidade local, contudo, não se restringe ao catolicismo oficial. Machado abriga diferentes expressões religiosas, incluindo protestantismo,

espiritismo, umbanda e quimbanda. A presença presbiteriana é antiga: Machado foi a terceira localidade de Minas Gerais a fundar um núcleo presbiteriano, em 1874.

Entre as manifestações culturais de Machado, destaca-se a Festa de São Benedito, celebração centenária vinculada à história da população afrodescendente, ao catolicismo popular e às tradições do congado. As danças do congo desenvolveram-se no contexto das fazendas, reunindo elementos da devoção católica e de práticas rituais de matriz africana. Realizada anualmente durante 12 dias, na segunda quinzena de agosto, a festividade congrega moradores da área urbana, das comunidades rurais e dos distritos, além de machadenses residentes em outras cidades e estados. A programação compreende novenas, missas, procissões, levantamento e descida do mastro, apresentações dos ternos de congado, participação dos Caiapós e a tradicional cerimônia do Reinado. O levantamento municipal de 2024 registrava 19 ternos vinculados à Associação dos Congadeiros, um grupo de Caiapó e ternos mirins das escolas municipais (MACHADO, 2024).

Em 2026, a Festa de São Benedito alcançou sua 110ª edição, realizada entre 14 e 25 de agosto, com programação dedicada também ao jubileu dos 500 anos de nascimento de São Benedito (1526–2026). A organização envolveu a Prefeitura Municipal, a Associação dos Congadeiros e a Paróquia Sagrada Família e Santo Antônio, reunindo atividades religiosas, culturais e apresentações tradicionais (VINÍCIUS, 2026). Registrada como patrimônio cultural imaterial de Machado em 2012, a celebração recebeu o reconhecimento de relevante interesse cultural do Estado de Minas Gerais pela Lei nº 25.183, de 20 de março de 2025. No mesmo ano, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reconheceu os Saberes do Rosário — Reinados, Congados e Congadas como Patrimônio Cultural do Brasil, no Livro de Registro dos Saberes, abrangendo tradições de matriz afro-brasileira presentes em diferentes regiões do país (MINAS GERAIS, 2025; IPHAN, 2025).



Casa da Cultura de Machado. Acervo Caminhos Gerais.

O turismo em Machado se apoia justamente nessa combinação entre história, cultura, memória, ruralidade e cafeicultura. A Festa de São Benedito constitui um dos principais atrativos culturais do município, reunindo religiosidade, música, dança, culinária, sociabilidade e devoção. A cafeicultura, especialmente os cafés especiais, também se apresenta como eixo importante para o turismo de experiência, articulando propriedades rurais, história econômica e identidade territorial. A Casa da Cultura, a antiga Santa Casa, os templos religiosos, a Praça Antônio Carlos, os bens associados à ferrovia, os registros da imprensa local e as manifestações afro-religiosas compõem um conjunto de referências que compõem um conjunto de referências históricas e culturais do município.

Do ponto de vista demográfico e territorial, Machado configura-se como município de porte médio no contexto do Sul de Minas Gerais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possui área territorial de 585,958 km², população de 37.684 habitantes no Censo de 2022 e estimativa de 38.809 habitantes em 2025. A densidade demográfica registrada no último censo foi de 64,31 hab./km², dado que revela uma ocupação territorial ainda marcada pela presença expressiva de áreas rurais e por uma relação histórica entre cidade, campo e produção agropecuária (IBGE, 2025).

A estrutura socioeconômica do município revela uma economia diversificada, embora fortemente vinculada à produção rural. O PIB per capita de Machado foi de R$ 37.319,77 em 2023, segundo o IBGE, indicador que expressa a média da produção econômica por habitante, mas não deve ser confundido com renda individual ou distribuição efetiva de renda (IBGE, 2025). Ainda conforme

o IBGE, o município registrou, em 2024, receitas brutas realizadas de R$ 247.219.122,91 e despesas brutas empenhadas de R$ 226.224.554,65, números que indicam a escala da administração pública local e sua capacidade de operação orçamentária no contexto regional (IBGE, 2025).

A economia machadense mantém forte centralidade na cafeicultura, atividade que estrutura historicamente a paisagem rural, a geração de trabalho e a identidade local. Fontes institucionais e acadêmicas apontam que o cultivo do café é uma das principais atividades econômicas do município e que a expansão da cafeicultura ocupou de forma ampla o território rural, com cafezais distribuídos por diferentes classes de aptidão agrícola (MOURA, 2007). Essa centralidade também se articula à presença de instituições de ensino, pesquisa e extensão ligadas ao setor, como o Instituto Federal do Sul de Minas, campus Machado, e o Centro de Excelência do Café, cuja implantação foi anunciada pelo Governo de Minas como iniciativa voltada à qualificação da cafeicultura regional (MINAS GERAIS, 2006).

A força do café em Machado não se restringe à produção em larga escala. O município também se insere no circuito dos cafés especiais e de exportação. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais registrou, em 2008, a produção em Machado de um café 100% arábica, tipo exportação, desenvolvido com apoio da Epamig e destinado a mercados como Europa, Estados Unidos e Japão (MINAS GERAIS, 2008). Essa inserção reforça a importância do município no processo de qualificação da cafeicultura sul-mineira, aproximando produção agrícola, inovação técnica, pesquisa aplicada e agregação de valor.

No campo do turismo, Machado integra a política estadual e federal de regionalização turística por meio da IGR Caminhos Gerais.

A presença de Machado no Mapa do Turismo Brasileiro deve ser compreendida como reconhecimento institucional de sua inserção em uma região turística organizada, com governança e planejamento vinculados às políticas públicas de turismo. Segundo a SECULT-MG, o Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento criado pelo Ministério do Turismo para orientar a atuação das políticas públicas e definir os recortes territoriais prioritários para o desenvolvimento do setor (SECULT-MG, 2026). Em 2025, o Ministério do Turismo informou que o Mapa alcançou 3.033 municípios e 360 áreas turísticas, consolidando-se como ferramenta estratégica de planejamento, fortalecimento da governança e acesso a ações estruturantes (BRASIL, 2025).

No portal oficial de turismo de Minas Gerais, Machado é apresentado como município conhecido por manter vivas tradições religiosas e folclóricas, especialmente as congadas, novenas,

procissões e missas. O mesmo portal destaca como opções de lazer e visitação a Casa da Cultura, o Mercado Municipal, o Cristo Redentor de Machado e a Prainha (MINAS GERAIS, [s. d.]).

A atividade econômica e empresarial de Machado favorece o turismo de negócios, associado ao deslocamento de visitantes por motivos profissionais e à utilização dos serviços de hospedagem, alimentação e apoio turístico. Essa característica fundamentou a inclusão do município, ao lado de Poços de Caldas, Andradas e Caldas, entre os quatro destinos com função indutora propostos no Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais. A classificação considera as condições de atração e recepção de visitantes, a infraestrutura disponível e as possibilidades de integração com os demais municípios da região.

O turismo de negócios integra, assim, as perspectivas de desenvolvimento turístico de Machado, em articulação com a cafeicultura, as manifestações culturais, a religiosidade e o patrimônio local. A Festa de São Benedito, a Casa da Cultura, o Mercado Municipal, os espaços associados à memória urbana e os atrativos naturais constituem referências que podem complementar as viagens profissionais e favorecer a permanência dos visitantes. A participação do município no Mapa do Turismo Brasileiro e na IGR Caminhos Gerais insere essas possibilidades nas políticas de regionalização e nas estratégias de organização da oferta turística, considerando as características econômicas e culturais de Machado e as oportunidades de articulação regional.



Localização do município de Machado no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.12 Monte Belo

O município de Monte Belo está localizado na região Sul de Minas Gerais, integrando atualmente a área de abrangência da IGR Caminhos Gerais. Sua formação histórica está associada ao processo de ocupação do interior sul-mineiro ocorrido ao longo do século XIX, vinculado à expansão das atividades agropecuárias e à constituição de pequenas comunidades rurais organizadas em torno de fazendas, capelas e caminhos de circulação regional. O território onde se desenvolveu o núcleo inicial do município era ocupado por propriedades rurais dedicadas principalmente à agricultura e à criação de animais, atividades que desempenharam papel fundamental na consolidação econômica e social da região.

De acordo com registros históricos da Prefeitura Municipal e do IBGE, o povoamento teve origem em um pequeno núcleo conhecido inicialmente como “Capela dos Lopes”, denominação relacionada às famílias que ocupavam a região e à existência de uma capela dedicada às práticas religiosas da comunidade local. A tradição histórica local também menciona que o lugar recebeu, em determinado momento, a denominação de “Manguara”, em referência às frequentes disputas e brigas entre moradores da localidade. Posteriormente, o povoado passou a ser denominado Monte Belo, nome associado às características da paisagem local, marcada por relevo ondulado, áreas montanhosas e extensas zonas rurais.

O desenvolvimento do núcleo urbano ocorreu gradualmente ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, período em que a expansão da agricultura regional fortaleceu economicamente o município. A constituição de estradas vicinais e a integração comercial com outros municípios do Sul de Minas contribuíram para a ampliação das atividades econômicas e para a consolidação administrativa da localidade. O município foi oficialmente criado pelo Decreto-Lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938.

Monte Belo possui território fortemente marcado pela presença rural. O município conta com diversos bairros rurais e os distritos de Juréia e Santa Cruz Aparecida, que desempenham importante papel na organização territorial e econômica local. A relação entre cidade e campo permanece como uma das características estruturantes do município, refletindo-se nas práticas produtivas, nas manifestações culturais e no cotidiano da população.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, Monte Belo possui população de aproximadamente 13 mil habitantes. O município apresenta área territorial de cerca de 421 km², com

densidade demográfica relativamente baixa, característica comum a municípios de perfil agropecuário do Sul de Minas Gerais. A população distribui-se entre a sede municipal, distritos e numerosas comunidades rurais, mantendo significativa relação com as atividades agrícolas e pecuárias.

A economia municipal está historicamente vinculada à agropecuária, com destaque para a cafeicultura, atividade que ocupa papel central na dinâmica econômica local e regional. Além do café, destacam-se cultivos de milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, horticultura e atividades ligadas à pecuária leiteira. O município integra a importante região cafeeira do Sul de Minas, reconhecida nacionalmente pela produção de cafés de qualidade e pela forte presença da agricultura familiar. O setor de serviços e o comércio local complementam a economia municipal, especialmente ligados ao atendimento das demandas regionais e do setor agropecuário.

No contexto regional, Monte Belo compartilha características históricas e econômicas associadas à formação das chamadas “montanhas cafeeiras” do Sul de Minas, território marcado pela presença da cafeicultura, de pequenas e médias propriedades rurais e de paisagens culturais vinculadas ao campo. A produção agrícola e o modo de vida rural permanecem elementos fundamentais da identidade municipal.

O turismo em Monte Belo relaciona-se principalmente ao turismo rural, religioso e de experiência ligado ao meio rural e às paisagens naturais do município. A presença de áreas montanhosas, propriedades rurais, igrejas, festas religiosas e manifestações culturais tradicionais compõe parte dos atrativos locais. As festividades religiosas e comunitárias desempenham importante papel na sociabilidade e na preservação das tradições culturais do município, especialmente nos distritos e comunidades rurais. Além disso, a inserção do município na região cafeeira do Sul de Minas fortalece possibilidades de desenvolvimento do turismo associado à cultura do café, às experiências rurais e à gastronomia regional.

Monte Belo também mantém vínculos históricos e econômicos com os municípios vizinhos da região da IGR Caminhos Gerais, compartilhando processos de formação territorial relacionados à expansão agrícola, à circulação regional e à consolidação da economia cafeeira no Sul de Minas Gerais. A permanência de tradições rurais, festas religiosas, práticas agrícolas familiares e paisagens vinculadas à cafeicultura constitui elemento importante da identidade cultural e territorial do município.



Localização do município de Monte Belo no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.13 Poço Fundo

A formação histórica de Poço Fundo está relacionada à ocupação territorial e à organização das atividades agropecuárias no Sul de Minas Gerais durante o século XIX. O município desenvolveu-se em uma região vinculada aos antigos territórios de Alfenas e Machado, onde o estabelecimento de propriedades rurais, a circulação de mercadorias e a formação de povoados acompanharam a ampliação das atividades econômicas e administrativas. A agricultura de abastecimento, a criação de animais e, posteriormente, o cultivo comercial de café e fumo integraram a trajetória produtiva da localidade (IBGE, s. d.; POÇO FUNDO, s. d.).

A constituição do núcleo urbano esteve associada à organização de um patrimônio religioso dedicado a São Francisco de Paula. Em 2 de abril de 1870, a iniciativa de construção de uma capela, conduzida pelo capitão Francisco Ferreira de Assis, estabeleceu um marco na formação do povoado de São Francisco de Paula do Machadinho. O histórico municipal identifica essa data como referência de fundação da localidade, cuja população se organizou inicialmente em torno do templo e das propriedades agrícolas existentes nas proximidades (POÇO FUNDO, s. d.).

A formação do povoado ocorreu em circunstâncias relacionadas às disputas políticas presentes no antigo município de Machado. O histórico publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística identifica a participação do barão de Alfenas, José Dias de Gouveia, Francisco Ferreira de Assis, capitão Antônio Joaquim Gonçalves, Joaquim Dias Pereira e Manoel Coutinho Xavier de Resende entre os agentes envolvidos na constituição da localidade. A iniciativa de estabelecer um novo núcleo de povoamento esteve associada às divergências entre grupos políticos que atuavam na região. Em 2 de abril de 1870, São Francisco de Paula do Machadinho foi elevado à condição de curato, consolidando uma organização religiosa própria (IBGE, s. d.).

A estrutura administrativa do povoado foi estabelecida progressivamente. A Lei Provincial nº 1.676, de 21 de setembro de 1870, e a Lei Provincial nº 1.787, de 22 de setembro de 1871, integraram o processo de criação e organização do distrito de Machadinho, cuja existência foi posteriormente confirmada pela Lei Estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891. A localidade permaneceu vinculada ao município de Santo Antônio do Machado, denominação anteriormente utilizada para Machado, figurando como distrito na divisão administrativa de 1911 e nos registros do Recenseamento Geral de 1920 (IBGE, s. d.).

A vinculação administrativa a Machado acompanhou o desenvolvimento das atividades rurais e o crescimento da população local. As fazendas estabelecidas na região mantinham cultivos destinados ao consumo e à comercialização, especialmente milho, feijão e outros gêneros agrícolas. A expansão do café e do fumo incorporou novas atividades à economia do território, contribuindo para a organização da produção rural e para o estabelecimento de relações comerciais com outras localidades sul-mineiras (POÇO FUNDO, s. d.).

A emancipação político-administrativa ocorreu pela Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, que criou o município de Gimirim mediante o desmembramento do distrito de Machadinho, pertencente a Machado, e a incorporação de parte do território de Campestre. A legislação estabeleceu os limites da nova unidade municipal e definiu a antiga povoação como sede administrativa. A denominação Gimirim, associada à expressão machado pequeno, substituiu o nome anteriormente utilizado para o distrito (MINAS GERAIS, 1923; IBGE, s. d.).

A instalação oficial do município ocorreu em 24 de maio de 1924. No ano seguinte, a Lei Estadual nº 893, de 10 de setembro de 1925, elevou a sede municipal à categoria de cidade, mantendo a denominação Gimirim. A autonomia administrativa estabeleceu novas condições para a organização da gestão municipal e dos serviços públicos, em um período de reorganização territorial e criação de municípios no Sul de Minas Gerais (IBGE, s. d.; POÇO FUNDO, s. d.).

Nas décadas seguintes, a estrutura administrativa passou por outras modificações. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938, foi criado o distrito de Paiolinho, constituído por áreas anteriormente vinculadas aos municípios de São Gonçalo do Sapucaí e Silvianópolis e incorporado ao município de Gimirim. A divisão territorial registrada para o período de 1939 a 1943 passou a compreender os distritos de Gimirim e Paiolinho, configuração também identificada nos registros administrativos de 1950 (IBGE, s. d.).

A organização judiciária municipal também foi alterada durante a década de 1940, com a elevação de Gimirim à condição de comarca. O histórico do IBGE registra a instalação da comarca em novembro de 1948, etapa integrante da ampliação das estruturas administrativas e judiciárias que acompanharam a autonomia municipal (IBGE, s. d.).

A denominação Poço Fundo foi oficializada pela Lei Estadual nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, que estabeleceu a divisão administrativa e judiciária de Minas Gerais para o período de 1954 a 1958. A alteração substituiu o topônimo Gimirim e incorporou ao nome oficial do município uma referência territorial associada à região da Cachoeira Grande do Poço Fundo (MINAS GERAIS, 1953).

A mudança de denominação ocorreu durante a administração do prefeito Isaías Pereira de Carvalho, com participação da Câmara Municipal. A escolha esteve relacionada à notoriedade adquirida pela produção de fumo de corda, particularmente nas propriedades situadas na região conhecida como Cachoeira Grande do Poço Fundo. O cultivo e o beneficiamento do fumo integravam a economia rural e as atividades comerciais do município, constituindo uma das referências produtivas utilizadas na identificação da localidade (IBGE, s. d.; POÇO FUNDO, s. d.).

A história administrativa de Poço Fundo apresenta, assim, sucessivas transformações nas denominações e nas condições jurídicas do território. O antigo povoado de São Francisco de Paula do Machadinho, organizado em torno da capela estabelecida em 1870, adquiriu autonomia municipal em 1923, passou a utilizar a denominação Gimirim e recebeu o nome atual em 1953. Essas alterações acompanharam a consolidação da sede urbana e a organização das atividades econômicas e institucionais do município.

A economia local conserva vínculos expressivos com a agropecuária. A produção de café e fumo, desenvolvida em diferentes períodos da história municipal, participa da organização produtiva rural. A cafeicultura adquiriu destaque nas atividades agrícolas contemporâneas, com presença de

produtores familiares e iniciativas relacionadas ao cultivo orgânico, à qualidade dos grãos e à comercialização em mercados especializados (POÇO FUNDO, s. d.; COOPFAM, s. d.).

A produção de café orgânico constitui uma das características da inserção de Poço Fundo na cafeicultura sul-mineira. O município abriga a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), organização vinculada à produção e à comercialização de cafés provenientes da agricultura familiar. A cooperativa desenvolve atividades relacionadas à produção orgânica, à certificação de comércio justo e à valorização de cafés especiais, incluindo linhas comerciais identificadas como Café Familiar, Café Familiar da Terra, Café Feminino e cafés de microlotes (COOPFAM, s. d.).

A atuação da cooperativa integra as iniciativas de organização coletiva de agricultores familiares, com ênfase em práticas produtivas sustentáveis e na comercialização dos cafés. A presença de produtos certificados e de iniciativas voltadas à diferenciação da produção participa da configuração econômica do município, articulando o cultivo agrícola às atividades de beneficiamento e comercialização (COOPFAM, s. d.).

A cafeicultura também aparece nas referências utilizadas para a apresentação turística de Poço Fundo. O Portal Minas Gerais identifica o município como produtor de café, com destaque para o cultivo orgânico, e relaciona essa atividade às características de sua economia rural. A produção agrícola integra, portanto, o conjunto de elementos considerados na divulgação regional do destino, juntamente com as paisagens naturais e as manifestações culturais (MINAS GERAIS, s. d.).

Do ponto de vista territorial e demográfico, Poço Fundo possui área de 474,244 km², conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes a 2025. O Censo Demográfico de 2022 registrou 16.390 habitantes, correspondentes à densidade demográfica de 34,56 habitantes por quilômetro quadrado. A estimativa populacional para 2025 foi de 16.824 moradores. Em 2023, o Produto Interno Bruto per capita municipal alcançou R$ 33.488,67, indicador referente à produção econômica por habitante (IBGE, 2025).

A organização territorial compreende a sede urbana e áreas rurais vinculadas às atividades agrícolas, à presença de cursos d'água e às formações naturais do Sul de Minas. O território integra a bacia hidrográfica do rio Grande, conforme a caracterização regional apresentada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Os rios e seus afluentes participam da configuração geográfica municipal e estão associados a diferentes áreas utilizadas para atividades produtivas e recreativas (MINAS GERAIS, s. d.).

Entre os elementos naturais divulgados pelo Portal Minas Gerais encontram-se a Cachoeira Grande, a Cachoeira da Efigênia, a Pedra Balão e a Pedra da Canoa. Esses locais integram a apresentação turística do município e constituem referências para atividades de lazer, contemplação da paisagem e visitação de ambientes naturais (MINAS GERAIS, s. d.).



Cachoeira em Poço Fundo – MG. Acervo Caminhos Gerais.

A Cachoeira Grande está situada na área rural, com acesso indicado pela Estrada da Barra Grande, a partir do bairro Água Limpa. O atrativo é apresentado pelo portal estadual como espaço utilizado por moradores e visitantes, com atividades de banho de cachoeira, caminhadas, contemplação, *trekking* e rapel. A presença de quedas d'água e ambientes associados aos cursos fluviais constitui parte da oferta de turismo de natureza identificada no município (MINAS GERAIS, s. d.).

A Cachoeira da Efigênia corresponde a uma área de corredeiras e remanso do rio Machado, situada na zona rural e acessada pela estrada que conduz à Cachoeira Grande. O local é divulgado para atividades de contemplação, pesca e banho, integrando o conjunto de espaços naturais identificados na oferta turística municipal (MINAS GERAIS, s. d.).

A Pedra Balão constitui outra referência paisagística de Poço Fundo. A formação rochosa, situada na área rural, nas proximidades da Fazenda do Jardim e do caminho para Cachoeirinha,

recebeu essa denominação em razão do formato de uma de suas rochas. O local é identificado como mirante natural, utilizado para a contemplação da paisagem (MINAS GERAIS, s. d.).

O patrimônio cultural municipal compreende manifestações religiosas e festivas associadas à formação histórica da cidade. A antiga devoção a São Francisco de Paula está relacionada à constituição do primeiro núcleo urbano e à denominação da povoação durante o século XIX. A presença das celebrações religiosas permanece entre as referências culturais identificadas pelo portal estadual, em articulação com outras festividades municipais (POÇO FUNDO, s. d.; MINAS GERAIS, s. d.).

Entre as manifestações culturais, destaca-se o Terno de Congo de São Benedito, cuja criação é situada em 1910 pelo Portal Minas Gerais. A manifestação integra as tradições afro-brasileiras presentes no município e está associada às práticas religiosas e culturais vinculadas à devoção a São Benedito. A continuidade do congado constitui uma referência da cultura local e integra a apresentação turística de Poço Fundo (MINAS GERAIS, s. d.).

A Festa de São Benedito também participa do calendário cultural municipal, ao lado de outras celebrações divulgadas oficialmente, como o Carnaval e as comemorações do aniversário da cidade. As festividades constituem espaços de participação comunitária e de circulação de visitantes, relacionando práticas religiosas, manifestações populares e atividades de lazer (MINAS GERAIS, s. d.).

Entre os equipamentos culturais identificados na divulgação turística estadual encontram-se o Cine Ouro Negro e o Cemitério do Cônsul Lourenço Westin. Esses locais integram o conjunto de referências culturais apresentado aos visitantes, juntamente com os espaços naturais e as manifestações festivas existentes no município (MINAS GERAIS, s. d.).

A participação de Poço Fundo na Instância de Governança Regional Caminhos Gerais estabelece sua inserção nas iniciativas de articulação turística desenvolvidas entre os municípios integrantes da região. A organização da oferta local contempla referências associadas à produção agrícola, especialmente à cafeicultura orgânica, aos ambientes naturais e às manifestações culturais e religiosas. A presença desses elementos constitui a base territorial considerada na caracterização turística municipal.

A trajetória histórica de Poço Fundo reúne processos de ocupação rural, organização religiosa, emancipação político-administrativa e transformação econômica. A formação do povoado de São Francisco de Paula do Machadinho, a criação de Gimirim e a adoção da denominação atual

correspondem a diferentes momentos da organização municipal. A agricultura, inicialmente associada à produção de abastecimento e ao cultivo de fumo, permanece presente na economia local por meio da cafeicultura e de outras atividades rurais. As cachoeiras, as formações rochosas, as festividades religiosas e as manifestações do congado compõem o conjunto de referências naturais e culturais relacionadas à inserção de Poço Fundo no turismo regional.



Localização do município de Poço Fundo no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.14 Poços de Caldas

A formação histórica de Poços de Caldas está vinculada ao aproveitamento das águas minerais e termais sulfurosas, cuja utilização para fins terapêuticos contribuiu para o desenvolvimento da localidade como estância hidromineral. Situado no Complexo Alcalino de Poços de Caldas, associado a uma antiga estrutura vulcânica, o município apresenta paisagens marcadas pela Serra de São Domingos e por formações geológicas características do planalto. A cidade encontra-se a aproximadamente 1.186 metros de altitude, em um território cuja configuração natural esteve diretamente relacionada à organização das atividades de saúde, hospedagem, lazer e turismo (POÇOS DE CALDAS, 2021).

As fontes minerais eram conhecidas desde o início do século XIX. Em 1819, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire descreveu o sítio e as águas minerais do rio Pardo, registrando características do ambiente que posteriormente abrigaria o núcleo urbano. Durante aquele século, as propriedades atribuídas às águas atraíram viajantes, médicos e pessoas interessadas em tratamentos terapêuticos. Jussara Marques Oliveira Marrichi, ao estudar a formação da cidade termal entre 1839 e 1931, examinou a participação da hidroterapia na organização dos espaços urbanos e na constituição de práticas de sociabilidade associadas à medicina, ao repouso e ao lazer. As águas quentes e sulfurosas adquiriram, nesse processo, funções que ultrapassavam sua utilização imediata para tratamento de enfermidades, integrando concepções de higiene, comportamento e modernização dos costumes (MARRICHI, 2009).

A constituição administrativa do povoado acompanhou a expansão dessas atividades. Em 1872, Joaquim Bernardes da Costa Junqueira doou terras destinadas à formação do núcleo urbano, acontecimento reconhecido como marco de fundação da cidade. Em 6 de setembro de 1879, foi criado o distrito de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas, subordinado ao município de Caldas. A Lei Provincial nº 3.659, de 1º de setembro de 1888, elevou a localidade à categoria de vila, com desmembramento de Caldas e instalação em 31 de maio de 1890. Posteriormente, a Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, concedeu a Poços de Caldas a categoria de cidade (IBGE, [s. d.]; MINAS GERAIS, 1915).

A chegada da Companhia Mogiana, em 1886, ampliou as condições de acesso à estância. O ramal ferroviário estabeleceu ligações com o interior paulista e favoreceu o deslocamento de passageiros, a circulação de mercadorias e o abastecimento dos estabelecimentos locais. As conexões com São Paulo e o Rio de Janeiro integravam uma rede econômica e de transportes que atendia às cidades sul-mineiras e aos mercados externos à região. A ferrovia participou da expansão da atividade turística, facilitando a chegada de curistas e visitantes que procuravam as águas medicinais e os serviços oferecidos pela localidade (SAES; MARTINS, 2012).

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, a consolidação de Poços de Caldas como cidade termal foi acompanhada pela ampliação dos estabelecimentos de hospedagem, dos serviços médicos e das atividades de lazer. A presença de médicos, arquitetos, jornalistas, literatos, profissionais liberais, funcionários públicos e integrantes de famílias vinculadas à economia cafeeira contribuiu para a formação de uma vida social relacionada às temporadas de tratamento e repouso. Os hotéis, jardins, bailes, cassinos, práticas esportivas e eventos passaram a integrar a

experiência dos visitantes, em um contexto de transformação dos hábitos urbanos e de valorização das estâncias balneárias (MARRICHI, 2009; MARRICHI, 2015).

Stélio Marras examinou a formação dessas estâncias a partir dos processos de reconhecimento e valorização das chamadas águas virtuosas. A utilização terapêutica das fontes esteve relacionada à atuação de médicos, administradores públicos, empresários e frequentadores, que estabeleceram formas específicas de apropriação dos recursos naturais. Em Poços de Caldas, a organização dos serviços termais e dos espaços de convivência participou da constituição de uma cidade orientada para o recebimento de visitantes, em que práticas médicas, relações econômicas e atividades de lazer se desenvolveram de maneira articulada (MARRAS, 2004).

A década de 1920 marcou uma etapa de transformação da estrutura urbana. Em 1927, uma comissão financiada pelo então presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, visitou estâncias termais francesas para conhecer instalações balneárias e modelos de organização urbana. No mesmo ano, o Decreto nº 7.558, de 27 de março, autorizou crédito extraordinário de 5 mil contos destinado às obras de remodelação de Poços de Caldas. A antiga estrutura da Companhia Melhoramentos foi substituída pela Superintendência de Serviços Thermais, sendo Carlos Pinheiro Chagas nomeado prefeito e superintendente. O engenheiro José Fernal assumiu a responsabilidade pelas obras da cidade e da estância (MAGALHÃES, 2012).

O programa de remodelação compreendeu a construção e a reforma de equipamentos termais e hoteleiros, a reorganização dos espaços públicos, a recaptação das fontes e a implantação de melhorias urbanas. Entre as intervenções estavam os serviços de água e esgoto, iluminação, pavimentação, estradas de rodagem, jardins e praças. A formação do conjunto integrado pelo Parque José Affonso Junqueira, pelas Thermas Antônio Carlos, pelo Palace Hotel e pelo Palace Casino conferiu nova configuração à área central da cidade. Os projetos incorporaram referências arquitetônicas e paisagísticas observadas em estâncias europeias, adaptadas às condições e aos objetivos estabelecidos para Poços de Caldas (MAGALHÃES, 2012; MARRICHI, 2015).

As obras foram desenvolvidas durante aproximadamente três anos, com referências a cerca de trinta estações termais e balneárias europeias. Em 1931, os principais equipamentos estavam concluídos ou haviam passado por intervenções significativas. As Thermas Antônio Carlos dispunham de 140 banheiros de porcelana, seções separadas para homens e mulheres, duchas, salas de inalação, equipamentos para banhos de luz e mecanoterapia, além de terraço-solário. O Palace Hotel foi reorganizado com 264 quartos e apartamentos dotados de banheiros especiais, enquanto o

cassino passou a oferecer cinema falado. Marrichi identifica nesse conjunto a consolidação de um modelo de cidade balneária associado aos padrões de conforto, higiene e sociabilidade difundidos nas primeiras décadas do século XX (MARRICHI, 2015).

O crescimento da utilização dos equipamentos termais pode ser acompanhado pelos registros de serviços prestados. Em 1931, foram contabilizados 85.280 atendimentos nas Thermas Antônio Carlos, no Balneário dos Macacos e no Balneário do Palace Hotel. O número alcançou 102.347 em 1932, 110.526 em 1933 e 145.778 em 1934. A ampliação desses atendimentos acompanhou a consolidação da estância e a participação dos serviços hidrotermais na vida econômica e social do município. Os tratamentos coexistiam com atividades recreativas, temporadas de férias, encontros sociais e práticas de lazer desenvolvidas nos estabelecimentos hoteleiros e nos espaços públicos (MARRICHI, 2015).

A remodelação urbana também modificou as formas de utilização dos jardins, praças e equipamentos coletivos. As temporadas de inverno, os banhos, bailes, cassinos e atividades esportivas integravam a cultura de vilegiatura examinada por Marrichi, especialmente entre as décadas de 1930 e 1940. A cidade passou a receber grupos interessados em tratamentos médicos, repouso e recreação, em circunstâncias relacionadas às condições econômicas e aos hábitos sociais dos frequentadores. A arquitetura dos estabelecimentos, o paisagismo e a organização dos espaços de circulação participaram da construção dessa experiência urbana (MARRICHI, 2015).

Parte expressiva desse patrimônio permanece associada à atividade turística contemporânea. As Thermas Antônio Carlos, o Palace Hotel, o Palace Casino, o Parque José Affonso Junqueira, o Balneário Mário Mourão, as fontes minerais e os jardins centrais constituem referências da formação histórica da estância. No levantamento patrimonial regional, Poços de Caldas apresenta dois bens protegidos por tombamento estadual, o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro e o Conjunto Paisagístico da Serra de São Domingos. Foram identificados ainda 17 registros de tombamento municipal, correspondentes a 15 bens imóveis e dois conjuntos paisagísticos. Essas proteções abrangem elementos arquitetônicos, urbanísticos e naturais relacionados às diferentes etapas de formação e desenvolvimento da cidade (IEPHA-MG, [s. d.]).

A paisagem natural também integra a organização da oferta turística. Entre os atrativos identificados encontram-se a Serra de São Domingos, o Cristo Redentor, o Véu das Noivas, o Recanto Japonês e as fontes de águas minerais. O território municipal reúne áreas de contemplação, espaços de lazer e ambientes relacionados às atividades ao ar livre. A presença da Serra de São Domingos e

de formações geológicas associadas ao Complexo Alcalino de Poços de Caldas estabelece relações entre as características naturais, a história da ocupação urbana e as atividades de visitação (POÇOS DE CALDAS, 2021).



Voo livre na Rampa do Cristo em Poços de Caldas – MG. Acervo Caminhos Gerais.

As manifestações culturais integram outras dimensões da vida municipal. O Carnaval, a Festa de São Benedito e o Festival de Inverno estão associados à programação de eventos e à utilização dos espaços públicos para celebrações religiosas, apresentações artísticas e atividades de convivência. O levantamento regional também identifica referências a práticas reconhecidas em diferentes esferas de proteção patrimonial, entre elas Folias de Minas, Violas de Minas, Sistemas Culinários da Cozinha Mineira, Reinados e Congados e Roda de Capoeira. A presença dessas manifestações relaciona Poços de Caldas a tradições culturais compartilhadas com outros municípios mineiros, considerando seus agentes, formas de realização e continuidade (IEPHA-MG, [s. d.]).

Ao longo do século XX, a economia municipal adquiriu maior diversificação, com expansão dos setores de comércio, serviços, indústria e mineração. Poços de Caldas consolidou-se como centro urbano e econômico regional, preservando a atividade turística entre os componentes de sua organização produtiva. Os indicadores reunidos no Planejamento Estratégico apontam o município como responsável por aproximadamente 59,2% do Valor Adicionado Bruto da IGR Caminhos Gerais em 2021, concentrando os maiores valores absolutos regionais nos setores de serviços e indústria.

Essa participação evidencia sua dimensão econômica no conjunto dos 14 municípios integrantes da instância de governança.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Poços de Caldas possuía 163.742 habitantes no Censo Demográfico de 2022, com estimativa de 172.339 habitantes em 2025. A área territorial corresponde a 546,958 km², e a densidade demográfica registrada no último censo foi de 299,37 habitantes por quilômetro quadrado. O PIB per capita alcançou R$ 65.547,68 em 2023, o maior valor identificado entre os municípios da IGR Caminhos Gerais na caracterização socioeconômica regional (IBGE, 2025).

A atividade turística mantém participação expressiva na economia local, associada à estrutura de hospedagem, alimentação, comércio e serviços e à diversidade de atrativos naturais, históricos e culturais. As estimativas institucionais citadas na caracterização municipal apontam fluxo anual entre 1,5 milhão e 2 milhões de visitantes, sujeito às variações relacionadas à sazonalidade e à realização de eventos. As férias escolares, o Carnaval e o Festival de Inverno integram períodos de maior movimentação turística, com repercussões sobre a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis.

O diagnóstico regional realizado em 2026 identificou, em Poços de Caldas, 70 estabelecimentos de hospedagem, correspondentes a aproximadamente 51,9% dos 135 registros reunidos nos 14 municípios da IGR. A capacidade informada para o município totalizou 3.689 unidades habitacionais e 10.528 leitos, abrangendo hotéis, pousadas, resorts, hotéis-fazenda, hostels, motéis e modalidades de hospedagem independente, como chalés e cabanas. Desse conjunto, 32 estabelecimentos apresentaram indicação de cadastro no Cadastur. Os quantitativos correspondem à capacidade identificada durante o levantamento, considerando que parte dos empreendimentos não disponibilizou informações completas sobre suas acomodações.

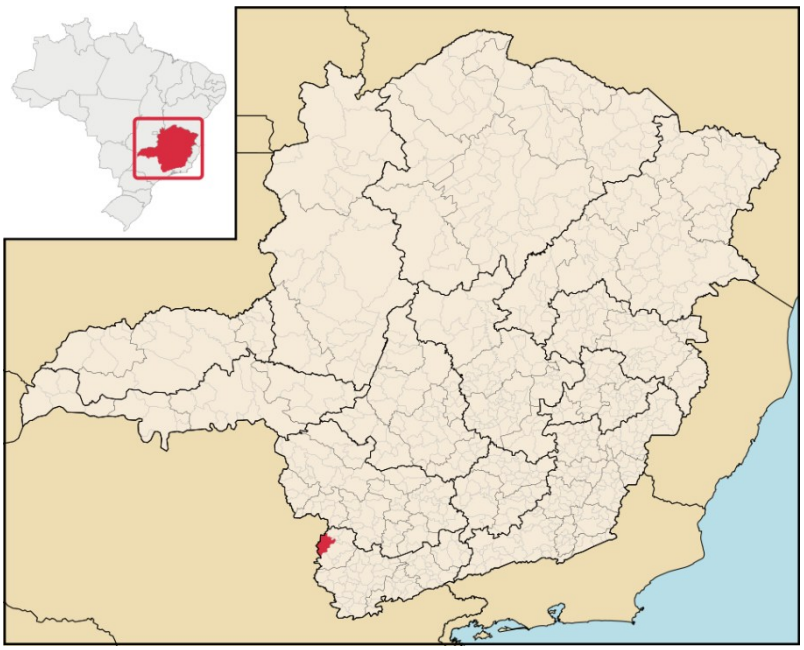
A estrutura identificada em Poços de Caldas concentra a maior parcela da oferta regional de hospedagem, cujo levantamento totalizou 4.570 unidades habitacionais e 12.684 leitos informados. A presença de estabelecimentos com diferentes características e padrões de atendimento contempla públicos interessados em lazer, saúde, bem-estar, viagens profissionais, turismo rural e experiências em ambientes naturais. Essa capacidade constitui uma das condições consideradas na organização de roteiros e nas possibilidades de permanência dos visitantes, inclusive daqueles que realizam deslocamentos para outros municípios do Caminhos Gerais.

A concentração dos serviços especializados também aparece no levantamento dos profissionais e das empresas de receptivo turístico. A consulta ao Cadastur identificou 61 guias de turismo em Poços de Caldas, correspondentes a aproximadamente 82,4% dos 74 profissionais cadastrados nos municípios da IGR. O Programa Minas Recebe 2026 reuniu cinco agências de receptivo sediadas na cidade, equivalentes a 62,5% das oito empresas participantes identificadas na região. Esses indicadores, associados à infraestrutura de hospedagem e alimentação, fundamentaram a classificação proposta de Poços de Caldas como destino indutor no Planejamento Estratégico Regional.

A condição de destino indutor está relacionada à capacidade de atração, recepção e permanência de visitantes e às possibilidades de integração com os demais municípios da IGR Caminhos Gerais. A proposta de classificação regional inclui também Andradas, Caldas e Machado, considerados segundo critérios de oferta turística, infraestrutura e serviços, capacidade de atração, comercialização e integração territorial. Em Poços de Caldas, a presença de equipamentos históricos, atrativos naturais, estabelecimentos de hospedagem e serviços de receptivo oferece condições para sua participação na organização de experiências intermunicipais e na circulação turística regional.

O município integra o Mapa do Turismo Brasileiro, instrumento do Ministério do Turismo destinado à organização territorial das políticas públicas de regionalização. Essa inserção está relacionada à participação institucional de Poços de Caldas na IGR Caminhos Gerais e aos instrumentos de planejamento e governança do setor. A estrutura turística local reúne atividades associadas às águas minerais e termais, ao patrimônio arquitetônico e paisagístico, à natureza, à cultura, à gastronomia, ao lazer e aos eventos, com diferentes formas de utilização dos equipamentos e serviços ao longo do ano.

A formação histórica da estância permanece presente na configuração do centro urbano, especialmente no conjunto de estabelecimentos termais, hoteleiros e espaços públicos construídos ou remodelados nas primeiras décadas do século XX. Ao mesmo tempo, a expansão econômica e a diversificação dos serviços ampliaram as funções exercidas por Poços de Caldas no Sul de Minas Gerais. A infraestrutura de recepção, a concentração de profissionais do turismo e a presença de atrativos de diferentes segmentos integram sua posição na organização turística regional, enquanto as águas minerais e termais permanecem relacionadas à história da cidade e à configuração de seu patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico.



Localização do município de Poços de Caldas no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.15 Santa Rita de Caldas

O município de Santa Rita de Caldas está localizado na região Sul de Minas Gerais e integra atualmente a área de abrangência da IGR Caminhos Gerais. Sua formação histórica está relacionada aos processos de ocupação e circulação territorial que marcaram o Sul de Minas entre os séculos XVIII e XIX, especialmente vinculados às rotas de deslocamento entre os antigos núcleos de povoamento da região. O território onde hoje se localiza o município situava-se em importante caminho de passagem entre Cabo Verde e Ouro Fino, utilizado por tropeiros, comerciantes e viajantes que circulavam pelo interior sul-mineiro.

A origem do povoamento está associada à instalação de fazendas e pequenos núcleos rurais ao longo dessas rotas de circulação. Segundo registros históricos disponíveis no IBGE e na Prefeitura Municipal, o desenvolvimento inicial da localidade ocorreu em torno de um patrimônio religioso dedicado a Santa Rita de Cássia, elemento comum na formação de diversos povoados mineiros do período. A construção da capela e a formação do arraial favoreceram a fixação populacional, o estabelecimento de atividades comerciais e o crescimento gradual da comunidade.

Ao longo do século XIX, a localidade consolidou-se como ponto de apoio e circulação regional, beneficiada por sua posição estratégica entre importantes núcleos do Sul de Minas. A economia local desenvolveu-se inicialmente com base na agricultura de abastecimento, na criação de animais e nas pequenas atividades comerciais vinculadas às rotas terrestres regionais. Posteriormente, a expansão da cafeicultura no Sul de Minas fortaleceu economicamente a região e contribuiu para a ampliação das atividades agrícolas do município.

Santa Rita de Caldas foi elevada à categoria de município em 31 de dezembro de 1943, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 1.058. A emancipação político-administrativa ocorreu em um contexto de reorganização territorial mineira ocorrido durante a década de 1940, quando diversos distritos sul-mineiros conquistaram autonomia administrativa.



Doces e cachaça em Santa Rita de Caldas. Acervo Caminhos Gerais.

A formação territorial do município manteve forte relação com o meio rural, característica que permanece presente na organização econômica e social local. O território municipal é marcado pela presença de bairros rurais, pequenas propriedades agrícolas e áreas de relevo montanhoso típicas do Sul de Minas Gerais. Essa configuração contribuiu para a permanência de práticas agrícolas familiares e para a consolidação de uma paisagem cultural vinculada à produção rural.

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, Santa Rita de Caldas possui população em torno de 9 mil habitantes e área territorial superior a 500 km². O município apresenta

densidade demográfica relativamente baixa, com significativa parcela da população distribuída entre comunidades rurais e pequenos núcleos urbanos.

A economia municipal está historicamente vinculada à agropecuária, especialmente à cafeicultura, atividade central na dinâmica econômica regional do Sul de Minas. O município integra o território das montanhas cafeeiras sul-mineiras, caracterizado pela presença de pequenas e médias propriedades rurais dedicadas à produção de café. Além da cafeicultura, destacam-se a pecuária leiteira e cultivos agrícolas voltados ao abastecimento regional e à agricultura familiar.

O comércio e o setor de serviços complementam a economia local, especialmente ligados às demandas do meio rural e das atividades agropecuárias. A integração econômica com municípios vizinhos reforça a inserção de Santa Rita de Caldas nas dinâmicas produtivas regionais do Sul de Minas Gerais.

No campo do turismo, o município apresenta potencial relacionado ao turismo rural, religioso e de natureza. As paisagens montanhosas, áreas verdes e propriedades rurais constituem importantes elementos de valorização territorial. As festividades religiosas ligadas à devoção de Santa Rita de Cássia desempenham papel relevante na vida cultural e comunitária local, mobilizando moradores e visitantes.

Além disso, a inserção do município no território cafeeiro sul-mineiro favorece possibilidades de desenvolvimento do turismo de experiência relacionado à cultura do café, à gastronomia regional e às tradições rurais. A permanência de paisagens agrícolas, modos de vida vinculados ao campo e práticas culturais comunitárias constitui parte importante da identidade histórica e cultural de Santa Rita de Caldas.



Localização do município de Santa Rita de Caldas no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.

2.16 São João da Mata

O município de São João da Mata, situado no Sul de Minas Gerais, teve sua formação vinculada à expansão das atividades agropecuárias e à constituição de um núcleo comercial destinado ao atendimento das propriedades rurais estabelecidas na região. Até sua emancipação político-administrativa, em 1962, o território integrava o município de Silvianópolis. A formação do povoado ocorreu principalmente nas primeiras décadas do século XX, período em que agricultores e comerciantes passaram a ocupar a localidade, estabelecendo as bases econômicas e urbanas da futura sede municipal (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

Segundo o histórico publicado pela Prefeitura Municipal, a ocupação agrícola intensificou-se pouco antes de 1930, com o estabelecimento de lavradores dedicados ao cultivo de café, feijão e milho. A disponibilidade de terras e as condições naturais favoreceram a instalação de propriedades rurais e a diversificação das culturas. Além dos produtos inicialmente cultivados, foram introduzidas lavouras de batata, arroz, banana e hortaliças, destinadas tanto ao consumo das famílias quanto à comercialização. A criação de bovinos e suínos também integrava as atividades produtivas, destacando-se gradualmente a pecuária leiteira. O desenvolvimento da agricultura ocorreu mediante

experiências de cultivo e adaptação às condições locais, conforme os relatos de antigos moradores reunidos no histórico municipal (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

Na década de 1930, a ampliação das atividades agrícolas favoreceu o estabelecimento de comerciantes responsáveis pelo abastecimento das fazendas e sítios. Entre os moradores identificados pela história municipal como participantes da formação do núcleo urbano estavam José Joaquim Fagundes, Joaquim Pires de Oliveira, Avelino Vieira, João Bueno Fagundes, José Patrício e José Anastácio. Proprietários de estabelecimentos comerciais, alguns anteriormente residentes na zona rural, fixaram-se no povoado e contribuíram para a organização de um pequeno centro de comércio. As primeiras edificações concentravam-se ao longo de um caminho que posteriormente se transformaria na principal via da cidade, inicialmente denominada Rua do Comércio e, em período posterior, Rua Maria José de Paiva (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

A organização administrativa da localidade teve início durante a década de 1940. O Decreto-Lei Estadual nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, criou o distrito de Jacarini, subordinado ao município de Silvianópolis. A denominação São João da Mata foi oficialmente restabelecida pela Lei Estadual nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953. O nome associa a devoção a São João Batista, padroeiro da localidade, à presença de extensas áreas de mata existentes no território durante o período de formação do povoado (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

A vida religiosa acompanhou a constituição do espaço urbano. No início da década de 1940, foi construída a igreja católica dedicada a São João Batista, em terreno doado por Joaquim Pires de Oliveira. A edificação foi executada pelo construtor Joaquim de Mello, seguindo orientações do padre Paulo Monteiro. Em frente ao templo estabeleceu-se a praça que recebeu o nome de São João Batista. No mesmo período, a comunidade presbiteriana também organizou seu espaço religioso. Conforme o histórico municipal, a Igreja Presbiteriana foi inaugurada em 18 de outubro de 1942, na Fazenda Boa Esperança, sendo posteriormente transferida para uma nova sede. A construção do templo presbiteriano também esteve a cargo de Joaquim de Mello, em terreno doado por José Alvim Pereira. A instalação dessas igrejas acompanhou a ampliação das residências e a ocupação de novas áreas do povoado (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

As iniciativas educacionais antecederam a autonomia municipal. No final da década de 1940, o padre Paulo Monteiro promoveu a construção de uma pequena escola destinada à instrução das crianças da localidade. Posteriormente, essa edificação foi substituída por um prédio escolar construído na década de 1960, que recebeu o nome de Cônego Paulo Monteiro. Entre as primeiras

professoras mencionadas pela história municipal figuram Conceição Lopes, Henriqueta Rios e Maria Cândida Fagundes. A expansão do ensino também alcançou as comunidades rurais, mediante a instalação de escolas em terrenos cedidos por proprietários ou adquiridos pela administração pública. Em 1967, o município contava com seis escolas rurais e seis professoras responsáveis pelo atendimento dessas unidades (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

O movimento pela emancipação político-administrativa ganhou organização formal em 20 de janeiro de 1958, com a criação da Comissão Pró-Emancipação de São João da Mata. A iniciativa teve como presidente João Vieira Reis e como vice-presidente Avelino Gonçalves Vieira, contando com a participação de outros moradores interessados na autonomia da localidade em relação a Silvianópolis. O município foi criado pela Lei Estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, que estabeleceu nova divisão administrativa para Minas Gerais. José Ferreira Neto exerceu a função de intendente municipal durante a organização inicial da administração. Em 1963, Afonso Vilhena Braga assumiu como primeiro prefeito, exercendo mandato até 1967 (MINAS GERAIS, 1962; SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

A instalação do município foi acompanhada por intervenções destinadas à organização dos serviços públicos e da infraestrutura urbana. Durante a administração de Afonso Vilhena Braga, a sede recebeu energia elétrica e foram realizadas melhorias no sistema viário. Em 1963, foi criado o Serviço Municipal de Estradas de Rodagem (SMER), responsável por iniciativas relacionadas à abertura de vias urbanas, ao atendimento da zona rural e às ligações com outros municípios. Ao longo da década de 1960, foram executados meio-fios, sarjetas e outras intervenções nas ruas existentes. Em 1971, foram abertas as ruas José Alvim Pereira e Francisco Jorge de Oliveira, enquanto a Praça São João Batista recebeu melhorias de pavimentação, iluminação e mobiliário (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

A ampliação da infraestrutura prosseguiu na década de 1970. Nesse período, tiveram início os serviços de distribuição de água e implantação de redes de esgoto, além de intervenções na iluminação pública. Durante a administração de Natálio Franco, entre 1973 e 1977, foi construída a sede da Prefeitura Municipal em terreno adquirido na Rua Maria José de Paiva. A melhoria das ligações rodoviárias também integrou esse processo. Segundo a história municipal, em 1978 foi construída a ligação entre São João da Mata e Alfenas, com aproximadamente 64 quilômetros, seguida, em 1981, pela ligação com Pouso Alegre, distante cerca de 44 quilômetros. Essas obras ocorreram durante a administração de Odante Vilhena Braga, entre 1977 e 1982, período em que a principal rua da cidade

recebeu pavimentação asfáltica e foram realizadas melhorias no abastecimento de água e na distribuição de energia elétrica para áreas rurais (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

As transformações urbanas tiveram continuidade nas décadas seguintes. Durante a administração de Manoel Eufrásio de Carvalho, entre 1989 e 1992, foram executados serviços de calçamento, iluminação e arborização, além da construção do ginásio poliesportivo e de intervenções na Praça São João Batista. A expansão das redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e telefonia acompanhou o crescimento da estrutura urbana. No campo da saúde, o atendimento médico, anteriormente dependente de deslocamentos para Silvianópolis e municípios vizinhos, passou a contar com serviços locais, incluindo a instalação de um posto médico durante a administração de Odante Vilhena Braga (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

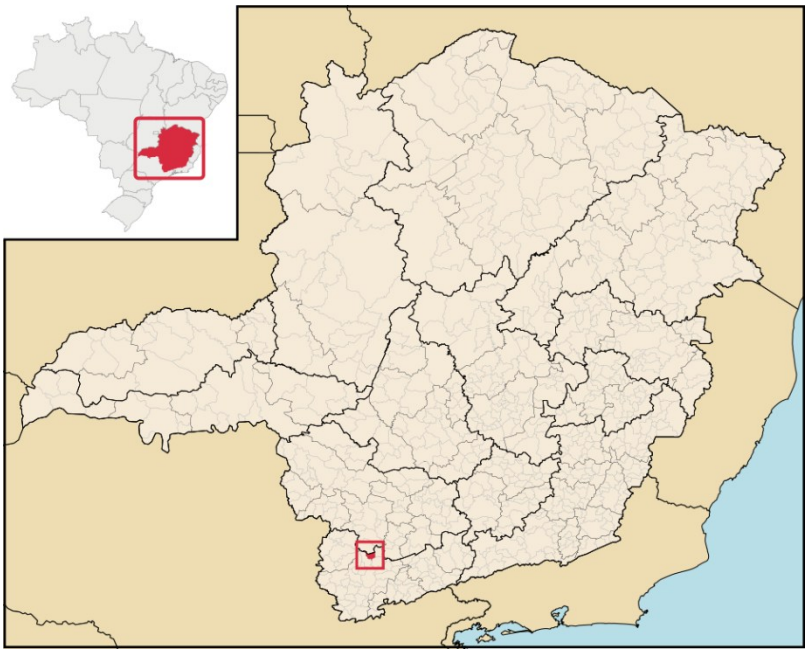
As atividades agropecuárias permaneceram vinculadas à organização econômica do município. O cultivo de café, banana, milho, feijão, arroz e batata, associado à criação de bovinos e à produção leiteira, compõe o conjunto de atividades descritas pela Prefeitura Municipal. A organização territorial apresenta forte presença de comunidades rurais, enquanto a sede concentra estabelecimentos comerciais e serviços. A cafeicultura ocupa posição relevante na produção agrícola local, juntamente com outras culturas desenvolvidas nas propriedades do município (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

A continuidade das práticas religiosas também se expressa no calendário festivo municipal. A Festa de São Sebastião ocorre em janeiro, enquanto as comemorações dedicadas a São João Batista são realizadas em junho, com celebrações religiosas e atividades comunitárias. A tradicional Festa do Rosário, realizada habitualmente entre setembro e outubro, reúne manifestações devocionais e apresentações de congados. Essas celebrações integram o patrimônio cultural imaterial reconhecido pelo município. A Festa de São João Batista consta como bem registrado em 2021, e a Tradicional Festa do Rosário possui registros referentes aos exercícios de 2024 e 2025. O município também está relacionado, no âmbito estadual, aos registros das Folias de Minas e das Violas de Minas, conforme o levantamento de bens culturais incorporado ao diagnóstico regional da IGR Caminhos Gerais (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

O território de São João da Mata apresenta relevo predominantemente montanhoso, com áreas de vegetação, cursos d'água e formações rochosas que integram a paisagem municipal. Entre os locais divulgados pela administração pública encontram-se o Pico da Divisa, o Parque Pedra do Navio, cachoeiras e trilhas utilizadas para visitação e atividades de natureza. A presença desses espaços,

juntamente com as celebrações religiosas e as atividades agropecuárias, constitui parte da oferta turística identificada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SÃO JOÃO DA MATA, [s. d.]).

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, São João da Mata possuía 2.914 habitantes, distribuídos por um território de 120,536 km², conforme a área territorial informada pelo IBGE para 2025. A densidade demográfica registrada em 2022 era de 24,18 habitantes por quilômetro quadrado. Esses indicadores situam o município entre os de menor população da IGR Caminhos Gerais. Sua trajetória histórica está associada à formação de propriedades agrícolas nas primeiras décadas do século XX, à organização de um núcleo comercial, à constituição das instituições religiosas e educacionais e ao processo de emancipação que resultou na criação do município em 1962 (IBGE, 2026).



Localização do município de São João da Mata no mapa de Minas Gerais.
Autor: Raphael Lorenzeto de Abreu. 2006.



Capela de Santa Terezinha – Morro do Galo. Caldas – MG. Acervo Caminhos Gerais.

CAPÍTULO 3 — CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, AMBIENTAL E CULTURAL DA IGR CAMINHOS GERAIS

3.1 Caracterização Demográfica da IGR Caminhos Gerais

A caracterização demográfica dos 14 municípios integrantes da Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais apresenta diferenças expressivas na distribuição da população e na ocupação territorial. A análise dos indicadores populacionais, especialmente do número de habitantes e da densidade demográfica, contribui para a compreensão das particularidades municipais e das condições que devem ser consideradas no planejamento turístico regional.

Os dados do Censo Demográfico de 2022 revelam uma distribuição populacional heterogênea, com destaque para Poços de Caldas, que reúne 163.742 habitantes e apresenta o maior contingente populacional da IGR. Na sequência, encontram-se Andradas, com 40.553 habitantes, e Machado, com 37.684. Esses três municípios concentram as maiores populações do território, embora apresentem diferenças consideráveis entre si.

Entre os municípios com populações intermediárias estão Campestre, com 20.696 habitantes; Poço Fundo, com 16.390; Botelhos, com 14.828; Caldas, com 14.217; Monte Belo, com 13.046; e Cabo Verde, com 11.410 habitantes. A distribuição desse grupo evidencia diferentes dimensões demográficas entre localidades que integram a mesma região turística.

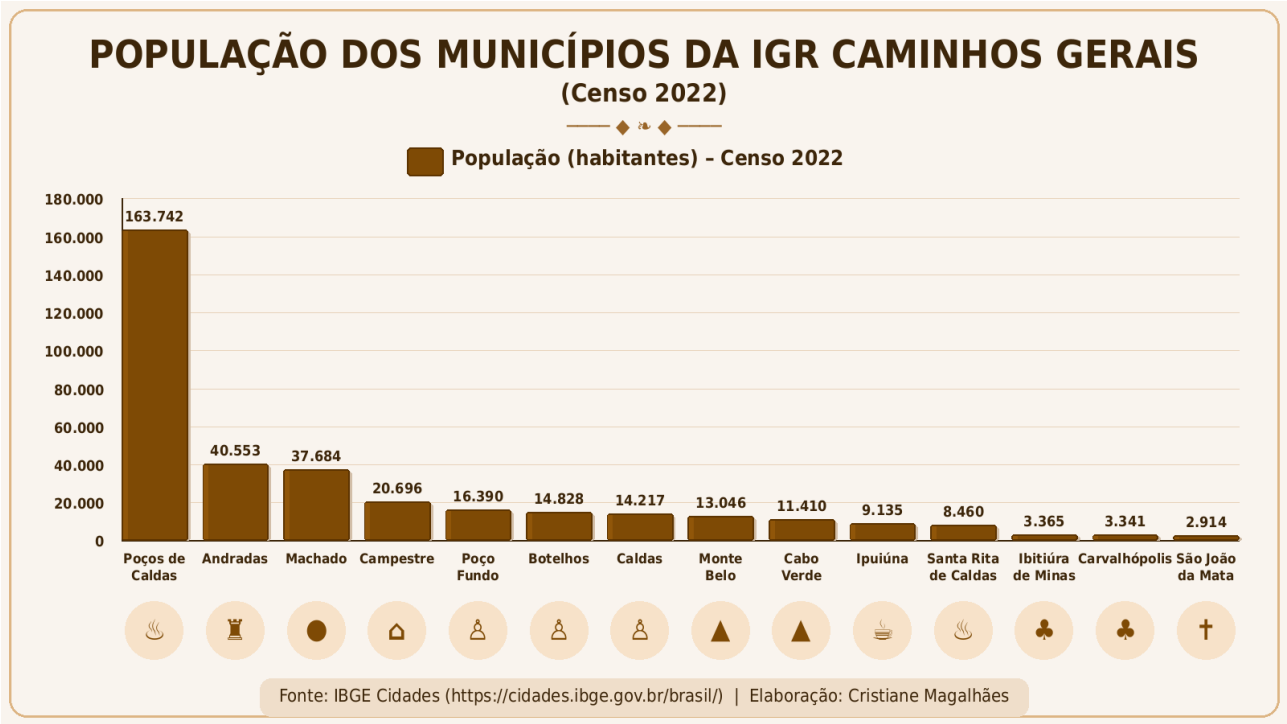
Os menores contingentes populacionais são registrados em Ipuiúna, com 9.135 habitantes; Santa Rita de Caldas, com 8.460; Ibitiúra de Minas, com 3.365; Carvalhópolis, com 3.341; e São João da Mata, com 2.914 habitantes. As diferenças observadas entre esses municípios e os centros de maior população constituem um aspecto relevante da configuração territorial do Caminhos Gerais.

A distribuição dos habitantes revela uma região composta por municípios de portes demográficos distintos, com expressiva concentração populacional em Poços de Caldas e presença de localidades com populações reduzidas. Essa configuração corresponde a diferentes realidades municipais, cujas condições de urbanização, infraestrutura e disponibilidade de serviços precisam ser examinadas em conjunto com os demais indicadores socioeconômicos e territoriais.

No planejamento turístico, a dimensão populacional integra a análise das condições de organização e atendimento dos destinos, especialmente em relação à infraestrutura de apoio, aos serviços disponíveis e às possibilidades de articulação entre os municípios. A concentração de

habitantes em Poços de Caldas constitui uma particularidade regional, enquanto as localidades de menor porte devem ser consideradas a partir das características de sua oferta turística, de suas estruturas de atendimento e das atividades econômicas e culturais identificadas no diagnóstico.

A caracterização demográfica fornece, assim, uma referência para a formulação de diretrizes regionais ajustadas às condições de cada município. As diferenças populacionais, articuladas aos indicadores de urbanização, infraestrutura e oferta turística, fundamentam a definição de estratégias de cooperação e complementaridade entre os destinos integrantes da IGR Caminhos Gerais.



INDICADORES DEMOGRÁFICOS, TERRITORIAIS E ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DA IGR CAMINHOS GERAIS

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (CENSO 2022)	EXTENSÃO TERRITORIAL (km²)	PIB PER CAPITA (R$)	URBANIZAÇÃO (%)	PRINCIPAL PRODUTO/ ATIVIDADE ECONÔMICA
Andradas	40.553	469,39	36.575,48	75,2%	Café, vitivinicultura, turismo e agroindústria
Botelhos	14.828	334,1	23.349,51	76,2%	Café e pecuária
Cabo Verde	11.410	368,2	28.070,09	55,20%	Café
Caldas	14.217	711,41	26.206,2	56,8%	Turismo termal, agropecuária e café
Campestre	20.696	577,84	27.278,19	74,7%	Café e agropecuária
Carvalhópolis	3.341	81,1	25.807,84	73,6%	Café e pecuária leiteira
Ibitiúra de Minas	3.365	68,3	22.562,83	70,1%	Café e agricultura familiar
Ipuiúna	9.135	298,1	24.456,86	78,2%	Café e pecuária
Machado	37.684	585,9	37.319,77	82,9%	Café (incluindo especiais)
Monte Belo	13.046	421,2	37.259,00	69,4%	Café e agropecuária
Poço Fundo	16.390	474,2	33.488,67	58,2%	Café (forte presença de orgânicos)
Poços de Caldas	163.742	546,9	65.547,68	97,6%	Turismo, serviços e indústria
Santa Rita de Caldas	8.460	503,1	29.439,84	62,6%	Café e agropecuária
São João da Mata	2.914	120,53	22.417,03	64,2%	Café e pecuária
TOTAL / MÉDIA	359.781	5.560,27	31.412,79	70,4%	Predominância da cafeicultura e atividades rurais

- Maior população: Poços de Caldas — 163.742 hab.
- Maior extensão territorial: Caldas — 711,41 km²
- Maior PIB per capita: Poços de Caldas — R$ 65.547,68
- Maior urbanização: Poços de Caldas — 97,6%
- Atividade econômica predominante: Cafeicultura

Fontes: IBGE Cidades (https://cidades.ibge.gov.br/brasil/) e DMtes (https://minasgerais.dieese.org.br/ws2/tabela/4065)

PANORAMA GERAL DA IGR CAMINHOS GERAIS

Indicadores demográficos, territoriais e econômicos (14 municípios)

POPULAÇÃO TOTAL

359.781 habitantes

12,1% da população do Sul de Minas Gerais

EXTENSÃO TERRITORIAL

5.560,27 km²

9,6% da área do Sul de Minas Gerais

DENSIDADE DEMOGRÁFICA

64,71 hab./km²

Cálculo a partir da população total e da área dos 14 municípios

URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

MÉDIA 70,4% da população vivendo em áreas urbanas

MAIOR ÍNDICE: Poços de Caldas 97,6%

MENOR ÍNDICE: Cabo Verde 55,2%

PIB PER CAPITA (R$)

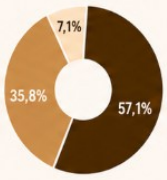
MÉDIA 31.412,79

MAIOR VALOR: Poços de Caldas R$ 65.547,68

MENOR VALOR: São João da Mata R$ 22.417,03

POPULAÇÃO POR PORTE

- Grande (>100 mil) 1 município (7,1%)
- Médio (10 a 50 mil) 8 municípios (57,1%)
- Pequeno (<10 mil) 5 municípios (35,8%)



ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

13 municípios têm o café como uma das principais atividades econômicas

Poços de Caldas: Se destaca em turismo, serviços e indústria

FONTES DOS DADOS:
- População (Censo 2022) e PIB per capita: IBGE Cidades (https://cidades.ibge.gov.br/brasil)
- Extensão territorial dos municípios: IBGE Cidades (https://cidades.ibge.gov.br/brasil)
- Área do Sul de Minas Gerais: 57.620,707 km² Fonte: Fundação João Pinheiro – FJP (2023) Regionalização do Estado de Minas Gerais (https://novosite.fjp.mg.gov.br/regionalizacao)
- Área de Minas Gerais: 586.528,293 km² Fonte: IBGE – Censo 2022 (https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1577)
- População do Sul de Minas Gerais: 2.964.605 habitantes Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2022 (Resultados por Região Gegorática Imediata) (https://www.ibge.gov.br/censos/censo-demografico-2022.html)
- Densidade demográfica do Sul de Minas: 98,44 hab./km² Fonte: IBGE – Censo 2022 (população 2.964.605 total / área total do Sul de Minas) (https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/area-total-dos-municipios)

Elaboração: Cristiane Maria Magalhães

3.2 Extensão Territorial e Distribuição Espacial dos Municípios

A Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais reúne 14 municípios com diferentes dimensões territoriais e características de ocupação espacial. A distribuição das áreas municipais constitui um aspecto relevante para o planejamento turístico, especialmente no que se refere à localização dos atrativos, às condições de acesso e à organização dos deslocamentos entre as localidades.

Conforme os indicadores territoriais reunidos na caracterização regional, Caldas apresenta a maior extensão entre os municípios integrantes da IGR, com 711,41 km². Em seguida, encontram-se Machado, com 585,90 km²; Campestre, com 577,84 km²; Poços de Caldas, com 546,90 km²; e Santa Rita de Caldas, com 503,10 km².

Outro conjunto de municípios apresenta áreas compreendidas entre 298,10 km² e 474,20 km². Nesse grupo estão Poço Fundo, com 474,20 km²; Andradas, com 469,39 km²; Monte Belo, com 421,20 km²; Cabo Verde, com 368,20 km²; Botelhos, com 334,10 km²; e Ipuiúna, com 298,10 km².

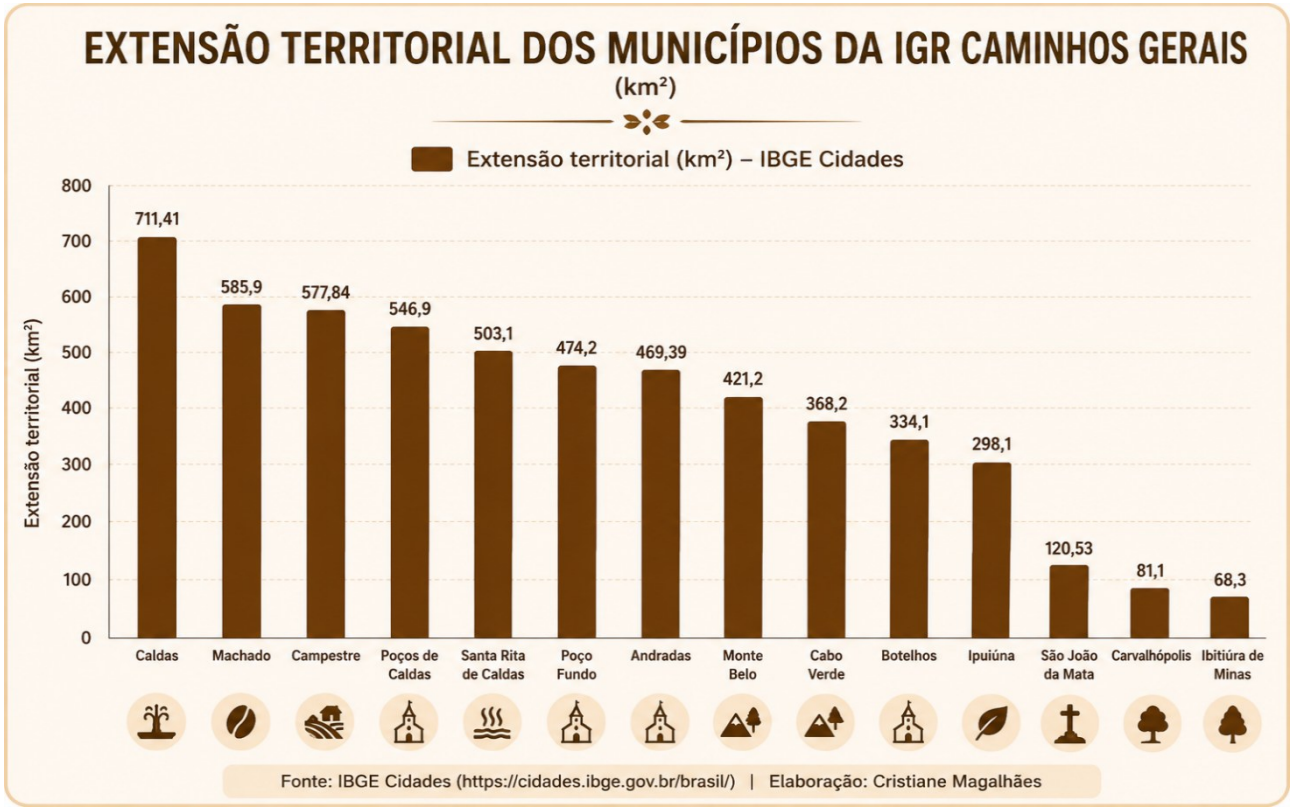
As menores extensões territoriais correspondem a São João da Mata, com 120,53 km²; Carvalhópolis, com 81,10 km²; e Ibitiúra de Minas, com 68,30 km². A diferença entre as áreas dos municípios evidencia a diversidade de dimensões territoriais que compõem a região turística.

A extensão municipal deve ser considerada em conjunto com a distribuição dos núcleos urbanos, das comunidades rurais, dos atrativos e dos serviços turísticos. A localização desses elementos, assim como as características da malha viária, interfere nas condições de circulação e na organização dos percursos de visitação. Desse modo, municípios com áreas semelhantes podem apresentar condições distintas de deslocamento e acesso aos seus atrativos.

Nos municípios territorialmente mais extensos, a análise da distribuição espacial da oferta turística é particularmente relevante para identificar as necessidades de sinalização, infraestrutura viária e conexão entre os pontos de visitação. Nos municípios de menor área, a organização de roteiros intermunicipais depende igualmente das condições de acesso, da localização dos atrativos e da disponibilidade de serviços que atendam aos visitantes.

A caracterização territorial da IGR Caminhos Gerais constitui, portanto, uma referência para a elaboração de roteiros, a definição de circuitos de visitação e o planejamento das conexões regionais. A articulação entre extensão territorial, localização dos atrativos, infraestrutura de

transporte e tempo de deslocamento subsidia a formulação de estratégias adequadas às particularidades municipais e às possibilidades de integração entre os destinos.



3.3 Densidade Demográfica e Grau de Urbanização

A densidade demográfica e o grau de urbanização constituem indicadores relevantes para a caracterização socioeconômica e territorial dos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais. A análise conjunta dessas variáveis evidencia diferenças na distribuição dos habitantes, na concentração populacional e na participação das áreas urbanas e rurais na organização dos municípios.

A densidade demográfica corresponde à relação entre o número de habitantes e a extensão territorial, expressa em habitantes por quilômetro quadrado. Considerando a população registrada pelo Censo Demográfico de 2022 e as áreas municipais apresentadas no levantamento regional, identificam-se diferenças expressivas entre os 14 municípios do Caminhos Gerais.

Poços de Caldas apresenta a maior densidade demográfica da região, com aproximadamente 299,40 habitantes por km², valor consideravelmente superior ao registrado nos demais municípios. Andradas ocupa a segunda posição, com cerca de 86,40 habitantes por km², seguida por Machado, com 64,32 habitantes por km². As diferenças refletem a distribuição desigual dos contingentes populacionais em relação às respectivas extensões territoriais.

Em municípios como Caldas, Santa Rita de Caldas e Ipuiúna, as densidades permanecem inferiores a 35 habitantes por km². Esses indicadores expressam uma ocupação populacional menos concentrada quando considerada a área municipal total, embora a distribuição efetiva dos moradores dependa também da localização dos núcleos urbanos e das comunidades rurais.

A análise territorial deve considerar essas diferenças em conjunto com a infraestrutura existente, as condições de mobilidade, a disponibilidade de serviços e a localização dos equipamentos e atrativos turísticos. A densidade populacional constitui uma referência para a compreensão da ocupação dos municípios, enquanto a caracterização das estruturas de atendimento exige o exame das condições identificadas em cada localidade.

O grau de urbanização corresponde à proporção da população residente em áreas urbanas em relação ao total de habitantes do município. Os indicadores apresentados para a IGR Caminhos Gerais revelam diferentes níveis de concentração da população nas sedes e demais áreas classificadas como urbanas.

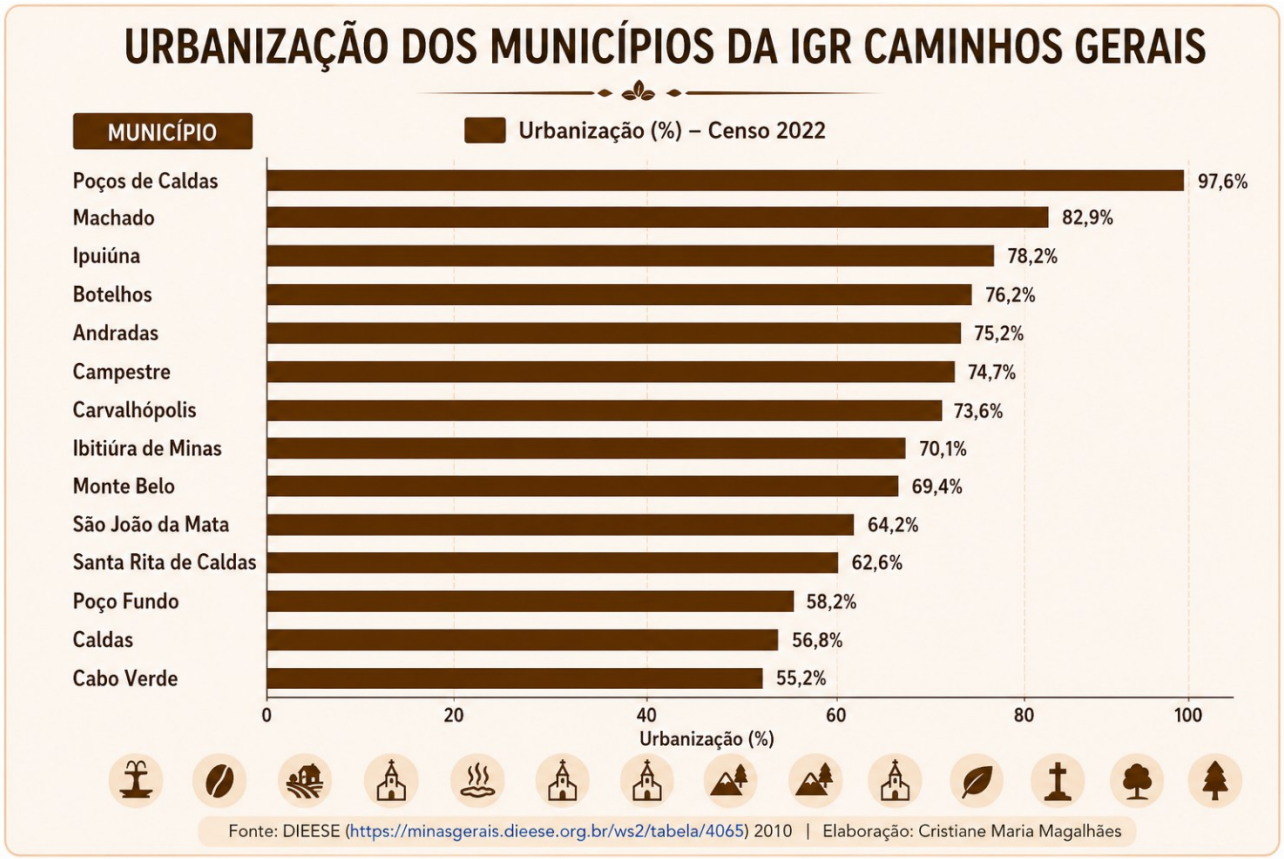
Poços de Caldas registra o maior grau de urbanização, com 97,6%, seguido por Machado, com 82,9%, e Ipuiúna, com 78,2%. Botelhos apresenta 76,2%; Andradas, 75,2%; Campestre, 74,7%; Carvalhópolis, 73,6%; e Ibitiúra de Minas, 70,1%. Esses resultados identificam oito municípios nos quais a população urbana representa pelo menos 70% do total municipal.

Monte Belo apresenta grau de urbanização de 69,4%, seguido por São João da Mata, com 64,2%, e Santa Rita de Caldas, com 62,6%. Os menores percentuais correspondem a Poço Fundo, com 58,2%; Caldas, com 56,8%; e Cabo Verde, com 55,2%. Embora todos os municípios apresentem predominância proporcional da população urbana, a participação dos habitantes residentes em áreas rurais varia consideravelmente entre as localidades.

As diferenças identificadas compõem um quadro regional de urbanização heterogênea, no qual convivem municípios com elevada concentração urbana e outros com participação rural proporcionalmente maior. Essa distribuição deve ser considerada na análise das relações entre as sedes municipais, as comunidades rurais, os espaços produtivos e os locais de visitação turística.

A concentração urbana constitui uma variável associada à organização territorial dos serviços e equipamentos, enquanto a presença de comunidades rurais integra a caracterização dos espaços nos quais se desenvolvem atividades agrícolas, manifestações culturais e iniciativas de turismo rural. A existência e as condições de funcionamento dessas atividades são examinadas no diagnóstico da oferta turística, considerando os atrativos, os empreendimentos e a infraestrutura disponível.

No âmbito do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, a articulação entre densidade demográfica, grau de urbanização e distribuição espacial dos serviços contribui para a identificação das diferentes necessidades municipais. Esses indicadores integram a análise das condições de acesso aos atrativos, da mobilidade regional e das relações entre os espaços urbanos e rurais, subsidiando a definição de estratégias compatíveis com as características territoriais de cada destino.



3.4 Síntese das Implicações Territoriais e Demográficas para o Turismo

A caracterização territorial e demográfica da IGR Caminhos Gerais evidencia diferenças expressivas entre os 14 municípios que integram a região, especialmente quanto à dimensão populacional, à extensão territorial, à densidade demográfica e ao grau de urbanização. A distribuição desses indicadores configura um território composto por municípios de diferentes portes, com características próprias de ocupação e organização espacial.

Poços de Caldas destaca-se pela maior concentração populacional, densidade demográfica e grau de urbanização da região. Andradas e Machado apresentam os maiores contingentes populacionais depois de Poços de Caldas, enquanto Caldas possui a maior extensão territorial. Nos demais municípios, as diferenças entre população, área e urbanização compõem configurações territoriais variadas, que devem ser consideradas na análise das condições de desenvolvimento turístico.

A distribuição espacial da população e as dimensões municipais integram o conjunto de fatores relacionados à organização da infraestrutura de apoio, à localização dos serviços e às condições de circulação. Para o turismo, a avaliação dessas características exige considerar a distância entre as sedes municipais, os acessos às comunidades rurais, a localização dos atrativos e a disponibilidade de equipamentos destinados ao atendimento dos visitantes.

Os indicadores de urbanização também evidenciam diferenças na participação relativa das populações urbanas e rurais. Em municípios como Cabo Verde, Caldas e Poço Fundo, a proporção de habitantes residentes em áreas rurais é superior à registrada em Poços de Caldas, Machado e Ipuiúna. Essas particularidades territoriais integram a caracterização das atividades econômicas e dos espaços de visitação, especialmente nos municípios em que a produção agropecuária e as paisagens rurais estão presentes na oferta turística identificada.

A análise conjunta dos indicadores fundamenta a necessidade de estratégias regionais ajustadas às condições municipais. A organização de roteiros e experiências integradas, a qualificação da infraestrutura, a melhoria das condições de mobilidade e a articulação entre os destinos devem considerar a distribuição efetiva dos atrativos, dos serviços e dos empreendimentos turísticos.

A caracterização demográfica e territorial constitui, assim, uma das bases do diagnóstico da IGR Caminhos Gerais, fornecendo referências para a definição de prioridades e para a formulação de diretrizes voltadas à integração regional. A articulação desses indicadores com os levantamentos da

oferta turística permite relacionar as particularidades municipais às condições concretas de estruturação e desenvolvimento da atividade turística.

3.5 Estrutura Econômica e Composição do Valor Adicionado Bruto

A estrutura econômica da Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais apresenta diferenças entre os 14 municípios que compõem seu território, tanto na dimensão das economias locais quanto na participação das atividades agropecuárias, industriais e de serviços. A caracterização desses setores integra o diagnóstico socioeconômico regional e fornece elementos para a análise das relações entre a base produtiva existente e o desenvolvimento da atividade turística.

A análise utiliza os dados do Valor Adicionado Bruto (VAB) por atividade econômica, referentes a 2021, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sistematizados no levantamento regional. O indicador corresponde ao valor gerado pelas atividades produtivas, descontado o consumo intermediário, e constitui um dos componentes utilizados no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). A distribuição setorial evidencia a participação econômica da agropecuária, da indústria, dos serviços e das atividades relacionadas à administração pública.

Em 2021, o VAB conjunto dos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais alcançou aproximadamente R$ 11,87 bilhões. A composição regional apresentou predominância dos serviços, excluídas as atividades de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, responsáveis por R$ 5,90 bilhões, correspondentes a 49,75% do total.

A indústria constituiu o segundo maior componente econômico, com aproximadamente R$ 2,73 bilhões e participação de 22,97%. As atividades de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social somaram R$ 2,07 bilhões, equivalentes a 17,40% do VAB regional. A agropecuária respondeu por R$ 1,17 bilhão, representando 9,88% do valor adicionado pelos municípios.

A distribuição evidencia o predomínio econômico das atividades de serviços, que, consideradas em conjunto com a administração pública, representam 67,15% do VAB regional. A indústria ocupa a segunda posição na composição econômica, enquanto a agropecuária apresenta participação proporcional menor no conjunto da IGR, embora possua expressiva representatividade nas estruturas produtivas de determinados municípios.

As diferenças entre as economias municipais também se manifestam na distribuição dos valores absolutos. Poços de Caldas concentra o maior VAB da região, com aproximadamente R$ 7,02 bilhões, correspondentes a 59,20% do total regional. Machado ocupa a segunda posição, com aproximadamente R$ 1,18 bilhão, seguido por Andradas, com R$ 1,04 bilhão. Campestre e Poço Fundo aparecem na sequência, com aproximadamente R$ 453,22 milhões e R$ 368,80 milhões, respectivamente.

A participação dos setores econômicos apresenta configurações distintas entre os municípios. Poços de Caldas concentra o maior valor industrial da IGR, aproximadamente R$ 2,05 bilhões, além dos maiores valores absolutos relacionados aos serviços e à administração pública. Na agropecuária, Machado registra a maior contribuição, com aproximadamente R$ 201,09 milhões, seguido por Campestre, com R$ 144,88 milhões.

A distribuição proporcional do VAB municipal também revela diferenças na composição das economias locais. Carvalhópolis, Cabo Verde, Ibitiúra de Minas e São João da Mata apresentam participações relativamente elevadas da agropecuária, enquanto Poços de Caldas possui maior peso industrial. Em Ipuiúna, Machado e Poços de Caldas, os serviços representam parcelas expressivas do valor adicionado municipal, considerados em conjunto com as atividades de administração pública.

A análise desses indicadores contribui para a compreensão da diversidade produtiva do Caminhos Gerais. A cafeicultura e outras atividades agropecuárias integram a economia de diferentes municípios, enquanto a indústria, o comércio e os serviços apresentam distribuições territoriais específicas. A concentração do valor adicionado em Poços de Caldas constitui uma característica da estrutura econômica regional, coexistindo com municípios cujas atividades produtivas apresentam maior participação relativa da agropecuária.

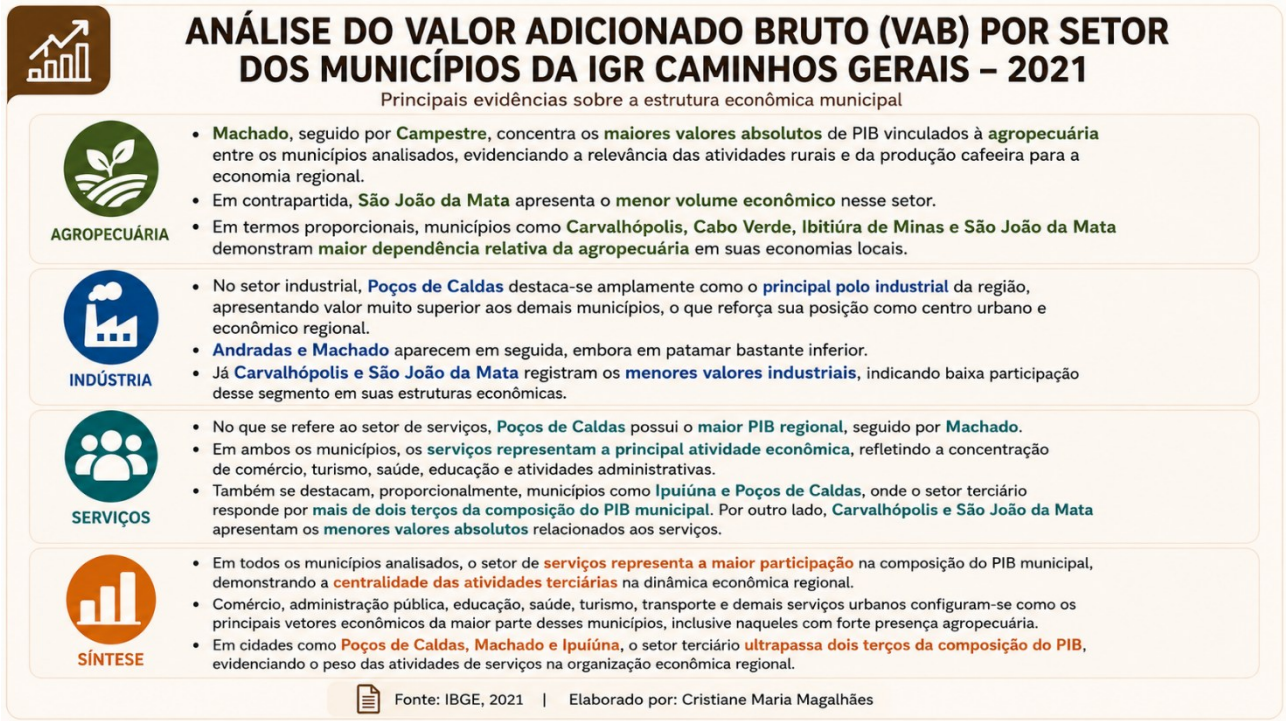
No campo do turismo, a composição do VAB fornece referências sobre a estrutura econômica na qual se inserem os empreendimentos e os serviços destinados aos visitantes. A categoria de serviços compreende atividades diversas, incluindo comércio, transportes, hospedagem e alimentação, mas seus valores agregados não correspondem exclusivamente à produção econômica do turismo. A mensuração da contribuição turística exige indicadores específicos, relacionados às atividades efetivamente vinculadas ao consumo dos visitantes.

A caracterização econômica regional também identifica atividades produtivas consideradas no diagnóstico da oferta turística, especialmente a cafeicultura, a vitivinicultura, a produção agroindustrial e a gastronomia. A presença dessas atividades nos municípios integra a análise das

possibilidades de estruturação de experiências e produtos turísticos relacionados à produção rural e às características econômicas do território.

A composição setorial do VAB constitui, assim, uma referência para a definição das diretrizes estratégicas da IGR Caminhos Gerais. As diferenças entre os municípios, a concentração regional dos serviços e da indústria e a participação das atividades agropecuárias devem ser consideradas em conjunto com o levantamento dos atrativos, dos empreendimentos turísticos e das condições de infraestrutura, de modo a orientar ações compatíveis com as características econômicas de cada destino.





3.6 Distribuição Econômica entre os Municípios

A distribuição do Valor Adicionado Bruto (VAB) entre os 14 municípios da IGR Caminhos Gerais revela diferenças expressivas na dimensão das economias locais, com elevada concentração das atividades produtivas em Poços de Caldas. Os indicadores referentes a 2021 evidenciam a participação diferenciada dos municípios na composição econômica regional, considerando os valores gerados pela agropecuária, pela indústria, pelos serviços e pela administração pública.

Poços de Caldas apresenta o maior VAB da região, com aproximadamente R$ 7,02 bilhões, correspondentes a 59,20% do total dos municípios integrantes da IGR. O resultado expressa a concentração econômica no município, cuja estrutura produtiva reúne os maiores valores absolutos de atividades industriais e de serviços do território analisado.

Machado ocupa a segunda posição, com aproximadamente R$ 1,18 bilhão, seguido por Andradas, com R$ 1,04 bilhão. Esses municípios apresentam economias de dimensão superior àquelas registradas nas demais localidades, embora possuam composições setoriais distintas. Em Machado, a agropecuária alcança o maior valor absoluto entre os integrantes da IGR, enquanto Andradas apresenta participação expressiva da indústria e dos serviços.

Campestre registra aproximadamente R$ 453,22 milhões, ocupando a quarta posição regional, seguido por Poço Fundo, com R$ 368,80 milhões. Em ambos os municípios, a agropecuária constitui uma parcela relevante da estrutura produtiva, acompanhada pelas atividades de serviços e por uma participação industrial proporcionalmente menor.

Os demais municípios apresentam valores absolutos inferiores, distribuídos entre atividades econômicas de diferentes características. A composição setorial revela particularidades locais, especialmente quanto à participação da agropecuária e à dimensão dos serviços. Essas diferenças integram a configuração econômica do Caminhos Gerais e evidenciam a existência de municípios com distintos níveis de concentração da produção e de participação nos setores econômicos.

A concentração regional do VAB em Poços de Caldas constitui um elemento relevante para a caracterização socioeconômica da IGR. A dimensão de sua economia, particularmente nos setores industrial e de serviços, diferencia o município no conjunto regional. Machado e Andradas também apresentam participação destacada, enquanto os demais integrantes contribuem com estruturas produtivas de menor dimensão e composições setoriais variadas.

No planejamento turístico, a distribuição econômica deve ser analisada em conjunto com a localização dos empreendimentos, a infraestrutura disponível, os serviços de apoio e a organização da oferta de cada destino. Os municípios com maior concentração de atividades econômicas apresentam características distintas daqueles em que a agropecuária possui participação proporcional mais elevada, circunstância relevante para a definição das estratégias regionais de estruturação e integração da atividade turística.

A articulação entre os destinos deve considerar essas diferenças, relacionando as condições econômicas municipais aos atrativos, produtos e experiências identificados no diagnóstico. A cafeicultura, as atividades agroindustriais, a gastronomia e os serviços turísticos integram esse conjunto, conforme sua presença e organização em cada localidade.

A distribuição do VAB caracteriza a dimensão e a composição das economias municipais, enquanto a análise da atividade turística exige informações específicas sobre a oferta, os empreendimentos e os fluxos de visitantes. A integração desses indicadores fornece referências para o planejamento regional, particularmente para a definição de iniciativas de cooperação entre municípios com diferentes estruturas econômicas e condições de desenvolvimento turístico.

3.7 Participação dos Setores Econômicos e Especializações Municipais

A composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais revela diferenças na participação da agropecuária, da indústria e dos serviços, expressas tanto nos valores absolutos quanto na contribuição proporcional de cada atividade para as economias locais. Os dados referentes a 2021 evidenciam a concentração de determinados setores em municípios de maior dimensão econômica e a participação relativa das atividades rurais em localidades de menor porte.

A análise considera os valores adicionados pela agropecuária, pela indústria, pelos serviços e pelas atividades de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. Para a avaliação proporcional, as duas últimas categorias são reunidas no setor de serviços, conforme a sistematização apresentada no levantamento regional (IBGE, 2021).

Agropecuária

A agropecuária apresenta diferenças expressivas entre os municípios da IGR Caminhos Gerais. Em valores absolutos, Machado registra a maior contribuição regional, com aproximadamente R$ 201,09 milhões, seguido por Campestre, com R$ 144,88 milhões, e Andradas, com R$ 128,33 milhões. Poço Fundo ocupa a posição seguinte, com R$ 106,02 milhões, enquanto Cabo Verde apresenta R$ 102,85 milhões.

A distribuição proporcional revela uma configuração distinta daquela observada nos valores absolutos. Carvalhópolis apresenta a maior participação da agropecuária em sua economia municipal, correspondente a 39,38% do VAB. Em Cabo Verde, o setor representa 37,28%, seguido por Ibitiúra de Minas, com 35,45%, e São João da Mata, com 34,47%.

Também apresentam participações expressivas Campestre, com 31,97%; Botelhos, com 30,30%; Santa Rita de Caldas, com 29,41%; e Poço Fundo, com 28,75%. Esses percentuais evidenciam a presença das atividades agropecuárias na composição econômica de diferentes municípios, embora seus respectivos volumes de produção sejam distintos.

Poços de Caldas registra a menor participação proporcional da agropecuária, equivalente a 1,11% de seu VAB, com valor absoluto de aproximadamente R$ 78,11 milhões. O resultado contrasta com a estrutura econômica de Carvalhópolis e Cabo Verde, nos quais as atividades rurais representam parcelas superiores a um terço do valor adicionado municipal.

A distribuição dos indicadores está relacionada às diferentes estruturas produtivas da região, cuja caracterização econômica contempla a cafeicultura, outras atividades agrícolas e a pecuária. A produção rural integra igualmente o diagnóstico turístico do Caminhos Gerais, especialmente nos municípios que apresentam atrativos, empreendimentos e experiências vinculados à cafeicultura, à gastronomia e à visitação de propriedades agrícolas.

A participação da agropecuária no VAB constitui uma referência para a compreensão da base econômica municipal. As possibilidades de articulação com o turismo devem ser consideradas a partir da oferta efetivamente identificada, das condições de visitação e da organização das atividades existentes.

Indústria

A atividade industrial apresenta acentuada concentração em Poços de Caldas, responsável por aproximadamente R$ 2,05 bilhões em valor adicionado industrial em 2021. O município reúne o maior volume econômico desse setor entre os integrantes da IGR Caminhos Gerais, com participação correspondente a 29,14% de seu VAB.

Andradas ocupa a segunda posição em valores absolutos, com aproximadamente R$ 254,85 milhões, seguido por Machado, com R$ 173,11 milhões. Monte Belo registra R$ 42,78 milhões, Santa Rita de Caldas apresenta R$ 37,45 milhões e Poço Fundo, R$ 33,73 milhões.

A participação proporcional da indústria também evidencia diferenças entre as economias municipais. Depois de Poços de Caldas, Andradas apresenta o maior percentual, com 24,40%, seguido por Santa Rita de Caldas, com 17,61%; Caldas, com 16,84%; Machado, com 14,62%; e Monte Belo, com 13,15%.

Nos demais municípios, a participação industrial é inferior a 10% do VAB. Os menores percentuais correspondem a São João da Mata, com 2,83%; Campestre e Ibitiúra de Minas, ambos com 5,40%; Carvalhópolis, com 5,56%; e Ipuiúna, com 5,90%.

Em valores absolutos, São João da Mata e Carvalhópolis apresentam as menores contribuições industriais da região, com aproximadamente R$ 1,49 milhão e R$ 3,84 milhões, respectivamente. Esses resultados evidenciam diferenças na dimensão da atividade industrial, especialmente quando comparados ao volume registrado em Poços de Caldas.

A participação do setor industrial integra a caracterização da estrutura produtiva regional e deve ser examinada em conjunto com as atividades econômicas identificadas nos municípios. No

planejamento turístico, as relações com a indústria e a agroindústria estão associadas à presença de produtos regionais e empreendimentos que possam integrar experiências de visitação, conforme as características e as condições efetivamente identificadas na oferta turística.

Serviços

Os serviços constituem o setor de maior participação proporcional no VAB de todos os municípios da IGR Caminhos Gerais, quando consideradas conjuntamente as atividades de serviços e aquelas relacionadas à administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Em valores absolutos, Poços de Caldas apresenta a maior contribuição regional, com aproximadamente R$ 4,90 bilhões. Desse total, R$ 3,82 bilhões correspondem aos serviços, excluída a administração pública, enquanto R$ 1,07 bilhão está relacionado às atividades de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Machado ocupa a segunda posição, com aproximadamente R$ 809,88 milhões no conjunto dos serviços, seguido por Andradas, com R$ 661,13 milhões. Campestre registra R$ 283,87 milhões, Poço Fundo apresenta R$ 229,06 milhões e Monte Belo, R$ 201,33 milhões.

A distribuição proporcional confirma a predominância do setor terciário nas economias municipais, embora com diferenças relevantes entre os integrantes da IGR. Ipuiúna apresenta a maior participação, correspondente a 72,99% do VAB, seguida por Poços de Caldas, com 69,75%, e Machado, com 68,40%.

Também registram participações superiores a 60% Andradas, com 63,31%; Campestre, com 62,63%; São João da Mata, com 62,70%; Botelhos, com 62,62%; Poço Fundo, com 62,11%; Monte Belo, com 61,90%; e Caldas, com 60,72%.

Nos demais municípios, o setor permanece majoritário, embora com percentuais inferiores. Ibitiúra de Minas apresenta 59,15%; Carvalhópolis, 55,06%; Cabo Verde, 54,90%; e Santa Rita de Caldas, 52,98%.

A predominância dos serviços evidencia a participação das atividades terciárias na composição econômica municipal, abrangendo comércio, transportes, hospedagem, alimentação e outros segmentos, além dos serviços vinculados à administração pública. A distribuição desses valores, entretanto, corresponde a um conjunto amplo de atividades econômicas, com diferentes funções no atendimento à população residente e aos visitantes.

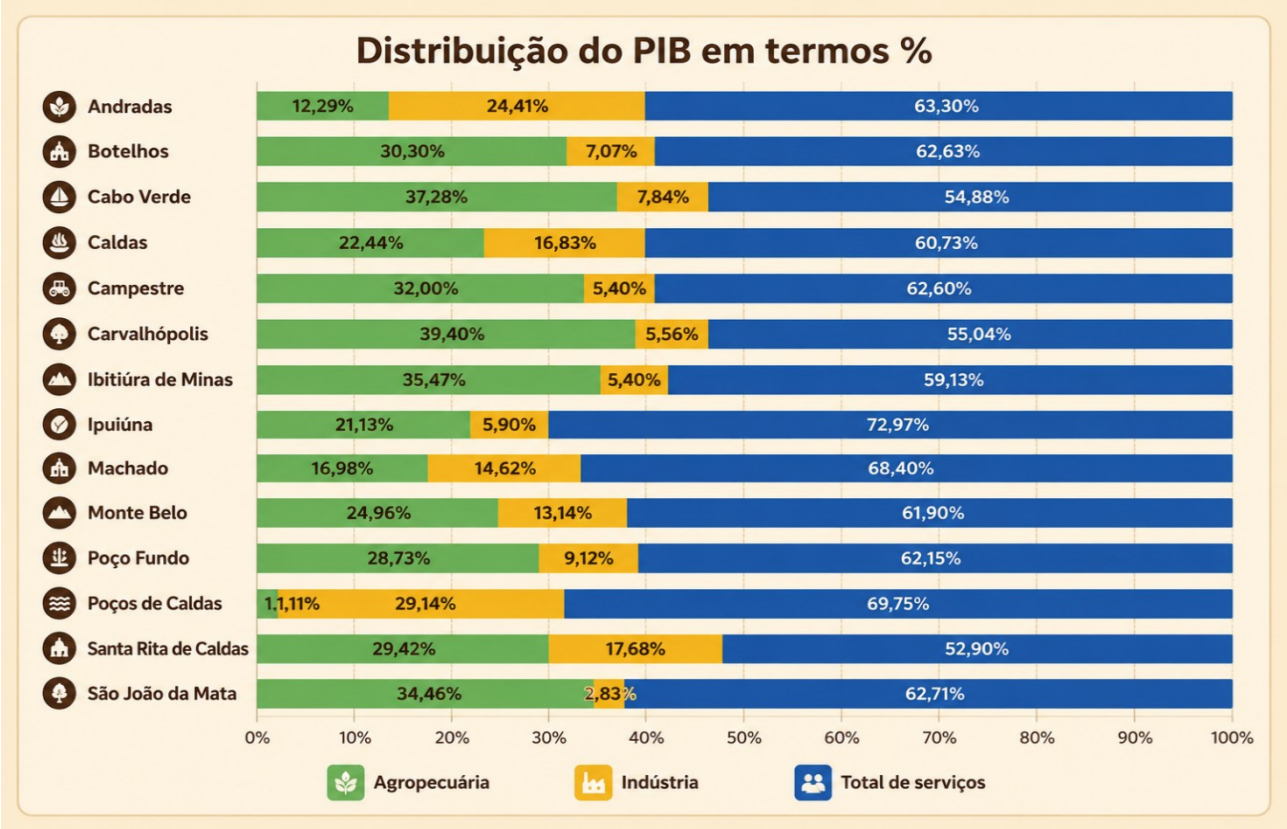
A participação do turismo nessa estrutura deve ser examinada por meio de indicadores específicos, considerando os estabelecimentos de hospedagem, alimentação, transporte, agenciamento e demais serviços relacionados à atividade. A dimensão econômica do setor terciário, isoladamente, não identifica a capacidade de atendimento turístico nem o volume de recursos provenientes dos visitantes.

A caracterização setorial da IGR Caminhos Gerais evidencia, portanto, economias municipais com diferentes composições produtivas, marcadas pela concentração da atividade industrial em Poços de Caldas, pela participação agropecuária expressiva em determinados municípios e pela predominância dos serviços em todo o território regional.

Essas características integram o diagnóstico socioeconômico e fornecem referências para a análise das possibilidades de articulação entre turismo, produção rural, indústria, comércio e serviços. A definição das estratégias regionais considera as especificidades econômicas dos municípios e sua correspondência com os atrativos, empreendimentos e experiências turísticas identificados no levantamento da oferta.

Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios por categoria

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Total de serviços	Total geral
Andradas	128.329,35	254.848,68	463.663,13	197.465,95	661.129,08	1.044.307,10
Botelhos	90.172,43	21.049,39	116.047,26	70.305,13	186.352,39	297.574,22
Cabo Verde	102.849,79	21.573,37	85.770,61	65.700,47	151.471,07	275.894,24
Caldas	70.050,62	52.566,54	121.056,48	68.526,10	189.582,58	312.199,74
Campestre	144.884,38	24.462,07	182.490,98	101.379,47	283.870,45	453.216,91
Carvalhópolis	27.209,19	3.843,62	16.305,32	21.744,14	38.049,46	69.102,27
Ibitiúra de Minas	26.006,21	3.964,44	23.113,84	20.278,07	43.391,91	73.362,56
Ipuiúna	36.810,47	10.289,08	78.664,26	48.625,66	127.289,92	174.389,47
Machado	201.085,00	173.113,42	611.715,01	198.167,32	809.882,33	1.184.080,76
Monte Belo	81.143,54	42.783,20	137.062,47	64.271,73	201.334,20	325.260,93
Poço Fundo	106.017,93	33.728,23	154.693,26	74.363,56	229.056,82	368.802,98
Poços de Caldas	78.107,71	2.045.872,01	3.824.796,55	1.073.208,38	4.898.004,94	7.021.984,65
Santa Rita de Caldas	62.553,68	37.452,25	68.687,11	43.973,84	112.660,95	212.666,88
São João da Mata	18.126,69	1.488,98	15.456,31	17.519,62	32.975,93	52.591,60



3.8 Implicações da Estrutura Econômica para o Desenvolvimento Turístico Regional

A composição econômica da IGR Caminhos Gerais apresenta condições distintas para a organização e o desenvolvimento da atividade turística nos 14 municípios. Os indicadores do Valor Adicionado Bruto (VAB) de 2021 evidenciam o predomínio regional dos serviços, a concentração das atividades industriais em Poços de Caldas e a participação expressiva da agropecuária na economia de diferentes localidades. Essas características devem ser examinadas em conjunto com a distribuição territorial dos atrativos, a infraestrutura disponível e as atividades produtivas identificadas no levantamento turístico.

A concentração econômica em Poços de Caldas, responsável por aproximadamente 59,2% do VAB regional, constitui uma característica relevante dessa organização. O município reúne os maiores valores absolutos de serviços e indústria, enquanto Machado e Andradas ocupam as posições seguintes na distribuição econômica da IGR. A diferença de dimensão entre essas economias e as dos demais municípios deve orientar a análise das condições de atendimento aos visitantes e das possibilidades de articulação intermunicipal. A concentração do valor adicionado, entretanto, não

corresponde necessariamente à distribuição dos fluxos turísticos, cuja avaliação depende de indicadores específicos de visitação, hospedagem e consumo.

O predomínio dos serviços na composição econômica regional possui relação direta com as atividades necessárias ao funcionamento dos destinos turísticos. Hospedagem, alimentação, comércio, transportes, agenciamento e serviços especializados integram a estrutura de atendimento aos visitantes, embora o VAB setorial também compreenda atividades destinadas à população residente e a outros segmentos econômicos. O diagnóstico da IGR identifica diferenças na distribuição dos meios de hospedagem, dos estabelecimentos de alimentação e dos serviços turísticos entre os municípios. Essas condições devem ser consideradas na organização de roteiros regionais, especialmente quanto à disponibilidade de equipamentos, à capacidade de atendimento e às conexões entre os destinos.

A agropecuária constitui outra referência para o planejamento turístico do Caminhos Gerais. Machado apresenta o maior valor adicionado agropecuário da região, seguido por Campestre e Andradas, enquanto municípios como Carvalhópolis, Cabo Verde, Ibitiúra de Minas e São João da Mata registram elevada participação proporcional desse setor em suas economias. A cafeicultura ocupa lugar destacado na caracterização produtiva regional, acompanhada por outras atividades agrícolas, pela pecuária e pela produção de alimentos. O levantamento turístico identifica experiências e iniciativas relacionadas aos cafés especiais, à vitivinicultura, à gastronomia e à visitação rural, cuja organização apresenta diferenças entre as localidades.

A relação entre produção agrícola e turismo já aparece em iniciativas identificadas no território. A Rota Vulcânica, estruturada em Andradas, Caldas e Poços de Caldas, reúne experiências relacionadas às características geológicas, às paisagens e às atividades produtivas desses municípios. A Rota Turística do Café, vinculada à programação turística de Poços de Caldas, também integra o levantamento regional. Em outros municípios, a presença de propriedades cafeeiras, agroindústrias e estabelecimentos de produção artesanal constitui uma referência para a avaliação de experiências de visitação, demonstração de processos produtivos, degustação e comercialização direta, conforme as condições de funcionamento e o interesse dos responsáveis pelos empreendimentos.

A participação industrial, especialmente expressiva em Poços de Caldas, Andradas e Machado, deve ser considerada na análise da produção associada ao turismo. O levantamento regional contempla produtos agroindustriais, alimentos, bebidas e outras produções vinculadas às características econômicas dos municípios. A comercialização desses bens pode integrar a oferta

gastronômica e as experiências de consumo dos visitantes. A visitação a unidades produtivas, por sua vez, exige organização específica, condições de segurança e disponibilidade dos estabelecimentos para receber o público.

As manifestações culturais e os atrativos naturais identificados no diagnóstico ampliam as possibilidades de articulação entre as atividades econômicas e a oferta turística. O território reúne festas religiosas, práticas gastronômicas, atividades ligadas à produção rural, serras, cachoeiras, mirantes e percursos de caminhada e cicloturismo. A organização desses elementos em roteiros depende das condições efetivas de acesso, da disponibilidade de serviços e da situação operacional dos atrativos. O levantamento distingue iniciativas já estruturadas de recursos e experiências cuja visitação ainda necessita de organização ou confirmação.

A diversidade econômica também exige atenção às relações entre municípios com diferentes estruturas de atendimento. A integração regional pode articular atrativos e experiências situados em localidades distintas, considerando os serviços disponíveis em cada destino e as condições de deslocamento entre eles. Para isso, a definição dos percursos deve observar a localização dos empreendimentos, os tempos de viagem, a infraestrutura viária, a sinalização e a capacidade de recepção dos visitantes. As diferenças econômicas municipais integram essa avaliação, mas não substituem a análise da oferta turística efetivamente disponível.

No Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, a caracterização econômica fundamenta a identificação de oportunidades relacionadas ao turismo gastronômico, rural, de natureza e de experiência, particularmente nas atividades vinculadas à cafeicultura, à vitivinicultura e à produção regional de alimentos. A estruturação dessas iniciativas requer articulação entre produtores, empreendedores turísticos, administrações municipais e instituições de apoio, associada à qualificação dos serviços, à organização da visitação e à promoção dos produtos existentes.

A integração dos indicadores econômicos ao diagnóstico turístico deverá orientar a definição de prioridades para a IGR, considerando as diferenças municipais e as possibilidades de complementaridade entre os destinos. Os levantamentos de meios de hospedagem, alimentação e bebidas, guias, agências, operadores, atrativos e roteiros constituem a base para relacionar a estrutura produtiva às condições concretas de desenvolvimento do turismo regional.

3.9 PIB per capita e diferenças econômicas municipais

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita constitui um indicador da produção econômica municipal, calculado pela divisão do PIB pelo número de habitantes. Sua análise integra a caracterização socioeconômica da IGR Caminhos Gerais, evidenciando diferenças na produção econômica por habitante entre os 14 municípios e complementando os resultados relativos à composição do Valor Adicionado Bruto (VAB).

Os indicadores reunidos na apresentação regional demonstram uma distribuição heterogênea do PIB per capita. Poços de Caldas registra o maior valor, de R$ 65.547,68, distanciando-se dos demais municípios. O resultado acompanha a posição do município na estrutura econômica da IGR, caracterizada pela concentração dos maiores valores absolutos de produção industrial e de serviços.

Machado apresenta o segundo maior PIB per capita, de R$ 37.319,77, seguido por Monte Belo, com R$ 37.259,00, e Andradas, com R$ 36.575,48. Poço Fundo ocupa a quinta posição, com R$ 33.488,67. Embora esses municípios apresentem valores relativamente próximos, suas estruturas produtivas possuem composições distintas, conforme identificado na análise setorial do VAB.

Na sequência, encontram-se Santa Rita de Caldas, com R$ 29.439,84; Cabo Verde, com R$ 28.070,09; Campestre, com R$ 27.278,19; Caldas, com R$ 26.206,20; e Carvalhópolis, com R$ 25.807,84. Ipuiúna registra R$ 24.456,86, enquanto os menores indicadores correspondem a Botelhos, com R$ 23.349,51; Ibitiúra de Minas, com R$ 22.562,83; e São João da Mata, com R$ 22.417,03.

A comparação evidencia diferenças entre a dimensão absoluta das economias municipais e os valores de produção por habitante. Campestre, por exemplo, apresenta o quarto maior VAB total da região, mas ocupa posição inferior na classificação do PIB per capita. Monte Belo, por sua vez, possui o terceiro maior indicador per capita, embora seu volume econômico total seja inferior ao de municípios como Machado, Andradas, Campestre e Poço Fundo. Essas diferenças decorrem da relação entre o valor da produção econômica e o contingente populacional considerado no cálculo de cada indicador.

A posição de Poços de Caldas merece atenção no diagnóstico regional. O município reúne o maior contingente populacional da IGR, apresenta a maior participação no VAB conjunto e registra o PIB per capita mais elevado. A análise desses indicadores evidencia sua dimensão econômica no território, especialmente em razão da concentração das atividades industriais e de serviços identificada nos levantamentos setoriais.

O PIB per capita, entretanto, corresponde a uma média econômica e não expressa a renda efetivamente recebida pelos habitantes. O indicador também não representa, isoladamente, as condições de distribuição da riqueza, de emprego, de acesso aos serviços públicos ou de qualidade de vida. A caracterização socioeconômica regional exige, portanto, sua articulação com outros indicadores e com as particularidades das estruturas produtivas municipais.

No planejamento turístico do Caminhos Gerais, essas diferenças econômicas devem ser consideradas juntamente com a infraestrutura de apoio, a distribuição dos empreendimentos, a qualificação dos serviços e as condições de organização da oferta turística. A dimensão do PIB per capita não estabelece, por si, a capacidade de recepção de visitantes, o desenvolvimento dos segmentos turísticos ou a participação do turismo na economia municipal.

A comparação entre os municípios contribui para a identificação das distintas condições econômicas que compõem a IGR e fornece referências para a formulação de estratégias regionais. A definição das prioridades de desenvolvimento turístico deve relacionar esses indicadores às características dos atrativos, aos serviços disponíveis e às possibilidades de cooperação entre os destinos, considerando as condições efetivamente identificadas no diagnóstico regional.

3.10 Caracterização Ambiental e Recursos Hídricos

A caracterização ambiental da Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais compreende as condições naturais dos 14 municípios que integram seu território, considerando as formações de relevo, a rede hidrográfica, a cobertura vegetal e as paisagens associadas às diferentes formas de ocupação e uso do solo. Esses elementos participam da configuração dos espaços urbanos e rurais e constituem referências para a análise das atividades econômicas, da infraestrutura e dos atrativos turísticos identificados na região.

A diversidade ambiental do Caminhos Gerais está relacionada às características geográficas do Sul de Minas Gerais, especialmente à presença de serras, vales, cursos d'água e áreas ocupadas por atividades agropecuárias. As paisagens resultantes dessas condições apresentam diferenças entre os municípios, decorrentes tanto de seus atributos naturais quanto das transformações produzidas pela ocupação territorial e pelas atividades econômicas.

Os recursos hídricos ocupam posição relevante nessa caracterização. O território da IGR está relacionado à Bacia Hidrográfica do Rio Grande, integrante da Região Hidrográfica do Paraná, com

destaque para as circunscrições dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (GD6) e do Entorno do Reservatório de Furnas (GD3). A distribuição dessas unidades hidrográficas acompanha diferentes sistemas de drenagem e estabelece relações com o abastecimento, as atividades produtivas e a conservação dos ambientes naturais. As particularidades dessa organização territorial são examinadas na seção seguinte.

A relação entre os recursos naturais e o turismo manifesta-se na presença de cachoeiras, rios, formações rochosas, mirantes e paisagens serranas identificados nos levantamentos municipais. Esses ambientes integram a oferta de turismo de natureza em diferentes localidades, associando-se a atividades de contemplação, caminhadas, cicloturismo e outras modalidades de visitação, conforme as características e as condições de acesso de cada atrativo.

A ocupação agrícola constitui outra dimensão da paisagem regional. As áreas destinadas à cafeicultura, à vitivinicultura e às demais atividades agropecuárias apresentam relações com o relevo, os recursos hídricos e as condições ambientais dos municípios. A presença dessas atividades integra a caracterização territorial do Caminhos Gerais e contribui para a compreensão dos espaços nos quais se desenvolvem iniciativas de turismo rural, gastronômico e de experiência.

A utilização turística dos ambientes naturais exige atenção às condições de conservação, aos acessos existentes, à segurança dos visitantes e às normas aplicáveis a cada localidade. A identificação de rios, cachoeiras, serras e outros recursos ambientais constitui uma etapa da caracterização territorial, enquanto sua inclusão em roteiros e produtos turísticos depende das condições efetivas de visitação e da disponibilidade da infraestrutura necessária.

A organização regional do turismo deve considerar igualmente a relação entre conservação ambiental e utilização dos recursos naturais. A proteção dos mananciais, a manutenção da qualidade das águas e a gestão dos espaços utilizados para visitação envolvem responsabilidades das administrações municipais, dos órgãos ambientais, dos gestores de recursos hídricos e dos demais agentes relacionados ao território.

A caracterização ambiental da IGR Caminhos Gerais integra, portanto, a análise das condições territoriais que influenciam a organização da atividade turística. A distribuição dos recursos hídricos, as características das paisagens e a localização dos ambientes naturais constituem referências para o diagnóstico dos atrativos, a avaliação das condições de acesso e a definição de iniciativas de conservação e qualificação da visitação nos municípios da região.

3.11 Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos

A Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Grande, pertencente à Região Hidrográfica do Paraná. A configuração hidrográfica dos municípios apresenta relações com diferentes sistemas de drenagem, condicionados pelas características do relevo, pela distribuição das nascentes, pela rede de cursos d'água e pelas formas de ocupação territorial. Essa organização possui importância para o abastecimento urbano e rural, a produção agropecuária, a conservação dos ambientes naturais e as atividades turísticas relacionadas aos recursos hídricos.

Em Minas Gerais, a Bacia do Rio Grande compreende oito circunscrições hidrográficas, identificadas pelos códigos GD1 a GD8, utilizadas como unidades territoriais de planejamento e gestão dos recursos hídricos. No território da IGR Caminhos Gerais, foram identificadas três dessas circunscrições, a GD3, correspondente ao Entorno do Reservatório de Furnas; a GD5, vinculada à Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí; e a GD6, que compreende os Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (IGAM, [s. d.]).

A distribuição dos municípios entre essas unidades revela uma característica importante da organização hidrográfica regional. Parte das localidades possui território compreendido em duas circunscrições, em razão da configuração dos divisores de águas e das áreas de contribuição dos respectivos sistemas de drenagem. Desse modo, os limites administrativos municipais nem sempre coincidem com os limites hidrográficos utilizados na gestão dos recursos hídricos.

Circunscrição Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas (GD3)

A Circunscrição Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas (GD3) integra a Bacia do Rio Grande e apresenta relação com o sistema hidrográfico do reservatório de Furnas. Possui aproximadamente 16.643 km² e abrange 50 municípios, dos quais 34 possuem sede na área da circunscrição, conforme os dados do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM, [s. d.]).

Entre os municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais, a GD3 compreende Botelhos, Cabo Verde, Campestre, Ipuiúna, Machado, Monte Belo, Poço Fundo, Santa Rita de Caldas e São João da Mata. A presença desses nove municípios nessa unidade hidrográfica evidencia a abrangência territorial dos sistemas de drenagem associados ao reservatório de Furnas.

A rede hidrográfica da GD3 compreende cursos d'água de importância para as atividades rurais, o abastecimento e a organização territorial. Entre eles, destaca-se o rio Machado, relacionado à drenagem de áreas agrícolas e aos sistemas fluviais do Sul de Minas Gerais. O rio Muzambo constitui outra referência da circunscrição, integrando a rede de drenagem associada ao entorno do reservatório. Ribeirões e córregos de montanha completam essa estrutura hidrográfica.

As características ambientais da GD3 abrangem áreas de relevo montanhoso, vales, nascentes, formações vegetais e paisagens rurais associadas à agropecuária. As atividades produtivas desenvolvidas nesse território, especialmente a agricultura e a cafeicultura, mantêm relações com a disponibilidade de água e com as condições de conservação das nascentes e dos cursos fluviais.

O Reservatório de Furnas também integra a organização econômica e territorial de parte do Sul de Minas Gerais, com funções relacionadas à geração de energia elétrica, aos recursos hídricos e às atividades de lazer e turismo desenvolvidas nas áreas efetivamente destinadas a esses usos. Para os municípios da IGR Caminhos Gerais, a vinculação à GD3 deve ser considerada a partir das características de suas respectivas redes de drenagem e da localização dos atrativos e empreendimentos turísticos.

A gestão dessa circunscrição conta com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas, instituído pelo Decreto Estadual nº 42.596, de 23 de maio de 2002. O comitê integra a estrutura de gestão participativa dos recursos hídricos em Minas Gerais, reunindo representantes dos segmentos envolvidos nas decisões referentes à utilização e à conservação das águas.



Circunscrição Hidrográfica do Rio Sapucaí (GD5)

A Circunscrição Hidrográfica do Rio Sapucaí (GD5) constitui outra unidade de gestão presente no território da IGR Caminhos Gerais. Integrante da Bacia do Rio Grande, possui área aproximada de 8.826 km² e abrange 48 municípios, dos quais 40 apresentam sede localizada na bacia hidrográfica, conforme a caracterização do IGAM.

No recorte territorial do Caminhos Gerais, a GD5 compreende Carvalhópolis, Machado, Poço Fundo e São João da Mata. Machado, Poço Fundo e São João da Mata também integram a GD3, enquanto Carvalhópolis está relacionado à GD5 na classificação regional apresentada.

A rede de drenagem da GD5 reúne cursos d'água associados ao rio Sapucaí e aos sistemas de seus afluentes. Entre as referências hidrográficas identificadas na caracterização regional estão o rio do Machado, o rio Sapucaizinho e o rio Sant'Ana, além de ribeirões e córregos que atravessam áreas rurais e localidades do Sul de Minas Gerais.

A presença desses cursos d'água está relacionada à organização das propriedades agrícolas, ao abastecimento e às condições ambientais das comunidades rurais. A manutenção das nascentes, a conservação das margens e o uso dos recursos hídricos constituem aspectos relevantes para a

continuidade das atividades produtivas e para a proteção dos ambientes naturais associados à rede de drenagem.

A GD5 compreende paisagens de relevo montanhoso, vales e áreas rurais, com ocorrência de formações vegetais da Mata Atlântica e ambientes associados às características naturais do Sul de Minas Gerais. A relação entre os cursos d'água, as propriedades agrícolas e as formações serranas integra a caracterização territorial dos municípios vinculados à circunscrição.

Na perspectiva turística, esses ambientes devem ser considerados em conjunto com os atrativos naturais e rurais efetivamente identificados nos levantamentos municipais. As condições das cachoeiras, dos rios e das áreas de visitação dependem de aspectos específicos de acesso, conservação, segurança e disponibilidade para receber visitantes.

A gestão dos recursos hídricos da GD5 é acompanhada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí, criado pelo Decreto Estadual nº 39.911, de 22 de setembro de 1998. A atuação dessa instância integra a organização estadual de planejamento, conservação e gestão das águas.



Circunscrição Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (GD6)

A Circunscrição Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (GD6) abrange aproximadamente 6.370 km² e compreende 27 municípios, dos quais 21 possuem sede na bacia. Sua configuração territorial está relacionada aos sistemas hidrográficos dos rios Mogi-Guaçu e Pardo, que estabelecem conexões entre Minas Gerais e São Paulo.

Entre os municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais, a GD6 abrange Andradas, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna, Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas. A circunscrição reúne, portanto, nove municípios da região turística, alguns deles com territórios também associados à GD3.

A rede hidrográfica compreende cursos d'água relacionados às bacias dos rios Pardo e Mogi-Guaçu, incluindo o rio Jaguari-Mirim, o ribeirão das Antas, o ribeirão do Cipó e outros cursos fluviais presentes nos municípios da circunscrição. O rio Pardo possui nascentes na região de Ipuiúna, enquanto o Jaguari-Mirim integra a drenagem de Ibitiúra de Minas e de áreas próximas à divisa estadual.

Em Poços de Caldas, o ribeirão das Antas constitui uma referência da rede hidrográfica municipal, com importância para a drenagem urbana, o abastecimento e a organização ambiental do território. A relação entre os cursos d'água e as áreas urbanizadas integra as questões associadas à conservação dos mananciais e à gestão dos recursos hídricos.

A GD6 apresenta áreas serranas, vales, nascentes e formações vegetais vinculadas predominantemente à Mata Atlântica, incluindo ambientes montanos e de altitude. A circunscrição também compreende áreas relacionadas às características geológicas do Planalto de Poços de Caldas, cuja configuração participa da formação das paisagens de diferentes municípios da região.

Entre os espaços naturais identificados na caracterização regional encontram-se a Serra de São Domingos, em Poços de Caldas, o Monumento Natural Municipal Pedra Balão, também em Poços de Caldas, e a Área de Proteção Ambiental da Pedra Branca, em Caldas. Esses locais integram a relação entre conservação ambiental, paisagem e atividades de visitação, observadas as condições e as normas específicas de cada área.

As águas minerais e termais presentes em Caldas e Poços de Caldas constituem outra particularidade territorial associada à utilização dos recursos naturais. A presença desses recursos está relacionada à organização histórica das atividades termais e turísticas desses municípios, integrando estabelecimentos, equipamentos e espaços de visitação identificados na caracterização regional.

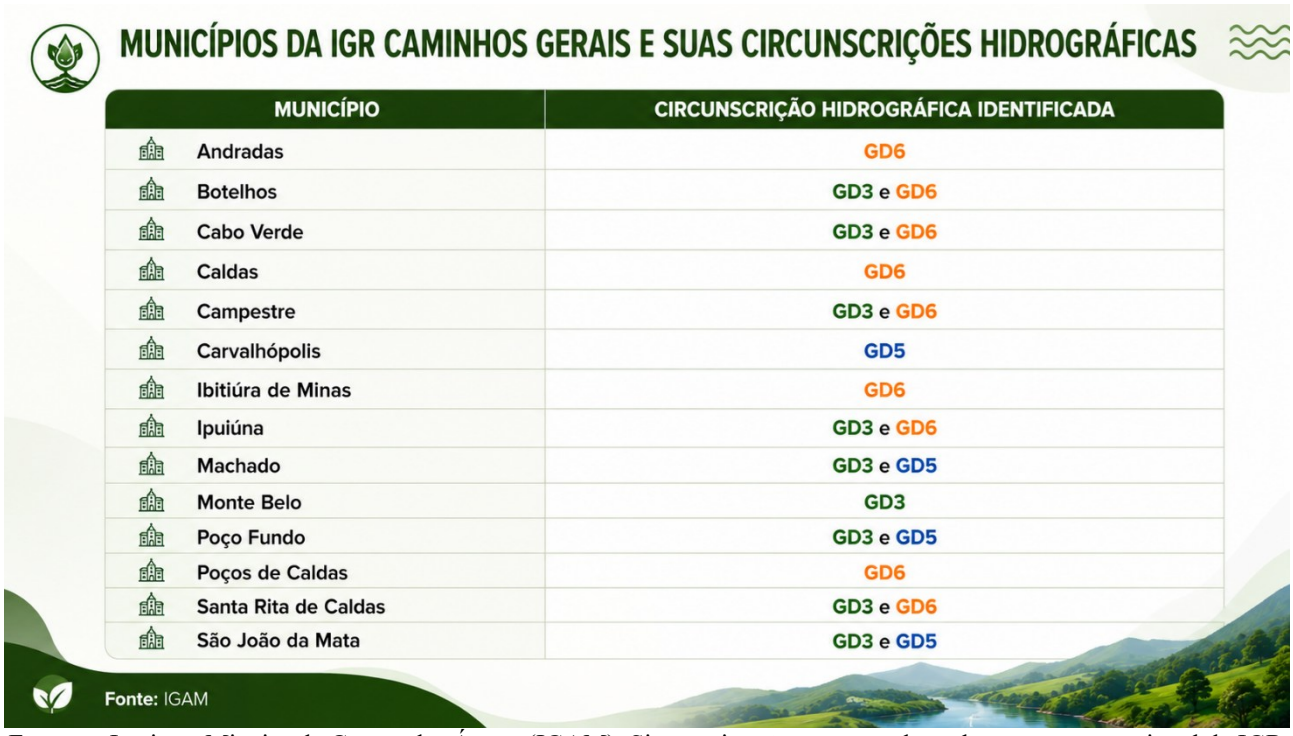
A cafeicultura e as demais atividades agrícolas também participam da organização econômica dos municípios da GD6. A manutenção dos recursos hídricos possui relação com essas atividades, especialmente quanto à disponibilidade de água, à conservação das nascentes e às condições ambientais das áreas de produção.

A gestão da circunscrição é acompanhada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo, instituído pelo Decreto Estadual nº 40.930, de 16 de fevereiro de 2000. O comitê integra a estrutura de gestão participativa dos recursos hídricos no estado e atua nas questões relacionadas ao planejamento e à conservação das águas da bacia.



Distribuição dos municípios da IGR Caminhos Gerais por circunscrição hidrográfica

A classificação hidrográfica apresentada pelo IGAM e sistematizada na apresentação regional identifica a participação dos 14 municípios do Caminhos Gerais nas circunscrições GD3, GD5 e GD6, conforme a distribuição a seguir.



Fonte — Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Sistematização apresentada no levantamento regional da IGR Caminhos Gerais.

A distribuição evidencia a presença das três circunscrições no território regional, com municípios relacionados a diferentes sistemas de drenagem. Botelhos, Cabo Verde, Campestre, Ipuiúna e Santa Rita de Caldas aparecem simultaneamente nas unidades GD3 e GD6. Machado, Poço Fundo e São João da Mata integram as circunscrições GD3 e GD5.

Andradas, Caldas, Ibitiúra de Minas e Poços de Caldas estão vinculados à GD6; Monte Belo integra a GD3; e Carvalhópolis está relacionado à GD5. Essa configuração evidencia a necessidade de considerar os limites hidrográficos na análise ambiental regional, especialmente nas ações que envolvem conservação dos mananciais e gestão dos recursos naturais.

Importância dos recursos hídricos para o planejamento turístico regional

A distribuição hidrográfica do Caminhos Gerais integra a caracterização das condições ambientais que influenciam as atividades econômicas e turísticas da região. Os cursos d'água, as nascentes, as cachoeiras, as áreas serranas e os ambientes associados às águas minerais e termais compõem parte dos recursos naturais identificados nos municípios.

A relação entre hidrografia e turismo apresenta características distintas conforme os ambientes e os usos existentes. Nas áreas serranas, os cursos d'água e as formações naturais estão associados a atividades de contemplação da paisagem, caminhadas e visitação de cachoeiras. Em Caldas e Poços de Caldas, as águas minerais e termais integram atividades turísticas específicas, relacionadas aos equipamentos e às experiências historicamente estabelecidos nesses municípios.

Nos espaços rurais, a disponibilidade de água mantém relação com as atividades agrícolas e com as paisagens produtivas presentes no território. A cafeicultura, especialmente relevante na estrutura econômica do Caminhos Gerais, participa da organização dessas áreas e integra iniciativas de turismo rural e de experiência identificadas no diagnóstico regional.

Os recursos hídricos também possuem importância para o abastecimento dos estabelecimentos turísticos e das comunidades receptoras. As condições de conservação dos mananciais, a qualidade da água, a infraestrutura de saneamento e os usos existentes devem ser considerados na avaliação das possibilidades de visitação e no planejamento de atividades que dependam diretamente dos ambientes aquáticos.

A organização turística desses espaços exige atenção às condições específicas dos atrativos naturais, incluindo acessibilidade, segurança, conservação ambiental e regulamentação de uso. A existência de cursos d'água e formações naturais integra a caracterização do território, enquanto sua utilização turística depende das estruturas e das condições efetivamente identificadas.

A presença das circunscrições GD3, GD5 e GD6 também estabelece uma dimensão intermunicipal para a gestão dos recursos hídricos. As áreas de drenagem ultrapassam os limites administrativos, envolvendo municípios situados em diferentes posições dos sistemas fluviais. A conservação das nascentes, o acompanhamento da qualidade das águas e as ações de proteção ambiental integram, portanto, responsabilidades compartilhadas entre órgãos gestores, comitês de bacia, administrações municipais e demais instituições relacionadas ao território.

Para a IGR Caminhos Gerais, a caracterização hidrográfica constitui uma referência para a análise das condições ambientais dos atrativos naturais e para a formulação de estratégias de desenvolvimento turístico regional. A articulação entre a gestão dos recursos hídricos, a conservação das paisagens e a organização das atividades de visitação deve considerar as particularidades de cada circunscrição, as condições dos municípios e os resultados do diagnóstico da oferta turística.



3.12 Patrimônio Histórico-Cultural e Bens Protegidos

O patrimônio histórico-cultural dos 14 municípios integrantes da Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais compreende edificações, espaços públicos, bens móveis, paisagens, celebrações, saberes e manifestações culturais vinculados às diferentes trajetórias de formação do território. Essas referências estão associadas à constituição dos núcleos urbanos, à organização das comunidades rurais, às atividades produtivas e às práticas religiosas e culturais desenvolvidas por seus habitantes.

A ocupação territorial ocorreu em circunstâncias históricas distintas, reconhecíveis nas edificações religiosas, nos antigos estabelecimentos comerciais, nas residências, nas praças e nos equipamentos públicos que participaram da organização das localidades. A agricultura, a pecuária, a cafeicultura e as atividades comerciais contribuíram para as transformações econômicas e sociais da região. Em Caldas e Poços de Caldas, o aproveitamento das águas minerais e termais esteve associado à implantação de equipamentos destinados ao tratamento de saúde, à hospedagem e à recepção de visitantes.

As práticas culturais mantidas pelas comunidades abrangem celebrações religiosas, conhecimentos culinários, atividades artesanais, manifestações musicais e formas de expressão

transmitidas entre gerações. A identificação dessas referências considera os grupos envolvidos, os lugares de realização, as condições de transmissão e os significados atribuídos às manifestações por seus detentores.

O patrimônio cultural material compreende bens móveis e imóveis reconhecidos por seus valores históricos, arquitetônicos, artísticos, arqueológicos, etnográficos ou paisagísticos. Edificações, monumentos, conjuntos urbanos, objetos e espaços de interesse cultural integram essa categoria, cuja caracterização envolve as condições de implantação, os usos históricos, as alterações realizadas e as relações estabelecidas com as localidades.

Os instrumentos de preservação possuem finalidades e efeitos distintos. O tombamento, regulamentado em âmbito federal pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, constitui uma medida de proteção aplicável aos bens culturais materiais, estabelecendo condições para sua conservação e para intervenções que possam afetar suas características.

O patrimônio imaterial, por sua vez, abrange conhecimentos, práticas e manifestações reconhecidos como referências culturais por grupos sociais e comunidades. O Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, organizado nos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. A política de registro está relacionada ao reconhecimento dessas práticas e à adoção de medidas de salvaguarda que consideram a participação dos detentores.

Os inventários integram os procedimentos de identificação, pesquisa, descrição e sistematização das informações patrimoniais. Reúnem dados sobre os bens, seus responsáveis, características, usos e condições de conservação, subsidiando as políticas públicas de preservação. A inclusão em inventário deve ser distinguida do tombamento e do registro, em razão das particularidades jurídicas e administrativas de cada instrumento.

A proteção do patrimônio cultural envolve atribuições federais, estaduais e municipais. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) atua na preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro em âmbito federal. Em Minas Gerais, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) desenvolve as políticas estaduais de preservação, enquanto as administrações municipais, seus órgãos de cultura e conselhos de patrimônio exercem as competências estabelecidas nas respectivas legislações.

A caracterização patrimonial do Caminhos Gerais contempla essas diferentes esferas de reconhecimento, considerando a localização dos bens, sua natureza material ou imaterial, os instrumentos de proteção e as instituições responsáveis. O levantamento inclui os bens oficialmente protegidos e referências culturais identificadas nas pesquisas municipais, compondo um panorama das iniciativas de preservação e das manifestações presentes no território.

3.13 Bens culturais protegidos por tombamento

O levantamento regional identifica dois bens tombados em âmbito estadual, ambos situados em Poços de Caldas, e 68 registros de tombamento municipal, distribuídos entre bens imóveis, bens móveis e conjuntos paisagísticos. A apresentação consultada não identifica tombamentos federais nos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais.

Tombamentos estaduais

Os dois bens protegidos pelo Estado de Minas Gerais são o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro e o Conjunto Paisagístico da Serra de São Domingos, classificados como conjuntos paisagísticos na relação estadual de bens tombados.

O Complexo Hidrotermal e Hoteleiro está relacionado à formação e ao desenvolvimento das atividades termais e de hospedagem em Poços de Caldas. Reúne referências arquitetônicas e urbanas associadas ao aproveitamento das águas minerais e termais, cuja utilização participou da organização histórica do município como localidade destinada ao tratamento de saúde e à recepção de visitantes. A proteção estadual abrange a relação entre os elementos construídos, os espaços de uso público e as características paisagísticas que integram o conjunto.

O Conjunto Paisagístico da Serra de São Domingos compreende uma área vinculada à configuração do relevo municipal, à vegetação e aos espaços associados à paisagem serrana. O tombamento está relacionado à conservação de suas características naturais e paisagísticas. A área também possui relação com o turismo local, em razão da existência de espaços destinados à contemplação da paisagem e à visitação, observadas as condições de acesso e as normas de utilização.

Os dois conjuntos representam objetos distintos de proteção patrimonial. O Complexo Hidrotermal e Hoteleiro está associado à história das atividades hidrotermais, à arquitetura e à

ocupação urbana, enquanto a Serra de São Domingos corresponde a uma área de interesse paisagístico relacionada às características naturais de Poços de Caldas.

Tombamentos municipais e categorias patrimoniais

Os 68 bens tombados pelos municípios estão distribuídos em três categorias. Os bens imóveis (BI) correspondem a 41 registros, aproximadamente 60% do total. Os bens móveis (BM) somam 16, equivalentes a cerca de 24%, e os conjuntos paisagísticos (CP) compreendem 11 registros, aproximadamente 16%.

A predominância dos bens imóveis está relacionada à proteção de edificações e espaços construídos, incluindo residências, estabelecimentos comerciais, edifícios religiosos, equipamentos públicos, estruturas ferroviárias e industriais, espaços urbanos e imóveis vinculados às atividades econômicas e à história das localidades.

Entre os bens móveis encontram-se imagens sacras, esculturas religiosas, instrumentos musicais, mobiliário histórico, quadros, objetos artísticos, documentos e arquivos. A preservação dessa categoria envolve condições específicas de guarda, conservação e utilização, consideradas de acordo com a natureza e as características de cada objeto ou acervo.

Os conjuntos paisagísticos abrangem áreas naturais e espaços construídos reconhecidos por suas características ambientais, arquitetônicas ou paisagísticas. Incluem conjuntos naturais, parques, praças, jardins, sítios arqueológicos e outras áreas submetidas aos instrumentos municipais de tombamento.

A distribuição entre as três categorias demonstra a diversidade dos objetos de proteção presentes nas políticas municipais, abrangendo edificações, acervos e espaços cujas características estão relacionadas às diferentes trajetórias históricas e condições ambientais da região.

Distribuição dos bens tombados por município

Poços de Caldas reúne o maior número de tombamentos municipais, com 17 registros, dos quais 15 correspondem a bens imóveis e dois a conjuntos paisagísticos. As referências identificadas estão associadas à arquitetura, ao termalismo, à ocupação urbana e às paisagens do município.

Andradas apresenta 12 bens tombados, distribuídos em cinco imóveis, três móveis e quatro conjuntos paisagísticos. O município possui o maior número de registros dessa última categoria no levantamento regional. Os bens estão relacionados à memória urbana, à educação, ao patrimônio religioso e às paisagens naturais.

Cabo Verde reúne nove registros, sendo sete bens imóveis e dois móveis. As referências compreendem fazendas, residências históricas, edificações religiosas e espaços relacionados às atividades tradicionais.

Machado possui oito bens tombados, distribuídos em três imóveis, quatro móveis e um conjunto paisagístico. A caracterização municipal contempla edificações urbanas, bens religiosos, acervos e referências vinculadas à história da ocupação territorial. O município apresenta a maior quantidade de bens móveis entre os integrantes da IGR.

Em Monte Belo, os cinco tombamentos compreendem três bens imóveis, um móvel e um conjunto paisagístico. Entre as referências patrimoniais encontram-se igrejas, coretos, obeliscos, instrumentos musicais e praças públicas.

São João da Mata possui quatro registros, sendo um bem imóvel, um móvel e dois conjuntos paisagísticos. O levantamento apresenta referências relacionadas à memória rural, às manifestações religiosas e às paisagens culturais.

Botelhos reúne três bens tombados, dos quais dois são imóveis e um é móvel. A caracterização desses registros contempla referências vinculadas à cultura, à religiosidade e à memória das comunidades.

Em Caldas, os três bens estão distribuídos igualmente entre imóveis, móveis e conjuntos paisagísticos. O levantamento municipal identifica equipamentos culturais, o parque termal e referências paisagísticas associadas à história local.

Campestre possui dois bens, sendo um imóvel e um móvel, relacionados ao mobiliário histórico e a edificações públicas. Carvalhópolis apresenta a mesma distribuição, com uma residência histórica e uma imagem religiosa.

Poço Fundo também reúne dois registros, correspondentes a um bem imóvel e um móvel, associados à memória religiosa e à história da atividade cinematográfica local.

Em Ipuiúna, o levantamento identifica um bem imóvel, denominado Castelinho.

Ibitiúra de Minas e Santa Rita de Caldas aparecem sem bens tombados registrados na relação municipal utilizada.

A distribuição completa dos tombamentos, conforme as categorias adotadas no levantamento regional, encontra-se sistematizada nos dois infográficos a seguir.





3.14 Bens culturais protegidos por registro

O patrimônio cultural imaterial reconhecido no território do Caminhos Gerais compreende manifestações religiosas, musicais e festivas, conhecimentos culinários, técnicas artesanais e práticas tradicionais. Os bens identificados no levantamento regional possuem proteção nas esferas federal, estadual e municipal, conforme os respectivos instrumentos de registro e suas abrangências territoriais.

Os registros federais e estaduais reconhecem bens culturais cuja ocorrência pode alcançar diferentes localidades. A presença de uma manifestação em vários municípios corresponde à sua distribuição territorial, enquanto o registro formal se refere ao bem cultural reconhecido pelo órgão responsável. Essa distinção orienta a interpretação dos quantitativos e a caracterização do patrimônio imaterial regional.

Registros federais

A Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira foram reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2008. Vinculados à mesma tradição cultural, constituem dois registros distintos, inscritos, respectivamente, no Livro de Registro das Formas de Expressão e no Livro de Registro dos Saberes. Em 11 de novembro de 2024, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou a revalidação dos dois títulos e a atualização da denominação do segundo bem para Ofício dos Mestres e Mestras da Capoeira (IPHAN, 2024).

A Roda de Capoeira reúne práticas corporais, movimentos, música, canto e rituais associados à cultura afro-brasileira. O Ofício dos Mestres e Mestras da Capoeira corresponde aos conhecimentos e às formas de transmissão desenvolvidos entre os praticantes, envolvendo a formação de novos capoeiristas e a continuidade dos saberes relacionados à manifestação.

Na IGR Caminhos Gerais, a relação de bens protegidos apresentada ao ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2026, identifica a ocorrência da capoeira em seis municípios, Andradas, Caldas, Ipuiúna, Machado, Poços de Caldas e São João da Mata. Essa distribuição corresponde à presença territorial considerada no levantamento, enquanto os dois bens possuem reconhecimento federal de abrangência nacional (IEPHA-MG, [s. d.]).

Em 17 de junho de 2025, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou o registro dos Saberes do Rosário, Reinados, Congados e Congadas, inscrito no Livro de Registro dos Saberes. O reconhecimento compreende conhecimentos e práticas vinculados às tradições afro-brasileiras do Rosário, envolvendo grupos, mestres, mestras e comunidades de Minas Gerais, Goiás e São Paulo (IPHAN, 2025).

Esses saberes abrangem a organização das guardas, as práticas devocionais, os conhecimentos musicais e rituais e as formas de transmissão cultivadas pelas comunidades detentoras. O reconhecimento federal integra as políticas de salvaguarda das tradições do Rosário, presentes também em manifestações culturais identificadas nos municípios do Caminhos Gerais.

Registros estaduais

No âmbito estadual, a caracterização regional contempla três bens reconhecidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), correspondentes às Folias de Minas, às Violas de Minas e aos Reinados e Congados.

As Folias de Minas receberam reconhecimento estadual em 2017. Reúnem práticas religiosas e musicais vinculadas ao catolicismo popular, organizadas por grupos de foliões que realizam cantorias e percursos segundo os calendários e as tradições de suas comunidades. Na relação estadual utilizada no levantamento, sua ocorrência abrange 12 municípios da IGR Caminhos Gerais, sendo Andradas, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Carvalhópolis, Ipuiúna, Machado, Monte Belo, Poço Fundo, Poços de Caldas e São João da Mata.

O registro das Violas de Minas, realizado em 2018, compreende conhecimentos e expressões musicais relacionados à viola, instrumento presente em diferentes práticas da cultura popular mineira, especialmente nas tradições rurais. No território regional, sua ocorrência está identificada em sete municípios, Andradas, Botelhos, Caldas, Campestre, Machado, Poços de Caldas e São João da Mata.

Os Reinados e Congados foram reconhecidos pelo Estado em 2024. Essas manifestações compreendem práticas devocionais, música, dança, cortejos e formas próprias de organização comunitária, vinculadas às tradições afro-brasileiras e às celebrações do Rosário. A relação do IEPHA-MG registra sua ocorrência em seis municípios do Caminhos Gerais, Carvalhópolis, Ipuiúna, Machado, Monte Belo, Poço Fundo e Poços de Caldas (IEPHA-MG, [s. d.]).

Consideradas as três referências estaduais e a ocorrência regional da capoeira na relação federal, o levantamento reúne 31 ocorrências territoriais distribuídas entre 12 municípios da IGR. Esse quantitativo expressa a presença das manifestações em diferentes localidades e constitui uma informação distinta dos registros municipais individualizados.



Registros municipais de patrimônio imaterial

O levantamento regional reúne 34 bens culturais protegidos por registro municipal, distribuídos em 13 dos 14 municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais. Na classificação adotada pela relação municipal consolidada, são 16 celebrações, oito formas de expressão e dez saberes, correspondentes, respectivamente, a aproximadamente 47%, 24% e 29% do conjunto.

A distribuição apresenta sete registros em Andradas, quatro em Caldas e Carvalhópolis, três em Botelhos, Cabo Verde e Machado, dois em Monte Belo, Poços de Caldas e São João da Mata e um em Campestre, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna e Poço Fundo. Santa Rita de Caldas não apresenta registro municipal na relação considerada. Esses quantitativos referem-se aos bens protegidos pelos municípios, independentemente das ocorrências de manifestações reconhecidas nas esferas federal e estadual.

Os registros estão organizados nas categorias de celebrações, formas de expressão e saberes, contemplando festividades religiosas e populares, manifestações musicais e artísticas, conhecimentos culinários e técnicas tradicionais de produção. A caracterização considera as denominações dos bens, seus instrumentos de reconhecimento, as informações relativas aos detentores e os procedimentos de acompanhamento e revalidação.



Celebrações religiosas e populares

As 16 celebrações municipais compreendem manifestações vinculadas aos calendários religiosos, às práticas devocionais, às festividades comunitárias e às tradições rurais.

A Festa de São Benedito possui registros específicos em Machado, Poço Fundo e Poços de Caldas, enquanto a Festa de São Sebastião está presente em Carvalhópolis e Monte Belo. Em Ibitiúra de Minas, encontra-se registrada a Festa de São Benedito e Nossa Senhora Aparecida, manifestação identificada sob denominação própria.

Botelhos reúne a Festa de Santa Rita e a Festa de São José. Cabo Verde apresenta a Festa de Santa Cruz, enquanto São João da Mata possui dois registros, correspondentes à Tradicional Festa do Rosário e à Festa de São João Batista.

Entre as celebrações associadas às atividades produtivas, às práticas rurais e às festividades populares, Andradas apresenta o Boi Laranja e a Festa do Vinho. Em Caldas, encontra-se a Festa do Biscoito, relacionada às tradições gastronômicas locais. Ipuiúna possui o registro do Desfile de Carros de Boi, manifestação vinculada à utilização histórica desse meio de transporte e às práticas culturais rurais.

Carvalhópolis integra ainda o conjunto com a Festa do Peão, cujo registro consta da relação municipal com apresentações nos exercícios de 2019 e 2020. O bem completa a relação das celebrações identificadas no levantamento regional.

A organização dessas festividades envolve comunidades, grupos participantes e responsáveis por sua realização. As formas de celebração, os períodos de ocorrência e as práticas transmitidas apresentam características próprias em cada localidade, consideradas nos respectivos processos de reconhecimento patrimonial.

Formas de expressão

A categoria de formas de expressão reúne oito bens municipais, compreendendo corporações musicais, bandas, fanfarras, danças, cortejos e apresentações coletivas vinculadas à vida cultural das localidades.

Em Andradas, encontra-se registrada a Banda Lira da Mantiqueira. Botelhos apresenta a Fanfarra Municipal de Botelhos, enquanto Cabo Verde possui dois bens nessa categoria, a Fanfarra da Escola Estadual Professor Saturino de Magalhães e o Grupo de Dança Caiapós.

Campestre integra o levantamento com o Desfile de Carro de Boi, classificado como forma de expressão em seu registro municipal. Em Carvalhópolis, encontra-se a Congada Santa Efigênia de Carvalhópolis, manifestação relacionada às tradições religiosas afro-brasileiras, às práticas musicais e aos cortejos comunitários.

Monte Belo possui a Fanfarra Municipal Maestro Armando Teixeira dos Anjos. Em Machado, o registro da Corporação Musical União de Machado, vinculada ao Decreto Municipal nº 5.811/2018 e apresentada ao IEPHA-MG no exercício de 2020, integra o conjunto de bens reconhecidos como formas de expressão. A inclusão desse registro completa a relação regional das corporações musicais e manifestações artísticas protegidas nessa categoria.

As bandas, fanfarras e corporações musicais possuem diferentes formas de organização e participação nas atividades culturais municipais. A Congada Santa Efigênia e o Grupo de Dança Caiapós apresentam características próprias de realização, relacionadas aos grupos participantes, às ocasiões de apresentação e à transmissão de suas práticas.

O reconhecimento desses bens contempla expressões culturais desenvolvidas em contextos comunitários distintos, considerando os elementos que caracterizam sua realização e continuidade

Saberes e conhecimentos tradicionais

Os dez registros municipais classificados como saberes abrangem conhecimentos culinários, técnicas artesanais, procedimentos tradicionais de produção e práticas relacionadas à utilização de recursos naturais.

Sete desses bens estão associados à gastronomia e à produção alimentar. Em Andradas, encontram-se o Doce da Festa do Campestrinho, o Modo de Fazer o Virado de Frango Andradense e o Modo de Fazer Vinho de Uva Jacques. Caldas possui o Modo de Fazer Doces Tradicionais e o Queijo Minas Frescal de Santana. Carvalhópolis apresenta o Modo de Fazer Biscoito com Pernil de Carvalhópolis, enquanto Machado possui o Modo de Fazer do Pastel de Fubá de Machado.

Essas práticas compreendem procedimentos de preparação, seleção e utilização de ingredientes, técnicas produtivas e conhecimentos transmitidos entre seus detentores. Os registros estão associados aos modos de fazer e às referências culturais reconhecidas pelas respectivas comunidades.

Os outros três bens correspondem a conhecimentos vinculados ao artesanato, aos recursos naturais e à produção tradicional. Em Andradas, encontra-se o Modo de Fazer Artesanato em Fibra de Taboa, relacionado à utilização de matéria-prima vegetal e às técnicas de confecção artesanal.

Em Caldas, o Uso Terapêutico das Águas Termais de Pocinhos do Rio Verde integra os saberes relacionados à utilização das águas termais e às práticas desenvolvidas historicamente na localidade. O reconhecimento municipal contempla os conhecimentos associados a esse recurso natural e à sua utilização tradicional.

Poços de Caldas apresenta o registro da Produção de Cristais, correspondente aos conhecimentos e procedimentos utilizados nessa atividade. O bem integra a relação de saberes tradicionais do município, com exercício de apresentação registrado em 2026.

A diversidade desses conhecimentos evidencia diferentes campos de produção e transmissão cultural, envolvendo práticas alimentares, técnicas artesanais e usos tradicionais de recursos naturais. A continuidade dos saberes está relacionada à atuação dos detentores e à preservação das condições necessárias à realização dessas atividades.

Acompanhamento e revalidação dos registros

As políticas de proteção do patrimônio imaterial contemplam procedimentos de acompanhamento e revalidação destinados à verificação da continuidade dos bens reconhecidos, considerando as práticas desenvolvidas pelos detentores e as exigências estabelecidas pelos órgãos responsáveis. No âmbito municipal, essas informações também integram os critérios relacionados ao ICMS Patrimônio Cultural de Minas Gerais.

O levantamento regional apresenta seis bens com revalidação informada, distribuídos em cinco municípios. Em Caldas, encontram-se a Festa do Biscoito, com revalidação apresentada no exercício de 2022, e o Queijo Minas Frescal de Santana, em 2025.



Carvalhópolis apresenta a Congada Santa Efigênia de Carvalhópolis, com revalidação em 2023. Em Ipuiúna, o Desfile de Carros de Boi possui revalidação registrada em 2026. A Festa de São Benedito aparece em dois processos municipais distintos, correspondentes a Machado, com revalidação em 2024, e Poço Fundo, com apresentações nos exercícios de 2023 e 2024.

A Produção de Cristais, em Poços de Caldas, possui referência a processo encaminhado em 2024, com exercício de apresentação registrado em 2026 e aceitação com ressalvas na avaliação

considerada pelo levantamento. A situação administrativa do bem deve ser observada segundo os procedimentos e as decisões registrados pelo IEPHA-MG.

O acompanhamento dos registros municipais compreende a atualização das informações sobre a continuidade das manifestações, as condições de realização, a participação dos detentores e a transmissão dos conhecimentos associados aos bens culturais. Os procedimentos de revalidação integram essa atividade, conforme as exigências aplicáveis a cada processo de proteção.

3.15 Patrimônio cultural e desenvolvimento turístico regional

A presença de bens tombados e registrados no Caminhos Gerais estabelece relações com diferentes segmentos da atividade turística, especialmente aqueles vinculados à história, à cultura, à religiosidade, à gastronomia, à ruralidade e às experiências associadas às atividades produtivas.

Os bens materiais protegidos oferecem referências para a interpretação da formação histórica dos municípios. Edificações religiosas, residências, equipamentos públicos e conjuntos urbanos podem integrar percursos culturais organizados a partir de informações sobre a arquitetura, os usos históricos e as transformações dos espaços.

Os acervos móveis exigem condições de conservação, guarda, segurança e exposição compatíveis com suas características. A disponibilidade desses bens para visitação depende dos responsáveis pelos espaços em que estão preservados e das restrições decorrentes dos instrumentos de proteção.

Nos conjuntos paisagísticos, a organização turística envolve a conservação das características naturais e construídas, as condições de acesso e as normas de utilização. Os bens estaduais situados em Poços de Caldas apresentam relações específicas com a história das atividades termais e hoteleiras e com os espaços de contemplação da paisagem.

As manifestações imateriais possuem outras condições de participação e visitação. Festas religiosas, congadas, folias, bandas e fanfarras integram calendários e práticas comunitárias que devem ser considerados na organização de iniciativas turísticas. Os grupos responsáveis, os procedimentos religiosos, as formas de realização e os espaços utilizados constituem elementos importantes para a preservação dessas manifestações.

Os conhecimentos culinários e as técnicas artesanais apresentam relações com o turismo gastronômico, rural e de experiência. O Modo de Fazer Vinho de Uva Jacques, em Andradas, o Modo

de Fazer Pastel de Fubá, em Machado, e as práticas alimentares identificadas em Caldas e Carvalhópolis integram a caracterização produtiva e cultural dessas localidades. A organização de atividades de visitação relacionadas a esses saberes depende das condições dos estabelecimentos e da participação dos detentores.

O Uso Terapêutico das Águas Termais de Pocinhos do Rio Verde, em Caldas, estabelece relação com a trajetória das atividades termais, enquanto a Produção de Cristais, em Poços de Caldas, está vinculada a conhecimentos técnicos e à história econômica do município. Essas referências apresentam características próprias de realização e possibilidades distintas de integração à atividade turística.

A identificação dos bens protegidos constitui uma referência para a organização de percursos e experiências regionais, considerando sua localização, situação de conservação, disponibilidade para visitação e relação com os serviços turísticos existentes.

As políticas de preservação, os instrumentos de tombamento e registro e os procedimentos de salvaguarda devem orientar a definição dessas iniciativas. A participação das administrações municipais, dos órgãos patrimoniais, dos proprietários, dos detentores das manifestações e dos agentes turísticos integra as condições de organização da oferta.

A distribuição territorial do patrimônio cultural também deve ser considerada na articulação entre municípios. Os percursos podem reunir referências relacionadas à formação urbana, às práticas religiosas, às atividades rurais, à produção alimentar e às paisagens protegidas, conforme os bens efetivamente identificados e as condições existentes para a visitação.

A integração do patrimônio ao planejamento turístico regional exige atenção à conservação dos bens materiais e à continuidade das manifestações imateriais. A qualificação das informações oferecidas aos visitantes, o respeito aos usos estabelecidos e a participação das comunidades constituem condições para a estruturação de iniciativas compatíveis com os instrumentos de proteção e com as características culturais do Caminhos Gerais.



Campestre – MG. Acervo Caminhos Gerais.

CAPÍTULO 4 – ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA DO TURISMO DA IGR CAMINHOS GERAIS

A organização institucional e a governança do turismo constituem componentes essenciais do planejamento regional, pois envolvem as estruturas administrativas responsáveis pela atividade, os instrumentos de participação social e os mecanismos de articulação entre os municípios e as demais instituições vinculadas ao setor. A análise dessas condições abrange a capacidade de formulação e execução das políticas públicas, a continuidade das ações administrativas e a coordenação das iniciativas destinadas ao desenvolvimento turístico do Caminhos Gerais.

No Brasil, a regionalização integra os princípios da Política Nacional de Turismo, estabelecida pela Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, posteriormente alterada pela Lei nº 14.978, de 18 de setembro de 2024. A legislação estabelece diretrizes para a descentralização da gestão, a cooperação entre as diferentes esferas governamentais e o desenvolvimento econômico e social associado ao turismo. A participação das comunidades e dos agentes envolvidos na atividade também integra os fundamentos da política nacional, especialmente nos processos de planejamento e organização territorial (BRASIL, 2008, 2024).

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT), coordenado pelo Ministério do Turismo, orienta a organização dos municípios em regiões turísticas, considerando suas características territoriais, relações de complementaridade e possibilidades de atuação conjunta. Implantado em 2004 e reformulado em 2013, o programa estabeleceu diretrizes para a gestão descentralizada e compartilhada, envolvendo órgãos governamentais, entidades representativas do setor e organizações da sociedade civil. Nesse modelo, as Instâncias de Governança Regionais (IGRs) integram a estrutura de articulação institucional, com atribuições relacionadas à coordenação das iniciativas regionais e à participação dos agentes locais no desenvolvimento do turismo (BRASIL, 2013).

Na região do Caminhos Gerais, a organização institucional do turismo envolve a Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais, responsável pela articulação regional dos 14 municípios integrantes. O diagnóstico compreende a constituição e a estrutura administrativa da entidade, a composição de sua diretoria e do conselho fiscal, as iniciativas desenvolvidas e as relações estabelecidas com outras instituições e organizações vinculadas à atividade turística.

O levantamento contempla também as estruturas administrativas municipais, a organização dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTURs), os instrumentos de planejamento, os recursos

destinados às pastas responsáveis pelo setor e a participação nos programas estaduais e federais de regionalização. A documentação institucional e os registros referentes às iniciativas desenvolvidas integram essa caracterização.

As diferenças verificadas entre os municípios quanto à organização administrativa, à disponibilidade de recursos e aos mecanismos de participação social constituem elementos relevantes para a análise da governança regional. A continuidade das políticas públicas e a execução de ações compartilhadas estão relacionadas às condições de funcionamento dessas estruturas, à definição de prioridades e à articulação entre as administrações locais e a instância regional.

O presente capítulo reúne os resultados do levantamento institucional realizado para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, considerando as informações fornecidas pelos municípios, os registros administrativos e as diretrizes legais e institucionais que orientam a organização do turismo no Brasil.

4.1 Inserção Territorial e Composição da IGR Caminhos Gerais

A IGR Caminhos Gerais está localizada no Sul de Minas Gerais e reúne 14 municípios que integram uma mesma organização regional de turismo. Compõem a entidade Andradas, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Carvalhópolis, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna, Machado, Monte Belo, Poço Fundo, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas e São João da Mata.

A distribuição territorial desses municípios compreende localidades com diferentes características demográficas, econômicas e turísticas, conforme apresentado nos capítulos anteriores do diagnóstico. A composição da IGR estabelece a abrangência territorial de sua atuação institucional e reúne administrações municipais com distintas condições de infraestrutura, oferta de serviços e organização da atividade turística.

No âmbito estadual, a localização da região pode ser examinada a partir dos recortes territoriais utilizados nos instrumentos de planejamento de Minas Gerais. O material cartográfico dos Fóruns Regionais de Governo, utilizado no levantamento, situa os Caminhos Gerais no Território de Desenvolvimento Sul, identificado pelo número 16 naquela divisão administrativa.



Inserção Territorial da IGR Caminhos Gerais

A representação cartográfica apresenta a localização do Caminhos Gerais em relação a outros territórios mineiros e a centros urbanos do Sul de Minas Gerais, entre eles Poços de Caldas, Pouso Alegre, Alfenas e Varginha. Essas referências espaciais integram a contextualização regional e contribuem para o exame das relações territoriais abordadas no diagnóstico de infraestrutura, acesso e mobilidade turística.

A organização das regiões turísticas brasileiras encontra fundamento na Lei Federal nº 11.771/2008, cujo artigo 13-A, incluído pela Lei nº 14.978/2024, instituiu o Mapa do Turismo Brasileiro como instrumento da Política Nacional de Turismo. O dispositivo estabelece o mapa como base territorial para o desenvolvimento das políticas públicas setoriais e locais, contemplando a gestão, a estruturação, a qualificação, a promoção e o apoio à comercialização do turismo de forma regionalizada e descentralizada.

Segundo a legislação, as regiões turísticas são constituídas por municípios que apresentam características similares ou complementares, consideradas suas identidades históricas, culturais, econômicas ou geográficas. A composição regional abrange localidades que possuem atrativos e recebem fluxos de visitantes, bem como municípios fornecedores de mão de obra, serviços, equipamentos e produtos associados à atividade turística (BRASIL, 2008, 2024).

O artigo 13-A também estabelece três categorias para a organização dos municípios integrantes do Mapa do Turismo Brasileiro. Os municípios turísticos são aqueles que conferem identidade à região, concentram os principais atrativos e serviços e recebem os maiores fluxos de visitantes em relação às localidades circunvizinhas. Os municípios com oferta turística complementar apresentam atrativos e serviços associados àqueles dos principais destinos regionais. A categoria de município de apoio ao turismo compreende localidades com fluxos turísticos pouco expressivos ou inexistentes, mas que participam da atividade mediante o fornecimento de produtos, serviços e mão de obra.



Apresenta a representação territorial do Mapa do Turismo Brasileiro, com a seleção da região turística Caminhos Gerais.



Mapa do Turismo Brasileiro

A composição da IGR Caminhos Gerais reúne municípios com diferentes condições de estruturação turística, características produtivas e disponibilidade de serviços. As informações demográficas, econômicas e territoriais examinadas anteriormente evidenciam particularidades que precisam ser consideradas na elaboração das estratégias regionais, especialmente na definição de prioridades e na identificação de possibilidades de integração entre os destinos.

A regionalização estabelece uma referência para o planejamento conjunto, abrangendo iniciativas de promoção turística, organização de roteiros intermunicipais, articulação dos agentes econômicos e integração das políticas públicas. A participação das administrações municipais e das entidades vinculadas à atividade constitui uma condição para a formulação e a execução dessas ações.

A organização territorial do Caminhos Gerais está, portanto, diretamente relacionada à estrutura institucional responsável pela governança do turismo. A associação regional reúne municípios com diferentes características e demandas, cuja representação e participação nas decisões devem ser consideradas na elaboração das estratégias de desenvolvimento turístico.

A constituição da Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais, sua organização administrativa, a composição dos órgãos dirigentes e as iniciativas institucionais desenvolvidas são examinadas na seção seguinte.

4.2 Constituição, Identificação e Organização da Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais

A organização institucional da IGR Caminhos Gerais está vinculada à Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais, entidade constituída em 18 de dezembro de 2001, conforme o levantamento institucional realizado para o planejamento estratégico. Inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 05.112.783/0001-19, a associação possui natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos e atua na articulação dos municípios integrantes da região turística.

A constituição da entidade antecede a implantação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), ocorrida em 2004, indicando a existência de uma organização associativa regional anterior à estruturação dessa política federal. A iniciativa insere-se no processo de formação dos circuitos turísticos de Minas Gerais, modelo de organização intermunicipal que posteriormente passou a integrar a política estadual de regionalização do turismo.

A trajetória institucional da associação está relacionada à cooperação entre administrações municipais e à organização de iniciativas destinadas ao desenvolvimento turístico regional. Atualmente, sua abrangência compreende 14 municípios do Sul de Minas Gerais, representados na estrutura associativa responsável pela articulação das ações conjuntas.

O levantamento institucional apresenta três endereços de referência para a associação. Em Poços de Caldas, constam as instalações da FEPASA, na Praça Paul Harris, s/n, Centro, e o Centro Administrativo Sebastião Navarro Vieira Filho, situado na Avenida Mansur Frayha, nº 1677, 4º andar, no bairro Bortolan. Em Poço Fundo, é informado o endereço da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, na Rua Mário Paulino da Costa, nº 50, bairro Nova Gimirim.

A localização das referências administrativas em Poços de Caldas e Poço Fundo integra a organização territorial da associação. O cadastro da pessoa jurídica identifica a Praça Paul Harris, em Poços de Caldas, como endereço de sua sede, enquanto os demais locais constam dos contatos institucionais reunidos no diagnóstico.



Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais

4.3 Estrutura Organizacional e Representatividade Regional

A estrutura dirigente da Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais, correspondente à gestão 2026–2028, compreende a presidência, a vice-presidência, as diretorias financeira e administrativa, seus respectivos cargos adjuntos e o Conselho Fiscal. A composição apresentada no levantamento institucional reúne representantes de diferentes municípios integrantes da região turística.

A presidência é exercida por Érika da Silva de Lima, de Poço Fundo, enquanto a vice-presidência está sob a responsabilidade de Rony Henrique Leite, de Cabo Verde. A Diretoria Financeira é ocupada por Luciana de Cássia Reis, de Ibitiúra de Minas, com Erivelto Luís Siqueira, de Poços de Caldas, no cargo de Diretor Financeiro Adjunto.

Na Diretoria Administrativa, Emerson Ribeiro de Carvalho representa Carvalhópolis, tendo como Diretor Administrativo Adjunto João Alexandre Moura Oliveira, de Machado. O Conselho

Fiscal é formado por Edson Martins de Oliveira, de Caldas, América Maria Soares Costa Carvalho, de Campestre, e Olívia Floriano dos Reis Alcântara, de Ipuiúna.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL - GESTÃO 2026/2028

CARGO	NOME	CIDADE
Presidente	Érika da Silva de Lima	Poço Fundo
Vice-Presidente	Rony Henrique Leite	Cabo Verde
Diretora Financeira	Luciana de Cássia Reis	Ibitiúra de Minas
Diretor Financeiro Adjunto	Erivelto Luís Siqueira	Poços de Caldas
Diretor Administrativo	Emerson Ribeiro de Carvalho	Carvalhópolis
Diretor Administrativo Adjunto	João Alexandre Moura Oliveira	Machado
Conselheiro Fiscal	Edson Martins de Oliveira	Caldas
Conselheira Fiscal	América Maria Soares Costa Carvalho	Campestre
Conselheira Fiscal	Olívia Floriano dos Reis Alcântara	Ipuiúna

A distribuição dos cargos de direção e fiscalização contempla nove dos 14 municípios integrantes da IGR, correspondentes a Poço Fundo, Cabo Verde, Ibitiúra de Minas, Poços de Caldas, Carvalhópolis, Machado, Caldas, Campestre e Ipuiúna. Essa composição demonstra a presença de representantes de diferentes localidades na estrutura dirigente da associação.

A representatividade territorial da diretoria constitui um aspecto da organização institucional da IGR, especialmente diante das distintas características administrativas e turísticas dos municípios associados. A participação de representantes de diferentes localidades favorece a circulação de demandas municipais e a interlocução entre os integrantes da entidade, embora a composição dos cargos não seja suficiente para caracterizar, isoladamente, o funcionamento dos processos decisórios.

A gestão regional envolve a participação dos municípios associados nas instâncias deliberativas e nas iniciativas desenvolvidas pela entidade. Nesse contexto, a composição da diretoria e do Conselho Fiscal constitui uma referência para o exame da distribuição das responsabilidades institucionais e das condições de articulação entre as administrações municipais.

4.4 Fortalecimento Institucional, Articulações Estratégicas e Conquistas da IGR

A atuação recente da Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais compreende iniciativas de representação institucional, articulação com outras regiões turísticas e desenvolvimento de projetos relacionados à gastronomia, à cultura e às experiências turísticas. Essas atividades integram a trajetória da entidade e expressam sua participação em diferentes espaços de organização do turismo em Minas Gerais.

Entre as relações institucionais identificadas no levantamento, destacam-se os contatos com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT-MG) e instituições integrantes do Sistema S. A interlocução com esses organismos compõe o conjunto de iniciativas de aproximação institucional voltadas à discussão de demandas municipais, à cooperação entre entidades e ao desenvolvimento de ações de interesse regional.

No âmbito da representação estadual, a Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais foi eleita para integrar o Conselho Estadual de Turismo de Minas Gerais (CET-MG) no biênio 2024–2026. A eleição foi homologada em dezembro de 2024, com Rafael Huhn, então gestor da IGR, como representante titular e Platinny Dias de Paiva, então presidente da associação, como suplente.

A participação no CET-MG inseriu a entidade em um espaço institucional de discussão das políticas estaduais de turismo, ampliando os canais de interlocução com o Governo de Minas Gerais e com outras organizações representativas do setor. Essa representação constitui um marco da atuação da associação no período correspondente ao mandato homologado.

Outra iniciativa de destaque é a coordenação da Regional Sul da Frente da Gastronomia Mineira, desenvolvida pela IGR Caminhos Gerais. Conforme os registros apresentados no levantamento, a articulação reúne 12 Instâncias de Governança Regionais do Sul de Minas Gerais e contabiliza 11 encontros realizados, com atividades voltadas à gastronomia e às experiências turísticas.

Organizados de maneira itinerante, os encontros envolvem diferentes regiões turísticas, aproximando seus representantes em torno de atividades e discussões relacionadas à gastronomia mineira. A iniciativa integra a atuação regional das IGRs e favorece a circulação de experiências entre os participantes, especialmente no desenvolvimento de agendas relacionadas à produção gastronômica e ao turismo.

A articulação promovida pela Frente da Gastronomia Mineira também estabelece relações com segmentos turísticos identificados no diagnóstico do Caminhos Gerais. A gastronomia regional, as atividades rurais e as experiências relacionadas à produção de alimentos integram o conjunto de possibilidades consideradas no planejamento turístico dos municípios, observadas suas características e a oferta efetivamente identificada no levantamento.

No campo dos projetos culturais, a associação apresenta a aprovação de cinco iniciativas por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais, distribuídas entre diferentes municípios da região. Os projetos relacionados no levantamento institucional são a 2ª edição do Festival Cozinhas de Minas, em Andradas; o É da Roça! – Festival de Gastronomia e Cultura Rural, em Cabo Verde; a 6ª Feira de Cultura e Turismo Rural de Poços de Caldas e Região; o Festival Gastronômico Rural de Poço Fundo; e o Natal de Machado.



As iniciativas apresentadas abrangem atividades gastronômicas, manifestações culturais, práticas associadas ao meio rural e celebrações locais. A distribuição dos projetos entre Andradas, Cabo Verde, Poços de Caldas, Poço Fundo e Machado evidencia a participação de diferentes municípios nas ações culturais destacadas pela associação.

A aprovação dessas propostas por meio do mecanismo estadual de incentivo à cultura constitui o resultado institucional apresentado no levantamento. Para a análise de sua execução e de seus efeitos sobre a atividade turística, deverão ser considerados os respectivos registros de captação, realização e prestação de contas, quando disponíveis.

A representação no Conselho Estadual de Turismo, a coordenação da Regional Sul da Frente da Gastronomia Mineira e a apresentação de projetos aprovados no âmbito da legislação estadual de incentivo à cultura integram as principais iniciativas institucionais identificadas no diagnóstico. Essas atividades demonstram a atuação da associação em diferentes frentes, envolvendo a participação nas políticas públicas, a cooperação entre regiões turísticas e a elaboração de projetos culturais.

No planejamento estratégico do Caminhos Gerais, a continuidade dessas articulações relaciona-se à organização das prioridades regionais, à participação dos municípios associados e ao acompanhamento dos projetos e das parcerias institucionais. O histórico apresentado constitui uma referência para a definição das ações futuras da IGR, especialmente na articulação entre governança, promoção turística e desenvolvimento de iniciativas compartilhadas.

4.5 Institucionalização do Turismo nos Municípios Integrantes da IGR Caminhos Gerais

A institucionalização do turismo nos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais apresenta uma base administrativa e normativa comum, constituída pela existência de legislação municipal relacionada à atividade e de órgãos responsáveis pela formulação e execução das políticas públicas do setor. A organização dessas estruturas integra o processo de descentralização da gestão turística e estabelece as condições institucionais para a participação das administrações locais no planejamento regional.

O artigo 180 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. A Política Nacional de Turismo, instituída pela Lei Federal nº 11.771/2008, incorpora a descentralização e a regionalização entre suas diretrizes, situando a atuação municipal no conjunto das responsabilidades públicas relacionadas ao desenvolvimento da atividade (BRASIL, 1988, 2008).

O levantamento realizado nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais identificou a existência de legislação municipal de turismo e de lei de criação da pasta responsável pelo setor em todas as

localidades. Esse resultado demonstra a presença de instrumentos formais de organização administrativa em toda a região, embora a posição ocupada pelo turismo na estrutura das prefeituras apresente diferenças significativas.

Em alguns municípios, a atividade está vinculada a secretarias que também respondem por áreas como cultura, desenvolvimento econômico, agricultura, meio ambiente, esporte ou lazer. Em outros, a gestão turística possui uma estrutura administrativa específica, com distribuição de atribuições entre secretarias, departamentos, diretorias, divisões e cargos especializados. Essas configurações refletem diferentes formas de organização dos governos municipais e de inserção do turismo em suas respectivas estruturas administrativas.

O quadro institucional apresentado na pesquisa identifica as denominações das pastas e os organogramas responsáveis pela atividade em cada município, reunindo informações sobre os órgãos aos quais o turismo está administrativamente vinculado.

INSTITUCIONALIDADES DO TURISMO

MUNICÍPIO	LEI DO TURISMO	LEI DE CRIAÇÃO DA PASTA DO TURISMO	NOME DA PASTA	ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO TURISMO
Andradas	✓	✓	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agrário, Turismo e Cultura	- Secretário(a) - Divisão de Turismo e Cultura
Botelhos	✓	✓	Secretaria Municipal de Serviços Públicos	- Secretário(a) - Departamento de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente
Cabo Verde	✓	✓	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agropecuária, Estradas Vicinais e Turismo Ecológico Rural	- Secretário(a) - Diretor do Departamento Municipal de Meio Ambiente, Agropecuária, Estradas Vicinais e Turismo Ecológico Rural
Caldas	✓	✓	Secretaria Municipal de Turismo	- Secretário(a) - Diretor(a)
Campestre	✓	✓	Secretaria Municipal Cultura Esporte Lazer e Turismo	- Secretário(a) - Departamento de Cultura e Turismo
Carvalhópolis	✓	✓	Secretaria Municipal da Cultura e Turismo	- Secretário(a)
Ibitiúra de Minas	✓	✓	Departamento de Cultura, Lazer e Turismo	- Chefe de Departamento de Cultura, Lazer e Turismo
Ipuiúna	✓	✓	Superintendência Municipal de Turismo	- Superintendente Municipal de Turismo
Machado	✓	✓	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	- Secretário(a) - Diretoria de Cultura e Turismo - 1. Assistência de Eventos e Atividades Culturais - 2. Assistência da Casa da Cultura - 3. Assistência da Biblioteca Municipal
Monte Belo	✓	✓	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	- Secretário(a) - Chefe da Divisão de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Poço Fundo	✓	✓	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano	- Secretário(a) - Diretor de Lazer e Turismo - Supervisor de Lazer e Turismo
Poços de Caldas	✓	✓	Secretaria Municipal de Turismo	- Secretário(a) - Assessor de Gabinete do Secretário Municipal de Turismo - Diretor do Departamento de Turismo - Coordenador da Divisão de Eventos - Gerente da Seção de Infraestrutura para Eventos - Coordenador da Divisão de Equipamentos Turísticos - Coordenador da Divisão de Serviços Termais
Santa Rita de Caldas	✓	✓	Secretaria de Cultura, Esporte, lazer e Turismo	- Secretário(a)
São João da Mata	✓	✓	Secretaria de Cultura e Turismo	- Secretário(a) - Diretoria Municipal de Cultura e Turismo

A distribuição das responsabilidades administrativas apresenta particularidades relevantes para a gestão do turismo. A vinculação da atividade a secretarias com atribuições abrangentes estabelece relações institucionais com outras áreas da administração, enquanto a existência de departamentos ou diretorias específicos define instâncias próprias para o acompanhamento das ações

turísticas. Em ambos os casos, a atuação municipal depende da organização das competências, da disponibilidade de recursos e das condições de execução das políticas estabelecidas.

A presença de legislação e de estruturas administrativas em todos os municípios constitui um resultado importante do diagnóstico institucional. As diferenças identificadas nos organogramas, por sua vez, integram a análise das condições locais de planejamento, coordenação e desenvolvimento das iniciativas turísticas. No âmbito regional, essas informações são relevantes para a articulação entre as prefeituras e a Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais, especialmente na definição de responsabilidades e na organização de ações compartilhadas.

4.6 Governança Municipal e Conselhos Municipais de Turismo

Os Conselhos Municipais de Turismo (COMTURs) integram a estrutura institucional de governança da atividade turística, reunindo representantes do poder público e da sociedade civil em espaços destinados à discussão das políticas municipais, à definição de prioridades e ao acompanhamento das iniciativas do setor. As competências, a composição e as condições de funcionamento desses colegiados são estabelecidas pela legislação municipal e por seus respectivos regimentos internos.

A participação dos diferentes segmentos envolvidos com o turismo constitui um componente da gestão descentralizada prevista na Política Nacional de Turismo. Nesse contexto, os COMTURs desempenham funções relacionadas à articulação dos agentes locais e à construção de propostas para o desenvolvimento da atividade, observadas as atribuições definidas em seus instrumentos normativos.

O levantamento institucional da IGR Caminhos Gerais examinou a existência das leis de criação dos conselhos, seus regimentos internos, a vigência dos mandatos, o número de integrantes e a periodicidade prevista para as reuniões ordinárias. Os resultados identificaram que os 14 municípios possuem lei de criação do COMTUR e regimento interno, estabelecendo uma base normativa comum para a organização da participação institucional no turismo.

As diferenças entre os conselhos concentram-se nas características de sua composição, na duração dos mandatos e na frequência das reuniões. Os registros apresentados indicam a existência de colegiados com representantes titulares e suplentes, incluindo integrantes da administração municipal e da sociedade civil, conforme as disposições específicas de cada município.

Quanto à periodicidade das reuniões ordinárias, seis municípios apresentam previsão bimestral, correspondente a seis encontros anuais, enquanto oito adotam periodicidade trimestral, com quatro reuniões por ano. A distribuição demonstra a existência de duas modalidades de organização das atividades regulares dos conselhos municipais.

GOVERNANÇA MUNICIPAL

MUNICÍPIO	LEI DE CRIAÇÃO DO COMTUR	REGIMENTO INTERNO COMTUR	VIGÊNCIA	NÚMERO DE MEMBROS	NÚMERO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS ANUAIS
Andradas	✓	✓	2025-2026 2 anos	12 membros 3 - Administração municipal 9 - Sociedade civil	Bimestralmente 6 reuniões
Botelhos	✓	✓	2025-2027 2 anos	9 membros 4 - Administração municipal 5 - Sociedade civil	Trimestralmente 4 reuniões
Cabo Verde	✓	✓	2025-2027 2 anos	20 membros 1 titular e 2 suplentes - Administração municipal 1 titular e 1 suplente - Legislativo 1 titular e 5 suplentes - Polícia Militar 6 titulares e 3 suplentes - Sociedade Civil	Trimestralmente 4 reuniões
Caldas	✓	✓	2024-2026 2 anos	24 membros 12 titulares 12 suplentes	Trimestralmente 4 reuniões
Campestre	✓	✓	2025-2027 2 anos	12 membros 3 titulares e 3 suplentes - Administração municipal 3 titulares e 3 suplentes - Sociedade civil	Trimestralmente 4 reuniões
Carvalhópolis	✓	✓	2025-2027 2 anos	14 membros 7 titulares 7 suplentes	Bimestralmente 6 reuniões
Ibitiúra de Minas	✓	✓	2024-2026 2 anos	8 membros 5 titulares 3 suplentes	Bimestralmente 6 reuniões
Ipuiúna	✓	✓	2025-2027 2 anos	16 membros 4 titulares e 4 suplentes - Administração municipal 4 titulares e 4 suplentes - Sociedade civil	Trimestralmente 4 reuniões
Machado	✓	✓	2025-2027 3 anos	6 membros	Bimestralmente 6 reuniões
Monte Belo	✓	✓	2025-2027 2 anos	18 membros 9 titulares 9 suplentes	Trimestralmente 4 reuniões
Poço Fundo	✓	✓	2025-2027 2 anos	12 membros 6 titulares 6 suplentes	Bimestralmente 6 reuniões
Poços de Caldas	✓	✓	2025-2028 3 anos	48 membros 14 titulares e 6 suplentes - Administração municipal 14 titulares e 14 suplentes - Sociedade civil	Bimestralmente 6 reuniões
Santa Rita de Caldas	✓	✓	2023-2025 2 anos	20 membros 10 titulares 10 suplentes	Trimestralmente 4 reuniões
São João da Mata	✓	✓	2025-2027 2 anos	26 membros 13 titulares 13 suplentes	Trimestralmente 4 reuniões

Governança Municipal

A existência de conselhos formalmente constituídos nos 14 municípios representa uma condição institucional relevante para a organização da governança turística regional. A composição e o funcionamento desses colegiados devem ser considerados em relação às competências atribuídas pela legislação local e às condições de participação dos representantes nos processos de planejamento.

A periodicidade prevista nos regimentos estabelece uma referência para a organização das atividades dos COMTURs. A avaliação de seu funcionamento efetivo, por sua vez, depende do acompanhamento das reuniões realizadas, da participação dos conselheiros e dos encaminhamentos decorrentes das deliberações. Esses aspectos são importantes para examinar a continuidade das atividades e a relação dos conselhos com a gestão municipal do turismo.

No âmbito da IGR Caminhos Gerais, os COMTURs constituem canais institucionais de articulação entre as prioridades municipais e as iniciativas regionais. A participação desses colegiados

pode contribuir para a identificação de demandas locais, a discussão de propostas intermunicipais e o acompanhamento das ações definidas no planejamento estratégico, respeitadas as competências de cada instância.

4.7 Instrumentos Municipais de Planejamento Turístico

Os instrumentos municipais de planejamento turístico orientam a definição de prioridades, programas e ações das administrações públicas, estabelecendo referências para a organização da atividade e a continuidade das políticas locais. No contexto da regionalização, também subsidiam a identificação de demandas compartilhadas e a articulação de iniciativas entre os municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais, em consonância com as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo.

O diagnóstico institucional realizado em 2026 contemplou os Planos Municipais de Turismo (PMTs) e os planos de trabalho dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTURs), instrumentos com finalidades específicas. Os PMTs orientam as políticas municipais mediante diagnósticos, objetivos, diretrizes e ações estabelecidos para determinado período. Os planos de trabalho dos COMTURs organizam as atividades dos colegiados, considerando suas atribuições legais, a participação dos conselheiros e o acompanhamento das questões submetidas à sua apreciação.

O levantamento institucional registrou a existência de instrumentos de planejamento turístico nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais, incluindo documentos com períodos de vigência encerrados, planos em processo de renovação e atualizações simplificadas destinadas ao atendimento das exigências do ICMS Turismo. Entretanto, os resultados da pesquisa aplicada às administrações municipais apresentaram uma situação distinta. Dos 14 participantes, oito (57,1%) declararam possuir Plano Municipal de Turismo, quatro (28,6%) informaram dispor de documentos elaborados especificamente para o ICMS Turismo, um (7,1%) indicou que seu plano estava em elaboração e outro (7,1%) declarou não possuir o instrumento.

As respostas evidenciam diferenças quanto à natureza, à finalidade e à atualização dos documentos utilizados pelas administrações municipais. A existência de instrumentos destinados ao ICMS Turismo deve ser considerada segundo seu conteúdo e sua abrangência, uma vez que o atendimento às exigências desse mecanismo estadual não assegura, necessariamente, a existência de um plano municipal com diretrizes e ações de desenvolvimento turístico. A atualização e a vigência

dos instrumentos também apresentam situações distintas, conforme os períodos informados pelos gestores na pesquisa de 2026.

Em relação aos planos de trabalho dos COMTURs, o levantamento institucional identificou documentos em 11 municípios. As exceções correspondiam a Ipuiúna, Monte Belo e São João da Mata, cujas administrações ainda não haviam apresentado os respectivos instrumentos no período da pesquisa. Segundo as informações então reunidas, os três municípios possuíam participação no Mapa do Turismo Brasileiro com validade até setembro de 2026, e a elaboração dos planos de trabalho estava prevista entre as providências necessárias à atualização de sua situação cadastral para o período seguinte.

A situação registrada em 2026 indica a necessidade de conferir a vigência, o conteúdo e a atualização dos instrumentos municipais, especialmente nos casos de documentos elaborados para o ICMS Turismo, planos em renovação e providências institucionais ainda previstas. Para Ipuiúna, Monte Belo e São João da Mata, a atualização do diagnóstico deverá verificar a elaboração dos planos de trabalho dos COMTURs e a situação da participação municipal no Mapa do Turismo Brasileiro após setembro de 2026.

A articulação desses instrumentos com o Planejamento Estratégico Regional constitui uma referência para a compatibilização das prioridades municipais, a organização de iniciativas intermunicipais e o acompanhamento das políticas de turismo. As diferentes condições identificadas no levantamento também fundamentam a proposição de ações de apoio técnico à elaboração, revisão e atualização dos documentos, respeitando as competências administrativas e as necessidades de cada município.

Participação no Mapa do Turismo Brasileiro

A participação dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro constitui uma referência para a organização das políticas federais de regionalização. O instrumento reúne os municípios integrantes das regiões turísticas e estabelece categorias relacionadas às características de sua oferta e às funções desempenhadas no contexto regional.

Segundo o levantamento institucional de 2026, os 14 municípios da IGR Caminhos Gerais estão distribuídos em três categorias. Andradas, Machado e Poços de Caldas integram o grupo dos municípios turísticos. Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Carvalhópolis, Ibitiúra de Minas,

Ipuiúna, Poço Fundo e Santa Rita de Caldas são classificados como municípios com oferta turística complementar. Monte Belo e São João da Mata figuram na categoria de municípios de apoio ao turismo.

Essa distribuição corresponde a três municípios turísticos, nove municípios com oferta turística complementar e dois municípios de apoio ao turismo. A categorização apresenta diferentes funções no contexto da região turística e constitui uma referência para a organização das iniciativas de planejamento, estruturação da oferta e promoção regional.

Nos municípios classificados como turísticos, a organização da atividade está associada à concentração de atrativos, equipamentos e serviços que integram a oferta regional. Os municípios com oferta complementar participam dessa organização mediante atrativos e serviços associados às experiências turísticas existentes, enquanto aqueles classificados como apoio ao turismo integram a região a partir de funções vinculadas ao fornecimento de produtos, serviços e outras atividades relacionadas ao setor.

A utilização dessas categorias no planejamento regional deve considerar as condições efetivamente identificadas em cada município, incluindo a infraestrutura disponível, os atrativos, os serviços turísticos e as possibilidades de integração entre localidades.

PLANEJAMENTO TURÍSTICO MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE REGIONALIZAÇÃO

MUNICÍPIO	PLANO DE TRABALHO DO COMTUR	PLANO MUNICIPAL DE TURISMO	PRT/MG ICMS TURISMO 2024	PRT/MG ICMS TURISMO 2025	MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 2026	CATEGORIZAÇÃO
Andradas	✓	Vigência 2023-2025	✓	✓	✓	Município Turístico
Botelhos	✓	Vigência 2023-2031	✗	✓	−	Município com oferta turística complementar
Cabo Verde	✓	Vigência 2023-2027	✓	✓	−	Município com oferta turística complementar
Caldas	✓	Vigência 2024-2030	✓	✓	−	Município com oferta turística complementar
Campestre	✓	Vigência 2025-2026	✓	✓	−	Município com oferta turística complementar
Carvalhópolis	✓	Vigência 2025-2034	✓	✓	−	Município com oferta turística complementar
Ibitiúra de Minas	✓	Vigência 2025-2034	✓	✓	−	Município com oferta turística complementar
Ipuiúna	✗	Vigência 2025-2031	✗	✓	−	Município com oferta turística complementar
Machado	✓	Vigência 2025-2031	✓	✓	✓	Município Turístico
Monte Belo	✗	Vigência 2025-2034	✗	✗	−	Município de apoio ao turismo
Poço Fundo	✓	Vigência 2021-2025	✓	✓	−	Município com oferta turística complementar
Poços de Caldas	✓	Vigência 2023-2025	✓	✓	✓	Município Turístico
Santa Rita de Caldas	✓	Vigência 2025-2036	✗	✓	−	Município com oferta turística complementar
São João da Mata	✗	Vigência 2025-2031	✗	✗	−	Município de apoio ao turismo

Planejamento Turístico Municipal e Participação em Programas de Regionalização

Participação no ICMS Turismo

No âmbito estadual, o ICMS Turismo constitui um mecanismo de incentivo à gestão municipal da atividade turística em Minas Gerais. A participação nesse instrumento está relacionada ao atendimento das condições estabelecidas pela legislação estadual e pelos procedimentos de habilitação, avaliação e distribuição dos recursos.

O levantamento institucional da IGR Caminhos Gerais apresenta informações referentes aos repasses de 2024 e 2025, permitindo identificar a distribuição dos recursos entre os municípios integrantes e as alterações ocorridas nos dois exercícios.

Em 2024, nove municípios apresentaram registros de repasses. No exercício de 2025, esse número passou para 12, com a inclusão de Botelhos, Ipuiúna e Santa Rita de Caldas entre os municípios que registraram valores.

Monte Belo e São João da Mata não apresentaram repasses em nenhum dos dois exercícios examinados. Conforme as informações fornecidas para o diagnóstico, esses municípios pretendem pleitear a habilitação referente ao ano-base de 2026, mediante os procedimentos previstos para 2027, com possibilidade de recebimento de recursos em 2028, caso atendam às condições exigidas pelo programa.

A evolução registrada entre 2024 e 2025 corresponde à ampliação do número de municípios da IGR contemplados com recursos do ICMS Turismo, passando de nove para 12. Esse resultado integra o diagnóstico das condições de participação municipal nos mecanismos estaduais de incentivo à atividade.

VALORES DO TURISMO REGIONAL

MUNICÍPIO	PERCENTUAL 2025 %	VALOR TOTAL 2025 R$	PERCENTUAL 2024 %	VALOR TOTAL 2024 R$
Andradas	0,25125076	219.745,12	0,27669185	226.174,35
Botelhos	0,25125076	219.459,91	-	-
Cabo Verde	0,20337634	177.906,84	0,25589189	209.127,66
Caldas	0,21975443	192.198,36	0,24208352	197.853,51
Campestre	0,25125076	219.745,12	0,27669185	225.690,00
Carvalhópolis	0,09420104	82.388,69	0,10375507	84.728,16
Ibitiúra de Minas	0,09420104	82.388,69	0,10375507	84.746,06
Ipuíuna	0,25125076	219.459,91	-	-
Machado	0,21975443	192.234,03	0,27669185	226.172,35
Monte Belo	-	-	-	-
Poço Fundo	0,18843807	164.880,14	0,27669185	226.162,73
Poços de Caldas	0,09420104	82.388,69	0,10375507	84.856,83
Santa Rita de Caldas	0,21975443	191.948,83	-	-
São João da Mata	-	-	-	-
TOTAL TURISMO REGIONAL	-	2.044.744,33	-	1.565.511,65

Valores do Turismo Regional

A participação no Mapa do Turismo Brasileiro e no ICMS Turismo envolve instrumentos com características e finalidades próprias. O primeiro está relacionado à organização territorial das políticas federais de regionalização, enquanto o segundo integra os mecanismos estaduais de incentivo à gestão municipal do turismo.

O atendimento às exigências de ambos os instrumentos demanda acompanhamento dos prazos, atualização documental e organização das informações administrativas. As condições identificadas no levantamento demonstram diferentes situações de participação entre os municípios, particularmente quanto à apresentação dos planos de trabalho dos COMTURs e ao recebimento dos recursos estaduais.

No âmbito da governança regional, essas informações constituem referências para a atuação da Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais na articulação entre as administrações municipais. O acompanhamento das condições de participação nos programas, a circulação de orientações técnicas e a identificação de necessidades específicas de cada município integram as possibilidades de atuação conjunta relacionadas ao fortalecimento da gestão turística.

4.8 Recursos Orçamentários das Pastas Municipais de Turismo

A organização orçamentária do turismo nos 14 municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais apresenta diferenças relacionadas à estrutura administrativa das prefeituras e à distribuição dos recursos públicos entre as áreas de atuação de cada órgão. O levantamento realizado em 2026 examinou os orçamentos totais das pastas responsáveis pelo turismo e as dotações especificamente previstas para a atividade, conforme os respectivos Quadros de Detalhamento da Despesa (QDD). Essa distinção é necessária porque, em parte dos municípios, a gestão turística compartilha estruturas administrativas e recursos orçamentários com setores como cultura, esporte, lazer e desenvolvimento econômico.

O orçamento conjunto das pastas responsáveis pelo turismo totaliza R$ 50.621.629,19, dos quais R$ 16.149.269,47 correspondem às dotações específicas da atividade, equivalentes a 31,9% do montante global. A diferença entre esses valores reflete as distintas configurações administrativas municipais e a abrangência das atribuições de cada secretaria ou órgão gestor. Os recursos previstos para o turismo devem, portanto, ser examinados separadamente dos orçamentos gerais das pastas, que podem compreender despesas relacionadas a outras políticas públicas.

Botelhos apresenta o maior orçamento global de pasta, com R$ 13.906.254,36, equivalente a aproximadamente 27,5% do total regional. Em seguida encontram-se Poços de Caldas, com R$ 10.676.327,00, e Andradas, com R$ 5.148.757,81. A posição desses municípios, entretanto, modifica-se quando consideradas exclusivamente as dotações destinadas ao turismo. Nesse recorte, Poços de Caldas reúne R$ 10.676.327,00, seguido por Caldas, com R$ 1.480.000,00, Santa Rita de Caldas, com R$ 1.471.000,00, Andradas, com R$ 894.400,00, e São João da Mata, com R$ 781.000,00.

A concentração dos recursos específicos é expressiva. Poços de Caldas responde por aproximadamente 66,1% do total regional, enquanto Caldas representa 9,2% e Santa Rita de Caldas, 9,1%. Juntos, os três municípios concentram cerca de 84,4% das dotações identificadas para a atividade turística. Em Caldas, Poços de Caldas e São João da Mata, os valores registrados para o orçamento total da pasta e para a dotação específica do turismo são equivalentes, diferentemente das administrações que distribuem seus recursos entre diversas áreas de atuação.

Entre os menores valores destinados especificamente ao turismo encontram-se Carvalhópolis, com R$ 11.523,81, Campestre, com R$ 13.000,00, Monte Belo, com R$ 33.000,00, Cabo Verde, com R$ 48.086,00, e Poço Fundo, com R$ 93.799,07. Em Machado, a dotação específica corresponde a

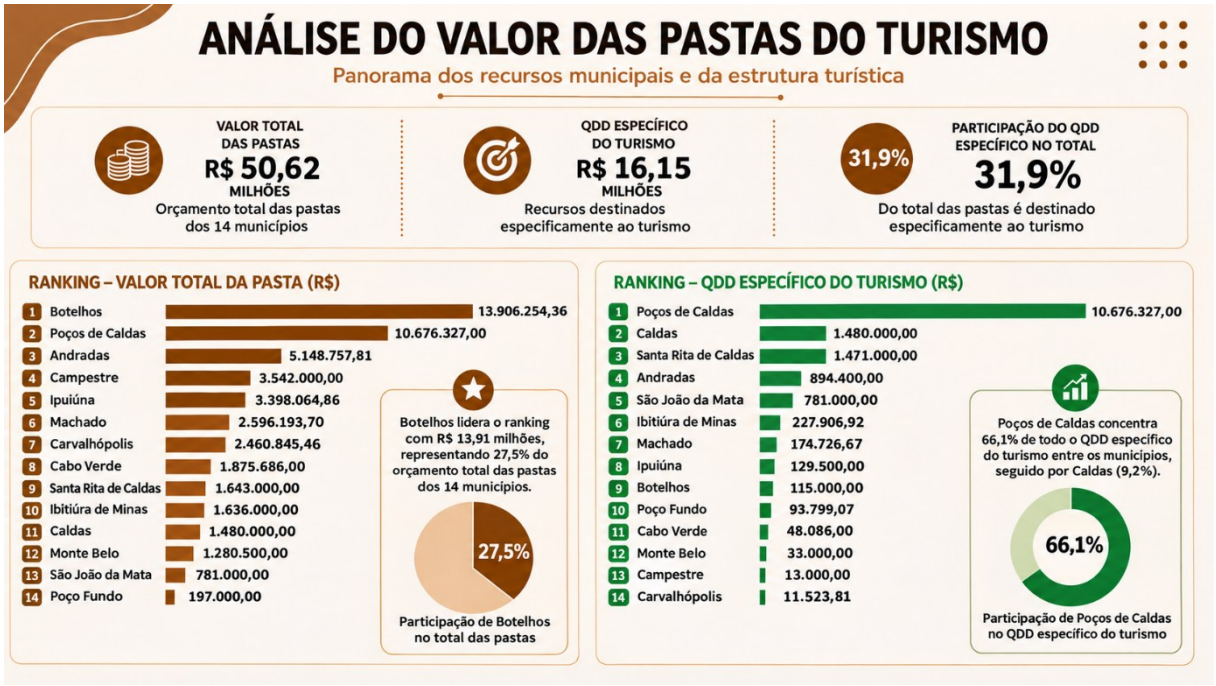
R$ 174.726,67, diante de um orçamento global de pasta de R$ 2.596.193,70. Botelhos apresenta diferença ainda maior entre as duas categorias, pois, embora registre o maior orçamento administrativo da região, de R$ 13.906.254,36, possui R$ 115.000,00 especificamente previstos para o turismo.

VALOR DAS PASTAS DO TURISMO

MUNICÍPIO	VALOR TOTAL DA PASTA	QDD ESPECÍFICO DO TURISMO
Andradas	5.148.757,81	894.400,00
Botelhos	13.906.254,36	115.000,00
Cabo Verde	1.875.686,00	48.086,00
Caldas	1.480.000,00	1.480.000,00
Campestre	3.542.000,00	13.000,00
Carvalhópolis	2.460.845,46	11.523,81
Ibitiúra de Minas	1.636.000,00	227.906,92
Ipuiúna	3.398.064,86	129.500,00
Machado	2.596.193,70	174.726,67
Monte Belo	1.280.500,00	33.000,00
Poço Fundo	197.000,00	93.799,07
Poços de Caldas	10.676.327,00	10.676.327,00
Santa Rita de Caldas	1.643.000,00	1.471.000,00
São João da Mata	781.000,00	781.000,00
TOTAL	**50.621.629,19**	**16.149.269,47**

A média dos orçamentos totais das pastas corresponde a aproximadamente R$ 3,62 milhões por município, valor que deve ser interpretado considerando a distribuição desigual dos recursos e as diferenças na composição dos órgãos municipais. O orçamento global mais elevado não corresponde, necessariamente, à maior dotação turística, conforme demonstram os dados de Botelhos e Poços de Caldas. A comparação exige observar as funções atribuídas às estruturas administrativas e os valores efetivamente identificados nos QDDs para a atividade, evitando equiparar recursos destinados a diferentes políticas públicas.

Os montantes apresentados correspondem às previsões orçamentárias identificadas no levantamento, sem equivalência direta com as despesas realizadas. A execução financeira depende dos procedimentos de empenho, liquidação e pagamento, cuja verificação exige informações específicas sobre a utilização dos recursos ao longo do exercício. Os valores examinados caracterizam, assim, a distribuição das dotações previstas nos instrumentos municipais, considerando as diferenças administrativas e financeiras entre as localidades.



Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, essas informações constituem referências para a definição de iniciativas regionais compatíveis com as condições institucionais dos municípios. A concentração das dotações específicas, as diferenças entre os orçamentos das pastas e a diversidade de estruturas administrativas devem ser consideradas na organização de ações compartilhadas, na identificação de possibilidades de cooperação e na articulação de parcerias destinadas à execução das prioridades do turismo regional.

4.9 Análise Integrada da Governança e da Capacidade Institucional Regional

O diagnóstico institucional da IGR Caminhos Gerais identifica uma estrutura de governança turística formada pela Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais e pelos órgãos municipais responsáveis pelo setor nos 14 municípios integrantes. O levantamento realizado em 2026 registrou a existência de legislação municipal de turismo, estruturas administrativas formalmente constituídas e Conselhos Municipais de Turismo (COMTURs) em todas as localidades examinadas. Essa organização apresenta características distintas quanto à distribuição de competências, aos instrumentos de planejamento, à disponibilidade de recursos e às condições de participação nas políticas estaduais e federais de turismo.

Os COMTURs possuem legislação de criação e regimentos internos, com diferenças na composição dos colegiados, na duração dos mandatos e na periodicidade das reuniões ordinárias. Em seis municípios, os regimentos estabelecem reuniões bimestrais, enquanto os oito restantes adotam periodicidade trimestral. A existência dessas estruturas constitui uma base institucional para a participação do poder público e da sociedade civil na gestão turística, embora a avaliação de seu funcionamento dependa também dos registros de reuniões, da atuação dos conselheiros e dos encaminhamentos decorrentes das deliberações.

Quanto aos instrumentos municipais de planejamento, o diagnóstico identificou diferenças entre os registros institucionais e as informações declaradas pelos gestores. Embora o levantamento institucional tenha apontado a existência de documentos de planejamento turístico nos 14 municípios, a pesquisa aplicada às administrações municipais registrou oito localidades (57,1%) com Plano Municipal de Turismo, quatro (28,6%) com documentos elaborados especificamente para atender às exigências do ICMS Turismo, uma (7,1%) com plano em elaboração e outra (7,1%) sem o instrumento. Essa distribuição evidencia a necessidade de distinguir os planos municipais dos documentos destinados ao cumprimento de exigências administrativas, considerando suas finalidades, períodos de vigência e condições de atualização.

Os planos de trabalho dos COMTURs foram identificados em 11 municípios. Durante a pesquisa, Ipuiúna, Monte Belo e São João da Mata ainda não haviam apresentado esses documentos, cuja elaboração estava prevista entre as providências relacionadas à atualização da participação no Mapa do Turismo Brasileiro. A situação registrada corresponde ao período do levantamento de 2026, quando os três municípios possuíam participação válida até setembro daquele ano. A confirmação das

medidas posteriormente adotadas integra as necessidades de atualização das informações institucionais.

A participação nos mecanismos de regionalização e incentivo ao turismo apresenta resultados diferenciados. Conforme a classificação registrada no Mapa do Turismo Brasileiro, a IGR Caminhos Gerais reunia três municípios turísticos, nove municípios com oferta turística complementar e dois municípios de apoio ao turismo. No âmbito estadual, os registros de repasses do ICMS Turismo passaram de nove municípios em 2024 para 12 em 2025, com a inclusão de Botelhos, Ipuiúna e Santa Rita de Caldas. Monte Belo e São João da Mata não apresentaram repasses em nenhum dos dois exercícios examinados. As informações demonstram diferenças na participação municipal nos instrumentos de política pública e nas condições de atendimento às exigências administrativas correspondentes.

A dimensão orçamentária acrescenta diferenças significativas à capacidade institucional regional. As pastas municipais responsáveis pelo turismo apresentaram orçamento conjunto de R$ 50.621.629,19, enquanto as dotações especificamente identificadas para a atividade somaram R$ 16.149.269,47, equivalentes a 31,9% do montante global. Poços de Caldas concentrou aproximadamente 66,1% dos recursos específicos destinados ao setor. Essa distribuição está relacionada, entre outros aspectos, à composição das estruturas administrativas, uma vez que parte dos municípios mantém o turismo em secretarias com atribuições compartilhadas com cultura, esporte, lazer e desenvolvimento econômico.

A comparação entre os valores orçamentários exige considerar a extensão das responsabilidades de cada órgão e a natureza das despesas previstas. Secretarias com múltiplas atribuições apresentam orçamentos globais que não correspondem integralmente aos recursos destinados ao turismo. Além disso, as dotações identificadas nos Quadros de Detalhamento da Despesa representam previsões orçamentárias, distintas dos valores efetivamente empenhados, liquidados e pagos. Essas condições interferem na avaliação da disponibilidade financeira para a implementação das ações municipais e na identificação de possibilidades de cooperação regional.

A governança da IGR Caminhos Gerais reúne municípios com diferentes estruturas administrativas, condições financeiras e formas de organização da atividade turística. A composição da diretoria e do Conselho Fiscal para a gestão 2026–2028 contempla representantes de nove localidades. As iniciativas institucionais identificadas no diagnóstico compreendem articulações com outras Instâncias de Governança Regionais, participação em espaços estaduais de discussão das

políticas de turismo e desenvolvimento de projetos culturais relacionados à gastronomia e às atividades produtivas regionais. Essas relações integram os mecanismos de atuação da entidade na articulação entre municípios e instituições parceiras.

Os resultados do diagnóstico indicam que a implementação das prioridades estratégicas deverá considerar as condições institucionais de cada município, a atualização dos instrumentos de planejamento, a atuação dos COMTURs e a disponibilidade de recursos para execução das iniciativas. A definição de responsabilidades e a formalização de parcerias precisam observar as competências das administrações municipais e da entidade regional, especialmente nas ações que dependem de participação conjunta ou de instrumentos específicos de financiamento.

A atuação regional poderá contemplar o apoio técnico à elaboração e à revisão dos Planos Municipais de Turismo, o acompanhamento das condições de participação no Mapa do Turismo Brasileiro e no ICMS Turismo, a articulação entre os conselhos municipais e o desenvolvimento de iniciativas intermunicipais. A organização dessas atividades deverá considerar as diferenças identificadas no diagnóstico e os mecanismos de cooperação disponíveis, estabelecendo condições para o acompanhamento das ações previstas no Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais.



Paisagens do Café em Carvalhópolis – MG. Acervo Caminhos Gerais.

CAPÍTULO 5 - DIMENSÃO ECONÔMICA DO TURISMO NA IGR CAMINHOS GERAIS

A dimensão econômica do turismo na IGR Caminhos Gerais é examinada a partir dos estabelecimentos, dos vínculos formais de trabalho e dos indicadores de renda associados às atividades econômicas relacionadas ao setor. A análise integra o diagnóstico dos 14 municípios e considera a participação dessas atividades na estrutura empresarial e no mercado formal de trabalho regional.

Os dados foram obtidos no Observatório do Turismo de Minas Gerais, por meio do Painel RAIS 2020 – Setor do Turismo, que organiza informações sobre seis segmentos econômicos, alimentação, comércio e serviços, entretenimento, hospedagem, transportes e agências e operadoras. O levantamento, realizado em 2026, utilizou os registros referentes ao ano-base de 2020, período ao qual correspondem os indicadores apresentados neste capítulo.

A caracterização abrange Andradas, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Carvalhópolis, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna, Machado, Monte Belo, Poço Fundo, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas e São João da Mata. A delimitação das atividades acompanha os critérios utilizados pelo Observatório, incluindo estabelecimentos e trabalhadores de setores que atendem tanto aos visitantes quanto à população residente. Os resultados representam, portanto, a estrutura econômica formal associada ao turismo, sem corresponder exclusivamente às atividades ou receitas geradas pelo consumo turístico.

5.1 Caracterização Econômica do Turismo Regional

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2020 registram 1.192 estabelecimentos vinculados às atividades econômicas associadas ao turismo nos municípios da IGR Caminhos Gerais, correspondentes a 12,66% das 9.417 unidades contabilizadas no mercado formal regional. O conjunto compreende seis segmentos definidos na classificação utilizada pelo Observatório do Turismo de Minas Gerais, abrangendo alimentação, comércio e serviços, entretenimento, hospedagem, transportes e agências e operadores turísticos.

A distribuição dos estabelecimentos apresenta maior concentração no segmento de alimentação, responsável por 550 unidades, equivalentes a 46,14% do total identificado. Comércio e serviços reúne 346 empreendimentos (29,03%), seguido por entretenimento, com 111 (9,31%), hospedagem, com 86 (7,21%), transportes, com 78 (6,54%), e agências e operadores, com 21 (1,76%).

A participação expressiva dos dois primeiros segmentos caracteriza a composição empresarial das atividades associadas ao turismo regional, conforme os critérios adotados na base estatística.

No mercado de trabalho, essas atividades reuniam 5.924 vínculos formais, equivalentes a 7,69% dos 77.019 registros contabilizados na economia regional. A alimentação também apresentava a maior participação no emprego, concentrando 40,45% dos vínculos, seguida por comércio e serviços (20,10%), hospedagem (18,20%), transportes (13,28%), entretenimento (7,14%) e agências e operadores turísticos (0,83%). A comparação com a distribuição dos estabelecimentos evidencia diferenças entre os segmentos quanto à participação relativa das unidades empresariais e dos trabalhadores registrados.

A hospedagem, por exemplo, representava 7,21% dos estabelecimentos e 18,20% dos vínculos formais associados ao turismo. No segmento de alimentação, essas participações correspondiam a 46,14% e 40,45%, respectivamente. Comércio e serviços reunia 29,03% das unidades e 20,10% dos empregos, enquanto os transportes apresentavam 6,54% dos estabelecimentos e 13,28% dos trabalhadores. Essas diferenças integram a caracterização da estrutura econômica regional e refletem a distribuição do emprego entre as atividades selecionadas.

Em relação à remuneração, o painel do Observatório apresenta o indicador denominado “Renda Média Nominal”, no valor de R$ 8,31 milhões, correspondente a 5,06% dos R$ 164,45 milhões informados para o conjunto das atividades econômicas consideradas. A renda média individual registrada para os trabalhadores dos segmentos turísticos foi de R$ 1.403,32, tendo como referência o ano de 2020.

Na distribuição setorial do indicador de renda apresentado pelo Observatório, a alimentação concentra 36,94% do total, seguida por comércio e serviços (20,21%), hospedagem (17,59%), transportes (17,16%), entretenimento (7,27%) e agências e operadores turísticos (0,84%). A composição apresenta diferenças em relação à participação dos segmentos no emprego formal, especialmente nas atividades de alimentação, hospedagem e transportes.

O perfil dos trabalhadores registrados apresenta predominância feminina, com 54,29% dos vínculos, enquanto a participação masculina corresponde a 45,71%. Na distribuição etária, a maior concentração ocorre entre 30 e 39 anos (24,66%), seguida pelas faixas de 40 a 49 anos (21,34%), 18 a 24 anos (19,40%) e 50 a 64 anos (17,40%). Os trabalhadores de 25 a 29 anos representam 14,03%, enquanto aqueles com 65 anos ou mais correspondem a 2,38% e os de 15 a 17 anos, a 0,79%. O painel

também apresenta a distribuição por escolaridade, compondo a caracterização do perfil da força de trabalho vinculada às atividades turísticas selecionadas.

Os resultados correspondem à estrutura formal da economia regional registrada em 2020, período de referência da RAIS utilizada pelo Observatório. Embora o diagnóstico turístico tenha sido elaborado em 2026, os indicadores apresentados caracterizam as condições daquele ano, abrangendo estabelecimentos, vínculos empregatícios e remuneração nas atividades econômicas classificadas como associadas ao turismo. A delimitação estatística distingue esses registros das atividades informais e dos gastos efetuados pelos visitantes durante suas viagens.

A análise da composição empresarial, do emprego e da renda oferece referências para o diagnóstico econômico do turismo no Caminhos Gerais, considerando as diferenças entre os segmentos e sua participação no mercado formal regional. Os dados integram a caracterização das condições econômicas relacionadas à atividade turística e constituem uma base de referência para o acompanhamento de sua evolução em levantamentos posteriores.

5.2 Composição das Atividades Econômicas Associadas ao Turismo

A composição das atividades econômicas associadas ao turismo na IGR Caminhos Gerais apresenta diferenças na distribuição dos estabelecimentos, dos vínculos formais de trabalho e da renda nominal entre os seis segmentos considerados pelo Observatório do Turismo de Minas Gerais. Os registros da RAIS 2020 constituem a referência para a análise dessa estrutura, considerando a participação de cada atividade no conjunto regional e as particularidades de sua organização econômica.

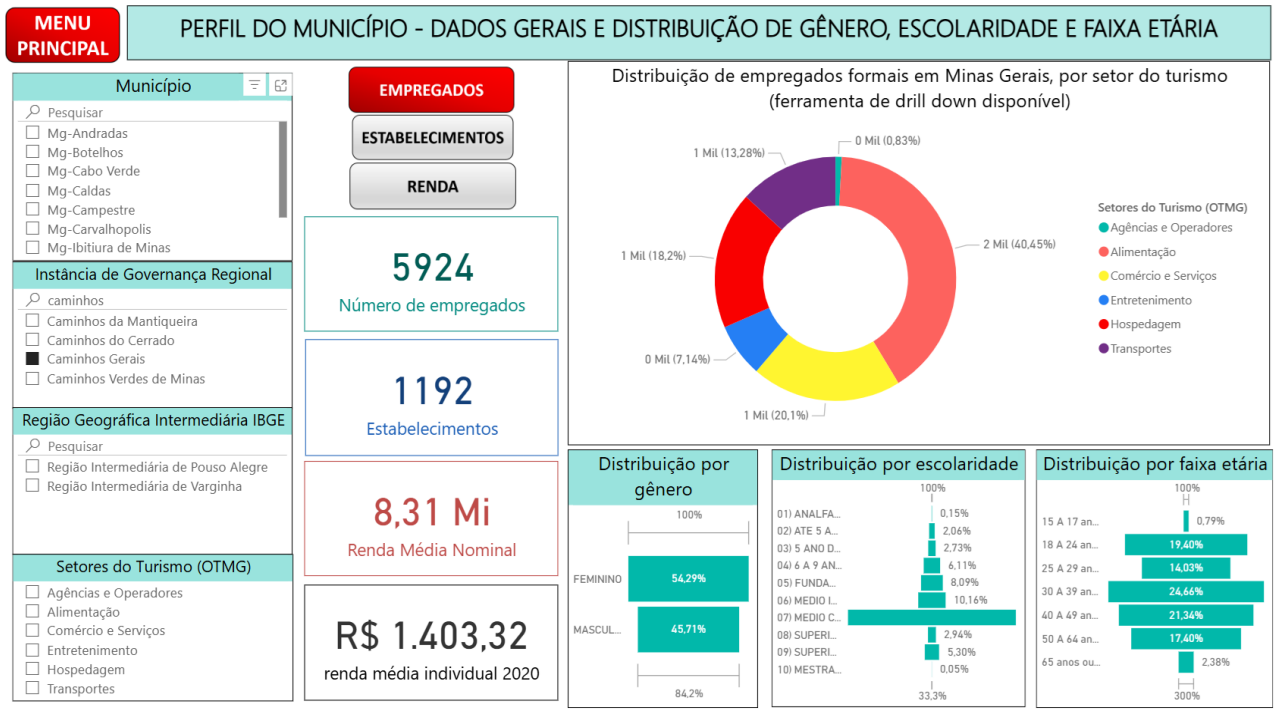
Distribuição dos vínculos formais de trabalho

O segmento de alimentação reúne 40,45% dos vínculos formais associados ao turismo regional, apresentando a maior participação entre as atividades analisadas. Comércio e serviços ocupa a segunda posição, com 20,10%, seguido pela hospedagem, responsável por 18,20% dos registros. Esses três segmentos concentram a maior parcela do emprego formal nas atividades selecionadas pelo Observatório.

Os transportes representam 13,28% dos vínculos, enquanto o entretenimento corresponde a 7,14%. Agências e operadores turísticos apresentam a menor participação, com 0,83%. A distribuição evidencia a presença predominante dos serviços de alimentação, comércio e hospedagem na estrutura do emprego formal associado ao turismo, acompanhados por atividades que desempenham diferentes funções no atendimento à população e aos visitantes.

A participação da hospedagem merece atenção na caracterização econômica regional. Embora ocupe a terceira posição na distribuição dos vínculos, o segmento reúne 18,20% dos trabalhadores registrados nas atividades analisadas. A comparação com os indicadores de estabelecimentos, apresentados na sequência, evidencia diferenças na participação relativa das unidades empresariais e do emprego entre os setores, especialmente em atividades com características operacionais distintas.

A interpretação desses resultados considera a abrangência das categorias econômicas adotadas pelo Observatório. Os segmentos de alimentação, comércio e serviços e transportes compreendem atividades utilizadas tanto por moradores quanto por visitantes. Os percentuais apresentados correspondem, portanto, aos vínculos formais registrados nas atividades classificadas como associadas ao turismo, abrangendo trabalhadores cujas ocupações atendem a diferentes demandas de consumo. Essa delimitação orienta a leitura dos indicadores e sua utilização na caracterização do mercado de trabalho regional.



Distribuição de empregados formais por setor do turismo

Distribuição dos estabelecimentos

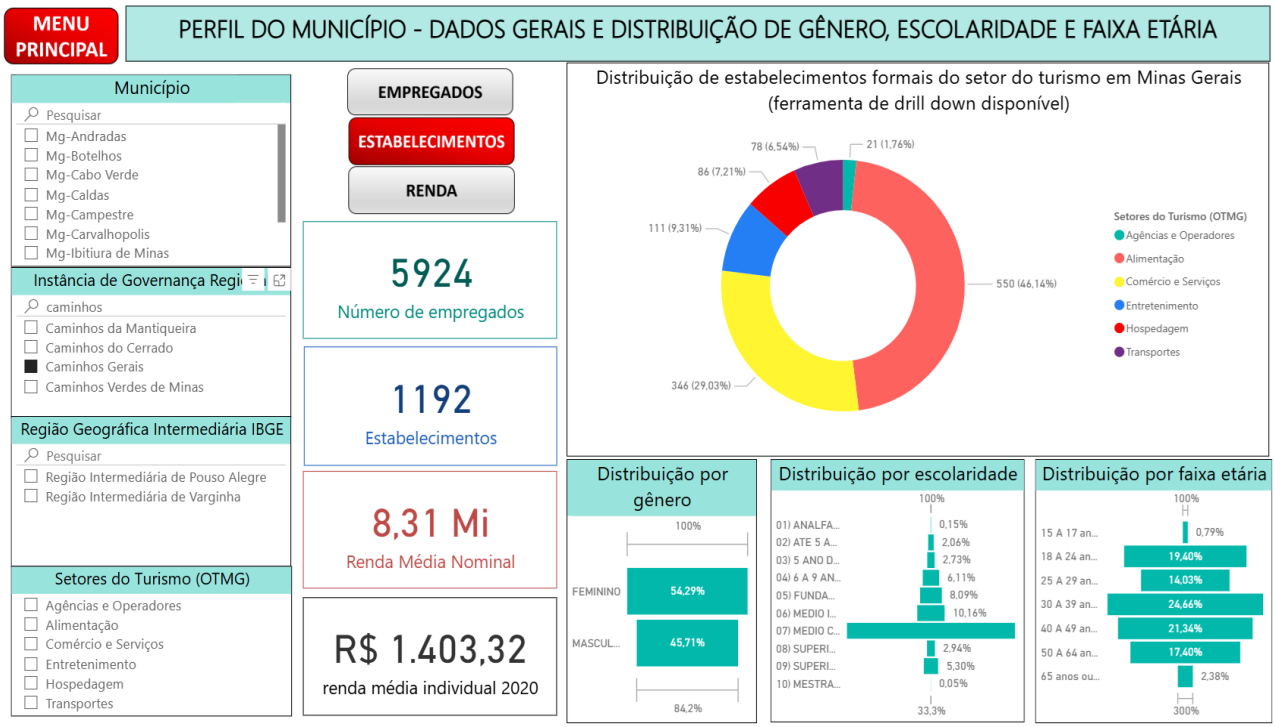
Os registros da RAIS 2020 identificam 1.192 estabelecimentos vinculados às atividades econômicas associadas ao turismo na IGR Caminhos Gerais. O segmento de alimentação reúne 550 unidades, correspondentes a 46,14% do total regional, seguido por comércio e serviços, com 346 estabelecimentos (29,03%). Juntos, esses dois segmentos concentram 896 empreendimentos, equivalentes a aproximadamente 75,2% dos registros.

O entretenimento ocupa a terceira posição, com 111 estabelecimentos (9,31%), seguido pela hospedagem, que contabiliza 86 unidades (7,21%). Os transportes representam 78 empreendimentos (6,54%), enquanto agências e operadores turísticos somam 21 estabelecimentos (1,76%). Essa composição evidencia a participação diferenciada das seis atividades consideradas pelo Observatório do Turismo de Minas Gerais na estrutura empresarial regional.

A comparação com os vínculos formais de trabalho revela particularidades na distribuição setorial. Alimentação e comércio e serviços, responsáveis por 46,14% e 29,03% dos estabelecimentos, respectivamente, concentram 40,45% e 20,10% dos empregos registrados nas atividades analisadas. O entretenimento também apresenta participação proporcionalmente superior entre as unidades empresariais, com 9,31%, em relação aos 7,14% dos vínculos formais.

Na hospedagem, os 86 estabelecimentos representam 7,21% do total regional, enquanto os vínculos empregatícios correspondem a 18,20%. Os transportes apresentam distribuição semelhante, com 6,54% das unidades econômicas e 13,28% dos trabalhadores registrados. Agências e operadores turísticos possuem as menores participações nas duas dimensões, reunindo 1,76% dos estabelecimentos e 0,83% dos vínculos formais.

As diferenças identificadas expressam a composição empresarial e a distribuição do emprego entre as atividades selecionadas na RAIS 2020. A relação entre estabelecimentos e vínculos varia conforme o segmento, refletindo sua participação específica na estrutura econômica regional. O exame da renda nominal, apresentado na sequência, complementa essa caracterização ao incorporar os indicadores de remuneração disponibilizados pelo Observatório.



Distribuição de estabelecimentos formais por setor do turismo

Distribuição da renda nominal

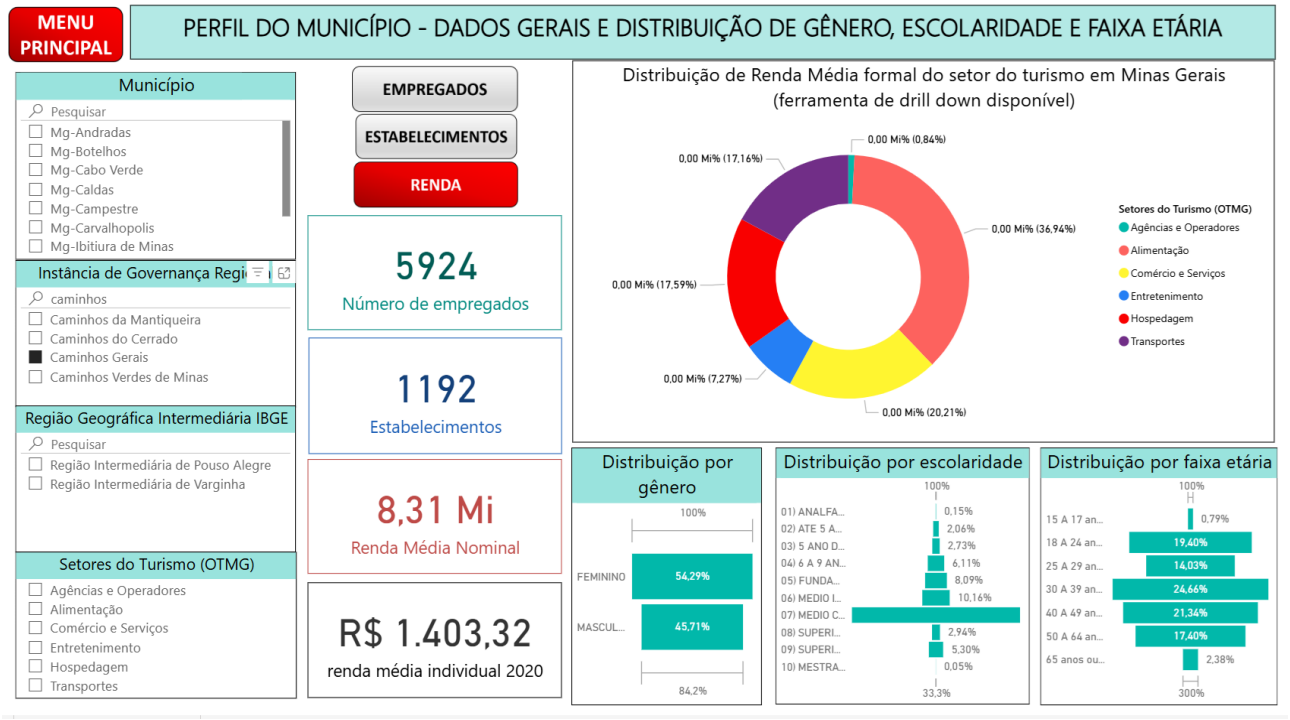
O painel do Observatório do Turismo de Minas Gerais apresenta a distribuição setorial do indicador de renda nominal, considerando as seis atividades econômicas associadas ao turismo. Os percentuais correspondem à participação relativa de cada segmento no conjunto regional, conforme a classificação adotada na base de referência de 2020.

A alimentação concentra a maior parcela do indicador, com 36,94%, seguida por comércio e serviços, responsável por 20,21%. A hospedagem participa com 17,59%, enquanto os transportes representam 17,16%. O entretenimento corresponde a 7,27%, e agências e operadores turísticos registram 0,84%.

A alimentação ocupa a primeira posição nas três dimensões econômicas examinadas, embora apresente participações distintas no número de estabelecimentos (46,14%), nos vínculos formais (40,45%) e na renda nominal (36,94%). Essa distribuição caracteriza a presença do segmento na estrutura empresarial, no mercado de trabalho e no indicador de remuneração associado às atividades selecionadas.

Na hospedagem, a participação de 17,59% na renda aproxima-se dos 18,20% registrados entre os vínculos formais, enquanto os estabelecimentos representam 7,21% do total. Os transportes concentram 17,16% do indicador de renda nominal, percentual superior à participação do segmento no emprego formal (13,28%) e no conjunto das unidades econômicas (6,54%). Comércio e serviços apresenta proporções próximas na renda (20,21%) e nos vínculos empregatícios (20,10%), diante de uma participação de 29,03% entre os estabelecimentos.

A comparação desses resultados caracteriza diferentes aspectos da participação econômica dos segmentos associados ao turismo regional. A quantidade de unidades empresariais expressa sua presença na estrutura produtiva formal, os vínculos registram a distribuição do emprego e o indicador de renda acrescenta informações sobre a remuneração. A avaliação de produtividade, rentabilidade ou eficiência econômica exigiria dados específicos sobre essas variáveis, além dos percentuais apresentados pelo Observatório.



Distribuição de renda média formal por setor do turismo

Perfil dos trabalhadores formais

O Painel RAIS 2020 reúne informações sobre a composição dos vínculos formais nas atividades econômicas associadas ao turismo, contemplando gênero, faixa etária e escolaridade. Esses indicadores integram a caracterização do mercado de trabalho regional e apresentam aspectos do perfil dos trabalhadores registrados nos seis segmentos analisados.

Na distribuição por gênero, as mulheres representam 54,29% dos vínculos formais, enquanto os homens correspondem a 45,71%. A participação feminina é superior à masculina no conjunto das atividades selecionadas pelo Observatório para a IGR Caminhos Gerais.

Quanto à estrutura etária, a maior concentração encontra-se entre os trabalhadores de 30 a 39 anos, responsáveis por 24,66% dos vínculos. A faixa de 40 a 49 anos reúne 21,34%, seguida pelo grupo de 18 a 24 anos, com 19,40%.

Os trabalhadores de 50 a 64 anos representam 17,40% dos registros, enquanto aqueles com idade entre 25 e 29 anos correspondem a 14,03%. Nas extremidades da distribuição etária, a participação dos trabalhadores com 65 anos ou mais alcança 2,38%, e a faixa de 15 a 17 anos representa 0,79%.

A composição identificada apresenta maior concentração nas faixas adultas, especialmente entre 30 e 49 anos, que reúnem os dois maiores percentuais individuais. A presença de trabalhadores entre 18 e 24 anos também se destaca na distribuição, constituindo a terceira faixa etária com maior participação no emprego formal associado ao turismo regional.

Em relação à escolaridade, o ensino médio completo constitui o nível de formação predominante entre os trabalhadores registrados. O painel contempla ainda diferentes categorias educacionais, abrangendo pessoas com escolarização básica incompleta, ensino fundamental, ensino médio, formação superior e pós-graduação.

A distribuição por escolaridade acrescenta informações sobre a formação dos trabalhadores vinculados às atividades analisadas. A identificação de necessidades de qualificação profissional requer sua articulação com as ocupações exercidas, os serviços prestados pelos estabelecimentos e as exigências específicas dos segmentos econômicos.

Em conjunto, os indicadores de gênero, idade e escolaridade caracterizam a composição do emprego formal associado ao turismo na IGR Caminhos Gerais. Essas informações constituem referências para o planejamento de ações de formação profissional e para o acompanhamento das condições do mercado de trabalho, considerando as necessidades identificadas entre os empreendimentos e as particularidades da oferta turística regional.

5.3 Análise Sintética da Dimensão Econômica Regional

O diagnóstico econômico da IGR Caminhos Gerais, fundamentado nos registros da RAIS 2020 disponibilizados pelo Observatório do Turismo de Minas Gerais, identificou 1.192 estabelecimentos e 5.924 vínculos formais distribuídos entre seis segmentos associados à atividade turística. Esses quantitativos correspondiam, respectivamente, a 12,66% das unidades econômicas e 7,69% dos empregos registrados no mercado formal regional. O painel apresenta ainda o indicador denominado “Renda Média Nominal”, com valor de R$ 8,31 milhões, e a renda média individual de R$ 1.403,32, compondo a caracterização econômica das atividades selecionadas no ano de referência.

A distribuição setorial revela a concentração das unidades empresariais nos segmentos de alimentação e comércio e serviços, responsáveis, conjuntamente, por aproximadamente 75,2% dos estabelecimentos identificados. A alimentação ocupa a primeira posição nos indicadores de estabelecimentos, vínculos formais e renda nominal, enquanto comércio e serviços apresenta

participação expressiva nas três dimensões. Essa configuração caracteriza a presença dessas atividades na composição econômica regional e sua participação no conjunto dos segmentos selecionados pelo Observatório.

A hospedagem apresenta uma relação distinta entre o número de unidades empresariais e a participação no emprego formal. Seus 86 estabelecimentos correspondem a 7,21% do total, enquanto os trabalhadores vinculados ao segmento representam 18,20% dos registros. Nos transportes, os 78 estabelecimentos equivalem a 6,54% das unidades econômicas, diante de uma participação de 13,28% nos vínculos formais e de 17,16% no indicador de renda nominal. Esses resultados evidenciam diferenças na distribuição proporcional das atividades entre os indicadores examinados.

O entretenimento reúne 111 estabelecimentos (9,31%), com participação de 7,14% nos vínculos formais e de 7,27% na renda nominal. Agências e operadores turísticos apresentam os menores quantitativos relativos, correspondentes a 1,76% das unidades empresariais, 0,83% do emprego formal e 0,84% do indicador de renda. A comparação entre os seis segmentos expressa a diversidade de suas estruturas empresariais e de sua participação no mercado de trabalho associado ao turismo.

Quanto ao perfil dos trabalhadores, a participação feminina corresponde a 54,29% dos vínculos, diante de 45,71% de registros masculinos. As maiores concentrações etárias encontram-se entre 30 e 39 anos (24,66%) e 40 e 49 anos (21,34%), seguidas pela faixa de 18 a 24 anos (19,40%). O ensino médio completo constitui o nível de escolaridade predominante. Essa composição oferece referências para iniciativas de formação e qualificação profissional, cuja definição deverá considerar as ocupações, as características dos serviços e as demandas específicas dos empreendimentos.

A abrangência das atividades econômicas selecionadas pelo Observatório constitui um aspecto relevante da interpretação dos resultados. Os segmentos de alimentação, comércio e serviços e transportes compreendem estabelecimentos que atendem tanto à população residente quanto aos visitantes. Os indicadores correspondem à estrutura formal dessas atividades na economia regional, abrangendo diferentes modalidades de consumo e prestação de serviços. A identificação da parcela diretamente relacionada aos gastos turísticos dependeria de informações específicas sobre a origem da demanda e a movimentação econômica dos visitantes.

No âmbito do planejamento regional, os resultados oferecem subsídios para o exame das condições de funcionamento dos segmentos, a identificação de necessidades de qualificação e a articulação entre os empreendimentos vinculados à atividade turística. A definição de prioridades

deverá considerar as particularidades econômicas dos municípios, a distribuição territorial da oferta, as condições institucionais e as demandas registradas nas demais etapas do diagnóstico. A participação quantitativa dos segmentos constitui uma das referências dessa análise, em conjunto com os aspectos estruturais e operacionais identificados ao longo do estudo.

A utilização da RAIS 2020 estabelece uma referência temporal para o acompanhamento da economia formal associada ao turismo na IGR Caminhos Gerais. A comparação com bases de exercícios posteriores poderá identificar alterações na composição empresarial, na distribuição dos vínculos empregatícios e nos indicadores de remuneração. A atualização periódica dessas informações integra as possibilidades de monitoramento do Planejamento Estratégico Regional, contribuindo para a avaliação das ações e para o acompanhamento das condições econômicas relacionadas à atividade turística no período de execução do Plano.



Santa Rita de Caldas. Acervo Caminhos Gerais.

CAPÍTULO 6 - INFRAESTRUTURA DE APOIO E INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

A infraestrutura integra a organização e o desenvolvimento da atividade turística, abrangendo o conjunto de estruturas, instalações, equipamentos e serviços que sustentam o funcionamento dos destinos, viabilizam a circulação dos visitantes e asseguram condições adequadas de atendimento durante sua permanência no território. A disponibilidade, a distribuição territorial e as condições de funcionamento desses elementos influenciam diretamente a acessibilidade, a qualidade dos serviços oferecidos e as possibilidades de integração da oferta turística.

Segundo a metodologia de Inventariação da Oferta Turística do Ministério do Turismo (BRASIL, 2015), a infraestrutura de apoio ao turismo compreende os sistemas e serviços destinados ao atendimento das necessidades gerais da população, igualmente utilizados pelos visitantes. Integram essa categoria os sistemas de transporte e comunicação, os serviços de segurança pública e saúde, além de outras estruturas essenciais ao funcionamento dos municípios. Embora atendam a diferentes atividades e demandas da sociedade, esses recursos possuem importância para o turismo, pois condicionam as possibilidades de deslocamento, a permanência nos destinos e as condições de segurança, conforto e bem-estar dos visitantes.

A infraestrutura turística, considerada neste diagnóstico em sentido amplo, abrange as estruturas, os equipamentos e os serviços diretamente vinculados à organização e ao atendimento da atividade turística. Compreende os meios de hospedagem, os estabelecimentos de alimentação e bebidas, as agências de turismo, os serviços de transporte turístico, os centros de informações turísticas, os espaços destinados à realização de eventos e outros equipamentos utilizados pelos visitantes. Essa classificação mantém correspondência com a Categoria B do Inventário da Oferta Turística do Ministério do Turismo, denominada Serviços e Equipamentos Turísticos, e considera as atividades contempladas pela Lei Geral do Turismo (BRASIL, 2008, atualizada em 2024).

Essas duas dimensões apresentam funções distintas e complementares na estruturação dos destinos. As condições gerais de infraestrutura interferem na acessibilidade territorial, na mobilidade, na segurança e na disponibilidade de serviços essenciais, enquanto os equipamentos e serviços turísticos atendem às demandas específicas dos visitantes e integram a oferta disponibilizada pelos municípios. A articulação entre esses componentes constitui um aspecto relevante para a organização dos destinos e para o desenvolvimento de produtos e roteiros turísticos regionais.

Na IGR Caminhos Gerais, essa classificação orienta o diagnóstico das condições de infraestrutura de apoio presentes nos 14 municípios e dos equipamentos e serviços vinculados à atividade turística. A análise considera as características territoriais da região, as conexões entre as localidades e a distribuição da oferta, reunindo elementos para identificar as condições existentes e as necessidades relacionadas à estruturação e ao desenvolvimento do turismo regional.



6.1 Acessibilidade Territorial e Malha Rodoviária

A acessibilidade rodoviária constitui um componente central da integração territorial da IGR Caminhos Gerais, uma vez que as condições de acesso e circulação influenciam os deslocamentos dos visitantes, a conexão entre os municípios e a organização de roteiros turísticos regionais. A distribuição das vias de transporte e suas articulações com os principais centros urbanos são aspectos relevantes para compreender as possibilidades de circulação no território e as relações estabelecidas entre os destinos.

A região dispõe de conexões rodoviárias que possibilitam o acesso a diferentes localidades de Minas Gerais e ao interior do estado de São Paulo. Entre as referências de articulação territorial

destacam-se as ligações com Campinas e São Paulo, além dos corredores de acesso à Rodovia Fernão Dias (BR-381), importante eixo de conexão entre centros urbanos mineiros e paulistas.

Os percursos identificados no levantamento evidenciam a participação das rodovias federais e estaduais na articulação dos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais com outras localidades. Essas conexões integram a organização da circulação regional e são relevantes para os deslocamentos de visitantes provenientes de diferentes centros urbanos, assim como para o planejamento de percursos entre os municípios que compõem a instância de governança.



A análise da malha rodoviária considera as possibilidades de deslocamento proporcionadas pelas vias existentes, distinguindo a acessibilidade territorial da disponibilidade efetiva de serviços de transporte de passageiros. A existência de uma conexão rodoviária entre duas localidades não corresponde, necessariamente, à oferta de linhas regulares de transporte coletivo que atendam ao mesmo percurso. As condições de operação desses serviços, suas ligações e seus itinerários são examinados separadamente.



Principais vias de acesso à IGR Caminhos Gerais

O levantamento das condições de acessibilidade territorial identificou conexões rodoviárias que articulam os municípios da IGR Caminhos Gerais entre si e com outras localidades de Minas Gerais e do estado de São Paulo. A organização dessas informações considera as vias utilizadas para o acesso à região e os percursos relevantes para a circulação entre os destinos turísticos.

Principais eixos de acesso e circulação

O levantamento reconheceu diferentes eixos de acesso e circulação relacionados à IGR Caminhos Gerais. A identificação dessas conexões contribui para caracterizar a organização territorial da região, considerando as relações de proximidade entre os municípios, os acessos aos principais centros urbanos e as possibilidades de deslocamento entre localidades integrantes da instância de governança.

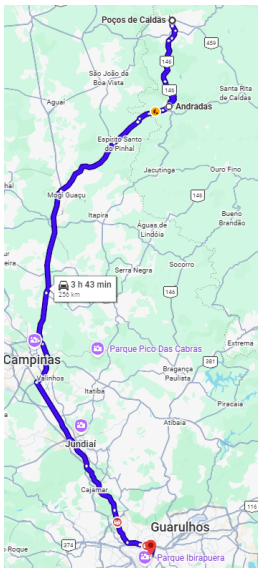
O conhecimento dessa estrutura rodoviária constitui uma referência para o planejamento de deslocamentos turísticos e para a organização de roteiros que envolvam diferentes municípios. A articulação entre os acessos regionais e as conexões intermunicipais integra, portanto, a análise das

condições necessárias à circulação dos visitantes e ao desenvolvimento de iniciativas turísticas de abrangência regional.

- BR-146 - Rodovia Federal

  Liga Poços de Caldas → Andradas → divisa com SP

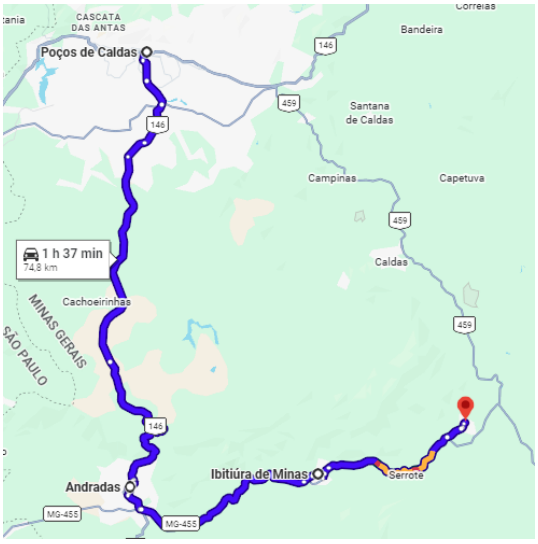
  Importância: Acesso de turistas paulistas. Conecta com o eixo IGR Caminhos Gerais / Campinas / São Paulo



- MG-455 - Rodovia Estadual (MG)

  Liga Andradas → Ibitiúra de Minas → Santa Rita de Caldas

  Importância: Conecta os municípios à BR459 e BR-381



➢ BR-267 e SP-342 - Rodovia Federal e Estadual (SP)

Trecho: Divisa MG/SP (Águas da Prata)

Importância: Esse trecho é o principal corredor paulista de acesso à região.



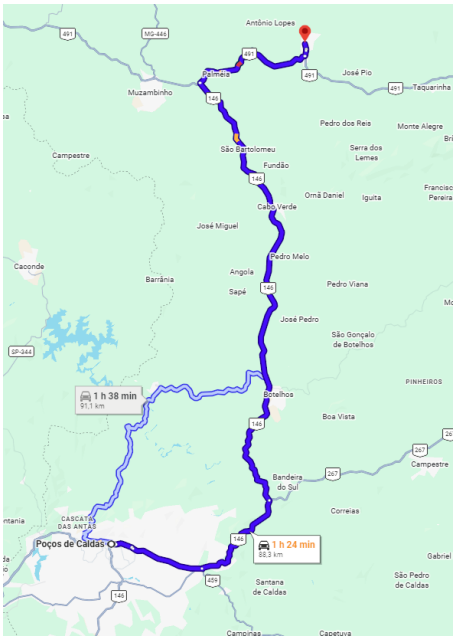
➢ Eixo Poços de Caldas / Monte Belo

BR-146 e BR-491- Rodovias Federais

Liga Poços de Caldas → Botelhos → Cabo Verde → Monte Belo

MG-179 / MG-453 (complementares) - Rodovias Estaduais

Importância: Conectam municípios ao eixo principal



➢ Eixo Poços de Caldas – Pouso Alegre / Fernão Dias (BR-381)

BR-459 - Rodovia Estadual

Liga Poços de Caldas → Caldas → Ipuiúna → Pouso Alegre BR-381 - Rodovia Federal

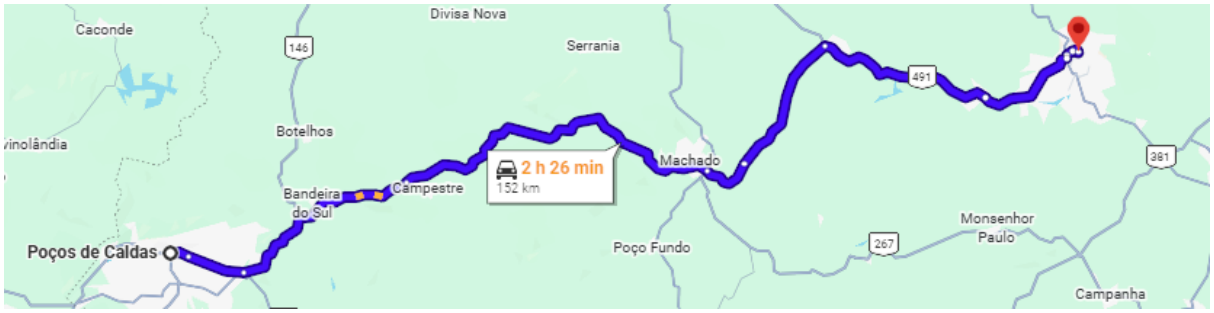
Importância: Conecta os municípios da IGR ao trecho São Paulo / Belo Horizonte



➢ Eixo Poços de Caldas – Varginha / Fernão Dias (BR-381)

Liga Poços de Caldas → Campestre → Machado → Varginha BR-381 - Rodovia Federal

Importância: Conecta os municípios da IGR ao trecho São Paulo / Belo Horizonte



- Machado – Pouso Alegre / Fernão Dias (BR-381)

MG-179 → Rodovia Estadual

Liga Machado → Poço Fundo → Carvalhópolis → São João da Mata → Pouso Alegre BR-381 - Rodovia Federal

Importância: Conecta os municípios da IGR ao trecho São Paulo / Belo Horizonte



Rodovias concedidas e praças de pedágio

A infraestrutura rodoviária que atende à IGR Caminhos Gerais compreende trechos administrados por concessionárias responsáveis pela operação, conservação, manutenção e realização de melhorias nas vias, de acordo com as obrigações previstas nos respectivos contratos de concessão. A gestão desses corredores integra as condições de acessibilidade regional e influencia o deslocamento de moradores, visitantes e veículos utilizados nas atividades econômicas e turísticas.

Entre as concessionárias responsáveis por corredores rodoviários de interesse para a região encontram-se a EPR Sul de Minas e a EPR Vias do Café, ambas integrantes do Grupo EPR e responsáveis por diferentes conjuntos de rodovias no território mineiro.

A EPR Sul de Minas iniciou suas operações em 3 de março de 2023, assumindo a administração de 454,3 quilômetros de rodovias distribuídos por 22 municípios. Entre os trechos concedidos encontram-se segmentos da BR-459, MGC-146 e MG-455, que atendem diretamente municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais, incluindo Poços de Caldas, Caldas, Andradas, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna e Santa Rita de Caldas. A concessão também abrange trechos das rodovias LMG-877, MG-173, MG-290, MG-295 e MG-459, que integram outros corredores de circulação do Sul de Minas.

A administração desses trechos compreende serviços de conservação, manutenção, monitoramento e operação rodoviária, além das intervenções de melhoria e ampliação previstas no contrato. A presença de praças de pedágio integra o modelo de concessão e deve ser considerada no planejamento dos deslocamentos rodoviários, especialmente na organização de itinerários turísticos que utilizam os corredores concedidos.



Municípios

- Andradas
- Borda da Mata
- Bueno Brandão
- Cachoeira de Minas
- Caldas
- Conceição dos Ouros
- Congonhal
- Gonçalves
- Ibitiúra de Minas
- Inconfidentes
- Ipuiúna
- Itajubá
- Jacutinga
- Monte Sião
- Ouro Fino
- Paraisópolis
- Piranguinho
- Poços de Caldas
- Pouso Alegre
- Santa Rita de Caldas
- Santa Rita do Sapucaí
- Senador José Bento

Praças de Pedágio

- P1 | BR-459 – Caldas
- P2 | BR 459 – Senador José Bento
- P3 | BR-459 – Santa Rita do Sapucaí
- P4 | CMG-146 – Poços de Caldas
- P5 | MG -173 – Gonçalves
- P6 | MG-290 - Borda da Mata
- P7 | MG 290 - Ouro Fino
- P8 | MG-459 - Monte Sião

Bases Operacionais

- BSO 1 | MG 290 – Ouro Fino
- BSO 2 | BR 459 - Itajubá
- BSO 3 | MG 173 - Cachoeira de Minas
- BSO 4 | BR 459 - Ipuiúna
- BSO 5 | MGC 146 - Andrados

Postos de serviços

- Autoposto Carijó - MGC 146
- Posto Grupo RR - MGC 146
- Posto Contorno - BR 459
- Autoposto Trevo de Caldas - BR 459
- Autoposto Parracinio - BR 459
- Autoposto JJ II - BR 459
- Autoposto Bonanza - BR 459
- Autoposto Fernandão - BR 459
- Autoposto Cinco Shell - BR 459
- Autoposto Resende - BR 459
- Autoposto Ibitiúra de Minas - MG 455
- Autoposto Portal das Amoreiras - MG 290
- Autoposto Petro Líder - MG 290
- Posto Estrela da Mata - MG 290
- Autoposto Vale do Magi - MG 290
- Autoposto Santa Fé - MGC 146
- Autoposto Caretão - MG 290
- Autoposto Confiança - MG 290
- Barraca Tirimbaia - MG 290
- Postos Petro Center - MG 459
- Henrique Autoposto - MG 295
- Autoposto Pinhalzinho - MG 295
- Posto Conceição dos Ouros - MG 173
- Posto Cachoeira de Minas - MG 173

Posto de pesagem (balança)

- Borda da Mata - MG 290
- Poços de Caldas - I MG 877

Polícia Rodoviária Federal e Militar

- PRF-Divisa entre Poços de Caldas e Caldas - km 11,3
- PMRv – Santa Rita do Sapucaí – km 123
- PMRv – Monte Sião - km 31
- PMRv – Ouro Fino - km 62
- PMRv - Pouso Alegre - km 06

Totens de autoatendimento – FreeFlow

- Posto Petro Center – MG 459
- Posto Caretão – MG 290
- BSO 1 | Ouro Fino MG 290 km 53

Sede

- Rua Jandyra Geraldo Teixeira, 40 – Fátima II – CEP 37.553-575 – Pouso Alegre/MG

Malha rodoviária (extensão total 454,3 km)

MG 877 | MGC 146 | MG 455 | MG 290 | MG 295 | MG 173 | MG 459 | BR 459

A EPR Vias do Café administra corredores rodoviários relevantes para a circulação no Sul de Minas Gerais, incluindo trechos da MGC-491 e da BR-146, que integram as conexões entre municípios da região. A concessionária é responsável por 432,8 quilômetros de rodovias, distribuídos

por 22 municípios, abrangendo também segmentos da BR-265, CMG-369, MG-167 e LMG-863. Essas vias integram a rede de circulação regional e devem ser consideradas na análise dos percursos de acesso aos destinos da IGR Caminhos Gerais, incluindo as conexões utilizadas nos deslocamentos em direção a Monte Belo.



A presença de praças de pedágio constitui um aspecto relevante para o planejamento dos deslocamentos turísticos. Os custos de circulação dependem do itinerário escolhido, da categoria do veículo, das tarifas vigentes e das praças efetivamente atravessadas. A consideração dessas despesas é particularmente importante na organização de viagens que envolvem diferentes municípios, nos deslocamentos realizados por operadores turísticos e na composição dos custos dos serviços de transporte.

A identificação das rodovias concedidas, dos pontos de cobrança e das estruturas operacionais existentes contribui para o conhecimento das condições de circulação nos principais corredores de acesso à IGR Caminhos Gerais. Essas informações devem integrar o planejamento regional, especialmente na definição de itinerários, na organização de roteiros intermunicipais e na avaliação dos custos associados ao transporte de visitantes.

As concessionárias responsáveis pelos trechos rodoviários que atendem à região também constituem potenciais parceiras institucionais para iniciativas de fortalecimento do turismo. A articulação com essas empresas poderá contemplar projetos de implantação e melhoria da sinalização

turística, divulgação de atrativos e roteiros regionais, distribuição de materiais promocionais e utilização de canais de comunicação e estruturas de atendimento aos usuários das rodovias.

Entre as possibilidades de cooperação, poderão ser avaliadas iniciativas voltadas à promoção dos destinos, à divulgação de experiências turísticas e à aproximação entre concessionárias, empreendimentos locais, agências e operadores de turismo. A utilização de pontos de atendimento e de meios de comunicação mantidos pelas empresas poderá integrar essas ações, conforme as condições operacionais e institucionais aplicáveis.

A formulação dessas parcerias dependerá de diálogo com as concessionárias, observadas suas políticas institucionais, as obrigações estabelecidas nos contratos de concessão e as autorizações dos órgãos competentes. No planejamento estratégico da IGR Caminhos Gerais, essa articulação poderá compor as ações de promoção turística e de integração regional, com o objetivo de ampliar a divulgação dos destinos e favorecer a circulação de visitantes entre os municípios.

6.2 Transporte Rodoviário de Passageiros e Mobilidade Regional

O transporte rodoviário coletivo integra a infraestrutura de mobilidade da IGR Caminhos Gerais, atendendo aos deslocamentos de moradores e visitantes entre os municípios da região e outros centros urbanos de Minas Gerais e do estado de São Paulo. A disponibilidade desses serviços constitui um componente importante da acessibilidade territorial, especialmente diante das diferentes condições de conexão e circulação existentes entre os destinos turísticos.

Entre as empresas identificadas no atendimento à região encontram-se a SC Minas, a Viação Santa Cruz, a Viação Cometa e a Saritur, que operam em diferentes áreas e itinerários. Poços de Caldas concentra maior diversidade de operadoras, enquanto os municípios de menor porte apresentam uma oferta mais restrita de serviços de transporte coletivo. Essa distribuição evidencia diferenças nas condições de atendimento e nas possibilidades de deslocamento rodoviário entre as localidades integrantes da IGR Caminhos Gerais.

A acessibilidade turística por transporte coletivo está diretamente relacionada à existência de linhas regulares, à frequência das viagens, à disponibilidade de horários e às possibilidades de conexão entre os municípios. Esses fatores interferem na organização dos deslocamentos, no tempo necessário para percorrer diferentes destinos e nas condições de acesso aos atrativos e serviços turísticos. Para os visitantes que não utilizam veículos próprios, a disponibilidade de transporte

público representa um elemento relevante na escolha dos destinos e no planejamento da permanência na região.

A mobilidade intermunicipal também possui implicações para a estruturação de roteiros turísticos integrados. A existência de conexões regulares entre localidades próximas pode favorecer a circulação de visitantes, ampliar as possibilidades de visitação e contribuir para o aproveitamento conjunto dos atrativos regionais. A organização dessas experiências depende, entretanto, da compatibilidade entre os itinerários disponíveis, os horários de funcionamento dos serviços e as condições efetivas de deslocamento entre os municípios.

As diferenças na oferta de transporte coletivo devem ser consideradas no planejamento turístico regional, especialmente nas iniciativas que envolvam visitas a vários municípios. A articulação entre linhas e horários, as alternativas de conexão e a disponibilidade de serviços de transporte para os percursos não atendidos diretamente constituem aspectos relevantes para a organização de itinerários e para a ampliação das possibilidades de circulação dos visitantes.

O detalhamento das empresas, das linhas regulares e dos destinos atendidos em cada município poderá complementar o diagnóstico regional mediante a consolidação de informações específicas sobre os itinerários em operação. Esse levantamento contribuirá para caracterizar as condições de mobilidade intermunicipal e subsidiar o planejamento de ações voltadas à integração dos destinos turísticos da IGR Caminhos Gerais.

Município	Viação	Cidades atendidas
Andradas	SC Minas	Poços de Caldas; Ibitiúra de Minas; Santa Rita de Caldas
	Santa Cruz	Santo Antônio do Jardim; Espírito Santo do Pinhal; Mogi Guaçu; Mogi Mirim; Campinas; São Paulo
Botelhos	SC Minas	Poços de Caldas; Cabo Verde; Monte Belo
Cabo Verde	SC Minas	Poços de Caldas; Monte Belo; Botelhos
Caldas	SC Minas	Poços de Caldas; Ipuiúna; Santa Rita de Caldas
Campestre	SC Minas	Poços de Caldas; Machado
	Saritur	Poços de Caldas; Machado; Varginha; Alfenas; Lavras; Perdões; Contagem; Belo Horizonte
Carvalhópolis	SC Minas	Machado

Ibitiúra de Minas	SC Minas	Andradas; Santa Rita de Caldas
Ipuiúna	SC Minas	Santa Rita de Caldas; Caldas; Poços de Caldas
Machado	SC Minas	Carvalhópolis; Poço Fundo; Campestre; Poços de Caldas
	Saritur	Campestre; Poços de Caldas; Varginha; Alfenas; Lavras; Perdões; Contagem; Belo Horizonte
Monte Belo	SC Minas	Cabo Verde; Botelhos; Poços de Caldas
	Santa Cruz	São Paulo; Campinas; São José do Rio Pardo; Itobi; Mogi Mirim; Guaxupé
	Saritur	Belo Horizonte
Poço Fundo	SC Minas	Machado; São João da Mata
	Santa Cruz	São Paulo
Poços de Caldas	SC Minas	Andradas; Botelhos; Cabo Verde; Caldas; Campestre; Ipuiúna; Machado; Monte Belo; Santa Rita de Caldas;
	Santa Cruz	Campinas; São Paulo
	Saritur	Campestre; Machado; Varginha; Alfenas; Lavras; Perdões; Contagem; Belo Horizonte
	Cometa	Rio de Janeiro; Itajubá; Piquete; Lorena; São Paulo; Aeroporto Internacional de Guarulhos
Santa Rita de Caldas	SC Minas	Andradas; Ibitiúra de Minas; Poços de Caldas; Caldas; Ipuiúna
São João da Mata	SC Minas	Machado; Poço Fundo

O levantamento das empresas de transporte rodoviário de passageiros e dos destinos atendidos nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais revela diferenças na distribuição dos serviços e nas condições de mobilidade regional. Embora tenha sido identificada ao menos uma ligação de transporte coletivo em cada município, a oferta apresenta variações quanto ao número de operadoras, à diversidade de destinos e às possibilidades de conexão intermunicipal. Poços de Caldas concentra maior variedade de empresas e itinerários, enquanto os municípios de menor porte dependem de um conjunto mais restrito de linhas, circunstância que influencia as alternativas de deslocamento dos visitantes e a organização de roteiros turísticos integrados.



Conexões com grandes centros urbanos

As ligações rodoviárias com São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Belo Horizonte constituem um componente importante da acessibilidade da IGR Caminhos Gerais, conectando determinados municípios a centros urbanos que representam potenciais mercados emissores de turistas. A disponibilidade desses serviços amplia as alternativas de acesso à região por transporte coletivo e integra as condições de circulação entre os destinos turísticos e outras localidades de Minas Gerais e do estado de São Paulo.

Conforme o levantamento realizado, Andradas, Monte Belo, Poço Fundo e Poços de Caldas apresentam ligações rodoviárias com São Paulo. Os serviços com destino a Campinas foram identificados em Andradas, Monte Belo e Poços de Caldas. Em relação a Belo Horizonte, foram registradas conexões a partir de Poços de Caldas, Campestre, Machado e Monte Belo. A ligação direta com o Rio de Janeiro foi identificada em Poços de Caldas, por meio da Viação Cometa.

A distribuição desses serviços apresenta diferenças entre os municípios, especialmente quanto à diversidade de destinos atendidos e às possibilidades de viagens diretas. Enquanto algumas localidades dispõem de conexões com grandes centros urbanos, outras dependem de deslocamentos prévios até municípios que concentram linhas de longa distância. Nessas situações, o percurso pode

exigir transferências entre veículos, compatibilização de horários e períodos adicionais de espera, fatores que interferem na duração total da viagem e nas condições de acesso dos visitantes.

Essas características devem ser consideradas na análise da acessibilidade turística regional, sobretudo no planejamento de viagens realizadas sem veículo próprio. A disponibilidade de conexões de longa distância, associada às condições de transporte entre os municípios, influencia as alternativas de chegada aos destinos e as possibilidades de circulação pelo território da IGR Caminhos Gerais.

Limitações da mobilidade entre municípios próximos

O levantamento dos itinerários rodoviários evidencia que a proximidade geográfica entre os municípios da IGR Caminhos Gerais nem sempre corresponde à existência de conexões diretas ou de deslocamentos de curta duração por transporte coletivo. A distribuição das linhas e a organização dos horários podem exigir percursos intermediários, inclusive entre localidades vizinhas, ampliando o tempo necessário para a realização das viagens.

A ligação entre Carvalhópolis e Poço Fundo exemplifica essa situação. Embora os municípios sejam vizinhos, o levantamento identificou que Carvalhópolis dispõe de atendimento rodoviário direto apenas para Machado. Dessa forma, o deslocamento até Poço Fundo por transporte coletivo exige uma primeira viagem de Carvalhópolis a Machado, seguida de novo embarque com destino a Poço Fundo.

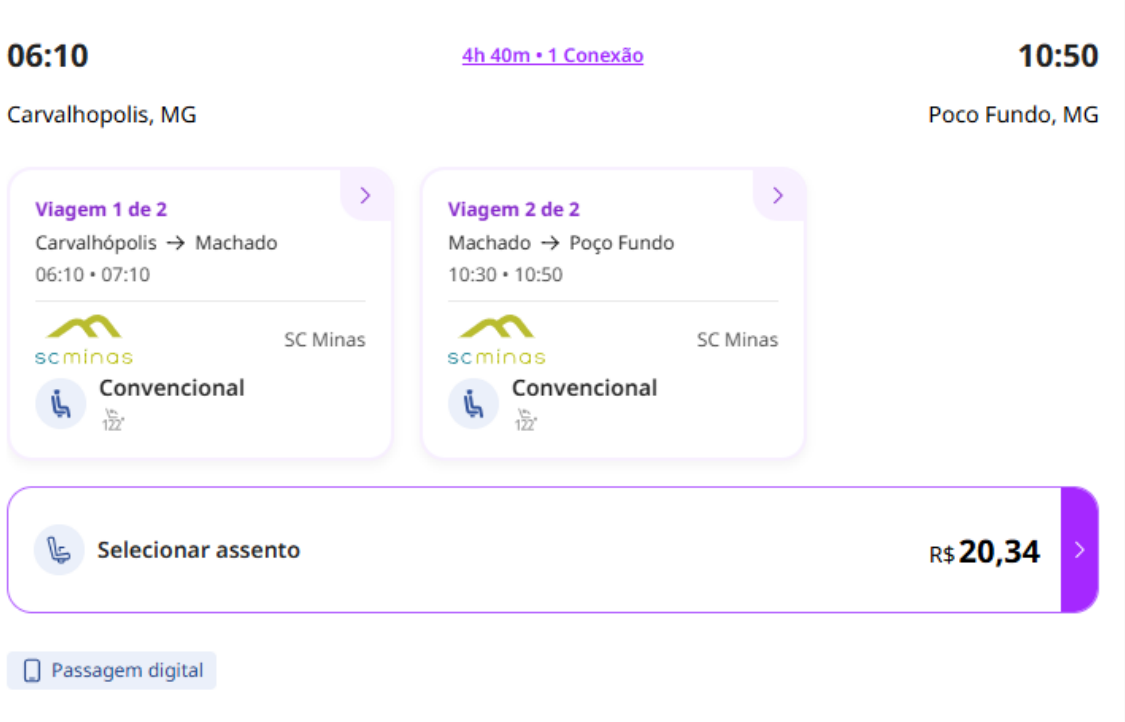
Na consulta realizada à plataforma ClickBus, o itinerário apresentado previa saída de Carvalhópolis às 6h10 e chegada a Machado às 7h10. O embarque seguinte ocorria às 10h30, com chegada prevista a Poço Fundo às 10h50. O percurso completo correspondia a 4 horas e 40 minutos, incluindo 3 horas e 20 minutos de espera pela conexão em Machado. O tempo efetivo de viagem nos dois ônibus totalizava 1 hora e 20 minutos.

A diferença entre o tempo de deslocamento e o período destinado à conexão evidencia as dificuldades decorrentes da incompatibilidade entre os horários dos serviços intermunicipais. Nesse caso, a espera em Machado representa a maior parcela da duração total do percurso, condicionando a organização da viagem e reduzindo as possibilidades de deslocamento entre Carvalhópolis e Poço Fundo em um intervalo menor.

Para a atividade turística, essas condições possuem implicações na organização de visitas de curta duração, nos deslocamentos realizados sem planejamento antecipado e na estruturação de roteiros que envolvam diferentes municípios no mesmo dia. A necessidade de transferência entre

linhas, associada aos intervalos entre as partidas, pode limitar o aproveitamento dos atrativos e comprometer a viabilidade de determinados percursos por transporte coletivo.

A situação identificada entre Carvalhópolis e Poço Fundo constitui uma referência concreta para o diagnóstico das condições de mobilidade regional, especialmente quanto à necessidade de avaliar a integração dos itinerários e a compatibilidade dos horários. O planejamento turístico da IGR Caminhos Gerais deverá considerar essas características na proposição de ações voltadas à melhoria das conexões intermunicipais e à ampliação das alternativas de circulação dos visitantes.



Dependência de conexões e integração dos horários

A análise dos itinerários de transporte rodoviário de passageiros evidencia a importância de Poços de Caldas como ponto de conexão na mobilidade regional. O município concentra serviços que atendem a diferentes localidades da IGR Caminhos Gerais, desempenhando uma função relevante na articulação dos deslocamentos intermunicipais. Essa centralidade, entretanto, também está associada à dependência de transferências para a realização de viagens entre destinos situados em diferentes áreas do território.

O percurso entre Andradas e Cabo Verde constitui um exemplo dessa configuração. Na consulta realizada, o itinerário disponível apresentava saída de Andradas às 8h30, com chegada a Poços de Caldas às 9h30. O segundo embarque estava previsto para as 11h, com chegada a Cabo Verde às 12h45. A viagem totalizava 4 horas e 15 minutos, dos quais 1 hora e 30 minutos correspondia

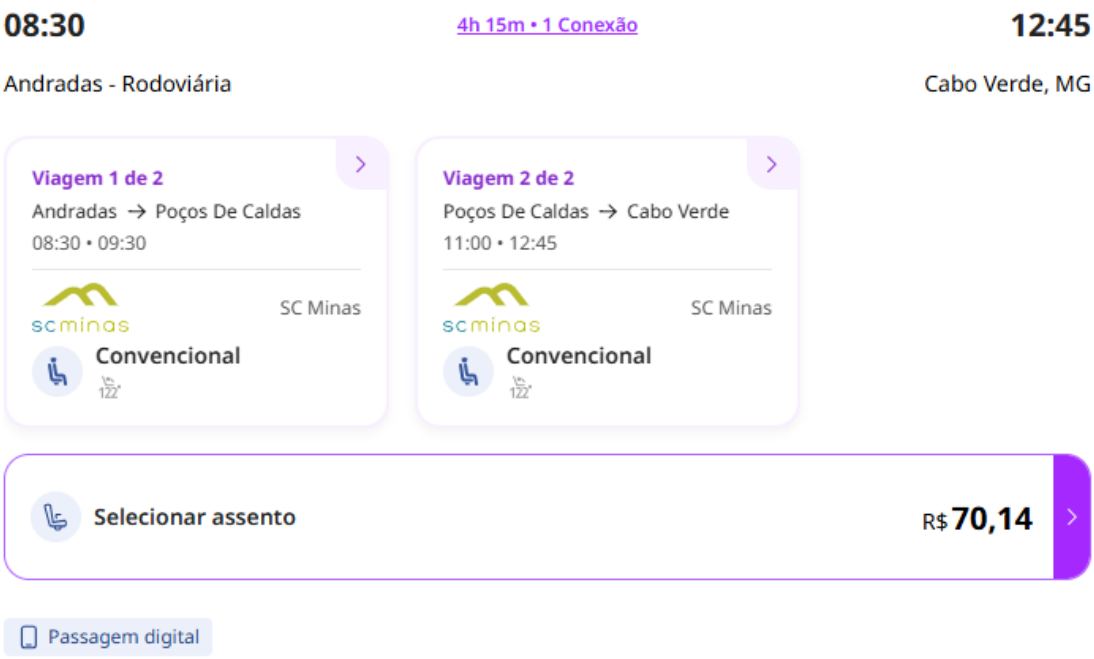
ao intervalo de espera pela conexão. O tempo efetivo de deslocamento nos dois trechos somava 2 horas e 45 minutos.

A necessidade de realizar a transferência em Poços de Caldas, associada ao intervalo entre as partidas, amplia a duração do percurso e condiciona as possibilidades de circulação entre Andradas e Cabo Verde. A situação evidencia a importância da compatibilidade entre os horários das linhas que compartilham pontos de integração, especialmente para os passageiros que dependem exclusivamente do transporte coletivo.

No contexto da atividade turística, a organização dos horários interfere diretamente na viabilidade de roteiros que envolvam diferentes municípios. Os períodos de espera e a necessidade de conexões intermediárias podem reduzir o tempo disponível para a visitação de atrativos, dificultar a realização de deslocamentos de ida e volta no mesmo dia e limitar a flexibilidade dos itinerários. A articulação entre os serviços existentes constitui, portanto, uma questão relevante para o planejamento da mobilidade turística regional.

Os exemplos examinados correspondem aos itinerários identificados nas consultas realizadas, cujas condições podem variar conforme a data, a disponibilidade de serviços e os horários de operação. Os tempos apresentados caracterizam as opções encontradas no levantamento, sem representar necessariamente os percursos de menor duração disponíveis em outras datas.

A identificação dessas condições contribui para orientar o planejamento de ações relacionadas à integração do transporte rodoviário regional. Entre os aspectos a serem considerados encontram-se a articulação dos horários de conexão, a disponibilidade de informações sobre itinerários e a avaliação de alternativas de deslocamento entre municípios com oferta restrita de linhas diretas. Essas questões possuem importância para a organização de experiências turísticas intermunicipais e para a ampliação das possibilidades de circulação dos visitantes na IGR Caminhos Gerais.



Conexão com o Aeroporto Internacional de Guarulhos

Entre os serviços rodoviários de longa distância identificados no levantamento, destaca-se a ligação operada pela Viação Cometa entre Poços de Caldas e o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos. Essa conexão possui relevância para a acessibilidade turística da IGR Caminhos Gerais, ao estabelecer uma alternativa de transporte coletivo direto entre a região e um dos principais aeroportos brasileiros, utilizado em viagens nacionais e internacionais.

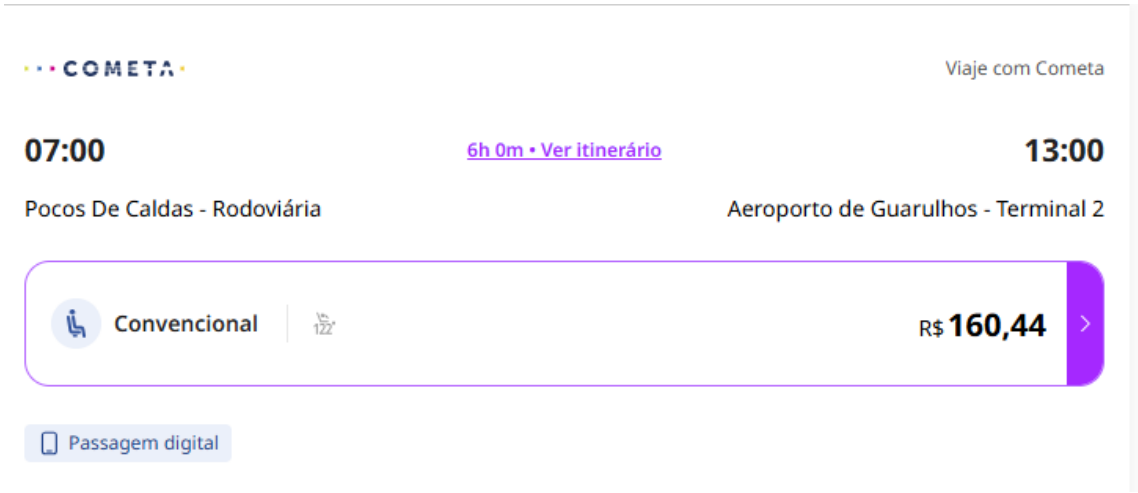
Na consulta realizada, foi identificada uma viagem com partida do terminal rodoviário de Poços de Caldas às 7h e chegada prevista ao Terminal 2 do Aeroporto Internacional de Guarulhos às 13h, totalizando seis horas de deslocamento. O serviço constitui uma opção para passageiros que pretendem acessar o aeroporto por transporte coletivo, dispensando a necessidade de transferência entre ônibus durante o percurso identificado.

A disponibilidade de horários, entretanto, representa um aspecto importante para a utilização dessa conexão. Conforme o levantamento, a oferta de viagens diretas ao aeroporto é limitada, circunstância que pode dificultar a compatibilização entre os serviços rodoviários e os horários de chegada e partida dos voos. Para passageiros que desembarcam em Guarulhos após o último horário disponível de retorno à região, o deslocamento pode exigir alternativas de transporte ou a reorganização do itinerário.

Essa condição possui implicações para o turismo receptivo da IGR Caminhos Gerais, especialmente no atendimento a visitantes provenientes de outros estados e países. A ausência de horários rodoviários compatíveis com determinadas chegadas pode exigir a contratação de transporte particular, a realização de conexões adicionais ou a permanência temporária nas proximidades do aeroporto antes do deslocamento aos municípios da região. Essas alternativas interferem nos custos, na duração total da viagem e na organização da experiência turística.

A articulação entre os serviços aéreos e rodoviários constitui, portanto, um aspecto relevante para a acessibilidade regional. Além da disponibilidade de ligações diretas, a integração depende da compatibilidade dos horários, da regularidade das operações e do acesso a informações atualizadas sobre itinerários, pontos de embarque, tarifas e possibilidades de retorno.

No planejamento turístico da IGR Caminhos Gerais, essa conexão poderá ser considerada nas ações de divulgação das alternativas de acesso à região e na articulação com empresas de transporte, agências de turismo e operadores receptivos. A sistematização das informações sobre os serviços existentes e a identificação das dificuldades enfrentadas pelos passageiros poderão subsidiar iniciativas destinadas a facilitar os deslocamentos entre o Aeroporto Internacional de Guarulhos e os municípios integrantes da IGR.



Implicações para o desenvolvimento turístico regional

O levantamento dos serviços de transporte rodoviário de passageiros na IGR Caminhos Gerais evidencia diferenças nas condições de mobilidade entre os municípios, relacionadas à distribuição dos itinerários, à frequência das viagens, à disponibilidade de conexões e à integração dos horários.

Embora a região disponha de ligações com importantes centros urbanos de Minas Gerais e do estado de São Paulo, além de serviços intermunicipais que atendem às 14 localidades integrantes da IGR, a organização da oferta apresenta limitações que interferem nas possibilidades de circulação dos visitantes e na estruturação de roteiros turísticos regionais.

Os percursos examinados entre Carvalhópolis e Poço Fundo e entre Andradas e Cabo Verde exemplificam dificuldades de deslocamento por transporte coletivo entre municípios geograficamente próximos. A necessidade de transferências intermediárias e os intervalos entre as partidas ampliam a duração das viagens, comprometendo a viabilidade de determinados itinerários, sobretudo aqueles que envolvem visitas a diferentes destinos no mesmo dia. Essas condições afetam especialmente os turistas que não dispõem de veículo próprio e dependem dos serviços existentes para acessar os atrativos e circular pela região.

A análise da mobilidade regional também deve considerar outras modalidades de transporte utilizadas nos municípios, como os táxis convencionais, os chamados táxis de linha e os serviços de transporte por aplicativo. Essas alternativas integram as possibilidades de deslocamento da população residente e dos visitantes, apresentando diferentes condições de disponibilidade, contratação e atendimento territorial.

Os táxis de linha, presentes na dinâmica de circulação de municípios de menor porte, constituem uma alternativa para deslocamentos intermunicipais, particularmente nos percursos em que a oferta de ônibus é restrita. A utilização desses serviços pelos turistas depende, entretanto, de informações sobre os trajetos atendidos, os pontos de embarque, os horários, as condições de contratação e a regularidade das operações. A identificação dessas características em cada município é necessária para avaliar sua efetiva contribuição à mobilidade turística regional.

Os serviços de transporte por aplicativo também participam da organização dos deslocamentos na IGR Caminhos Gerais, embora sua presença e suas condições de operação variem entre as localidades. Conforme as informações reunidas no levantamento territorial, diferentes municípios contam com aplicativos e prestadores locais, sem a identificação de uma plataforma única que assegure atendimento em toda a região. Essa distribuição exige que os visitantes conheçam previamente as alternativas disponíveis em cada destino, especialmente quando pretendem realizar deslocamentos entre municípios.

A questão adquire relevância para turistas provenientes de grandes centros urbanos, habituados à utilização de plataformas nacionais, como Uber e 99. A presença dessas empresas foi

identificada em Poços de Caldas, mas a disponibilidade de motoristas e a possibilidade de contratação de viagens nos demais municípios dependem das condições locais de operação. A existência de aplicativos específicos e de prestadores que atuam em determinadas localidades pode exigir a consulta antecipada a contatos, plataformas e formas de atendimento, dificultando a organização de deslocamentos não programados.

O compartilhamento de viagens por meio de plataformas como a BlaBlaCar constitui outra alternativa a ser considerada. O serviço aproxima motoristas e passageiros interessados em realizar percursos semelhantes, podendo atender a deslocamentos entre municípios e centros urbanos que apresentam oferta limitada de transporte coletivo. Essa modalidade possui, contudo, características diferentes das linhas regulares de passageiros, uma vez que os trajetos, os horários e as vagas disponíveis dependem das viagens anunciadas pelos motoristas. A utilização da plataforma requer, portanto, consulta às ofertas existentes para a data e o percurso pretendidos.

A mobilidade turística na IGR Caminhos Gerais envolve, assim, a combinação de diferentes modalidades de transporte, com condições próprias de funcionamento e abrangência territorial. Os ônibus intermunicipais, os táxis convencionais e de linha, os serviços por aplicativo e as plataformas de compartilhamento de viagens oferecem alternativas de circulação, mas apresentam diferenças quanto à regularidade, à disponibilidade de horários, à cobertura dos municípios e às possibilidades de conexão. A articulação entre esses serviços constitui uma questão importante para a acessibilidade regional e para a organização de experiências turísticas que contemplem diferentes destinos.

No âmbito do planejamento estratégico, destaca-se a necessidade de sistematizar e disponibilizar informações sobre os serviços de transporte existentes em cada município. Esse levantamento deverá contemplar as empresas e os prestadores identificados, os contatos para atendimento, os aplicativos utilizados, as áreas de cobertura, os principais itinerários e as possibilidades de deslocamento intermunicipal. A atualização dessas informações é especialmente relevante diante das alterações que podem ocorrer na oferta de linhas, nos horários de operação e na disponibilidade de motoristas.

A articulação institucional com empresas de transporte, transportadores locais, agências de turismo receptivo e operadores turísticos também poderá contribuir para a estruturação de alternativas de mobilidade destinadas aos visitantes. Entre as possibilidades de atuação encontram-se a organização de serviços de traslado, o atendimento a percursos com oferta restrita de transporte coletivo e a integração dos deslocamentos aos roteiros turísticos comercializados na região. A

viabilidade dessas iniciativas deverá considerar as condições de operação dos prestadores, a demanda turística e os requisitos legais aplicáveis a cada modalidade.

A disponibilização de informações sobre transporte nos canais oficiais de comunicação e promoção turística da IGR Caminhos Gerais poderá facilitar a organização das viagens e ampliar o conhecimento dos visitantes sobre as alternativas de circulação regional. A integração desses dados às informações sobre atrativos, meios de hospedagem, serviços turísticos e roteiros contribuirá para o planejamento dos deslocamentos e para a comercialização de experiências que envolvam diferentes municípios.

O aprimoramento das condições de mobilidade regional constitui, portanto, uma frente de atuação relevante para o desenvolvimento turístico da IGR Caminhos Gerais. O conhecimento das limitações identificadas, associado à articulação entre os agentes responsáveis pelos serviços de transporte e pela atividade turística, poderá subsidiar iniciativas voltadas à melhoria das conexões, à organização dos deslocamentos e à ampliação das possibilidades de visitação integrada dos destinos regionais.



6.3 Acessibilidade Aérea e Aeroportos de Referência

A acessibilidade aérea da IGR Caminhos Gerais está relacionada à infraestrutura aeroportuária existente no território e às possibilidades de conexão com aeroportos regionais, nacionais e internacionais localizados em Minas Gerais e no estado de São Paulo. A distribuição desses equipamentos, a disponibilidade de voos comerciais e as condições de deslocamento rodoviário até os municípios constituem fatores relevantes para a chegada de visitantes provenientes de outras regiões do Brasil e do exterior.

Entre os municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais, Poços de Caldas dispõe do Aeroporto Embaixador Walther Moreira Salles (POO/SBPC), identificado no levantamento como infraestrutura aeroportuária local. Conforme informações oficiais da administração municipal divulgadas em outubro de 2025, o aeroporto não contava com empresas operando voos comerciais regulares de passageiros. A existência desse equipamento, portanto, integra a infraestrutura regional, embora sua contribuição ao transporte turístico por linhas aéreas regulares dependa da disponibilidade desses serviços.

O Aeródromo de Machado (SNXA) foi fechado ao tráfego aéreo em 2020, conforme a Portaria nº 895, de 30 de março de 2020, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

A ausência de serviços comerciais regulares nos equipamentos aeroportuários identificados nesses dois municípios reforça a importância dos aeroportos externos para a acessibilidade aérea da IGR Caminhos Gerais. A utilização desses terminais exige a articulação entre o transporte aéreo e os serviços terrestres responsáveis pelo deslocamento dos passageiros até seus destinos finais.

Entre os aeroportos regionais de referência, destaca-se o Aeroporto Major-Brigadeiro Trompowsky, em Varginha (VAG/SBVG), que apresenta conexão aérea com o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins (CNF), operada pela Azul. A programação identificada em outubro de 2026 indicava três voos semanais nessa rota. A frequência limitada exige atenção às datas de operação e à compatibilidade dos horários com outras conexões aéreas e terrestres utilizadas pelos passageiros.

Para visitantes provenientes de outras regiões do país e do exterior, também constituem referências o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (VCP), o Aeroporto de São Paulo/Congonhas (CGH), o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos (GRU) e o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins (CNF). Esses terminais ampliam as alternativas de

chegada à região, considerando suas respectivas redes de conexões aéreas e as possibilidades de continuidade das viagens por rodovia.

A escolha do aeroporto de desembarque está relacionada ao município de destino, à disponibilidade de voos, aos custos das passagens e às condições de transporte terrestre. A distância rodoviária constitui um dos fatores dessa avaliação, devendo ser considerada juntamente com a duração total do percurso, a disponibilidade de serviços de ônibus ou traslado e a compatibilidade entre os horários de chegada e de continuidade da viagem.

Nesse contexto, a ligação rodoviária direta entre Poços de Caldas e o Aeroporto Internacional de Guarulhos, identificada no levantamento dos serviços de transporte coletivo, representa uma alternativa de integração entre as modalidades aérea e rodoviária. O serviço permite o deslocamento entre o município e o terminal aeroportuário, embora a oferta limitada de horários possa dificultar sua utilização por passageiros que desembarcam em determinados períodos do dia. A necessidade de compatibilização entre os horários dos voos e das viagens rodoviárias constitui, portanto, um aspecto relevante para a organização do acesso turístico à região.

Sob a perspectiva do planejamento regional, a acessibilidade aérea deve ser examinada considerando todas as etapas do deslocamento do visitante, desde sua chegada ao aeroporto até o município de destino. A disponibilidade de voos comerciais nos terminais de referência precisa estar associada a alternativas de transporte terrestre que atendam aos diferentes horários de desembarque e às localidades integrantes da IGR Caminhos Gerais.

A articulação com empresas de transporte rodoviário, agências de turismo, operadores receptivos e prestadores de serviços de traslado poderá contribuir para facilitar esses deslocamentos. Entre as possibilidades de atuação encontram-se a divulgação de informações sobre os acessos aeroportuários, a identificação de serviços de transporte disponíveis e a organização de traslados previamente contratados, conforme as condições de atendimento dos operadores.

Para a caracterização das distâncias rodoviárias até os principais aeroportos, o levantamento adotou Poços de Caldas como ponto de referência. A escolha está relacionada à maior diversidade de empresas e destinos atendidos pelo transporte rodoviário de passageiros identificada no município, circunstância relevante para sua função como ponto de conexão com outras localidades da IGR Caminhos Gerais.

O levantamento apresenta o Aeroporto de Varginha e o Aeroporto Internacional de Viracopos entre as alternativas externas de menor distância rodoviária em relação a Poços de Caldas. Congonhas

e Guarulhos constituem outras referências para o acesso por voos nacionais e internacionais, enquanto o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, representa uma possibilidade de chegada pelo território mineiro, embora situado a uma distância rodoviária maior do município utilizado como referência.

As distâncias apresentadas na tabela possuem caráter aproximado e correspondem aos percursos considerados no levantamento. A utilização de Poços de Caldas como referência territorial não significa que os mesmos aeroportos ou itinerários sejam os mais convenientes para todos os municípios da IGR. A escolha deverá considerar a localização do destino final, as alternativas de voo e as condições efetivas de transporte terrestre disponíveis para a realização da viagem.

Aeroporto / Aeródromo	Município	Código	Distância rodoviária aproximada de Poços de Caldas	Caracterização
Aeroporto Embaixador Walther Moreira Salles	Poços de Caldas/MG	POO (SBPC)	10 km	Aeroporto localizado na IGR, sem voos comerciais regulares identificados no levantamento
Aeródromo de Machado	Machado/MG	SNXA	69 km	Infraestrutura aeroportuária local, com registro de fechamento ao tráfego aéreo em 2020
Aeroporto Major-Brigadeiro Trompowsky	Varginha/MG	VAG	Aprox. 150–155 km	Aeroporto regional; oferta de voos comerciais sujeita à programação das companhias
Aeroporto Internacional de Viracopos	Campinas/SP	VCP	193 km	Importante alternativa para voos nacionais e internacionais
Aeroporto de São Paulo/Congonhas	São Paulo/SP	CGH	267 km	Aeroporto com ampla oferta de voos domésticos
Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos	Guarulhos/SP	GRU	277 km	Importante conexão aérea nacional e internacional; possui ligação rodoviária direta identificada com Poços de Caldas
Aeroporto Internacional de Belo Horizonte/Confins	Confins/MG	CNF	Aproximadamente 500 km	Alternativa de acesso aéreo pelo estado de Minas Gerais

6.4 Segurança pública

A segurança pública integra as condições de infraestrutura e atendimento dos destinos turísticos, abrangendo serviços destinados à proteção da população, à prevenção de ocorrências e ao atendimento de situações de emergência. Para a atividade turística, a disponibilidade dessas estruturas está relacionada à segurança dos visitantes, às condições de permanência nos municípios e à confiança nos destinos. A Organização Mundial do Turismo reconhece a segurança como um dos componentes da qualidade da experiência turística (OMT, 1996).

O levantamento realizado nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais identifica a presença e a distribuição territorial das instituições responsáveis pela segurança pública e pelo atendimento de emergências, considerando as unidades da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar, da Defesa Civil e das Guardas Municipais.

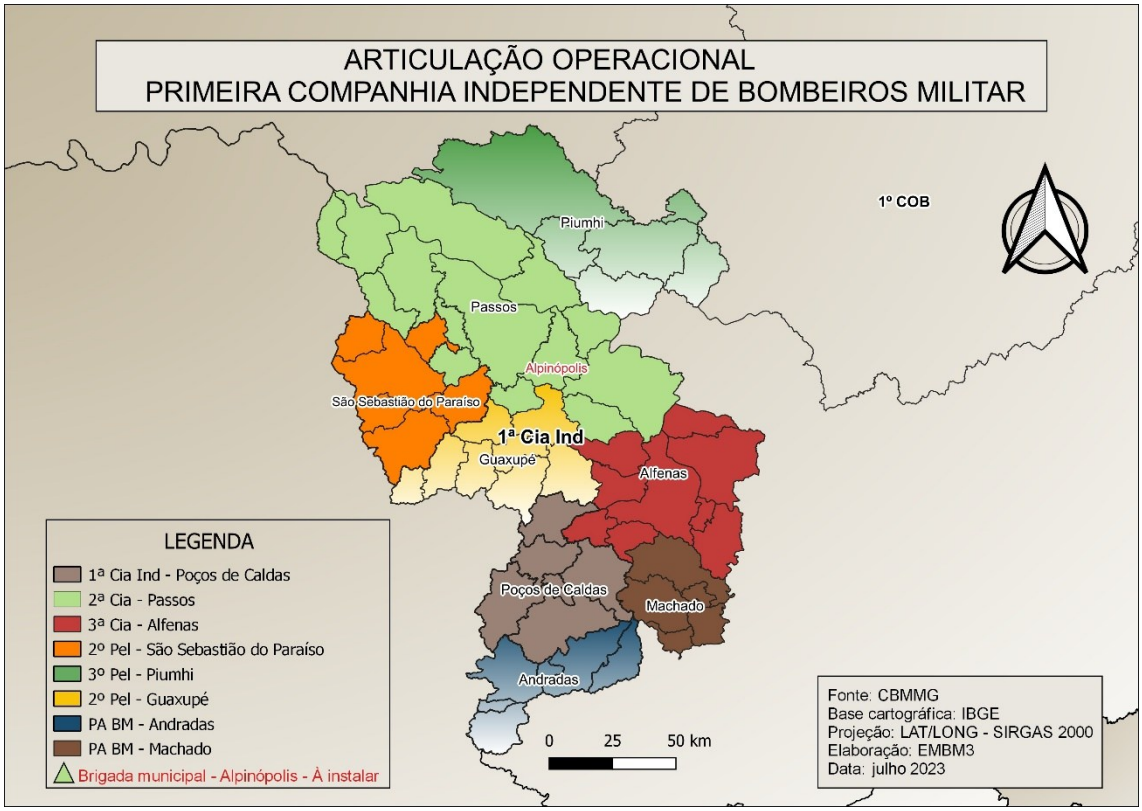
O mapeamento abrange as estruturas instaladas nos municípios e as unidades responsáveis pelo atendimento regional, caracterizando a distribuição dos serviços e as áreas de cobertura institucional. Essas informações integram o diagnóstico da infraestrutura de apoio ao turismo e subsidiam a identificação das condições de segurança e atendimento disponíveis para moradores e visitantes.

6.5 Corpo de Bombeiros

- Telefone de emergência 193

Município	Corpo de Bombeiro	Endereço	Contato
Andradas	Andradas (Próprio)	Posto Avançado de Andradas (6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas e 17ª RISP - Pouso Alegre) - Rua Marcelino Rodrigues Guilherme, 155 - Jardim Andrade	(35) 98428-9074 (35) 3295-4046
Botelhos	Poços de Caldas	1º Pelotão BM - Sede (6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas) Rua São José, 383 - Country Club	(35) 2101-7240 (35) 3697-2342
Cabo Verde	Poços de Caldas	1º Pelotão BM - Sede (6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas) Rua São José, 383 - Country Club	(35) 2101-7240 (35) 3697-2342
Caldas	Poços de Caldas	1º Pelotão BM - Sede (6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas) Rua São José, 383 - Country Club	(35) 2101-7240 (35) 3697-2342

Campestre	Poços de Caldas	1º Pelotão BM - Sede (6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas) Rua São José, 383 - Country Club	(35) 2101-7240 (35) 3697-2342
Carvalhópolis	Machado	Posto Avançado de Machado (3ª Companhia BM - Alfenas - 6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas) Alameda Donatilia Passos Swerts, 185 - Boa Fé	(35) 3292-2374 (35) 3297-2614
Ibitiúra de Minas	Andradas	Posto Avançado de Andradas (6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas e 17ª RISP - Pouso Alegre) - Rua Marcelino Rodrigues Guilherme, 155 - Jardim Andrade	(35) 98428-9074 (35) 3295-4046
Ipuiúna	Andradas	Posto Avançado de Andradas (6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas e 17ª RISP - Pouso Alegre) - Rua Marcelino Rodrigues Guilherme, 155 - Jardim Andrade	(35) 98428-9074 (35) 3295-4046
Machado	Machado (Próprio)	Posto Avançado de Machado (3ª Companhia BM - Alfenas - 6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas) Alameda Donatilia Passos Swerts, 185 - Boa Fé	(35) 3292-2374 (35) 3297-2614
Monte Belo	Guaxupé	2º Pelotão BM - Guaxupé (6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas) - Rua Bahia, 164 - N. S. das Dores	(35) 3551-4560
Poço Fundo	Machado	Posto Avançado de Machado (3ª Companhia BM - Alfenas - 6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas) Alameda Donatilia Passos Swerts, 185 - Boa Fé	(35) 3292-2374 (35) 3297-2614
Poços de Caldas	Poços de Caldas (Próprio)	1º Pelotão BM - Sede (6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas) - Rua São José, 383 - Country Club	(35) 2101-7240 (35) 3697-2342
Santa Rita de Caldas	Andradas	Posto Avançado de Andradas (6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas e 17ª RISP - Pouso Alegre) - Rua Marcelino Rodrigues Guilherme, 155 - Jardim Andrade	(35) 98428-9074 (35) 3295-4046
São João da Mata	Machado	Posto Avançado de Machado (3ª Companhia BM - Alfenas - 6º COB/18ª RISP – Poços de Caldas) Alameda Donatilia Passos Swerts, 185 - Boa Fé	(35) 3292-2374 (35) 3297-2614



6.6 Defesa Civil

- Telefone de emergência: 199

Município	Endereço	Contato
Andradas	Rua Argemiro Pereira de Oliveira, s/n, Bairro do Horto	(35) 3739-2575
Botelhos	Praça São Benedito, 131 - Bela Vista	-
Cabo Verde	Av. Oscar Ornelas, 152 - Centro	(35) 99966-7210
Caldas	Rua Capitão João Batista, nº 35 - Centro	(35) 99751-8113 / (35) 99968-4960 / (35) 99990-0910
Campestre	Rua Coronel José Custódio, 84 - Centro	-
Carvalhópolis	Rua João Norberto de Lima, 222 - Centro	(35) 3282-1245
Ibitiúra de Minas	Praça Abílio Pereira Caldas, 235 - Centro	-
Ipuiúna	Rua Joaquim Antônio, 15 - Centro	(35) 99774-8965

Machado	Rua Barão do Rio Branco, 25 - Centro	(35) 9 9852-5116 / (35) 9 9862-5551
Monte Belo	Avenida Francisco Wenceslau dos Anjos, 453 - Centro	-
Poço Fundo	Praça Tancredo Neves, 3000 - Centro	(35) 3283-1234
Poços de Caldas	Rua Pernambuco, 265 – Centro	(35) 3697-2266
Santa Rita de Caldas	Praça Padre Alderigi, 216 – Centro	(35) 3734-1209
São João da Mata	Rua Maria José de Paiva, 546 – Centro	-

6.7 Guarda Municipal

- Telefone de emergência: 153 (válido somente para os municípios que possuem)

Município	Endereço	Contato
Andradas	Rua Leonardo Alves dos Santos, 255 - Jardim Bela Vista	(35) 99746-0384 / (35) 3739-2565
Botelhos	Não possui	-
Cabo Verde	Não possui	-
Caldas	Não possui	-
Campestre	Não possui	-
Carvalhópolis	Não possui	-
Ibitiúra de Minas	Não possui	-
Ipuiúna	Não possui	-
Machado	Não possui	-
Monte Belo	Não possui	-
Poço Fundo	Praça Tancredo Neves, 3000 - Centro	(35) 3355-0500
Poços de Caldas	Praça Paul Harris, s/n (FEPASA)	(35) 99811-7280
Santa Rita de Caldas	Não possui	-
São João da Mata	Não possui	-

6.8 Polícia Militar

- Telefone de emergência: 190

Município	Endereço	Contato
Andradas	Rua Manoel Lopes Júnior, 520 - Vila Buzato	(35) 3731-1381
Botelhos	Rua Dr. Guilermer Bolzan, 550 - Centro	(35) 3741-1267 / (35) 3741-0190
Cabo Verde	Rua André Ventura de Oliveira, S/Nº - Centro	(35) 3736-1700
Caldas	Rua 1º de Maio, 326 - Santa Cruz	(35) 3735-1215
Campestre	Rua Mateus Aparecido de Souza, 100 - Centro	-
Carvalhópolis	Rua João Norberto de Lima, S/Nº - Centro	(35) 3282-1200 / (35) 3282-1190
Ibitiúra de Minas	Rua Antônio Pinto de Carvalho, 521 - Centro	(35) 3733-1222
Ipuiúna	Rua João Roberto da Silva, 13 - Centro	(35) 3732-1190 / (35) 3732-1310
Machado	Avenida Comendador Lindolfo de Souza Dias, 326 - Chamonix	(35) 3295-5089
Monte Belo	Rua Venâncio Teixeira, 06 - Centro	(35) 3573-1333
Poço Fundo	Rua Tiradentes, 432 - Centro	(35) 3283-1309 / 3283-1190
Poços de Caldas	Rua Amâncio Mazzaropi, 195 - Estância São José	(35) 3713-2166
	Rodoviária: Rua Marechal Deodoro, 944 - Centro	(35) 3721-8330 / (35) 9969-2279
	Florestal: Rua Berilo, 211 - Jardim Marçal Santos	(35) 3697-2341
Santa Rita de Caldas	Rua Miguel Martins de Carvalho, 21 - Nossa Senhora Aparecida	(35) 3714 1190 / (35) 3734 1204
São João da Mata	Rua João Eduardo Rodrigues, 226 - Centro	(35) 3455-1233
	Rodoviária: Rodovia MG 424 Zona Rural - Km 24	(35) 3629-0123

6.9 Polícia Civil

- Telefone de emergência: 197

Município	Endereço	Contato
Andradas	Rua Erico Buzato, 234 - Vila Buzato	(35) 3731-4264
Botelhos	Rua Joao Pedro Anunciação, 150 - Centro	(35) 3741-1274
Cabo Verde	Avenida Prefeito Carlos De Souza Filho, 138 - Centro	(35) 3735-1122
Caldas	Rua 1ª De Maio, 326 - Santa Cruz	
Campestre	Rua Isaac Simao, 330- Centro	(35) 3743-2700
Carvalhópolis	Não possui	-
Ibitiúra de Minas	Não possui	-
Ipuiúna	Não possui	-
Machado	Praça Antônio Carlos, 127 - Centro	(35) 3698-1932
Monte Belo	Rua Sete De Maio, 129 - Centro	(35) 3573-1399
Poço Fundo	Rua Dr. Lelio De Almeida, 93 - Centro	(35) 3283-1236
Poços de Caldas	Rua Pernambuco, 265 - Centro	(35) 2101-5101
Santa Rita de Caldas	Rua Osvaldo Cruz, 345 - Vila Nova	(35) 3734-1253
São João da Mata	Não possui	-



6.10 Saúde

A infraestrutura hospitalar integra os serviços essenciais de apoio ao turismo, atendendo à população residente e aos visitantes que necessitem de assistência médica. O levantamento realizado nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais identificou os estabelecimentos hospitalares existentes, reunindo informações sobre sua localização, endereços e telefones de contato, conforme apresentado no quadro a seguir.

A distribuição territorial registra a presença de hospitais em dez municípios, com seis unidades relacionadas em Poços de Caldas. Carvalhópolis, Ibitiúra de Minas, Santa Rita de Caldas e São João da Mata não possuem estabelecimentos hospitalares identificados no levantamento. Essas informações integram a caracterização da infraestrutura regional de apoio ao turismo e constituem referências para a identificação dos serviços disponíveis nos municípios.

Município	Hospital	Endereço	Telefone
Andradas	Santa Casa de Misericórdia de Andradas	Rua Capitão Cirilo, 668 - Alto Alegre	(35) 3731-1345
Botelhos	Hospital São José	Avenida João Rocha, 100 - Bela Vista	(35) 3741-2080
Cabo Verde	Associação do Hospital São Francisco	Praça São Francisco, 30 - Centro	(35) 3736-1277 / (35) 98406-3424
Caldas	Santa Casa de Misericórdia de Caldas	Rua Cônego João Aristides, 97, Centro	(35) 3735-1544 / 3735-1125
Campestre	Santa Casa de Misericórdia e Caridade de Campestre	Praça Madre Ludwina, 60, Centro	(35) 3743-1329
Carvalhópolis	Não possui hospital	-	-
Ibitiúra de Minas	Não possui hospital	-	-
Ipuiúna	Santa Casa de Misericórdia de Ipuiúna	Rua Joaquim Antônio, 169 - Centro	(35) 3732-1674
Machado	Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado	Rua Barão do Rio Branco, 330 - Centro	(35) 3295-1056 / 3295-1055
Monte Belo	Hospital e Maternidade Frei Francisco Stienen	Praça João Pedro Bonelli, 12 - Centro	(35) 3573-1133
Poço Fundo	Hospital de Gimirim	Praça Tancredo Neves, 228 - Centro	(35) 3283-1158
Poços de Caldas	Santa Casa de Poços de Caldas	Praça Francisco Escobar, s/n - Centro	(35) 3729-6000
	Hospital Santa Lúcia	Av. Vereador Edmundo Cardillo, 3003, Jardim Del Rey	(35) 3697-3500
	Hospital Unimed Poços de Caldas	Av. Gentil Messias, 225 - Vila Cruz	(35) 3729-3300
	Hospital Poços de Caldas Hapvida/NotreDame	Rua Frei Cristóvão Figueiredo, 125 - Jardim Esmeralda	(35) 3716-2850
	Hospital Municipal Margarita Morales	Rua Soldado Altivo Ferreira da Costa, Conjunto Habitacional	(35) 3697-2251
	Hospital Municipal Vereador Gilberto de Mattos - Zona Leste	Av. Coronel Virgílio Silva, s/n - Ponte Coberta	(35) 3697-2218

Santa Rita de Caldas	Não possui hospital	-	-
São João da Mata	Não possui hospital	-	-



6.11 Conectividade e Serviços Básicos de Apoio

A conectividade digital e os serviços básicos de apoio integram a infraestrutura utilizada pela população residente e pelos visitantes dos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais. Considerando a predominância dos deslocamentos rodoviários na região, a disponibilidade desses recursos está relacionada às condições de circulação, ao acesso às informações turísticas, à contratação de serviços e à organização das viagens.

6.12 Telefonia móvel e acesso à internet

Os serviços de telefonia móvel e internet são utilizados em diferentes etapas das viagens, desde a realização de reservas e a consulta a informações sobre atrativos e estabelecimentos até a navegação por aplicativos, os pagamentos eletrônicos e a comunicação com os prestadores de

serviços turísticos. Entre as principais operadoras nacionais consideradas no levantamento encontram-se Vivo, Claro e TIM. As informações fornecidas pelos gestores municipais na pesquisa de 2026 apresentam avaliações favoráveis sobre o funcionamento da telefonia celular e da conectividade na região.

A disponibilidade de sinal, entretanto, varia conforme as condições territoriais. Segundo as orientações da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a presença de uma operadora em determinado município não assegura cobertura em toda a sua extensão. O relevo, a localização das antenas, as edificações e outras características do ambiente podem interferir na recepção, especialmente nas áreas rurais, nas estradas e nas localidades afastadas dos centros urbanos.

Em relação à internet fixa, o levantamento identificou operadoras nacionais e prestadoras regionais, incluindo serviços de conexão por fibra óptica. Entre as empresas consultadas estão Claro, Vivo, Alares e Telemidia, além de outros provedores que atendem aos municípios da IGR Caminhos Gerais. Esses serviços integram a infraestrutura de comunicação utilizada pelos moradores, estabelecimentos comerciais e empreendimentos turísticos.

A identificação das áreas com cobertura e das condições de funcionamento das redes constitui uma informação relevante para a organização de roteiros e experiências turísticas, particularmente aqueles que envolvem propriedades rurais e percursos intermunicipais. A atualização e a divulgação dessas informações poderão auxiliar os visitantes no planejamento dos deslocamentos e orientar os prestadores de serviços quanto às condições de comunicação disponíveis nos destinos.

6.13 Serviços básicos de apoio aos deslocamentos

Os serviços de apoio aos veículos integram a infraestrutura necessária à circulação rodoviária, oferecendo atendimento às demandas de abastecimento, manutenção e assistência durante as viagens. A presença desses estabelecimentos possui importância para moradores e visitantes que percorrem as rodovias e estradas de acesso aos municípios da IGR Caminhos Gerais.

Entre os serviços considerados no levantamento encontram-se postos de abastecimento, borracharias, oficinas mecânicas e estabelecimentos que oferecem assistência automotiva. A disponibilidade de atendimento fora do horário comercial, especialmente durante a noite, nos fins de semana e em feriados, constitui um aspecto relevante para os deslocamentos rodoviários, diante da possibilidade de ocorrências mecânicas e outras necessidades imprevistas.

Considerando a extensão territorial da IGR Caminhos Gerais e os percursos realizados entre seus municípios, o levantamento priorizou a identificação de estabelecimentos situados nas rodovias e anunciados como disponíveis para atendimento 24 horas. A pesquisa buscou reunir informações sobre alternativas de abastecimento, reparos e assistência automotiva que possam ser utilizadas durante as viagens, especialmente nos deslocamentos realizados fora dos horários convencionais de funcionamento do comércio.

A localização desses serviços, seus horários de atendimento e a disponibilidade de assistência constituem informações úteis para a organização de viagens rodoviárias e para o planejamento de roteiros turísticos intermunicipais. A sistematização e a atualização desses dados poderão subsidiar a divulgação de alternativas de apoio aos visitantes, contribuindo para a segurança dos deslocamentos e para o atendimento de necessidades durante a circulação pelo território regional.

Município	Tipo	Nome / Endereço / Telefone
Andradas	Posto de Combustível	Posto Rio Branco Rua Coronel Oliveira, 786 – Centro (35) 3731-1550
	Mecânica / Guincho	Auto Mecan Funil e Guincho 24 Horas do Baiano Av. Pref. Antônio Gonçalves, 334 - Andradas, MG (35) 3731-6101
Botelhos	Posto de Combustível	Autoposto 2004 Dr. Hélio Andrade Alves, 830, Bela Vista, Botelhos - MG (35) 99972-1482
Cabo Verde	Mecânica / Guincho	Auto Reparo Lima (Oficina do Pinóquio) Rua São Marcos, 30 / Bairro São Judas Tadeu (35) 3736-2294 / (35) 3736-1383.
Caldas	Posto de Combustível	Auto Posto Laranjão Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 160 – Distrito de Laranjeiras de Caldas (35) 3714-8933
Ipuiúna	Posto de Combustível	Eletro Posto Rod. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 963 (35) 99959-1014

Monte Belo	Posto de Combustível / Borracharia	Auto Posto Brasil Petro BR 491 Sentindo de Monte Belo (35) 3573-1153
Machado	Mecânica / Guincho	Elias mecânica diesel serviço de guincho pesado Rua João Lopes Filho, 50 - Santo Antônio
	Posto de Combustível	Vivan Auto Posto Rua Cel. Francisco Viêira, 220
Poços de Caldas	Mecânica / Guincho	Auto Socorro Mecânico e Elétrico VKV Rua Aida Gianelli, 209 - Jardim do Contorno (35) 99962-6106 / (35) 99826-7036
	Mecânica / Guincho	Brother Guincho (24h / Reboque) Rua Guatambú, 245 - Vila Caio Junqueira (35) 98846-6574
	Mecânica / Guincho	**Auto Guincho Onix (24h)** Rua Sílvio de Oliveira, 95 - Vila Cruz (35) 99941-4573
	Posto de Combustível	Posto Ecológico Av. João Pinheiro, 5638 (35) 3722-1030

As informações sobre os estabelecimentos particulares de apoio rodoviário possuem caráter referencial, uma vez que os horários de funcionamento e as modalidades de atendimento podem sofrer alterações. A divulgação desses serviços nos canais oficiais de informação turística deverá ser precedida da confirmação dos contatos e da disponibilidade de atendimento, especialmente durante a noite, nos fins de semana e feriados.



Além dos serviços particulares, os usuários das rodovias concedidas na região contam com os canais de atendimento da EPR Sul de Minas e da EPR Vias do Café, disponíveis 24 horas por dia para informações, assistência mecânica, serviços de guincho e atendimento a emergências nos trechos administrados pelas concessionárias.

A EPR Sul de Minas disponibiliza o telefone 0800 290 0459, que também funciona pelo WhatsApp, para atendimento aos usuários das rodovias concedidas que atendem municípios como Caldas, Santa Rita de Caldas, Poços de Caldas, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna e Andradas. A EPR Vias do Café mantém o atendimento pelo número 0800 265 0491, abrangendo os corredores sob sua administração, incluindo trechos relacionados aos deslocamentos na região de Monte Belo.

A inclusão desses contatos nos materiais de orientação turística e nos canais oficiais da IGR Caminhos Gerais poderá facilitar o acesso dos visitantes aos serviços de assistência rodoviária. A divulgação deverá identificar as concessionárias responsáveis pelos respectivos trechos, permitindo que os usuários acionem o atendimento adequado em situações de pane mecânica, acidentes ou outras ocorrências durante as viagens.

6.14 Infraestrutura Turística (Serviços Turísticos)

Os serviços e equipamentos turísticos integram a oferta dos destinos, abrangendo estabelecimentos, empresas e profissionais responsáveis pelo atendimento aos visitantes durante sua permanência e pela prestação de serviços relacionados à hospedagem, alimentação, deslocamento e realização de atividades turísticas. A disponibilidade e a distribuição desses serviços influenciam a capacidade de recepção dos municípios, as condições de permanência e as possibilidades de consumo e participação em experiências turísticas.

Segundo a metodologia de Inventariação da Oferta Turística do Ministério do Turismo (BRASIL, 2015), esses estabelecimentos e serviços integram a Categoria B – Serviços e Equipamentos Turísticos, que reúne atividades relacionadas à organização e ao funcionamento da oferta turística.

O diagnóstico da IGR Caminhos Gerais concentra-se em cinco componentes, compreendendo os meios de hospedagem, os estabelecimentos de alimentação e bebidas (A&B), as agências de turismo receptivo, os guias de turismo e os Centros de Atendimento ao Turista (CATs). O levantamento considera as características da oferta identificada nos 14 municípios e sua distribuição territorial.

A identificação dos meios de hospedagem e dos estabelecimentos de alimentação e bebidas foi realizada mediante pesquisa documental e consultas a plataformas digitais utilizadas pelos visitantes para buscar informações, avaliar estabelecimentos e planejar viagens. Foram consideradas as informações disponibilizadas no Tripadvisor, nos portais oficiais de turismo dos municípios, no Portal Minas Gerais, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG), nos Inventários da Oferta Turística municipais, quando disponíveis, e nos resultados de buscas e avaliações publicados no Google.

A seleção dos empreendimentos considerou a presença nas fontes consultadas, a disponibilidade de informações sobre os serviços oferecidos, a visibilidade nas plataformas digitais e as características de interesse turístico. Também foi considerada a distribuição territorial dos estabelecimentos, buscando contemplar diferentes modalidades de hospedagem e alimentação existentes nos municípios da região.



As avaliações publicadas nas plataformas digitais foram utilizadas como referências da percepção dos usuários sobre os estabelecimentos. As notas e os comentários disponíveis correspondem às experiências relatadas pelos avaliadores e não constituem certificação técnica de qualidade ou comprovação da regularidade administrativa dos empreendimentos.

O levantamento adotou caráter seletivo, sem pretensão censitária, concentrando-se na oferta identificada e divulgada nos canais consultados. A pesquisa apresenta um panorama dos estabelecimentos de hospedagem e alimentação com visibilidade turística, sem abranger necessariamente a totalidade dos empreendimentos existentes nos municípios. Estabelecimentos ausentes da relação podem integrar a oferta local, ainda que não tenham sido identificados pelos procedimentos de busca adotados.

Para o levantamento das agências de turismo receptivo e dos guias de turismo, foi utilizado o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), mantido pelo Ministério do Turismo e o Programa do Minas Recebe, mantido pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. No caso das agências, a pesquisa considerou a identificação dos serviços receptivos oferecidos, distinguindo as empresas que realizam passeios, visitas e experiências na região daquelas cuja atuação está concentrada em outras atividades de intermediação e comercialização turística.

Os Centros de Atendimento ao Turista (CATs) foram identificados mediante consultas às prefeituras e a fontes institucionais, considerando a existência das unidades, sua localização e os canais disponibilizados para atendimento aos visitantes.

Os resultados são apresentados por segmento e município, reunindo informações sobre a distribuição dos serviços e equipamentos turísticos, a diversidade dos estabelecimentos identificados e as características da oferta regional. A sistematização desses dados integra o diagnóstico das condições de atendimento aos visitantes e subsidia a identificação de necessidades de qualificação, complementaridade territorial e estruturação da atividade turística na IGR Caminhos Gerais.

6.15 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem compreendem estabelecimentos e modalidades de acomodação destinados à recepção de visitantes durante sua permanência nos destinos turísticos. A oferta identificada na IGR Caminhos Gerais abrange hotéis, pousadas, hotéis-fazenda, hospedagens rurais, chalés, hostels, campings e outras formas de acomodação, com características distintas de localização, estrutura, serviços e atendimento.

A distribuição e a diversidade desses empreendimentos constituem componentes relevantes da infraestrutura turística regional, pois estão relacionadas à capacidade de acolhimento dos visitantes, à duração da permanência nos destinos e ao atendimento de diferentes perfis de demanda. As modalidades de hospedagem também apresentam características relacionadas ao ambiente em que estão inseridas, aos serviços disponibilizados e às experiências oferecidas aos hóspedes.

O levantamento dos meios de hospedagem considera a localização dos estabelecimentos, suas tipologias, a capacidade de acomodação, as características estruturais, o padrão aparente e o perfil de público atendido. A organização dessas informações caracteriza a oferta regional e suas diferenças entre os municípios, oferecendo subsídios para o planejamento de ações de qualificação dos serviços e de complementaridade entre os destinos.

6.16 Metodologia de levantamento e critérios de caracterização

O levantamento dos meios de hospedagem nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais foi realizado por meio de pesquisas em plataformas digitais de reservas e consultas ao Google. As buscas utilizaram expressões como “onde se hospedar em [nome do município]” e outras formulações relacionadas à oferta de hospedagem em cada localidade.

Foram priorizados os estabelecimentos com maior relevância nos resultados apresentados pelas plataformas consultadas, considerando sua visibilidade digital, a disponibilidade de informações sobre as acomodações e os serviços oferecidos e sua identificação como oferta de interesse turístico. O procedimento contemplou empreendimentos tradicionais de hospedagem e modalidades alternativas que apresentavam características associadas à recepção de visitantes.

Os apartamentos convencionais disponibilizados para locação por temporada foram excluídos da seleção. Foram incluídos, entretanto, chalés, casas e outros espaços de acomodação com características diferenciadas e propostas vinculadas à atividade turística, considerando atributos como localização, integração com a natureza, valorização da paisagem, estruturas de lazer, conforto e experiências de hospedagem.

Esse recorte reuniu estabelecimentos de diferentes tipologias, contemplando modalidades convencionais e alternativas de acomodação identificadas na pesquisa. A seleção procurou representar a diversidade da oferta divulgada aos visitantes, considerando as características dos empreendimentos e suas relações com as atividades turísticas desenvolvidas nos municípios.

A caracterização dos meios de hospedagem foi organizada segundo três critérios de análise, correspondentes à tipologia do empreendimento, ao padrão aparente e ao perfil predominante da demanda atendida. Essas categorias orientaram a classificação dos estabelecimentos identificados e a sistematização das informações utilizadas no diagnóstico regional.

6.16A. Tipologia dos meios de hospedagem

A classificação dos meios de hospedagem da IGR Caminhos Gerais teve como referências a Pesquisa de Serviços de Hospedagem, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério do Turismo, e as categorias do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass).

A identificação das tipologias considerou as modalidades de acomodação, as características físicas e operacionais dos empreendimentos, os serviços oferecidos e as formas de disponibilização das unidades aos hóspedes. Esses critérios orientaram a organização dos estabelecimentos identificados no levantamento regional, respeitando a diversidade da oferta e as informações disponíveis nas fontes consultadas.

Foram adotadas as seguintes tipologias.

Tipologia	Conceito
Hotel	Estabelecimento que oferece alojamento temporário em unidades privativas, com serviços organizados de recepção e atendimento aos hóspedes.
Pousada	Meio de hospedagem geralmente de menor porte, com instalações destinadas ao alojamento temporário e serviços de atendimento aos hóspedes.
Hotel-fazenda	Meio de hospedagem situado em ambiente rural, associado à atividade agropecuária e à oferta de lazer e entretenimento.
Resort	Meio de hospedagem que oferece infraestrutura diversificada de lazer, entretenimento e serviços, proporcionando atividades dentro do próprio empreendimento.
Hostel/Albergue	Hospedagem que pode oferecer dormitórios compartilhados, quartos privativos e espaços coletivos de convivência.
Camping	Área destinada à acomodação temporária de visitantes em barracas, trailers, motorhomes ou similares, com infraestrutura de apoio.
Hotel/pousada rural	Hospedagem localizada em ambiente rural, sem necessariamente apresentar as características de um hotel-fazenda.
Chalés/Hospedagem independente	Hospedagem de pequeno porte em ambiente residencial, com oferta de acomodação e café da manhã.
Motel	Meio de hospedagem que oferece acomodações privativas para estadias geralmente de curta duração, caracterizado pela privacidade, acesso individualizado às unidades e, frequentemente, estacionamento privativo. Pode oferecer serviços de alimentação e comodidades adicionais.
Outro	Modalidade de hospedagem que não se enquadra nas categorias anteriores.

As categorias Hospedagem rural e Chalés/Hospedagem independente foram incorporadas como classificações operacionais complementares, destinadas a contemplar modalidades presentes

na oferta turística da IGR Caminhos Gerais que não correspondem integralmente às tipologias tradicionais dos meios de hospedagem.

A classificação dos estabelecimentos considerou a natureza da atividade, a organização dos espaços, os serviços oferecidos e as características predominantes de cada empreendimento, independentemente da denominação comercial adotada ou da plataforma utilizada para divulgação e reservas.

6.16B. Padrão aparente dos meios de hospedagem

A caracterização do padrão aparente dos meios de hospedagem foi realizada mediante uma escala de cinco níveis, elaborada com base nos critérios de classificação hoteleira da Hotelstars Union (2025–2030). Foram considerados, principalmente, os aspectos relacionados à apresentação geral dos estabelecimentos, à qualidade aparente dos materiais e acabamentos, às características do mobiliário e dos equipamentos, à conservação dos ambientes e às condições de conforto oferecidas aos hóspedes.

A escala foi adaptada às finalidades do diagnóstico regional, considerando a diversidade de tipologias e modalidades de hospedagem identificadas nos municípios da IGR Caminhos Gerais. A classificação refere-se às características observáveis dos empreendimentos nas informações e imagens disponibilizadas nas fontes consultadas, sem equivalência com certificações oficiais ou categorias de classificação hoteleira.

Foram adotados cinco níveis de padrão aparente, apresentados a seguir.

Padrão aparente	Critérios de avaliação
Básico	Instalações funcionais, mobiliário e acabamentos básicos, com serviços e comodidades essenciais.
Médio	Estrutura funcional e confortável, com mobiliário e instalações de padrão convencional, apresentando algumas comodidades adicionais.
Avançado	Ambientes mais bem estruturados, mobiliário e acabamentos de melhor qualidade, maior conforto e diversidade de comodidades.
Alto	Instalações diferenciadas, mobiliário e acabamentos de qualidade elevada, ambientes cuidadosamente apresentados e serviços mais completos.

Muito alto	Estrutura sofisticada, materiais e acabamentos de qualidade excepcional, ambientes diferenciados, elevado conforto e ampla oferta de serviços e comodidades.

A avaliação do padrão aparente dos meios de hospedagem foi realizada principalmente pela análise das fotografias disponíveis nas plataformas consultadas, abrangendo acomodações, banheiros, áreas de convivência e demais instalações dos empreendimentos. Foram examinadas as características de apresentação e conservação dos ambientes, os materiais de acabamento, o mobiliário, os equipamentos e as comodidades identificáveis nas imagens.

As informações sobre os serviços oferecidos foram consideradas de maneira complementar, contribuindo para a caracterização da estrutura dos estabelecimentos. O enquadramento na escala adotada teve como referência as características físicas observáveis, distinguindo-as dos serviços anunciados pelos empreendimentos.

Os valores das diárias não foram utilizados como critério determinante da classificação, considerando que os preços das hospedagens estão sujeitos a variações relacionadas à localização, à sazonalidade, à demanda e às estratégias comerciais dos estabelecimentos.

O enquadramento no nível Básico corresponde às características de estrutura, apresentação e conforto estabelecidas para essa categoria, sem representar, necessariamente, condições inadequadas de conservação, limpeza ou atendimento. A escala diferencia os padrões aparentes dos empreendimentos, sem avaliar a qualidade efetiva dos serviços prestados ou as condições operacionais não verificáveis por meio das fontes consultadas.

A metodologia foi desenvolvida como adaptação técnica para o diagnóstico da IGR Caminhos Gerais, utilizando referências da Hotelstars Union sem reproduzir integralmente seus critérios de avaliação. Os níveis adotados possuem finalidade exclusivamente analítica e não correspondem à classificação hoteleira oficial por estrelas.

6.16C. Perfil predominante de demanda atendida

A identificação do perfil predominante de demanda atendida considerou o posicionamento dos meios de hospedagem em relação aos diferentes públicos e às motivações de viagem, com o objetivo de caracterizar a oferta regional e as modalidades de acomodação disponibilizadas aos visitantes.

A análise reuniu informações sobre a localização dos empreendimentos, a infraestrutura disponível, os serviços oferecidos, as características das acomodações e o direcionamento da comunicação comercial apresentada nos canais digitais. Esses elementos orientaram a identificação dos perfis de público aos quais os estabelecimentos direcionam sua oferta, considerando as características divulgadas e as condições de hospedagem identificadas no levantamento.

Foram adotadas as seguintes categorias.

Perfil	Conceito
Turismo de lazer	Hospedagem voltada predominantemente a visitantes que procuram descanso, entretenimento, natureza, cultura ou outras atividades de lazer.
Negócios/trabalho	Hospedagem utilizada principalmente por profissionais em viagens de trabalho, representantes comerciais, prestadores de serviços e viajantes corporativos.
Peregrinos	Hospedagem voltada ou frequentemente utilizada por peregrinos e caminhantes que percorrem caminhos religiosos ou rotas de peregrinação.
Misto	Estabelecimento que atende de forma relevante diferentes perfis de hóspedes, sem predominância claramente identificada.
Não identificado	Ausência de informações suficientes para determinar o perfil predominante da demanda.

O enquadramento considerou o perfil de público aparentemente priorizado pelos estabelecimentos, conforme as características de sua oferta e as informações apresentadas nos canais de divulgação comercial. A classificação refere-se ao posicionamento dos empreendimentos, sem utilizar dados efetivos sobre a composição de seus hóspedes.

As categorias adotadas constituem uma interpretação preliminar dos públicos aos quais os meios de hospedagem direcionam seus serviços, distinguindo-se dos resultados de pesquisas de demanda turística. A identificação do perfil efetivo dos hóspedes requer informações fornecidas pelos estabelecimentos, registros de ocupação ou levantamentos específicos sobre as características e motivações dos visitantes.

Os levantamentos foram realizados durante a elaboração deste diagnóstico, com base nos critérios operacionais definidos para a IGR Caminhos Gerais.



6.17 Considerações sobre o levantamento

A caracterização dos meios de hospedagem da IGR Caminhos Gerais foi organizada a partir de três critérios complementares, compreendendo a tipologia dos estabelecimentos, o padrão aparente de suas instalações e o perfil predominante de público ao qual direcionam seus serviços. A aplicação conjunta desses critérios reúne informações sobre as modalidades de acomodação, as características estruturais dos empreendimentos e o posicionamento de sua oferta no mercado turístico.

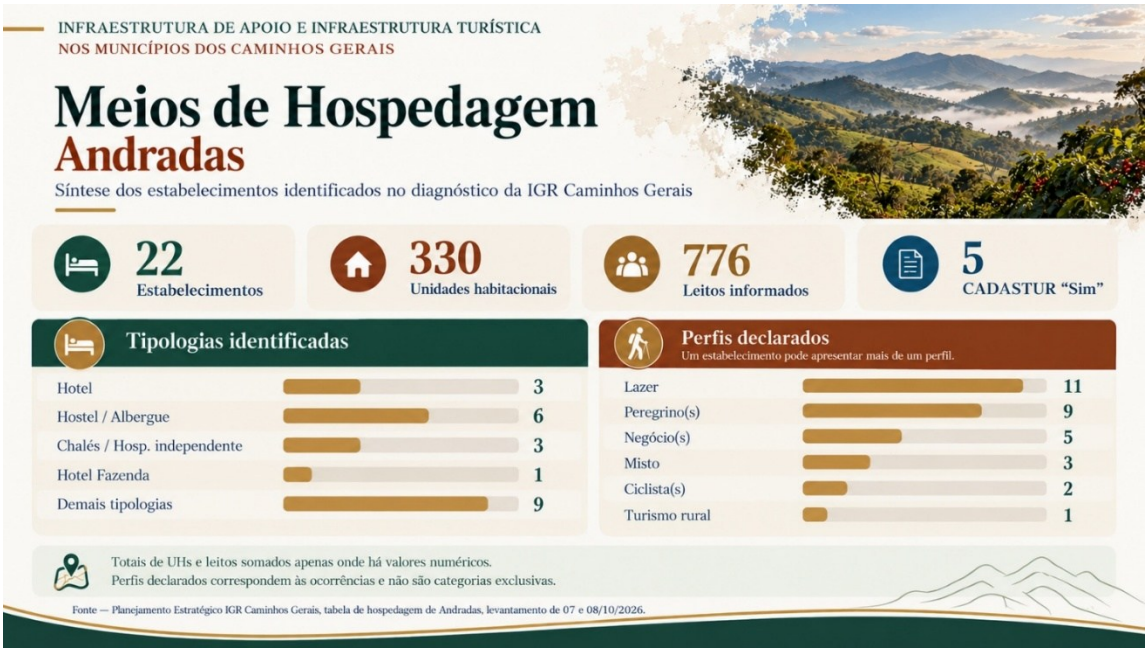
A utilização de critérios padronizados estabelece uma base comum para a análise dos 14 municípios, considerando as diferenças na quantidade de estabelecimentos, na diversidade das modalidades de hospedagem e nas características da infraestrutura disponível. A sistematização dos resultados possibilita identificar concentrações territoriais, particularidades da oferta municipal e complementaridades entre as modalidades de acomodação presentes na região.

O levantamento possui caráter exploratório e fundamenta-se nas informações disponibilizadas em plataformas de reservas, mecanismos de busca e canais digitais dos estabelecimentos. Os resultados correspondem à caracterização dos empreendimentos identificados nessas fontes, podendo ser complementados por informações fornecidas pelas administrações municipais e pelos responsáveis pelos meios de hospedagem, especialmente quanto à capacidade instalada, aos serviços efetivamente oferecidos e ao perfil dos hóspedes.

➢ Andradas

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Porto das Asas Park Hotel	Hotel	Alto	Misto	Sim	83	189
Dela Inn Andradas	Hotel	Alto	Misto	Sim	133	290
Pousada Bela Vista	Hostel / Albergue	Básico	Negócio / Peregrinos	Sim	2	2
Pousada Apear	Hosp. Rural	Médio	Lazer / Peregrinos	Não	5	14
Casa Boutique Terras de São Francisco	Chalés/Hosp. Independente	Muito alto	Lazer	Não	4	12
Cabana Pico do Gavião	Chalés/Hosp. Independente	Muito alto	Lazer	Não	1	6
Restaurante e Pousada Trovoada	Pousada / camping / rural	Básico	Peregrinos / ciclista	Não	3	16
Chalé RBV	Hotel Fazenda	Muito alto	Lazer / Tur. Rural	Não	9	24
Cabana Refúgio do Gavião	Chalés/Hosp. Independente	Avançado	Lazer / Peregrinos	Não	1	4
Andradas Palace Hotel	Hotel	Médio	Misto	Não	Jaime e Irineu não quiseram informar 08/10/2026	
Pousada e Hospedaria Mansão da Rebeca	Hostel / Albergue	Básico	Peregrinos Ciclistas	Não	9	25
Hotel Trevisan	Hostel / Albergue	Básico	Peregrino Negócio	Não	17	36
Pousada João e Joelma	Hostel / Albergue	Básico	Peregrino	Não	17	51

Pousada Pedra do Elefante	Pousada Rural	Básico	Lazer	Não	6	15
Pousada A Casa do Peregrino	Hostel / Albergue	Básico	Peregrinos	Não	7	16
Peregrinos da Fé	-	-	-	Sim	-	-
Pousada Ca.Fé	Hostel / Albergue	Básico	Peregrinos	Sim	4	18
Cachoeira do Joaquim - Sítio Cafarnaum	Camping	Básico	Lazer	Não	-	-
Refúgio Andradas (Abrigo de Montanha Sr. Paulo)	Camping	Básico	Lazer	Não	-	-
Motel Avalon	Motel	Médio	Lazer / Negócios	Não	10	20
Charminas Motel	Motel	Básico	Lazer / Negócios	Não	10	20
Studio Motel	Motel	Avançado	Lazer / Negócios	Não	9	18
Total: 22				**5**	**330**	**776**



- **Botelhos**

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos

Hotel Prata de Minas	Hotel	Médio	Negócios	Sim	29	56
Total: 1				**1**	**29**	**56**

- **Cabo Verde**

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Pousada Villa Verde	Pousada	Básico	Negócios	Não	15	40
Total: 1				**0**	**15**	**40**



➢ **Caldas**

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Espaço Lumi	Pousada Rural	Avançado	Lazer	Não	19	49
Recanto Raio do Sol	Pousada	Básico	Lazer	Sim	8	24
Chalés Rio Soberbo	Chalés/Hosp. Independente	Básico	Lazer / Negócios	Não	Não foi possível identificar	
Diamond Grand Hotel	Hotel	Avançado	Misto	Não	68	200
Hotel Fazenda Portal do Sol	Chalés/Hosp. Independente	Básico	Lazer	Sim	5	30
Hotel do Ypê	Pousada Rural	Básico	Lazer	Sim	20	70
Pousada Vale Verde	Pousada Rural	Básico	Lazer	Sim	13	40
Pousada Casarão	Pousada	Básico	Negócios	Sim	10	25
Hotel do Edmar	Pousada	Básico	Negócios	Não	10	26
Pousada Flor de Laranjeira	Pousada rural	Médio	Lazer	Não	7	18
Chalé Bosque das Fontes	Pousada rural	Básico	Lazer	Não	11	22
Estrada Real	Pousada rural	Muito alto	Lazer	Não	3	6
Chalés Villa Sitara	Chalés/Hosp. Independente	Médio	Lazer	Não	3	12
Total: 13				**5**	**177**	**522**



- **Campestre**

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Hotel & Pousada, Rancho dos Pássaros Amarelos	Pousada rural	Avançado	Lazer	Não	3	10
Pousada Recanto Alegre	Pousada rural	Básico	Lazer	Não	3	7
Hotel Campestre	Hotel	Básico	Negócios	Não	20	43
Hotel Avenida	Hotel	Básico	-	Não	-	-
Total: 4				**0**	**26**	**60**

- **Carvalhópolis**

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Hotel Cana do Reino	Hotel	Médio	Misto	Sim	16	40
Total: 1				**1**	**16**	**40**



- **Ibitiúra de Minas**

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Villa Junco	Hotel Fazenda	Avançado	Lazer	Não	14	50
Total: 1				**0**	**14**	**50**

Ipuiúna

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Hotel Fazenda Vale Encantado	Hotel Fazenda	Médio	Lazer	Não	21	70
Pousada Rural	Pousada Rural	Médio	Lazer	Não	20	56
Total: 2				**0**	**41**	**126**



- **Machado**

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Hotel Vale do Café	Hotel	Avançado	Misto	Sim	39	76
Chalé Village Jangal	Pousada	Muito Alto	Lazer	Não	3	6
Hotel Marine Inn	Hotel	Avançado	Misto	Não	32	50
JC Palace	Hotel	Médio	Misto	Não	20	35
Minas Hotel	Hotel	Básico	Negócios	Não	28	59
Colinas Hotel	Hotel	Básico	Negócios	Não	23	40
Motel Texas	Motel	Básico	Lazer / Negócios	Não	-	-
Motel Luzes	Motel	Médio	Lazer / Negócios	Não	-	-
Total: 8				**1**	**145**	**266**



Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Hotel Vale do Café	Hotel	Avançado	Misto	Sim	39	76
Chalé Village Jangal	Pousada	Muito Alto	Lazer	Não	3	6
Hotel Marine Inn	Hotel	Avançado	Misto	Não	32	50
JC Palace	Hotel	Médio	Misto	Não	20	35
Minas Hotel	Hotel	Básico	Negócios	Não	28	59
Colinas Hotel	Hotel	Básico	Negócios	Não	23	40
Motel Texas	Motel	Básico	Lazer / Negócios	Não	-	-
Motel Luzes	Motel	Médio	Lazer / Negócios	Não	-	-

- **Monte Belo**

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Hotel Casa Branca	Hotel	Médio	Misto	Não	21	45
Hotel Colina	Hostel / Albergue	Básico	Negócios	Não	8	15
Total: 2				**0**	**29**	**60**

- **Poço Fundo**

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Pousada Dr. Chico	Pousada rural	Médio	Misto	Não	19	54
Hotel Cristo Rei	Pousada	Básico	Negócios	Não	Não responderam	
Camping Vale das Cachoeiras	Camping	Médio	Lazer	Não	-	-
Total: 3				**0**	**19**	**54**



- **Poços de Caldas**



Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Cassino All Inclusive Resort	Resort	Alto	Lazer	Sim	142	500

Hotel Golden Park	Resort	Alto	Lazer	Sim	116	470
Monreale Hotel Resort	Resort	Alto	Lazer	Sim	147	550
Palace Hotel	Hotel	Alto	Misto	Sim	191	461
Thermas Hotel Walter World	Resort	Alto	Lazer	Sim	208	832
Vilage Inn Hotel	Resort	Avançado	Lazer	Sim	208	832
Carlton Plaza Hotel	Hotel	Avançado	Misto	Sim	120	280
Hotel Fazenda Poços de Caldas	Hotel Fazenda	Avançado	Lazer	Sim	164	550
Minas Garden Hotel	Hotel	Avançado	Misto	Sim	65	190
Minas Gerais Hotel	Hotel	Avançado	Misto	Não	100	240
Villa Fiori	Hotel	Alto	Misto	Não	56	122
Hotel Alvorada Palace	Hotel	Médio	Misto	Não	30	86
Hotel Balneário	Hotel	Médio	Misto	Não	96	210
Hotel Lisboa	Hotel	Médio	Misto	Sim	62	250
Hotel Nacional Inn	Hotel	Avançado	Misto	Sim	223	561
Hotel San Thiago	Hotel	Médio	Misto	Sim	30	80
Hotel Varandas do Sol	Hotel	Médio	Misto	Não	50	130
Gambrinus Hotel	Hotel	Avançado	Misto	Não	23	51
Ibis Styles	Hotel	Avançado	Misto	Sim	115	307
Joia Hotel	Hotel	Básico	Misto	Sim	100	250
Lieto Hotel	Hotel	Médio	Misto	Sim	102	205
Nascentes da Serra	Hotel	Médio	Lazer	Sim	87	226
Presidente Hotel	Hotel	Básico	Misto	Sim	80	120
Águas Hotel	Hotel	Básico	Misto	Não	50	120
Excelsior Hotel	Hotel	Básico	Misto	Não	35	94
Hotel Dan Inn	Hotel	Básico	Misto	Sim	80	200
Hotel D'Oeste	Hotel	Médio	Misto	Sim	44	138
Hotel Estância	Hotel	Médio	Misto	Não	53	150
Hotel Euro Suíte	Hotel	Médio	Misto	Não	40	150
Hotel Floresta	Hotel	Básico	Misto	Não	44	133
Hotel Flórida	Pousada	Básico	Misto	Sim	18	40

Hotel Imperador	Hotel	Médio	Misto	Não	76	170
Hotel São Paulo	Pousada	Básico	Misto	Sim	28	77
Icaraí Palace Hotel	Pousada	Básico	Misto	Não	28	75
Lux Hotel	Hotel	Avançado	Misto	Não	92	230
Príncipe Hotel	Hotel	Básico	Misto	Sim	47	120
Thermas da Mantiqueira	Hotel	Básico	Misto	Sim	59	120
Hotel Guarany da Serra	Hotel	Básico	Misto	Sim	35	90
Hotel Modelo	Hotel	Básico	Misto	Sim	38	120
Hotel dos Nobres	Hotel	Básico	Misto	Sim	29	50
Hotel Planalto	Hotel	Básico	Misto	Sim	27	75
Hotel Salvador	Hotel	Básico	Misto	Não	26	78
Frutícola Vila Rural	Pousada Rural	Médio	Lazer	Sim	6	22
Pousada Beija-Flor	Pousada	Básico	Lazer	Não	12	28
Pousada Girassol	Pousada rural	Básico	Lazer	Não	12	40
Pousada Praia do Sol	Pousada	Básico	Lazer	Não	10	60
Pousada Trem Chic	Pousada Rural	Muito alto	Lazer	Sim	13	32
Pousada Vitória	Pousada	Básico	Misto	Não	17	40
SESC Pousada Poços de Caldas	Hotel	Médio	Misto	Sim	96	220
Amsterdam Lofts	Hostel/Albergue	Médio	Lazer	Não	4	14
Corona Hostel	Hostel/Albergue	Básico	Misto	Não	3	9
Like a Hostel	Hostel/Albergue	Básico	Misto	Não	4	14
Poços Hostel	Hostel/Albergue	Não foi possível avaliar	Negócios	Não	3	20
TripVila	Chalés/Hosp. Independente	Alto	Lazer	Não	4	8
Recanto das Rosas	Hostel/Albergue	Médio	Lazer	Não	3	12
Jardim Secreto Hotel Fazenda	-	-	-	Sim	-	-
Recanto da Ilha	-	-	-	Sim	-	-

Melin Camping Clube	Camping	Básico	Lazer	Não	-	-
Celebration Inn Motel	Motel	Médio	Lazer / Negócios	Não	16	32
Herus Motel	Motel	Médio	Lazer / Negócios	Não	21	42
Lua Nua Motel	Motel	Médio	Lazer / Negócios	Não	23	46
Motel Colibri	Motel	Avançado	Lazer / Negócios	Não	26	52
Motel Freeway	Motel	Médio	Lazer / Negócios	Não	16	32
Motel Sky's	Motel	Médio	Lazer / Negócios	Não	27	54
Chalé Poços de Caldas	Chalés/Hosp. Independente	Avançado	Lazer	Não	1	2
Chalé Aliança	Chalés/Hosp. Independente	Avançado	Lazer	Não	1	2
Chalé Phenix Trip Vila	Chalés/Hosp. Independente	Avançado	Lazer	Não	1	2
Cabana Lírio Trip Vila	Chalés/Hosp. Independente	Alto	Lazer	Não	1	2
Cabanas em Montreal	Chalés/Hosp. Independente	Alto	Lazer	Não	4	8
Chalé Sky	Chalés/Hosp. Independente	Básico	Lazer	Não	1	2
Total: 70				**32**	**3689**	**10528**

- **Santa Rita de Caldas**

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Pousada Santos	Pousada	Básico	Negócios	Não	-	-
Granville Hotel	Hotel	Médio	Misto	Não	26	70
Pousada do Bosque	Pousada	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não	-	-
Pousada Avenida	Pousada	Não foi possível identificar	Não foi possível identificar	Não	5	12

Total: 4	**0**	**31**	**82**

➢ **São João da Mata**

Nome do empreendimento	Tipologia	Padrão	Perfil	CADASTUR	UHs	Leitos
Hotel São João	Pousada	Básico	Negócios	Não	7	20
Rampa do Container	Chalés/Hosp. Independente/Camping	Básico	Lazer	Não	2	4
Hotel Pousada e Restaurante WRJ	Pousada	Básico	Negócios	Não	-	-
Total: 3				**0**	**9**	**24**

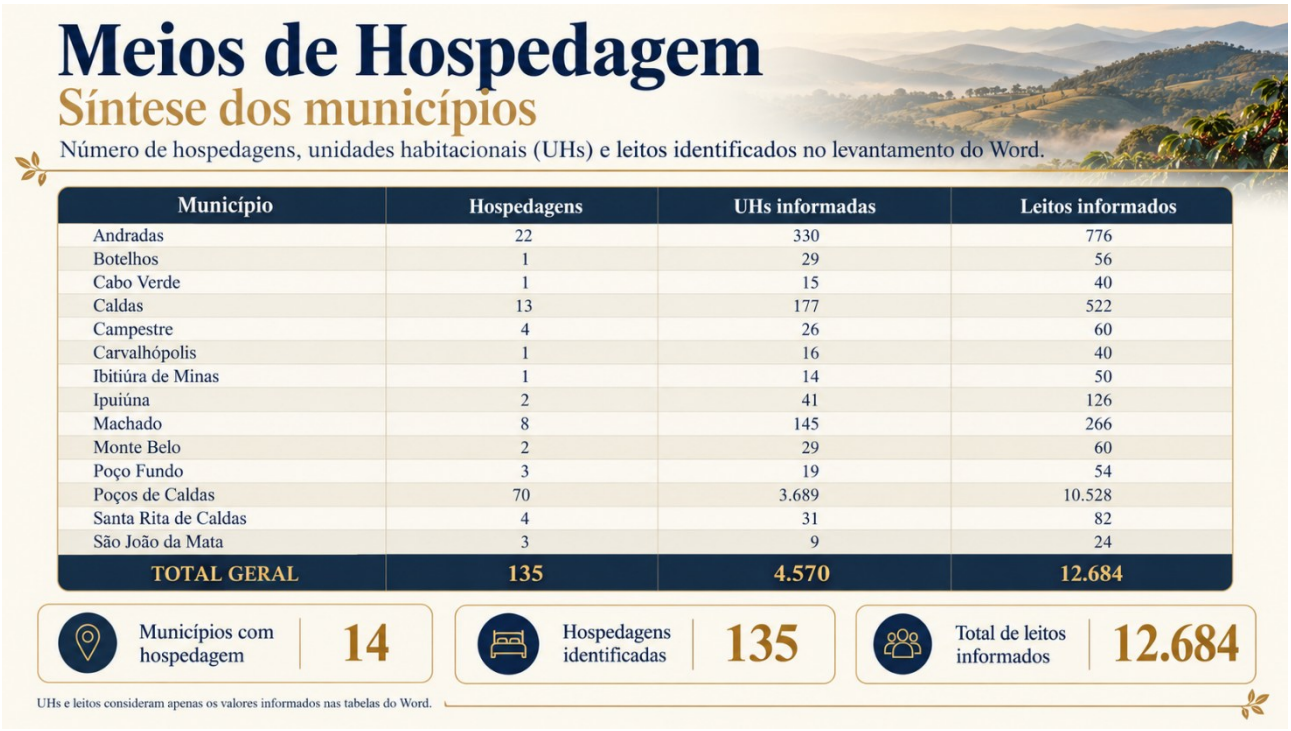


6.18 Análise regional dos meios de hospedagem

O levantamento dos meios de hospedagem da Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais identificou 135 registros de estabelecimentos distribuídos pelos 14 municípios integrantes da região, com capacidade informada de 4.570 unidades habitacionais (UHs) e 12.684 leitos. A pesquisa reuniu diferentes modalidades de acomodação, incluindo hotéis, pousadas, hotéis-

fazenda, resorts, hostels, motéis, campings e hospedagens independentes, como chalés e cabanas turísticas. A diversidade dos empreendimentos identificados caracteriza uma oferta que contempla estruturas convencionais de hospedagem e modalidades relacionadas ao lazer, ao turismo rural e às experiências em ambientes naturais.

A distribuição territorial apresenta diferenças expressivas na concentração dos estabelecimentos. Poços de Caldas reúne 70 registros, correspondentes a aproximadamente 51,9% do total identificado na IGR Caminhos Gerais. Em contrapartida, Botelhos, Cabo Verde, Carvalhópolis e Ibitiúra de Minas apresentaram apenas um estabelecimento cada no levantamento. Essa concentração constitui uma característica importante da organização regional da hospedagem, com implicações para a distribuição dos visitantes, a capacidade de atendimento nos diferentes destinos e a estruturação de roteiros que envolvam a permanência em municípios de menor oferta.



Meios de Hospedagem

Síntese dos municípios

Número de hospedagens, unidades habitacionais (UHs) e leitos identificados no levantamento do Word.

Município	Hospedagens	UHs informadas	Leitos informados
Andradas	22	330	776
Botelhos	1	29	56
Cabo Verde	1	15	40
Caldas	13	177	522
Campestre	4	26	60
Carvalhópolis	1	16	40
Ibitiúra de Minas	1	14	50
Ipuiúna	2	41	126
Machado	8	145	266
Monte Belo	2	29	60
Poço Fundo	3	19	54
Poços de Caldas	70	3.689	10.528
Santa Rita de Caldas	4	31	82
São João da Mata	3	9	24
TOTAL GERAL	135	4.570	12.684

Municípios com hospedagem | 14

Hospedagens identificadas | 135

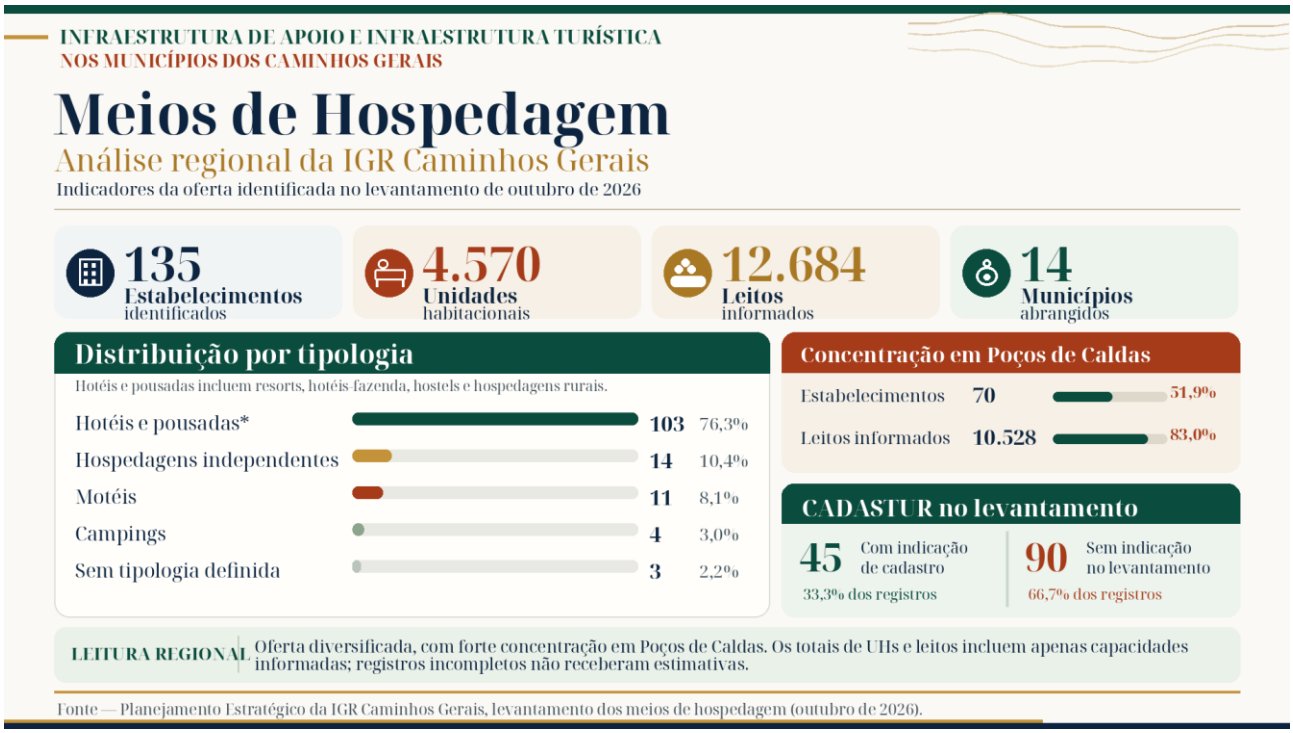
Total de leitos informados | 12.684

UHs e leitos consideram apenas os valores informados nas tabelas do Word.

A classificação dos empreendimentos foi organizada em quatro grupos principais, estabelecidos conforme as características predominantes das acomodações. A categoria hotéis e pousadas concentra 103 registros, abrangendo também hotéis-fazenda, resorts, hostels e hospedagens rurais. Foram identificados 11 motéis, quatro campings e 14 hospedagens independentes. Outros três registros permaneceram sem tipologia definida, em razão da ausência de informações complementares nas fontes consultadas. Nos casos em que um empreendimento apresentava

características associadas a diferentes modalidades, foi adotada uma única categoria, evitando a duplicidade na contagem dos estabelecimentos.

A composição da oferta regional reúne estruturas direcionadas a diferentes necessidades e motivações de viagem. Os estabelecimentos convencionais atendem tanto aos visitantes em viagens de lazer quanto àqueles que se deslocam por motivos profissionais, enquanto as modalidades rurais e independentes apresentam características relacionadas à localização, à paisagem, ao contato com a natureza e às experiências de hospedagem. O levantamento também identificou alternativas associadas à peregrinação e a outras formas de visitação. Essa variedade integra as condições de atendimento a diferentes perfis de público e constitui um aspecto a ser considerado na organização e na promoção dos destinos turísticos da região.



Em relação à situação cadastral, 45 dos 135 registros apresentam indicação de cadastro no Cadastur, correspondendo a 33,3% dos estabelecimentos identificados. Os outros 90 registros, equivalentes a 66,7%, não apresentaram indicação de cadastramento na base utilizada durante a pesquisa. A diferença entre esses quantitativos evidencia a necessidade de ações de orientação e incentivo ao cadastro dos prestadores de serviços turísticos, observadas as exigências legais aplicáveis a cada modalidade de hospedagem. A ausência de indicação no levantamento deve ser considerada

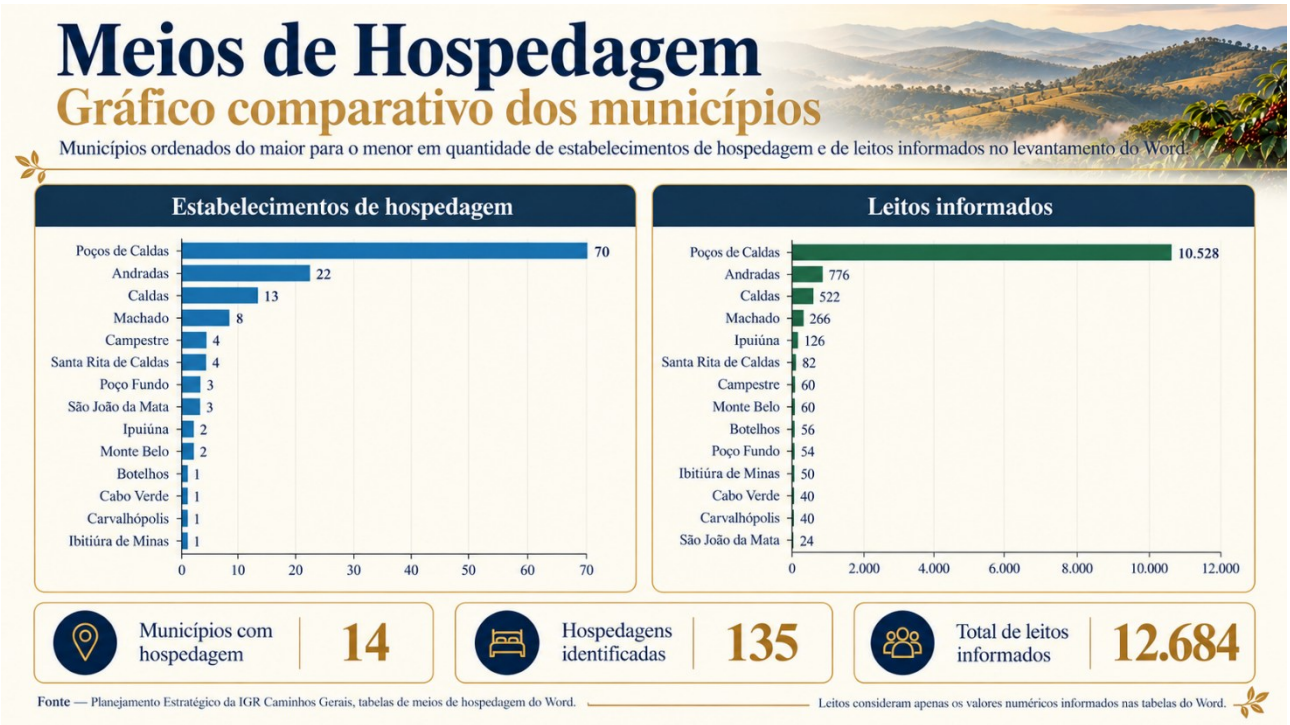
conforme as condições de consulta à base cadastral, sem constituir, isoladamente, uma avaliação da regularidade administrativa dos empreendimentos.

Entre os estabelecimentos identificados no Cadastur, três registros não puderam ser complementados com informações sobre as características das acomodações e sua capacidade de hospedagem. A pesquisa não encontrou dados suficientes nas fontes digitais consultadas para caracterizá-los segundo os critérios adotados. Esses empreendimentos foram mantidos na relação geral, preservando-se os registros cadastrais identificados, sem atribuição de tipologia ou capacidade não verificadas. A insuficiência dessas informações também não estabelece qualquer conclusão sobre suas condições de funcionamento.

A obtenção dos dados relativos à capacidade de acomodação apresentou dificuldades durante a pesquisa. Foram realizadas tentativas de contato com os estabelecimentos por telefone, WhatsApp e redes sociais, buscando confirmar o número de unidades habitacionais e de leitos disponíveis. Parte dos empreendimentos não respondeu às solicitações, enquanto outros optaram por não fornecer essas informações. Também foram encontrados estabelecimentos cujos dados de capacidade não estavam publicados nas plataformas digitais e nos demais canais consultados.

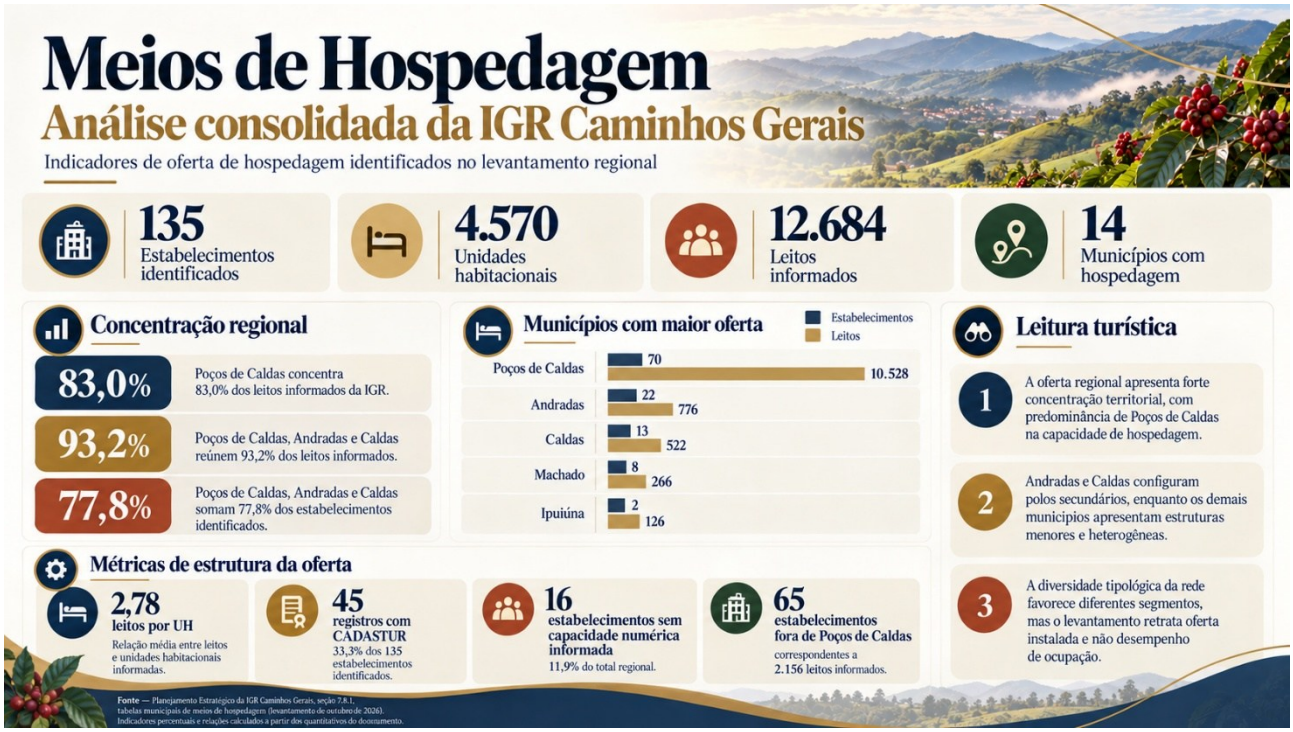
Os quantitativos consolidados de 4.570 UHs e 12.684 leitos correspondem, portanto, à capacidade identificada durante o levantamento. Os estabelecimentos sem informações sobre unidades habitacionais ou leitos foram contabilizados entre os 135 registros, sem inclusão de estimativas para preencher as lacunas. Desse modo, a capacidade efetivamente instalada na região poderá ser superior aos valores apresentados, dependendo da complementação das informações dos empreendimentos que não disponibilizaram esses dados.

A concentração dos estabelecimentos em Poços de Caldas e a presença de modalidades distintas de hospedagem nos demais municípios constituem aspectos relevantes para o planejamento turístico regional. A distribuição identificada deverá ser considerada na organização de roteiros intermunicipais, na divulgação das alternativas de permanência e na articulação entre os diferentes destinos. A existência de empreendimentos com características associadas ao turismo rural, à natureza e às experiências de lazer também oferece referências para a estruturação de produtos turísticos relacionados às particularidades da oferta regional.



Os resultados do levantamento constituem uma base quantitativa para a caracterização da infraestrutura de hospedagem da IGR Caminhos Gerais. A atualização dos dados sobre capacidade instalada, a complementação das informações dos empreendimentos, a orientação para o cadastramento no Cadastur e a qualificação dos serviços integram as necessidades identificadas para o aprimoramento dessa infraestrutura. A utilização dessas informações no planejamento regional poderá orientar iniciativas de promoção dos estabelecimentos, integração entre municípios e organização da oferta de hospedagem em articulação com os demais serviços e atrativos turísticos.

Os levantamentos foram realizados em outubro de 2026, durante a elaboração deste diagnóstico, com base nos critérios operacionais definidos para a IGR Caminhos Gerais.



6.19 Serviços de Alimentação e Bebidas (A&B)

Os serviços de alimentação e bebidas integram a infraestrutura turística dos municípios da IGR Caminhos Gerais, atendendo às necessidades dos visitantes durante sua permanência nos destinos e compondo a oferta de experiências gastronômicas. Restaurantes e outros estabelecimentos do setor podem constituir atrativos turísticos, especialmente quando associados à culinária regional, às tradições alimentares e aos produtos característicos de cada localidade. A diversidade desses serviços, sua distribuição territorial e os períodos de funcionamento influenciam as condições de atendimento, a organização dos deslocamentos e as possibilidades de permanência dos turistas.

O levantamento realizado nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais identificou 483 estabelecimentos de alimentação e bebidas, selecionados conforme sua presença nas fontes consultadas e suas características de atendimento. A pesquisa contemplou restaurantes tradicionais, empreendimentos especializados em culinária regional, estabelecimentos de diferentes especialidades gastronômicas, pizzarias, hamburguerias, cafeterias, padarias, pastelarias, sorveterias, pesqueiros e outros serviços de alimentação identificados como alternativas para os visitantes.

A identificação dos empreendimentos foi desenvolvida mediante consultas ao Google, Tripadvisor, Portal Minas Gerais, páginas oficiais de turismo dos municípios, Inventários da Oferta

Turística municipais e canais digitais dos próprios estabelecimentos, quando disponíveis. A seleção considerou as informações divulgadas sobre suas atividades, especialidades gastronômicas e condições de atendimento. O levantamento possui caráter exploratório e seletivo, não correspondendo a um inventário censitário da atividade gastronômica regional, uma vez que outros estabelecimentos podem integrar a oferta municipal sem constar das fontes pesquisadas.

Para cada empreendimento selecionado, foram organizadas informações referentes à denominação comercial, à principal especialidade gastronômica, aos dias e horários de funcionamento divulgados e à situação de registro no CADASTUR identificada durante a pesquisa. Esses dados foram sistematizados por município, contemplando as modalidades de alimentação e sua disponibilidade nos diferentes períodos da semana.

A distribuição territorial dos 483 registros apresenta diferenças expressivas entre os municípios. Poços de Caldas concentra 217 estabelecimentos, correspondentes a 44,9% do total regional, seguido por Machado, com 64, e Caldas, com 24. Juntos, os três municípios reúnem 305 empreendimentos, equivalentes a 63,1% dos registros identificados. Poço Fundo apresenta 23 estabelecimentos, enquanto São João da Mata contabiliza 21. Nos demais nove municípios, os quantitativos variam entre 11 e 18 estabelecimentos.

Essa distribuição evidencia a concentração dos registros em Poços de Caldas e, em menor proporção, em Machado, ao mesmo tempo que demonstra a presença de serviços de alimentação nos demais municípios integrantes da IGR. A diferença entre os quantitativos deve ser considerada em conjunto com a natureza seletiva da pesquisa, uma vez que os resultados expressam os estabelecimentos identificados pelos procedimentos adotados, e não a totalidade dos empreendimentos existentes em cada localidade.

A oferta de alimentação no período noturno, especialmente de segunda a quinta-feira, recebeu atenção específica no levantamento. A análise considerou os estabelecimentos com atendimento divulgado durante os dias úteis e as alternativas disponíveis para turistas hospedados nos municípios ou envolvidos em atividades após o horário comercial. A disponibilidade desses serviços constitui um aspecto relevante da infraestrutura turística, sobretudo nas localidades com menor quantidade de estabelecimentos identificados e períodos de funcionamento mais restritos.

A caracterização da oferta noturna também contemplou as especialidades gastronômicas dos empreendimentos. Foram diferenciados os serviços que oferecem refeições completas, pratos à la carte e preparações associadas à culinária regional daqueles cuja atividade se concentra na

comercialização de pizzas, hambúrgueres, sanduíches, lanches e porções. Essa distinção considera as diferentes necessidades dos visitantes e as características do atendimento oferecido pelos estabelecimentos, evitando equiparar modalidades de alimentação com serviços distintos.

A distribuição dessas atividades ao longo da semana apresenta particular importância para a organização da oferta turística regional. A existência de estabelecimentos com funcionamento noturno, por exemplo, deve ser examinada conforme o tipo de alimentação oferecida e os dias de atendimento divulgados. A sistematização dessas informações contribui para identificar a disponibilidade de refeições completas e a variedade de alternativas gastronômicas durante os dias úteis, especialmente nos municípios em que a oferta identificada se concentra no horário de almoço ou nos finais de semana.

Os horários registrados correspondem às informações publicadas nas fontes consultadas durante a pesquisa. Em alguns estabelecimentos, foram identificadas informações incompletas, divergentes ou sem confirmação suficiente quanto aos períodos de atendimento. Alterações relacionadas a feriados, sazonalidade, realização de eventos, decisões operacionais e mudanças na administração dos empreendimentos também podem modificar os horários divulgados. Por essa razão, os dados constituem referências para a caracterização da infraestrutura turística e devem ser atualizados antes de sua utilização em materiais oficiais destinados à orientação dos visitantes.

A consolidação regional dos registros reúne informações sobre a distribuição dos estabelecimentos entre os 14 municípios, as especialidades gastronômicas identificadas, os períodos de funcionamento divulgados e a situação cadastral apresentada no levantamento. O conjunto oferece subsídios para o diagnóstico das condições de atendimento, a identificação de concentrações territoriais e o exame das alternativas disponíveis nos diferentes dias e horários, com atenção às refeições noturnas de segunda a quinta-feira.

Essas informações integram o diagnóstico da infraestrutura turística da IGR Caminhos Gerais e constituem referências para iniciativas de qualificação dos serviços, divulgação da gastronomia regional e articulação entre estabelecimentos de alimentação, meios de hospedagem e operadores turísticos. A organização dos dados por município também favorece o planejamento de roteiros intermunicipais e a orientação dos visitantes quanto às alternativas identificadas, considerando as especialidades oferecidas e os períodos de atendimento.

O levantamento foi realizado durante a elaboração deste diagnóstico, de acordo com os critérios operacionais definidos para a pesquisa regional, e apresenta a relação dos estabelecimentos identificados nos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais.

- **Andradas**

Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário de funcionamento divulgado	CADASTUR
Aldeia Velha Restaurante	Comida mineira e buffet rural	Sábado e domingo, 8h–16h.	Não
Cantina Baiana	Culinária mineira e baiana	Seg. e ter., 11h–15h e 18h–22h; qua., 11h–14h; qui., 11h–15h e 18h–22h; sex. e sáb., 11h–23h; dom., 11h–22h.	Não
Casa Geraldo	Gastronomia brasileira e enogastronomia	Sexta, 11h15–14h; sábado e domingo, 11h15–15h.	Não
Dona Luzia Restaurante e Choperia	Comida mineira tradicional	Seg. e ter., 10h30–15h; quarta a domingo, 10h30–22h30.	Não
Figo Cucina	Culinária italiana e massas	Sábado e domingo, 11h–17h.	Não
It's Burger	Hambúrgueres artesanais	Quarta a domingo, 18h30–0h.	Não
Pavilhão Hamburgueria	Sanduíches, porções e salgados	Seg. a qui., 10h–14h e 18h–0h; sex. e sáb., 10h–14h e 18h–1h.	Não
Pizzaria Luna	Pizzas e esfihas	Terça a domingo, 18h–0h; segunda fechada.	Não
Restaurante da Maria	Comida caseira e self-service	Todos os dias, 7h–14h.	Não
Restaurante Donana	Comida caseira	Segunda a sábado, 10h–14h; domingo fechado.	Não
Restaurante Rio Branco	Culinária brasileira tradicional	Seg. e ter., 11h–15h30; quarta a domingo, atendimento também à noite (horários não especificados).	Não
Roma Pizzaria & Choperia	Pizzas	Seg., qua. e qui., 19h–23h; sex. e sáb., 19h–0h; dom., 17h–23h; terça fechada.	Não

Soberano Steak House	Carnes, queijos e culinária contemporânea	Almoço todos os dias; jantar de quarta a domingo.	Sim
Taverna Restaurante e Panquecaria	Panquecas e culinária brasileira	Ter. e qua., 11h–14h30; qui. e sex., 11h–14h30 e 19h–23h; sáb., 11h–15h30 e 19h–23h; dom., 11h–15h30; seg. fechada.	Não
Terminal 22 — Porto das Asas	Gastronomia mineira e contemporânea	Segunda a sábado, 13h–22h; domingo fechado.	Não
Tradicionalle Pizzaria	Pizzas	Segunda e quarta a domingo, 19h–23h; terça fechada.	Não
Total: 16			**1**

- **Botelhos**

Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário de funcionamento divulgado	CADASTUR
Cantina Dona Onça	Comida caseira e culinária mineira	Todos os dias, 11h–14h	Não
Capricho Restaurante e Pizzaria	Comida caseira, pizzas e porções	Seg.–qui. e dom., 11h–14h; sex. e sáb., 11h–14h e 18h–0h	Não
Chef Grill Pizzaria	Pizzas, principalmente delivery	Qua., 18h–22h30; qui., 18h30–22h30; sex.–dom., 18h30–23h30; seg. e ter. fechada	Não
Daniel Lanches	Hambúrgueres, sanduíches e porções	Ter.–dom., 17h–0h; seg. fechada	Não
DS Gourmet	Hambúrgueres e lanches	Todos os dias, 11h30–22h	Não
Flor do Norte	Cafeteria e sabores do Norte de Minas	Ter.–sáb., 9h–18h; dom., 10h–17h; seg. fechada	Não
Forneria Berluz	Pizzas e hambúrgueres	Qui.–dom., 19h–22h; seg.–qua. fechada	Não
Fratelli Pizzaria	Pizzas e culinária brasileira	Ter. e qua., 11h–14h; qui., 11h–22h30; sex. e sáb., 11h–23h30; dom., 11h–14h e 18h–22h30; seg. fechada	Não
Kubanacan Lanches	Sanduíches e lanches	Todos os dias, 18h–0h	Não

Lanchonete e Restaurante do DIL	Refeições caseiras e lanches	Seg.–sáb., 8h30–18h30; dom. fechado	Não
Papa Pizza	Pizzas, lanches e porções	Ter.–qui. e dom., 18h–23h; sex., 18h–23h30; sáb., 18h–0h; seg. fechada	Não
Placar Sport Center	Pizzas, refeições e porções	Seg., 11h–23h; ter.–qui., 10h–23h; sex., 11h–23h; sáb., 10h–14h e 16h–0h; dom. fechado	Não
Restaurante Casarão	Comida caseira, self-service	Todos os dias, 11h–14h	Não
Restaurante do Chiquinho	Comida caseira e pratos tradicionais	Todos os dias, 8h–0h*	Não
Zé Mario Hamburgueria	Hambúrgueres e sanduíches	Todos os dias, 18h–23h	Não
Total: 15			**0**

➢ Cabo Verde

Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário de funcionamento divulgado	CADASTUR
Arena Society Bar	Pizzas, porções e lanches artesanais	Quarta e quinta, 17h–23h; sexta e sábado, 17h–2h; domingo, 17h–23h; segunda e terça fechado (Tripadvisor)	Não
Bar do Trevo	Pizzas, lanches e porções	Terça a quinta, 18h–0h; sexta, 17h–0h; sábado, 16h–0h; domingo, 11h–0h	Não
Barraca do Adriano	Pastéis e caldo de cana	Segunda a sábado, 9h–18h	Não
Hot Place	Lanches e hambúrgueres	Segunda, 18h–22h; terça a domingo, 17h–23h	Não
Kantinho do Chef (São Bartolomeu de Minas)	Hambúrgueres e lanches	Terça a quinta, 15h–21h; sexta e sábado, 15h–23h; domingo, 17h–22h	Não
Lanchonete, Pastelaria e Pizzaria do Antônio Nilson	Pastéis, salgados e pizzas	Segunda a sábado, 8h–23h; domingo, 8h–12h	Não
Minas Café Bar e Restaurante	Comida mineira e caseira	Não identificado	Não

Minas Café Restaurante e Pizzaria	Restaurante e pizzaria	Segunda a sexta, 9h–18h (diretório; confirmar)	Não
Mundo da Pizza: Pizzaria e Restaurante	Pizzas	Segunda a sábado, 17h–23h; domingo, 17h–0h	Não
Pesqueiro Dias	Comida mineira e refeições caseiras	Não identificado	Não
Pesqueiro Dom Peixote	Pesqueiro e alimentação (especialidade não confirmada)	Não identificado	Não
Pesqueiro Waltinho Muniz	Petiscos e porções	Quarta, 15h–0h; quinta e sexta, 15h30–0h; sábado e domingo, 9h–19h	Não
Restaurante da Marli	Comida caseira, buffet	Horários divergentes nas fontes; não confirmado	Não
Restaurante Sal e Pimenta e Petiscaria	Comida mineira, buffet e comida por quilo	Não identificado	Não
Total: 14			**0**

- **Caldas**

Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário de funcionamento divulgado	CADASTUR
Boteco do Gordo	Pizzas e petiscos	Quarta a domingo, 17h–0h	Não
Cantina Jota Faria (Pocinhos)	Culinária mineira	Não identificado	Não
Casa da Pizza	Pizzas	Terça a domingo, 18h30–0h	Não
Churrascaria do Ney	Churrasco e comida brasileira	Todos os dias, 11h–14h30	Não
Dom Docciê Confeitaria e Café	Cafeteria, confeitaria e produtos de alimentação brasileira, conforme classificação encontrada no Cadastur.	Não identificado	Sim
Fogão de Lenha II	Culinária mineira e comida no fogão a lenha	Todos os dias, 7h–19h	Não

Imperial Pizzas e Lanches	Pizzas e lanches	Todos os dias, 18h–0h	Não
Lanchonete & Pousada J Faria	Lanchonete e alimentação brasileira. Também possui atividade de hospedagem.	Diretório comercial informa funcionamento diário, 24 horas, mas não foi possível confirmar os horários de atendimento da lanchonete	Sim
Orange Conveniência (Laranjeiras)	Almoço, culinária brasileira e mineira	Almoço todos os dias; horas não identificadas	Não
Pesqueiro Duque Fish	Peixes e refeições de pesqueiro	Não identificado	Não
Pesqueiro Pé da Serra	Peixes e refeições de pesqueiro	Não identificado	Não
Pizzaria D&D Laranjeiras	Pizzas e lanches	Terça a domingo, 18h–23h	Não
Recanto Raio do Sol	Culinária regional e caseira, incluindo refeições tradicionais, como frango caipira e polenta. Também oferece hospedagem.	Não identificado.	Sim
Restaurante Caldense	Comida caseira e pizzas	Todos os dias, 11h–16h	Não
Restaurante Casa Caipira (Laranjeiras)	Carnes, churrasco e culinária rural	Sábado e domingo, 11h30–16h; há cadastro indicando segunda-feira, sujeito a confirmação	Não
Restaurante Chacrinha	Culinária mineira e caseira	Sexta a domingo, almoço e jantar (horas não identificadas)	Não
Restaurante e Padaria Pimenta Doce	Comida caseira, refeições e padaria	Segunda a sábado, 6h–20h; domingo, 6h–15h	Não
Restaurante e Pesqueiro Cantinho da Roça	Comida caseira e peixes	Não identificado	Não
Restaurante Prosa Mineira	Culinária mineira	Não identificado	Não
Restaurante Sabor e Sossego (Pocinhos)	Culinária rural, refeições sob reserva	Não identificado; atendimento mediante reserva mencionado em avaliações	Não

Restaurante Sol Nascente	Refeições caseiras	Sábado e domingo, 11h–17h	Não
Restaurante Vinícola	Comida mineira, buffet, pizzas e café	Segunda a quinta, 8h–18h; sexta, 8h–23h; sábado, 8h–0h; domingo, 8h–15h	Não
Sabor da Villa	Pizzas e porções	Terça a sábado, 18h–0h; domingo, 18h–0h (outro turno divulgado)	Não
Spaço Pizzaria do Valtinho	Pizzas	Não identificado	Não
Total: 24			**3**

- **Campestre**

Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário de funcionamento divulgado	CADASTUR
Bobby Pizzaria e Hamburgueria	Pizzas e hambúrgueres	Todos os dias, 9h–23h (horário divulgado em plataforma própria)	Não
Brod's Hamburgueria	Hambúrgueres e porções	Seg. a qui. e dom. 10h–23h; sex. e sáb. 10h–0h (horário divulgado em página da marca; confirmar unidade)	Não
Cervejaria K Entre Nós – De Frente para o Futuro (Cadastur)	Bar / bebidas; oferta de refeições não confirmada	Não identificado	Sim
Costella no Bafo Restaurante Rural	Culinária brasileira e carnes	Sábado e domingo, horário divulgado 12h–5h (a confirmar); segunda a sexta fechado	Não
Kasa Nostra Restaurante e Pizzaria	Refeições e pizzas	Não confirmado; diretórios apresentam dados inconsistentes	Não
Mundo da Pizza	Pizzas	Não identificado	Não
Paulo Roberto Generoso ME (Cadastur)	Restaurante e similares; nome fantasia não confirmado	Não identificado	Sim

Petiscaria Gato Mia	Petiscos e porções	Não identificado	Não
Pizzaria Generoso	Pizzas	Qua. a dom., 17h30–0h; seg. e ter. não informados	Não
Restaurante Fogão de Lenha	Comida caseira e culinária mineira	Não identificado	Não
Restaurante Galeto	Frango assado e refeições	Não identificado	Não
Restaurante O Tropeiro	Restaurante / refeições	Não identificado	Não
Restaurante Rancho da Pedra	Culinária regional, grelhados e peixes	Não identificado	Não
Restaurante Zuza	Restaurante / culinária brasileira	Não identificado	Não
Seo Bartô Bar e Restaurante	Refeições e pratos de bar	Seg. e ter. 10h30–14h; qua. e qui. 10h30–14h e 18h–23h; sex. 10h30–14h e 18h–23h; sáb. 10h–14h30 e 18h30–0h; dom. 11h–15h	Não
Total: 15			**2**

- **Carvalhópolis**

Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário de funcionamento divulgado	CADASTUR
Casa de Chopp	Bar; oferta de refeições não confirmada	Quinta e sexta, 17h–0h; sábado, 15h–0h; domingo, 16h–22h.	Não
Casa do Açaí Sorveteria no Campo	Açaí e sorvetes	Segunda a quinta, 14h–18h; sexta, 14h–19h30; sábado e domingo, 13h–19h.	Não
Empório Pão Nosso	Panificação e produtos de confeitaria	Todos os dias, 6h–20h.	Não
Eskina do Espeto	Bar; especialidade específica não confirmada	Não identificado.	Não

Gela Ideia Bar	Bar e petiscos	Terça a domingo, 16h–0h; segunda sem horário divulgado.	Não
Kelinho Lanches	Lanches e sanduíches	Não identificado.	Não
Lanche Vitória	Lanches e sanduíches	Não identificado.	Não
Mandala Restaurante	Comida brasileira e caseira; também identificado como restaurante e pizzaria	Segunda a sexta, 11h–13h; sábado, 11h–13h30 e 19h–22h; domingo, 11h30–13h30.	Não
Pesqueiro Pé da Serra	Comida mineira e culinária regional	Sábado e domingo, 9h–18h.	Não
Restaurante Cana do Reino	Comida brasileira e mineira, refeições caseiras	Cadastro informa 24 horas de segunda a sábado; serviço de refeições à noite não confirmado.	Não
Sorveteria do Zé Roberto	Sorvetes e sobremesas	Segunda a quinta, 6h30–18h; sexta a domingo, 6h30–22h.	Não
TH Lanches	Lanches	Segunda a quinta, 18h30–23h; sexta a domingo, 18h30–23h30.	Não
Total: 12			**0**

- **Ibitiúra de Minas**

Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário de funcionamento divulgado	CADASTUR
Cantinho Pé da Serra	Pizzas e porções	Não identificado	Não
Empório do Açaí	Açaí e sorvetes	Terça a domingo, 12h–22h	Não
Explosão de Sabores Petiscaria	Petiscos e porções	Sexta, 9h–0h; sábado e domingo, 9h–17h; segunda a quinta fechada	Não
Lanchonete e Sorveteria do Perigoso	Lanches, sorvetes e almoço caseiro	Diariamente, 7h–20h	Não

Pesqueiro Hélio Patrício	Peixes, porções e refeições	Terça a sexta, 8h–18h; sábado, 8h–19h; domingo, 8h30–20h	Não
Pesqueiro Vovô Ferreira	Porções e refeições em pesqueiro	Horários variáveis; serviço noturno de refeições não confirmado	Não
Restaurante Paladar	Comida caseira; refeições no almoço	Diariamente, 11h–15h	Não
Restaurante Panela de Barro	Culinária mineira e brasileira	Não identificado	Não
Restaurante Serra de Minas	Comida brasileira, self-service, pratos à la carte e pizzas	Diariamente, 9h–0h; cadastro indica extensão após a meia-noite	Não
Tradição Mineira Restaurante e Marmitaria	Comida caseira e marmitas	Diariamente, 10h30–14h	Não
Villa Junco	Gastronomia rural, refeições e eventos	Não identificado; referências a almoço de domingo	Não
Total: 11			**0**

- **Ipuiúna**

Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário de funcionamento divulgado	CADASTUR
A Toca Hamburgueria	Hambúrgueres	Não identificado.	Não
Beco da Pizza	Pizzas	Quarta a domingo, 18h–23h.	Não
Buteco Fino	Porções, petiscos e hambúrgueres	Quarta e quinta, 18h–0h; sexta, 18h–0h; sábado, 16h–1h; domingo, 16h–22h.	Não

Empório Ipuiunense Café	Café, pão de queijo e produtos regionais	Segunda a sábado, 7h–19h; domingo, 8h–18h.	Não
Espetinho do Tadeu	Espetinhos e porções	Segunda a sexta, 18h–0h; fim de semana sem horário divulgado.	Não
Hot Dog da Jake	Cachorro-quente e lanches	Segunda a quinta, 18h30–21h; sábado e domingo, 18h30–22h30; sexta sem horário divulgado.	Não
Padaria Sabor do Trigo	Panificação, confeitaria e lanches	Todos os dias, 5h–22h.	Não
Pastelaria Sinhaninha	Pastéis e salgados	Segunda a sábado, 9h–17h.	Não
Pesqueiro Canecão	Peixes e refeições de pesqueiro	Sábado e domingo, 9h–18h.	Não
Pizzaria do Apolo	Pizzas	Quarta a domingo, 18h–23h; segunda e terça fechado.	Não
Pizzarias Lanches Mariano	Pizzas e lanches	Não identificado.	Não
Restaurante da Neuza	Comida caseira e refeições	Todos os dias, 10h–14h30.	Não
Restaurante da Pousada Rural	Culinária brasileira e refeições rurais	Quarta a domingo, 10h–17h; segunda e terça sem horário divulgado.	Não
Restaurante da Val 1	Comida mineira, buffet e self-service	Segunda a sábado, 10h30–14h; domingo fechado.	Não
Restaurante e Lanchonete JK	Refeições e lanches	Não identificado.	Não
Restaurante Vó Inácia	Comida mineira e buffet	Segunda a sábado, 10h30–14h; domingo sem horário divulgado.	Não
Taberna Pesqueiro	Refeições e porções em pesqueiro	Sexta, 18h–22h; sábado, 11h–22h; domingo, 11h–18h.	Não
Total: 17			**0**

- **Machado**

	Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário de funcionamento divulgado	CADASTUR
1	+ Açaí	Açaí	Todos os dias, 13h–22h	Não
2	Açaí da Hora	Açaí e sobremesas geladas	Todos os dias, 13h–21h	Não
3	Ampliatto Coffee	Cafés e acompanhamentos de cafeteria	Seg.–sex.: 9h30–19h; sáb.: 9h–19h; dom.: sem horário publicado	Não
4	Auto Posto e Churrascaria Brasão	Churrasco e refeições caseiras	Todos os dias: 5h30–22h	Não
5	Bar e Restaurante Bistecão	Refeições e serviço de bar	Não localizado	Não
6	Biba Panificadora e Confeitaria	Pães, pão de queijo e confeitaria	Seg.–sáb.: 6h–19h; dom.: sem horário publicado	Não
7	Big Lanche	Lanches (especialidade específica não confirmada)	Não localizado	Não
8	Brod's Hamburgueria	Hambúrgueres artesanais	Seg.–qui. e dom.: 10h–23h; sex. e sáb.: 10h–0h	Não
9	Brust's Grill House	Hambúrgueres artesanais	Qua.–dom.: 18h30–22h30; seg. e ter.: sem horário divulgado	Não
10	Café Lounge – Bistrô	Culinária francesa e pratos completos	Seg.–sex.: 11h30–21h30; sáb.: 14h–22h; dom.: 17h–21h (site do estabelecimento)	Não
11	Cantina & Pastelaria D'Paula	Pastelaria e lanchonete	Não localizado	Não
12	Casa do Açaí — Praça Antônio Carlos, 136	Açaí, crepes e lanches	Seg.–sáb., 13h–21h; dom., 13h30–22h	
13	Casa do Açaí (embaixo do Hotel Marine) — Praça Antônio Carlos, 69	Lanches em geral, refeições, sobremesas	Seg.–sex., 9h30–21h; sáb., 9h–22h; dom., 15h–22h	Não
14	Casa do Pão de Queijo	Pão de queijo e lanches (categoria cadastrada)	Não localizado; operação atual não confirmada	Não
15	Chalé Lanches	Sanduíches e lanches	Seg.–qui.: 17h–0h; sex.: 17h–1h; sáb.: 17h–3h; dom.: 17h–1h	Não
16	Churrascaria e Pizzaria Carretão	Churrasco, comida mineira, pizzas e porções	Todos os dias: 9h–23h	Não

17	Coringa Lanches	Hambúrgueres e lanches	Não localizado	Não
18	Di Conti Pizzas	Pizzas, delivery e retirada	Ter.–qui.: 18h30–22h30; sex.: 18h30–23h; sáb.: 18h30–23h30; dom.: 18h30–22h30	Não
19	Dri Sushi	Culinária japonesa	Qua.–sex.: 10h–22h; sáb.: cadastro indica 24h (não confirmado); demais dias: não divulgado	Não
20	Eskimó	Sorvetes e picolés	Todos os dias, 10h–19h	Não
21	Espetinho do Testa	Espetinhos e porções	Seg.: 17h–22h30; ter.–qui.: 17h–23h; sex.: 17h–0h; sáb.: 17h–23h	Não
22	Estabelecimento de açaí em Douradinho — nome a confirmar	Açaí	Dom., 13h30–20h; demais dias sem horário divulgado. Informação não reconfirmada.	Não
23	Estância Ney (Pesqueiro do Ney)	Culinária mineira, peixes e porções	Ter.–sáb.: 10h–0h; dom.: 10h–18h; seg.: não divulgado	Não
24	EXAGELADO Milkshake e Açaí	Milk-shakes, açaí e sorvetes	Todos os dias, 13h–20h	Não
25	Franpô Container Beer	Porções e petiscos	Qui.–sáb.: 18h–23h30; demais dias: não divulgado	Não
26	G&G Restaurante e Lanchonete	Restaurante e lanchonete (cardápio não confirmado)	Não localizado	Não
27	House Pizzaria	Pizzas, delivery e retirada	Seg.–qui. e dom.: 18h30–22h; sex. e sáb.: 18h30–23h	Não
28	Huummburguer	Hambúrgueres artesanais	Seg.: 18h20–22h; ter.–qui.: 18h20–22h30; sex.–dom.: 18h20–23h30	Não
29	Império do Pão de Queijo	Pães de queijo, salgados e pastéis	Seg.–sex.: 8h–18h; sáb.: 8h–13h; dom.: sem horário publicado	Não
30	Lanchonete do Supermercado Cristal — Rua Irmão Arnaldo Isidoro, 244	Lanches e produtos de padaria	Horário próprio não confirmado. Supermercado aberto seg.–sáb., 8h–19h.	Não
31	Lanchonete do Supermercado Cristal 2 — Rua Jacarandá, 11, Vila Assunta	Lanches e produtos de padaria	Horário próprio não confirmado. Supermercado aberto seg.–sáb., 8h–20h; dom., 8h–13h.	Não
32	Lanchonete e Restaurante Tip Top	Restaurante e lanchonete (cardápio não confirmado)	Não localizado	Não

33	Lanchonete Ponto de Encontro	Lanches (especialidade específica não confirmada)	Não localizado	Não
34	Laryssa Sorvetes	Sorvetes, açaí e milk-shakes	Seg.–sex., 12h–19h; sáb. e dom., 12h–20h30	Não
35	Minas Café	Cafés e itens de cafeteria	Horários divergentes entre fontes; confirmar	Não
36	Nando Lanches	Lanches (especialidade específica não confirmada)	Não localizado	Não
37	O Ponto do Café	Café e salgados	Seg.–sex.: 8h–18h; sáb.: 8h–12h; dom.: sem horário publicado	Não
38	Oliva Culinária Self Service	Self-service e refeições caseiras	Seg.–sáb.: 11h–14h; dom.: sem horário divulgado	Não
39	Padaria Pão de Mel	Pães e produtos de padaria	Não localizado	Não
40	Padaria Santo Amaro	Pães, salgados e lanches	Seg.–sex.: 5h30–19h; sáb.: 6h–19h; dom.: 6h30–11h	Não
41	Pastelaria da Donica	Pastel de fubá e salgados	Seg.–sáb.: 7h–18h; dom.: 7h–12h (listagem pública)	Não
42	Pastelaria da Luzia	Pastéis e salgados	Seg.–sáb.: 6h30–20h; dom.: sem horário publicado	Não
43	Pastelaria do Davi	Pastelaria e lanches (cardápio específico não identificado)	Todos os dias: 6h–23h (listagem pública)	Não
44	Pastelaria do Jairo	Pastel de fubá e outros pastéis	Não localizado	Não
45	Pastelaria Pequim	Pastéis e salgados	Não localizado	Não
46	Pesqueiro e Restaurante Peixe Vivo	Peixes e culinária brasileira	Qua.–dom.: 8h30–17h; seg. e ter.: fechado	Não
47	Pesqueiro Escama de Ouro 2	Peixes e porções	Todos os dias: 8h–17h30	Não
48	Piu Bella Pizzaria	Pizzas e massas	Qua.–sáb.: 18h–0h; dom.: 18h–23h; seg. e ter.: sem horário divulgado	Não
49	Pizza em Dobro	Pizzas	Qua.–dom.: 17h–23h; seg. e ter.: sem horário divulgado	Não
50	Ponto do Crepe	Crepes e lanches	Não localizado	Não

51	Restaurante Amélia	Culinária mineira/brasileira e pratos do dia	Seg.–qui. e dom.: 11h–14h30; sex. e sáb.: 11h–14h30 e 18h–0h	Não
52	Restaurante da Tia Cida	Comida mineira e caseira	Seg.–sáb.: 9h30–14h; dom.: sem horário divulgado	Não
53	Restaurante do Chico	Self-service, comida brasileira	Todos os dias: 11h–14h	Não
54	Restaurante Dom Paco	Comida caseira, pratos brasileiros e massas	Seg.–sáb.: 11h–14h e 19h–22h; domingo: sem atendimento divulgado	Não
55	Restaurante e Lanchonete Cantinho Mineiro	Restaurante e lanchonete (cardápio não confirmado)	Não localizado	Não
56	Restaurante e Pesqueiro Naomi	Peixes, refeições brasileiras e porções	Todos os dias: 8h–18h	Não
57	Restaurante Ventania (Sô Pedro)	Refeições caseiras e lanches de estrada	Todos os dias: 6h–22h	Não
58	Rinaldo Churros	Churros	Não localizado	Não
59	Saint Burguer	Hambúrgueres e sanduíches	Não localizado	Não
60	Sorveteria Alaska	Sorvetes	Seg.–sex., 12h–19h; sáb. e dom., 12h–20h	Não
61	Sorveteria Arco-íris	Sorvetes	Todos os dias, 13h–18h	Não
62	Sorveteria Ula Ula	Sorvetes, picolés e açaí	Seg.–qui., 11h–21h; sex., 11h–22h; sáb. e dom., 12h30–22h	Não
63	Tarantella Pizzas e Massas	Pizzas e massas italianas	Qua. e qui.: 18h–23h; sex. e sáb.: 18h–23h30; dom.: 18h–23h; seg. e ter.: sem horário divulgado	Não
64	Tomatinho Lanches	Lanches (especialidade específica não confirmada)	Não localizado	Não

- **Monte Belo**

Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário de funcionamento divulgado	CADASTUR
Arena Beach Bar	Bar e restaurante, porções e alimentação informal	Todos os dias, 8h–0h; serviço de refeições noturnas não confirmado	Não
Bar do Zezé (Juréia)	Porções e peixes	Não identificado	Não

Chef Nivan – Sushi & Temaki	Culinária japonesa, delivery e retirada	Quinta a sábado, 18h–22h; demais dias não informados	Não
Empório da Cris	Cafeteria, lanches e produtos regionais	Todos os dias, 8h–18h	Não
Empório do Pão	Padaria, salgados e lanches	Segunda a sábado, 6h–19h30; domingo, 7h–12h	Não
Espetinho do Anjinho	Espetinhos e porções	Atendimento noturno indicado; dias e horários completos não confirmados	Não
F & M Salgaderia	Salgados e refeições caseiras	Segunda a sexta, 7h30–17h30; sábado, 7h–14h; domingo não informado	Não
La Mantuan Pizzaria	Pizzas, principalmente delivery	Quinta a sábado, 19h–22h30; demais dias sem horário divulgado	Não
La Prediletta	Pizzas, refeições e produtos mineiros	Todos os dias, 9h–21h	Não
Mont Beer	Restaurante, refeições no almoço e petiscos	Todos os dias, 10h45–14h; terça a domingo, 18h30–0h; segunda à noite não indicada	Não
Pão de Ouro Music Pub	Refeições informais, lanches e porções	Terça a quinta, 18h–23h30; sexta a domingo, 18h–0h; segunda fechada	Não
Pastelaria Pastelícia	Pastéis e lanches	Sexta a domingo, 18h30–22h30; demais dias não informados	Não
Rancho do Vale (Juréia)	Restaurante e refeições	Quinta a domingo, 16h–23h; cardápio noturno não confirmado	Não
Restaurante e Bar Divina Gula	Restaurante e bar; especialidade não identificada	Terça a quinta, 12h–1h30; sexta e sábado, 12h–2h; domingo, 12h–0h; segunda fechado	Não
Restaurante Ki-Delícia	Restaurante; especialidade não identificada	Cadastro indica 24 horas; serviço de refeições noturnas não confirmado	Não
Saboretto	Pizzas e pratos como parmegiana	Quarta a domingo, 18h–0h; segunda e terça fechado	Não
Tesouro Burguer	Hambúrgueres e lanches	Segunda a sexta, 16h–3h; sábado, 16h–4h; domingo, 12h–4h	Não
Villa Sinhá Restaurante e Buffet	Comida brasileira, buffet e refeições	Terça a domingo, 11h–14h	Não
Total: 18			**0**

➢ **Poço Fundo**

Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário divulgado	CADASTUR
Bar do Arnaldo	Lanches e porções	Não identificado	Não
Bar do Tiãozinho	Culinária mineira; bife a cavalo	Terça a sábado, 8h–2h (Portal Minas Gerais; confirmar horário de refeições)	Não
Bar do Xandão	Comida mineira e porções	Não identificado	Não
Bar do Zé Luiz	Porções e petiscos	Sexta e sábado, 15h–1h; domingo, 11h–15h; demais dias não identificados	Não
Bar Restaurante da Dila	Comida brasileira e refeições	Diariamente, 10h–20h (portal turístico)	Não
Beto Lanches	Lanches, cachorro-quente e pizzas	Quarta a domingo, 18h30–0h; demais dias não identificados	Não
Cantinho Mineiro – Restaurante e Lanchonete	Comida caseira	Segunda a sábado, 11h–13h	Não
Dil Lanches	Lanches	Quarta a sexta, 18h–23h; sábado e domingo, 18h–22h; demais dias não identificados	Não
Disk Pizza e Lanches do Edinho	Pizzas e lanches	Não identificado	Não
Kebinho Lanches e Pizza	Lanches e pizzas	Segunda a quinta, 7h–17h; sexta, 7h–16h; sábado, 7h–11h	Não
Lanchonete e Pizzaria Tio Scooby	Pizzas e lanches	Diariamente, 18h30–23h	Não
Pastelaria Cheirinho de Pastel	Pastéis e lanches	Quinta, 18h–22h30; sexta e sábado, 18h–0h; demais dias não identificados	Não
Pesqueiro Escama de Ouro 2	Peixes e refeições de pesqueiro	Não identificado com segurança	Não
Pizzaria Dom Pedrão	Pizzas	Quarta a domingo, 18h–23h; segunda e terça fechado	Não

Ponto Certo Pizzaria	Pizzas e lanches	Terça a domingo, 18h–0h; segunda fechado	Não
Restaurante A Cantina	Comida caseira, buffet/self-service	Segunda a sábado, 10h30–14h30	Não
Restaurante Alto da Serra	Restaurante; especialidade não confirmada	Não identificado	Não
Restaurante Bom Prato	Refeições; especialidade não confirmada	Não identificado	Não
Restaurante do Társis	Comida caseira, refeições no almoço	Segunda a sábado, 10h30–14h (portal turístico)	Não
Restaurante e Pastelaria do Társis	Pastéis e lanches	Segunda, 8h–16h; terça a sábado, 8h–22h; domingo, 15h–22h (cadastro comercial)	Não
Restaurante e Pesqueiro Moriah	Refeições e pescados; pesqueiro	Não identificado com segurança	Não
Restaurante e Pizzaria Minha Deusa	Refeições e pizzas	Não identificado	Não
Saborella Pizzaria	Pizzas; delivery e retirada	Quinta e sexta, 18h30–23h; sábado e domingo, 18h–23h; demais dias não identificados	Não
Total: 23			**0**

➢ **Poços de Caldas**

	Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário divulgado	CADASTUR
1	A Feirinha	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 08h30 às 19h.	Não
2	A Napoletana Pizzeria	pizza	terça a domingo das 18h às 23h.	Não
3	Absolutto Carnes e Queijo	carnes	diariamente, das 11hs às 23h.	Não
4	Açaí Mania	Não informado no inventário	diariamente, das 11h às 22h.	Não
5	Alex Lanches	Não informado no inventário	segunda a quinta das 18h30 às 00h45. Sexta e sábado das 18h30 às 02h30. Domingo das 18h30 às 01h	Não
6	Amato Gelateria	Não informado no inventário	terça a sexta, das 12h às 19h30. Sábado e domingo, das 12h às19h	Não
7	Ancora Coffe House	Não informado no inventário	segunda a sábado, 9h às 20h.	Não
8	Armazém da Vila	cozinha clássica e vinhos	quarta a sexta, das 18h às 23h. Sábado das 12h às 23h. Domingo, das 12h às 17h	Não
9	Art Café	Não informado no inventário	terça a quinta, das 10h às 19h. Sexta e sábado, 9h às 19h.	Não
10	ATF Pizza	pizza	diariamente das 12h às 23h.	Não
11	Banofee Torteria	Não informado no inventário	segunda a sexta, das 11h às 19h. Sábado e domingo das 12h às 19h	Não
12	Bar do Duti	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 16h à 00h30.	Não
13	Bar do Jayme	Não informado no inventário	terça a quinta, das 16 às 00h. Sexta das 16h à 01h, das 14h. Sábado das 11h à 01h. Domingo das 11h às 22h.	Não
14	Bar do Sapé	Não informado no inventário	diariamente, das 06h às 22h.	Não
15	Bar e Charcutaria Caldense	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 10h às 18h. Domingo das 10h às 13h.	Não
16	Bar e Restaurante do Júnior	Não informado no inventário	diariamente das 11h às 23h.	Não
17	Bar Lei Seca	Não informado no inventário	segunda a quinta, das 10h30 às 16h. Sexta e sábado das 10h30 às 19h. Domingo das 10h30 às 18h	Não
18	Bardo Dé	Não informado no inventário	terça a sábado das 11h às 00h30. Domingo das 11h às 18h. Segunda das 11h às 14h30	Não
19	Battello Restaurante	pratos a la carte	terça a quinta e domingo, das 11hs às 17h. Sexta e sábado das 11h às 23h.	Não

20	Becco Burger	Não informado no inventário	segunda a sexta, das 17h às 22h30. Sábado e domingo das 14h às 23h30	Não
21	Becco da Esquina	Não informado no inventário	terça a quinta, das 17h à 23h. Sexta das 11h30 às 00h. Sábado das 11h30 às 00h. Domingo, das 11h30 às 16h.	Não
22	Becco Gastronomia	pratos executivos e a la carte	diariamente das 11h às 15h. Sexta e sábado das 19h às 22:30	Não
23	Bela Casa Café	Não informado no inventário	segunda das 14h30 às 18h30. Terça a sábado das 09h às 18h30	Não
24	Benibara	culinária japonesa	diariamente das 18h às 23h. Sábado e domingo das 12h às 16h	Não
25	Big Fish Grill	peixes e frutos do mar	domingo a quinta, das 11h às 22h. Sexta e sábado, das 11h às 23h	Não
26	Bigodera	Não informado no inventário	segunda a quinta, das 17h às 00h. Sexta e sábado das 11h às 02h. Domingo das 11h às 00h.	Não
27	Bigu's Burger	Não informado no inventário	segunda à quinta, das 18h às 23h. Sexta a domingo, das 18h às 00h	Não
28	Bisaggio's Coffee	Não informado no inventário	segunda a sexta, das 08h às 18h. Sábado das 8h às 12h.	Não
29	BlackJack Tap House	Não informado no inventário	quarta e quinta, das 17h às 23h. Sexta das 17h às 01h. Sábado das 16h às 01h.	Não
30	Blend Burger	Não informado no inventário	terça a domingo, das 18h às 23h.	Não
31	Bodega	Não informado no inventário	terça a quinta, das 16h às 00h. Sábado e domingo das 16h às 01h.	Não
32	Bold Bloom	Não informado no inventário	segunda a sábado, 10h às 21h.	Não
33	Bombocado	self-service e café	segunda a sexta, das 7h às 19h30. Sábado das 8h às 16h.	Não
34	Borelli Gelateria	Não informado no inventário	diariamente 12h às 20h30	Não
35	Boteco BenVindo	Não informado no inventário	segunda a quinta das 11h às 23h. Sexta e sábado das 11h à 00h. Domingo das 11h às 22h	Não
36	Boteco do Ronaldo	Não informado no inventário	quinta a domingo das 10h às 20h.	Não
37	Box 100 Tap Bar	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 10h às 20h. Domingo das 10h às 15h.	Não
38	Box 29 cofffe	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 7h às 18h. Domingo das 7h às 12h	Não
39	Brazco Bar	Não informado no inventário	terça e quarta, das 17h às 23h. Quinta e sexta das 17h às 00h. Sábado das 11h às 00h. Domingo das 11h às 21h.	Não
40	Brod's Burger	Não informado no inventário	domingo a quinta, das 10h às 23h. Sexta e sábado das 10h às 00h.	Não

41	Burger King	Não informado no inventário	diariamente das 11h às 22h.	Não
42	Cabana Pizzaria	Pizza	diariamente das 18h às 23h.	Não
43	Café Concerto	Não informado no inventário	quarta a segunda das 10h às 20h	Não
44	Café Conosco	Não informado no inventário	segunda a sábado das 09h às 18h30	Não
45	Café da Fonte Dos Amores	Não identificado	Não identificado	Sim
46	Café da Praça	Não informado no inventário	diariamente, das 08h às 21h.	Não
47	Café do Cristo	Não informado no inventário	domingo a sexta das 9h às 18h. Sexta e sábado das 09h às 19h.	Não
48	Café do Recanto Japonês	Não identificado	Não identificado	Sim
49	Café do Zoo Das Aves	Não identificado	Não identificado	Sim
50	Café e Padaria Pão de Queijo	Não informado no inventário	segunda a sexta, das 06h às 19h. Sábados das 6h às 17h	Não
51	Cancun Steak Burger	culinária mexicana e texana	domingo a quinta, das 11h às 22h. Sexta e sábado, das 11h às 23h	Não
52	Caos Pizza Bar	pizza	terça a domingo, das 18h às 23h.	Não
53	Capiau Sabor Mineiro	Não informado no inventário	terça a domingo, das 09h às 19h	Não
54	Capitão Grill Restaurante	grelhados, massas e saladas	terça a sexta, das 11h às 15h. Sábado e domingo das 11h às 16h. Sexta e sábado das 19h às 22h	Não
55	Capitão Pub	Não informado no inventário	terça a quinta, das 16h às 23h30. Sexta das 16h às 00h. Sábado das 11h às 00h30. Domingo das 11h às 16h	Não
56	Carol Coxinhas	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 11h às 20h30.	Não
57	Carolices	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 9h às 19h.	Não
58	Casa Arbene	Não informado no inventário	segunda a sexta, das 10h às 19h. Sábado das 9h às 19h	Não
59	Casa Das Festas	Não identificado	Não identificado	Sim
60	Casa de Vitaminas Três Canários	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 09h às 21h. Domingo, das 11h às 19h.	Não
61	Casa do Açaí e Café Beduíno	Não informado no inventário	diariamente, das 8h às 20h.	Não
62	Casa do Colono	Não informado no inventário	diariamente, das 9h às 20h.	Não
63	Casa do Pão de Queijo	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 8h30 às 19h.	Não

64	Casa Minerva	culinária contemporânea	terça a quinta, das 16h às 23h30. Sexta e sábado das 11h30 as 23h30. Domingo das 11h30 às 16h.	Não
65	Casarão 681	culinária contemporânea	terça a sexta das 17h à 00h. Sábado, domingo e feriado, das 11h à 22h	Não
66	Casarão Vecchio	Não informado no inventário	segunda a quinta, das 10h às 19h. Sexta e s ábado das 10h às 23h. Domingo das 11h às 16h	Não
67	Cervejaria Bones	Não informado no inventário	segunda a quarta, das 08h30 às 17h30. Quinta e sexta das 08h30 às 01h. Sábado das 18h à 01h.	Não
68	Chibarras cafeteria e bistrô	Não informado no inventário	quarta e quinta, das 10h às 19h. Sexta a domingo, das 10h às 20h.	Não
69	Chico Biella	Não informado no inventário	quarta a sexta, das 17h às 23h. Sábado das 11h às 00h. Domingo das 11h às 17h.	Não
70	Chiquinho Sorvetes	Não informado no inventário	segunda a sexta, das 10h30 às 22h. Sábado, das 12h às 23h. Domingo das 13h às 22h.	Não
71	Choperia e Café do Pedrinho	Não informado no inventário	terça a sexta, das 15h às 03h. Sábado das 11h às 03h. Domingo das 11h às 20h.	Não
72	Churros Bom Demais	Não informado no inventário	terça a domingo, das 16h às 22h.	Não
73	Conserva!	Não informado no inventário	terça a quinta e domingo, das 12h às 00h. Sexta e sábado das 12h às 02h	Não
74	Coyote Tap House	Não informado no inventário	domingo a quarta das 17h às 23h. Quinta a sábado das 17h às 00h.	Sim
75	Cozinha 115	Não informado no inventário	domingo a quinta, das 18h às 22h30.	Não
76	CQC Bar	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 11h às 15h. Terça a domingo das 18h às 00h	Não
77	Crazy Taste Hamburgueria	Não informado no inventário	diariamente, das 11h às 00h.	Não
78	Cream Berry - Akasa do Açaí	Não informado no inventário	diariamente, das 13h às 22h.	Não
79	Cucina Francesco	culinária italiana e brasileira, pães e confeitaria	segunda a sábado das 10h às 20h.	Não
80	D'Gust Confeitaria e Café	Não informado no inventário	segunda a sexta das 12h às 19h.	Sim
81	Delícias da Vó Divina	pratos executivos	diariamente das 11h às 15h. Terça a sexta, das 18h30 às 21h	Não
82	Disnei Lanches	Não informado no inventário	segunda e terça, das 11h às 02h. Quarta e quinta das 11h às 04h. Sexta a domingo das 11h às 05h	Não

83	Doca Craft Beer	Não informado no inventário	terça a sexta, das 11h às 23h. Sábado das 10h às 23h. Domingo das 10h às 16h.	Não
84	Doce da Roça	Não informado no inventário	segunda a quinta, das 10h às 19h. Sexta das 10h às 20h. Sábado das 9h às 22h. Domingo das 09h às 20h	Não
85	Dona Dulce Classic Burger	Não informado no inventário	terça a domingo, das 18h às 23h	Não
86	Duckbill Cookies e Coffee	Não informado no inventário	diariamente das 08h às 20h	Não
87	Empada da Praça	Não informado no inventário	diariamente das 9h às 21h	Não
88	Entrecote Carnes Nobres E Emporio	Não identificado	Não identificado	Sim
89	Espetinho Bar	Não informado no inventário	diariamente, das 11h às 14h30 e das 18h às 23h.	Não
90	Espetinho Pizza Grill	Não identificado	Não identificado	Sim
91	Fenícia Extra	culinária brasileira, massas e carnes	domingo a quinta, das 11h às 22h30. Sexta e sábado das 11h às 00h	Não
92	Fire Burger Angus	Não informado no inventário	diariamente das 19h às 23h	Não
93	Floricitá Café	Não informado no inventário	diariamente, das 8h30 às 22h30.	Não
94	Flow	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 11h às 21h.	Não
95	Food Truck Cascata Das Antas	Não identificado	Não identificado	Sim
96	Food Truck Veu Das Noivas	Não identificado	Não identificado	Sim
97	Forrobodó	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 9h às 19h	Não
98	Furto Pizza	pizza	quarta a domingo das 18h às 22h.	Não
99	Gelateria Dubelato	Não informado no inventário	diariamente, 11h às 22h	Não
100	Gente que faz Lanches	Não informado no inventário	diariamente, das 09h às 00h.	Não
101	Gibo Pastéis	Não informado no inventário	terça a sexta das 10h às 19h. Sábado, das 8h às 18h. Segunda das 12h às 19h	Não
102	Gilbertinho Pizza Bar	pizza, porções e pratos a la carte	terça a sexta e domingo, das 17h às 23h. Sábado até as 00h.	Não
103	Gon Bonne Pizza	pizza	domingo a quinta, das 11h às 22h. Sexta e sábado das 10h30 às 00h.	Não
104	Gonçalves Cervejaria Artesanal / Alameda Poços	Não informado no inventário	quarta a sexta, das 14h às 22h. Sábado das 10h às 22h. Domingo das 10h às 17h	Não

105	Gorillaz Cervejaria Artesanal	Não informado no inventário	quarta das 16h às 23h. Quinta das 10h às 23h. Sexta e sábado das 10h às 00h. Domingo das 10h às 14h.	Não
106	Hakuna Batata	executivo, batata recheada e hamburguer	diariamente das 11h às 22h.	Não
107	Hamburgão do Faustão	Não informado no inventário	domingo à quinta, das 19h às 02h. Sexta e sábado, das 19h às 04h	Não
108	Havana Café	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 08h às 20h.	Não
109	Help Hour	Não informado no inventário	terça a domingo, das 13h às 23h.	Não
110	Hill Beer	Não informado no inventário	quinta a sábado das 18h30 às 23h00.	Não
111	I Fratelli	massas e culinária mineira	diariamente, das 11h às 14h.	Não
112	Jardim Secreto	culinária francesa	restaurante a portas fechadas - sob reserva	Não
113	Jardineira Restaurante e Forneria	pizzaria, a la carte e self service	domingo a quinta das 11h às 22h. Sexta e sábado das 11h às 23h.	Não
114	Jin Jin Culinária Asiática	culinária japonesa	Segunda a sábado, das 10h às 22h. Domingos, das 10h às 19h.	Não
115	Justo no Terraço	Não informado no inventário	quinta a sábado, das 18h às 00h.	Não
116	Katutu's Grill	pratos executivos	domingo a quinta, das 11h às 22h. Sexta e sábado das 10h30 às 00h.	Não
117	Kidelícia Lanches	Não informado no inventário	domingo a quinta, das 12h30 às 00h. Sexta e sábado das 11h às 02h	Não
118	Kombiroska	Não informado no inventário	segunda a sexta das 11h às 14h e das 17h às 00h. Sábado das 11h às 00h. Domingo das 11h às 18h.	Não
119	Kopenhagen	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 09h às 19h. Domingo das 10h às 17h	Não
120	L'ami Bistrô	culinária brasileira, contemporânea e sul americana	quarta a sábado, das 19h às 00h. Sábado e domingo das 09h às 16h.	Não
121	La Casa Café e Restaurante	pratos executivos e caldos	diariamente, das 10h às 15h	Não
122	La Madre Cervejaria	Não informado no inventário	terça a quinta das 18h às 00h. Sexta das 18h às 01h. Sábado das 15h às 01h	Não
123	Labanie Comida Árabe	culinária árabe e contemporânea	terça a domingo, das 11h às 15h.	Não
124	Lammas Bistrot	gastronomia francesa	terça a domingo das 12h às 14h30 e das 19h às 22h	Não

125	Lanches Califórnia	Não informado no inventário	diariamente, das 11h às 00h.	Não
126	Lascaux	Não informado no inventário	segunda, quarta, quinta e sexta, das 11h30 às 19h. Sábado das 10h às 20h. Domingo das 10h às 19h	Não
127	Leopoldina Bistrô	almoço self service e culinária contemporânea no jantar a la carte	segunda a sábado das 09h às 18h45. Domingo das 12h às 14h45.	Não
128	Lion BBQ Burger	Não informado no inventário	quarta a segunda das 18h às 22h30.	Não
129	L'itália Confeitaria	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 09h às 20h.	Não
130	L'itália Gourmet	almoço self service	segunda a sábado, das 9h às 19h.	Não
131	Lucaskinhas Sorvetes e Milk-Shakes	Não informado no inventário	segunda a quinta 10h às 22h. Sexta a domingo das 10h às 23h	Não
132	Luciana Barbosa Doceria	Não informado no inventário	terça a sábado, das 10h30 às 19h. Segunda das 11h às 19h	Não
133	Lugano Gramado	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 09h às 19h. Domingo das 09h às 18h	Não
134	Mantissa Café	Não informado no inventário	segunda a sábado das 9h às 19h	Não
135	Maturare Queijaria e Cafeteria	Não informado no inventário	segunda e terça, das 9h às 18h30. Quarta a sábado das 9h às 19h.	Sim
136	Mc Donald's	Não informado no inventário	segunda a quinta, das 9h às 22h. Sexta e sábado, das 9h às 00h. Domingos e feriados, das 11h às 22h. Av. João Pinheiro: domingo a quint, das 10h às 23h. Sexta e sábado das 10h às 3h.	Não
137	Me Poupa Hamburgueria Artesanal	Não informado no inventário	diariamente das 18h às 23h45.	Não
138	Merlot Wine Experience	culinária contemporânea	segunda a sábado, das 11h às 00h.	Não
139	Mi Casita Sorveteria	Não informado no inventário	segunda a sexta, das 11h às 19h. Sábado e domingo das 11h às 21h.	Não
140	Milk Moo	Não informado no inventário	diariamente, das 12h às 00h.	Não
141	Milk Shake e Cia	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 10h às 22h. Domingos e feriados, das 11h às 22h	Não
142	Minas Chopp	Não informado no inventário	diariamente das 11h às 23h	Não
143	Mirian's Buffet	self service	segunda a sábado das 10h às 19h.	Não
144	Montana Grill Express	pratos executivos	diarimente das 11h às 23h	Não
145	Mundo da batata	batata recheada	diariamente das 11h às 22h.	Não

146	Ninna Bistrô	massas e carnes	quarta a sábado, das 19h às 23h. Sábado e domingo 12h às 16h	Não
147	Nita Padaria Artesanal	Não informado no inventário	segunda a sábado, 09h às 18h30.	Não
148	Nolita Café e Confeitaria	Não informado no inventário	segunda a sábado, 09h às 18h45.	Não
149	Nômade Bistrô	culinária contemporânea	sob reserva	Não
150	NYC Eats	pizza, culinária americana e japonesa	diariamente das 18h às 23h	Não
151	Ohana Snack House	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 11h às 19h. Domingo das 11h às 19h	Não
152	Oishii by Armazém da Vila	culinária japonesa	quarta a domingo das 18h às 23h.	Não
153	Ollivia Gastronomia	culinária contemporânea.	quarta a domingo das 19h às 22h30. Sexta a domingo das 12h às 15h	Não
154	Original Bar	Não informado no inventário	terça a domingo, das 11h à 22h	Não
155	Pampa Churrascaria	churrasco	diariamente, das 11h às 15h. Quinta a sábado das 18h30 as 22h	Não
156	Panedota	Não informado no inventário	segunda a sexta, das 9h às 19h. Sábado das 9h às 18h.	Não
157	Pão de Mel	Não informado no inventário	diariamente, das 9h30 às 19h	Não
158	Papa Tudo Lanches	Não informado no inventário	segunda a sexta, das 18h às 02h. Sábado e domingo 18h às 06h	Não
159	Pará Pai D'égua Delícias da Amazônia	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 09h às 19h. Domingo, das 10h às 19h	Não
160	Passopreto	Não informado no inventário	segunda a sábado das 9h às 18h. Domingo das 9h às 13h	Não
161	Pátio de Pedra café e queijaria	Não informado no inventário	quarta a sexta, das 8h30 às 16h. Sábado das 8h30 às 15h. Domingo das 8h30 às 13h30	Não
162	Pega Leve Alimentação Saudável	comida saudável e lanches.	diariamente, das 11h às 20h30.	Sim
163	Pesto Cozinha Bar	culinária contemporânea.	terça a domingo das 12h às 15h. Quinta a sábado as 19h às 00h.	Não
164	Pietro Casa do Chope	Não informado no inventário	segunda a quinta, das 16h às 23h, sexta das 16h às 00h30. Sábado, das 11h às 00h30. Domingo, das 11h às 22h.	Não
165	Pizza na Roça	pizza e pratos italianos	diariamente das 11h30 às 23h	Não
166	Pizza Prime	Pizza	diariamente das 18h a 23h.	Não
167	Polako Pizza Grill	self-service e pizza	diariamente, das 11h às 14h45. Segunda a sábado das 18h30 às 22h30.	Não

168	Polenta Vino e Cucina	gastronomia italiana	quarta a sexta, das 18h às 23h45. Sábado das 11h30 às 23h45. Domingo das 11h às 17h.	Não
169	Pomarzinho	Não informado no inventário	Segunda a sexta, das 8h às 19h. Sábado das 8h às 16h	Não
170	Pomodoro Gastro	pizza, pratos executivos	Diariamente das 18h às 23h. Quarta a sábado das 11h às 14h30.	Não
171	Porcaria & Choperia	Não informado no inventário	terça a sexta, das 17h às 00h. Sábado das 11h às 00h. Domingo das 11h às 22h	Não
172	Premiatto	grelhados, massas e saladas	diariamente das 11h às 22h.	Não
173	Prosa e Café Gourmet	Não informado no inventário	diariamente das 10h às 22h.	Não
174	Prosa e Pastel	Não informado no inventário	segunda a sexta das 16h às 23h. Sábado e domingo das 18h às 23h	Não
175	Quintal Pizza e restaurante	a la carte, self service e pizza	diariamente das 11h às 14h. Terça a domingo das 18h às 22h30. Domingo das 8h às 14h	Não
176	Rajadas de Glória Lanches	Não informado no inventário	segunda a sexta, das 09h às 19h. Sábado das 09h às 14h.	Não
177	Recanto da Tilápia	peixes	segunda a sexta, das 16h às 00h. Sábado, das 11h às 00h. Domingo das 11h às 16h.	Sim
178	Red Hot Street Food	Não informado no inventário	diariamente, das 18h às 23h30	Não
179	Reobote Sorvetes e Açaí	Não informado no inventário	diariamente, das 18h às 23h30	Não
180	Restaurante do Ricardo	self service	diariamente das 11h às 15h30	Não
181	Restaurante E & E	culinária japonesa, chinesa e brasileira	segunda a sábado, das 11h às 15h	Não
182	Restaurante E Pesqueiro Lambari	Não identificado	Não identificado	Sim
183	Restaurante e Pizzaria Bom Sabor	self-service	terça a domingo, das 11h às 15h	Não
184	Restaurante Fazenda do Osório	self-service no fogão a lenha	sábado, domingo e feriados das 11h às 15h30	Não
185	Restaurante Nossa Cozinha	self-service	diariamente, das 10h30 às 15h	Não
186	Restaurante Panela de Pedra	culinária mineira no fogão a lenha	terça à domingo, das 11h às 15h.	Não
187	Restaurante Uai de Minas	culinária mineira, lanches e porções	segunda a sábado, das 11h às 15h.	Não
188	Rioshy	culinária japonesa	segunda a sexta, das 11h30 às 14h30 e das 18h30 às 23h. Sábado e domingo das 11h30 às 23h	Não

189	Rotina Café Galeria	Não informado no inventário	terça a sexta, das 13h às 19h. Sábado e domingo das 9h às 19h	Não
190	Rotina Pães e Doces	Não informado no inventário	segunda a sexta, das 08h30 às 18h. Sábado das 8h às 14h.	Não
191	Ruth´s Self-Service	self-service	diariamente, das 11h às 15h30.	Não
192	Sabor da Roça	culinária mineira self service	diariamente das 11h às 22h.	Não
193	Salamandra	Não informado no inventário	terça a domingo a partir das 11h às 00h	Não
194	San Paollo	culinária ítalo-brasileira	segunda a sábado das 11h às 23h. Domingo das 11h às 16h	Não
195	Sbbangiare	pizzaria rodízio	diariamente das 18h às 23h	Não
196	Seo Bartô Bar	Não informado no inventário	quarta a sexta, das 17h às 00h. Sábado, das 16h às 00h. Domingo das 16h às 23h.	Não
197	Sete Quedas Leiteria e Café	Não informado no inventário	Não informado no inventário	Não
198	Seu Brasa	Não informado no inventário	terça a quinta, das 16h às 23h. Sexta das 16h às 01h. Sábado das 11h às 02h. Domingo das 11h às 20h	Não
199	Sodiê Doces	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 09h às 18h. Domingo, das 9h às 12h	Não
200	Somos Bistrô	Não informado no inventário	quarta a sábado das 13h às 19h.	Não
201	Sorvetes Spumoni	Não informado no inventário	diariamente, das 11h às 20h.	Não
202	Spoleto	culinária italiana	diariamente das 11h às 22h.	Não
203	Subway	Não informado no inventário	Assis figueiredo: diariamente, das 16h às 23h30. Av. João Pinheiro: diariamente das 12h às 00h. Rua Paraíba: diariamente das 9h às 22h.	Não
204	Suerte Parrilla	churrasco	terça a sexta das 11h30 às 15h. Sábado e domingo das 12h às 16h	Não
205	Taberna Old Time Pub & Antiques	Não informado no inventário	segunda a sexta, das 18h às 23h.	Não
206	Tar da Pizza	pizza	terça a domingo das 18h às 23h30.	Não
207	Tasca Wine Bar	culinária contemporânea e vinho	diariamente das 11h30 às 15h e 18h às 23h.	Não
208	The Best Açaí	Não informado no inventário	diariamente, das 12h às 22h.	Não
209	Toa Toa Bar	Não informado no inventário	diariamente das 11h às 00h.	Não
210	Topázio Choperia	Não informado no inventário	segunda a quinta, das 15h às 01h. Sexta, sábado e domingo, a partir das 10h	Não

211	Touro Grill	churrasco a la carte e rodízio	segunda a sábado das 11h às 23h. Domingo das 11h às 16h	Não
212	Tradi Café Sul de Minas	Não informado no inventário	segunda a sábado, das 10h às 18h. Domingo das 10h às 13h	Não
213	Venda Do Chico	Não identificado	Não identificado	Sim
214	Vila Gastrô	pizza, hamburguer e sushi	terça a sábado das 18h às 23h. Sexta a domingo das 11h às 15h	Não
215	Vila Síria	gastronomia árabe	segunda a sábado das 16h às 22h. Sábado a partir das 11h.	Não
216	Zia Nina Cucina Italiana	culinária italiana	terça a sábado, das 11h às 15h, das 18h às 23h. Domingo das 11h às 16h.	Não
217	Ziel	Não informado no inventário	terça a quinta das 17h às 23h. Sexta das 17h às 00h. Sábado das 10h às 00h. Domingo das 10h às 18h	Não
	Total: 217			

- **Santa Rita de Caldas**

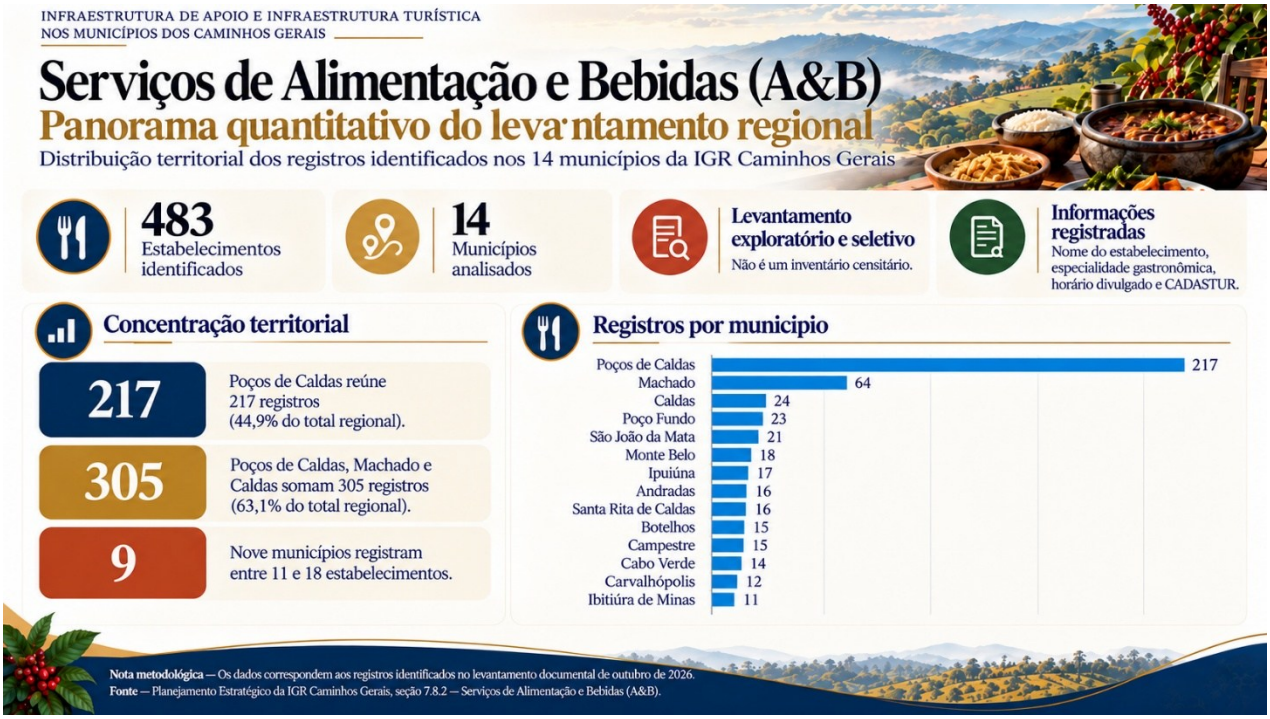
Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário de funcionamento divulgado	CADASTUR
Da Villa Hamburgueria, Pizzaria e Sushi	Hambúrgueres, pizzas, sushi e porções	Ter.–dom., 17h–23h; seg., 10h–16h.	Não
Darro Delícias Caseiras	Doces, salgados, porções e encomendas	Qui.–sáb., 18h–23h; dom., 15h–22h30.	Não
Delícias da Ana Maria	Cafés, doces e quitandas	Seg.–sáb., 7h–18h; dom., 7h–21h.	Não
Maria's Café com Prosa	Cafés, lanches e sobremesas	Ter.–sex., 9h–19h; sáb., 8h–18h; dom., 8h–19h.	Não
Pastelaria do Mandi	Pastéis e lanches	Seg.–sex., 6h–19h; sáb. e dom., 6h–12h.	Não
Pesqueiro da Curva	Peixes, porções e refeições em ambiente rural	Todos os dias, 11h–17h.	Não
Pesqueiro Toatoa	Tilápia, porções e refeições	Sáb. e dom., 11h–18h.	Não
Pesqueiro Vó Joana	Peixes, porções e refeições	Sex., 10h–19h; sáb. e dom., 8h–19h.	Não
Pizzaria Casarão da Nona	Pizzas, massas e lanches	Qua.–dom., 18h30–23h; seg. e ter. fechada.	Não
Restaurante 22 de Maio	Comida caseira, almoço	Seg.–sex., 9h30–14h (terça até 14h30); sáb. e dom., 9h30–14h. Outra fonte divulga também	Não

		seg.–sex., 18h–22h; horário noturno divergente.	
Restaurante Carvalho	Comida brasileira, buffet/self-service	Todos os dias, 10h–16h.	Não
Restaurante da Val 2	Comida mineira no fogão a lenha; buffet	Seg.–sáb., 10h30–15h.	Não
Restaurante do Biguá e da Dª Fia	Culinária caseira; destaque para leitoa	Não identificado.	Não
Restaurante do Juarez	Comida caseira e self-service	Todos os dias, 7h–14h.	Não
Restaurante Sabor de Minas	Culinária brasileira/mineira (detalhes não confirmados)	Não identificado.	Não
Valle da Tilápia – Lanchonete e Restaurante	Peixes/tilápia, porções e lanches	Todos os dias, 17h–23h; sáb. e dom., também 10h–23h (cadastro consultado).	Não
Total: 16			**0**

- **São João da Mata**

Estabelecimento	Especialidade gastronômica	Horário de funcionamento divulgado	CADASTUR
Bar & Sorveteria Rodrigues	Sorvetes; serviço de bar	Não identificado	Não
Bar e Restaurante Mina D'Água	Refeições e serviço de bar; especialidade não identificada	Todos os dias, 6h–20h (diretório)	Não
Bar e Restaurante São João	Não identificado	Há indicação de atendimento 24h em diretório; não confirmado	Não
Bar Restaurante e Casa de Carnes São João	Comida caseira; refeições de estrada	Não identificado	Não
Casa Amarela Bar & Restaurante	Comida caseira	Todos os dias, 7h–20h	Não
Deguste Sabores	Confeitaria; pizzas citadas em avaliações	Seg.–sáb., 8h–22h; dom., horários fracionados divulgados	Não

Delícias da Fátima	Lanches	Ter.–dom., 17h–22h	Não
Empório Monjolo	Cafeteria; empadas e lanches	Seg.–sáb., 15h–22h; dom., 13h30–18h	Não
Garage Bar	Serviço de bar; cardápio não identificado	Não confirmado	Não
Pastelaria Real	Pastéis e lanches	Ter.–qui., 14h–21h; sex.–sáb., 14h–23h; dom., 16h–23h	Não
Rampa do Container	Cafeteria e lanches	10h às 18h dias da semana não confirmados	Não
Restaurante & Hotel WRJ	Comida caseira; self-service	Todos os dias, 6h–22h	Não
Restaurante Alto da Serra	Culinária brasileira e mineira	Ter.–sex., 14h–18h; sáb., 10h–19h; dom., 10h–18h	Não
Restaurante Bela Vista	Refeições brasileiras; almoço	Sáb. e dom., 11h–15h	Não
Restaurante Bela Vista do Vinicius	Culinária brasileira	Não identificado	Não
Restaurante Canta Galo	Comida caseira; refeições variadas	Seg.–sex., 5h–20h; sáb., 7h–20h; dom., 7h30–18h	Não
Restaurante Pedra do Navio	Culinária mineira	Informações divergentes: qua., 17h–22h; sáb., 9h–22h; dom., 9h–18h (outra fonte: somente sáb. e dom., 8h–17h)	Não
Roberto Lanches	Lanches	Não identificado	Não
Roy Lanches	Lanches (registro cadastral)	Não identificado	Não
Sabores em Família	Pizzas	Não identificado	Não
Sorveteria Pollyanna	Sorvetes; lanches (categoria de diretório)	Não identificado	Não
Total: 21			**0**



6.20 Análise Regional dos Serviços de Alimentação e Bebidas

O levantamento dos serviços de alimentação e bebidas (A&B) nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais identificou diferenças na composição da oferta gastronômica, nas especialidades culinárias e nos períodos de funcionamento dos estabelecimentos. A disponibilidade de restaurantes durante a semana, especialmente no horário do jantar, constitui um aspecto relevante da infraestrutura turística, com implicações para o atendimento aos visitantes que permanecem hospedados nos destinos ou realizam atividades fora dos horários comerciais.

A oferta identificada compreende restaurantes de comida mineira e caseira, churrascarias, pizzarias, hamburguerias, cafeterias, pesqueiros e estabelecimentos especializados em culinária italiana, japonesa e contemporânea. Essas modalidades apresentam distribuição desigual entre os municípios, tanto em relação à diversidade de especialidades quanto aos dias e horários de atendimento.

Uma característica recorrente nos levantamentos municipais é a concentração do funcionamento dos restaurantes tradicionais no período do almoço. Em diferentes localidades, os estabelecimentos que oferecem refeições completas encerram o atendimento durante a tarde, enquanto os serviços disponíveis à noite estão predominantemente associados a pizzarias,

hamburguerias, lanchonetes e estabelecimentos especializados em porções. Essa composição atende a diferentes preferências de consumo, mas restringe as alternativas para visitantes que procuram refeições completas no jantar.

As limitações tornam-se particularmente evidentes no início da semana. A segunda-feira apresenta restrições na disponibilidade dos serviços de alimentação, em razão do fechamento de parte dos estabelecimentos ou do funcionamento limitado ao almoço. Na terça-feira, a oferta também é reduzida em determinadas localidades, especialmente entre empreendimentos que concentram suas atividades de quarta-feira a domingo.

A disponibilidade de alimentação nesses períodos possui importância para o atendimento aos visitantes em viagens de negócios, participantes de eventos e atividades institucionais, turistas religiosos e outros públicos cujos deslocamentos ocorrem durante os dias úteis. A permanência desses visitantes depende de serviços compatíveis com seus horários de chegada, atividades e hospedagem.

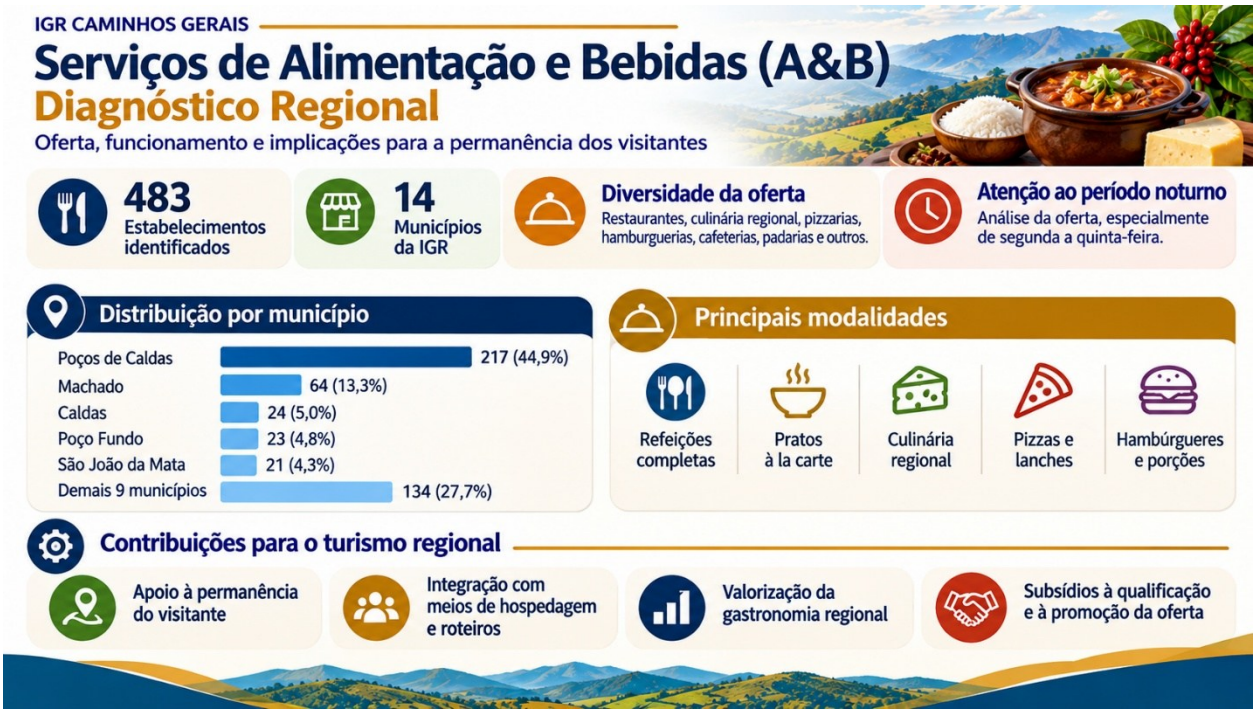
Poços de Caldas, município com a maior diversidade de serviços gastronômicos identificada no levantamento regional, apresenta uma situação que merece atenção. Conforme os horários divulgados nos registros do Inventário Turístico Municipal utilizados na pesquisa, aproximadamente 70,8% dos estabelecimentos analisados informam funcionamento às segundas-feiras, proporção que alcança 87,6% às terças-feiras. Esses percentuais abrangem diferentes modalidades de alimentação e todos os períodos de atendimento, incluindo cafeterias, confeitarias, lanchonetes e restaurantes que funcionam exclusivamente durante o almoço.

A disponibilidade geral de estabelecimentos nesses dias, portanto, deve ser distinguida da oferta específica de refeições noturnas. Entre as alternativas identificadas em Poços de Caldas encontram-se Rioshy e Touro Grill, cujos horários divulgados contemplam atendimento às segundas-feiras, incluindo opções de refeições completas no período noturno.

Nos municípios de menor porte, o levantamento identificou restrições relacionadas à oferta de jantar e à disponibilidade de informações sobre o funcionamento dos estabelecimentos. Em Carvalhópolis, entre os 12 empreendimentos relacionados na pesquisa, não foram encontradas informações suficientes para confirmar a oferta regular de refeições completas no período noturno, de segunda a quinta-feira. A situação caracteriza uma lacuna nas informações disponíveis sobre o atendimento gastronômico durante os dias úteis, sem indicar necessariamente a inexistência desses serviços no município.

Em Botelhos e Poço Fundo, parte dos restaurantes tradicionais concentra suas atividades no almoço, enquanto as alternativas noturnas identificadas apresentam maior participação de pizzarias e lanchonetes. Em Cabo Verde e Ibitiúra de Minas, a disponibilidade restrita de informações sobre horários de funcionamento e especialidades oferecidas à noite dificultou a caracterização da oferta regular de jantar.

Machado apresenta maior diversidade de serviços gastronômicos, com estabelecimentos cujos horários divulgados incluem atendimento noturno durante a semana e alternativas de refeições completas. Essa característica amplia as possibilidades de alimentação dos visitantes que permanecem no município após o período diurno, conforme a disponibilidade informada pelos empreendimentos.



As diferenças identificadas entre os municípios evidenciam a importância de considerar conjuntamente a quantidade de estabelecimentos, as especialidades gastronômicas e os períodos de atendimento. A existência de restaurantes e outros serviços de alimentação constitui parte da infraestrutura turística, mas as condições de funcionamento determinam as alternativas efetivamente disponíveis aos visitantes em cada período da viagem.

A questão possui relevância para municípios interessados em ampliar a visitação durante os dias úteis, estimular pernoites e desenvolver atividades turísticas em períodos de menor movimento. A oferta gastronômica compatível com a permanência dos visitantes integra as condições necessárias à organização de roteiros, à realização de eventos e ao atendimento de diferentes modalidades de turismo.

A relação entre os meios de hospedagem e os estabelecimentos de alimentação também deve ser considerada. Nos empreendimentos que não oferecem refeições noturnas, o atendimento dos hóspedes depende das alternativas disponíveis em restaurantes e outros serviços externos. A localização desses estabelecimentos, os horários de funcionamento e a possibilidade de atendimento aos visitantes influenciam a organização da permanência e dos deslocamentos dentro dos municípios.

A ampliação dos períodos de funcionamento dos serviços gastronômicos está condicionada à demanda, aos custos operacionais e à viabilidade econômica dos empreendimentos. O planejamento turístico regional deverá considerar essas condições na articulação entre a oferta existente e as necessidades dos visitantes, especialmente nos municípios com menor diversidade de estabelecimentos abertos durante a noite.

Os resultados identificam possibilidades de atuação conjunta entre a IGR Caminhos Gerais, as administrações municipais, os meios de hospedagem e os empreendedores do setor de alimentação e bebidas. Entre as iniciativas recomendadas encontram-se as seguintes.

- **Identificação e divulgação da oferta de jantar.** Mapear os estabelecimentos que oferecem refeições completas no período noturno, distinguindo-os daqueles especializados em pizzas, lanches e porções, com informações sobre localização, especialidades e horários de atendimento.
- **Articulação entre hospedagem e gastronomia.** Estabelecer canais de comunicação entre hotéis, pousadas, restaurantes, agências de turismo e organizadores de eventos, favorecendo o conhecimento antecipado da demanda e a organização dos serviços.
- **Atendimento programado.** Incentivar acordos entre estabelecimentos gastronômicos e agentes do setor turístico para o atendimento de grupos mediante reserva, especialmente nos municípios com menor oferta noturna, respeitando a viabilidade operacional e econômica dos empreendimentos.

- **Atualização das informações turísticas.** Manter registros atualizados sobre os estabelecimentos, suas especialidades, os dias e horários de funcionamento e as condições de atendimento, disponibilizando essas informações nos canais oficiais de comunicação turística.
- **Valorização da gastronomia regional.** Desenvolver iniciativas de divulgação da culinária mineira, dos produtos locais e das experiências gastronômicas associadas às características culturais dos municípios, em articulação com os empreendimentos e produtores da região.



A implementação dessas iniciativas poderá contribuir para a organização dos serviços de alimentação, o atendimento à demanda turística durante a semana e a aproximação entre os empreendimentos gastronômicos e os demais agentes do turismo regional. A divulgação das alternativas de jantar e a articulação com os meios de hospedagem são medidas particularmente pertinentes às limitações identificadas no levantamento.

A análise foi elaborada a partir dos levantamentos documentais de alimentação e bebidas realizados nos 14 municípios durante a elaboração deste diagnóstico. Os horários correspondem às informações divulgadas nas fontes consultadas e podem sofrer alterações. Os percentuais apresentados para Poços de Caldas referem-se aos registros considerados na pesquisa e abrangem estabelecimentos com funcionamento em diferentes períodos do dia, sem confirmação presencial da

oferta efetiva de jantar. As comparações municipais consideram as características identificadas e as diferenças na disponibilidade de informações, respeitando o caráter seletivo do levantamento.

6.21 Guias de Turismo, Agências de Receptivo Turístico, Operadores de Atividades Turísticas e Condutores de Turismo.

As agências de receptivo turístico, os operadores de atividades turísticas, os guias de turismo e os condutores de visitantes integram a estrutura de serviços responsável pela organização, operação e comercialização de roteiros e experiências turísticas. A atuação desses profissionais e empreendimentos estabelece conexões entre os atrativos naturais, culturais e produtivos, os meios de hospedagem, os estabelecimentos de alimentação e os demais prestadores de serviços, contribuindo para a estruturação da oferta e o atendimento aos visitantes.

A Lei nº 11.771/2008, alterada pela Lei nº 14.978/2024, estabelece diretrizes para a prestação dos serviços turísticos no Brasil e disciplina a atuação das agências de turismo nas atividades de intermediação, organização e comercialização de serviços e produtos turísticos (BRASIL, 2008).

As categorias consideradas no levantamento apresentam atribuições específicas e formas distintas de atuação no setor.

Agências de receptivo turístico

São empresas que organizam, operam e comercializam passeios, roteiros, excursões e experiências destinadas aos visitantes que chegam aos destinos. Atuam na articulação entre atrativos, meios de hospedagem, restaurantes, produtores locais e outros prestadores, reunindo serviços que podem ser contratados individualmente ou como parte de produtos turísticos organizados. A presença dessas empresas contribui para a comercialização da oferta local e para a estruturação de experiências que envolvam diferentes atrativos e municípios.

Operadores de atividades turísticas

Compreendem empreendimentos e prestadores que desenvolvem atividades específicas destinadas aos visitantes, como caminhadas, trekking, cicloturismo, observação de aves, passeios em ambientes naturais, experiências rurais e modalidades de turismo de aventura. Esses serviços estão

relacionados às características dos atrativos e às condições necessárias à realização das atividades, devendo observar as exigências legais, técnicas e de segurança aplicáveis a cada modalidade.

Guias de turismo

Os guias de turismo são profissionais habilitados para acompanhar e orientar visitantes durante viagens, excursões e visitas turísticas, prestando informações sobre os destinos e atrativos, conforme as atribuições previstas na regulamentação profissional. A atividade é disciplinada pela Lei nº 8.623/1993, pelo Decreto nº 946/1993 e pela Portaria MTur nº 37/2021, que estabelecem requisitos para a formação, o cadastramento e o exercício profissional. A inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) é obrigatória para o exercício regular da profissão (BRASIL, 1993; BRASIL, 2021).

Condutores de turismo

Atuam no acompanhamento e na orientação de visitantes em ambientes e atrativos específicos, especialmente trilhas, áreas naturais e unidades de conservação. Suas atividades estão relacionadas às características dos locais de visitação e às normas estabelecidas pelos órgãos responsáveis pela gestão desses espaços. Os condutores possuem atribuições distintas das atividades regulamentadas para os guias de turismo, devendo observar os requisitos de atuação, capacitação e segurança aplicáveis aos ambientes e às modalidades de visitação em que prestam seus serviços.

A disponibilidade desses profissionais e empreendimentos integra as condições de organização da oferta turística regional. Os serviços de receptivo, guiamento e condução contribuem para o acompanhamento dos visitantes, a interpretação dos atrativos, a realização de atividades especializadas e a comercialização de experiências. Também favorecem a articulação entre os diferentes segmentos da atividade turística e as possibilidades de geração de renda associadas à visitação.

Na IGR Caminhos Gerais, o levantamento desses serviços contempla a identificação dos profissionais e empreendimentos atuantes nos municípios, sua distribuição territorial, as atividades oferecidas e as formas de organização e comercialização dos produtos turísticos. A análise considera as condições de atendimento aos visitantes e as possibilidades de articulação entre prestadores que atuam em diferentes localidades.

Os resultados são apresentados por categoria, abrangendo as estruturas de receptivo turístico, os operadores de atividades, os guias de turismo e os condutores identificados na região. A caracterização desses serviços integra o diagnóstico da oferta turística e subsidia a identificação de necessidades de qualificação, organização comercial e integração entre os municípios da IGR Caminhos Gerais.



6.22 Guias de Turismo

Os guias de turismo integram a estrutura de serviços turísticos, atuando no acompanhamento e na orientação dos visitantes durante viagens, excursões e visitas aos atrativos. Entre suas atribuições estão a transmissão de informações sobre os locais visitados, a interpretação do patrimônio histórico, cultural e natural e o apoio à organização das atividades turísticas, conforme as competências estabelecidas na regulamentação profissional.

O diagnóstico da IGR Caminhos Gerais incluiu um levantamento no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), do Ministério do Turismo, para identificar os guias de turismo cadastrados nos 14 municípios integrantes da região. A pesquisa reuniu informações sobre a

quantidade de profissionais e sua distribuição territorial, considerando os registros disponíveis na base consultada.

O quadro a seguir apresenta o número de guias de turismo identificados em cada município, evidenciando a distribuição desses profissionais na IGR Caminhos Gerais e oferecendo subsídios para a análise das condições de atendimento, da concentração territorial dos prestadores e das possibilidades de fortalecimento dos serviços de guiamento turístico regional.

Município	Quantidade de guias de turismo
Andradas	5
Botelhos	0
Cabo Verde	0
Caldas	3
Campestre	0
Carvalhópolis	0
Ibitiúra de Minas	0
Ipuiúna	0
Machado	4
Monte Belo	0
Poço Fundo	1
Poços de Caldas	61
Santa Rita de Caldas	0
São João da Mata	0
Total	**74**

O levantamento realizado no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) identificou 74 guias de turismo distribuídos por cinco dos 14 municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais. Poços de Caldas concentra 61 profissionais, correspondentes a aproximadamente

82,4% do total regional, seguido por Andradas, com cinco registros, Machado, com quatro, Caldas, com três, e Poço Fundo, com um.

Nos outros nove municípios, não foram identificados profissionais cadastrados na consulta realizada. A distribuição apresenta concentração expressiva em Poços de Caldas, embora os guias habilitados possam prestar serviços em outros municípios, observadas as categorias e condições de exercício profissional previstas na regulamentação da atividade.

A concentração territorial dos registros constitui um aspecto relevante para a organização dos serviços de guiamento turístico regional. A articulação entre os profissionais cadastrados, as agências de receptivo e os municípios com menor presença desses prestadores poderá favorecer o atendimento aos visitantes, a organização de visitas acompanhadas e a comercialização de roteiros que integrem diferentes destinos da IGR Caminhos Gerais.

Participação no Programa Minas Recebe

O Programa Minas Recebe, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG), é voltado ao fortalecimento das agências e operadoras de turismo receptivo, por meio de iniciativas de qualificação, promoção comercial, estruturação de produtos turísticos e aproximação com os mercados nacional e internacional.

Na edição de 2026, o programa contempla oportunidades de desenvolvimento comercial dos empreendimentos turísticos mineiros, incluindo a aproximação com operadoras, a participação em eventos profissionais e o aprimoramento dos canais de divulgação e comercialização dos serviços.

A participação das empresas da IGR Caminhos Gerais no Minas Recebe integra as iniciativas de qualificação e promoção do receptivo turístico regional. A identificação dos empreendimentos habilitados contribui para a caracterização da estrutura empresarial existente e para o reconhecimento das agências que participam das ações estaduais de desenvolvimento e comercialização de produtos turísticos.

A habilitação no programa está vinculada a requisitos de formalização empresarial e regularidade cadastral, incluindo CNPJ, inscrição municipal e Cadastur ativos, além da operação e comercialização de produtos turísticos de Minas Gerais. Essas exigências integram as condições de participação das empresas nas atividades promovidas pelo programa.

O levantamento apresentado no diagnóstico identificou oito agências de receptivo turístico da IGR Caminhos Gerais participantes do Minas Recebe 2026, distribuídas por três municípios. Poços

de Caldas reúne cinco empresas, Andradas possui duas e Caldas apresenta uma. A concentração das agências participantes nesses municípios evidencia diferenças na inserção dos empreendimentos regionais nas iniciativas estaduais de promoção comercial.

A articulação entre as empresas habilitadas, os demais prestadores de serviços turísticos e a IGR Caminhos Gerais constitui uma possibilidade de fortalecimento do receptivo regional. Entre as iniciativas pertinentes encontram-se a integração de atrativos e experiências de diferentes municípios aos produtos comercializados, a aproximação entre agências e operadores de atividades turísticas e a ampliação da participação dos empreendimentos regionais nas ações de qualificação e promoção desenvolvidas pelo programa.

A organização dessas relações poderá contribuir para ampliar a presença dos produtos turísticos da IGR Caminhos Gerais nos canais de comercialização e favorecer a estruturação de roteiros que contemplem diferentes municípios da região.

Município	Agência de receptivo turístico	Contato
Andradas	Desbravar Andradas	(35) 99707-8515 / desbravarturismo@gmail.com https://www.instagram.com/desbravar.turismo/
	World Adventure	(35) 99937-1581 / lopesrogerwa@gmail.com https://www.instagram.com/worldadventuretur/
Caldas	TC Tour Turismo Receptivo	(19) 99875-1947 / (35) 99857-5207 tiocoelhoturismo@hotmail.com https://www.facebook.com/tmjtiocoelho/
Poços de Caldas	Doce Minas Turismo	(35) 99994-6706 / doceminasturismo@gmail.com https://www.instagram.com/doce.minas.turismo/
	Naativa Turismo	(35) 98434-1702 / shacmorais@gmail.com https://www.instagram.com/naativa.turismo/
	SPH Turismo e Arte	(35) 99264-1549 / janjaosph@hotmail.com https://www.instagram.com/sphtur/
	Terruá Turismo de Experiências e Consultoria	(11) 99996-8546 / pollycalixto@hotmail.com https://www.instagram.com/terruaturismo/
	Trilha Radical Turismo	(35) 99714-9596 / trilharadical@trilharadical.com.br https://www.instagram.com/trilharadical/

3 municípios	**Total**	**8 agências**

O levantamento identificou oito agências de receptivo turístico da IGR Caminhos Gerais participantes do Programa Minas Recebe 2026, distribuídas entre três municípios. Poços de Caldas concentra cinco empresas, correspondentes a 62,5% do total regional, enquanto Andradas possui duas agências e Caldas, uma.

A distribuição dos registros revela a concentração das empresas habilitadas em Poços de Caldas e a participação restrita de outros municípios no programa. Embora as agências possam organizar e comercializar roteiros e experiências em diferentes localidades, a ampliação da participação de empreendimentos regionais nas iniciativas estaduais de qualificação e promoção comercial constitui uma oportunidade para fortalecer a integração turística entre os destinos.

Nesse contexto, a atuação da IGR Caminhos Gerais poderá contemplar a articulação entre as agências participantes e os demais prestadores de serviços turísticos, o incentivo à habilitação de novos empreendimentos e a organização de produtos que integrem atrativos e experiências de diferentes municípios. O Programa Minas Recebe oferece oportunidades de qualificação empresarial, estruturação da oferta e acesso a canais de comercialização, contribuindo para ampliar a presença dos produtos turísticos regionais nos mercados atendidos pelo programa.

6.23 Operadores e Prestadores de Atividades de Turismo de Aventura e Natureza

O turismo de aventura e natureza integra as possibilidades de diversificação da oferta turística da IGR Caminhos Gerais, considerando as características geográficas e paisagísticas da região, que reúne serras, montanhas, cachoeiras, trilhas e áreas rurais utilizadas para atividades ao ar livre. Esses ambientes oferecem condições para o desenvolvimento de experiências relacionadas à visitação de espaços naturais, à prática de atividades esportivas e à exploração turística das paisagens regionais.

O levantamento identificou empresas, operadores, clubes, associações e condutores independentes que oferecem atividades de voo livre, caminhadas, trekking, travessias, cicloturismo, rafting, boia-cross, observação de aves (*birdwatching*), banho de floresta e passeios motorizados, entre outras modalidades. Os serviços apresentam diferentes características de organização, operação e comercialização, abrangendo tanto experiências conduzidas por prestadores especializados quanto atividades desenvolvidas por grupos e associações.

Os registros concentram-se principalmente em Poços de Caldas, Andradas e Caldas, com prestadores também identificados em Machado, Poço Fundo e São João da Mata. Essa distribuição caracteriza a presença territorial dos serviços relacionados ao turismo de aventura e natureza e indica possibilidades de articulação entre profissionais e empreendimentos que atuam em diferentes municípios.

O quadro a seguir reúne os operadores e prestadores identificados durante a pesquisa, com suas respectivas atividades, conforme as informações divulgadas ou fornecidas no levantamento. A relação contempla empresas que comercializam experiências turísticas, clubes, associações e condutores independentes, considerando a diversidade de formas de atuação existentes na região. O levantamento possui caráter seletivo e corresponde aos prestadores identificados nas fontes consultadas.

A caracterização desses serviços integra o diagnóstico da oferta turística regional, reunindo informações sobre as modalidades disponíveis e sua distribuição entre os municípios. Os resultados poderão subsidiar iniciativas de qualificação profissional, regularização das atividades, fortalecimento dos canais de comercialização e organização de roteiros intermunicipais. A estruturação dessas experiências deverá considerar as condições de operação, os requisitos técnicos e as normas de segurança aplicáveis a cada modalidade, bem como as características dos ambientes utilizados para visitação.

Os levantamentos foram realizados em 2026, durante a elaboração deste diagnóstico, com base nos critérios operacionais definidos para a IGR Caminhos Gerais.



- **Andradas**

Operador/ Prestador	Atividades	CADASTUR	Endereço online
Pico do Gavião Clube de Voo Livre	Voo livre	Não	https://www.instagram.com/picodogaviao.oficial/
World Adventure	Receptivo turístico e atividades de natureza e aventura	Sim	https://www.instagram.com/worldadventuretur/
Desbravar Turismo	Receptivo turístico e atividades de natureza e aventura	Sim	https://www.instagram.com/desbravar.turismo/
Via Mágica	Receptivo turístico e atividades de natureza e aventura	Não	https://www.instagram.com/viamagica_/
Trilha Andradas	Trilhas e caminhadas	Não	https://www.instagram.com/trilha_andradas/
Régis Cabral	Turismo de aventura e 4x4	Não	Não localizado
EcoFun Andradas	Ecoturismo e atividades de aventura (Canionismo)	Não	https://www.instagram.com/ecofun.andradas/

Além da Rota	Caminho da Fé e trilhas	Sim	Não identificado
Estação Andradas	Receptivo turístico, Caminho da Fé e trilhas	Não	https://www.facebook.com/andradasestacao/

➢ Caldas

Operador/Prestador	Atividades	CADASTUR	Endereço online
Caldas Adventure	Observação de aves (birdwatching), boia-cross, rafting, trilhas e banho de floresta	Sim	https://www.instagram.com/caldas_adventure/
Condutor Rafael	Trilhas	Não	https://descubracaldas.com.br/guias-turisticos/
Condutor Evandro Celso dos Santos	Trilhas, boia-cross e rafting	Não	https://descubracaldas.com.br/guias-turisticos/
Condutor Bruno Guilherme de Morais Leoni	Trilhas, trekking e travessias	Não	https://descubracaldas.com.br/guias-turisticos/
Condutor Ricardo Pereira	Boia-cross e rafting	Não	https://descubracaldas.com.br/guias-turisticos/

➢ Machado e Poço Fundo

Operador/Prestador	Atividades	CADASTUR	Endereço online
É Logo Ali Trilhas Tassilo Campos	Trilhas e caminhadas	Não	https://www.instagram.com/tassilocampos/

➢ Poços de Caldas

Operador/Prestador	Atividades	CADASTUR	Endereço online
Vem Voar Poços de Caldas	Voo de parapente	Não	https://www.instagram.com/vemvoarpocos/
Trilha Radical Turismo e Aventura	Arvorismo, Mega balanço, Tirolesa, Parede de Escalada e Paintball. Eventos de aventura	Sim	https://www.instagram.com/trilharadical/

Quadd Adventure	Passeio de quadriciclo	Não	https://www.facebook.com/quaddadventure/?locale=pt_BR
Volcanfly Parapente Voo Livre	Voo de parapente	Não	https://www.instagram.com/volcanfly/
Clube Poços-Caldense de Voo Livre (CPVL)	Voo livre	Não	https://www.instagram.com/cpvloficial/
GaiaTrip EcoAventura	Hiking, travessias, rapel, cachoeirismo, escalada, stand up paddle, caiaque, rafting, voo livre, jet ski, passeio de lancha, aluguel de bike.	Não	https://www.instagram.com/gaiatripecoaventura/
Jeep Tour Poços de Caldas	Turismo Receptivo, Turismo Rural, Passeios de Jeep.	Não	https://www.instagram.com/jeeptour_aventuras_a_dois/
Pé No Mato – Esporte Radical	Passeios de Quadriciclos, Mini quadriciclos para crianças, Tirolesa, Paredão de escalada, Trekking	Não	Não localizado

- **São João da Mata**

Operador/Prestador	Atividades	CADASTUR	Endereço online
Clube de Voo Livre de São João da Mata (CSVL)	Voo de parapente	Não	Não localizado
Rampa do Container	Voo de parapente	Não	https://www.instagram.com/rampadoconteiner/

O levantamento dos guias de turismo apresentado identificou 74 profissionais cadastrados nos municípios da IGR Caminhos Gerais, com concentração de 61 registros em Poços de Caldas, correspondentes a aproximadamente 82,4% do total regional. Andradas reúne cinco profissionais, Machado possui quatro, Caldas apresenta três e Poço Fundo, um. Nos outros nove municípios, não foram identificados registros na consulta realizada ao Cadastur, embora profissionais sediados em outras localidades possam prestar serviços na região, conforme suas habilitações.

Poços de Caldas apresenta maior concentração de profissionais de guiamento turístico e dispõe de legislação municipal específica para o acompanhamento de excursões. A Lei Municipal nº 9.887, de 8 de agosto de 2024, estabelece a obrigatoriedade da presença de Guia de Turismo Regional (MG) em grupos e excursões organizados nas condições previstas pela norma, durante a visitação aos atrativos turísticos do município, observadas as exceções legais (POÇOS DE CALDAS, 2024). A regulamentação integra as medidas municipais de organização do turismo receptivo e estabelece exigências para a atuação profissional no atendimento a esses grupos.

Em âmbito federal, o exercício da profissão de guia de turismo está sujeito à regulamentação específica, incluindo a obrigatoriedade de cadastramento no Cadastur, conforme a Portaria MTur nº 37/2021. A regularidade cadastral constitui requisito para a atuação profissional e fornece uma referência institucional para a identificação dos prestadores habilitados.

A distribuição territorial dos guias cadastrados apresenta diferenças que devem ser consideradas na organização dos serviços turísticos regionais. A articulação entre profissionais sediados em diferentes municípios, agências de receptivo e gestores locais poderá favorecer o atendimento aos visitantes, a realização de roteiros intermunicipais e a ampliação da oferta de visitas acompanhadas. Também se recomenda avaliar a demanda por formação de novos guias de turismo e por qualificação de condutores locais, conforme as características das atividades desenvolvidas e as exigências aplicáveis a cada modalidade.

No campo da organização empresarial e da comercialização turística, o Programa Minas Recebe, coordenado pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG), constitui uma iniciativa estadual destinada ao fortalecimento das agências e operadoras de turismo receptivo. Suas ações abrangem capacitações, consultorias, estruturação de produtos, promoção comercial, participação em eventos profissionais e aproximação com operadoras e canais de distribuição dos mercados nacional e internacional.

Na edição 2025/2026, o Minas Recebe habilitou 107 empresas em Minas Gerais, conforme informações divulgadas pela Secult-MG em março de 2026 (MINAS GERAIS, 2026). As empresas participantes integram um ciclo de qualificação e desenvolvimento comercial voltado ao aprimoramento da gestão, da operação dos serviços e da inserção dos produtos turísticos no mercado.

A habilitação exige que os empreendimentos estejam sediados em Minas Gerais, possuam CNPJ, inscrição municipal e Cadastur ativos, emitam nota fiscal ou documento equivalente, operem e comercializem produtos turísticos mineiros e mantenham canais de divulgação comercial

atualizados. Esses requisitos integram os critérios de participação no programa, direcionado às agências e operadoras de receptivo, cuja finalidade é distinta do cadastramento individual de guias de turismo.

Na IGR Caminhos Gerais, o levantamento identificou oito agências participantes do Minas Recebe 2026, distribuídas entre Poços de Caldas, com cinco empresas, Andradas, com duas, e Caldas, com uma. A concentração de 62,5% dos registros regionais em Poços de Caldas indica a participação predominante do município entre as empresas habilitadas, enquanto os demais destinos apresentam oportunidades de ampliação de sua presença nas ações estaduais de qualificação e promoção comercial.

O fortalecimento do receptivo regional envolve a articulação entre os profissionais de guiamento, os operadores de atividades turísticas, as agências e os empreendimentos responsáveis pela oferta de experiências aos visitantes. A estruturação de produtos comercializáveis depende da organização dos serviços necessários à visitação, incluindo atendimento, agendamento, acompanhamento profissional, condições de acesso e mecanismos de contratação.

A presença de atrativos naturais, culturais e produtivos, propriedades rurais e estabelecimentos que oferecem experiências turísticas constitui a base da oferta regional. A inserção desses recursos nos canais de comercialização requer articulação com os prestadores responsáveis pela organização e operação das atividades, de acordo com as características e condições de visitação de cada empreendimento.

Para o planejamento estratégico da IGR Caminhos Gerais, destacam-se as seguintes possibilidades de atuação.

- Estruturar e comercializar roteiros e experiências turísticas intermunicipais, articulando os serviços necessários à visitação e à contratação pelos turistas.
- Integrar produtores rurais, empreendimentos gastronômicos, meios de hospedagem e atrativos turísticos aos produtos organizados pelas agências de receptivo.
- Qualificar a operação das atividades turísticas, o guiamento, a condução de visitantes e os serviços de atendimento, observadas as exigências técnicas e de segurança.
- Ampliar a participação dos municípios de menor porte nos roteiros regionais, considerando suas características turísticas e a disponibilidade de prestadores.
- Incentivar a formalização empresarial, a capacitação dos profissionais e a participação dos empreendimentos em programas de qualificação e canais de comercialização.

- Fortalecer o posicionamento turístico da IGR Caminhos Gerais por meio da integração dos atrativos e das experiências regionais, favorecendo a circulação e a permanência dos visitantes nos municípios.

A atuação coordenada da IGR Caminhos Gerais, dos gestores municipais, das agências de receptivo, dos guias de turismo, dos condutores e das entidades parceiras poderá contribuir para a organização dos serviços e a ampliação das oportunidades de comercialização da oferta regional. A participação no Minas Recebe e em outras iniciativas de qualificação constitui uma possibilidade de desenvolvimento empresarial e de aproximação com os mercados turísticos atendidos pelas operadoras.



Poço Fundo – MG. Acervo Caminhos Gerais.

CAPÍTULO 7 - MAPEAMENTO DOS ATRATIVOS, EXPERIÊNCIAS, ROTAS E EVENTOS TURÍSTICOS

O mapeamento da oferta turística da Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais reúne os atrativos naturais, históricos, culturais e religiosos identificados nos 14 municípios, as experiências disponibilizadas aos visitantes, os produtos turísticos estruturados, as rotas e os roteiros existentes e os eventos que integram a dinâmica regional. A análise considera as características dos destinos, a distribuição territorial dos atrativos e as relações entre os recursos naturais, o patrimônio cultural, as atividades produtivas e os serviços associados à visitação.

A formação histórica dos municípios, a diversidade das paisagens e as atividades econômicas desenvolvidas no território estão presentes em diferentes componentes da oferta turística. As edificações religiosas, os espaços públicos, as antigas estruturas produtivas, as propriedades rurais, os equipamentos culturais e as manifestações tradicionais constituem referências identificadas no levantamento. A elas se somam os ambientes naturais utilizados para contemplação, lazer e atividades ao ar livre, além de empreendimentos que oferecem experiências relacionadas à gastronomia, à cafeicultura, à vitivinicultura e a outras atividades locais.

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2018), os atrativos turísticos compreendem locais, objetos, equipamentos, acontecimentos e manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas interessadas em conhecê-los ou vivenciá-los. Podem estar associados a elementos naturais, históricos, culturais, religiosos, gastronômicos e a outras características dos destinos. A identificação desses atrativos constitui uma referência para a análise da oferta existente e das condições necessárias à organização da visitação.

As experiências turísticas correspondem às atividades proporcionadas aos visitantes durante o contato com os atrativos, os ambientes naturais, a cultura local e os serviços turísticos. Compreendem visitas a propriedades rurais, vivências gastronômicas, passeios guiados, atividades de aventura, participação em manifestações culturais e outras práticas organizadas em torno das características dos destinos. As condições de participação variam conforme os serviços oferecidos, os responsáveis pela atividade e as características dos locais de visitação.

O produto turístico resulta da combinação de atrativos, equipamentos, serviços e atividades organizados para atender aos visitantes. A estruturação de um produto envolve, conforme suas características, condições de acesso, formas de atendimento, organização operacional e possibilidades

de contratação. Um atrativo pode integrar a oferta turística municipal sem dispor de serviços regulares de visitação ou de atividades organizadas para comercialização, distinção considerada na caracterização dos municípios da IGR Caminhos Gerais (BRASIL, 2018).

A segmentação turística organiza a atividade segundo características da oferta e da demanda, abrangendo modalidades como turismo cultural, rural, de aventura, gastronômico, religioso, de natureza, de saúde e bem-estar. Conforme o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006), essa classificação contribui para o planejamento, a organização dos produtos e o posicionamento dos destinos. Na IGR Caminhos Gerais, determinados atrativos e experiências apresentam características relacionadas a diferentes segmentos, cuja identificação considera as atividades efetivamente desenvolvidas e as condições de atendimento aos visitantes.

As rotas e os roteiros turísticos integram a organização territorial e comercial da oferta. A rota turística corresponde a um percurso ou conjunto de localidades articuladas por referências geográficas, históricas, culturais ou temáticas. O roteiro turístico compreende um itinerário de visitação que reúne atrativos, atividades e serviços, com diferentes condições de estruturação e comercialização (BRASIL, 2007). O levantamento regional considera as iniciativas existentes, os municípios contemplados e as possibilidades de integração entre destinos.

Os eventos também compõem a oferta turística da região, abrangendo celebrações religiosas, festividades populares, manifestações culturais, atividades gastronômicas, competições esportivas e outras programações. A realização dessas atividades está relacionada aos calendários municipais, à participação das comunidades e, em determinadas circunstâncias, à circulação de visitantes provenientes de outras localidades. A caracterização turística considera a periodicidade, a abrangência territorial e as informações disponíveis sobre o público participante, distinguindo os eventos de interesse predominantemente comunitário daqueles que apresentam capacidade identificada de atração de visitantes.

A relação entre patrimônio cultural e turismo constitui uma dimensão específica deste diagnóstico. O levantamento patrimonial apresentado anteriormente identificou bens materiais, manifestações culturais, conhecimentos tradicionais e instrumentos de proteção existentes nos municípios da IGR Caminhos Gerais. Essas informações foram consideradas na caracterização dos atrativos históricos, culturais e religiosos e das experiências associadas às práticas culturais e produtivas regionais.

O patrimônio material compreende edificações, monumentos, conjuntos urbanos, espaços públicos, objetos e paisagens reconhecidos por seus valores históricos, arquitetônicos, artísticos, arqueológicos, etnográficos ou paisagísticos. Entre as referências presentes no território encontram-se igrejas, antigas residências, estabelecimentos comerciais, estruturas vinculadas às atividades agropecuárias e industriais, equipamentos culturais, espaços ferroviários, parques e jardins.

O levantamento regional registra dois bens tombados em âmbito estadual, ambos localizados em Poços de Caldas, e 68 registros de tombamento municipal. Os bens protegidos pelos municípios estão distribuídos entre 41 imóveis, 16 móveis e 11 conjuntos paisagísticos. Essa distribuição contempla objetos de proteção com características e usos distintos, cuja relação com a atividade turística depende das condições de acesso, visitação e utilização de cada bem.

Em Poços de Caldas, os tombamentos estaduais correspondem ao Complexo Hidrotermal e Hoteleiro e ao Conjunto Paisagístico da Serra de São Domingos. O primeiro está relacionado à história do termalismo, da hospedagem e da organização urbana da estância, enquanto o segundo abrange uma área associada às características naturais e paisagísticas da serra. Ambos possuem relações com a oferta turística municipal, consideradas as particularidades dos elementos protegidos e as condições de visitação dos espaços que integram esses conjuntos.

No âmbito municipal, o levantamento patrimonial identifica registros distribuídos entre Poços de Caldas, Andradas, Cabo Verde, Machado, Monte Belo, São João da Mata, Botelhos, Caldas, Campestre, Carvalhópolis, Poço Fundo e Ipuiúna. Os bens compreendem edificações religiosas e civis, acervos, monumentos, espaços públicos e conjuntos paisagísticos relacionados às diferentes trajetórias históricas das localidades. A caracterização turística considera essas referências e as atividades identificadas em cada município, preservando as informações relativas à natureza dos bens e aos respectivos instrumentos de proteção. O patrimônio cultural imaterial integra igualmente a análise da oferta regional.

Entre os reconhecimentos federais apresentados no levantamento encontram-se a Roda de Capoeira, o Ofício dos Mestres de Capoeira e os Saberes do Rosário, Reinados, Congados e Congadas. No âmbito estadual, são contempladas as Folias de Minas, as Violas de Minas e os Reinados e Congados. As manifestações identificadas nos municípios constituem referências para a caracterização cultural do território, observadas as particularidades de seus detentores, locais de realização e formas de transmissão.

A distribuição dessas práticas apresenta relações com diferentes municípios. A capoeira foi identificada em Andradas, Caldas, Ipuiúna, Machado, Poços de Caldas e São João da Mata. As Violas de Minas aparecem associadas a Andradas, Botelhos, Caldas, Campestre, Machado, Poços de Caldas e São João da Mata. As manifestações de reinados e congados foram registradas no levantamento regional em Carvalhópolis, Ipuiúna, Machado, Monte Belo, Poço Fundo e Poços de Caldas.

Os registros municipais de patrimônio imaterial incluem celebrações religiosas e populares, bandas, fanfarras, cortejos, danças, conhecimentos culinários e técnicas tradicionais. Entre as referências identificadas encontram-se a Festa do Vinho e o Boi Laranja, em Andradas; a Festa do Biscoito, em Caldas; a Congada Santa Efigênia, em Carvalhópolis; o Desfile de Carros de Boi, em Ipuiúna; e manifestações religiosas presentes nos calendários de diferentes municípios.

Os conhecimentos relacionados à produção alimentar também integram o patrimônio cultural identificado no território. Em Andradas, o levantamento registra o Doce da Festa do Campestrinho, o Modo de Fazer o Virado de Frango Andradense e o Modo de Fazer Vinho de Uva Jacques. Em Caldas, aparecem o Modo de Fazer Doces Tradicionais e o Queijo Minas Frescal de Santana; em Carvalhópolis, o Modo de Fazer Biscoito com Pernil; e, em Machado, o Modo de Fazer Pastel de Fubá. Essas referências apresentam relações com as atividades produtivas e gastronômicas dos municípios e podem integrar a caracterização de experiências turísticas, respeitadas as condições de participação dos detentores e de organização das atividades.

Outros saberes e práticas registrados apresentam vínculos com diferentes segmentos da oferta regional, como o Uso Terapêutico das Águas Termais de Pocinhos do Rio Verde, em Caldas, o Artesanato em Fibra de Taboa, em Andradas, e a Produção de Cristais, em Poços de Caldas. O reconhecimento desses bens culturais está associado às práticas, aos conhecimentos e às formas de transmissão identificados nos respectivos processos patrimoniais. A realização de atividades turísticas relacionadas a essas referências depende das iniciativas desenvolvidas pelos detentores, produtores e demais responsáveis.

A caracterização patrimonial e o levantamento turístico possuem finalidades complementares. O reconhecimento de um bem cultural, por tombamento, registro ou inventário, corresponde a instrumentos específicos de identificação e preservação, enquanto sua utilização turística envolve condições próprias de acesso, atendimento e participação dos visitantes. A organização do diagnóstico considera essas diferenças para estabelecer as relações entre os bens culturais identificados, os atrativos apresentados nos municípios e as experiências efetivamente disponíveis.

O levantamento contempla também iniciativas desenvolvidas por empreendimentos privados, como propriedades rurais, vinícolas, cafeterias, agroindústrias e estabelecimentos que oferecem atividades relacionadas à produção local. A pesquisa considera as experiências anunciadas ou identificadas, as condições de visitação e os serviços associados, distinguindo os empreendimentos com atividades organizadas daqueles que apresentam recursos de interesse turístico ainda sem oferta estruturada.

A apresentação dos resultados reúne a caracterização dos atrativos naturais, históricos, culturais e religiosos, as atividades e experiências associadas, os empreendimentos que oferecem visitação, as rotas e os roteiros existentes, os principais eventos e datas comemorativas e os segmentos turísticos identificados em cada município. As informações patrimoniais pertinentes integram essa caracterização, estabelecendo correspondência com os bens e manifestações apresentados anteriormente.

A consolidação regional considera a distribuição dos atrativos, a diversidade das experiências, os segmentos presentes nos municípios e as iniciativas de integração territorial. Também são examinadas as condições de organização dos produtos turísticos e as relações entre os prestadores de serviços, os espaços de visitação e os agentes responsáveis pelas atividades.

Os resultados fundamentam a identificação de prioridades relacionadas à estruturação da oferta, à qualificação das experiências, à conservação dos bens e espaços utilizados na visitação e ao desenvolvimento de produtos turísticos integrados. A articulação entre patrimônio cultural, atividades produtivas e turismo integra as possibilidades de atuação regional, considerando as particularidades dos municípios e as condições necessárias à organização das experiências oferecidas aos visitantes.

7.1 Levantamento dos Atrativos Turísticos Naturais, Históricos, Culturais e Religiosos

O levantamento dos atrativos turísticos naturais, históricos, culturais e religiosos da IGR Caminhos Gerais contempla os bens, espaços e manifestações identificados nos 14 municípios, considerando suas características, localização, atividades associadas e condições de visitação. A pesquisa reúne referências relacionadas às paisagens naturais, à formação histórica das localidades, às práticas religiosas, às manifestações culturais e aos ambientes utilizados para lazer, contemplação e experiências turísticas.

Os atrativos naturais abrangem serras, montanhas, cachoeiras, formações rochosas, mirantes, trilhas e outros ambientes identificados na oferta municipal. Esses espaços apresentam diferentes possibilidades de utilização turística, relacionadas à contemplação das paisagens, à visitação de áreas naturais e à realização de atividades ao ar livre. A caracterização considera as experiências divulgadas e as condições de acesso disponíveis nas informações levantadas.

Os atrativos históricos, culturais e religiosos compreendem edificações, monumentos, museus, igrejas, santuários, espaços públicos, equipamentos culturais e outros bens associados às trajetórias dos municípios. A identificação dessas referências foi relacionada ao levantamento do patrimônio histórico-cultural apresentado nesse trabalho, especialmente relativo aos bens protegidos por tombamento e às manifestações reconhecidas por registro.

A correspondência entre os dois levantamentos considera a denominação e a localização dos bens, sua natureza patrimonial, os instrumentos de reconhecimento e as atividades turísticas identificadas. Essa relação é particularmente importante para a caracterização de edificações históricas, conjuntos paisagísticos, equipamentos culturais e espaços religiosos que integram a oferta turística regional.

Nos municípios que possuem bens oficialmente protegidos, as informações sobre tombamento e registro integram a caracterização dos atrativos correspondentes. Os espaços de interesse histórico ou cultural sem proteção formal identificada permanecem contemplados no diagnóstico turístico, conforme as características e atividades registradas na pesquisa.

A análise também considera as celebrações, manifestações artísticas, práticas religiosas e conhecimentos tradicionais apresentados no levantamento patrimonial. Essas referências integram diferentes dimensões da atividade turística, especialmente o turismo cultural, religioso, gastronômico e rural, conforme as experiências identificadas e as condições de participação dos visitantes.

A organização dos resultados permite caracterizar a distribuição territorial dos atrativos e as relações existentes entre recursos naturais, patrimônio cultural e atividades turísticas. Essas informações subsidiarão a estruturação de roteiros, a qualificação dos serviços de visitação e a identificação de possibilidades de integração entre municípios, observadas as características dos bens e as necessidades de conservação dos espaços utilizados.

7.2 Atrativos Históricos, Culturais e Religiosos

O levantamento dos atrativos históricos, culturais e religiosos reúne edificações de interesse histórico e arquitetônico, igrejas, santuários, museus, monumentos, espaços públicos, equipamentos culturais e outros locais associados à formação dos municípios, às manifestações religiosas e às práticas culturais identificadas na IGR Caminhos Gerais.

A caracterização desses atrativos considera suas funções históricas e atuais, as atividades e experiências relacionadas à visitação e os segmentos turísticos associados.

O levantamento patrimonial registra 68 tombamentos municipais e dois estaduais, distribuídos entre bens imóveis, móveis e conjuntos paisagísticos. Parte dessas referências apresenta correspondência com espaços identificados na oferta turística, especialmente edificações religiosas, equipamentos culturais, praças, monumentos e conjuntos naturais e paisagísticos. A existência de proteção patrimonial integra a caracterização dos bens correspondentes, respeitando as condições de acesso e utilização.

Em Poços de Caldas, o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro e o Conjunto Paisagístico da Serra de São Domingos, protegidos pelo Estado de Minas Gerais, constituem referências para a análise das relações entre patrimônio cultural e atividade turística. O primeiro está vinculado à história dos serviços termais, da hospedagem e da organização urbana da estância. A Serra de São Domingos integra as paisagens naturais do município e compreende espaços relacionados à contemplação e à visitação.

Em Andradas, a relação entre patrimônio cultural e turismo abrange edificações religiosas, espaços públicos, equipamentos culturais e referências vinculadas às atividades vitivinícolas. Entre os atrativos identificados encontram-se a Igreja Matriz de São Sebastião, a Casa da Memória, o Teatro Municipal José Stivanin, a Igreja de São Benedito, o Mercado Municipal, o Pavilhão do Vinho e antigas estruturas relacionadas à produção vinícola. O levantamento turístico também contempla edificações e estabelecimentos associados à história da imigração italiana e à continuidade das atividades gastronômicas e de produção de vinhos no município.

As antigas adegas e edificações vinculadas à vitivinicultura apresentam diferentes condições de utilização. O levantamento identifica espaços relacionados à memória da produção vinícola e empreendimentos com atividades de visitação ou atendimento aos visitantes, além de imóveis para

os quais não foi confirmada visitação turística regular. Essa diferenciação integra a caracterização dos atrativos e das experiências disponíveis.

Nos demais municípios, a análise considera as referências religiosas, culturais e históricas identificadas nas pesquisas locais, incluindo igrejas matrizes, capelas, museus, edificações públicas, espaços de memória, monumentos e bens associados às atividades produtivas e à organização das comunidades. As informações patrimoniais são relacionadas aos atrativos correspondentes, considerando as características de cada localidade e os registros de proteção apresentados no diagnóstico.

As manifestações culturais de natureza imaterial integram a caracterização dos atrativos e das experiências associadas às práticas religiosas, festivas, musicais, artesanais e gastronômicas. A análise contempla as celebrações e os conhecimentos tradicionais identificados nos municípios, com atenção aos grupos responsáveis por sua realização, aos espaços utilizados e às formas de participação dos visitantes.

Os registros de bens imateriais constituem referências para essa caracterização. Entre as manifestações relacionadas à região encontram-se capoeira, folias, reinados, congados, festas religiosas, bandas, fanfarras, cortejos, práticas culinárias e técnicas tradicionais de produção. A identificação dessas referências no levantamento turístico considera sua ocorrência nos municípios e as atividades associadas, respeitando as particularidades dos bens reconhecidos e de seus detentores.

O quadro a seguir apresenta os atrativos históricos, culturais e religiosos identificados nos municípios da IGR Caminhos Gerais, acompanhados das atividades e experiências registradas e dos segmentos turísticos associados. A relação compreende espaços que recebem visitantes e desenvolvem atividades de visitação, além de bens e locais de interesse turístico cujas condições de acesso ou oferta estruturada não foram confirmadas.

A caracterização dos atrativos constitui a base para a análise da distribuição territorial da oferta histórica, cultural e religiosa e para sua articulação com os demais componentes do diagnóstico turístico regional. A correspondência com o levantamento patrimonial contribui para orientar a organização das informações sobre os bens, as condições de visitação e as possibilidades de integração dos atrativos aos roteiros e experiências turísticas da IGR Caminhos Gerais.

Quadro – Atrativos históricos, culturais e religiosos identificados

Município	Atrativo histórico, cultural ou religioso	Atividades e experiências identificadas	Segmento turístico associado
Andradas	Igreja Matriz de São Sebastião	Visitação de interesse religioso, histórico e arquitetônico.	Turismo religioso e cultural
	Casa da Memória	Conhecimento da história e da memória do município por meio de seu espaço cultural.	Turismo cultural
	Teatro Municipal José Stivanin	Espaço destinado a apresentações e atividades artísticas e culturais.	Turismo cultural
	Igreja de São Benedito	Visitação de interesse religioso e cultural.	Turismo religioso e cultural
	Mercado Municipal	Conhecimento de um espaço tradicional da vida comercial e cultural local.	Turismo cultural
	Gruta de Nossa Senhora Aparecida	Visitação de interesse religioso.	Turismo religioso
	Pavilhão do Vinho	Participação em eventos culturais, sociais e exposições realizados no espaço, que também integra a memória da tradição vitivinícola municipal.	Turismo cultural e de eventos
	Antiga Adega Izidro	Apreciação do patrimônio histórico e arquitetônico relacionado à indústria vinícola. Há registro de visitas educativas realizadas no passado, mas não foi confirmada visitação turística regular.	Turismo cultural
	Antiga Adega Caves do Restêlo	Conhecimento histórico da antiga indústria vinícola e de sua arquitetura preservada. Não foi confirmada visitação turística ao interior do imóvel.	Turismo cultural
	Casarão dos Mosconi	Apreciação do patrimônio arquitetônico associado à história da imigração italiana e à produção de vinhos. Hoje no local funciona o restaurante Figo Cucina, e está aberto a visitação durante seu horário de funcionamento	Turismo cultural e gastronômico
	Praça Dr. Alcides Mosconi	Contemplação do conjunto arquitetônico e paisagístico do centro histórico e participação em atividades de educação patrimonial documentadas pela Prefeitura.	Turismo cultural
	Cemitério Municipal e Túmulo de Guilhermina Pereira Barbosa	Apreciação de elementos de arte funerária e visitação devocional ao túmulo de Guilhermina Pereira Barbosa, figura associada à religiosidade popular local.	Turismo cultural e religioso

Andradas	Adega Basso	Conhecimento do patrimônio histórico ligado à produção artesanal de vinhos e à tradição familiar. Há oferta de visitação turística regular.	Turismo cultural
	Edificação histórica da Vinícola Stella Valentino	Conhecimento da arquitetura centenária e degustação de vinhos em espaço identificado pela Prefeitura como parte do patrimônio cultural municipal.	Turismo cultural e gastronômico
Botelhos	Museu do Café	Conhecimento da história municipal e de sua tradição cafeeira.	Turismo cultural
	Igreja Matriz São José de Botelhos	Visitação de interesse religioso e arquitetônico.	Turismo religioso e cultural
	Cristo Redentor	Visitação ao monumento religioso e contemplação de seu entorno.	Turismo religioso e cultural
Cabo Verde	Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção	Visitação de interesse religioso e arquitetônico.	Turismo religioso e cultural
	Igreja de São Benedito	Visitação de interesse religioso e cultural.	Turismo religioso e cultural
	Monumento Cruzeiro	Visitação ao marco religioso identificado no inventário turístico estadual.	Turismo religioso e cultural
	Distrito de São Bartolomeu de Minas	Localidade de relevância histórica e religiosa, associada à presença e à expansão do presbiterianismo no Sul de Minas Gerais, no século XIX. Destaca-se pela memória das primeiras comunidades protestantes, seus templos e tradições religiosas, que integram a identidade cultural do distrito. Constitui espaço de interesse para o conhecimento da história local e da diversidade religiosa.	Turismo cultural e religioso
	Edifício da Prefeitura Municipal	Observação do edifício identificado como atrativo cultural no Portal Minas Gerais.	Turismo cultural
Caldas	Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio	Visitação de interesse religioso, histórico e arquitetônico.	Turismo religioso e cultural
	Capela de Santa Terezinha – Morro do Galo	Visitação de interesse religioso.	Turismo religioso

Caldas	Gruta de Nossa Senhora Aparecida	Visitação de interesse religioso e devocional.	Turismo religioso
	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Conhecimento do patrimônio religioso e arquitetônico local, associado à devoção a Nossa Senhora do Rosário e às tradições religiosas do município. A realização de visitas turísticas organizadas não foi confirmada.	Turismo cultural e religioso
	Cemitério Municipal de Caldas	Espaço de memória e patrimônio funerário relacionado à história das famílias e da comunidade local. Apresenta interesse para a compreensão da história municipal, sem confirmação de atividades turísticas estruturadas.	Turismo histórico-cultural
	Fazenda Experimental da EPAMIG	Unidade de pesquisa agropecuária vinculada à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), relacionada à produção de conhecimento e ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas. Apresenta interesse histórico, científico e educacional, especialmente pela relação com a atividade agropecuária regional. Visitas somente com agendamento prévio	Turismo cultural, técnico-científico e rural
	Casa da Cultura de Caldas	Espaço cultural identificado na oferta turística municipal.	Turismo cultural
Campestre	Paróquia Nossa Senhora do Carmo	Visitação de interesse religioso e cultural.	Turismo religioso e cultural
	Igrejinha Nossa Senhora Aparecida	Visitação de interesse religioso.	Turismo religioso
	Praça Brasil	Espaço público de convivência e lazer, associado à paisagem urbana e à vida cotidiana do município. Proporciona oportunidades de contemplação do espaço urbano e contato com a cultura local.	Turismo cultural e de lazer
	Praça Delfim Moreira	Espaço de convivência e referência da paisagem urbana municipal, relacionado à memória e à identidade local. Possibilita a apreciação do ambiente urbano e o contato com o cotidiano da comunidade.	Turismo cultural e de lazer
	Antiga Câmara Municipal	Edificação associada à história político-administrativa do município, representando um elemento da memória institucional e do patrimônio arquitetônico local. Possibilita a apreciação de sua arquitetura e o conhecimento da história municipal. Não foi confirmada visitação interna regular.	Turismo histórico-cultural

Campestre	Colégio Cônego Artur	Edificação de interesse histórico e educacional, vinculada à memória da educação e à formação cultural do município. Constitui referência do patrimônio arquitetônico e da trajetória educacional local. Não foram confirmadas atividades de visitação turística organizadas.	Turismo histórico-cultural
	Biblioteca Pública	Espaço cultural identificado no Portal Minas Gerais; atividades específicas de visitação não confirmadas.	Turismo cultural
Carvalhópolis	Igreja Matriz de São Sebastião	Visitação não guiada, manifestações religiosas e conhecimento da imagem tombada de São Sebastião.	Turismo religioso e cultural
	Praça Monsenhor Dutra	Apreciação do conjunto paisagístico tombado e de sua relação com a Igreja Matriz.	Turismo cultural
	Casa da Cultura	Visitação ao centro de memória municipal, com documentos e fotografias históricas; atividades musicais vinculadas a grupos locais.	Turismo cultural
Ibitiúra de Minas	Igreja de São Benedito	Visitação não guiada, cultos religiosos e apreciação de bens culturais inventariados.	Turismo religioso e cultural
	Capelinha de Santa Cruz	Espaço de devoção religiosa e referência da fé e das tradições da comunidade local, associado à veneração da Santa Cruz. Constitui local de interesse para a contemplação do patrimônio religioso e o conhecimento das manifestações de religiosidade popular do município. Não foram confirmadas visitas guiadas ou atividades turísticas organizadas.	Turismo religioso e cultural
	Ermida da Mãe Rainha	Visitação de interesse religioso à capela.	Turismo religioso
Ipuiúna	Castelinho	Visitação autoguiada ao monumento histórico tombado, associado à memória da emancipação municipal.	Turismo cultural
	Paróquia Santa Quitéria e São João Batista	Espaço de celebrações religiosas e devoção, associado às tradições católicas locais. Não foram confirmados registros de visitas turísticas guiadas ou atividades estruturadas regulares.	Turismo religioso e cultural
	Monumento “O Carreirinho”	Monumento de valorização da memória dos carreiros e das tradições rurais do município. Possibilita a apreciação do patrimônio cultural local. Não foram identificadas visitas turísticas organizadas.	Turismo cultural
Machado	Santuário Menino Jesus de Praga	Visitação de interesse religioso e participação em práticas devocionais.	Turismo religioso

Machado	Casa da Cultura e Museu Municipal	Visitação ao acervo histórico, apresentações musicais, oficinas culturais e atividades de educação patrimonial.	Turismo cultural
	Mercado Municipal de Machado	Visitação ao espaço comercial tradicional identificado como atrativo turístico.	Turismo cultural
	Praça Antônio Carlos	Espaço de convivência e lazer, associado à paisagem urbana e à realização de manifestações culturais e eventos municipais. Não foram confirmadas visitas turísticas guiadas regulares.	Turismo cultural e de eventos
	Igreja Matriz da Sagrada Família e Santo Antônio	Visitação religiosa, celebrações litúrgicas e apreciação do patrimônio arquitetônico e cultural. Não foram confirmadas visitas turísticas guiadas regulares.	Turismo religioso e cultural
	Cristo Redentor de Machado	Visitação ao monumento religioso identificado no inventário turístico estadual.	Turismo religioso e cultural
Monte Belo	Patrimônio religioso e cultural municipal	As fontes recuperadas nesta consulta não permitiram confirmar nominalmente os principais atrativos edificados e suas atividades. Recomenda-se complementar com o inventário turístico municipal.	Classificação pendente de confirmação
	Praça da Matriz	Espaço de convivência e lazer, integrado ao conjunto urbano da Igreja Matriz. Possibilita a apreciação da paisagem urbana e o contato com a cultura local. Não foram confirmadas visitas turísticas organizadas.	Turismo cultural
	Estação Ferroviária da Juréia	Edificação de interesse histórico vinculada à memória ferroviária e ao desenvolvimento regional. Possibilita a apreciação do patrimônio arquitetônico e o conhecimento da história dos transportes locais. Não foram confirmadas visitas turísticas regulares ao interior do imóvel.	Turismo histórico-cultural
	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição	Espaço de celebrações religiosas e devoção, associado à tradição católica e ao patrimônio religioso municipal. Não foram confirmadas visitas turísticas guiadas ou atividades estruturadas regulares.	Turismo religioso e cultural
Poço Fundo	Cemitério do Cônsul Lourenço Westin	Visitação autoguiada ao sítio arqueológico relacionado à memória do primeiro cônsul da Suécia e Noruega no Brasil.	Turismo cultural e histórico
	Homenagem da Família Gouveia	Monumento de interesse histórico e cultural relacionado à memória da Família Gouveia e à identidade local. Não foram confirmadas visitas turísticas organizadas ou atividades regulares.	Turismo cultural

Poço Fundo	Igreja Matriz de São Francisco de Paula	Celebrações religiosas, práticas devocionais e apreciação do patrimônio arquitetônico. Não foram confirmadas visitas turísticas guiadas regulares.	Turismo religioso e cultural
	Portal Turístico de Poço Fundo	Marco de identificação e recepção do município, utilizado como referência paisagística e para registros fotográficos. Não foram identificadas atividades turísticas estruturadas no local.	Turismo cultural
	Praça Dr. Gouveia	Espaço de convivência e lazer, associado à paisagem urbana e à identidade cultural do município. Não foram confirmadas visitas turísticas organizadas.	Turismo cultural
	Cine Ouro Negro	Equipamento cultural cadastrado como atrativo turístico. Programação e condições de visitação não confirmadas.	Turismo cultural
Poços de Caldas	Palace Casino	Visitação guiada mediante agendamento, para conhecimento da arquitetura e da história do antigo cassino.	Turismo cultural e histórico
	Palace Hotel	Apreciação do patrimônio arquitetônico e da história da hotelaria e do turismo termal do município. A visitação às dependências está sujeita às regras do estabelecimento.	Turismo cultural e histórico
	Thermas Antônio Carlos	Experiência vinculada à tradição histórica do termalismo, com banhos e serviços de bem-estar divulgados pelo destino.	Turismo cultural e de saúde e bem-estar
	Igreja Matriz	Visitação de interesse religioso e arquitetônico.	Turismo religioso e cultural
	Monumento Cristo Redentor	Visitação ao monumento religioso e apreciação de seu significado cultural para o município.	Turismo religioso e cultural
	Antiga Prefeitura	Apreciação do patrimônio arquitetônico e da memória político-administrativa municipal. Não foram confirmadas visitas turísticas regulares ao interior do imóvel.	Turismo cultural
	Mercado Municipal	Visitação ao comércio tradicional, aquisição de produtos regionais e contato com a gastronomia e a cultura local. Possui atividade comercial regular.	Turismo cultural
	Casa de Passageiros e Hangar do Aeroporto Municipal	Interesse histórico e arquitetônico relacionado à infraestrutura aeroportuária. Não foram confirmadas visitas turísticas organizadas	Turismo cultural e gastronômico

Poços de Caldas	Parc Hotel	Edificação de interesse histórico e arquitetônico, associada à trajetória da hotelaria municipal. Não foram confirmadas visitas turísticas regulares.	Turismo cultural
	Café Concerto	Espaço associado à memória cultural e artística da cidade. Hoje funciona uma cafeteria aberta ao público.	Turismo cultural
	Colégio Municipal Dr. José Vargas de Souza	Interesse histórico e arquitetônico relacionado à educação municipal. Não foram confirmadas visitas turísticas regulares.	Turismo cultural
	Antiga Estação Ferroviária	Apreciação do patrimônio ferroviário e conhecimento da história dos transportes no município. Não foram confirmadas visitas turísticas organizadas	Turismo cultural
	Chalé Honório Dias	Apreciação do patrimônio arquitetônico e da memória histórica municipal. Não foram confirmadas visitas turísticas regulares ao interior do imóvel.	Turismo cultural
	Igreja de São Domingos	Celebrações religiosas e apreciação do patrimônio arquitetônico e religioso. Não foram confirmadas visitas turísticas guiadas regulares.	Turismo religioso e cultural
	Igreja de São Benedito	Celebrações religiosas e contato com as tradições de devoção a São Benedito. Não foram confirmadas visitas turísticas guiadas regulares.	Turismo religioso e cultural
	Santuário Mãe Rainha	Visitação devocional e práticas religiosas. Não foram confirmados roteiros turísticos ou visitas guiadas regulares.	Turismo religioso
	Santuário Nossa Senhora de Fátima	Celebrações religiosas, visitação devocional e apreciação do patrimônio religioso. Não foram confirmadas visitas turísticas guiadas regulares.	Turismo religioso
	Relógio Floral John Canta	Contemplação do monumento paisagístico e registros fotográficos. Atrativo de visitação livre, sem necessidade de atividade turística organizada.	Turismo cultural e paisagístico
	Calendário Floral	Contemplação do jardim ornamental que apresenta a data por meio de elementos vegetais e registros fotográficos. Atrativo de visitação livre.	Turismo cultural e paisagístico
	Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas	Visitação ao acervo histórico, exposições e atividades educativas e culturais. Há registros de visitação pública organizada.	Turismo histórico-cultural
	Espaço Cultural da Urca	Participação em apresentações artísticas, exposições, espetáculos e eventos culturais, conforme	Turismo cultural e de eventos

Poços de Caldas		programação. Possui atividades culturais estruturadas.	
	Instituto Moreira Salles – Casa da Cultura	Visitação a exposições de arte e fotografia, participação em atividades educativas e programação cultural. Possui oferta cultural estruturada.	Turismo cultural
	Recanto Japonês	Visitação aos jardins de inspiração japonesa, contemplação paisagística e contato com elementos da cultura oriental. Atrativo de visitação pública	Turismo cultural e de natureza
	Teleférico	Passeio turístico com vista panorâmica da cidade e acesso à Serra de São Domingos. Possui serviço turístico estruturado, sujeito às condições de funcionamento.	Turismo cultural e de natureza
	Escola Estadual David Campista	Edificação de interesse histórico e arquitetônico, vinculada à memória da educação e ao patrimônio cultural do município. Possibilita a apreciação de sua arquitetura, mas não foram confirmadas visitas turísticas regulares ou atividades organizadas para visitantes.	Turismo histórico-cultural
Santa Rita de Caldas	Santuário Arquidiocesano de Santa Rita de Cássia	Visitação religiosa e conhecimento das relíquias de Santa Rita de Cássia preservadas no santuário.	Turismo religioso e cultural
	Gruta de Santa Rita	Visitação de interesse religioso ao espaço devocional identificado na divulgação turística estadual.	Turismo religioso
	Centro Histórico	Apreciação do conjunto arquitetônico e da paisagem urbana, com destaque para edificações e espaços associados à formação histórica do município. Não foram confirmados roteiros turísticos guiados ou atividades estruturadas regulares.	Turismo histórico-cultural
	Museu Municipal	Espaço de interesse cultural associado à preservação e à valorização da memória e da história local. A existência de visitação pública regular, exposições e atividades educativas necessita de confirmação.	Turismo cultural
São João da Mata	Patrimônio histórico e religioso municipal	Não foram localizadas, nesta consulta, fontes suficientemente específicas para relacionar atrativos edificados e atividades com segurança. Recomenda-se complementar com o inventário municipal.	Classificação pendente de confirmação
	Igreja Matriz de São João Batista	Espaço de celebrações religiosas e práticas devocionais, associado à tradição católica e à identidade cultural do município. Possibilita a apreciação do patrimônio religioso local. Não foram confirmadas visitas turísticas guiadas ou atividades estruturadas regulares.	Turismo religioso e cultural

7.3 Considerações sobre os atrativos históricos, culturais e religiosos

O levantamento dos atrativos históricos, culturais e religiosos da IGR Caminhos Gerais reúne edificações, monumentos, museus, espaços culturais e bens associados às práticas religiosas, às atividades produtivas e à formação histórica dos municípios. As igrejas, capelas e santuários ocupam lugar expressivo nessa relação, acompanhados por antigas residências, adegas, mercados, estações ferroviárias e outros equipamentos vinculados às transformações econômicas e sociais do território.

A análise desses atrativos apresenta relações com o patrimônio cultural identificado e reproduzido nesse estudo, que contempla bens materiais protegidos por tombamento e manifestações reconhecidas por registro, além de outras referências culturais dos municípios. Entre os bens materiais encontram-se edificações religiosas e civis, conjuntos paisagísticos, espaços públicos e estruturas relacionadas às atividades econômicas regionais. As celebrações religiosas, as formas de expressão e os saberes tradicionais acrescentam outras dimensões à oferta cultural, especialmente quando associados a eventos e experiências organizadas para receber visitantes.

A distribuição dos atrativos revela diferentes possibilidades de desenvolvimento do turismo cultural e religioso. As edificações históricas e os espaços de memória podem integrar percursos relacionados à formação dos municípios, enquanto as antigas estruturas produtivas oferecem referências para roteiros associados à cafeicultura, à vitivinicultura, ao comércio e às atividades industriais. As celebrações e manifestações religiosas também apresentam possibilidades de articulação com a visitação, observadas suas características, os calendários de realização e a participação das comunidades responsáveis.

As condições de aproveitamento turístico variam entre os bens identificados. Parte dos atrativos dispõe de atividades de visitação e atendimento aos visitantes, enquanto outros apresentam acesso restrito, funcionamento condicionado a horários específicos ou ausência de serviços turísticos organizados. A estruturação de roteiros e experiências deverá considerar essas particularidades, especialmente as condições de acesso, conservação, segurança e funcionamento dos espaços, bem como as normas aplicáveis aos bens protegidos.

O levantamento também apresenta diferenças na quantidade e no detalhamento das informações disponíveis para cada município. Os registros correspondem aos atrativos identificados nas fontes consultadas e não constituem uma relação exaustiva do patrimônio cultural regional. Por essa razão, a quantidade de bens relacionados em cada localidade deve ser considerada em conjunto

com suas características, condições de visitação e atividades oferecidas, sem estabelecer uma hierarquia de potencial turístico baseada exclusivamente no número de registros.

A articulação entre o diagnóstico patrimonial e a caracterização dos atrativos turísticos constitui uma referência para a definição de ações de preservação, qualificação da visitação e organização de roteiros intermunicipais. A integração desses levantamentos poderá orientar iniciativas que relacionem o patrimônio histórico e cultural aos serviços turísticos existentes, respeitando as particularidades dos bens, as condições de utilização dos espaços e a participação dos agentes responsáveis por sua conservação e pelas manifestações culturais.



7.4 Atrativos Naturais e Paisagísticos

O levantamento dos atrativos naturais e paisagísticos da IGR Caminhos Gerais contempla cachoeiras, rios, serras, montanhas, mirantes, formações rochosas e outros ambientes de interesse turístico identificados nos municípios da região. Esses espaços apresentam características ambientais e paisagísticas distintas, associadas ao relevo, à hidrografia, à vegetação e às formas de ocupação e utilização do território.

A oferta identificada compreende ambientes utilizados para contemplação das paisagens, caminhadas, trilhas, atividades recreativas e práticas relacionadas ao turismo de natureza e de aventura. As possibilidades de visitação variam conforme as características dos locais, as condições de acesso e a existência de serviços e atividades organizados para receber visitantes.

Parte desses espaços também apresenta relações com o patrimônio cultural, especialmente os conjuntos paisagísticos reconhecidos por instrumentos de proteção. O levantamento patrimonial que integra esse estudo identifica bens dessa natureza em diferentes municípios, incluindo o Conjunto Paisagístico da Serra de São Domingos, em Poços de Caldas, protegido por tombamento estadual. A caracterização turística desses ambientes considera suas particularidades naturais e paisagísticas, observadas as condições de conservação e as normas aplicáveis à visitação.

O quadro a seguir reúne os atrativos naturais e paisagísticos identificados nos municípios da IGR Caminhos Gerais, acompanhados das atividades e experiências relacionadas a cada local e dos segmentos turísticos associados. A apresentação contempla espaços com utilização turística identificada e ambientes de interesse para visitação cujas condições de acesso ou oferta de atividades ainda necessitam de confirmação.

A sistematização dessas informações integra o diagnóstico da oferta regional e subsidia a identificação de possibilidades de organização de roteiros de turismo de natureza, ecoturismo e turismo de aventura. A estruturação das atividades deverá considerar as características ambientais dos atrativos, as condições de segurança, a infraestrutura disponível, as exigências de conservação e os requisitos técnicos aplicáveis às diferentes modalidades de visitação.

Quadro – Atrativos Naturais e Paisagísticos da IGR Caminhos Gerais

Município	Atrativo natural ou paisagístico	Atividades e experiências identificadas	Segmento turístico associado
Andradas	Pico do Gavião	Contemplação da paisagem, trilhas e voo livre.	Turismo de natureza e de aventura
	Pedra do Elefante e Pedra do Pântano	Formações rochosas associadas a trilhas e atividades de aventura na divulgação turística estadual; as modalidades específicas de cada formação exigem confirmação individual.	Turismo de natureza e de aventura
	Serra do Caracol, Serra do Pau D'Alho, Pedra da Cruz, Pedra do Boi e Pedra do Alto da Boa Vista	Atrativos naturais cadastrados no Portal Minas Gerais; atividades específicas não confirmadas nesta consulta.	Turismo de natureza
	Mirante Serra dos Lima	Contemplação da paisagem serrana, observação das formações naturais e registros fotográficos, com destaque para as vistas panorâmicas da região.	Turismo de natureza e turismo paisagístico.
	Parque Ecológico Olho D'água	Contato com a natureza, contemplação da paisagem e atividades de lazer em ambiente natural, com potencial para práticas de educação ambiental e sensibilização sobre a conservação dos recursos naturais.	Turismo de natureza, ecoturismo e turismo de lazer.
	Rota das Cachoeiras (11 cachoeiras)	Percurso turístico que reúne cachoeiras e paisagens naturais do município, proporcionando oportunidades de contemplação, caminhadas, contato com a natureza e registros fotográficos. As condições de acesso e visitação podem variar entre os pontos do percurso.	Turismo de natureza, ecoturismo e turismo de aventura.
	Rancho das Cachoeiras	Contato com a natureza em ambiente de cachoeiras, contemplação das paisagens e atividades de lazer junto aos recursos hídricos. As atividades disponíveis e as condições de visitação dependem de confirmação junto ao empreendimento.	Turismo de natureza e turismo de lazer.
	Cachoeiras Toca das Andorinhas, Capão do Mel, Capãozinho, dos Macacos, da Barra e do Joaquim	Quedas d'água identificadas no inventário turístico estadual; condições de visitação e atividades específicas não confirmadas.	Turismo de natureza

Botelhos	Represa da Graminha	Pesca, passeios e esportes náuticos, caminhadas e passeios ciclísticos nas margens.	Turismo de natureza, náutico e de aventura
	Montanha do Cristo Redentor	Observação panorâmica da cidade e da paisagem natural do entorno.	Turismo de natureza e cultural
	Jequitibá Gigante	Fica no alto de um morro com ladeiras e subidas, proporcionando uma vista panorâmica de toda a cidade e das montanhas ao redor.	Turismo de natureza
	Barragem da Usina Betinga	Área de interesse nos arredores do município.	Turismo de natureza
	Pedra do Clube	Contemplação da paisagem e do pôr do sol.	Turismo de natureza
	Cachoeira de São Gonçalo	Atrativo mencionado na apresentação oficial do destino; atividades específicas não confirmadas.	Turismo de natureza
Cabo Verde	Cachoeira do River Bar	Cachoeira com estrutura de banheiro e bar ao público	Turismo de natureza
	Cachoeira Pedra Lisa	Queda d'água divulgada como atrativo natural; atividades específicas não confirmadas.	
	Pico do Mirante	Atrativo paisagístico identificado no Portal Minas Gerais; atividades específicas não confirmadas.	Turismo de natureza
Caldas	Cachoeira da Margarida	Queda d'água divulgada como atrativo natural; atividades específicas não confirmadas.	Turismo de natureza
	Complexo de cachoeiras do Bacião, Cahoeira da saudade	Localizado entre a cidade e o distrito de Pocinhos do Rio Verde, possui piscinas naturais de água verde e límpida com fácil acesso e um mirante.	Turismo de natureza
	Rio Capivari	Prática de boia-cross em trechos do rio, proporcionando uma experiência de aventura e contato direto com a natureza, além da contemplação da paisagem natural do entorno.	Turismo de natureza e aventura
	Pedra Branca, Pedra do Coração e Pedra do Frade	Formações rochosas identificadas como atrativos naturais; atividades específicas não confirmadas.	Turismo de natureza
	Distritos de São Pedro de Caldas	Rodeado por serras, mirantes naturais e cachoeiras, além de ser conhecido pela	Turismo de natureza e gastronômico

		produção artesanal de queijos, iogurtes e doces.	
	Fontes de águas sulfurosas e Balneário Dr. Reynaldo de Oliveira Pimenta	Visitação ao balneário e contato com as águas minerais; serviços atualmente disponíveis precisam de confirmação.	Turismo de saúde e bem-estar
Campestre	Pedra Grande	Atrativo natural destacado na divulgação turística municipal; atividades específicas não confirmadas.	Turismo de natureza
	Lago da Represa do PCH	Contemplação da paisagem lacustre e do ambiente natural do entorno, com potencial para observação da natureza e registros fotográficos. Não foram confirmadas atividades turísticas estruturadas.	Turismo de natureza e turismo paisagístico.
	Cachoeira Tonico Novato e Cachoeira Grande	Cachoeira mencionada como atrativo natural; atividades específicas não confirmadas.	Turismo de natureza
Carvalhópolis	Parque Municipal Dona Jandira	Parque identificado no Portal Minas Gerais; atividades específicas não informadas na ficha consultada.	Turismo de natureza
	Cachoeira dos Macacos	Queda d'água formada em um trecho de rio com pedras e correnteza, ideal para um passeio de contemplação na zona rural local; ; uso para banho não confirmado.	Turismo de natureza
Ibitiúra de Minas	Cachoeirinha das Andorinhas e dos Duendes	Contemplação de quedas d'água e piscinas naturais; uso para banho não confirmado.	Turismo de natureza
	Serra da Bocaina	Contemplação da paisagem e práticas esportivas mencionadas de forma geral, sem modalidades especificadas.	Turismo de natureza
Ipuiúna	Nascente do Rio Pardo	Recurso natural identificado como atrativo; atividades de visitação não confirmadas.	Turismo de natureza
	Cachoeira do Rosário e cachoeiras da área rural	Opções de águas refrescantes, trilhas leves e contato direto com a vegetação nativa.	
	Morro da Boa Vista e serras da Areia, da Água Quente, da Tronqueira e do Brejinho	Paisagens serranas destacadas na divulgação do destino; atividades específicas não confirmadas.	Turismo de natureza
Machado	Mirante do Cristo Redentor	Vista panorâmica de toda a cidade de Machado e das montanhas da região. [	Turismo de natureza
	Prainha	Atrativo cadastrado no Portal Minas Gerais; atividades específicas não confirmadas.	Turismo de natureza e lazer

Monte Belo	Rio Muzambo	Elementos natural; atividades e condições de visitação ainda dependem de confirmação documental.	Turismo de natureza
	Morro do Mirante	Um dos pontos de destaque da cidade, oferecendo belas paisagens panorâmicas da região serrana.	Turismo de natureza
Poço Fundo	Cachoeira Grande, Cachoeira das Andorinhas, Cachoeira 13 Quedas, Cachoeira da Célia, Cachoeira São Miguel.	Cachoeiras cadastradas como atrativos naturais; atividades específicas não confirmadas.	Turismo de natureza
	Mirante da Cidade	Contemplação da paisagem e do pôr do sol a partir do deck de observação, utilização do balanço, experiência sensorial no jardim e atividades recreativas no parquinho.	Turismo de natureza, turismo paisagístico e de lazer.
	Lago da Represa do PCH	Contemplação da paisagem lacustre e do ambiente natural do entorno, com potencial para observação da natureza e registros fotográficos. Não foram confirmadas atividades turísticas estruturadas.	Turismo de natureza e turismo paisagístico.
	Pedra Balão e Pedra da Canoa	Formações rochosas cadastradas como atrativos naturais; atividades específicas não confirmadas.	Turismo de natureza
Poços de Caldas	Serra de São Domingos	Contemplação panorâmica, caminhadas, trilhas, voo livre e atividades esportivas de descida em bicicleta.	Turismo de natureza e de aventura
	Cachoeira Véu das Noivas	Contemplação das quedas d'água, passeio turístico pelo complexo e visita à feira de artesanato.	Turismo de natureza e cultural
	Fonte dos Amores	Contemplação da paisagem, visita ao monumento e acesso a trilha da Serra de São Domingos.	Turismo de natureza e cultural
	Represa Bortolan	Contemplação da paisagem e passeios náuticos divulgados pelo portal estadual.	Turismo de natureza e náutico
	Cascata das Antas	Contemplação das quedas d'água e da paisagem natural, além da observação das ruínas da primeira usina hidrelétrica da cidade, associando natureza e patrimônio histórico.	Turismo de natureza e cultural
	Represa Saturnino de Brito	Contemplação da paisagem, passeios pelos jardins do complexo turístico e experiência	Turismo de natureza e gastronômico

Poços de Caldas		gastronômica no restaurante localizado às margens da represa.	
	Recanto Japonês	Passeios pelos jardins de inspiração japonesa, contemplação da vegetação, de pequenos lagos e quedas d'água, além da apreciação de elementos arquitetônicos e paisagísticos da cultura japonesa.	Turismo de natureza e cultural
	Zoo das Aves	Visitação ao parque, observação de diferentes espécies de aves em ambientes planejados, contemplação da natureza e atividades de educação ambiental, proporcionando experiências de contato com a biodiversidade.	Turismo de natureza, turismo de observação de aves e turismo pedagógico.
	Represa do Cipó	Contemplação da paisagem do reservatório. A Prefeitura identifica o local, mas não descreve atividades turísticas estruturadas.	Turismo de natureza
	Parque Municipal Antônio Molinari	Espaço verde integrante de roteiro turístico municipal. As atividades específicas devem ser confirmadas antes de sua inclusão definitiva.	Turismo de natureza e lazer
	Parque do Country Club	Espaço verde destinado ao lazer, à recreação, às caminhadas e à contemplação da paisagem, proporcionando contato com a natureza em ambiente urbano.	Turismo de natureza e lazer
	Mirante Santa Rita	Contemplação da paisagem urbana e natural, com vistas panorâmicas do município e de seu entorno.	Turismo de natureza
	Mirante São José	Observação panorâmica da cidade e das paisagens do entorno, proporcionando experiências de contemplação e fotografia.	Turismo de natureza
	Mirante São João	Contemplação da paisagem e observação de diferentes perspectivas da cidade e das formações naturais do município.	Turismo de natureza
	Fontes de Águas Minerais (13 fontes)	Visitação às fontes de águas minerais distribuídas pelo município, contemplação dos espaços paisagísticos e contato com a tradição hidromineral que integra a identidade turística de Poços de Caldas.	Turismo de saúde e bem-estar, cultural e de natureza
	Pedra Balão	Visitação a formação rochosa e contemplação da paisagem.	Turismo de natureza
	Pedra do Itacolomi	Atrativo natural identificado; a divulgação estadual menciona atividades de aventura nas	Turismo de natureza

Santa Rita de Caldas		montanhas do município, mas não confirma sua realização especificamente no pico.	
	Gruta de Santa Rita	Visitação ao espaço de devoção dedicado a Santa Rita de Cássia, contemplação do ambiente e realização de práticas religiosas, proporcionando uma experiência de espiritualidade e contato com a paisagem do entorno.	Turismo de natureza, religioso, cultural e paisagístico
	Parque Municipal do Rio Claro	Parque mencionado na apresentação turística municipal; atividades específicas não confirmadas.	Turismo de natureza e lazer
São João da Mata	Pico da Divisa e Parque Pedra do Navio	Atrativos mencionados no levantamento anterior; não foi possível confirmar nesta consulta as atividades específicas nem as condições de visitação.	Turismo de natureza
	Morro da Rampa do Container	Prática de voo livre, contemplação da paisagem serrana e das vistas panorâmicas da região, observação das atividades de voo e registros fotográficos.	Turismo de natureza, aventura e paisagístico

7.5 Considerações sobre os Atrativos Naturais e Paisagísticos

O levantamento dos atrativos naturais e paisagísticos da IGR Caminhos Gerais reúne recursos ambientais distribuídos pelos 14 municípios, entre os quais se destacam serras, montanhas, cachoeiras, rios, represas, mirantes, formações rochosas e áreas verdes. A diversidade desses ambientes está associada às características do relevo, da hidrografia e da vegetação regional, compondo uma oferta de interesse para o turismo de natureza, o ecoturismo, o turismo de aventura e as atividades de lazer e contemplação.

Entre as experiências identificadas encontram-se caminhadas e trilhas, voo livre, boia-cross, passeios náuticos e atividades de observação da natureza. A oferta dessas modalidades, entretanto, concentra-se em parte dos atrativos levantados. Outros locais apresentam possibilidades de aproveitamento turístico, mas ainda demandam informações complementares sobre acessibilidade, infraestrutura, condições de funcionamento e serviços disponíveis para o atendimento aos visitantes.

As paisagens serranas e os recursos hídricos constituem referências para a organização de roteiros que articulem diferentes municípios da IGR Caminhos Gerais. A integração de atrativos relacionados às montanhas, cachoeiras, rios e represas poderá favorecer a diversificação das experiências oferecidas e a circulação dos visitantes entre localidades próximas, considerando as

condições de deslocamento, a disponibilidade de prestadores de serviços e as características das atividades propostas.

A organização da visitação exige atenção às condições específicas de cada ambiente. Nas cachoeiras, rios e represas, devem ser consideradas as características dos corpos d'água e os riscos associados às atividades recreativas e esportivas. Nos percursos de montanha, trilhas e áreas destinadas à prática de aventura, a segurança depende das condições de acesso, da adequação dos equipamentos, da orientação dos visitantes e dos requisitos técnicos aplicáveis às diferentes modalidades. A utilização turística desses espaços também deve observar as necessidades de conservação ambiental e as restrições eventualmente estabelecidas para sua proteção.



Capelinha no Alto da Pedra da Cruz, em Andradas – MG. Fotografia de Cristiane Magalhães. Acervo AME Cultura.

A relação entre paisagem natural e patrimônio cultural constitui outro aspecto do diagnóstico regional. Conforme apresentado, determinados espaços naturais e paisagísticos integram conjuntos reconhecidos por instrumentos de proteção patrimonial. A caracterização desses bens deve considerar as condições de conservação e os critérios aplicáveis à visitação, de modo a compatibilizar as atividades turísticas com a preservação das características que fundamentam seu reconhecimento.

A quantidade de atrativos identificados em cada município corresponde à abrangência das informações reunidas no levantamento e às condições de identificação dos locais pesquisados. As diferenças entre os registros municipais, portanto, devem ser analisadas em conjunto com as características dos ambientes, a existência de atividades organizadas e a infraestrutura disponível,

sem estabelecer classificações de potencial turístico baseadas exclusivamente no número de atrativos relacionados.

Para o planejamento regional, os resultados oferecem referências para a qualificação das experiências existentes, a avaliação das condições de visitação e a estruturação de produtos associados ao turismo de natureza, ao ecoturismo e às atividades de aventura. A articulação entre os municípios, os operadores turísticos, os responsáveis pelos espaços e os órgãos de gestão ambiental deverá considerar a segurança dos visitantes, a conservação dos recursos naturais e a organização dos serviços necessários ao desenvolvimento dessas atividades na IGR Caminhos Gerais.

7.6 Levantamento das Experiências Turísticas e Produção Associada ao Turismo

As experiências turísticas e a produção associada ao turismo constituem componentes da oferta dos destinos, relacionados às atividades econômicas, ao patrimônio cultural, às paisagens e aos conhecimentos tradicionais das comunidades. A articulação entre essas atividades apresenta oportunidades para diversificar os produtos turísticos, ampliar os canais de comercialização da produção local e favorecer a participação de produtores rurais, artesãos, empreendedores e outros agentes econômicos e culturais no desenvolvimento do turismo. Para o planejamento da IGR Caminhos Gerais, é necessário distinguir as experiências organizadas para receber visitantes das atividades produtivas que, embora relacionadas às características do território, ainda não oferecem serviços específicos de visitação.

As experiências turísticas correspondem a atividades planejadas que proporcionam ao visitante formas de participação e interação com o destino, seus habitantes, ambientes naturais, práticas culturais e processos produtivos. Podem compreender o acompanhamento de atividades cotidianas, a experimentação de técnicas e produtos, o aprendizado de conhecimentos locais e a participação em manifestações culturais. A caracterização dessas experiências envolve as atividades efetivamente oferecidas, as condições de atendimento e as possibilidades de envolvimento dos visitantes, abrangendo visitas acompanhadas, oficinas, degustações orientadas e vivências relacionadas às práticas produtivas e culturais.

Na perspectiva da economia da experiência, o valor atribuído pelo consumidor incorpora as vivências proporcionadas durante a utilização de produtos e serviços, considerando o envolvimento pessoal e as lembranças relacionadas às atividades realizadas. Aplicada ao turismo, essa abordagem

relaciona a organização da oferta às experiências proporcionadas pelos recursos naturais, culturais e produtivos dos destinos. O interesse pela participação em atividades locais, pelo conhecimento dos processos de produção e pelo contato com os responsáveis por essas práticas integra essa perspectiva de desenvolvimento turístico.

O Ministério do Turismo contempla essa abordagem em iniciativas como o projeto *Experiências do Brasil Rural*, voltado à integração entre agricultura familiar, atividades produtivas e turismo. A proposta considera a participação dos produtores rurais na organização de experiências relacionadas aos conhecimentos, às práticas agrícolas e às características dos territórios, associando a atividade turística às possibilidades de desenvolvimento econômico e à valorização da produção local.

A participação na colheita de café, o acompanhamento da fabricação artesanal de queijos, o preparo de receitas tradicionais, as visitas a estabelecimentos agroindustriais e a realização de oficinas de artesanato constituem exemplos de atividades que podem integrar experiências turísticas. A incorporação dessas práticas à oferta depende da organização da visitação, da definição dos serviços oferecidos e da compatibilidade entre a presença dos visitantes e as atividades desenvolvidas pelos responsáveis. Também devem ser consideradas as condições de acesso, segurança, atendimento e comercialização.

A produção associada ao turismo compreende atividades artesanais, industriais, agropecuárias e culturais vinculadas às características de uma localidade ou região, cujos produtos podem integrar a oferta turística. O Ministério do Turismo aborda essa relação nas orientações sobre turismo cultural e diversificação da oferta, considerando as atividades produtivas e as manifestações culturais relacionadas aos territórios (BRASIL, 2010). A produção local pode estabelecer vínculos com o turismo por meio da comercialização de bens, da participação em eventos e estabelecimentos turísticos ou da organização de atividades voltadas à apresentação dos processos produtivos.

Nos municípios da IGR Caminhos Gerais, essa relação abrange a cafeicultura, a vitivinicultura, a fabricação de queijos, doces, compotas e mel, o artesanato e outras atividades agroindustriais e gastronômicas identificadas no levantamento. Os estabelecimentos apresentam diferentes formas de inserção na atividade turística. Alguns oferecem visitas organizadas e experiências participativas, enquanto outros comercializam produtos em lojas próprias, mercados, feiras, cafeterias e estabelecimentos comerciais, sem atendimento turístico estruturado nas unidades de produção.

A distinção pode ser observada na cafeicultura. Uma propriedade rural dedicada à produção de café pode participar da economia turística por meio da comercialização de seus produtos, inclusive em estabelecimentos frequentados por visitantes. Quando organiza atividades como caminhadas pelos cafezais, acompanhamento da colheita, apresentação das etapas de beneficiamento, demonstrações de preparo e degustações orientadas, passa a oferecer experiências relacionadas ao processo produtivo. A disponibilidade dessas atividades depende das características de cada empreendimento e das condições estabelecidas para receber o público.

Situação semelhante ocorre na vitivinicultura, na fabricação de queijos e doces, nos alambiques e nas atividades artesanais. A existência de uma unidade produtiva, de uma loja de fábrica ou de um ponto de comercialização constitui uma informação relevante para o diagnóstico da produção associada ao turismo. A caracterização de uma experiência turística exige, por sua vez, a identificação das atividades oferecidas aos visitantes e das condições de realização, especialmente quanto ao agendamento, aos horários de funcionamento e à organização do atendimento.

Essa diferenciação orientou o levantamento realizado na IGR Caminhos Gerais, considerando as particularidades dos municípios e a diversidade dos empreendimentos identificados. A pesquisa reuniu atividades produtivas, estabelecimentos comerciais, propriedades rurais e iniciativas relacionadas à oferta de experiências, registrando as características das atividades, a situação de estruturação e as informações disponíveis sobre sua comercialização.

A articulação entre produção associada ao turismo e patrimônio cultural constitui outro aspecto relevante do diagnóstico regional. Os municípios da IGR Caminhos Gerais possuem referências culturais relacionadas aos conhecimentos tradicionais, às práticas produtivas, às formas de expressão e aos modos de fazer transmitidos entre gerações. Esses bens integram a história das localidades e apresentam relações com atividades econômicas e manifestações culturais que podem participar da oferta turística regional.

Entre as referências identificadas no levantamento patrimonial encontram-se o Modo de Fazer Vinho de Uva Jacques, o Modo de Fazer o Virado de Frango Andradense e o Doce da Festa do Campestrinho, em Andradas; o Modo de Fazer Doces Tradicionais e o Queijo Minas Frescal de Santana, em Caldas; o Modo de Fazer Biscoito com Pernil, em Carvalhópolis; e o Modo de Fazer Pastel de Fubá, em Machado.

Outros conhecimentos relacionados à produção artesanal também integram esse conjunto, como o Artesanato em Fibra de Taboa, em Andradas, e a Produção de Cristais, em Poços de Caldas.

A presença dessas referências no diagnóstico patrimonial evidencia a relação entre as atividades produtivas e os conhecimentos desenvolvidos pelas comunidades, considerando as técnicas empregadas, os materiais utilizados, os agentes envolvidos e as formas de transmissão das práticas.

A organização de experiências relacionadas a esses conhecimentos deve considerar a participação dos produtores, artesãos e demais detentores, respeitando as características dos bens culturais e as condições estabelecidas pelos responsáveis. As atividades poderão compreender demonstrações, oficinas e apresentações dos processos produtivos, desde que exista interesse dos envolvidos e sejam observadas as necessidades de conservação e continuidade das práticas. O reconhecimento patrimonial de determinado saber ou modo de fazer não representa, por si, uma oferta de visitação turística.

A publicação *Tendências do Turismo 2026*, elaborada pelo Ministério do Turismo em parceria com a Embratur e a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), aborda transformações no comportamento dos viajantes e destaca o interesse por experiências autênticas, contato com a natureza, referências afetivas, vínculos com os destinos e práticas de turismo responsável (BRASIL; EMBRATUR; BRAZTOA, 2026). Essas tendências integram o contexto de análise das possibilidades de organização de experiências relacionadas ao meio rural, à gastronomia, ao patrimônio cultural e às atividades produtivas tradicionais.

Na IGR Caminhos Gerais, as experiências identificadas compreendem diferentes atividades associadas à produção regional e ao aproveitamento turístico de propriedades, estabelecimentos e espaços de visitação. Entre elas encontram-se visitas a vinícolas e alambiques, degustações de cafés especiais, atividades de turismo rural, experiências gastronômicas, visitas a olivais, acompanhamento de processos produtivos, práticas de aventura e atividades relacionadas às águas termais.

Em Andradas, o levantamento registra experiências associadas à vitivinicultura, à produção de azeites, à cafeicultura, ao turismo rural e às atividades de aventura. As visitas a vinícolas, a comercialização de produtos, as degustações e as atividades desenvolvidas em propriedades rurais integram a relação de iniciativas identificadas. Também foram registradas possibilidades de organização de experiências relacionadas a produtos artesanais, laticínios, charcutarias e estabelecimentos de produção alimentícia.

Em Cabo Verde, as atividades identificadas incluem visitas a cafezais, alambiques, destilaria e estabelecimento de artesanato, com experiências relacionadas à apresentação dos processos produtivos e à degustação de produtos. O levantamento contempla ainda possibilidades relacionadas

à apicultura, à produção artesanal de alimentos e ao aproveitamento turístico de referências históricas e religiosas do município.

Caldas reúne experiências vinculadas às águas termais, à vitivinicultura e à produção artesanal de alimentos, incluindo atividades de visitação e degustação. As possibilidades identificadas abrangem o artesanato e os estabelecimentos de produção de doces e biscoitos. Em outros municípios, as atividades relacionadas à cafeicultura, à fabricação de bebidas, aos laticínios e à produção artesanal também compõem o conjunto de registros, em diferentes situações de estruturação.



Balneário Dr. Reynaldo de Oliveira Pimenta. Fotografia de Cristiane Magalhães. Acervo AME Cultura.

Poço Fundo apresenta experiências relacionadas à cafeicultura e ao turismo rural, com atividades de visitação a propriedades, degustações e contato com práticas agrícolas. Em Monte Belo, o levantamento identifica experiências vinculadas ao café e à produção de bebidas, além de estabelecimentos associados à fabricação de doces, defumados e confecções. Ibitiúra de Minas reúne uma experiência de visitação a alambique e possibilidades relacionadas ao artesanato, aos laticínios e à produção de alimentos.

Poços de Caldas concentra registros de experiências relacionadas às águas termais, à gastronomia, às bebidas artesanais, aos cafés especiais e às atividades de aventura. O conjunto de possibilidades inclui estabelecimentos e produtores vinculados à alimentação, ao artesanato, à produção de cristais e a outras atividades industriais e comerciais. A diversidade dos registros

acompanha as características da oferta levantada no município, observadas as diferenças entre experiências estruturadas e atividades produtivas sem visitação organizada.

Em Santa Rita de Caldas, a pesquisa identifica a Cachaça Prosa Mineira na categoria de experiências turísticas, com visita guiada à produção e degustação mediante agendamento prévio. Os registros de possibilidades compreendem a COOPAS Leite, os Doces Gigante e os Laticínios Rex. A presença dessas iniciativas integra o levantamento regional e evidencia a necessidade de considerar a produção local nas ações de articulação entre empreendimentos e turismo.

A sistematização definitiva identificou 130 registros distribuídos pelos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais. Desse total, 51 pertencem à categoria denominada “Propriedade/Produto Experiência” e 79 à categoria “POSSIBILIDADES”, conforme a classificação utilizada nas tabelas municipais. As duas categorias reúnem empreendimentos, produtos e iniciativas com diferentes características de funcionamento e relações com a atividade turística.

A classificação pela situação de estruturação apresenta 45 registros identificados como estruturados, três em estruturação e 82 não estruturados. Essa distribuição considera as informações registradas na pesquisa, incluindo as diferentes grafias utilizadas na coluna correspondente. O resultado demonstra que parte expressiva das atividades e produções identificadas ainda não dispõe de experiências turísticas estruturadas, embora componha o levantamento da produção associada e das possibilidades de desenvolvimento regional.

A distribuição dos registros entre os municípios também apresenta diferenças. Andradas reúne 33 iniciativas, das quais 16 estão classificadas como “Propriedade/Produto Experiência” e 17 como “POSSIBILIDADES”. Poços de Caldas apresenta 27 registros, sendo dez na primeira categoria e 17 na segunda. Cabo Verde possui dez registros, distribuídos igualmente entre as duas classificações, enquanto Caldas reúne nove, com quatro experiências e cinco possibilidades. Poço Fundo apresenta oito registros, sendo cinco experiências e três possibilidades.

Os demais municípios apresentam 43 registros, distribuídos entre Botelhos, Campestre, Carvalhópolis, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna, Machado, Monte Belo, Santa Rita de Caldas e São João da Mata. Desse conjunto, 11 pertencem à categoria “Propriedade/Produto Experiência” e 32 à categoria “POSSIBILIDADES”. Os resultados expressam as informações reunidas na pesquisa e as condições de identificação dos empreendimentos, sem estabelecer uma hierarquia de potencial turístico baseada exclusivamente no número de registros.

A caracterização da oferta deve considerar, conjuntamente, as atividades desenvolvidas, as condições de estruturação, a existência de atendimento ao visitante e as possibilidades de comercialização. Alguns estabelecimentos classificados na categoria de possibilidades oferecem produtos em lojas próprias e pontos comerciais, enquanto outros desenvolvem atividades produtivas que ainda não foram organizadas para visitação. Também existem registros de iniciativas em estruturação, cuja oferta turística depende da organização dos serviços e das condições de atendimento.

A identificação desses empreendimentos constitui uma referência para o planejamento de ações municipais e regionais. As possibilidades de desenvolvimento abrangem a organização de visitas a propriedades rurais, agroindústrias e estabelecimentos artesanais, a criação de atividades participativas, a integração da produção local aos roteiros turísticos e a aproximação entre produtores e prestadores de serviços. A implantação dessas iniciativas deverá considerar o interesse dos responsáveis, as condições de funcionamento e a viabilidade econômica das atividades propostas.

O aproveitamento de estruturas produtivas existentes pode contribuir para ampliar a oferta turística dos municípios, desde que sejam avaliadas as adaptações necessárias ao recebimento de visitantes. Em propriedades rurais, por exemplo, a organização de experiências depende da compatibilidade entre a visitação e os períodos de produção, da disponibilidade de pessoal para acompanhamento das atividades e das condições de circulação e permanência do público. Nos estabelecimentos de produção alimentícia, devem ser observadas as exigências sanitárias e as restrições relacionadas aos ambientes de fabricação e armazenamento.

As administrações municipais podem participar desse processo mediante a identificação dos empreendimentos interessados, a articulação com produtores e prestadores de serviços e o apoio à organização de ações de qualificação. A atuação conjunta com a IGR Caminhos Gerais, o Sebrae, a Emater-MG, instituições de ensino e outras entidades vinculadas ao desenvolvimento rural e ao empreendedorismo constitui uma possibilidade de estruturação de iniciativas voltadas à diversificação da oferta turística.

A organização de experiências exige atenção à segurança, à acessibilidade, à capacidade de atendimento, à disponibilidade de pessoal e à adequação dos espaços. Também devem ser consideradas as condições de comercialização, os horários de funcionamento, os procedimentos de agendamento, a definição de preços e as estratégias de divulgação. A viabilidade das atividades

depende da compatibilidade entre os serviços oferecidos aos visitantes e a rotina produtiva dos empreendimentos, respeitando as características de cada estabelecimento.

A integração da produção local ao turismo pode favorecer a comercialização direta, ampliar a circulação dos produtos regionais e criar fontes complementares de receita para os empreendedores. As experiências organizadas também oferecem oportunidades para apresentar aos visitantes as etapas de produção, as técnicas empregadas e os conhecimentos relacionados às atividades desenvolvidas no território.

No caso dos bens culturais e dos modos tradicionais de fazer, a organização turística deverá considerar as condições de continuidade dessas práticas e a participação dos detentores nas decisões sobre as atividades oferecidas. A apresentação dos conhecimentos aos visitantes deve respeitar os processos produtivos, os agentes responsáveis e as formas de transmissão existentes, especialmente quando envolver bens reconhecidos por instrumentos de proteção patrimonial.

A articulação entre os empreendimentos identificados, os meios de hospedagem, os estabelecimentos de alimentação, as agências de receptivo e os demais serviços turísticos poderá contribuir para a organização de produtos integrados. A elaboração de roteiros intermunicipais relacionados à cafeicultura, à vitivinicultura, à gastronomia, ao turismo rural e às experiências culturais constitui uma possibilidade de aproveitamento das características presentes nos municípios da IGR Caminhos Gerais.

As ações de planejamento também poderão contemplar a qualificação dos empreendimentos que já oferecem experiências e o acompanhamento das iniciativas em estruturação. A atualização periódica das informações sobre funcionamento, agendamento, capacidade de atendimento e serviços disponíveis contribuirá para a caracterização da oferta regional e para a organização de sua divulgação e comercialização.

O levantamento apresenta, portanto, um conjunto de atividades produtivas, experiências e possibilidades de desenvolvimento turístico distribuídas pelos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais. A diferenciação entre as categorias e as situações de estruturação constitui uma referência para orientar ações de qualificação, integração territorial e organização da oferta, considerando as condições efetivas dos empreendimentos e a participação dos agentes envolvidos.

Categorias adotadas no levantamento

Para fins deste diagnóstico, foram consideradas duas categorias complementares, correspondentes à organização das tabelas municipais.

- **Propriedade/Produto Experiência** – compreende os empreendimentos, propriedades, produtos e atividades identificados no levantamento como relacionados à oferta de experiências turísticas. A categoria inclui iniciativas estruturadas, em estruturação e não estruturadas, de acordo com as informações registradas na pesquisa. A classificação considera as atividades e possibilidades de interação dos visitantes com aspectos naturais, culturais, gastronômicos e produtivos dos municípios.
- **POSSIBILIDADES** – reúne produtos, estabelecimentos e atividades produtivas vinculados às características econômicas e culturais das localidades, abrangendo agricultura, agroindústria, artesanato, gastronomia e outras produções com possibilidades de integração à oferta turística. A inclusão nessa categoria considera a produção associada ao turismo e as oportunidades de organização de experiências, independentemente da existência de visitação estruturada.

A distinção entre as categorias orienta a sistematização das informações municipais, a identificação das atividades disponíveis e o reconhecimento das possibilidades de estruturação de novos produtos. Os resultados oferecem subsídios à definição de ações estratégicas da IGR Caminhos Gerais voltadas à qualificação da oferta, à integração dos empreendimentos e à valorização das atividades econômicas e culturais da região.

Experiências Turísticas e Possibilidades — IGR Caminhos Gerais

- **Andradas**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Azeite Origem Trevisan	Experiência Gastronômica e contemplação. Venda de Azeites. Oferece visita ao olival e degustação de produtos.	Em estruturação	Com agendamento prévio.
Azeite Terras Altas	Experiência Gastronômica e contemplação. Venda de Azeites, Cervejas, Cachaça e outros produtos regionais. Oferece visita ao olival e degustação de produtos	Estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Beloto	Visita à vinícola, processo produtivo, degustação e compra de produtos.	Estruturada	Com agendamento prévio
Cachaçaria Rotelli	Visitação a cachaçaria, local repleto de natureza, monjolo, parque, campo de futebol, vista da serra do bebedouro, trilhas, turismo rural	Estruturada	Com agendamento prévio
	Recepção, acolhimento, visitação na cachaçaria, apresentação da história da cachaça e degustação.		
Café da Tamires	Experiência com café especial. Visita ao cafezal, café da manhã/tarde e almoço.	Estruturada	Com agendamento prévio
Casa Geraldo	Visita à vinícola, processo produtivo, degustação e compra de produtos, eventos programados e divulgados na página da vinícola.	Estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Casa Vulcana	Agroturismo, Cavalgadas, harmonização de vinhos e cafés especiais, hospedagem e contemplação.	Em estruturação	Sem informação
Parque Ecológico Olho D'água	Trilhas, tirolesa, escalada, caiaque, passeio a cavalo, balanço infinito, water ball, pedalinho, cachoeiras, passeio de quadriciclo, restaurante.	Estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Rancho Bela Vista (Casa RBV)	Agroturismo, Cavalgadas, harmonização de vinhos e cafés especiais, hospedagem e contemplação.	Estruturada	Com agendamento prévio

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Stella Valentino	Visita à vinícola, processo produtivo, degustação e compra de produtos, eventos programados e divulgados na página da vinícola.	Estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Terra Figueira Andradas	Cafés especiais, contemplação, pôr do sol. Coffee Partys programadas e divulgados na página da cafeteria	Estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Vinhos Basso	Visita à vinícola, processo produtivo, degustação e compra de produtos, eventos programados e divulgados na página da vinícola.	Estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Vinhos Marcon	Loja com degustação, não possui visitação.	Em estruturação	Degustação de acordo com os dias e horários de funcionamento.
Vinhos Muterle	Visita à vinícola, degustação e compra de produtos.	Estruturada	Com agendamento prévio.
Voo livre (Pico do Gavião)	Parapente, Asa Delta, Bike, Treking, Off Road. POSSIBILIDADE - Comercialização de cestas de piquenique com produtos locais.	Estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento. Voos com agendamento.
Azeite Campo di Fiori	POSSIBILIDADE - Experiência Gastronômica e contemplação.	Não estruturada	-

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Associações de Artesanato	Associações de artesãos com comercialização em feiras da cidade.	Não estruturada	-
Biscoitos Finos Toque de Sabor	Fábrica e loja de bolachinhas	Não estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Cervejaria General Beer	Cerveja artesanal com régua de degustação e compra.	Não estruturada.	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Charcutaria Mantiqueira	Charcutaria artesanal	Não estruturada	-
Charcutaria Mr. Charco	Charcutaria artesanal	Não estruturada	-
Charcutaria Porco Gordo /	Charcutaria artesanal	Não estruturada	-

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Pão de queijo Mineirada			
Delícias da Kaká	Fábrica e loja de bolachinhas	Não estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Delícias de Minas	Fábrica e loja de bolachinhas	Não estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Dirvan Biscoitos	Fábrica e loja de bolachinhas	Não estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Doce Duas Irmãs	Fábrica e loja de doces	Não estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Doces Ivone	Fábrica de doces	Não estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Gelateria Dubelato	Produz gelatos artesanais com produtos locais	Não estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Hermann Charcutaria	Charcutaria artesanal	Não estruturada	-
Las Rosqueteiras	Fábrica e loja de bolachinhas	Não estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Laticínios Chavinho	Loja de fábrica com degustação de produtos.	Não estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Queijos Rigoi	Indústria especializada em produção de queijos.	Não estruturada	-
Tramas da Terra	Cooperativa de Artesanato em fibra natural de taboa.	Não estruturada	-

- **Botelhos**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Âmago da Tradição	Visita guiada ao alambique. Degustação e compra	Estruturada	Com agendamento prévio

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Casa do Artesão de Botelhos	Loja de artesanato. Compras.	Não estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Cervejaria Hops Nock	Cervejaria artesanal. Degustação e compras.	Não estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Fazenda Sertãozinho	Produção de cafés especiais. Fazenda histórica	Não estruturada	-

- **Cabo Verde**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Cachaça Bastiãozinho	Visita ao canavial, ao alambique, degustação e harmonização da cachaça com produtos locais.	Estruturado	Com agendamento prévio.
Café Mãe Cota	Visita guiada ao cafezal, apresentação do processo do pé à xícara, café mineiro no carro de boi.	Estruturado	Com agendamento prévio.
Casa do Artesão	Visita guiada pela loja, possibilidade de fazer peça no tear, café mineiro e doce de leite no tacho.	Estruturado	Com agendamento prévio.
Destilados João Fortes	Visita à destilaria e fábrica de cerveja. Conhecer o processo de produção do único destilado de café do mundo, espumantes especiais, uísque e cerveja. Harmonização com produtos locais.	Estruturado	Com agendamento prévio.
Sítio Córrego Fundo	Visita guiada ao cafezal, apresentação de como é encontrado o café do jacu, café mineiro, visita o terreiro suspenso e processos de escolha de cafés especiais.	Estruturado	Com agendamento prévio.

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Apiário Sol	Apiário	Não estruturado	-
Associação dos Apicultores de Cabo Verde	Apiários	Não estruturado	-
Experiência Turística Histórica e Religiosa no Distrito de São Bartolomeu de Minas	História do Protestantismo	Não estruturado	-
Fazenda cafeeira no Pico do Mirante	Fazenda Histórica. Pico do Mirante.	Não estruturado	-
Santanna Artesanais	Produtor de linguiça artesanal	Não estruturado	-

- **Caldas**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Balneário Pocinhos do Rio Verde	Banhos de água termal, tratamentos corporais e medicina chinesa.	Estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento. Agendamento prévio para tratamentos.
EPAMIG	Visita ao centro de pesquisa vitivinícola, processo produtivo e degustação.	Estruturado	Com agendamento prévio.
Farinha Faria	Visita à produção de farinha artesanal.	Estruturado	Com agendamento prévio.
Vinícola Primeira Estrada	Visita no processo de armazenamento dos espumantes, degustação, harmonização, almoço, hospedagem, pôr do sol, eventos programados e divulgados na página da vinícola.	Estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento. Agendamento prévio para visita guiada e harmonização.

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
ArteCaldas	Associação de artesãos que trabalham com artesanato de palha de minho	Não estruturado	-

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Doces Colmeia	Fábrica e loja de fábrica	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Doces Fazenda de Minas	Fábrica	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Doces Recanto da Serra	Fábrica	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Produtores de Biscoito de Caldas	Pessoas que produzem o biscoito e possuem comércio na cidade	Não estruturado	-

- **Campestre**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
-	-	-	-

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Apiário Canaã	Apiário	Não estruturado	-
Associação dos Pequenos Produtores de Campestre	Associação de pequenos produtores e artesãos	Não estruturado	-
Cachaça Vira o Santo	Alambique	Não estruturado	-
Café Mantissa	Fazenda de Cafés Especiais	Não estruturado	-
Doces Segredo de Minas	Fábrica de doces	Não estruturado	-
Laticínios Netinho	Laticínio	Não estruturado	-
Queijos Serra Mineira	Laticínio	Não estruturado	-
Sítio Juranda	Produtor de frutas vermelhas	Não estruturado	-

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Sítio Vale da Serra	Produtor de tomate cereja orgânico	Não estruturado	-

- **Carvalhópolis**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Apiário Floresta Verde	Visita ao apiário, degustação e compras.	Não estruturado	Com agendamento prévio.
APIMOURA	Visita ao apiário, degustação e compras.	Não estruturado	Com agendamento prévio.

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Professor Foods	Fábrica de patês gourmet	Não estruturado	-
Zezinho Doces	Fábrica e loja de fábrica	Não estruturado	-

- **Ibitiúra de Minas**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Alambique Bulgarelli	Visita guiada no alambique e degustação.	Estruturado	Com agendamento prévio.

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Apiário Souza & Paula	Apiário	Não estruturado	-
Casa do Artesão	Venda de produtos artesanais.	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Doces Franchesco	Fábrica e loja de fábrica de doces.	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Laticínio Serra de Minas	Laticínio e loja.	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Reizinho Botas	Fábrica e loja de fábrica de botas artesanais.	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Sabor Verdadeiro	Fábrica e loja de fábrica de doces.	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.

- **Ipuiúna**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Hotel Fazenda Vale Encantado	Day use turismo rural	Estruturado	Com agendamento prévio.
Morangos do Flamboyant	Colha e pague	Estruturado	Com agendamento prévio.

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Laticínio Terra de Minas	Laticínio	Não estruturado	-

- **Machado**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
-	-	-	-

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Cachaça Limeira	Alambique	Não estruturado	-
Empório Reserva de Minas	Fábrica, loja da fábrica e cafeteria	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Mercado Municipal	Mercado Municipal com bancas de agricultura familiar, artesanato e lanchonetes.	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Pastel de Fubá	Produtores de Pastel de Fubá, patrimônio imaterial do município	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.

- **Monte Belo**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Café Frutuoso	Experiência com cafés especiais passando pelo cafezal, terreiro e extrações variadas.	Estruturado	Com agendamento prévio.
Estação da Cana	Visita no canavial, processo produtivo, alambique e loja. Degustação e harmonização com defumados, geleias e doces do distrito.	Estruturado	Com agendamento prévio.

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Defumados Juréia	Produção de defumados artesanais	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Doces da Ula	Fábrica de doces e geleias e loja de fábrica	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Pequenas confecções de lingerie	Confecções de lingerie	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.

- **Poço Fundo**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Pousada Dr. Chico	Experiência com cafés especiais, hortaliças orgânicos, café mineiro, pomar e criação de animais.	Estruturado	Com agendamento prévio.
Sítio Barba Negra	Experiência com cafés especiais com terreiro suspenso, provas de café e um laboratório, café e almoço mineiro	Estruturado	Com agendamento prévio.
Sítio Jacarandá	Experiência com cafés especiais, colha e pague no pomar e na horta, visita a criação de cavalos	Estruturado	Com agendamento prévio.
Sítio Manacá da Serra	Experiência com cafés especiais, rapadura, tomates e hortaliças orgânicos, café e almoço mineiro	Estruturado	Com agendamento prévio.
Sítio vargem do Amparo	Experiência com cafés especiais, hortaliças orgânicos, café e almoço mineiro, licor de rosas, doces e quitandas.	Estruturado	Com agendamento prévio.

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Cachaça Paiolinho	Alambique	Não estruturado	-
Cachaça Paredão (Grau de Minas)	Alambique	Não estruturado	-
COOPFAM	Cooperativa de cafés especiais. Cafeteria.	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.

- **Poços de Caldas**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Atividades de aventura no Parque do Cristo – Trilha Radical	Mega balanço, parede de escalada, arvorismo e tirolesa	Estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Balneário Mário Mourão	Banhos de água termal, tratamentos corporais e medicina chinesa.	Estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
			Agendamento prévio para tratamentos.
Cervejaria Gonçalves	Experiência de harmonização de cerveja, como conhecer os estilos de cerveja e como servir. Restaurante e cafeteria.	Estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento. Agendamento prévio harmonização e demais atividades.
Cervejaria Ziel	Visita à produção, harmonização e degustação. Restaurante e beach tênis.	Estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento. Agendamento prévio para visitas.
Doce da Roça	Produção de doce no tacho de cobre. Café mineiro.	Estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento. Agendamento prévio para visitas.
Fazenda Irarema	Visita aos olivais e ao lagar. (Fica em São Sebastião da Grama mas é encontrada nas buscas como Poços de Caldas)	Estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento. Agendamento prévio para visitas.
Lascaux	Experiência de degustação sensorial de cristais de chocolate.	Estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Lyla Café	Experiência com cafés especiais. Café mineiro, degustação, loja e cafeteria.	Estruturado	Agendamento prévio para visitas.
Thermas Antônio Carlos	Banhos de água termal, tratamentos corporais e medicina chinesa.	Estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento. Agendamento prévio para tratamentos.
Voo livre na Rampa do Cristo	Rampa de voo	Estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Associação de Apicultores	Apicultura	Não estruturado	-
Associações de artesanato	Artesãos com variedade de produtos	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento das feiras de rua.
ASSODANTAS	Associação de agricultores familiares	Não estruturado	-
Cervejarias artesanais não citadas acima	Fábricas de cervejas artesanais	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Cristais Cad'oro	Fábrica artesanal de cristais Murano	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Cristais São Marcos	Fábrica artesanal de cristais Murano	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Danone	Laticínio	Não estruturado	-
Evolive Kombucha	Loja com degustação de kombuchas	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Ferrero Rocher	Fábrica de chocolate	Não estruturado	-
Massas Marinono	Fábrica de macarrão artesanal	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Mercado Municipal	Espaço com espaços variados. Artesanato, gastronomia, pequenos produtores, lojas de produtos mineiros	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Olézio's	Fábrica de massas artesanais e restaurante	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Olisoft	Fábrica de sabonete artesanal de azeite	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Queijaria Pátio de Pedra	Queijaria	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
R&B Cogumelos	Produtor de cogumelos	Não estruturado	-
Tatitânia	Fábrica de doces e loja de fábrica	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Zia Nina	Fábrica de massas artesanais e restaurante	Não estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.

- **Santa Rita de Caldas**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Cachaça Prosa Mineira	Alambique, visita guiada a produção e degustação.	Estruturada	Com agendamento prévio.

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
COOPAS Leite	Cooperativa de produtores de leite	Não estruturado	-
Doces Gigante	Fábrica de doce e loja de fábrica	Não estruturada	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Laticínios Rex	Laticínio	Não estruturado	-

- **São João da Mata**

Propriedade/Produto Experiência

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Rampa do Container	Rampa de voo livre, café e hospedagem	Estruturado	De acordo com os dias e horários de funcionamento.
Vinhos Casa Rodrigo	Visita no parreiral, degustaão e compras	Estruturado	Com agendamento prévio.

POSSIBILIDADES

Propriedade/Produto Experiência	Experiência / Possibilidades	Situação da estruturação	Forma de comercialização
Alambique Roseira	Alambique	Não estruturado	-

7.7 Possibilidades de Desenvolvimento das Experiências Turísticas e da Produção Associada ao Turismo

O levantamento das experiências turísticas e da produção associada ao turismo da IGR Caminhos Gerais identificou um conjunto diversificado de empreendimentos, propriedades rurais, atividades produtivas e iniciativas culturais distribuídos pelos 14 municípios integrantes da região. Os 130 registros reunidos na pesquisa abrangem experiências organizadas para receber visitantes, atividades em processo de estruturação e estabelecimentos cuja produção apresenta possibilidades de integração à oferta turística. A distribuição regional evidencia diferentes condições de organização dos empreendimentos, relacionadas às características econômicas e culturais de cada município e à disponibilidade de serviços voltados à visitação.

Do total identificado, 51 registros integram a categoria “Propriedade/Produto Experiência” e 79 correspondem às “POSSIBILIDADES”. A classificação da situação de estruturação aponta 45 iniciativas estruturadas, três em estruturação e 82 não estruturadas. Esses resultados indicam que uma parcela significativa da produção e das atividades levantadas ainda depende de iniciativas de organização e qualificação para constituir experiências turísticas disponíveis ao público.

A cafeicultura e a vitivinicultura ocupam lugar relevante entre as atividades identificadas, especialmente pela presença de propriedades que oferecem visitas aos espaços produtivos, apresentação dos processos de elaboração e degustações. As experiências relacionadas aos cafés especiais, às vinícolas e aos alambiques constituem referências para a organização de produtos vinculados às características econômicas dos municípios. A produção de azeites, queijos, doces, bebidas artesanais e outros alimentos amplia esse conjunto, com estabelecimentos que apresentam diferentes condições de atendimento e comercialização.

O turismo rural também integra a oferta identificada, por meio de propriedades que associam atividades agrícolas à hospedagem, à alimentação, à contemplação das paisagens e ao contato com práticas produtivas. Entre os registros encontram-se visitas a cafezais, experiências de colheita, atividades relacionadas à produção de alimentos e vivências em estabelecimentos rurais. A organização dessas iniciativas apresenta possibilidades de integração com outros segmentos turísticos, considerando a localização dos empreendimentos, as condições de deslocamento e a disponibilidade de serviços complementares.

A produção artesanal e agroindustrial constitui outra dimensão do levantamento. Fábricas de doces e biscoitos, laticínios, queijarias, charcutarias, alambiques, unidades de produção de bebidas e estabelecimentos de artesanato integram as possibilidades identificadas nos municípios. Parte desses empreendimentos já comercializa produtos diretamente ao consumidor, embora não disponha de

atividades específicas de visitação. A eventual organização de experiências dependerá da disponibilidade dos responsáveis, da adequação dos espaços e das condições técnicas necessárias à apresentação dos processos produtivos.

A relação entre a produção associada ao turismo e o patrimônio cultural merece atenção no planejamento regional. Os conhecimentos e modos de fazer relacionados à gastronomia, à produção de bebidas e ao artesanato constituem referências culturais identificadas no território. Entre eles encontram-se práticas reconhecidas nos levantamentos patrimoniais municipais, conforme apresentado em capítulo anterior. A integração dessas atividades à oferta turística poderá ocorrer mediante iniciativas desenvolvidas com a participação dos produtores e detentores, respeitando as características dos conhecimentos tradicionais e suas condições de transmissão.

A presença de experiências vinculadas às águas termais, às atividades de aventura e à contemplação das paisagens amplia as possibilidades de articulação entre a produção associada e os demais componentes da oferta turística. A combinação de atividades rurais, gastronômicas, culturais e de natureza poderá subsidiar a organização de roteiros e produtos intermunicipais, desde que as condições de deslocamento e funcionamento dos estabelecimentos sejam compatíveis com a realização das visitas.

A distribuição dos registros também aponta diferenças entre os municípios. Andradas e Poços de Caldas apresentam os maiores quantitativos no levantamento, com 33 e 27 iniciativas, respectivamente. Cabo Verde reúne dez registros, Caldas apresenta nove e Poço Fundo, oito. Os demais municípios somam 43 iniciativas, abrangendo experiências e atividades produtivas em diferentes situações de estruturação. Essas diferenças devem ser consideradas em conjunto com as características dos empreendimentos identificados, a disponibilidade de informações e as condições efetivas de atendimento turístico.

Em determinados municípios, o levantamento apresenta experiências estruturadas vinculadas à produção rural e agroindustrial. Em outros, predominam estabelecimentos classificados como possibilidades, cuja atuação econômica ocorre independentemente da visitação turística. A identificação desses empreendimentos constitui uma referência inicial para ampliar o conhecimento da produção local e estabelecer contatos com os agentes interessados na organização de atividades voltadas aos visitantes.

Entre as possibilidades de desenvolvimento regional, destaca-se a estruturação de experiências relacionadas à cafeicultura, envolvendo visitas aos cafezais, apresentação das etapas de

beneficiamento, demonstrações de preparo e degustações orientadas. A existência de empreendimentos com essas atividades identificadas oferece referências para a qualificação da oferta e para a articulação com outras propriedades interessadas em desenvolver iniciativas semelhantes, respeitando as condições produtivas e a organização de cada estabelecimento.

A vitivinicultura apresenta possibilidades de integração entre visitas às vinícolas, apresentação dos processos produtivos, degustações, gastronomia e atividades em propriedades rurais. A organização de percursos relacionados à produção de vinhos e espumantes poderá considerar os empreendimentos já identificados, suas formas de atendimento e as condições de comercialização. As experiências associadas à produção de azeites, bebidas artesanais e alimentos regionais poderão integrar esses percursos quando houver disponibilidade de visitação e compatibilidade entre as atividades.

Outra frente de desenvolvimento envolve a organização de experiências gastronômicas vinculadas aos conhecimentos e produtos locais. Oficinas culinárias, demonstrações de modos tradicionais de preparo, degustações orientadas e visitas a estabelecimentos produtivos constituem possibilidades a serem avaliadas com os respectivos responsáveis. A participação dos produtores na definição das atividades é fundamental para preservar as características dos processos de elaboração e estabelecer condições adequadas de atendimento.

O artesanato apresenta oportunidades de articulação com a atividade turística por meio da comercialização em feiras, lojas e espaços coletivos, além da eventual realização de oficinas e demonstrações. A organização dessas iniciativas deverá considerar as características das técnicas utilizadas, a disponibilidade dos artesãos e as condições necessárias para o recebimento de visitantes. No caso dos conhecimentos reconhecidos como patrimônio cultural, as propostas devem respeitar as formas de organização e transmissão mantidas pelos detentores.

A criação de roteiros intermunicipais constitui uma possibilidade para ampliar a articulação entre as experiências identificadas. Percursos relacionados aos cafés especiais, à produção de vinhos, à gastronomia regional e às atividades rurais poderão reunir empreendimentos de municípios próximos, associados a serviços de alimentação, hospedagem e receptivo turístico. A definição desses produtos exige avaliação das distâncias, dos tempos de deslocamento, dos horários de funcionamento e da capacidade de atendimento, além do estabelecimento de contatos com os responsáveis pelas atividades.

A integração dos empreendimentos aos canais de comercialização turística também representa uma oportunidade de qualificação. A aproximação entre produtores, agências de receptivo, guias de turismo, condutores, meios de hospedagem e estabelecimentos gastronômicos poderá favorecer a organização de experiências combinadas e sua divulgação aos visitantes. Para isso, será necessário identificar as atividades efetivamente disponíveis, seus procedimentos de agendamento, preços, duração e condições de realização.

No âmbito municipal, a identificação de produtores interessados em desenvolver experiências constitui uma medida inicial para o aproveitamento das possibilidades levantadas. As administrações públicas poderão atuar na articulação dos agentes locais, na divulgação das iniciativas de qualificação e no encaminhamento dos empreendimentos às instituições de apoio. A atuação da IGR Caminhos Gerais poderá favorecer a integração dessas ações entre os municípios, especialmente quando envolver experiências com características produtivas semelhantes ou possibilidades de composição de roteiros regionais.

Parcerias com o Sebrae, a Emater-MG, instituições de ensino e outras entidades de apoio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento rural poderão contribuir para ações de capacitação, orientação empresarial e organização dos serviços turísticos. Entre os aspectos a serem trabalhados encontram-se a adequação dos espaços, a formação dos responsáveis pelo atendimento, a definição dos serviços, a elaboração de preços e a organização da divulgação e comercialização.

A qualificação das experiências estruturadas também deverá integrar o planejamento. A existência de atividades de visitação não elimina a necessidade de acompanhamento das condições de funcionamento, segurança, acessibilidade e atendimento. A atualização das informações sobre horários, reservas, capacidade de recepção e serviços oferecidos poderá contribuir para a divulgação de dados consistentes e para a integração dos empreendimentos aos produtos turísticos regionais.

O acompanhamento das iniciativas em estruturação e das possibilidades identificadas poderá ser incorporado ao sistema regional de monitoramento da oferta turística. A organização de informações sobre os empreendimentos, suas atividades, condições de visitação e situação de estruturação permitirá identificar alterações na oferta e acompanhar a evolução dos produtos turísticos. Esse procedimento também poderá subsidiar a definição de prioridades de qualificação e a atualização dos roteiros disponíveis.

A relação entre experiências turísticas e produção associada apresenta oportunidades para ampliar a participação de empreendimentos rurais, artesanais e agroindustriais nos benefícios

econômicos da atividade turística. A comercialização direta de produtos e a oferta de experiências poderão constituir fontes complementares de receita, conforme as condições e a viabilidade de cada iniciativa. A organização dessas atividades deve considerar a continuidade dos processos produtivos e o interesse dos responsáveis, evitando que as exigências da visitação comprometam o funcionamento dos estabelecimentos.

Para a IGR Caminhos Gerais, as possibilidades identificadas apontam para a necessidade de articular o conhecimento da oferta existente com ações de estruturação, qualificação e comercialização. Os resultados do levantamento oferecem uma referência para reconhecer os empreendimentos que já recebem visitantes, acompanhar aqueles que se encontram em estruturação e avaliar, com os produtores, as iniciativas que poderão integrar novos produtos turísticos.

A consolidação dessa oferta dependerá da participação dos agentes locais, da integração entre os municípios e da organização dos serviços necessários à visitação. O planejamento regional poderá priorizar as experiências efetivamente disponíveis, identificar oportunidades de articulação entre diferentes atividades e estabelecer ações de qualificação compatíveis com as características dos empreendimentos e dos territórios. A atualização contínua do levantamento contribuirá para acompanhar essas iniciativas e orientar as estratégias de desenvolvimento das experiências turísticas e da produção associada ao turismo na IGR Caminhos Gerais.

7.8 Levantamento das Rotas, Roteiros e Caminhos Turísticos

As rotas, os roteiros e os caminhos turísticos integram a organização da oferta dos destinos ao estabelecer conexões entre atrativos, experiências, serviços e localidades, considerando suas características geográficas, históricas, culturais e produtivas. Esses percursos podem reunir diferentes municípios em torno de referências territoriais ou temáticas, contribuindo para a articulação da atividade turística em escala regional.

Conforme as orientações do Ministério do Turismo (BRASIL, 2018), a organização de rotas e roteiros envolve a identificação de atrativos e serviços, a definição dos percursos e a articulação dos agentes responsáveis pela oferta turística. A rota estabelece uma ligação territorial ou temática entre localidades e atrativos, enquanto o roteiro organiza um itinerário de visitação, considerando as atividades, os serviços e as condições necessárias à sua realização. A roteirização constitui, assim, um instrumento de planejamento, promoção e comercialização dos produtos turísticos.

Na IGR Caminhos Gerais, o levantamento dessas iniciativas está relacionado à diversidade de paisagens naturais, manifestações religiosas, atividades rurais, referências culturais e experiências gastronômicas identificadas nos municípios. A articulação desses elementos em percursos turísticos apresenta possibilidades de integração entre localidades, empreendimentos e prestadores de serviços, especialmente quando existem características compartilhadas ou atividades complementares.

A organização de percursos intermunicipais pode favorecer a circulação dos visitantes entre diferentes destinos e ampliar as oportunidades de utilização dos serviços turísticos disponíveis. Para isso, devem ser consideradas as condições de acesso, as distâncias entre os pontos de visitação, os horários de funcionamento dos estabelecimentos e a disponibilidade de serviços de alimentação, hospedagem e receptivo. A composição dos itinerários também depende da participação dos agentes envolvidos e da compatibilidade entre as atividades oferecidas.

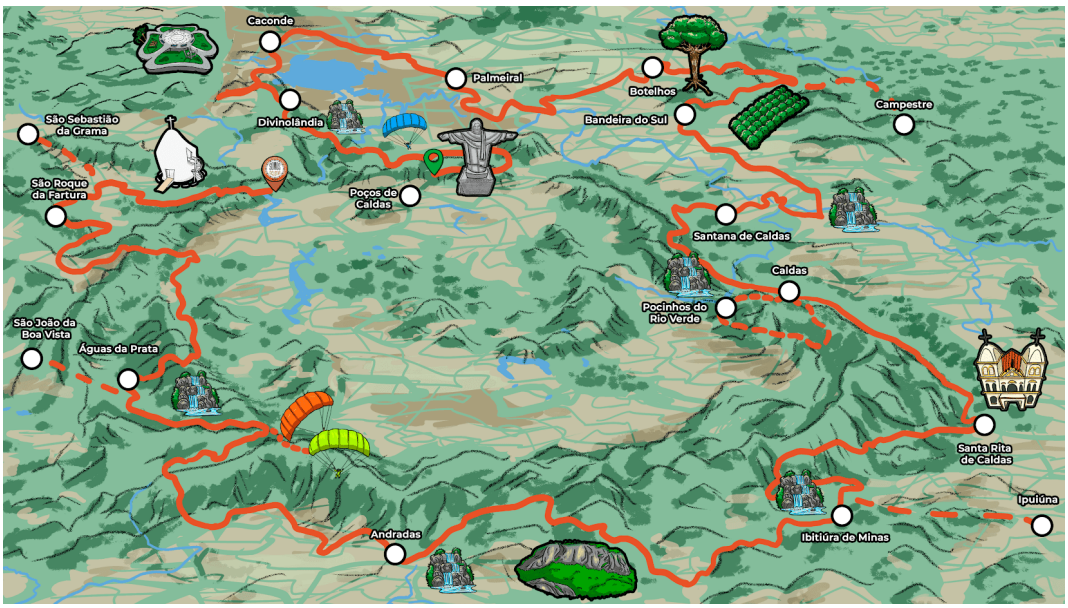
O levantamento realizado na IGR Caminhos Gerais reuniu iniciativas de abrangência regional, intermunicipal e municipal, contemplando caminhos de peregrinação, percursos de cicloturismo, roteiros de natureza e propostas relacionadas ao turismo rural, à produção local e às referências culturais do território. As iniciativas apresentam diferentes condições de organização, divulgação e funcionamento, aspectos relevantes para a caracterização da oferta existente e para o planejamento de sua integração regional.

O quadro a seguir reúne as rotas, os roteiros e os caminhos identificados na pesquisa, com a indicação dos municípios da IGR Caminhos Gerais contemplados em cada iniciativa. A relação inclui percursos estruturados e propostas divulgadas institucionalmente, respeitando as informações disponíveis no levantamento. A inclusão de uma iniciativa não pressupõe a existência de operação turística regular ou de comercialização ativa, condições que deverão ser consideradas na atualização das informações e nas ações de planejamento regional.

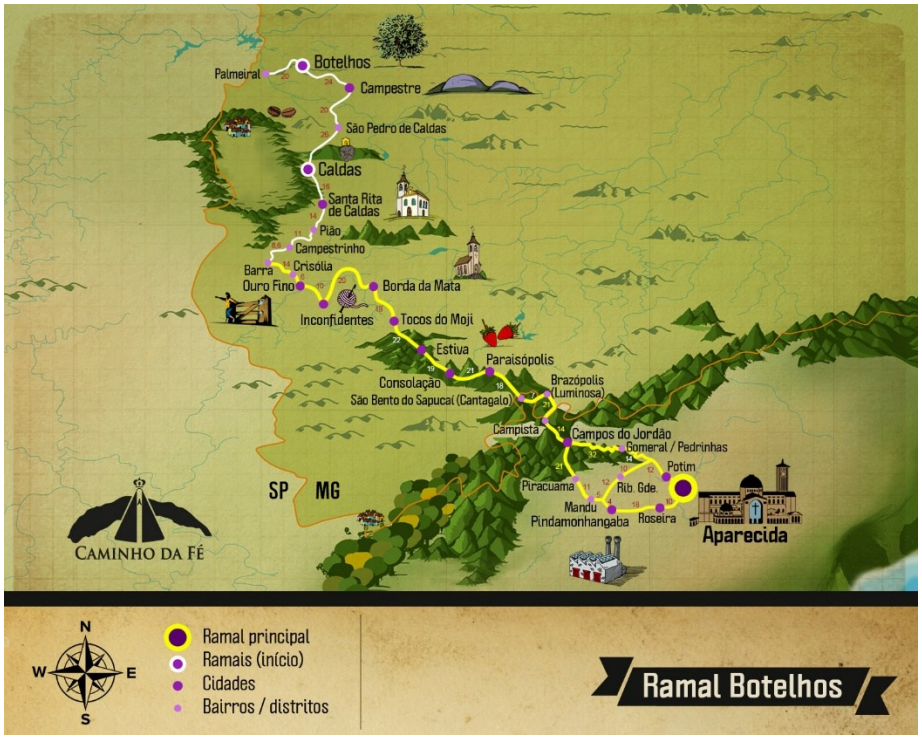
Quadro – Rotas, Roteiros e Caminhos Turísticos identificados na IGR Caminhos Gerais

Rota, roteiro ou caminho turístico	Municípios da IGR Caminhos Gerais contemplados	Contextualização
Rota Vulcânica	Andradas, Caldas e Poços de Caldas	Rota turística lançada em 2025 pelo Governo de Minas Gerais, por meio da Secult-MG, em parceria com o Sebrae Minas. Valoriza as características do território de origem vulcânica, integrando paisagens naturais, patrimônio cultural, gastronomia, produção regional e experiências de saúde e bem-estar.
Rota do Vulcão Cicloturismo	Andradas, Botelhos, Caldas, Ibitiúra de Minas, Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas	Percurso de cicloturismo desenvolvido pela Associação de Ciclistas de Poços de Caldas (ACPC), com aproximadamente 350 km ao redor do território da antiga caldeira vulcânica. Possui etapas identificadas e sinalização, conectando paisagens serranas, comunidades rurais, mirantes, cachoeiras e áreas de produção agrícola. Inclui também municípios paulistas e outras localidades externas à IGR.
Caminho da Fé - Percurso Principal	Andradas	Caminho de peregrinação religiosa inspirado no Caminho de Santiago de Compostela, com destino ao Santuário Nacional de Aparecida, em São Paulo. Andradas integra o trajeto principal, que reúne paisagens rurais, comunidades e estruturas de apoio aos peregrinos. Foi reconhecido oficialmente pela Lei Federal nº 15.449/2026.
Caminho da Fé - Ramal Sul de Minas / Caldas – Santa Rita de Cássia	Botelhos, Caldas, Campestre e Santa Rita de Caldas	Ramal de peregrinação reconhecido pela Lei Federal nº 15.449/2026, associado ao turismo religioso, cultural e rural. Integra municípios sul-mineiros e espaços de devoção, oferecendo possibilidades de desenvolvimento de serviços de apoio aos peregrinos e valorização das comunidades ao longo do percurso.
Rota das Capelas	Andradas, Ibitiúra de Minas e Santa Rita de Caldas	Rota turística e religiosa inaugurada em 2005, que conecta municípios de São Paulo e Minas Gerais por meio de estradas rurais e aproximadamente 30 capelas. Associa religiosidade, patrimônio cultural, paisagens rurais e atividades de caminhada e cicloturismo.
Caminho Monsenhor Alderigi	Andradas e Santa Rita de Caldas	Caminho de peregrinação com aproximadamente 57 km, iniciado em Jacutinga e finalizado em Santa Rita de Caldas, passando pela zona rural de Andradas e áreas vinculadas a Ouro Fino. Valoriza a história e a memória religiosa de Monsenhor Alderigi Torriani, associando espiritualidade, paisagens da Serra da Mantiqueira e comunidades rurais.
Caminho de Santa Luzia	Andradas	Rota de peregrinação inaugurada em dezembro de 2023, com aproximadamente 52 km. Parte de Jacutinga, passa por Albertina e pelo distrito da Gramínea, em Andradas, seguindo por Santo Antônio do Jardim até o Santuário de

		Santa Luzia, em Espírito Santo do Pinhal. Integra turismo religioso, natureza e cultura local.
Caminho de Nossa Senhora Rainha da Obediência (Caminho da Obediência)	Ipuiúna	Percurso de peregrinação religiosa associado ao Santuário de Nossa Senhora Rainha da Obediência, localizado em Congonhal (MG). Integra práticas de caminhada, espiritualidade e contemplação das paisagens da Serra de São Domingos. Ipuiúna possui iniciativas documentadas de peregrinação até a comunidade de São Domingos, demonstrando sua conexão com o turismo religioso regional.
Caminho de Aparecida	Machado e Carvalhópolis	Rota de peregrinação religiosa criada em 2011, com origem em Alfenas (MG) e destino ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida (SP). Possui diferentes ramais, incluindo o Ramal Machado, com aproximadamente 233 km, que passa por Machado e Carvalhópolis. O percurso valoriza a religiosidade, as paisagens rurais e o contato com as comunidades locais, sendo realizado principalmente por caminhantes e ciclistas.
Rota das Cachoeiras	Andradas	Roteiro de natureza localizado na Serra do Caracol, com percurso que reúne 11 cachoeiras. A iniciativa é divulgada nos canais turísticos do município como uma experiência de contato com a natureza e caminhada em ambientes de interesse paisagístico.
Circuito Café Além da Xícara	Cabo Verde	Projeto de roteirização turística apresentado pela Prefeitura de Cabo Verde em 2023, em parceria o Sebrae Minas. Prevê cinco rotas temáticas relacionadas à cafeicultura de montanha, às tradições locais, à gastronomia, ao patrimônio cultural e às vivências em propriedades produtivas. A operação regular das cinco rotas ainda necessita de confirmação.
Rota Caminhos do Bem	Poço Fundo	Iniciativa de turismo rural vinculada à agricultura familiar e à produção sustentável de cafés especiais. Reúne propriedades que oferecem vivências relacionadas ao cotidiano rural, ao cultivo do café, às tradições gastronômicas e aos saberes dos produtores. Possui experiências documentadas em materiais de divulgação do turismo rural.
Rota das Vinícolas	Andradas	Roteiro associado à tradição vitivinícola e ao patrimônio cultural do município, desenvolvido em iniciativas de valorização da produção local e eventos de cicloturismo. Sua operação regular como produto turístico independente necessita de confirmação.
Rota do Café	Botelhos, Cabo Verde, Campestre, Machado e Monte Belo	O caminho percorrido pelo café produzido nos estados de Minas Gerais e São Paulo até o Porto de Santos, e todo o desenvolvimento promovido por essa produção nos séculos 19 e 20.



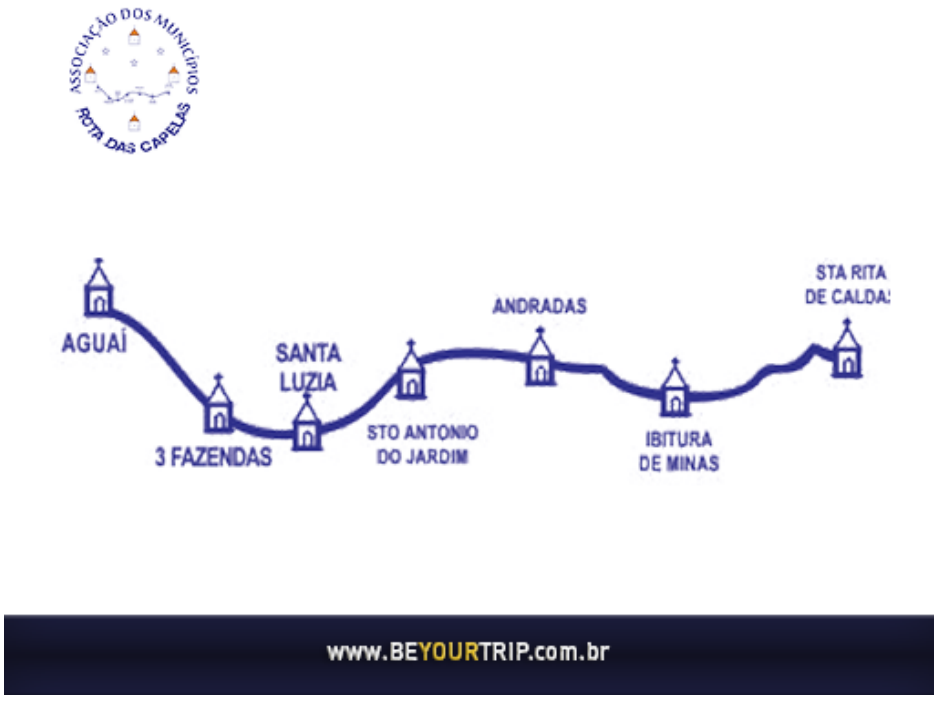
Fonte: Rota do Vulcão Cicloturismo



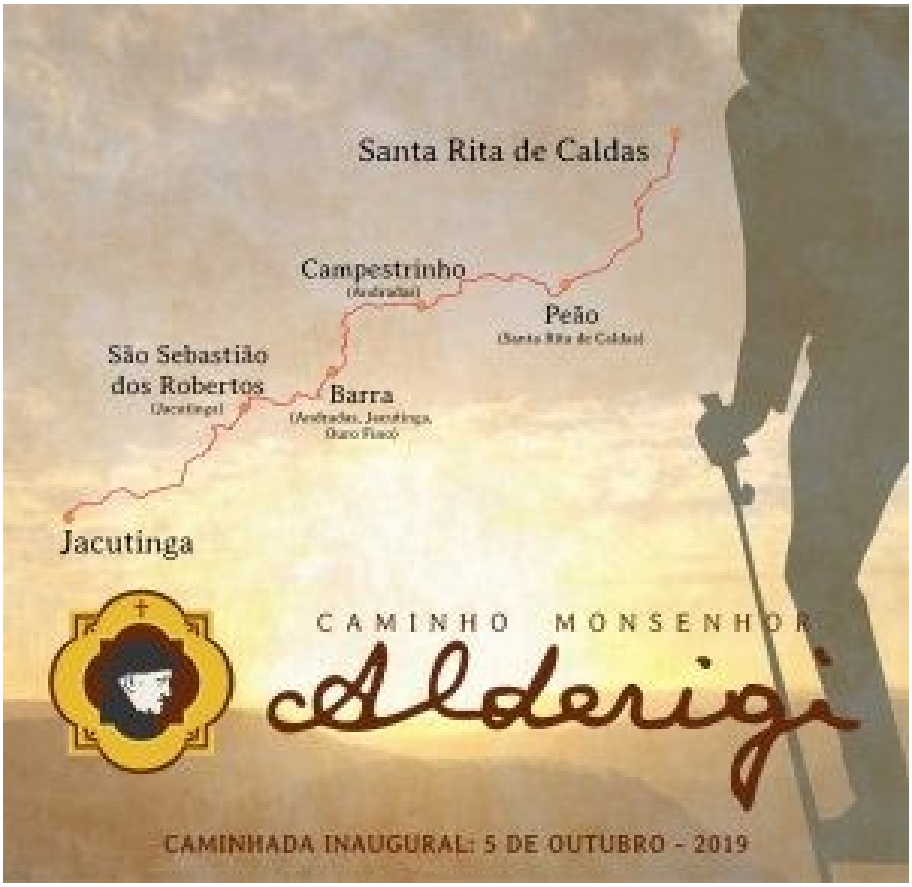
Fonte: Caminho da Fé



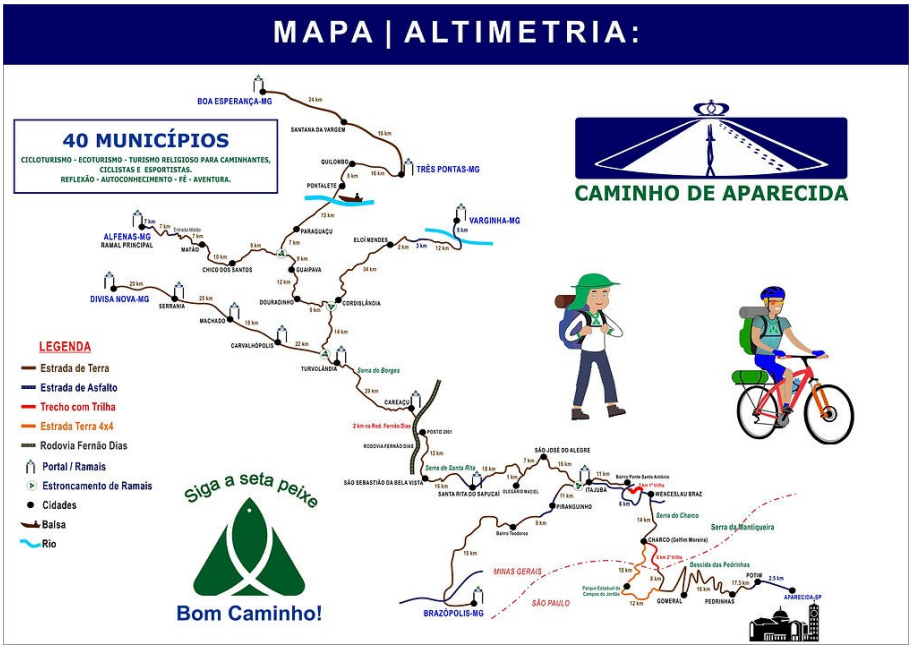
Fonte: Caminho de Santa Luzia



Fonte: Bikers Rio Pardo



Fonte: Alderigi.com.br



Fonte: Caminho de Aparecida

7.9 Roteiros de Turismo Rural formatados em Poços de Caldas e região

Além das rotas e dos caminhos turísticos apresentados, destaca-se a iniciativa de estruturação de roteiros de turismo rural desenvolvida pelo Programa Agente de Turismo Rural, do Sistema FAEMG/SENAR, em parceria com o Sindicato dos Produtores Rurais, a Prefeitura de Poços de Caldas e a Associação do Circuito Turístico Caminhos Gerais.

Em 2022, esse trabalho resultou na formatação de sete roteiros temáticos, reunindo empreendimentos rurais, atrativos naturais, estabelecimentos gastronômicos, atividades produtivas e equipamentos turísticos de Poços de Caldas e municípios próximos. A iniciativa buscou articular diferentes componentes da oferta turística regional, considerando as características das propriedades participantes, a produção associada ao turismo e as possibilidades de visitação relacionadas ao meio rural.

A formatação desses percursos integra as ações de organização da oferta turística regional, especialmente pela aproximação entre produtores rurais, prestadores de serviços e instituições envolvidas no desenvolvimento do turismo. Os roteiros constituem referências para a articulação de experiências vinculadas às atividades agrícolas, à gastronomia, às paisagens e aos estabelecimentos produtivos, considerando as condições de funcionamento e atendimento dos empreendimentos participantes.

Roteiro	Municípios da IGR identificados	Proposta turística
Café com Queijos	Poços de Caldas	Integração entre propriedades rurais, produção de queijos e comércio de produtos regionais.
Entre Águas e Aves	Poços de Caldas	Visitação a atrativos associados à natureza, à observação de aves, aos recursos hídricos e à produção rural.
Caldas Milagrosa	Caldas	Valorização das águas minerais, do patrimônio termal, da gastronomia e do artesanato de Pocinhos do Rio Verde.
Riquezas Naturais	Poços de Caldas	Integração de espaços ambientais, culturais e serviços ligados às águas minerais.
Encantos da Serra	Poços de Caldas	Valorização das paisagens serranas, propriedades rurais, mirantes e produção regional.
Sabores e Saberes	Andradas e região de Poços de Caldas	Integração de propriedades produtivas, tradições gastronômicas, paisagens e patrimônio rural.

Águas e Ardentes	Poços de Caldas e entorno	Proposta temática relacionada às águas, à cultura produtiva e às tradições gastronômicas regionais.

Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas. Novos agentes formatam roteiros de Turismo Rural, 2022.

A formatação desses roteiros integra as iniciativas de organização da oferta turística desenvolvidas anteriormente na região, especialmente pela articulação entre propriedades rurais, estabelecimentos gastronômicos, atrativos naturais e serviços de apoio à visitação. A continuidade dos produtos formatados em 2022, entretanto, exige atualização das informações sobre os empreendimentos participantes, as atividades disponíveis e os canais de comercialização, uma vez que não foi possível confirmar a operação regular e atual de todos os roteiros.

7.10 Considerações sobre as Rotas, Roteiros e Caminhos Turísticos

O levantamento das rotas, dos roteiros e dos caminhos turísticos da IGR Caminhos Gerais identificou 13 iniciativas relacionadas a diferentes segmentos da atividade turística, especialmente turismo religioso, cicloturismo, turismo de natureza, turismo rural e experiências vinculadas à produção regional. Os percursos contemplam 13 dos 14 municípios integrantes da IGR, além de localidades externas ao território, estabelecendo conexões com outros destinos de Minas Gerais e São Paulo.

Entre as iniciativas de maior abrangência territorial encontram-se a Rota do Vulcão Cicloturismo, o Caminho da Fé e a Rota das Capelas. Esses percursos articulam municípios, comunidades rurais, paisagens naturais e referências religiosas, com diferentes formas de organização e utilização turística. A presença de trajetos que ultrapassam os limites da IGR constitui uma oportunidade de integração com outras regiões, especialmente na organização de serviços de apoio aos peregrinos e cicloturistas, na divulgação dos pontos de passagem e na articulação entre os estabelecimentos situados ao longo dos caminhos.

A Rota Vulcânica, lançada em 2025, reúne Andradas, Caldas e Poços de Caldas em torno das características territoriais associadas à antiga atividade vulcânica da região. A iniciativa articula paisagens naturais, patrimônio cultural, gastronomia, produção local e experiências relacionadas à saúde e ao bem-estar, constituindo uma referência para a organização de produtos turísticos intermunicipais. A identificação territorial compartilhada oferece possibilidades de integração entre

atrativos e empreendimentos, considerando as características de cada município e a disponibilidade dos serviços de visitação.

As iniciativas de Cabo Verde, Poço Fundo e Andradas apresentam relações com a cafeicultura, a vitivinicultura, as atividades rurais e os recursos naturais. O Circuito Café Além da Xícara, em Cabo Verde, contempla propostas de roteirização relacionadas à produção cafeeira e às tradições locais. Em Poço Fundo, a Rota Caminhos do Bem está vinculada à agricultura familiar e às experiências desenvolvidas em propriedades produtoras de cafés especiais. Andradas reúne ainda a Rota das Cachoeiras e a Rota das Vinícolas, associadas, respectivamente, às paisagens naturais e à produção vitivinícola do município.

A presença dessas iniciativas evidencia diferentes condições de organização da oferta turística regional. Alguns percursos possuem identidade definida, divulgação e estruturas específicas de apoio, enquanto outros foram apresentados como projetos de roteirização ou produtos formatados, cuja continuidade operacional e comercialização ainda dependem de confirmação. Essa situação recomenda a atualização das informações referentes aos trajetos, aos empreendimentos participantes, à sinalização, às condições de acesso e aos serviços efetivamente disponíveis aos visitantes.

O levantamento também evidencia diferenças na participação municipal. Andradas aparece em diversos percursos de abrangência regional e intermunicipal, enquanto outras localidades apresentam participação restrita a determinadas iniciativas ou não constam das rotas e dos caminhos identificados. Monte Belo e São João da Mata, por exemplo, não aparecem entre os municípios contemplados no quadro analisado. Essa distribuição constitui uma referência para avaliar possibilidades de articulação entre empreendimentos, atrativos e serviços turísticos, respeitando as características dos municípios e a viabilidade dos percursos.

Para o planejamento regional, uma das prioridades consiste na atualização e na qualificação das iniciativas existentes, com atenção às condições de funcionamento, aos mecanismos de divulgação e às possibilidades de contratação pelos visitantes. A existência de uma rota identificada institucionalmente ou de um roteiro anteriormente formatado não assegura sua disponibilidade como produto turístico comercializado. A organização da oferta exige informações atualizadas sobre os pontos de visitação, os horários de atendimento, as distâncias, os serviços de apoio e os responsáveis pela operação.

A integração entre produtores rurais, estabelecimentos gastronômicos, meios de hospedagem, agências de receptivo, guias de turismo e demais prestadores de serviços poderá contribuir para a

consolidação dos percursos. A articulação desses agentes apresenta oportunidades de organização de visitas combinadas, ampliação dos canais de comercialização e desenvolvimento de experiências relacionadas às características produtivas, culturais e naturais dos municípios.

Os roteiros rurais formatados em Poços de Caldas e região, assim como as iniciativas vinculadas à cafeicultura e à vitivinicultura, oferecem referências para esse trabalho de integração. A avaliação de sua situação atual poderá subsidiar o aproveitamento de experiências já organizadas e a identificação de atividades complementares, considerando a proximidade entre os empreendimentos, as condições de deslocamento e o interesse dos responsáveis pela participação nos produtos turísticos.

A atuação da IGR Caminhos Gerais poderá concentrar-se na articulação institucional, no acompanhamento das iniciativas e na organização de informações regionais sobre os percursos existentes. A elaboração de um cadastro atualizado, com identificação dos municípios envolvidos, atrativos contemplados, responsáveis, condições de visitação e situação de comercialização, contribuirá para o planejamento de ações de qualificação e promoção turística.

Os resultados do levantamento indicam possibilidades de fortalecimento das conexões entre os municípios, especialmente por meio da integração das atividades rurais, da gastronomia, das experiências produtivas, dos atrativos naturais e dos caminhos de peregrinação. A consolidação dessas iniciativas dependerá da participação dos agentes locais, da organização dos serviços e da compatibilidade entre os percursos propostos e as condições efetivas de atendimento. A atualização e a articulação das rotas e dos roteiros existentes constituem, assim, uma frente de atuação para o desenvolvimento turístico regional da IGR Caminhos Gerais.

7.11 Levantamento dos Eventos Turísticos, Manifestações Culturais e Tradições Gastronômicas

Os eventos turísticos, as manifestações culturais e as tradições gastronômicas integram a vida social dos municípios da IGR Caminhos Gerais, reunindo celebrações religiosas, festas populares, práticas comunitárias, conhecimentos tradicionais e atividades relacionadas à produção local. Essas expressões apresentam diferentes origens, formas de organização e relações com a atividade turística, constituindo referências para a caracterização cultural dos municípios e para a identificação de possibilidades de integração da oferta regional.

As festividades religiosas e populares estão relacionadas às práticas de devoção, aos calendários comemorativos e às formas de participação das comunidades. Os eventos organizados por administrações municipais, entidades culturais, associações e empreendedores apresentam características distintas, podendo envolver apresentações artísticas, feiras, exposições, atividades esportivas e programação gastronômica. A compreensão dessas diferenças é importante para identificar as condições de realização, os agentes envolvidos e as relações estabelecidas com os visitantes.

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) considera, no âmbito do turismo cultural, as atividades turísticas relacionadas à vivência dos elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais. Essa abordagem contempla manifestações tradicionais, celebrações, práticas culturais e outras referências que integram as experiências dos visitantes nos destinos. A relação entre cultura e turismo envolve, portanto, a identificação das atividades existentes e a consideração de suas características próprias, incluindo os significados atribuídos pelas comunidades.

Na IGR Caminhos Gerais, o levantamento contempla celebrações religiosas, festas populares, manifestações tradicionais, eventos culturais, gastronômicos e esportivos, além de feiras e exposições relacionadas às atividades econômicas dos municípios. Entre as expressões mencionadas na pesquisa encontram-se folias de reis, congadas, cavalhadas e festas de padroeiros, vinculadas a práticas religiosas e culturais presentes na região.

As manifestações tradicionais apresentam formas específicas de organização, relacionadas à participação de grupos, famílias, instituições religiosas e comunidades. A realização dessas atividades pode envolver preparativos, rituais, apresentações e encontros que integram o calendário local. A presença de visitantes, quando ocorre, deve ser compreendida em relação às características da celebração e às condições estabelecidas pelos participantes e responsáveis.

Os eventos programados constituem outra dimensão da oferta municipal. Festivais, feiras, exposições agropecuárias, apresentações culturais e competições esportivas podem mobilizar estabelecimentos comerciais, serviços de alimentação e meios de hospedagem durante seus períodos de realização. A intensidade dessa movimentação depende da abrangência de cada evento, de sua organização e das condições de atendimento disponíveis no município.

A gastronomia ocupa lugar relevante nesse conjunto pela presença de receitas, ingredientes, técnicas de preparo e conhecimentos associados às práticas alimentares locais. Os produtos e modos

de fazer identificados nos municípios expressam relações com as atividades agrícolas, a produção artesanal, os hábitos alimentares e as formas de transmissão de conhecimentos entre gerações.

Entre as referências apresentadas no diagnóstico encontra-se o Virado de Frango de Andradas, associado às tradições culinárias do município. Em Caldas, destacam-se os biscoitos tradicionais e a Festa do Biscoito, reconhecida no levantamento como Patrimônio Cultural Imaterial Municipal. Carvalhópolis possui o Modo de Fazer Biscoito com Pernil, registrado como patrimônio imaterial em 2023.

Em Machado, o Modo de Fazer do Pastel de Fubá integra as referências gastronômicas locais, com reconhecimento como patrimônio imaterial municipal desde 2021 e declaração de relevante interesse cultural do Estado de Minas Gerais em 2026, conforme as informações reunidas no diagnóstico.

Esses reconhecimentos integram os instrumentos de identificação e valorização de práticas alimentares relacionadas às comunidades. A preservação dos modos de fazer envolve os conhecimentos empregados na seleção dos ingredientes, nas técnicas de preparo e na transmissão das receitas, considerando os agentes responsáveis pela continuidade dessas atividades.

A presença de referências gastronômicas no patrimônio cultural dos municípios também apresenta possibilidades de articulação com a atividade turística. A comercialização de produtos tradicionais, a participação em feiras e eventos e a organização de experiências gastronômicas podem estabelecer relações entre produtores, estabelecimentos de alimentação e visitantes. A realização dessas iniciativas depende das condições de produção, do interesse dos responsáveis e da organização dos serviços oferecidos.

No caso dos modos de fazer reconhecidos como patrimônio cultural, eventuais ações turísticas devem considerar a participação dos detentores e as características das práticas tradicionais. A organização de oficinas, demonstrações culinárias ou outras experiências relacionadas a esses conhecimentos exige avaliação das condições de realização e respeito às formas de produção e transmissão desenvolvidas pelas comunidades.

A existência de uma tradição gastronômica ou manifestação cultural possui significado próprio para os grupos envolvidos, independentemente de sua incorporação à oferta turística. Da mesma forma, a realização de uma festividade municipal não pressupõe a presença de visitantes provenientes de outras localidades ou sua organização como produto turístico. A caracterização dessas

relações requer informações sobre a abrangência, a programação, a participação do público e os serviços disponíveis.

Para o planejamento da IGR Caminhos Gerais, a identificação das manifestações culturais, dos eventos e das tradições gastronômicas contribui para o conhecimento das particularidades municipais e das possibilidades de articulação entre cultura e turismo. A sistematização dessas informações considera as atividades existentes, seus períodos de realização, os agentes organizadores e as condições de participação, quando esses dados estão disponíveis.

O levantamento apresentado a seguir reúne os eventos turísticos, as manifestações culturais e as referências gastronômicas identificados nos 14 municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais. A organização dos registros busca subsidiar a análise da programação regional, das relações entre as práticas culturais e a atividade turística e das possibilidades de integração entre municípios, empreendimentos e instituições envolvidas na realização dessas iniciativas.

7.12 Eventos Turísticos e Manifestações Culturais

Os eventos turísticos e as manifestações culturais constituem componentes da programação dos municípios da IGR Caminhos Gerais, abrangendo atividades de natureza religiosa, artística, comunitária, gastronômica, esportiva e produtiva. A realização dessas iniciativas envolve diferentes agentes e instituições, com características que variam conforme suas finalidades, formas de organização e períodos de ocorrência.

As celebrações tradicionais estão relacionadas às práticas culturais e religiosas mantidas pelas comunidades, enquanto os eventos programados podem integrar calendários municipais, atividades institucionais e iniciativas promovidas por entidades e empreendedores. Essa diversidade exige considerar as particularidades de cada manifestação, especialmente quanto aos responsáveis pela organização, à continuidade das atividades e às condições de participação do público.

O calendário identificado na pesquisa reúne festas de padroeiros, folias de reis, congadas e outras celebrações vinculadas à religiosidade e às tradições populares. Também contempla festivais culturais e gastronômicos, feiras, exposições agropecuárias, apresentações artísticas e eventos esportivos. Essas atividades apresentam diferentes relações com a história, as práticas culturais e a produção econômica dos municípios.

As manifestações religiosas e populares integram os calendários locais por meio de celebrações, apresentações e encontros que mobilizam participantes e grupos comunitários. As formas de realização dessas atividades estão relacionadas às tradições de cada localidade, à participação dos responsáveis e às condições de continuidade das práticas.

Os festivais, as feiras e as exposições apresentam outras possibilidades de articulação com o turismo, especialmente quando reúnem programação cultural, comercialização de produtos e serviços destinados ao público. A realização desses eventos pode mobilizar estabelecimentos de alimentação, hospedagem, comércio e transporte, conforme sua dimensão e a procedência dos participantes.

As atividades gastronômicas também integram a programação de diferentes eventos municipais, por meio da apresentação e comercialização de alimentos, bebidas e produtos associados às características locais. A participação de produtores e empreendedores nesses espaços constitui uma forma de articulação entre a produção regional, as manifestações culturais e a atividade turística.

Para a caracterização da oferta, é necessário considerar que os eventos identificados apresentam diferentes condições de organização e continuidade. Algumas iniciativas integram calendários tradicionais, enquanto outras dependem de programações específicas, decisões institucionais e condições de realização que podem variar entre as edições. O registro de determinado evento no levantamento não assegura sua ocorrência anual ininterrupta.

A análise da dimensão turística dessas atividades também requer atenção à procedência do público, à abrangência territorial, à divulgação e à disponibilidade de serviços. Eventos com participação predominantemente local possuem características distintas daqueles que recebem visitantes de outros municípios, embora ambos possam integrar o calendário cultural e comunitário dos destinos.

No âmbito da IGR Caminhos Gerais, a organização das informações sobre os eventos poderá subsidiar ações de divulgação e articulação da programação regional. A identificação dos períodos habituais de realização, quando disponíveis, constitui uma referência para reconhecer possíveis coincidências de datas, oportunidades de integração entre municípios e demandas relacionadas aos serviços turísticos.

O levantamento considera as principais manifestações culturais e os eventos identificados nos 14 municípios, incluindo celebrações tradicionais e iniciativas organizadas pelo poder público, por entidades e pela iniciativa privada. Foram reunidas informações sobre suas características e períodos habituais de realização, conforme os dados disponíveis na pesquisa.

O quadro a seguir apresenta a relação dos eventos turísticos e das manifestações culturais identificados na IGR Caminhos Gerais. A sistematização reúne referências da programação municipal e oferece subsídios para a análise das atividades existentes, das condições de realização e das possibilidades de articulação do calendário turístico regional.

Município	Evento ou manifestação cultural	Caracterização	Período habitual
Andradas	Festa do Vinho	Evento tradicional associado à história da vitivinicultura local, com apresentações culturais e musicais e participação de entidades e produtores.	Julho
	Festa Benedetta Itália	Celebração da imigração italiana e de seus descendentes, com música, danças e manifestações culturais.	Junho
	Festa de São Benedito	Celebração religiosa tradicional, com programação comunitária e manifestações de devoção.	Maio/junho
	Andradas Café Festival	Evento de valorização da cafeicultura local e da produção regional de cafés.	Maio
	Feira de Arte e Gastronomia (FAG)	Feira com atividades artísticas, artesanato, gastronomia e valorização de produtores e empreendedores locais.	Edições ao longo do ano
	Festividades de Aniversário do Município	Comemorações cívicas e apresentações culturais relacionadas à emancipação municipal.	Fevereiro
	Procissão de Corpus Christi	Celebração religiosa com ruas ornamentadas, missas e procissão.	Maio ou junho
	Encontro de Folia de Reis	Tradição com as companhias Estrela Guia e Nossa Senhora da Guia, reconhecida como patrimônio imaterial.	Outubro a janeiro
	Festival da Canção	Festival de música popular, com participação de músicos e compositores.	Data variável
	Boi Laranja	Folguedo popular tradicional da Gramínea e do bairro da Barra, com registros desde 1945.	Final da Semana Santa
	Festival Cozinhas de Minas	Evento gastronômico voltado à valorização da culinária mineira, dos sabores regionais e das tradições alimentares,	Data variável

Andradas		proporcionando experiências gastronômicas e contribuindo para a promoção da cultura e do turismo local.	
	Festa de Nossa Senhora Aparecida do Campestrinho	Celebração religiosa tradicional, com novena e distribuição de doces artesanais.	Setembro
	EXPOFICA — Exposição e Feira Industrial e Comercial de Andradas	Feira comercial e industrial presente na programação municipal de 2026, com atividades associadas à produção local.	Julho, conforme programação de 2026
	Festividades de Natal	Programação natalina que reúne decoração e iluminação temática, apresentações culturais e atividades comemorativas, promovendo a valorização das tradições natalinas, a convivência comunitária e a movimentação turística e comercial do município.	Dezembro
Botelhos	Cavalhada e Encontro de Carreiros de Botelhos	Desfile tradicional de cavaleiros, amazonas e carros de boi, relacionado às comemorações do aniversário do município.	Agosto
	Festa de São Sebastião	Celebração religiosa dedicada a São Sebastião, vinculada às tradições de fé e devoção da comunidade local.	Janeiro
	Botelhos Folia	Programação de pré-Carnaval com apresentações musicais e atividades festivas.	Fevereiro
	Festa de São Benedito	Festa religiosa tradicional em homenagem a São Benedito, contribuindo para a preservação da religiosidade e das manifestações culturais do município.	Julho
	Cavalhada e Encontro de Carreiros de Palmeiral	Manifestação da cultura rural realizada no distrito de Palmeiral, com desfile de cavaleiros, amazonas e carreiros.	Julho
	Festividades de Aniversário do município	Comemorações cívicas e apresentações culturais relacionadas à emancipação municipal.	Agosto
	Festa do Guaraná	Evento festivo local, associado à convivência comunitária e à programação de entretenimento.	Outubro

	Cavalhada de São Gonçalo	Manifestação realizada no distrito de São Gonçalo, distinta das cavalhadas da sede municipal e de Palmeiral. A 16ª edição consta em registros de contratação.	Setembro, com realização em 20/09/2026
	Baile do Hawaii	Evento social e festivo de entretenimento, com temática havaiana, associado à programação de lazer e confraternização.	Outubro
Cabo Verde	Encontro das Companhias de Reis	Encontro de grupos de Folia de Reis, valorizando a religiosidade popular, a música tradicional e a preservação das manifestações culturais transmitidas entre gerações.	Janeiro
	Semana Santa	Celebrações religiosas da Semana Santa, com procissões e representações cênicas de passagens bíblicas, reunindo a comunidade em manifestações de fé e tradição. Procissões e Quadros Vivos	Março ou abril
	Comemoração de Santa Cruz	Celebração religiosa dedicada à Santa Cruz, associada às tradições de devoção e às manifestações da religiosidade popular do município.	Março ou abril
	Festa de São Benedito	Festa religiosa tradicional em homenagem a São Benedito, contribuindo para a preservação da fé, dos costumes e da identidade cultural da comunidade.	Abril
	Festa da Padroeira	Celebração religiosa em homenagem a Nossa Senhora da Assunção, padroeira do município, com atividades de devoção e confraternização comunitária.	Agosto
	Festividades de Aniversário do Município	Comemorações que tradicionalmente incluem Encontro de Cavaleiros, rodeio, Encontro de Bandas e apresentações culturais.	Outubro
Caldas	Festa da Uva	Celebração ligada à tradição agrícola e vitivinícola do município.	Janeiro
	Festividades de Aniversário do Município	Comemorações alusivas ao aniversário do município, com programação festiva e cultural voltada à valorização da história, da identidade local e à integração da comunidade.	Março

Caldas	Festa do Arraial	Festividade popular com quadrilhas, apresentações culturais e valorização das tradições juninas.	Maio ou junho,
	Festival Aromas & Sabores da Mantiqueira	Evento gastronômico e cultural realizado em 2026, voltado à valorização da produção e dos sabores regionais. Vinícola Primeira Estrada.	Maio
	Festa do Biscoito	Tradicional festa gastronômica e cultural realizada em Pocinhos do Rio Verde, com fornos de barro, produção de biscoitos, música e artesanato. Reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial Municipal.	Julho
	Desfile de Carreiros	Manifestação cultural que preserva a tradição dos carros de boi e dos trabalhadores rurais.	Setembro
	Encontro de Automóveis Antigos	Exposição de veículos antigos, com programação cultural e atividades de convivência.	Data variável
Campestre	Festa de Nossa Senhora do Carmo	Celebração religiosa relacionada à padroeira municipal, com atividades de devoção e participação comunitária.	Julho
	Festival de Arte e Cultura Marieta Viana	Iniciativa cultural de valorização da produção artística e literária, com histórico de diversas edições.	Período a confirmar
	Festas Juninas	Celebrações populares com quadrilhas, gastronomia e manifestações da cultura tradicional.	Junho/julho
	Concurso Municipal de Qualidade dos Cafés	Evento de reconhecimento da produção cafeeira e valorização dos produtores locais.	Outubro na edição de 2026
	Festividades do Aniversário do Município	Programação comemorativa com atividades culturais e apresentações artísticas.	Agosto
Carvalhópolis	Festa de Folia de Reis	Manifestação tradicional da religiosidade popular, com participação de grupos de Folia de Reis, músicas e celebrações que preservam costumes transmitidos entre gerações.	Janeiro
	Carvalhópolis Folia	Evento carnavalesco com apresentações musicais e programação festiva.	Fevereiro

Carvalhópolis	Espetáculo Teatral Paixão de Cristo	Encenação da Paixão de Cristo, reunindo manifestações artísticas e religiosas que valorizam a tradição cristã e a participação da comunidade local.	Março ou abril
	Festa do Peão de Carvalhópolis	Evento festivo relacionado às tradições rurais e à cultura sertaneja, com programação de entretenimento e valorização dos costumes locais.	Maio
	Celebração de Corpus Christi	Manifestação religiosa que inclui a confecção de tapetes ornamentais pelos fiéis, preservando a tradição comunitária.	Maio/junho, conforme calendário litúrgico
	Arraiá da Maria Caproni	Festa junina vinculada à Escola Municipal Maria Caproni de Oliveira, com apresentações culturais, comidas típicas e atividades que valorizam as tradições populares.	Junho
	Festa de São Sebastião	Tradicional festa do padroeiro, com celebrações religiosas, barracas, apresentações e participação comunitária. Também valoriza o biscoito com pernil.	Julho
	Festa de São Vicente	Celebração religiosa dedicada a São Vicente, associada às tradições de devoção e confraternização da comunidade.	Outubro ou novembro
	Presépio da Igreja Matriz de São Sebastião	Montagem e exposição de presépio natalino na Igreja Matriz, valorizando as tradições religiosas do Natal e proporcionando visitação e contemplação.	Dezembro
Ibitiúra de Minas	Festa dos Padroeiros	Celebração religiosa e cultural com atividades comunitárias, apresentações musicais e manifestações da cultura rural.	Setembro/outubro
	Desfile de Carros de Boi, Cavaleiros e Amazonas	Manifestação tradicional ligada à Festa dos Padroeiros, que valoriza os costumes e a memória rural do município.	Outubro
	Carna Praça	Programação carnavalesca com apresentações musicais na praça de alimentação municipal.	Fevereiro
	Presépio da Praça São Benedito	Montagem tradicional de presépio em espaço público, associada às celebrações natalinas e religiosas.	Dezembro/janeiro

Ipuiúna	Festa de São Benedito	Celebração religiosa e comunitária associada à devoção ao santo.	Maio
	Festividades de Santa Quitéria e São João Batista	Celebrações dos padroeiros do município, vinculadas às tradições religiosas locais.	Junho
	Festa de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia	Celebração religiosa tradicional em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, associada à religiosidade popular e à valorização das tradições culturais locais, especialmente das manifestações de Congado e Reinado.	Setembro
Machado	Festa de Nossa Senhora dos Caixetas	Celebração religiosa tradicional dedicada a Nossa Senhora dos Caixetas, associada à devoção popular e à preservação das manifestações religiosas e culturais da comunidade.	Julho
	Festa de São Benedito	Celebração religiosa centenária, marcada por procissões, reinado, apresentações de congadas, caiapós e outras manifestações de matriz afro-brasileira.	Agosto
	Festival do Pastel de Fubá	Festival gastronômico que chegou à sexta edição em novembro de 2026. O modo de fazer pastel de fubá de Machado foi reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado pela Lei nº 25.988/2026.	Novembro
	Congadas de Machado	Manifestação cultural e religiosa tradicional, realizada por ternos de congo que integram especialmente os festejos de São Benedito.	Agosto, principalmente
	FEMAGRO	Feira agropecuária com exposições, programação cultural, apresentações musicais e atividades relacionadas ao agronegócio.	Setembro
Monte Belo	Monte Folia 2026	Evento carnavalesco voltado à celebração do Carnaval, com programação festiva e atividades de entretenimento, promovendo o lazer, a confraternização comunitária e a movimentação turística local.	Fevereiro ou março
	Festival Raízes e Sabores	Festival voltado à valorização da gastronomia, dos sabores e das tradições culturais locais, contribuindo para a preservação da identidade regional e a promoção de experiências gastronômicas.	Julho

Monte Belo	FEAMMI – Feira da Moda Íntima de Monte Belo	Feira setorial voltada à divulgação e valorização da produção de moda íntima do município, promovendo oportunidades de negócios, fortalecimento do setor produtivo e atração de visitantes ligados à atividade comercial.	Junho
	Festa do Peão de Monte Belo	Evento tradicional relacionado à cultura sertaneja e rural, com programação festiva e apresentações artísticas.	Agosto
	Encontro Folclórico de Monte Belo	Evento dedicado às manifestações folclóricas. A 24ª edição reuniu 18 grupos, conforme notícia da Prefeitura de 6 de julho de 2026	Julho
	Cavalgada de Monte Belo	Evento relacionado às tradições rurais e à cultura sertaneja, reunindo cavaleiros e participantes em uma manifestação de valorização dos costumes e da identidade cultural do município.	Setembro
Poço Fundo	Carnaval	Festividade popular identificada no histórico de eventos tradicionais do município.	Fevereiro/março, conforme calendário
	Festa de São Benedito do Paiolinho	Celebração tradicional no distrito de Paiolinho, com manifestações religiosas, congada, fanfarra e gastronomia típica.	Maio
	Festa de São Benedito de Poço Fundo	Celebração religiosa e cultural realizada na sede municipal, com participação do Terno de Congo de São Benedito. A 115ª edição ocorreu de 17 a 27 de julho de 2026	Julho
	EXPO Poço Fundo	Evento festivo e de entretenimento associado à valorização das tradições e da cultura local, promovendo a confraternização da comunidade, a movimentação econômica e a atração de visitantes ao município.	Abril e Maio
	ASCA Biker	Evento relacionado ao ciclismo, voltado ao encontro de praticantes e entusiastas da modalidade, incentivando a prática esportiva, a integração entre participantes e a valorização das paisagens do município.	Junho
	Terno de Congo de São Benedito	Manifestação cultural tradicional do município, com histórico de formação em 1910, vinculada à religiosidade e à cultura afro-brasileira.	Apresentações em festividades religiosas

Poços de Caldas	Encontro de Santos Reis	Encontro de Companhias de Reis, com apresentações musicais e manifestações da religiosidade popular, contribuindo para a preservação das tradições culturais e religiosas do município.	Janeiro
	Festival Música nas Montanhas	Festival dedicado à música, com concertos, atividades formativas e apresentações artísticas.	Janeiro
	Volta ao Cristo	Evento esportivo de corrida que reúne atletas e praticantes da modalidade, promovendo a prática esportiva, a integração entre participantes e a valorização da paisagem da Serra de São Domingos.	Janeiro
	Carnaval	Programação com apresentações musicais, atividades culturais e manifestações carnavalescas.	Fevereiro/março
	Flipoços – Festival Literário Internacional de Poços de Caldas	Evento literário com autores, editoras, debates, oficinas e atividades de incentivo à leitura, de projeção nacional e internacional.	Abril/maio
	Festa de São Benedito	Tradicional celebração religiosa e cultural em homenagem a São Benedito, marcada por manifestações de fé, Congadas, apresentações culturais e atividades que preservam as tradições populares do município.	Maio
	Arraiá na Praça	Festa junina com apresentações culturais, comidas típicas, música e atividades festivas, valorizando as tradições populares e proporcionando lazer e convivência comunitária.	
	Festival de Inverno - JulhoFest	Evento cultural com apresentações de música, teatro, dança, circo e outras linguagens artísticas em diferentes espaços da cidade.	Julho
	Poços Classic Car	Encontro de veículos antigos e clássicos, reunindo colecionadores, expositores e visitantes interessados na preservação da memória automobilística e na apreciação de veículos históricos.	Agosto

Poços de Caldas	Festa do Café, Cultura e Turismo Rural	Evento de valorização da cafeicultura, da gastronomia, dos produtores e das experiências rurais da região.	Setembro ou outubro
	Festa Uai	Evento cultural e gastronômico voltado à valorização das tradições mineiras, com destaque para a culinária regional, a música e as manifestações culturais.	Setembro
	Festival Estudantil de Teatro (FET)	Evento de valorização das artes cênicas e da produção teatral estudantil.	Outubro
	Festa Itália Per Sempre	Celebração da cultura italiana, com gastronomia, apresentações musicais, danças e atividades culturais.	Outubro
	Festividades de Aniversário do Município	Programação comemorativa do aniversário de Poços de Caldas, com atividades culturais, artísticas e festivas que valorizam a história, a identidade municipal e a participação da comunidade.	Novembro
	Natal Poços de Luz	Programação natalina com iluminação temática e atividades culturais nos espaços públicos da cidade.	Novembro/dezembro
	Poços É Jazz Festival	Festival de música com programação artística e literária. A nona edição ocorreu em 14 e 15 de novembro de 2026.	Novembro
	Reveillon	Celebração de encerramento do ano, com programação festiva voltada à confraternização entre moradores e visitantes, contribuindo para a movimentação turística durante o período de festas.	Dezembro
Santa Rita de Caldas	Festa de Maio / Festa da Padroeira Santa Rita de Cássia	Tradicional programação religiosa e cultural relacionada à padroeira, com celebrações, apresentações e atividades comunitárias.	Maio
	Desfile de Carreiros e Cavaleiros	Manifestação da cultura rural reconhecida na programação municipal de festividades.	Abril/maio
São João da Mata	Festa do Rosário	Tradicional celebração religiosa e cultural, associada à devoção a Nossa Senhora do Rosário e às manifestações de congado.	Setembro
	Festa de São João Batista	Celebração do padroeiro municipal, com quermesses, quadrilhas e atividades comunitárias.	Junho

	Festa de São Sebastião	Manifestação religiosa tradicional vinculada à devoção comunitária.	Janeiro
	Aniversário do Município	Comemorações cívicas que podem incluir atividades esportivas, apresentações artísticas e manifestações comunitárias.	Fevereiro

Fonte: Elaboração própria, com base em informações das prefeituras municipais, da Secult-MG/Portal Minas Gerais, de instituições religiosas e de publicações regionais, consultadas em outubro de 2026. Os períodos indicados não constituem confirmação de realização em todos os anos.

7.13 Considerações sobre os Eventos Turísticos e Manifestações Culturais

O levantamento dos eventos turísticos e das manifestações culturais da IGR Caminhos Gerais reuniu 91 registros distribuídos pelos 14 municípios integrantes da região. As iniciativas identificadas compreendem celebrações religiosas, manifestações tradicionais, festas populares, festivais culturais e gastronômicos, eventos esportivos, feiras e exposições relacionadas às atividades produtivas locais. A composição desse conjunto expressa a diversidade das programações municipais, com atividades vinculadas às práticas comunitárias, à religiosidade, à produção econômica e às manifestações artísticas presentes no território.

As celebrações religiosas ocupam lugar expressivo no calendário regional, com destaque para as festas de padroeiros, as comemorações dedicadas a São Benedito, as folias de reis, as congadas e as procissões. Essas manifestações apresentam diferentes formas de organização e participação comunitária, relacionadas às práticas devocionais e às tradições mantidas nos municípios. Em diversas localidades, as festividades reúnem celebrações litúrgicas, cortejos, apresentações culturais, atividades gastronômicas e encontros que mobilizam grupos religiosos, associações e moradores.

As festas de São Benedito estão presentes nos registros de Andradas, Botelhos, Cabo Verde, Carvalhópolis, Ipuiúna, Machado, Poço Fundo e Poços de Caldas. A recorrência dessas celebrações constitui um elemento relevante para a caracterização das práticas religiosas regionais, embora as atividades, os períodos de realização e as manifestações associadas apresentem particularidades em cada município. Em Machado, os festejos incluem procissões, reinado, congadas e caiapós, relacionados à tradição religiosa e cultural afro-brasileira. Em Poço Fundo, a Festa de São Benedito do Paiolinho e o Terno de Congo de São Benedito integram as referências identificadas, enquanto Poços de Caldas também apresenta manifestações de congada vinculadas à celebração.

As folias de reis constituem outra expressão da religiosidade popular presente no levantamento. Andradas registra o Encontro de Folia de Reis, relacionado às companhias Estrela Guia e Nossa Senhora da Guia; Cabo Verde apresenta o Encontro das Companhias de Reis; Carvalhópolis possui a Festa de Folia de Reis; e Poços de Caldas inclui o Encontro de Santos Reis em sua programação. Essas iniciativas reúnem grupos responsáveis pela continuidade das práticas musicais e devocionais associadas à tradição dos Reis Magos, com formas próprias de apresentação e organização.

A presença de manifestações vinculadas ao universo rural também se evidencia nos encontros de carreiros, desfiles de carros de boi, cavalgadas e festas do peão. Botelhos registra a Cavalhada e Encontro de Carreiros de Botelhos e a manifestação correspondente realizada no distrito de Palmeiral. Em Caldas, o Desfile de Carreiros integra a programação cultural identificada, enquanto Ibitiúra de Minas apresenta o Desfile de Carros de Boi, Cavaleiros e Amazonas, associado à Festa dos Padroeiros. Cabo Verde, Carvalhópolis, Monte Belo e Santa Rita de Caldas também possuem registros de festividades relacionadas às tradições rurais.

Essas manifestações envolvem práticas e referências associadas ao trabalho agrícola, à utilização de animais e veículos tradicionais, à cultura sertaneja e às formas de sociabilidade das comunidades. A realização dos eventos reúne participantes com diferentes vínculos com essas atividades, preservando elementos presentes na memória e nas práticas culturais dos municípios.

Os eventos associados à produção agrícola, à agroindústria e às atividades comerciais constituem outra dimensão da programação regional. Em Andradas, a Festa do Vinho e o Andradas Café Festival apresentam relações diretas com a vitivinicultura e a cafeicultura local. Caldas reúne a Festa da Uva, a Festa do Biscoito e o Festival Aromas & Sabores da Mantiqueira, realizado em 2026, com propostas relacionadas à produção regional e à gastronomia. Campestre registra o Concurso Municipal de Qualidade dos Cafés, enquanto Poços de Caldas apresenta a Festa do Café, Cultura e Turismo Rural, voltada à valorização dos produtores, da gastronomia e das experiências rurais.

A programação também contempla eventos relacionados a outros setores econômicos. A FEMAGRO, em Machado, integra atividades agropecuárias, exposições e apresentações culturais. Em Monte Belo, a FEAMMI – Feira da Moda Íntima está vinculada à produção de confecções do município, constituindo uma iniciativa setorial voltada à divulgação de produtos e à realização de negócios. Esses eventos apresentam características distintas das festas tradicionais, mas integram o levantamento pela relação com a produção econômica e com as atividades realizadas nos municípios.

A gastronomia aparece tanto em eventos especificamente dedicados à alimentação quanto em celebrações de caráter religioso, cultural e comunitário. A Festa do Biscoito, em Caldas, reúne referências aos modos tradicionais de produção, incluindo a utilização de fornos de barro. Em Andradas, o Festival Cozinhas de Minas e a Feira de Arte e Gastronomia integram atividades culinárias, culturais e comerciais. Poços de Caldas registra a Festa Uai, associada às tradições mineiras, enquanto Monte Belo apresenta o Festival Raízes e Sabores, relacionado à gastronomia e à cultura local.

A realização dessas iniciativas oferece possibilidades de aproximação entre a produção associada ao turismo, os estabelecimentos gastronômicos e as atividades culturais. A participação de produtores, artesãos e empreendedores em feiras e festivais pode ampliar a divulgação dos produtos regionais e estabelecer contatos comerciais durante os eventos. A contribuição efetiva dessas atividades para a economia turística depende, entretanto, da procedência do público, da dimensão das programações e dos serviços utilizados pelos participantes.

Os eventos artísticos e culturais apresentam características diversificadas. Em Poços de Caldas, o Festival Música nas Montanhas, o Flipoços – Festival Literário Internacional de Poços de Caldas, o Festival de Inverno – JulhoFest e o Festival Estudantil de Teatro integram diferentes linguagens artísticas, incluindo música, literatura e artes cênicas. Andradas registra o Festival da Canção, enquanto Campestre apresenta o Festival de Arte e Cultura Marieta Viana. As iniciativas voltadas à produção artística integram a programação cultural dos municípios e podem estabelecer relações com equipamentos, instituições e profissionais vinculados às atividades culturais.

Também foram identificados eventos esportivos e de entretenimento, como a Volta ao Cristo e o Poços Classic Car, em Poços de Caldas; o ASCA Biker, em Poço Fundo; além de programações carnavalescas, encontros de veículos antigos e festividades municipais. Essas atividades apresentam diferentes públicos e formas de organização, compondo o calendário de eventos para além das celebrações religiosas e das manifestações tradicionais.

A distribuição dos 91 registros evidencia diferenças na quantidade e na diversidade das iniciativas identificadas. Poços de Caldas reúne 16 eventos e manifestações culturais, seguido de Andradas, com 13 registros. Carvalhópolis apresenta nove iniciativas, Botelhos possui oito e Caldas reúne sete. Cabo Verde registra seis atividades, enquanto Campestre, Monte Belo e Poço Fundo apresentam cinco registros cada. Ibitiúra de Minas, Machado e São João da Mata possuem quatro iniciativas por município; Ipuiúna apresenta três e Santa Rita de Caldas, duas.

Essa distribuição corresponde ao conjunto de informações reunidas na pesquisa e deve ser considerada em relação aos diferentes procedimentos de divulgação e registro das atividades municipais. A quantidade de eventos identificados não constitui indicador suficiente da importância cultural das manifestações, da participação comunitária ou da capacidade de atração turística de cada destino. A análise dessas dimensões depende de informações específicas sobre a realização, a abrangência e a participação do público.

A organização temporal dos eventos apresenta programações distribuídas ao longo do ano, com concentração de determinadas manifestações em períodos associados aos calendários religiosos, às festividades populares e às atividades culturais e produtivas. Entre janeiro e abril, encontram-se celebrações de Reis, festas religiosas, programações carnavalescas, eventos culturais e festividades relacionadas à Semana Santa. Os meses das festas de São Benedito são variados, celebrações de Corpus Christi, festividades juninas e eventos gastronômicos.

Entre julho e outubro, o levantamento registra festas religiosas, festivais culturais, exposições agropecuárias, eventos gastronômicos e atividades relacionadas à produção regional. Nesse período encontram-se a Festa do Vinho de Andradas, a Festa do Biscoito de Caldas, a FEMAGRO de Machado e diferentes manifestações tradicionais. Os últimos meses do ano incluem programações de aniversário municipal, celebrações natalinas, apresentações culturais e festividades de encerramento do calendário anual.

A sazonalidade identificada oferece referências para a articulação da programação regional, especialmente quanto à divulgação antecipada dos eventos e à organização dos serviços turísticos. A existência de atividades em diferentes períodos pode contribuir para a elaboração de um calendário integrado, reunindo informações sobre datas, locais, organizadores e características das programações. A atualização dessas informações deverá considerar as alterações que podem ocorrer entre as edições, uma vez que o período habitual de realização não assegura a continuidade anual de todos os eventos.

Em relação à dimensão turística, o levantamento apresenta iniciativas com características distintas de abrangência e participação. Algumas possuem programação e divulgação voltadas a públicos de diferentes localidades, enquanto outras estão relacionadas predominantemente às práticas comunitárias e aos calendários religiosos municipais. A pesquisa não reuniu dados padronizados suficientes para mensurar o fluxo de visitantes, sua procedência, a permanência nos destinos ou os resultados econômicos associados a cada evento.

Essa lacuna de informações constitui um aspecto a ser considerado no planejamento turístico regional. A identificação da origem dos participantes, da utilização dos serviços de hospedagem e alimentação e da movimentação dos estabelecimentos comerciais durante os eventos poderá contribuir para caracterizar suas relações com a atividade turística. O acompanhamento desses indicadores exige procedimentos de coleta compatíveis com a dimensão e as características de cada iniciativa.

A elaboração de um calendário regional integrado apresenta uma possibilidade de atuação para a IGR Caminhos Gerais, em articulação com as administrações municipais, entidades organizadoras e agentes do setor turístico. A sistematização das programações poderá favorecer a divulgação conjunta, a identificação de eventos realizados em períodos próximos e o planejamento de ações promocionais relacionadas às características culturais e produtivas dos municípios.

A integração entre eventos e serviços turísticos também poderá ser considerada na organização de experiências e roteiros regionais. Festivais gastronômicos, feiras produtivas, celebrações culturais e atividades artísticas podem compor programações de visitação associadas aos atrativos e empreendimentos disponíveis nas localidades. Essa articulação dependerá das condições de acesso, dos horários de realização, da disponibilidade dos serviços e da participação dos responsáveis pelos eventos.

No caso das manifestações religiosas e tradicionais, as ações de promoção devem respeitar as características das celebrações e a organização estabelecida pelos grupos e comunidades participantes. A realização de atividades voltadas aos visitantes exige atenção aos espaços de devoção, às práticas culturais e às condições definidas pelos responsáveis, preservando as finalidades e os significados das manifestações.

O conjunto identificado constitui uma referência para o planejamento de ações de divulgação, qualificação e acompanhamento da programação regional. A atualização periódica das informações, associada à articulação entre os municípios e os agentes envolvidos na realização dos eventos, poderá contribuir para organizar o calendário turístico da IGR Caminhos Gerais e ampliar as possibilidades de integração entre manifestações culturais, atividades produtivas e serviços de atendimento aos visitantes.

7.14 Tradições Gastronômicas e Saberes Culinários

As tradições gastronômicas e os saberes culinários integram o patrimônio cultural das comunidades por meio dos conhecimentos, das técnicas de preparo, dos ingredientes e das práticas alimentares desenvolvidas e transmitidas entre gerações. Essas referências estão relacionadas às atividades produtivas, aos hábitos cotidianos, às celebrações religiosas e às formas de convivência que caracterizam a vida social dos municípios. A continuidade dessas práticas envolve famílias, produtores, cozinheiras, artesãos e outros agentes responsáveis pela elaboração e transmissão dos conhecimentos culinários.

Na IGR Caminhos Gerais, a gastronomia apresenta relações com a produção agrícola, a pecuária, as atividades artesanais e as tradições alimentares presentes no território. O levantamento contempla receitas tradicionais, quitandas, doces artesanais, biscoitos, queijos, produtos derivados do café e preparações associadas às festas populares e religiosas. A diversidade dessas referências acompanha as particularidades da produção local e os conhecimentos empregados na transformação dos ingredientes em alimentos e bebidas.

Os modos tradicionais de preparo constituem parte importante dessa caracterização. A seleção dos ingredientes, a utilização de utensílios específicos, as técnicas de cocção, os procedimentos de conservação e as formas de apresentação dos alimentos podem integrar conhecimentos compartilhados entre diferentes gerações. A permanência dessas práticas está relacionada às condições de produção, à atuação dos detentores e às circunstâncias em que os alimentos são preparados e consumidos.

Algumas referências gastronômicas identificadas nos municípios possuem reconhecimento oficial como patrimônio cultural imaterial, especialmente quando seus modos de fazer ou celebrações relacionadas à alimentação foram objeto de registro pelos órgãos de proteção patrimonial. Esses instrumentos de reconhecimento integram as políticas de preservação dos conhecimentos tradicionais, considerando as características dos bens e as relações estabelecidas com as comunidades responsáveis por sua continuidade.

Outras preparações e produtos permanecem associados ao cotidiano alimentar, às tradições familiares, aos estabelecimentos produtivos e às festividades locais, independentemente da existência de reconhecimento patrimonial formal. A identificação dessas referências contribui para a caracterização da diversidade gastronômica regional, abrangendo conhecimentos e práticas que participam da vida social e econômica dos municípios.

A relação entre gastronomia e turismo pode ocorrer por meio da comercialização de alimentos e bebidas, da oferta de preparações tradicionais em estabelecimentos gastronômicos, da participação em feiras e festivais e da organização de experiências relacionadas aos processos de produção. As atividades de visitação a propriedades rurais, agroindústrias e estabelecimentos artesanais também podem integrar essa oferta, desde que estejam organizadas para receber visitantes.

A presença de determinada receita, produto ou modo de fazer no levantamento cultural não pressupõe sua comercialização como experiência turística. A incorporação dessas referências à oferta depende das condições de produção, da disponibilidade dos responsáveis e da organização dos serviços. Nos casos relacionados ao patrimônio cultural imaterial, a participação dos detentores deve orientar as decisões sobre a apresentação dos conhecimentos e das práticas aos visitantes.

Para o diagnóstico da IGR Caminhos Gerais, o levantamento das tradições gastronômicas e dos saberes culinários considera os pratos típicos, os produtos tradicionais e os conhecimentos identificados nos municípios, incluindo os reconhecimentos patrimoniais existentes e as relações dessas referências com as atividades produtivas e culturais locais.

O quadro a seguir apresenta as referências gastronômicas reunidas na pesquisa, distinguindo os bens oficialmente reconhecidos como patrimônio cultural das demais tradições, preparações e produtos associados aos municípios. A sistematização dessas informações constitui uma base para a análise das características da gastronomia regional e de suas relações com a produção associada ao turismo, as manifestações culturais e as possibilidades de organização de experiências gastronômicas.

.

Quadro – Referências Gastronômicas e Saberes Culinários da IGR Caminhos Gerais

Município	Referências gastronômicas identificadas
Andradas	Virado de Frango Andradense; Doce da Festa do Campestrinho; Vinho de Uva Jacques; azeites; bolachas; vinhos; cafés especiais.
Botelhos	Café e tradição cafeeira.
Cabo Verde	Cafés especiais; doces e derivados do café.
Caldas	Festa do Biscoito; biscoitos tradicionais; Queijo Minas Frescal de Santana; doces tradicionais de Caldas; vinho.
Campestre	Cafés especiais.
Carvalhópolis	Biscoito com Pernil e mel.

Ibitiúra de Minas	Doces caseiros; doce de leite; goiabada; mel.
Ipuiúna	Batata; morango.
Machado	Pastel de Fubá; café; cachaça.
Monte Belo	Café; derivados do leite.
Poço Fundo	Café orgânico da agricultura familiar.
Poços de Caldas	Doces artesanais; doces em compota; cervejas artesanais.
Santa Rita de Caldas	Queijos e derivados do leite; doces tradicionais; doce de leite; doces de frutas em calda e em barra; geleias e frutas cristalizadas.
São João da Mata	Culinária mineira tradicional; vinho.

Fonte: Elaboração própria, com base no levantamento das referências gastronômicas dos municípios da IGR Caminhos Gerais, na Relação de Bens Protegidos por Registro de Bens Imateriais – Exercício 2026 (IEPHA-MG), em informações das prefeituras municipais e de produtores locais, 2026.

O levantamento das referências gastronômicas da IGR Caminhos Gerais reúne produtos, receitas e saberes culinários relacionados às tradições alimentares, às atividades produtivas e às características culturais dos municípios. A culinária mineira, as quitandas, os doces artesanais, os queijos e os cafés especiais integram esse conjunto, ao lado de preparações e modos de fazer associados às histórias locais e aos conhecimentos transmitidos entre gerações. A diversidade identificada expressa tanto as particularidades municipais quanto a presença de práticas alimentares e produtivas compartilhadas no território regional.

As condições naturais também integram a caracterização da produção agrícola da região, marcada pela diversidade de solos, altitudes e características climáticas. Nesse contexto, destaca-se a formação geológica de origem vulcânica presente em parte do território, especialmente no Planalto de Poços de Caldas. Essas particularidades compõem o ambiente de produção agrícola regional e devem ser consideradas em conjunto com as condições climáticas, as variedades cultivadas e as técnicas de manejo na análise das características dos produtos, particularmente dos cafés especiais.

No campo da vitivinicultura, destaca-se a contribuição da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), em Caldas, para o desenvolvimento da técnica da dupla poda, objeto de pesquisas iniciadas nos primeiros anos da década de 2000. O procedimento possibilitou deslocar a maturação e a colheita das uvas para o período de inverno, aproveitando condições climáticas favoráveis à produção de vinhos finos. O desenvolvimento dessa técnica ampliou as possibilidades

da vitivinicultura regional e contribuiu para a consolidação da produção de vinhos de inverno, associando a pesquisa agropecuária à introdução de novas práticas de cultivo e elaboração.

O conjunto dessas referências reúne conhecimentos culinários tradicionais, atividades agrícolas, características ambientais e inovações técnicas que participam da produção gastronômica da IGR Caminhos Gerais. A articulação entre produtores, empreendimentos rurais, estabelecimentos gastronômicos e iniciativas de turismo poderá favorecer a divulgação dos produtos regionais, a continuidade dos modos de fazer e a organização de experiências relacionadas à cafeicultura, à vitivinicultura e às demais atividades identificadas no levantamento.



As serras de Andradas – MG. Acervo Caminhos Gerais

CAPÍTULO 8 - ANÁLISE DA OFERTA TURÍSTICA E POTENCIALIDADES REGIONAIS

8.1 Caracterização da Oferta Turística Regional

A caracterização da oferta turística da Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais reúne e articula os resultados dos levantamentos realizados nos 14 municípios que integram o território. A análise contempla os recursos naturais, históricos e culturais, os atrativos turísticos, os serviços e equipamentos disponíveis, a infraestrutura de apoio à visitação e as atividades que compõem as experiências oferecidas nos destinos. Essa abordagem considera as particularidades de cada município, a distribuição territorial dos elementos identificados e as condições existentes para sua integração ao desenvolvimento turístico regional.

Conforme a metodologia de inventariação da oferta turística adotada pelo Ministério do Turismo, o levantamento compreende três componentes fundamentais — infraestrutura de apoio ao turismo, serviços e equipamentos turísticos e atrativos turísticos. A infraestrutura corresponde às condições gerais de funcionamento e acessibilidade dos destinos, abrangendo aspectos como transporte, mobilidade, comunicação, segurança e atendimento à saúde. Os serviços e equipamentos turísticos compreendem os estabelecimentos e profissionais vinculados à recepção e à permanência dos visitantes, incluindo meios de hospedagem, alimentação, agências, operadores e serviços de guiamento. Os atrativos, por sua vez, abrangem os elementos naturais, culturais e as atividades capazes de motivar deslocamentos e proporcionar experiências de visitação.

No âmbito da IGR Caminhos Gerais, os levantamentos anteriores identificaram uma oferta constituída por diferentes referências territoriais e atividades econômicas e culturais. As paisagens serranas, cachoeiras, formações rochosas, águas termais e ambientes rurais integram o conjunto de recursos naturais, enquanto igrejas, capelas, edificações históricas, celebrações religiosas e manifestações populares compõem parte das referências culturais presentes nos municípios. A produção agrícola, especialmente a cafeicultura e a vitivinicultura, acrescenta elementos relacionados aos processos produtivos, à gastronomia e às experiências desenvolvidas em propriedades rurais. Também foram identificados caminhos de peregrinação, percursos de cicloturismo, rotas temáticas, roteiros municipais e iniciativas de visitação associadas à natureza, ao patrimônio cultural e à produção de alimentos.

A distribuição desses elementos apresenta diferenças entre os municípios, relacionadas às características geográficas, às trajetórias históricas, às atividades produtivas e à disponibilidade de infraestrutura e serviços. Poços de Caldas concentra parcela expressiva dos meios de hospedagem e

dos serviços turísticos formalmente identificados no diagnóstico, enquanto outros municípios apresentam recursos e atividades associados à produção rural, ao patrimônio cultural, à religiosidade e aos ambientes naturais. Essa configuração exige considerar separadamente a diversidade dos recursos existentes, o estágio de organização das atividades turísticas e as condições efetivas de atendimento aos visitantes.

Uma questão central da caracterização regional consiste em distinguir a existência de recursos com interesse turístico da disponibilidade de atrativos organizados e produtos efetivamente oferecidos ao público. O levantamento identificou paisagens, manifestações culturais, estabelecimentos produtivos e espaços de visitação em diferentes condições de funcionamento e estruturação. A presença desses elementos no território, por si, não assegura sua disponibilidade para visitação regular. Aspectos como acesso, conservação, segurança, sinalização, acessibilidade, autorização de proprietários, capacidade de recepção, horários de funcionamento e organização operacional interferem diretamente nas possibilidades de aproveitamento turístico.

Para a sistematização dos resultados, adotam-se as seguintes distinções conceituais, consideradas de acordo com as características e informações disponíveis sobre cada elemento identificado.

- **Recursos turísticos –** Elementos naturais, históricos, culturais, religiosos ou associados às atividades produtivas que apresentam interesse para a visitação e possibilidades de aproveitamento turístico. Sua identificação constitui uma etapa inicial de reconhecimento da oferta, independentemente da existência de estrutura organizada de atendimento.

- **Atrativos turísticos –** Recursos, manifestações, espaços ou equipamentos capazes de motivar a visitação em razão de suas características e do interesse que despertam. A avaliação de suas condições de aproveitamento considera a acessibilidade, as formas de visitação e a disponibilidade de informações sobre seu funcionamento.

- **Experiências turísticas –** Atividades organizadas que proporcionam aos visitantes contato com aspectos específicos do território, incluindo práticas culturais, gastronomia, atividades agrícolas, processos produtivos, paisagens e ambientes naturais. Podem envolver visitas acompanhadas, degustações, percursos, atividades interpretativas e vivências relacionadas aos saberes e às práticas locais.

- **Produtos turísticos –** Conjuntos organizados de atrativos, serviços e experiências, com condições definidas de operação e atendimento. Sua estruturação envolve informações sobre acesso,

programação, duração, disponibilidade, responsáveis e formas de contratação ou participação, conforme as características de cada atividade.

- **Potencialidades turísticas –** Recursos, atividades e possibilidades de articulação territorial identificados no diagnóstico que apresentam perspectivas de aproveitamento turístico, mas cuja estruturação ou viabilidade ainda depende de avaliação, organização, investimentos, qualificação ou articulação entre os agentes envolvidos.

Essas distinções orientam a interpretação dos levantamentos e evitam equiparar iniciativas em diferentes condições de desenvolvimento. O reconhecimento de uma propriedade cafeeira, de uma vinícola ou de um estabelecimento produtor de alimentos, por exemplo, não significa que esses espaços ofereçam regularmente visitas, degustações ou outras atividades destinadas a turistas. De maneira semelhante, a identificação de uma cachoeira, trilha ou formação rochosa exige verificar as condições de acesso, as eventuais restrições de uso e a existência de serviços necessários à visitação. No caso dos bens culturais e das manifestações religiosas, também devem ser observadas as condições de conservação, os usos comunitários e as particularidades de sua realização.

A mesma diferenciação se aplica às rotas, aos roteiros e aos caminhos turísticos identificados no território. O diagnóstico reúne iniciativas de abrangência municipal e intermunicipal, com distintas formas de organização, reconhecimento institucional e funcionamento. A existência de um percurso divulgado ou de uma proposta de roteirização não corresponde necessariamente à disponibilidade de um produto turístico com operação regular. A análise considera, portanto, as características dos itinerários, os municípios contemplados, os atrativos envolvidos e as informações disponíveis sobre sua organização, sem atribuir condições operacionais que não tenham sido verificadas.

A caracterização da oferta também incorpora os serviços e equipamentos responsáveis pela recepção e permanência dos visitantes. Os levantamentos de hospedagem, alimentação, agências, operadores, guias de turismo e demais atividades relacionadas ao setor revelam diferenças na distribuição territorial desses estabelecimentos e profissionais. A concentração de determinados serviços em alguns municípios constitui um aspecto relevante para o planejamento, especialmente na organização de deslocamentos intermunicipais, na definição de pontos de apoio e na articulação entre localidades que apresentam atrativos e experiências complementares.

A perspectiva regional adotada no diagnóstico considera as relações existentes entre os destinos e as possibilidades de articulação de suas ofertas. A proximidade territorial e a presença de

referências compartilhadas, como a cafeicultura, a gastronomia mineira, a produção vitivinícola, as manifestações religiosas e as paisagens rurais, constituem elementos a serem examinados na organização de experiências integradas. Ao mesmo tempo, as particularidades municipais devem orientar a definição de propostas compatíveis com as condições locais, evitando a reprodução de modelos de visitação sem correspondência com os recursos e serviços efetivamente disponíveis.

A integração regional também envolve os agentes que participam da organização do turismo, entre eles as administrações municipais, os empreendedores, os produtores rurais, os prestadores de serviços, as instituições e as comunidades vinculadas aos atrativos e às manifestações culturais. A constituição de roteiros intermunicipais e o aproveitamento de atividades produtivas para fins turísticos dependem da participação desses agentes, da definição de responsabilidades e da verificação das condições de atendimento. Essas relações são especialmente importantes para avaliar possibilidades de complementaridade entre municípios com diferentes estruturas de serviços e características de oferta.

A caracterização apresentada possui natureza diagnóstica e qualitativa, fundamentada nos levantamentos documentais, institucionais e municipais reunidos ao longo do estudo. A identificação de vocações e potencialidades considera os recursos existentes, as atividades registradas e as iniciativas de organização turística reconhecidas nas fontes consultadas. Não estabelece uma classificação definitiva do desenvolvimento turístico municipal nem substitui avaliações específicas de viabilidade, capacidade de atendimento ou desempenho econômico dos empreendimentos.

A sistematização desses elementos constitui a base para a análise da distribuição territorial da oferta, das vocações turísticas, das condições de estruturação dos atrativos e das possibilidades de integração regional desenvolvidas nas seções seguintes. A partir desse conjunto de informações, o planejamento estratégico poderá estabelecer prioridades relacionadas à qualificação dos serviços, à organização de experiências, à articulação entre os municípios e à promoção dos recursos turísticos da IGR Caminhos Gerais.

8.2 Diversidade e Distribuição Territorial da Oferta Turística

A oferta turística da IGR Caminhos Gerais apresenta uma composição diversificada, relacionada às características naturais, à formação histórica, às atividades econômicas e às manifestações culturais dos 14 municípios integrantes da região. Os levantamentos realizados

identificaram atrativos naturais, bens históricos e culturais, espaços de interesse religioso, atividades agropecuárias, referências gastronômicas, eventos e iniciativas de visitação organizadas em diferentes segmentos turísticos. A distribuição desses elementos pelo território expressa particularidades municipais e possibilidades de articulação entre localidades que compartilham determinadas características paisagísticas, produtivas e culturais.

A diversidade territorial está associada às distintas condições geográficas e aos processos históricos de ocupação e desenvolvimento dos municípios. As diferenças de relevo, hidrografia, vegetação, formação geológica e uso do solo contribuíram para a constituição de paisagens com características próprias. Da mesma forma, as atividades agrícolas, a formação dos núcleos urbanos, a organização das comunidades religiosas e as transformações econômicas influenciaram a distribuição dos bens culturais e das atividades que atualmente integram a oferta turística regional.

Entre os recursos naturais identificados, destacam-se serras, montanhas, vales, cachoeiras, rios, formações rochosas, áreas de vegetação e paisagens rurais. Esses ambientes estão associados a diferentes modalidades de visitação, incluindo contemplação da paisagem, caminhadas, trilhas, cicloturismo e atividades de recreação em contato com a natureza. A existência de percursos rurais e iniciativas de cicloturismo em diferentes municípios amplia as possibilidades de integração territorial, especialmente nas áreas em que os trajetos estabelecem conexões entre localidades, propriedades agrícolas e atrativos naturais.

Uma característica específica de parte do território corresponde à formação geológica do Planalto de Poços de Caldas, de origem vulcânica, que abrange áreas associadas aos municípios de Poços de Caldas, Caldas e Andradas. A configuração geológica e geomorfológica dessa porção regional integra as paisagens reconhecidas no levantamento turístico e está presente em iniciativas de visitação que relacionam formações naturais, águas termais e atividades produtivas. A Rota Vulcânica, identificada no diagnóstico, constitui uma das propostas de articulação entre esses municípios, reunindo referências territoriais e culturais vinculadas a essa formação geológica.

A distribuição dos atrativos históricos, culturais e religiosos apresenta outra dimensão da diversidade regional. Igrejas, capelas, praças, edificações e conjuntos arquitetônicos integram os espaços identificados nos municípios, associados a diferentes períodos e circunstâncias de sua formação. A presença desses bens revela características próprias da organização dos núcleos urbanos, das instituições religiosas e das práticas comunitárias. Em determinadas localidades, o patrimônio

edificado integra os espaços centrais das cidades, enquanto em outras se encontra distribuído por bairros, distritos e comunidades rurais.

As manifestações culturais e religiosas complementam esse conjunto, especialmente por meio das festividades de padroeiros, congadas, reinados, folias de reis, celebrações tradicionais e demais expressões identificadas no levantamento do patrimônio cultural. Parte dessas manifestações possui reconhecimento formal por meio de instrumentos de proteção e registro, conforme os dados apresentados no diagnóstico. A realização das celebrações envolve calendários específicos, espaços religiosos e formas de organização comunitária que devem ser consideradas na análise de sua relação com o turismo. Os caminhos de peregrinação e os roteiros religiosos identificados na região acrescentam possibilidades de conexão entre municípios, bens culturais e lugares de devoção.

A produção rural constitui um dos componentes de maior abrangência territorial identificados no estudo. A cafeicultura está presente em grande parte dos municípios da IGR Caminhos Gerais e participa de suas atividades econômicas e da configuração das paisagens agrícolas. As propriedades cafeeiras, os processos de cultivo e beneficiamento, a produção de cafés especiais e as atividades relacionadas à comercialização do produto apresentam diferentes possibilidades de associação com o turismo rural, gastronômico e de experiência. O levantamento também identificou iniciativas de visitação e roteirização vinculadas à cultura do café, embora sua organização e disponibilidade variem entre os municípios e empreendimentos.

A vitivinicultura integra esse conjunto de atividades produtivas, com destaque para Andradas e outras localidades contempladas no diagnóstico. A produção de uvas e vinhos, as vinícolas e as experiências relacionadas à atividade constituem referências para a organização de visitas e roteiros. As inovações técnicas associadas à produção de vinhos de inverno, especialmente a dupla poda desenvolvida e difundida com a participação da EPAMIG, acrescentam uma dimensão contemporânea à atividade vitivinícola regional. A presença dessas práticas produtivas estabelece relações entre agricultura, conhecimento técnico, gastronomia e experiências turísticas vinculadas aos estabelecimentos que oferecem condições de visitação.

As referências gastronômicas apresentam distribuição igualmente diversificada, acompanhando as atividades agrícolas, os saberes culinários e as tradições alimentares identificadas nos municípios. Além dos cafés e vinhos, destacam-se os queijos, doces artesanais, quitandas, mel e diferentes preparações associadas à culinária mineira. Parte desses produtos está vinculada a modos de fazer reconhecidos como patrimônio cultural, enquanto outros integram práticas familiares,

estabelecimentos comerciais e atividades de produção artesanal. A gastronomia participa da oferta turística por meio dos serviços de alimentação e das experiências relacionadas à produção, degustação e comercialização de alimentos, observadas as condições efetivamente disponíveis em cada localidade.

A organização territorial dessa oferta apresenta diferenças significativas quanto à disponibilidade de infraestrutura, serviços e equipamentos turísticos. Os levantamentos de hospedagem, alimentação, agências, operadores e profissionais de guiamento identificaram concentrações distintas entre os municípios, com destaque para Poços de Caldas na oferta de serviços formalmente registrados. Essa distribuição está relacionada às condições de recepção e permanência dos visitantes e influencia as possibilidades de organização de itinerários intermunicipais. Em localidades com menor presença desses serviços, a estruturação de atividades turísticas requer atenção às condições de atendimento e às possibilidades de articulação com estabelecimentos e profissionais situados em outros municípios.

Também se observam diferenças na forma de apresentação e organização dos atrativos. Parte das iniciativas identificadas possui divulgação institucional, serviços de atendimento ou atividades de visitação organizadas. Outras correspondem a recursos naturais, manifestações culturais, propriedades produtivas e espaços de interesse turístico cuja disponibilidade depende de condições específicas de acesso, funcionamento ou autorização. Essa distinção é especialmente relevante para a interpretação dos levantamentos, uma vez que a quantidade de recursos identificados em determinado município não corresponde, necessariamente, ao volume de produtos turísticos estruturados ou à capacidade de atendimento aos visitantes.

As rotas, os roteiros e os caminhos turísticos representam uma possibilidade de articulação dessa distribuição territorial. O diagnóstico identificou percursos associados ao turismo religioso, ao cicloturismo, à natureza, à gastronomia e às atividades rurais, envolvendo diferentes municípios e níveis de organização. Entre as iniciativas registradas encontram-se a Rota Vulcânica, a Rota do Vulcão voltada ao cicloturismo, o Caminho da Fé, o Caminho de Aparecida e roteiros municipais relacionados à cafeicultura, às vinícolas, às capelas e aos atrativos naturais. A análise dessas iniciativas considera sua abrangência geográfica e temática, bem como as informações disponíveis sobre os atrativos e serviços envolvidos.

A diversidade identificada indica possibilidades de complementaridade entre municípios que apresentam características distintas de oferta. Destinos com maior concentração de hospedagem,

alimentação e serviços de receptivo podem estabelecer conexões com localidades que dispõem de atrativos naturais, manifestações culturais ou atividades rurais de interesse para a visitação. A organização dessas relações depende da compatibilidade entre os percursos, da disponibilidade dos estabelecimentos, das condições de deslocamento e da participação dos agentes locais. A proximidade geográfica constitui um elemento a ser considerado, juntamente com a viabilidade operacional e o interesse dos empreendimentos e comunidades envolvidos.

A distribuição territorial dos recursos e serviços exige, portanto, estratégias diferenciadas de organização e valorização da oferta. Nos municípios com atividades turísticas já estruturadas, as ações podem se concentrar na qualificação, na diversificação das experiências e na ampliação das articulações regionais. Nas localidades em que predominam recursos ainda não organizados para visitação, torna-se necessário avaliar as condições de acesso, a disponibilidade de serviços, o interesse dos responsáveis e as possibilidades concretas de desenvolvimento das atividades identificadas.

A caracterização regional reúne, assim, um território no qual coexistem destinos com diferentes condições de atendimento, atrativos de natureza variada, atividades produtivas e manifestações culturais distribuídas por espaços urbanos e rurais. Essa composição fundamenta a análise das vocações turísticas e das oportunidades de integração regional, considerando as particularidades municipais e a necessidade de relacionar a promoção dos atrativos às condições reais de visitação. A diversidade da IGR Caminhos Gerais constitui uma referência para o planejamento de ações voltadas à estruturação de experiências, à qualificação dos serviços e à articulação territorial da atividade turística.

8.3 Principais Vocações e Potencialidades Turísticas Regionais

A interpretação dos levantamentos permite reconhecer diferentes eixos de interesse turístico que, em conjunto, caracterizam a oferta da IGR Caminhos Gerais.

A análise dos levantamentos realizados nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais identifica diferentes segmentos turísticos associados às características naturais, históricas, culturais e produtivas do território. A presença de paisagens serranas, recursos hídricos, patrimônio edificado, manifestações religiosas, atividades agropecuárias e referências gastronômicas constitui uma base diversificada para a organização da oferta turística regional.

As vocações identificadas apresentam diferentes condições de desenvolvimento e distribuição territorial. Algumas estão vinculadas a atividades e equipamentos turísticos consolidados, enquanto outras correspondem a recursos e iniciativas cuja estruturação depende de condições específicas de acesso, atendimento e organização. Essa diversidade exige considerar as características próprias de cada segmento, sua inserção nos municípios e as possibilidades de articulação com serviços, empreendimentos e experiências existentes.

Entre os segmentos de maior interesse para o planejamento regional destacam-se o turismo de natureza e aventura, o turismo histórico, cultural e religioso, o turismo rural, gastronômico e de experiência, as atividades relacionadas às águas termais e ao bem-estar, além dos eventos e manifestações culturais. A análise dessas atividades considera os recursos identificados, as iniciativas existentes e suas possibilidades de integração territorial, distinguindo os produtos organizados das potencialidades que ainda necessitam de avaliação e estruturação.

8.4 Turismo de Natureza, Paisagístico e de Aventura

A diversidade geomorfológica e ambiental da IGR Caminhos Gerais constitui uma das referências territoriais para o desenvolvimento do turismo de natureza. Serras, montanhas, vales, formações rochosas, rios, cachoeiras, áreas de vegetação e paisagens rurais estão distribuídos pelos municípios, compondo ambientes associados à contemplação, à recreação e à prática de atividades ao ar livre.

O levantamento dos atrativos naturais identificou espaços com diferentes características e condições de visitação, incluindo cachoeiras, mirantes, elevações montanhosas e percursos em ambientes rurais. Esses recursos apresentam possibilidades de aproveitamento em atividades como caminhadas, trilhas, cicloturismo, observação da paisagem e outras modalidades de contato com a natureza. A diversidade dos ambientes amplia as alternativas de visitação, embora as condições de acesso e utilização variem conforme as características de cada localidade.

Parte do território apresenta características geológicas vinculadas ao Planalto de Poços de Caldas, cuja formação de origem vulcânica integra a configuração paisagística regional. Essa particularidade possui relação com os recursos naturais e as atividades turísticas identificadas nos municípios de Poços de Caldas, Caldas e Andradas, especialmente nas propostas que articulam geologia, paisagem, águas termais e experiências relacionadas à produção agrícola. A interpretação

desses elementos pode integrar atividades de visitação voltadas ao conhecimento das características naturais do território, desde que acompanhada de informações técnicas adequadas.

O cicloturismo constitui outra atividade identificada no diagnóstico, com iniciativas que utilizam estradas rurais, caminhos e percursos associados ao relevo regional. Entre elas encontra-se a Rota do Vulcão, relacionada aos municípios de Andradas, Botelhos, Caldas, Ibitiúra de Minas, Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas. A presença desses itinerários evidencia possibilidades de articulação entre localidades e atrativos, especialmente quando os trajetos permitem associar ambientes naturais, áreas agrícolas e serviços de apoio ao visitante.

As práticas de turismo de aventura exigem condições específicas de planejamento e operação, relacionadas à natureza das atividades e aos riscos envolvidos. A existência de montanhas, cachoeiras, formações rochosas ou estradas rurais constitui uma referência inicial para a avaliação das possibilidades de uso turístico, mas a realização de atividades depende de condições adequadas de segurança, acessibilidade, sinalização, conservação ambiental e atendimento.

Nos espaços situados em propriedades particulares, também devem ser consideradas as autorizações necessárias para acesso e utilização. A organização de trilhas, percursos e atividades acompanhadas requer informações sobre características dos trajetos, dificuldades de deslocamento, condições ambientais e serviços disponíveis.

A preservação dos recursos naturais integra essa avaliação, especialmente em áreas ambientalmente sensíveis ou sujeitas a restrições de uso. O desenvolvimento de atividades turísticas nesses espaços deve observar as condições de conservação e a compatibilidade entre visitação e proteção ambiental.

Para o planejamento da IGR Caminhos Gerais, o turismo de natureza e aventura apresenta possibilidades de integração com o turismo rural, o cicloturismo e as experiências relacionadas à paisagem. A organização dessas atividades deverá considerar os recursos efetivamente disponíveis, as condições operacionais dos percursos e a participação dos responsáveis pelos atrativos, evitando divulgar como produtos estruturados iniciativas cuja viabilidade ou funcionamento regular ainda não tenham sido confirmados.

8.5 Turismo Histórico, Cultural e Religioso

O turismo histórico, cultural e religioso apresenta referências distribuídas pelos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais. O levantamento identificou igrejas, capelas, praças, edificações e conjuntos arquitetônicos, além de manifestações populares, celebrações religiosas e festividades tradicionais relacionadas às diferentes trajetórias de formação das localidades.

A distribuição desses bens e manifestações está vinculada à história da ocupação territorial, à organização das instituições religiosas e ao desenvolvimento dos núcleos urbanos e das comunidades rurais. Igrejas matrizes, capelas e espaços públicos integram a paisagem de diversos municípios, enquanto edificações e conjuntos arquitetônicos apresentam características associadas a distintos períodos de construção e transformação urbana. Esses elementos compõem parte dos recursos identificados para a visitação histórica e cultural.

As manifestações religiosas possuem presença expressiva no território, com registros de festividades de padroeiros, folias de reis, congadas, reinados e outras celebrações comunitárias. Parte dessas expressões conta com instrumentos formais de reconhecimento e proteção cultural, conforme os levantamentos de bens registrados apresentados no diagnóstico. As festas e celebrações possuem calendários específicos e formas próprias de organização, vinculadas às comunidades responsáveis por sua realização.

O aproveitamento turístico dessas manifestações deve considerar as condições em que ocorrem, respeitando seus significados religiosos, culturais e comunitários. A visitação relacionada às festas tradicionais envolve questões distintas daquelas associadas aos atrativos permanentes, especialmente quanto à periodicidade, à concentração de participantes, à utilização dos espaços públicos e à organização dos serviços necessários durante os eventos.

Os caminhos de peregrinação acrescentam outra dimensão ao turismo religioso regional. O levantamento identificou iniciativas como o Caminho da Fé e o Caminho de Aparecida, além de percursos de abrangência municipal ou intermunicipal associados à visitação de capelas, igrejas e outros espaços religiosos. Essas iniciativas apresentam possibilidades de articulação entre localidades e serviços turísticos, observadas as características e as condições de funcionamento de cada itinerário.

O patrimônio cultural material também constitui referência para a organização de percursos históricos. A identificação de edificações, conjuntos arquitetônicos e espaços urbanos permite avaliar possibilidades de visitação relacionadas à história municipal, às transformações da paisagem e às atividades sociais e econômicas desenvolvidas em diferentes períodos. A estruturação desses

percursos depende da disponibilidade dos bens, das condições de conservação, da acessibilidade e da existência de informações históricas adequadamente fundamentadas.

As ações de interpretação do patrimônio podem contribuir para a qualificação da visitação, por meio da apresentação de informações sobre a formação dos municípios, os usos históricos das edificações, as manifestações culturais e os agentes envolvidos nos processos de ocupação e transformação territorial. A elaboração desses conteúdos deve utilizar referências documentais verificadas e considerar as particularidades dos bens e das comunidades.

A integração do turismo histórico, cultural e religioso com os demais segmentos identificados na IGR Caminhos Gerais apresenta possibilidades de diversificação das experiências oferecidas aos visitantes. Percursos culturais podem ser associados a atividades gastronômicas, visitas a espaços produtivos, eventos e roteiros intermunicipais, desde que essas conexões sejam compatíveis com as condições de atendimento e com a organização das atividades envolvidas.

O fortalecimento desse segmento requer atenção à conservação dos bens, à participação das comunidades, à qualificação das informações destinadas aos visitantes e à organização dos serviços de apoio. As iniciativas de promoção devem considerar as diferenças entre os atrativos de visitação permanente, os espaços com acesso condicionado e as manifestações realizadas em datas específicas, preservando as características próprias do patrimônio cultural regional.

8.6 Turismo Rural, Gastronômico e de Experiência

As atividades agropecuárias ocupam posição relevante na configuração econômica e territorial da IGR Caminhos Gerais. A presença de propriedades rurais, lavouras, estabelecimentos de produção e beneficiamento de alimentos, além dos conhecimentos associados ao trabalho agrícola, constitui uma base importante para o desenvolvimento do turismo rural, gastronômico e de experiência.

A cafeicultura representa uma das principais atividades produtivas compartilhadas pelos municípios. As lavouras, as propriedades cafeeiras e os processos relacionados ao cultivo, à colheita, ao beneficiamento e à comercialização do café integram a paisagem e a economia regional. A produção de cafés especiais acrescenta possibilidades de organização de experiências destinadas à apresentação dos processos produtivos, à degustação e ao contato com os produtores.

O aproveitamento turístico dessas atividades pode envolver visitas acompanhadas às propriedades, apresentação das etapas de produção, demonstrações relacionadas ao beneficiamento e

à torra, degustações e comercialização de produtos. A organização dessas experiências depende da disponibilidade dos empreendimentos, das condições de recepção e do interesse dos responsáveis em desenvolver atividades voltadas aos visitantes.

A vitivinicultura também integra a diversidade produtiva regional, com destaque para Andradas e outras localidades identificadas no diagnóstico. A produção de uvas e vinhos apresenta relações com a história agrícola, os estabelecimentos produtivos e as transformações técnicas ocorridas no setor. As vinícolas e as atividades relacionadas à elaboração dos vinhos constituem referências para experiências que envolvem visitas aos espaços de produção, apresentação dos processos produtivos e degustações.

Entre as transformações técnicas relacionadas à vitivinicultura regional, destaca-se a contribuição da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) para o desenvolvimento e a difusão da técnica da dupla poda. Pesquisada a partir do início dos anos 2000, essa técnica possibilitou deslocar a colheita das uvas para o inverno, período que apresenta condições climáticas favoráveis à elaboração de determinados vinhos finos. A inovação integrou o desenvolvimento da vitivinicultura de inverno em Minas Gerais e constitui uma referência técnica para a compreensão da produção vitivinícola contemporânea.

As características ambientais do território também participam da organização das atividades agrícolas. A diversidade de solos, altitudes e condições climáticas, incluindo áreas relacionadas à formação geológica do Planalto de Poços de Caldas, está associada às diferentes condições de produção existentes na região. No turismo rural e de experiência, essas características podem integrar atividades de apresentação das práticas agrícolas e dos processos de produção, desde que as informações oferecidas sejam compatíveis com as especificidades de cada propriedade e produto.

A gastronomia regional reúne produtos, preparações e conhecimentos culinários presentes nos municípios da IGR Caminhos Gerais. Além dos cafés e vinhos, destacam-se os queijos, doces artesanais, quitandas, mel e outras preparações da culinária mineira. Esses alimentos aparecem vinculados à produção agrícola, aos estabelecimentos comerciais, às atividades familiares e às manifestações culturais identificadas no território.

Parte dos saberes e modos de fazer associados à alimentação possui reconhecimento formal como patrimônio cultural imaterial. Outros permanecem relacionados às práticas culinárias familiares, à produção artesanal e às atividades comerciais locais. A valorização turística dessas

referências deve considerar as características dos produtos, seus processos de elaboração e os agentes responsáveis por sua produção.

As experiências gastronômicas podem envolver degustações, visitas a estabelecimentos produtores, demonstrações culinárias, comercialização de alimentos e atividades que apresentem as relações entre produção agrícola e culinária regional. A participação dos produtores e empreendedores é essencial para definir as formas de atendimento, a periodicidade das atividades e as condições necessárias à recepção de visitantes.

O diagnóstico também identificou iniciativas de roteirização relacionadas à cafeicultura, à produção de alimentos e às experiências rurais. Esses percursos apresentam diferentes abrangências e condições de organização, incluindo propostas municipais e iniciativas que estabelecem conexões entre propriedades, atrativos e estabelecimentos de alimentação.

A estruturação do turismo rural, gastronômico e de experiência exige distinguir os empreendimentos que já recebem visitantes daqueles cuja atividade permanece exclusivamente produtiva ou comercial. A existência de uma propriedade cafeeira, vinícola, queijaria ou estabelecimento produtor de alimentos não significa, por si, a disponibilidade de visitas, degustações ou atividades programadas.

O planejamento regional deverá considerar o interesse dos produtores, a disponibilidade dos estabelecimentos, as condições de acesso, a segurança, a capacidade de atendimento e a organização operacional das experiências. Também deverão ser observadas as possibilidades de articulação com hospedagem, alimentação, agências e demais serviços turísticos.

A presença da cafeicultura, da vitivinicultura e da gastronomia em diferentes municípios constitui uma referência para propostas de integração regional, especialmente por meio de itinerários que apresentem características produtivas e culturais específicas das localidades. O desenvolvimento dessas iniciativas poderá contribuir para diversificar a oferta turística, ampliar a participação dos produtores e estabelecer conexões entre as atividades agrícolas e os serviços destinados aos visitantes.

8.7 Turismo de Saúde, Bem-Estar e Águas Termais

O aproveitamento das águas minerais e termais constitui uma característica histórica da atividade turística em parte do território da IGR Caminhos Gerais, especialmente nos municípios de Poços de Caldas e Caldas. A presença desses recursos naturais está associada ao desenvolvimento de equipamentos, serviços e espaços de visitação que integram a formação e a trajetória turística dessas localidades.

Em Poços de Caldas, a utilização das águas termais relaciona-se à constituição de estabelecimentos voltados aos banhos e às práticas termais, integrados ao desenvolvimento urbano e turístico do município. Os equipamentos históricos e os espaços públicos associados às fontes compõem parte do patrimônio edificado e da oferta turística local. Em Caldas, as águas minerais e termais também constituem referências da história municipal e das atividades relacionadas à visitação e ao bem-estar.

A presença desses recursos estabelece possibilidades de articulação entre atividades termais, patrimônio histórico, paisagens naturais, gastronomia e experiências de descanso e lazer. Essa integração pode contribuir para a diversificação dos itinerários turísticos, respeitando as características dos equipamentos existentes e as condições de funcionamento dos serviços oferecidos.

A formação geológica do Planalto de Poços de Caldas acrescenta uma referência territorial à organização dessas experiências. A Rota Vulcânica, lançada em 2025 e relacionada aos municípios de Andradas, Caldas e Poços de Caldas, articula elementos associados à geologia, às águas termais, às paisagens naturais, à gastronomia e à vitivinicultura.

O segmento apresenta distribuição territorial concentrada, diferentemente de atividades como a cafeicultura e o turismo rural, identificadas em maior número de municípios. Essa particularidade deve ser considerada na definição de estratégias regionais, especialmente na organização de percursos que combinem atrativos termais com outras experiências disponíveis no território.

As ações de promoção relacionadas ao turismo de saúde e bem-estar devem distinguir as atividades de lazer, descanso e utilização turística das águas dos serviços de natureza terapêutica ou de saúde. A divulgação de propriedades medicinais, indicações terapêuticas e procedimentos especializados exige fundamentação técnica e observância das normas aplicáveis.

No planejamento da IGR Caminhos Gerais, as águas minerais e termais constituem um componente específico da oferta turística, com possibilidades de integração aos demais segmentos

identificados. A qualificação das informações sobre os equipamentos, serviços disponíveis, condições de acesso e formas de atendimento é necessária para a organização de experiências compatíveis com as características e a estrutura existente em cada município.

8.8 Turismo de Eventos e Manifestações Culturais

O levantamento dos eventos turísticos e manifestações culturais da IGR Caminhos Gerais identificou 91 registros distribuídos entre os 14 municípios. O conjunto compreende festas religiosas, festivais gastronômicos e culturais, eventos esportivos, exposições agropecuárias, feiras comerciais e celebrações tradicionais, evidenciando a diversidade das programações realizadas no território.

Os eventos apresentam relações com as atividades econômicas, as manifestações culturais e as tradições religiosas dos municípios. Festividades de padroeiros, congadas, folias de reis e outras celebrações comunitárias integram o calendário cultural regional, enquanto festivais relacionados ao café, ao vinho e à gastronomia estabelecem conexões com a produção agrícola e os alimentos característicos das localidades.

Também foram identificados encontros de carreiros e cavaleiros, festivais literários e artísticos, eventos esportivos e atividades vinculadas à produção e ao comércio municipal. Essas iniciativas apresentam diferentes formatos, abrangências e periodicidades, reunindo programações que podem atender tanto às comunidades locais quanto aos visitantes de outros municípios.

A realização de eventos constitui uma oportunidade de articulação entre manifestações culturais e serviços turísticos, especialmente quando a programação mobiliza deslocamentos e demanda hospedagem, alimentação, transporte e outros atendimentos. A dimensão desses efeitos depende das características de cada atividade, do público participante, da duração dos eventos e da estrutura disponível nos destinos.

As festividades associadas às atividades produtivas apresentam possibilidades específicas de integração com o turismo rural e gastronômico. Eventos relacionados ao café, ao vinho e à culinária regional podem reunir apresentações culturais, comercialização de produtos, degustações e atividades de divulgação da produção local. A articulação com os empreendimentos e produtores participantes deve considerar a programação efetivamente realizada e as condições disponíveis para atendimento.

As celebrações religiosas e manifestações tradicionais exigem atenção às formas próprias de organização comunitária. A participação de visitantes nesses eventos deve respeitar as práticas

religiosas, os significados culturais e os responsáveis pela realização das atividades. A divulgação turística deve apresentar informações corretas sobre datas, locais, programação e condições de participação, observando eventuais alterações nos calendários.

O conjunto de 91 registros constitui uma referência para a organização de um calendário regional de eventos. A sistematização dessas informações pode favorecer a divulgação antecipada das programações, a articulação entre municípios e a identificação de períodos com maior concentração de atividades.

Para o planejamento regional, torna-se importante manter informações atualizadas sobre os eventos, incluindo responsáveis, datas, locais, periodicidade, características da programação e serviços disponíveis. A organização de um calendário compartilhado também poderá contribuir para evitar sobreposições indesejadas de iniciativas que dependam dos mesmos serviços ou públicos, quando houver possibilidade de articulação entre os organizadores.

A avaliação dos resultados das programações requer informações sobre participação, procedência dos visitantes, utilização dos serviços turísticos e efeitos econômicos locais. O levantamento dos eventos identifica sua presença no território, mas não constitui, isoladamente, uma mensuração de seus resultados turísticos.

O turismo de eventos e manifestações culturais integra, assim, a oferta regional por meio de atividades que relacionam as tradições, a produção econômica e as programações contemporâneas dos municípios. A organização das informações, a participação dos agentes responsáveis e a integração com os serviços de atendimento constituem aspectos relevantes para sua valorização no planejamento da IGR Caminhos Gerais.

8.9 Estruturação da Oferta e Condições de Atendimento ao Visitante

A estruturação da oferta turística regional depende das condições de funcionamento dos atrativos e da disponibilidade de serviços e equipamentos necessários à recepção, ao deslocamento e à permanência dos visitantes. Os levantamentos realizados nos capítulos anteriores contemplaram meios de hospedagem, estabelecimentos de alimentação, agências e operadores de turismo, profissionais de guiamento, serviços receptivos e componentes da infraestrutura de apoio.

A distribuição territorial desses serviços apresenta diferenças entre os municípios da IGR Caminhos Gerais. Determinadas localidades concentram maior número de estabelecimentos e

profissionais formalmente identificados, enquanto outras apresentam oferta mais restrita ou vinculada a atividades específicas. Essa configuração influencia a organização dos itinerários e as possibilidades de atendimento, especialmente nas propostas de visitação que envolvem deslocamentos entre diferentes municípios.

O levantamento do Cadastur identificou 74 guias de turismo cadastrados em cinco municípios da região. Desse total, 61 estavam vinculados a Poços de Caldas, correspondendo a aproximadamente 82,4% dos registros. Os demais profissionais cadastrados estavam distribuídos entre Andradas, Machado, Caldas e Poço Fundo. Os dados evidenciam a concentração territorial dos registros formais de guiamento, sem representar necessariamente a totalidade das modalidades de condução de visitantes existentes nos municípios.

Também foram identificadas oito agências de turismo receptivo participantes do programa Minas Recebe em 2026, distribuídas entre Poços de Caldas, Andradas e Caldas. A presença desses empreendimentos constitui uma referência para a organização de experiências, a articulação de serviços e a operação de roteiros turísticos. Sua participação em iniciativas intermunicipais deverá considerar as atividades efetivamente oferecidas, a abrangência de atuação e as condições operacionais de cada estabelecimento.

Os meios de hospedagem representam outro componente relevante da estrutura turística regional. O diagnóstico identificou diferenças expressivas na distribuição dos estabelecimentos, das unidades habitacionais e dos leitos entre os municípios. A concentração de parte significativa dessa estrutura em Poços de Caldas deve ser considerada na organização de roteiros que envolvam localidades com menor disponibilidade de hospedagem.

A presença de estabelecimentos de alimentação também interfere nas condições de permanência e circulação dos visitantes. Restaurantes, cafés, bares e outros serviços relacionados à gastronomia podem atender às demandas dos roteiros e integrar experiências vinculadas à produção regional. A utilização desses estabelecimentos em propostas de visitação organizada depende de informações sobre localização, funcionamento, capacidade de atendimento, acessibilidade e disponibilidade dos serviços.

As condições de mobilidade constituem outro aspecto da estruturação da oferta. O deslocamento entre municípios, os acessos aos atrativos rurais e naturais e a existência de transporte adequado influenciam a viabilidade de itinerários turísticos. Percursos que envolvem diferentes

localidades exigem informações sobre distâncias, condições das vias, duração dos deslocamentos e disponibilidade de serviços de apoio.

A análise da infraestrutura realizada no diagnóstico também contempla aspectos relacionados à segurança, saúde e conectividade. Esses componentes devem ser considerados na organização das atividades turísticas, especialmente em áreas rurais, ambientes naturais e localidades onde determinados serviços apresentam distribuição territorial limitada.

A acessibilidade integra essa avaliação, abrangendo as condições de utilização dos serviços, equipamentos e atrativos por diferentes perfis de visitantes. A identificação de estruturas acessíveis e de eventuais limitações de atendimento é necessária para a divulgação adequada das experiências e para a definição de medidas de qualificação.

A integração regional apresenta possibilidades de organização de roteiros que utilizem a infraestrutura de diferentes municípios. Destinos com maior concentração de hospedagem, alimentação e serviços receptivos podem estabelecer conexões operacionais com localidades que disponham de atrativos naturais, culturais ou rurais, respeitadas as condições de visitação e a participação dos empreendimentos envolvidos.

A organização dessas relações deverá considerar a participação dos agentes locais e a distribuição das oportunidades econômicas associadas à atividade turística. A inclusão de municípios em roteiros regionais deve ser acompanhada da avaliação das possibilidades de utilização de seus serviços, comercialização de produtos e participação dos empreendedores e produtores locais.

A estruturação da oferta requer, portanto, informações atualizadas e articuladas sobre atrativos, serviços, equipamentos e infraestrutura. A identificação das condições operacionais de cada município constitui uma referência para a definição de prioridades de qualificação, para a organização dos itinerários e para o desenvolvimento de propostas turísticas compatíveis com a capacidade de atendimento existente.

8.10 Integração Regional por Meio de Rotas, Roteiros e Experiências

As rotas, os roteiros e os caminhos turísticos constituem instrumentos de articulação territorial da oferta identificada na IGR Caminhos Gerais. Sua organização pode estabelecer conexões entre atrativos, serviços, empreendimentos e localidades, considerando características geográficas, históricas, culturais e produtivas compartilhadas pelos municípios.

O diagnóstico identificou iniciativas relacionadas ao turismo religioso, à natureza, ao cicloturismo, à produção rural e à gastronomia, com abrangências municipais e intermunicipais. Esses percursos apresentam diferentes níveis de estruturação e formas de organização, incluindo itinerários divulgados institucionalmente, iniciativas reconhecidas e propostas de experiências vinculadas a empreendimentos específicos.

Entre as iniciativas identificadas, destacam-se as seguintes.

- Rota Vulcânica – Lançada em 2025, contempla Andradas, Caldas e Poços de Caldas, estabelecendo uma proposta de articulação territorial relacionada à formação geológica do Planalto de Poços de Caldas, às águas termais, às paisagens naturais, à gastronomia e à tradição vitivinícola.

- Rota do Vulcão – Cicloturismo – Percurso associado ao cicloturismo e às paisagens regionais, envolvendo Andradas, Botelhos, Caldas, Ibitiúra de Minas, Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas. A iniciativa utiliza referências territoriais e ambientais relacionadas às atividades de deslocamento por bicicleta.

- Caminho da Fé – Percurso de peregrinação religiosa que apresenta conexões com o território da IGR Caminhos Gerais, especialmente por meio de Andradas e das localidades vinculadas aos ramais e às ligações regionais identificadas no levantamento.

- Caminho de Aparecida – Iniciativa de peregrinação religiosa identificada no diagnóstico com relação aos municípios de Machado e Carvalhópolis.

- Rotas e roteiros municipais – Compreendem iniciativas como o Circuito Café Além da Xícara, em Cabo Verde, e a Rota Caminhos do Bem, em Poço Fundo, além de percursos relacionados a capelas, cachoeiras, vinícolas, experiências rurais e outros atrativos identificados nos municípios.

A presença desses itinerários constitui uma referência para a articulação regional e para a organização de experiências que integrem diferentes localidades. A diversidade temática dos percursos demonstra possibilidades de associação entre atividades religiosas, paisagens naturais, produção agrícola, gastronomia e patrimônio cultural.

As iniciativas existentes apresentam condições distintas de operação, exigindo atenção à disponibilidade dos atrativos, à organização dos serviços e às informações oferecidas aos visitantes. O levantamento identificou propostas estruturadas e percursos divulgados institucionalmente cuja continuidade operacional, disponibilidade atual ou comercialização ainda necessita de confirmação.

A avaliação dessas condições deve contemplar os responsáveis pela organização dos roteiros, os estabelecimentos participantes, os acessos, as características dos deslocamentos, a necessidade de agendamento e a disponibilidade de serviços de apoio. Nos percursos que envolvem atrativos naturais ou propriedades particulares, também devem ser observadas as condições de segurança e as autorizações necessárias à visitação.

A integração turística regional pode ser desenvolvida a partir do fortalecimento das iniciativas identificadas, mediante atualização das informações, qualificação dos serviços e ampliação da participação dos empreendimentos locais. A organização de novos itinerários deverá considerar sua complementaridade com os percursos existentes e a viabilidade das experiências propostas.

A articulação entre municípios apresenta possibilidades de diversificação das atividades oferecidas aos visitantes. Itinerários podem combinar diferentes referências territoriais, como paisagens naturais, bens culturais, produção cafeeira, vitivinicultura e gastronomia, desde que os atrativos e serviços envolvidos apresentem condições compatíveis de atendimento.

A estruturação dessas experiências também depende da definição de responsabilidades entre os agentes participantes. Administrações municipais, empreendimentos turísticos, produtores rurais, agências receptivas e demais prestadores de serviços possuem atribuições distintas na organização dos produtos, no atendimento aos visitantes e na divulgação das atividades.

As ações de promoção regional deverão utilizar informações verificadas sobre os roteiros, distinguindo iniciativas em funcionamento, propostas de organização e percursos cuja situação operacional ainda esteja em avaliação. Essa diferenciação é necessária para assegurar a correspondência entre as experiências divulgadas e os serviços efetivamente disponíveis.

O acompanhamento dos resultados das rotas e roteiros constitui outro aspecto importante para o planejamento. Informações sobre fluxo de visitantes, permanência, utilização de hospedagem, consumo de produtos e serviços e participação dos empreendimentos podem contribuir para avaliar o desempenho das iniciativas e orientar seu aperfeiçoamento.

A integração regional por meio de itinerários turísticos deverá, assim, considerar a diversidade da oferta, as condições de estruturação existentes e a participação dos agentes locais. O fortalecimento das iniciativas identificadas poderá contribuir para ampliar as conexões entre os municípios e organizar experiências compatíveis com as características naturais, culturais e produtivas da IGR Caminhos Gerais.

8.11 Principais Lacunas e Desafios Identificados

A análise da oferta turística da IGR Caminhos Gerais identificou diferenças nas condições de organização dos atrativos, na disponibilidade de serviços e equipamentos e na estruturação das experiências oferecidas aos visitantes. Esses aspectos constituem referências para o estabelecimento de prioridades no planejamento estratégico regional, considerando as particularidades dos municípios e as necessidades identificadas nos levantamentos.

Uma das principais questões refere-se à relação entre a disponibilidade de recursos turísticos e sua organização para visitação. O diagnóstico reúne atrativos naturais, culturais, religiosos e rurais em diferentes condições de acesso, funcionamento e atendimento. Parte desses recursos apresenta possibilidades de aproveitamento turístico que dependem de avaliação das condições operacionais, da participação dos responsáveis e da identificação de eventuais necessidades de qualificação.

A distribuição territorial dos serviços constitui outro aspecto relevante. A concentração de guias de turismo formalmente cadastrados e de agências receptivas em um número reduzido de municípios demonstra diferenças na estrutura de atendimento identificada no levantamento. Essa configuração deverá ser considerada nas propostas de integração regional, especialmente na organização de roteiros que envolvam localidades com menor disponibilidade de profissionais e empreendimentos especializados.

A atualização e a sistematização das informações sobre atrativos e serviços representam uma necessidade identificada ao longo do diagnóstico. Em parte da oferta levantada, ainda são necessárias confirmações sobre horários de funcionamento, contatos, condições de acesso, capacidade de atendimento, disponibilidade de visitas e procedimentos de agendamento. Essas informações são fundamentais para a divulgação adequada das experiências e para sua utilização por visitantes, agências e operadores.

A ausência de dados padronizados de visitação também limita a avaliação do desempenho turístico regional. Informações sobre fluxo de visitantes, procedência, permanência, utilização dos serviços e participação em eventos são necessárias para acompanhar a atividade turística nos municípios e compreender sua contribuição econômica. A organização de mecanismos compartilhados de levantamento e acompanhamento desses indicadores constitui uma possibilidade a ser considerada no planejamento da IGR Caminhos Gerais.

No turismo rural e gastronômico, destaca-se a necessidade de diferenciar os empreendimentos produtivos das experiências efetivamente organizadas para visitantes. A presença de propriedades cafeeiras, vinícolas, estabelecimentos produtores de alimentos e atividades agrícolas oferece referências para o desenvolvimento de iniciativas turísticas, mas sua estruturação depende do interesse dos responsáveis, das condições de recepção e da organização dos serviços necessários.

As condições de deslocamento entre municípios e atrativos também interferem na viabilidade das propostas regionais. A organização de itinerários exige informações sobre acessos, distâncias, características das vias, duração dos percursos e disponibilidade de serviços de apoio. Em áreas rurais e ambientes naturais, devem ser consideradas as condições de segurança, sinalização e acessibilidade, além das restrições eventualmente existentes.

A preservação dos recursos naturais e culturais constitui uma dimensão essencial do aproveitamento turístico. A ampliação das atividades de visitação deve observar as condições ambientais dos espaços utilizados, a conservação dos bens culturais e as formas de organização das manifestações tradicionais. A participação das comunidades e dos responsáveis pelos atrativos é necessária para a definição de iniciativas compatíveis com as características desses recursos.

A integração regional exige, ainda, articulação entre administrações municipais, entidades representativas, empreendedores, produtores rurais, prestadores de serviços e demais agentes envolvidos na atividade turística. A existência de recursos e experiências em diferentes municípios constitui uma base para a organização de propostas conjuntas, cuja implementação depende da definição de responsabilidades, da disponibilidade dos participantes e das condições efetivas de operação.

As diferenças identificadas entre os municípios indicam a necessidade de estratégias compatíveis com suas respectivas condições de desenvolvimento turístico. As ações destinadas à qualificação de serviços existentes apresentam necessidades distintas daquelas voltadas à organização inicial de atrativos ou à avaliação de potencialidades ainda não estruturadas. O planejamento deverá considerar essas particularidades na definição das prioridades e dos instrumentos de acompanhamento.

O conjunto de questões identificadas orienta a elaboração de propostas relacionadas à organização da oferta, à qualificação dos serviços, à atualização das informações turísticas, à integração de roteiros e ao monitoramento dos resultados. A definição dessas ações deverá considerar

as condições efetivamente levantadas e estabelecer critérios de acompanhamento que possibilitem avaliar os avanços alcançados no território da IGR Caminhos Gerais.

8.12 Oportunidades Estratégicas para o Desenvolvimento Regional

A análise integrada dos levantamentos permite reconhecer oportunidades que podem orientar as futuras diretrizes e ações da IGR Caminhos Gerais.

Eixo de oportunidade	Possibilidades de desenvolvimento
Integração territorial	Fortalecer a articulação entre municípios, atrativos, experiências e serviços turísticos, favorecendo a organização de roteiros intermunicipais.
Turismo rural e de experiência	Identificar produtores e empreendimentos interessados na recepção de visitantes, apoiando a organização de experiências relacionadas ao café, à gastronomia e às atividades agrícolas.
Valorização cultural e religiosa	Promover a preservação e a interpretação do patrimônio, respeitando as características das manifestações tradicionais e ampliando sua integração com a visitação turística.
Natureza e paisagem	Identificar atrativos prioritários para qualificação considerando acesso, segurança, conservação, sinalização e condições de visitação.
Gastronomia e produção associada	Valorizar produtos e modos de fazer locais, fortalecer a identidade alimentar regional e estimular sua integração com experiências, roteiros e festivais gastronômicos.
Rotas e roteiros existentes	Avaliar o funcionamento das iniciativas mapeadas e identificar oportunidades de ampliação, qualificação e articulação entre operadores e municípios. Estimular a criação de novas rotas.
Serviços turísticos	Fortalecer a integração entre hospedagem, alimentação, guiamento, receptivos, produtores e demais prestadores de serviços.
Informação e promoção	Organizar informações confiáveis e atualizadas sobre atrativos, experiências, calendário de eventos e serviços disponíveis.
Monitoramento da atividade	Desenvolver procedimentos compartilhados para coleta de dados de visitação, origem dos visitantes, permanência e movimentação turística.
Governança e parcerias	Ampliar a articulação entre municípios, iniciativa privada, produtores rurais, instituições de ensino, entidades de apoio e organizações culturais.

Fonte: Elaboração própria, a partir da análise dos levantamentos da oferta turística da IGR Caminhos Gerais, 2026.

As oportunidades identificadas demonstram que o fortalecimento do turismo regional não depende exclusivamente da criação de novos atrativos. Parte importante do desenvolvimento poderá ocorrer por meio da organização, qualificação e integração de elementos que já fazem parte da realidade dos municípios.

Nesse sentido, a atuação da IGR poderá contribuir para aproximar iniciativas municipais, estimular parcerias e promover uma visão compartilhada sobre o aproveitamento turístico do território.

A priorização dessas oportunidades deverá considerar critérios como relevância cultural e turística, condições de acesso, capacidade de atendimento, interesse dos atores envolvidos, viabilidade de implementação e possibilidade de geração de benefícios para as comunidades locais.

8.13 Síntese da Análise da Oferta Turística Regional

A análise da oferta turística evidencia que a IGR Caminhos Gerais dispõe de uma base diversificada de recursos naturais, culturais, históricos, religiosos, rurais e gastronômicos, além de eventos, rotas e experiências que contribuem para caracterizar o território.

A principal potencialidade regional está na complementaridade entre as características dos municípios, permitindo associar paisagens naturais, águas termais, patrimônio cultural, religiosidade, produção agrícola, gastronomia e experiências rurais em propostas integradas de visitação.

Destaca-se também a possibilidade de construir uma identidade turística regional que valorize tanto os elementos compartilhados, como a cultura mineira, a hospitalidade, a cafeicultura e as tradições rurais, quanto os diferenciais específicos de cada município.

Entretanto, a diversidade de recursos identificados não corresponde, necessariamente, a uma oferta turística integralmente estruturada. A consolidação das potencialidades depende de condições operacionais, serviços de apoio, qualificação, organização das experiências, informações confiáveis e articulação entre os diferentes atores do turismo.

A concentração de determinados serviços em poucos municípios, a necessidade de complementação de informações operacionais e a ausência de indicadores padronizados de demanda demonstram a importância de avançar no processo de estruturação e monitoramento regional.

Dessa forma, o principal desafio da IGR Caminhos Gerais consiste em transformar a diversidade de recursos e iniciativas existentes em uma oferta turística integrada, acessível, organizada e capaz de gerar benefícios para os municípios e suas comunidades.



Cachoeira em Ibitiúra de Minas. Acervo Caminhos Gerais.

CAPÍTULO 9 - LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES JUNTO AOS ATORES DO TURISMO

O levantamento de informações junto aos atores do turismo integra as atividades de diagnóstico desenvolvidas para a elaboração do Planejamento Estratégico da Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais. Em complementação à pesquisa documental e ao mapeamento da oferta turística, foram elaborados três formulários destinados a reunir informações sobre a gestão municipal, a atuação dos profissionais e empreendimentos do setor e os recursos institucionais disponíveis para apoiar o desenvolvimento do turismo nos municípios integrantes da região.

A pesquisa foi organizada considerando as diferentes atribuições e formas de participação desses agentes na atividade turística. Os instrumentos contemplaram questões relativas às condições locais de desenvolvimento do turismo, aos serviços e experiências oferecidos aos visitantes, às dificuldades enfrentadas pelos profissionais e gestores e às possibilidades de cooperação com instituições que desenvolvem programas, produtos e serviços relacionados ao setor.

Foram elaborados três instrumentos de pesquisa, com públicos e objetivos específicos.

Diagnóstico Municipal

Destinado aos gestores e representantes municipais do turismo dos 14 municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais. O formulário aborda a organização e as condições da gestão municipal do turismo, os desafios enfrentados pelas administrações locais, as necessidades identificadas e as prioridades relacionadas ao desenvolvimento da atividade turística em cada município.

Diagnóstico dos Guias de Turismo, Receptivos e Operadores de Experiências

Direcionado aos guias de turismo, às agências de receptivo e aos profissionais e empreendimentos responsáveis pela organização de experiências turísticas na região. O levantamento reúne informações sobre as características de atuação desses agentes, os serviços e experiências oferecidos, as dificuldades encontradas no exercício de suas atividades e as oportunidades de fortalecimento da oferta turística regional.

Mapeamento de Produtos, Programas e Serviços das Entidades Parceiras

Voltado às instituições de ensino, às entidades integrantes do Sistema S, à EMATER e às demais organizações que atuam ou possuem condições de contribuir para o desenvolvimento do turismo regional. O instrumento identifica os municípios atendidos, os produtos, programas e serviços disponibilizados por essas instituições e as possibilidades de estabelecimento de parcerias para apoiar as iniciativas da IGR Caminhos Gerais.

A organização dos levantamentos em três instrumentos contempla as atribuições do poder público municipal, a experiência dos profissionais e empreendimentos que atuam diretamente na prestação de serviços turísticos e a capacidade de apoio técnico e institucional das entidades parceiras. Essas informações contribuem para relacionar as necessidades identificadas nos municípios às condições de atuação dos agentes envolvidos e aos recursos institucionais existentes na região.

Os resultados da pesquisa deverão subsidiar a análise dos desafios compartilhados pelos municípios, a identificação de demandas específicas e a definição de prioridades para o planejamento regional. Também servirão de referência para a articulação de parcerias e a proposição de ações voltadas à organização, à qualificação e ao desenvolvimento da atividade turística no âmbito da IGR Caminhos Gerais.

9.1 Diagnóstico Municipal – Análise dos Resultados

O formulário *Diagnóstico Municipal* foi aplicado aos representantes dos 14 municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais, com o propósito de levantar informações sobre a organização da gestão pública do turismo, as condições de desenvolvimento da atividade em cada localidade e os principais desafios enfrentados pelas administrações municipais. A pesquisa também contemplou a identificação de potencialidades, necessidades e prioridades, além das percepções dos gestores sobre a atuação da IGR e as perspectivas de desenvolvimento turístico regional.

O questionário foi estruturado em seções temáticas, abrangendo a identificação dos municípios, a organização administrativa e a governança do turismo, os instrumentos de planejamento e as políticas públicas municipais, a identidade territorial e os produtos turísticos. Foram igualmente abordadas as condições de infraestrutura, a demanda turística, as prioridades de investimento e a participação dos municípios nas iniciativas da IGR Caminhos Gerais. As questões relativas ao

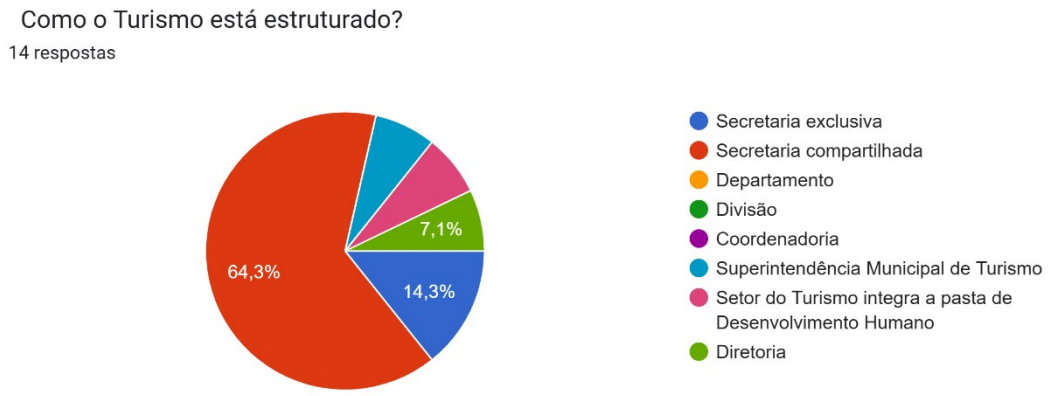
posicionamento turístico e à visão de futuro buscaram reunir as perspectivas dos representantes municipais acerca das possibilidades de desenvolvimento da atividade e de integração regional.

A sistematização das respostas foi organizada por temas, considerando as informações apresentadas pelos municípios e as diferenças identificadas em suas estruturas administrativas, condições de planejamento e prioridades de atuação. Os resultados constituem uma das bases do diagnóstico regional, contribuindo para a identificação de necessidades compartilhadas, particularidades municipais e questões que deverão orientar a definição das estratégias e ações do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais.

9.2 Gestão Pública e Governança do Turismo

A análise da gestão pública e da governança do turismo examinou a organização institucional da atividade nas administrações municipais, com atenção às estruturas administrativas responsáveis pelo setor, à disponibilidade de servidores e aos recursos orçamentários destinados ao turismo. O levantamento também contemplou os instrumentos de participação e governança municipal, especialmente a existência e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) e dos Fundos Municipais de Turismo (FUMTUR).

As informações reunidas neste bloco foram destinadas à caracterização das condições institucionais de gestão do turismo nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais, considerando as diferenças de estrutura administrativa, capacidade de pessoal, disponibilidade orçamentária e organização dos mecanismos de governança. A análise desses aspectos integra o diagnóstico das condições municipais para o planejamento, a execução e o acompanhamento das políticas públicas de turismo.



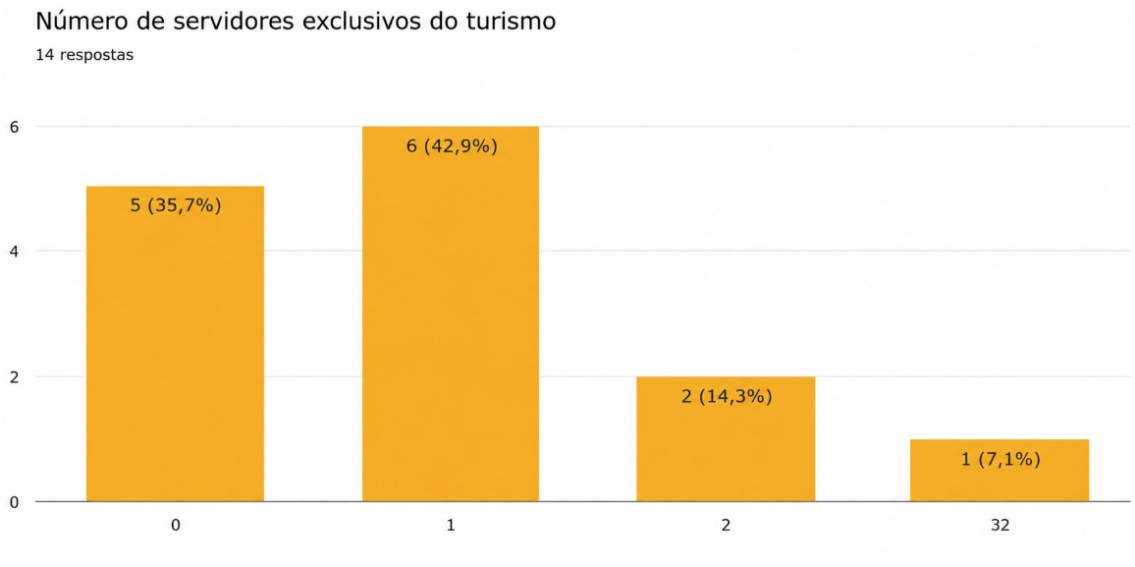
Os resultados do Diagnóstico Municipal evidenciam o predomínio de estruturas administrativas compartilhadas na gestão pública do turismo na IGR Caminhos Gerais. Dos 14 municípios participantes, nove (64,3%) informaram que a atividade está vinculada a secretarias responsáveis também por outras áreas da administração municipal. Apenas dois municípios (14,3%) possuem secretaria exclusiva de turismo. Nos três restantes (21,4%), a gestão está organizada por meio de uma Superintendência Municipal de Turismo, de um setor integrado à pasta de Desenvolvimento Humano e de uma diretoria, cada modalidade representando 7,1% das respostas.

Essa distribuição revela diferenças na posição institucional ocupada pelo turismo nas administrações municipais. A predominância de secretarias compartilhadas indica que, na maior parte da região, a condução das políticas públicas de turismo está inserida em estruturas com atribuições administrativas abrangentes. Nesses casos, a organização das atividades, a definição de prioridades e a execução das ações turísticas precisam ser conciliadas com as demandas das demais áreas vinculadas à mesma secretaria.

A existência de secretarias exclusivas em dois municípios evidencia uma configuração administrativa específica para o setor, enquanto a presença de superintendência, diretoria e setor vinculado a outra pasta demonstra a diversidade de arranjos institucionais adotados na região. Essas diferenças devem ser consideradas no planejamento estratégico, especialmente na definição de responsabilidades, nos mecanismos de articulação intermunicipal e na organização das ações coordenadas pela IGR Caminhos Gerais.

A estrutura administrativa, isoladamente, não determina a capacidade de atuação dos municípios. A avaliação das condições efetivas de gestão exige sua articulação com os demais

resultados do diagnóstico, particularmente aqueles relacionados à disponibilidade de servidores, aos recursos orçamentários, ao planejamento municipal e ao funcionamento dos instrumentos de governança. A análise conjunta desses aspectos contribuirá para identificar as necessidades de fortalecimento institucional e orientar iniciativas de apoio técnico e cooperação entre os municípios.



Os resultados do Diagnóstico Municipal evidenciam diferenças expressivas na disponibilidade de servidores dedicados exclusivamente à gestão do turismo na IGR Caminhos Gerais. Dos 14 municípios participantes, cinco (35,7%) informaram não possuir profissionais exclusivos para o setor, enquanto seis (42,9%) contam com apenas um servidor. Outros dois municípios (14,3%) dispõem de dois profissionais, e somente um (7,1%) declarou possuir uma equipe de 32 servidores vinculados exclusivamente à atividade turística.

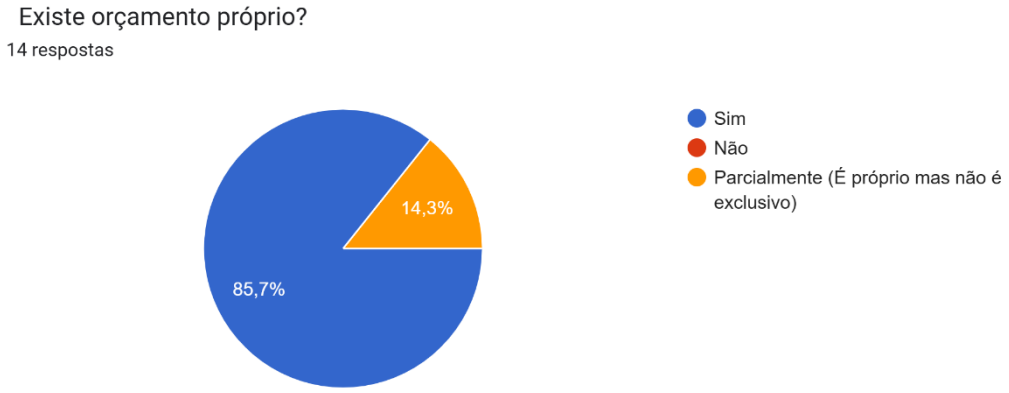
A distribuição demonstra que 11 dos 14 municípios (78,6%) não possuem servidores exclusivos ou contam com apenas um profissional dedicado ao turismo. Considerando também aqueles que dispõem de dois servidores, verifica-se que 13 municípios (92,9%) apresentam estruturas de pessoal com, no máximo, dois profissionais exclusivos. Esse resultado caracteriza uma concentração de equipes reduzidas na maior parte da região, acompanhada de uma diferença acentuada em relação ao único município que declarou possuir 32 servidores.

A desigualdade na composição das equipes constitui um aspecto relevante para o planejamento regional. Nos municípios com poucos profissionais, a gestão do turismo precisa conciliar atividades administrativas, elaboração e acompanhamento de projetos, articulação com empreendimentos e instituições, organização de informações e execução das políticas públicas

municipais. A disponibilidade limitada de pessoal pode restringir a capacidade de atendimento simultâneo dessas atribuições, especialmente quando associada a estruturas administrativas compartilhadas com outras áreas da gestão pública.

A existência de um município com 32 servidores exclusivos evidencia uma configuração institucional distinta daquela observada nos demais integrantes da IGR. Entretanto, a quantidade de profissionais, isoladamente, não constitui indicador suficiente da capacidade operacional, pois a avaliação das condições de gestão também depende das atribuições exercidas, da qualificação das equipes, da disponibilidade de recursos financeiros e dos instrumentos de planejamento existentes.

Os resultados indicam a importância de considerar a diversidade das estruturas municipais na definição das ações estratégicas da IGR Caminhos Gerais. O fortalecimento da cooperação intermunicipal, a oferta de apoio técnico e a qualificação dos profissionais constituem possibilidades de atuação regional, particularmente para os municípios com equipes reduzidas. A organização de iniciativas compartilhadas poderá contribuir para apoiar a execução das políticas públicas de turismo, respeitando as condições administrativas e as prioridades de cada município.



A disponibilidade de orçamento próprio constitui um dos aspectos examinados no diagnóstico da gestão municipal do turismo na IGR Caminhos Gerais. A pesquisa buscou identificar a existência de recursos orçamentários destinados à atividade turística, inclusive nos municípios em que o setor integra secretarias compartilhadas com outras áreas da administração pública.

Dos 14 municípios participantes, 12 (85,7%) declararam possuir orçamento próprio para o turismo, enquanto dois (14,3%) informaram dispor de orçamento parcialmente próprio, sem

exclusividade para o setor. Nenhum município assinalou a inexistência de previsão orçamentária destinada à atividade turística.

Os resultados evidenciam que a destinação de recursos ao turismo está presente nas estruturas orçamentárias declaradas por todos os municípios participantes, embora existam diferenças quanto à exclusividade desses recursos. A predominância de respostas afirmativas indica que a maior parte das administrações municipais reconhece o turismo como área contemplada em sua organização orçamentária, independentemente da existência de uma secretaria exclusiva.

A presença de orçamento próprio representa uma condição administrativa relevante para o planejamento e a execução das políticas públicas de turismo. Entretanto, a existência de previsão orçamentária não expressa, isoladamente, o volume de recursos disponíveis, sua suficiência diante das demandas municipais ou os valores efetivamente executados. Essas dimensões exigem a análise dos montantes destinados à atividade, das prioridades de investimento e das condições de aplicação dos recursos.

Quando examinados em conjunto com os resultados sobre a organização administrativa e a disponibilidade de servidores exclusivos, os dados orçamentários revelam uma distinção importante. Embora todos os municípios tenham declarado alguma forma de previsão de recursos para o turismo, 11 dos 14 participantes (78,6%) informaram não possuir servidores exclusivos ou contar com apenas um profissional dedicado ao setor. Essa diferença entre a presença de previsão orçamentária e a composição das equipes municipais reforça a importância de avaliar conjuntamente os recursos financeiros, humanos e institucionais disponíveis para a implementação das ações turísticas.

Para o planejamento estratégico da IGR Caminhos Gerais, os resultados apontam a pertinência de aprofundar a análise da capacidade de investimento dos municípios, das prioridades de aplicação dos recursos e das possibilidades de cooperação regional. A articulação dessas informações poderá orientar a definição de iniciativas compartilhadas, considerando as condições de gestão e as necessidades identificadas em cada localidade.

9.3 Valor aproximado do orçamento anual destinado ao turismo

O levantamento dos valores orçamentários destinados ao turismo nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais buscou identificar a dimensão dos recursos financeiros informados pelas administrações municipais para o desenvolvimento da atividade. Os dados foram obtidos por meio

do formulário *Diagnóstico Municipal* e correspondem aos valores aproximados declarados pelos representantes de cada município.

A apresentação individualizada desses montantes possibilita examinar a distribuição dos recursos entre os integrantes da região, identificar diferenças na disponibilidade orçamentária e subsidiar a análise das condições financeiras relacionadas à execução das políticas públicas municipais de turismo. O quadro a seguir reúne os valores informados pelos 14 municípios e apresenta o total regional declarado.

Valor aproximado do orçamento anual destinado ao turismo

14 respostas

Município	Valor da pasta do turismo
Andradas	R$ 894.400,00
Botelhos	R$ 115.000,00
Cabo Verde	R$ 48.086,00
Caldas	R$ 1.480.000,00
Campestre	R$ 13.000,00
Carvalhópolis	R$ 11.523,81
Ibitiúra de Minas	R$ 227.906,92
Ipuiúna	R$ 129.500,00
Machado	R$ 174.726,67
Monte Belo	R$ 33.000,00
Poço Fundo	R$ 93.799,07
Poços de Caldas	R$ 10.676.327,00
Santa Rita de Caldas	R$ 1.471.000,00
São João da Mata	R$ 781.000,00
TOTAL	**R$ 16.149.269,47**

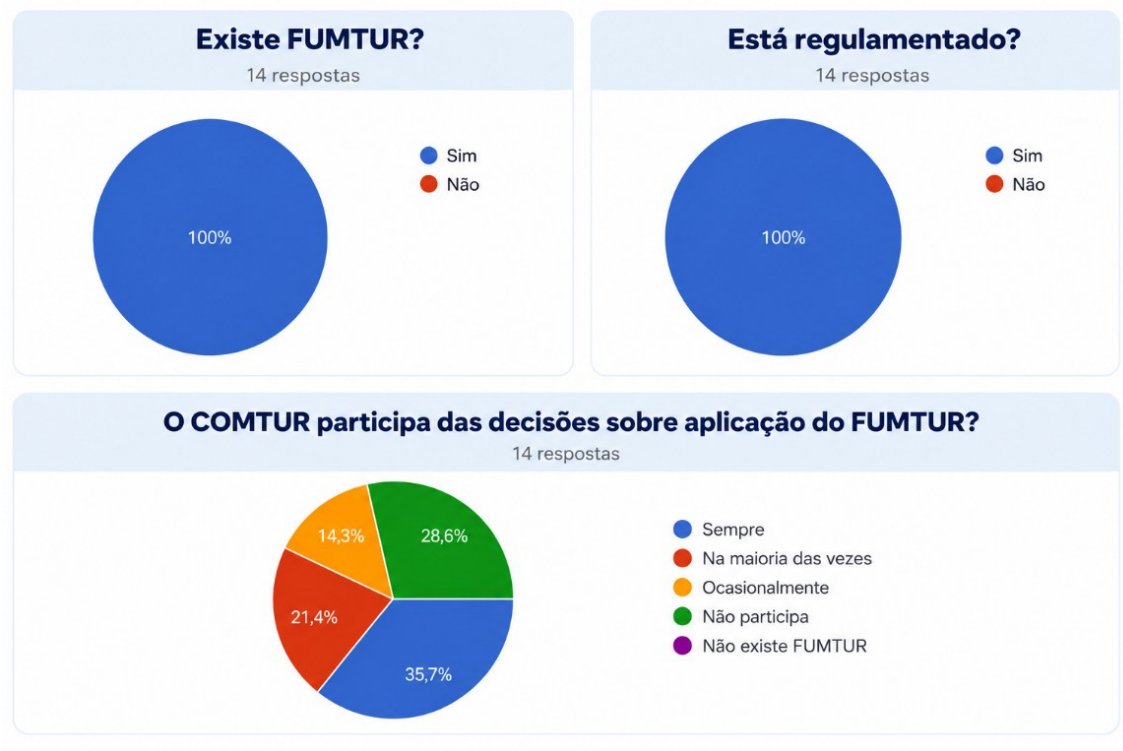
Os valores informados pelos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais totalizam R$ 16.149.269,47 em orçamento anual destinado ao turismo, evidenciando diferenças expressivas na distribuição dos recursos entre as administrações municipais. Poços de Caldas apresenta o maior montante declarado, de R$ 10.676.327,00, correspondente a 66,1% do total regional. Em seguida, destacam-se Caldas, com R$ 1.480.000,00, e Santa Rita de Caldas, com R$ 1.471.000,00. Andradas e São João da Mata também apresentam valores superiores a R$ 700 mil, respectivamente R$ 894.400,00 e R$ 781.000,00.

Nos demais municípios, os orçamentos declarados são inferiores a R$ 230 mil anuais. Os menores valores foram informados por Carvalhópolis (R$ 11.523,81), Campestre (R$ 13.000,00), Monte Belo (R$ 33.000,00) e Cabo Verde (R$ 48.086,00). A distribuição evidencia uma concentração dos recursos orçamentários declarados em determinados municípios, especialmente em Poços de Caldas, responsável por aproximadamente dois terços do total informado para a região.

As diferenças entre os montantes constituem um aspecto relevante para a análise das condições financeiras da gestão municipal do turismo. A comparação dos valores absolutos, entretanto, deve considerar as particularidades das administrações locais, pois os dados apresentados não distinguem os recursos destinados à manutenção administrativa daqueles previstos para investimentos em infraestrutura, promoção turística, realização de eventos e outras ações relacionadas ao setor. Também não identificam a proporção desses valores em relação ao orçamento geral de cada município nem os montantes efetivamente executados.

Quando relacionados aos resultados anteriores, referentes à organização administrativa e à disponibilidade de servidores exclusivos, os dados orçamentários acrescentam uma dimensão importante ao diagnóstico institucional. A existência de recursos declarados para o turismo em todos os municípios convive com diferenças significativas na composição das equipes responsáveis pela atividade, indicando a necessidade de considerar conjuntamente as condições financeiras, humanas e administrativas na definição das prioridades regionais.

No âmbito do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, essa distribuição evidencia a pertinência de mecanismos de cooperação intermunicipal, apoio técnico e articulação para a captação de recursos. O desenvolvimento de projetos conjuntos poderá contribuir para atender demandas compartilhadas e ampliar as possibilidades de participação dos municípios com menor disponibilidade orçamentária nas iniciativas de desenvolvimento turístico regional.



O levantamento sobre os Fundos Municipais de Turismo (FUMTUR) contemplou três questões relacionadas à existência, à regulamentação e à participação dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) nas decisões sobre a aplicação dos recursos. As perguntas “Existe FUMTUR?”, “Está regulamentado?” e “O COMTUR participa das decisões sobre aplicação do FUMTUR?” buscaram caracterizar a organização desses instrumentos de financiamento e sua relação com os mecanismos de governança municipal do turismo.

Os resultados demonstram que todos os 14 municípios da IGR Caminhos Gerais (100%) declararam possuir Fundo Municipal de Turismo instituído e regulamentado. A unanimidade das respostas evidencia que esses instrumentos estão formalmente presentes em toda a região, constituindo uma base institucional para a organização e a destinação de recursos às políticas públicas municipais de turismo.

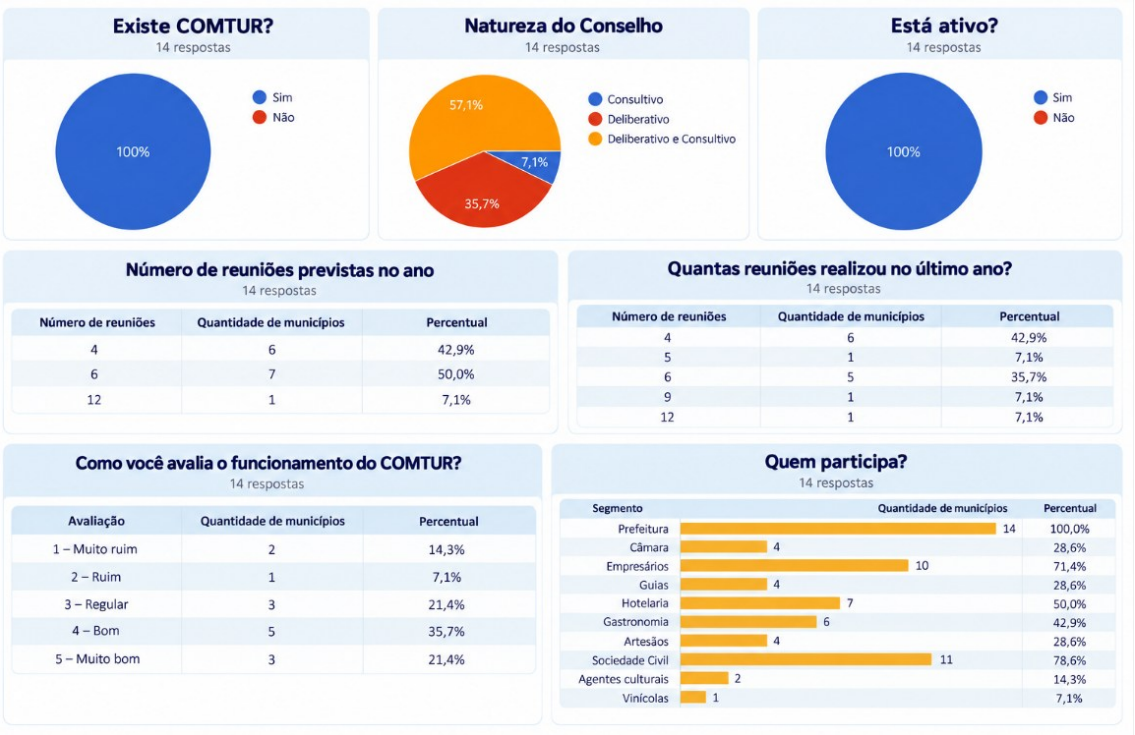
A participação dos COMTUR nas decisões sobre a aplicação dos recursos dos fundos, entretanto, apresenta diferenças significativas. Em cinco municípios (35,7%), os conselhos participam sempre dessas decisões, enquanto em três (21,4%) essa participação ocorre na maioria das vezes. Outros dois municípios (14,3%) informaram envolvimento ocasional dos conselhos. Em quatro

municípios (28,6%), os COMTUR não participam das decisões relacionadas à utilização dos recursos dos respectivos fundos.

Considerando a frequência de participação, oito municípios (57,1%) declararam que os conselhos participam sempre ou na maioria das vezes das decisões sobre os FUMTUR. Nos outros seis (42,9%), o envolvimento ocorre ocasionalmente ou é inexistente. Essa distribuição revela diferenças na articulação entre os instrumentos municipais de financiamento e os órgãos colegiados responsáveis pela participação e representação dos atores do turismo.

A existência e a regulamentação dos fundos constituem condições institucionais importantes para a organização financeira da política municipal de turismo. A participação dos conselhos nas decisões sobre sua aplicação, por sua vez, relaciona-se aos procedimentos de definição de prioridades, à representação dos segmentos envolvidos na atividade e ao acompanhamento das iniciativas financiadas. Os resultados demonstram que essa articulação apresenta níveis distintos entre os municípios, apesar da presença formal dos FUMTUR em toda a região.

A análise também evidencia a necessidade de distinguir a regulamentação dos fundos de suas condições efetivas de funcionamento. Os dados confirmam a existência declarada desses instrumentos, mas não apresentam informações sobre sua movimentação financeira, os critérios utilizados para destinação dos recursos, a regularidade dos repasses ou os procedimentos de acompanhamento das despesas. Esses aspectos são relevantes para uma avaliação específica da operacionalização dos FUMTUR e de sua relação com as políticas municipais de turismo.



Número de reuniões previstas no ano
14 respostas

Número de reuniões	Quantidade de municípios	Percentual
4	6	42,9%
6	7	50,0%
12	1	7,1%

Quantas reuniões realizou no último ano?
14 respostas

Número de reuniões	Quantidade de municípios	Percentual
4	6	42,9%
5	1	7,1%
6	5	35,7%
9	1	7,1%
12	1	7,1%

Como você avalia o funcionamento do COMTUR?
14 respostas

Avaliação	Quantidade de municípios	Percentual
1 – Muito ruim	2	14,3%
2 – Ruim	1	7,1%
3 – Regular	3	21,4%
4 – Bom	5	35,7%
5 – Muito bom	3	21,4%

Quem participa?
14 respostas

Segmento	Quantidade de municípios	Percentual
Prefeitura	14	100,0%
Câmara	4	28,6%
Empresários	10	71,4%
Guias	4	28,6%
Hotelaria	7	50,0%
Gastronomia	6	42,9%
Artesãos	4	28,6%
Sociedade Civil	11	78,6%
Agentes culturais	2	14,3%
Vinícolas	1	7,1%

A pesquisa sobre os Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) examinou a organização, o funcionamento e a composição desses órgãos nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais. O levantamento contemplou as perguntas “Existe COMTUR?”, “Natureza do Conselho”, “Está ativo?”, “Número de reuniões previstas no ano”, “Quantas reuniões realizou no último ano?”, “Como você avalia o funcionamento do COMTUR?” e “Quem participa?”. As respostas reuniram informações sobre as atribuições institucionais dos conselhos, a periodicidade de suas atividades, a avaliação dos gestores municipais e a representação dos diferentes segmentos relacionados ao turismo.

Todos os municípios participantes (100%) declararam possuir COMTUR ativo. Em relação à natureza dos órgãos colegiados, oito municípios (57,1%) informaram que seus conselhos possuem caráter deliberativo e consultivo, cinco (35,7%) indicaram atribuições exclusivamente deliberativas e um (7,1%) declarou possuir conselho de natureza consultiva. Assim, 13 dos 14 municípios (92,9%) apresentam conselhos com competências deliberativas, isoladamente ou associadas às funções consultivas.

A predominância dessas atribuições evidencia uma configuração institucional em que os conselhos estão formalmente organizados para participar das decisões relacionadas à política municipal de turismo. A presença de funções deliberativas constitui um aspecto relevante da

governança local, especialmente quanto à atuação dos representantes do poder público e da sociedade nas matérias submetidas aos órgãos colegiados.

Quanto à periodicidade de funcionamento, sete municípios (50%) informaram previsão de seis reuniões anuais, enquanto seis (42,9%) estabeleceram quatro encontros por ano. Apenas um município (7,1%) declarou previsão de 12 reuniões anuais. Dessa forma, 13 conselhos (92,9%) possuem programação de quatro a seis reuniões por ano, indicando a predominância de calendários com periodicidade quadrimestral ou bimestral.

Em relação às reuniões efetivamente realizadas no último ano, seis municípios (42,9%) registraram quatro encontros, cinco (35,7%) realizaram seis reuniões e um (7,1%) informou a realização de cinco. Nos dois municípios restantes, foram registrados nove e 12 encontros, respectivamente, cada situação correspondendo a 7,1% das respostas. Considerando o conjunto dos resultados, 12 municípios (85,7%) realizaram entre quatro e seis reuniões anuais.

A distribuição demonstra que os conselhos mantiveram atividades durante o período investigado, com diferenças na frequência dos encontros. A comparação dos resultados agregados revela ainda que, embora a maior parte dos municípios tenha previsto entre quatro e seis reuniões, dois conselhos registraram quantidade superior a esse intervalo. A avaliação do cumprimento dos calendários em cada município depende da correspondência individual entre as reuniões previstas e aquelas efetivamente realizadas.

A percepção dos gestores municipais sobre o funcionamento dos COMTUR apresenta resultados distintos. Cinco municípios (35,7%) atribuíram nota 4, correspondente à classificação “bom”, e três (21,4%) avaliaram o funcionamento como “muito bom”, com nota 5. Assim, oito municípios (57,1%) apresentaram avaliações positivas. Outros três gestores (21,4%) atribuíram nota 3, classificando o funcionamento como regular. As avaliações negativas foram registradas em três municípios (21,4%), dos quais um (7,1%) atribuiu nota 2, correspondente a “ruim”, e dois (14,3%) atribuíram nota 1, equivalente a “muito ruim”.

Embora predominem as avaliações favoráveis, os resultados demonstram que seis municípios (42,9%) classificaram o funcionamento dos conselhos como regular, ruim ou muito ruim. Essa distribuição expressa diferenças relevantes na percepção dos representantes municipais acerca da atuação dos órgãos colegiados. A existência de conselhos ativos e a realização de reuniões periódicas, portanto, coexistem com avaliações distintas sobre seu desempenho institucional.

A composição dos COMTUR revela a presença de diferentes segmentos da administração pública, da sociedade civil e das atividades econômicas relacionadas ao turismo. As prefeituras possuem representação nos 14 municípios (100%), enquanto a sociedade civil participa de 11 conselhos (78,6%) e os empresários estão presentes em dez (71,4%). Esses três grupos apresentam as maiores frequências de representação identificadas na pesquisa.

Entre os setores diretamente relacionados à prestação de serviços turísticos, a hotelaria participa de sete conselhos (50%) e a gastronomia de seis (42,9%). As câmaras municipais possuem representantes em quatro municípios (28,6%), mesma quantidade registrada para os guias de turismo e os artesãos. Os agentes culturais integram dois conselhos (14,3%), enquanto a representação do segmento de vinícolas foi identificada em um município (7,1%).

A distribuição demonstra que a composição dos conselhos apresenta diferenças quanto à presença dos segmentos profissionais, produtivos e institucionais. A representação das prefeituras é universal, acompanhada de participação expressiva da sociedade civil e do empresariado. Entre as atividades diretamente relacionadas ao atendimento dos visitantes, a hotelaria e a gastronomia apresentam maior frequência, enquanto os guias de turismo, os artesãos e os agentes culturais possuem participação em menor número de conselhos.

A representação das vinícolas, registrada em apenas um município, deve ser considerada em relação à presença dessa atividade no território e à composição da oferta turística local. Da mesma forma, a participação dos demais segmentos precisa ser examinada à luz das características econômicas, culturais e turísticas de cada município, evitando estabelecer um modelo uniforme de representação para realidades distintas.

O conjunto das respostas caracteriza uma estrutura regional de governança municipal formada por conselhos existentes e ativos em todos os municípios, com predomínio de atribuições deliberativas e realização de reuniões periódicas. As diferenças identificadas nas avaliações de funcionamento e na composição dos órgãos colegiados constituem aspectos importantes para compreender as condições de participação dos atores do turismo e as necessidades de aprimoramento da governança municipal.

Síntese sobre os FUMTUR e os COMTUR

A análise conjunta dos Fundos Municipais de Turismo (FUMTUR) e dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) evidencia que os 14 municípios da IGR Caminhos Gerais possuem os dois instrumentos formalmente estabelecidos, com fundos regulamentados e conselhos declarados ativos. Essa configuração representa uma base institucional compartilhada entre os municípios, embora os resultados revelem diferenças importantes na participação dos órgãos colegiados nas decisões financeiras e na avaliação de seu funcionamento.

A principal questão identificada refere-se à relação entre as competências institucionais dos conselhos e sua participação nas decisões sobre os recursos destinados ao turismo. Embora 92,9% dos COMTUR possuam natureza deliberativa ou deliberativa e consultiva, a pesquisa registrou quatro municípios (28,6%) nos quais os conselhos não participam das decisões sobre a aplicação dos recursos dos FUMTUR. Em outros dois (14,3%), essa participação ocorre apenas ocasionalmente. Os dados evidenciam a necessidade de examinar os procedimentos de articulação entre os dois instrumentos e as condições de participação dos conselhos na definição das prioridades municipais.

A avaliação do funcionamento dos COMTUR acrescenta outra dimensão ao diagnóstico. Apesar de todos os municípios declararem possuir conselhos ativos, 42,9% dos gestores atribuíram avaliações regulares ou negativas ao funcionamento desses órgãos. A periodicidade das reuniões e a existência de atribuições deliberativas, portanto, devem ser consideradas juntamente com a atuação dos conselheiros, a representação dos diferentes segmentos e a participação nas decisões relacionadas à política municipal de turismo.

No âmbito do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os resultados apontam a pertinência de ações voltadas à qualificação dos conselheiros, ao aperfeiçoamento dos procedimentos de funcionamento dos órgãos colegiados e ao fortalecimento da articulação entre os COMTUR e os FUMTUR. O compartilhamento de experiências entre os municípios poderá apoiar a organização dos processos participativos, o acompanhamento das decisões e a discussão de critérios para aplicação dos recursos destinados ao turismo.

A consolidação desses instrumentos na gestão municipal deverá considerar as competências estabelecidas em suas respectivas normas, as características das administrações locais e a diversidade dos segmentos que integram a atividade turística regional. O fortalecimento da governança constitui, assim, uma frente de atuação para a IGR Caminhos Gerais, especialmente na articulação entre

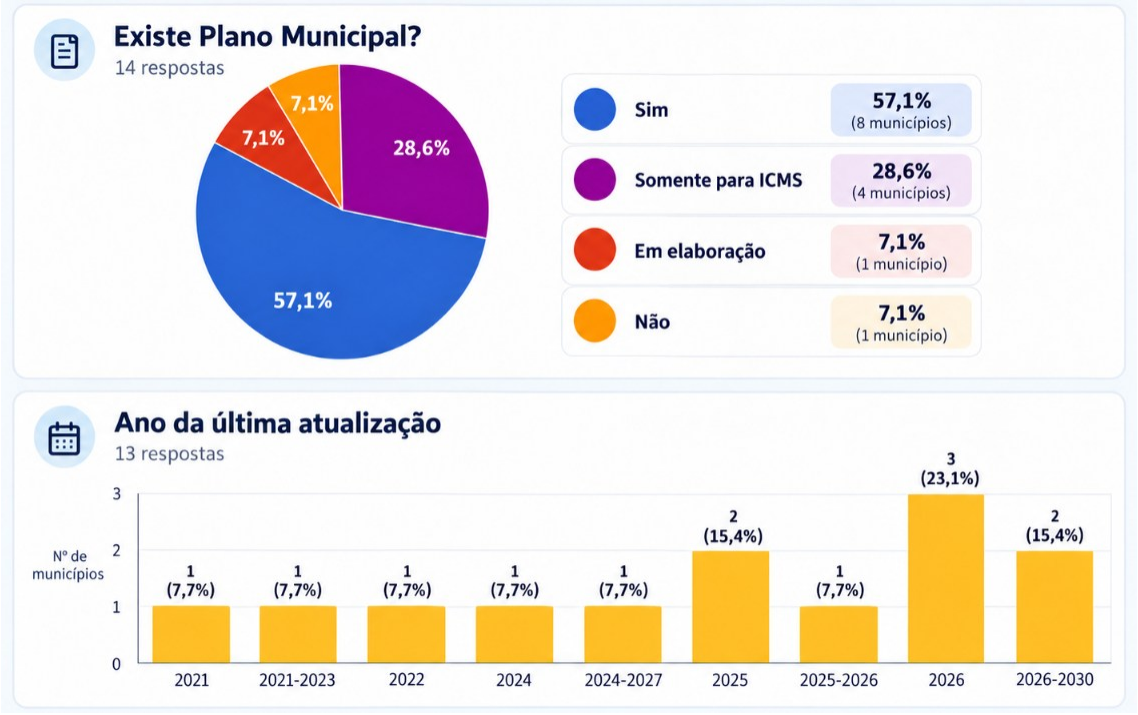
planejamento, participação institucional e utilização dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento do turismo.

9.4 Planejamento e Políticas Públicas

O levantamento sobre planejamento e políticas públicas de turismo examinou os instrumentos adotados pelas administrações dos 14 municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais, considerando a existência, a elaboração e a atualização dos Planos Municipais de Turismo, a disponibilidade de inventários da oferta turística, a participação no Mapa do Turismo Brasileiro e o acesso aos recursos provenientes do ICMS Turismo.

A pesquisa também contemplou as políticas públicas e os projetos desenvolvidos pelas administrações municipais, buscando identificar as iniciativas em execução, as prioridades estabelecidas para o setor e as condições de continuidade das ações voltadas ao desenvolvimento da atividade turística.

A análise dessas informações tem como objetivo caracterizar a situação do planejamento turístico municipal, identificar diferenças na organização e na utilização dos instrumentos disponíveis e reconhecer necessidades de atualização, qualificação e fortalecimento das políticas públicas. Os resultados também contribuirão para a identificação de demandas compartilhadas e de possibilidades de cooperação entre os municípios, subsidiando a definição de prioridades e iniciativas no âmbito do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais.



O levantamento sobre os instrumentos municipais de planejamento turístico contemplou as perguntas “Existe Plano Municipal?” e “Ano da última atualização”, buscando identificar a existência dos Planos Municipais de Turismo e a referência temporal de sua elaboração ou atualização nos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais.

A diferenciação entre os planos municipais e os documentos destinados ao ICMS Turismo constitui um aspecto relevante do diagnóstico. Enquanto o Plano Municipal de Turismo é concebido como instrumento de orientação das políticas públicas locais, com definição de objetivos, prioridades e ações, os documentos elaborados especificamente para o ICMS Turismo estão relacionados ao atendimento das exigências desse mecanismo estadual. A existência desses documentos, portanto, deve ser considerada de acordo com suas respectivas finalidades, sem pressupor equivalência de conteúdo ou abrangência.

Quanto à referência temporal dos instrumentos, a pergunta sobre o ano da última atualização recebeu 13 respostas. Os registros apresentam diferentes períodos, incluindo referências a 2021, 2022, 2024, 2025 e 2026, além de intervalos plurianuais. Três municípios (23,1%) indicaram 2026, dois (15,4%) registraram 2025 e outros dois (15,4%) informaram o período de 2026 a 2030. As demais respostas, cada uma correspondente a um município (7,7%), foram distribuídas entre 2021, 2021–2023, 2022, 2024, 2024–2027 e 2025–2026.

A diversidade das referências temporais demonstra que os municípios adotaram diferentes formas de informar a situação de seus instrumentos de planejamento. Parte das respostas apresenta anos específicos, enquanto outras indicam períodos de vigência, circunstância que exige distinguir a data de elaboração ou atualização do documento e o intervalo previsto para sua aplicação. Essa diferença é importante para a avaliação da atualidade dos planos e para a identificação de eventuais necessidades de revisão.

Os resultados evidenciam uma situação heterogênea quanto à existência e à organização dos instrumentos municipais de planejamento turístico. Embora a maioria dos municípios tenha declarado possuir Plano Municipal de Turismo, quatro utilizam documentos específicos para o ICMS Turismo, um encontra-se em processo de elaboração e outro não dispõe do instrumento. A diversidade das referências temporais acrescenta a necessidade de examinar a situação de atualização e vigência dos documentos existentes.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, essas informações apontam a pertinência de iniciativas de apoio técnico à elaboração, revisão e atualização dos Planos Municipais de Turismo, considerando as condições institucionais de cada administração. A articulação entre os instrumentos municipais e o planejamento regional poderá contribuir para a compatibilização de prioridades, a continuidade das políticas públicas e a organização de ações de interesse compartilhado entre os municípios.



O levantamento sobre os inventários da oferta turística contemplou as perguntas “Existe Inventário Turístico?” e “Ano da última atualização”, com o objetivo de identificar a disponibilidade

desse instrumento nos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais e verificar as informações declaradas sobre sua atualização.

Os resultados demonstram que seis municípios (42,9%) informaram possuir inventário turístico, enquanto sete (50%) declararam não dispor desse instrumento. Um município (7,1%) indicou que seu inventário estava em elaboração. Dessa forma, metade dos municípios participantes ainda não possui inventário turístico, segundo as respostas apresentadas pelos gestores.

O inventário constitui um instrumento de identificação, registro e sistematização das informações sobre os atrativos, equipamentos, serviços e demais componentes da oferta turística municipal. Sua disponibilidade contribui para o conhecimento dos recursos existentes, a organização das informações destinadas ao planejamento e a identificação de necessidades relacionadas à estruturação e à qualificação da atividade.

Quanto à atualização dos inventários, foram registradas seis respostas. Dois municípios (33,3%) indicaram o ano de 2025, um (16,7%) informou 2020 e outro (16,7%) registrou 2026. Os dois respondentes restantes (33,3%) assinalaram não saber o ano da última atualização.

As respostas revelam diferenças nas referências temporais informadas e na disponibilidade de informações sobre a atualização desses instrumentos. A indicação de 2028 merece verificação, uma vez que corresponde a uma data futura em relação ao período de elaboração deste diagnóstico. Da mesma forma, a ausência dessa informação em dois municípios evidencia a necessidade de conferir os registros relativos aos inventários existentes.

A distribuição dos resultados demonstra que a disponibilidade de inventários turísticos ainda é desigual entre os municípios da IGR Caminhos Gerais. A ausência do instrumento em sete localidades e a existência de um inventário em elaboração constituem aspectos relevantes para o planejamento regional, especialmente quanto à necessidade de ampliar e atualizar as informações sistematizadas sobre a oferta turística municipal.

Nesse contexto, o apoio técnico à elaboração e à atualização dos inventários representa uma possibilidade de atuação conjunta, respeitando as condições e necessidades de cada município. A organização e a padronização das informações poderão contribuir para o acompanhamento da oferta turística e para a integração dos dados municipais no âmbito do planejamento regional.





O levantamento das políticas públicas de turismo em andamento e dos principais projetos em execução nos municípios da IGR Caminhos Gerais buscou identificar as iniciativas desenvolvidas pelas administrações municipais, seus campos de atuação e as ações relacionadas à organização, à qualificação e à promoção da atividade turística. As respostas foram sistematizadas em dois conjuntos, distinguindo as políticas públicas em andamento dos projetos e intervenções em execução.

As políticas públicas informadas pelos municípios abrangem diferentes áreas da gestão turística, com destaque para infraestrutura e sinalização, estruturação de produtos, qualificação profissional, promoção e marketing, organização institucional, articulação regional, participação em programas estaduais e federais e realização de eventos. Entre as iniciativas de infraestrutura, foram mencionadas a revitalização de praças e a implantação de sinalização turística nos bairros, enquanto

as ações de estruturação da oferta incluem a criação de rotas, o fortalecimento do turismo religioso e o incentivo às atividades de turismo rural.

No campo da qualificação profissional, os municípios destacaram a criação e a formação de condutores de turismo. As políticas de promoção e marketing contemplam a divulgação dos atrativos, especialmente aqueles associados ao turismo religioso. Essas iniciativas demonstram a presença de ações direcionadas tanto à organização das experiências oferecidas aos visitantes quanto à divulgação dos destinos municipais.

A gestão e a organização institucional também aparecem entre as políticas em andamento, incluindo a aprovação da Lei Municipal do Turismo e medidas relacionadas à organização dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) e dos Fundos Municipais de Turismo (FUMTUR). Na articulação entre instituições, foram mencionadas parcerias público-privadas, a integração com as áreas de cultura, esporte e lazer, a participação na IGR Caminhos Gerais e o desenvolvimento do plano “Botelhos 2050”.

A inserção no Mapa do Turismo Brasileiro e a habilitação ao ICMS Turismo integram as iniciativas relacionadas aos programas estaduais e federais. Os municípios também apontaram a organização e a valorização de seus calendários de eventos, abrangendo festas de aniversário, feiras de artesanato, festivais gastronômicos e celebrações de final de ano. Essas manifestações compõem parte das ações municipais voltadas à programação turística e à promoção das atividades locais.

No conjunto dos projetos em execução, as intervenções de infraestrutura e sinalização turística incluem revitalização de praças, implantação de placas de orientação, calçamento de acessos e melhorias em atrativos. As ações declaradas abrangem, portanto, intervenções em espaços públicos e condições de acesso, elementos diretamente relacionados à organização física dos locais de visitação.

A estruturação de rotas e produtos turísticos constitui outra frente de atuação. Foram mencionadas iniciativas vinculadas à Rota Vulcânica e ao Caminho da Fé, além do desenvolvimento de produtos relacionados ao turismo religioso, rural, de aventura e ao cicloturismo. Também constam projetos de articulação com produtores de mel, indicando a inclusão de atividades produtivas locais entre as iniciativas de organização da oferta turística.

Os projetos de planejamento e gestão envolvem a execução e a atualização dos Planos Municipais de Turismo, o planejamento estratégico regional da IGR Caminhos Gerais, alterações na legislação relacionada aos COMTUR e FUMTUR e a ativação de projetos de *place branding*. Essas

ações contemplam instrumentos de orientação das políticas públicas e iniciativas relacionadas à organização institucional e ao posicionamento turístico dos municípios.

Na área de promoção e comunicação, foram informadas a produção de vídeos promocionais, a realização de ações de marketing turístico, a manutenção de perfis em redes sociais e a divulgação de atrativos, com destaque para o turismo religioso. A utilização desses meios integra as iniciativas municipais de comunicação com os visitantes e de divulgação da oferta turística.

A participação em programas e iniciativas regionais aparece associada às ações desenvolvidas pela IGR Caminhos Gerais, ao programa Territórios Empreendedores, à Cozinhas de Minas e à retomada do Projeto Caminhos do Bem. As respostas também registram a realização e o apoio a eventos turísticos, incluindo feiras de artesanato, festivais gastronômicos, festas de final de ano, a Festa do Peão e a Feira de Moda Íntima de Monte Belo.

A gestão de equipamentos e atrativos foi identificada entre os projetos em execução, com referência à administração de contratos de concessão, à gestão do Balneário Dr. Mário Mourão e à manutenção de ações de proteção e promoção dos atrativos turísticos. No campo do fomento à economia local, foram mencionados o apoio ao artesanato, o fortalecimento da Feira de Artesanato e Produtos Regionais de Poços de Caldas (FEARPO) e a articulação com empreendedores do setor. As atividades de estudos e pesquisas contemplam a atualização do inventário turístico e a realização de pesquisas de demanda.

A análise dos dois conjuntos revela que as iniciativas municipais se distribuem entre intervenções físicas, organização da oferta turística, gestão institucional, promoção dos destinos, valorização de atividades econômicas locais e produção de informações para o planejamento. Observa-se a presença de temas comuns nas políticas públicas e nos projetos em execução, especialmente infraestrutura, sinalização, criação de rotas, promoção turística e fortalecimento da gestão, indicando correspondência entre parte das áreas de atuação declaradas e as iniciativas apresentadas pelos municípios.

A diversidade dos projetos também evidencia diferentes campos de intervenção no turismo regional. Enquanto determinadas ações estão voltadas à melhoria das condições de visitação e à estruturação de atrativos, outras se concentram na organização administrativa, na comunicação dos destinos, na realização de eventos e na articulação com atividades produtivas. A presença de iniciativas relacionadas à IGR Caminhos Gerais e a programas de abrangência regional demonstra que a cooperação intermunicipal integra o conjunto das ações informadas pelas administrações.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, esse levantamento constitui uma referência para identificar iniciativas existentes, reconhecer áreas de atuação compartilhadas e examinar possibilidades de integração entre projetos municipais. A articulação das ações poderá considerar especialmente as rotas e experiências turísticas, a qualificação da infraestrutura, a promoção regional, o fortalecimento das atividades econômicas vinculadas ao turismo e a organização de informações para o acompanhamento das políticas públicas. A definição dessas prioridades deverá observar as características dos projetos, as responsabilidades institucionais e as condições de execução em cada município.

O conjunto das informações levantadas sobre planejamento e políticas públicas de turismo revela diferenças na disponibilidade e na atualização dos instrumentos municipais, ao mesmo tempo que identifica iniciativas em andamento nas áreas de infraestrutura, estruturação de produtos turísticos, promoção dos destinos, qualificação profissional e organização institucional. A diversidade das ações indica a importância de estabelecer mecanismos que favoreçam sua continuidade, o acompanhamento dos resultados e a articulação entre os municípios.

Nesse contexto, o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais deverá considerar as necessidades de elaboração e atualização dos instrumentos municipais, bem como as possibilidades de integração das iniciativas existentes. A atuação conjunta da IGR, das administrações municipais e das instituições parceiras poderá contribuir para a oferta de apoio técnico, o desenvolvimento de projetos regionais e a definição de prioridades compartilhadas, respeitando as particularidades e as condições de gestão de cada município.

9.5 Infraestrutura Turística

O levantamento sobre a infraestrutura de apoio ao turismo buscou conhecer a avaliação dos gestores dos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais acerca das condições dos serviços, equipamentos e estruturas utilizados pelos visitantes. O questionário contemplou aspectos relacionados aos acessos rodoviários, à mobilidade urbana, ao transporte intermunicipal e estadual, à sinalização viária e turística, à acessibilidade, à segurança, à limpeza urbana, à conectividade, ao atendimento ao turista e aos equipamentos públicos de turismo e lazer.

A pesquisa também abordou os principais problemas identificados pelas administrações municipais e a situação dos Centros de Atendimento ao Turista (CATs), incluindo sua existência e

suas condições de funcionamento. As respostas integram a dimensão qualitativa do diagnóstico, reunindo as percepções dos gestores sobre as condições da infraestrutura turística e as necessidades de melhoria nos respectivos municípios.

Para avaliar a infraestrutura de apoio ao turismo, os participantes atribuíram notas de 1 a 5 a 12 categorias. Os resultados foram sistematizados por meio da distribuição das avaliações e do cálculo das médias, possibilitando identificar os aspectos mais bem classificados e aqueles que receberam avaliações menos favoráveis.

Na avaliação dos gestores municipais, a segurança obteve a maior média, de 4,29, com dez municípios (71,4%) atribuindo nota 4 e quatro (28,6%) atribuindo nota 5. A limpeza urbana apresentou média de 4,21, recebendo nota 4 de 11 municípios (78,6%) e nota 5 de três (21,4%). Esses dois indicadores concentraram integralmente suas respostas nas faixas superiores da escala, constituindo os aspectos mais bem avaliados da infraestrutura de apoio ao turismo.

A conectividade também apresentou resultados favoráveis. O acesso à internet alcançou média de 4,00, com seis municípios (42,9%) atribuindo nota 4 e cinco (35,7%) atribuindo nota 5. Outros dois gestores (14,3%) registraram nota 3, enquanto um (7,1%) atribuiu nota 1. A telefonia móvel obteve média de 3,79, com sete avaliações na nota 4 (50%), duas na nota 5 (14,3%) e cinco na nota 3 (35,7%). Os resultados indicam uma avaliação predominantemente positiva desses serviços, embora a distribuição das respostas sobre internet apresente diferenças entre os municípios.

Entre os componentes relacionados aos deslocamentos, a mobilidade urbana alcançou média de 3,93, com sete municípios (50%) atribuindo nota 4, três (21,4%) nota 5 e quatro (28,6%) nota 3. As rodovias de acesso receberam média de 3,57, apresentando maior dispersão das avaliações. Cinco municípios (35,7%) atribuíram nota 4 e três (21,4%) nota 5, enquanto quatro (28,6%) registraram nota 3. As notas 1 e 2 foram atribuídas por um município cada, correspondendo a 7,1% das respostas em cada categoria.

O transporte intermunicipal e estadual apresentou média de 3,00, com dez municípios (71,4%) atribuindo nota 3, dois (14,3%) nota 2 e outros dois (14,3%) nota 4. Nenhum participante atribuiu notas 1 ou 5. A concentração das avaliações na faixa intermediária distingue esse serviço dos demais componentes da mobilidade, especialmente da mobilidade urbana, que obteve classificações predominantemente positivas. Essa diferença demonstra que as condições de deslocamento dentro dos municípios e as conexões de transporte entre localidades receberam avaliações distintas dos gestores.

A sinalização viária obteve média de 3,29, com sete municípios (50%) atribuindo nota 3, quatro (28,6%) nota 4 e um (7,1%) nota 5. Dois municípios (14,3%) registraram nota 2. Já a sinalização turística apresentou a menor média de todo o levantamento, de 2,57. Três municípios (21,4%) atribuíram nota 1, outros três (21,4%) nota 2, cinco (35,7%) nota 3 e três (21,4%) nota 4, sem registros de nota 5.

A comparação entre os dois indicadores evidencia uma avaliação menos favorável da sinalização especificamente destinada à orientação dos visitantes. Na sinalização turística, seis municípios (42,9%) atribuíram notas 1 ou 2, enquanto a sinalização viária recebeu apenas duas avaliações na nota 2 (14,3%). Essa diferença identifica a orientação turística como um dos aspectos que merecem atenção no planejamento regional, especialmente quanto à identificação de atrativos, à disponibilização de informações nos percursos e à organização dos deslocamentos turísticos.

A acessibilidade alcançou média de 3,29, com seis municípios (42,9%) atribuindo nota 3, três (21,4%) nota 4 e dois (14,3%) nota 5. Outros três municípios (21,4%) registraram nota 2. A concentração das respostas na faixa intermediária, acompanhada de avaliações inferiores e superiores, demonstra diferenças na percepção dos gestores sobre as condições de acessibilidade da infraestrutura municipal.

O atendimento ao turista apresentou média de 3,21, figurando entre os indicadores com menor classificação. Sete municípios (50%) atribuíram nota 3, quatro (28,6%) nota 4 e um (7,1%) nota 5. As notas 1 e 2 foram registradas por um município cada, representando 7,1% das respostas em cada categoria. Essa distribuição demonstra o predomínio de avaliações intermediárias, indicando a pertinência de examinar as condições de prestação de informações e orientação aos visitantes.

Os equipamentos públicos turísticos e de lazer receberam média de 3,64, com oito municípios (57,1%) atribuindo nota 4, quatro (28,6%) nota 3, um (7,1%) nota 5 e outro (7,1%) nota 2. A predominância de avaliações positivas indica uma percepção relativamente favorável sobre esses equipamentos, embora as respostas também registrem situações distintas entre as administrações municipais.

A análise do conjunto dos indicadores revela diferenças entre as avaliações atribuídas aos serviços urbanos gerais e aos componentes diretamente relacionados à organização da visitação turística. Segurança, limpeza urbana e conectividade apresentaram as maiores médias, enquanto sinalização turística, transporte intermunicipal e estadual e atendimento ao turista concentraram as classificações menos favoráveis.

A sinalização turística constitui o ponto de maior atenção identificado neste levantamento, tanto pela menor média quanto pela proporção de avaliações negativas. O transporte intermunicipal e estadual distingue-se pela concentração das respostas na nota intermediária, enquanto o atendimento ao turista apresenta distribuição semelhante, embora com avaliações mais variadas. Esses resultados indicam áreas que merecem investigação específica quanto às condições de funcionamento, à abrangência dos serviços e às necessidades identificadas em cada município.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, as avaliações fornecem referências para a definição de prioridades relacionadas à infraestrutura de apoio ao turismo. A organização de informações aos visitantes, a qualificação da sinalização turística, as condições de acessibilidade e as conexões de transporte entre municípios constituem temas pertinentes à articulação regional, considerando as diferenças registradas nas respostas e as características da oferta turística de cada localidade.

Infraestrutura de apoio ao turismo

Distribuição das avaliações de 1 a 5 por categoria — 14 respostas

Categoria	Média	1	2	3	4	5
Rodovias de acesso	3,57	1 (7,1%)	1 (7,1%)	4 (28,6%)	5 (35,7%)	3 (21,4%)
Mobilidade urbana	3,93	0 (0%)	0 (0%)	4 (28,6%)	7 (50%)	3 (21,4%)
Transporte intermunicipal/estadual	3,00	0 (0%)	2 (14,3%)	10 (71,4%)	2 (14,3%)	0 (0%)
Sinalização viária	3,29	0 (0%)	2 (14,3%)	7 (50%)	4 (28,6%)	1 (7,1%)
Sinalização turística	2,57	3 (21,4%)	3 (21,4%)	5 (35,7%)	3 (21,4%)	0 (0%)
Acessibilidade	3,29	0 (0%)	3 (21,4%)	6 (42,9%)	3 (21,4%)	2 (14,3%)
Segurança	4,29	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	10 (71,4%)	4 (28,6%)
Limpeza urbana	4,21	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	11 (78,6%)	3 (21,4%)
Internet	4,00	1 (7,1%)	0 (0%)	2 (14,3%)	6 (42,9%)	5 (35,7%)
Telefonia móvel	3,79	0 (0%)	0 (0%)	5 (35,7%)	7 (50%)	2 (14,3%)
Atendimento ao turista	3,21	1 (7,1%)	1 (7,1%)	7 (50%)	4 (28,6%)	1 (7,1%)
Equipamentos públicos turísticos e de lazer	3,64	0 (0%)	1 (7,1%)	4 (28,6%)	8 (57,1%)	1 (7,1%)

Fonte: Diagnóstico Municipal IGR Caminhos Gerais (14 respostas).

A investigação dos principais obstáculos ao desenvolvimento do turismo municipal contemplou a pergunta “Existe algum gargalo crítico na atividade turística do município?”, buscando identificar, a partir das respostas dos gestores, as dificuldades que afetam a organização da oferta, a prestação de serviços aos visitantes e as condições de desenvolvimento da atividade nos municípios da IGR Caminhos Gerais.

A infraestrutura de hospedagem foi apontada como o principal gargalo, seguida pelas limitações dos serviços de alimentação e bebidas (A&B). Em relação aos meios de hospedagem, foram mencionadas a escassez de hotéis e pousadas, a oferta insuficiente para atendimento aos turistas, as deficiências da infraestrutura hoteleira e as dificuldades de articulação com os empreendimentos do setor. Essas questões abrangem tanto a disponibilidade de estabelecimentos quanto as condições de atendimento e a integração dos prestadores de serviços às iniciativas locais de turismo.

Os serviços de alimentação e bebidas constituem o segundo grupo de dificuldades identificado. As respostas destacaram a oferta restrita de alimentação no período noturno durante a semana, o fechamento de restaurantes à noite, deficiências no funcionamento de determinados estabelecimentos e a carência de cafeterias e banheiros de qualidade. As situações relatadas dizem respeito à disponibilidade dos serviços em diferentes horários e às condições oferecidas aos visitantes durante sua permanência nos destinos.

As dificuldades relacionadas à hospedagem e à alimentação assumem relevância na organização da atividade turística porque esses serviços integram as condições de recepção e permanência dos visitantes. A insuficiência da oferta, as limitações de funcionamento e os problemas de qualidade relatados pelos gestores podem restringir as possibilidades de atendimento, especialmente em situações que exigem maior disponibilidade de serviços ao longo do dia ou permanência por períodos prolongados.

Outro conjunto de respostas refere-se ao apoio público e privado ao desenvolvimento do turismo. Foram mencionadas a ausência de apoio e de uma visão voltada ao setor por parte do poder público, a escassez de recursos e a falta de interesse da iniciativa privada. Essas manifestações revelam dificuldades percebidas pelos gestores na mobilização de agentes e recursos necessários à organização das atividades turísticas, indicando a importância das relações entre as administrações municipais e os empreendimentos locais.

No campo da promoção turística, as respostas destacaram a necessidade de ampliar a visibilidade das ações de divulgação regional desenvolvidas pela IGR Caminhos Gerais. A questão está relacionada à comunicação dos destinos e à divulgação das iniciativas regionais, constituindo uma demanda específica de fortalecimento da promoção turística apontada no levantamento.

O atendimento ao turista também foi identificado entre os gargalos municipais, com referências à necessidade de melhorias nos centros de informação turística, nos serviços de receptivo

e na atuação dos guias de turismo. Essas dificuldades envolvem componentes diretamente relacionados à orientação dos visitantes, à disponibilização de informações e à organização dos serviços de acompanhamento e recepção.

O conjunto das respostas evidencia que os obstáculos apontados pelos gestores abrangem diferentes dimensões da atividade turística. Hospedagem e alimentação concentram os principais problemas identificados, enquanto as demais manifestações se distribuem entre condições de apoio institucional, promoção regional e atendimento aos visitantes. A natureza dessas dificuldades demonstra a importância de considerar, na organização da oferta turística, as condições de funcionamento dos serviços e as relações entre os agentes públicos e privados envolvidos no setor.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os gargalos identificados constituem referências para a definição de prioridades de qualificação dos serviços, articulação com empreendimentos e aperfeiçoamento das condições de recepção turística. As iniciativas regionais poderão contemplar o diálogo com os setores de hospedagem e alimentação, o fortalecimento dos serviços de informação e receptivo e a ampliação da comunicação das ações promovidas pela IGR, considerando as necessidades efetivamente identificadas em cada município.



O levantamento sobre os Centros de Atendimento ao Turista (CATs) contemplou quatro questões relacionadas à existência dessas estruturas, aos horários de funcionamento e à disponibilidade de profissionais dedicados exclusivamente ao atendimento dos visitantes. Foram apresentadas as perguntas “Possui Centro de Atendimento ao Turista?”, “Qual o horário de

funcionamento?", "Possui colaborador exclusivo para esta função?" e "Quantos colaboradores exclusivos?", com o objetivo de caracterizar as condições de organização e prestação dos serviços de informação turística nos municípios da IGR Caminhos Gerais.

Os resultados demonstram que apenas quatro dos 14 municípios (28,6%) declararam possuir Centro de Atendimento ao Turista, enquanto dez (71,4%) informaram não dispor desse equipamento. Nenhum município assinalou a alternativa referente à existência de um CAT em fase de estruturação. A distribuição evidencia que essas unidades de atendimento estão presentes em uma parcela restrita dos municípios integrantes da região.

Quanto aos horários de funcionamento, os quatro municípios que possuem CAT apresentaram modalidades distintas de atendimento. Um município (7,1% do total de respondentes) informou funcionamento no horário da Prefeitura, outro (7,1%) declarou atendimento em horário comercial e um terceiro (7,1%) indicou funcionamento em horário comercial, incluindo sábados, domingos e feriados. O quarto município (7,1%) informou adotar horários específicos, estabelecidos de acordo com a demanda turística local. As dez respostas restantes (71,4%) foram classificadas como "não se aplica", correspondendo aos municípios sem esse equipamento.

A diversidade dos horários declarados demonstra que os CATs existentes adotam diferentes formas de organização do atendimento. Entre as modalidades informadas, há unidades vinculadas ao expediente administrativo ou comercial e outras com funcionamento ampliado para finais de semana e feriados ou ajustado à demanda turística. Essas diferenças são relevantes para a análise da disponibilidade dos serviços de informação aos visitantes, especialmente quanto aos períodos em que o atendimento presencial é oferecido.

A pesquisa também investigou a existência de colaboradores exclusivos para essa função, questão que recebeu 13 respostas. Quatro municípios (30,8%) informaram possuir profissionais dedicados exclusivamente ao atendimento turístico, enquanto nove (69,2%) declararam não contar com colaboradores exclusivos. Entre os quatro municípios que responderam à pergunta sobre a quantidade de profissionais, três (75%) informaram possuir um colaborador e um (25%) declarou contar com três, totalizando seis profissionais exclusivos nas estruturas informadas.

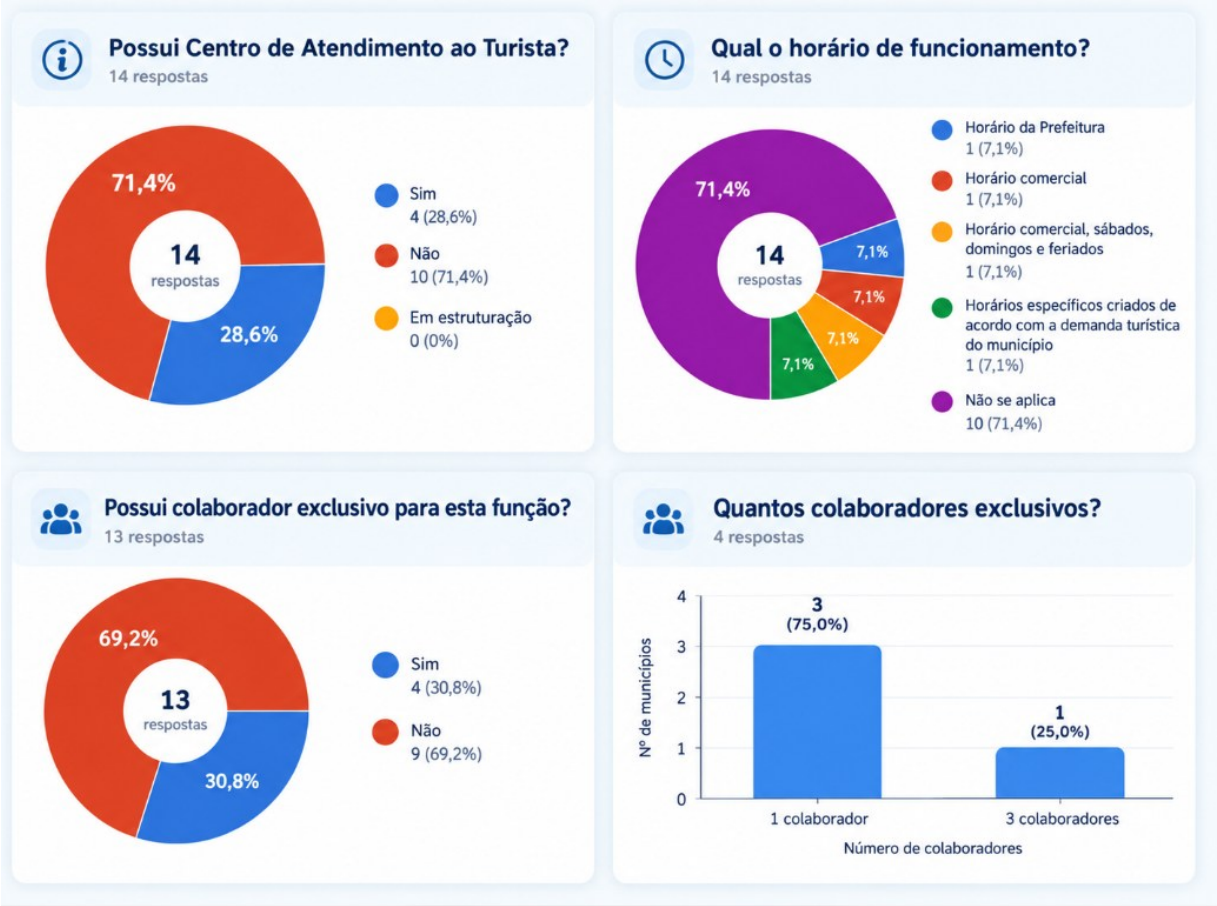
A composição das equipes revela diferenças na disponibilidade de pessoal destinado ao atendimento turístico. A predominância de unidades com apenas um colaborador exclusivo constitui um aspecto importante para a organização das escalas de trabalho, a continuidade do atendimento e a cobertura dos períodos de funcionamento. A existência de uma estrutura com três profissionais

demonstra uma configuração distinta de pessoal, embora os dados não especifiquem as jornadas, as atribuições individuais ou a distribuição dos colaboradores entre os turnos de atendimento.

A presença de CATs em apenas quatro municípios evidencia uma cobertura territorial limitada desses equipamentos na IGR Caminhos Gerais. Essa condição merece atenção no planejamento regional, considerando a função dos serviços de informação turística na orientação dos visitantes, na divulgação dos atrativos e na disponibilização de informações sobre meios de hospedagem, alimentação, transportes, eventos e experiências oferecidas nos destinos.

A ampliação das condições de atendimento, entretanto, envolve diferentes possibilidades de organização dos serviços. Além dos equipamentos presenciais, podem ser considerados canais digitais de informação, materiais de orientação turística, qualificação dos profissionais e mecanismos de compartilhamento de informações entre as administrações municipais. A escolha dessas alternativas deverá observar as características da demanda, a disponibilidade de recursos e as condições operacionais de cada localidade.

No âmbito do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os resultados indicam a pertinência de ações voltadas à organização e à qualificação da informação turística regional, considerando a distribuição dos CATs existentes, seus horários de funcionamento e a disponibilidade de profissionais. A articulação entre os municípios poderá favorecer a atualização e a circulação de informações sobre os destinos, a integração dos serviços de atendimento e a definição de soluções compatíveis com as diferentes condições municipais.



9.6 Identidade, Vocação e Produtos Turísticos

O levantamento sobre identidade, vocação e produtos turísticos buscou identificar, a partir da percepção dos gestores dos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais, os segmentos considerados de maior potencial de desenvolvimento e as atividades reconhecidas como representativas da oferta turística local. A pesquisa também contemplou questões relacionadas à estruturação e à comercialização dos produtos turísticos, à regularidade da oferta, à capacidade de atração de visitantes e às possibilidades de integração entre os municípios por meio de rotas e roteiros.

As informações reunidas expressam a percepção dos representantes municipais sobre as características e as perspectivas de desenvolvimento turístico de seus destinos. A identificação dos segmentos considerados promissores contribui para o reconhecimento das prioridades locais e para a análise das possibilidades de complementaridade regional, devendo ser examinada em conjunto com

as condições de estruturação da oferta e os demais levantamentos realizados no âmbito do planejamento estratégico.

A pergunta "Quais segmentos apresentam maior potencial?" recebeu respostas dos 14 municípios, que puderam indicar diferentes segmentos turísticos. Os resultados apresentam uma distribuição diversificada, com destaque para atividades relacionadas ao meio rural, à cultura, aos eventos e aos recursos naturais.

O turismo rural obteve o maior número de indicações, sendo apontado por 12 municípios (85,7%). Em seguida, aparecem o turismo cultural e o turismo de eventos, mencionados por dez municípios cada (71,4%), e o turismo de natureza, indicado por nove (64,3%). A gastronomia e o turismo religioso receberam sete indicações cada (50%), demonstrando sua presença entre os segmentos considerados de maior potencial por metade das administrações municipais participantes.

O predomínio do turismo rural nas respostas evidencia a importância atribuída pelos gestores às atividades e experiências relacionadas ao espaço rural. Essa percepção apresenta correspondência com características da oferta regional identificadas no diagnóstico, especialmente a presença de atividades agrícolas, produção de cafés, vinhos e outros produtos locais, além de propriedades e experiências vinculadas ao meio rural. A frequência das indicações sugere um campo de interesse compartilhado entre os municípios para a organização de propostas de turismo rural e de experiências relacionadas à produção agrícola.

O turismo cultural e o turismo de eventos, ambos com 71,4% das indicações, ocupam posição igualmente relevante na percepção municipal. Esses segmentos abrangem possibilidades distintas de organização da oferta, relacionadas aos atrativos culturais, às manifestações locais, às festividades e à programação de eventos. A frequência das respostas indica que os gestores reconhecem essas atividades entre as principais oportunidades de desenvolvimento turístico de seus municípios.

O turismo de natureza, mencionado por 64,3% dos participantes, também apresenta expressiva presença no levantamento. A indicação desse segmento está relacionada ao reconhecimento do potencial de aproveitamento turístico dos recursos e ambientes naturais existentes na região. Sua estruturação, entretanto, envolve condições específicas de acesso, organização das atividades, segurança e prestação de serviços, aspectos que devem ser considerados na definição das iniciativas de desenvolvimento.

A gastronomia e o turismo religioso, indicados por sete municípios cada (50%), constituem outros campos de interesse regional. A presença desses segmentos entre as respostas demonstra o

reconhecimento de atividades associadas à produção e à culinária local, às manifestações religiosas e aos espaços de visitação relacionados à religiosidade. As possibilidades de desenvolvimento turístico dependem das características dos atrativos e das condições de organização dos serviços e experiências disponíveis em cada município.

O turismo de esportes e o turismo de aventura receberam seis indicações cada (42,9%), formando outro conjunto de segmentos reconhecidos pelos gestores. A proximidade entre os resultados demonstra a presença dessas atividades nas perspectivas municipais de desenvolvimento, embora as respostas não especifiquem as modalidades esportivas e de aventura consideradas em cada localidade.

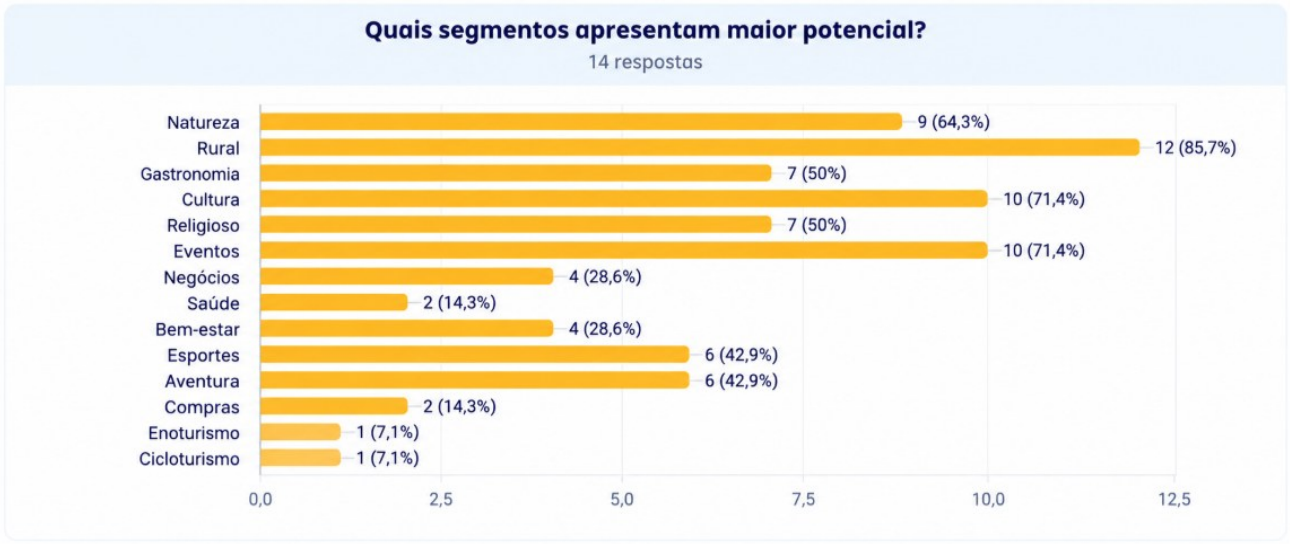
Os segmentos de negócios e bem-estar foram mencionados por quatro municípios cada (28,6%). Já o turismo de saúde e o turismo de compras receberam duas indicações cada (14,3%). O enoturismo e o cicloturismo apareceram com uma indicação cada (7,1%), constituindo os segmentos menos frequentemente assinalados no levantamento.

A menor frequência de determinadas categorias deve ser interpretada como resultado das prioridades e percepções expressas pelos gestores, sem estabelecer correspondência direta com a existência ou a importância dos atrativos e atividades relacionados. O enoturismo e o cicloturismo, por exemplo, aparecem com indicações específicas, enquanto categorias mais abrangentes, como turismo rural, natureza e esportes, receberam maior número de respostas. Essa distribuição também evidencia a necessidade de considerar as relações entre os segmentos e suas diferentes possibilidades de classificação.

O conjunto das indicações revela que os gestores reconhecem uma diversidade de possibilidades para o desenvolvimento turístico da IGR Caminhos Gerais, com predominância das atividades rurais, culturais, de eventos e de natureza. A presença simultânea de diferentes segmentos demonstra que as perspectivas municipais não se restringem a uma única modalidade turística, embora existam campos de interesse compartilhado que podem orientar a organização de iniciativas regionais.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os resultados fornecem uma referência para a análise da segmentação turística e a identificação de possibilidades de integração entre os destinos. A definição dos segmentos prioritários deverá considerar as indicações dos gestores em conjunto com as características da oferta existente, as condições de acesso e atendimento, o grau de estruturação dos produtos e as possibilidades de comercialização. Essa análise contribuirá para

orientar propostas de desenvolvimento turístico compatíveis com as particularidades municipais e com as oportunidades de articulação regional.



A pergunta “Principais produtos turísticos do município por categoria” buscou identificar os produtos considerados mais representativos de cada localidade, a partir das indicações dos gestores dos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais. As respostas foram organizadas em categorias que abrangem eventos e festividades, atrativos naturais, turismo religioso, gastronomia, cafeicultura, bem-estar, compras, aventura, negócios e outras atividades associadas à oferta turística municipal.

Os eventos e festas tradicionais constituíram a categoria com maior número de indicações, mencionada por três municípios (21,4%). Entre as referências apresentadas estão os desfiles de carros de boi, a Festa de São Benedito e a Festa do Peão. A presença dessas manifestações entre os principais produtos declarados evidencia a importância atribuída pelos gestores às festividades e aos acontecimentos que integram a programação turística de seus municípios.

Os atrativos naturais foram mencionados por dois municípios (14,3%), com referências ao Balneário, à Cachoeira Grande e ao Parque Pedra do Navio. O turismo religioso também recebeu duas indicações (14,3%), incluindo a Ermida Mãe Rainha e outras referências à atividade religiosa. Essas respostas demonstram a presença de recursos e atividades de diferentes naturezas entre os elementos reconhecidos pelos representantes municipais como principais referências turísticas locais.

A gastronomia e a cafeicultura receberam duas indicações cada (14,3%), ambas associadas ao café e aos cafés especiais. A coincidência das referências evidencia a possibilidade de enquadramento

de um mesmo produto em diferentes categorias, conforme a interpretação dos respondentes. No caso da cafeicultura, as indicações estão relacionadas à produção regional de café, enquanto sua classificação gastronômica se vincula ao produto destinado ao consumo e às experiências que podem ser organizadas em torno dele. As respostas, contudo, não detalham as modalidades de visitação, os serviços oferecidos ou as condições de comercialização dessas experiências.

Entre as categorias com uma indicação cada (7,1%), aparecem o turismo de bem-estar, o turismo de compras, o turismo de aventura e o turismo de negócios e eventos. O turismo de compras foi relacionado à moda íntima, enquanto o turismo de aventura apresentou referências ao cicloturismo, à Rota do Vulcão e às trilhas municipais. As indicações referentes ao bem-estar e ao turismo de negócios e eventos não foram acompanhadas da identificação de produtos específicos.

Uma resposta (7,1%) foi classificada como pertencente a múltiplas categorias, reunindo referências ao agroturismo associado ao café, ao turismo religioso vinculado ao Caminho da Fé e ao cicloturismo relacionado à Rota do Vulcão e às trilhas municipais. Essa indicação demonstra a coexistência de diferentes atividades na percepção de um mesmo representante municipal, sem a definição de um único produto predominante.

A distribuição das respostas revela diferenças na forma como os municípios identificam e classificam seus principais produtos turísticos. Enquanto algumas indicações correspondem a eventos ou atrativos determinados, outras mencionam atividades econômicas, segmentos turísticos ou conjuntos de experiências. Essa diversidade de respostas exige atenção à distinção entre recursos turísticos, atrativos, segmentos de mercado e produtos efetivamente organizados para visitação.

O reconhecimento de uma festa, de um atrativo natural, de uma atividade produtiva ou de uma rota como principal referência turística municipal expressa a importância atribuída a esses elementos pelos gestores. A caracterização de sua condição como produto turístico, entretanto, depende de informações sobre acesso, organização da visitação, disponibilidade de serviços, regularidade de funcionamento e possibilidades de comercialização, aspectos que não estão discriminados neste conjunto de respostas.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, o levantamento contribui para identificar as referências turísticas reconhecidas pelas administrações municipais e as diferentes formas de apresentação da oferta local. A análise dessas indicações poderá subsidiar a organização dos produtos existentes e a identificação daqueles que necessitam de estruturação, considerando suas

características, as condições de atendimento aos visitantes e as possibilidades de integração com outras atividades e destinos da região.



O levantamento sobre as condições de estruturação e comercialização dos principais produtos turísticos municipais contemplou três perguntas. A primeira, “Esse produto possui potencial para atrair visitantes de outras regiões ou estados?”, buscou identificar a capacidade de atração turística atribuída pelos gestores aos produtos anteriormente indicados. A segunda, “Esse produto já está estruturado para comercialização?”, examinou as condições de organização da oferta. A terceira, “Esse produto é ofertado durante todo o ano?”, investigou a regularidade de sua disponibilidade aos visitantes.

Em relação à capacidade de atração, oito municípios (57,1%) informaram que seus principais produtos turísticos já recebem visitantes de outras regiões ou estados. Os outros seis (42,9%) reconheceram esse potencial, mas consideraram que ainda é pouco explorado. Nenhum dos participantes classificou o potencial de atração como exclusivamente regional ou local, tampouco assinalou dificuldade para avaliá-lo. Os resultados demonstram que todos os gestores atribuem aos produtos indicados possibilidades de alcançar públicos externos à região, embora apresentem percepções distintas quanto ao aproveitamento dessa capacidade.

A diferença entre os dois grupos constitui um aspecto relevante para a análise da oferta turística municipal. Enquanto a maioria dos respondentes reconhece a presença de visitantes provenientes de outras regiões ou estados, uma parcela expressiva identifica oportunidades ainda

pouco aproveitadas. Essa avaliação refere-se à percepção dos gestores sobre os produtos selecionados e deverá ser considerada em conjunto com informações sobre a demanda efetiva e as condições de atendimento, especialmente para orientar iniciativas de estruturação e promoção turística.

Quanto à comercialização, sete municípios (50%) declararam que seus principais produtos turísticos já estão estruturados para essa finalidade, enquanto seis (42,9%) informaram que apresentam estruturação parcial. Apenas um município (7,1%) indicou que seu principal produto ainda não possui condições de comercialização. Assim, metade dos produtos identificados encontra-se, segundo os gestores, em condições de ser comercializada, enquanto a outra metade apresenta algum grau de necessidade de estruturação.

A proporção de produtos parcialmente estruturados merece atenção, pois a identificação de um atrativo ou experiência com capacidade de receber visitantes não corresponde, necessariamente, à existência de condições organizadas de comercialização. A oferta turística pode envolver diferentes componentes, como definição das atividades oferecidas, disponibilidade de serviços, organização do atendimento, informações aos visitantes e canais de reserva ou contratação. O levantamento registra a situação declarada pelos municípios, sem detalhar quais desses componentes estão presentes ou necessitam de aprimoramento em cada produto.

A regularidade da oferta apresentou resultados distintos. Dez municípios (71,4%) informaram que seus principais produtos turísticos são disponibilizados durante todo o ano, enquanto três (21,4%) declararam que a oferta ocorre somente em datas específicas. Um município (7,1%) indicou caráter sazonal. A predominância de produtos com disponibilidade anual demonstra que, segundo os representantes municipais, parte expressiva das principais referências turísticas locais pode ser oferecida aos visitantes independentemente de um calendário restrito de acontecimentos.

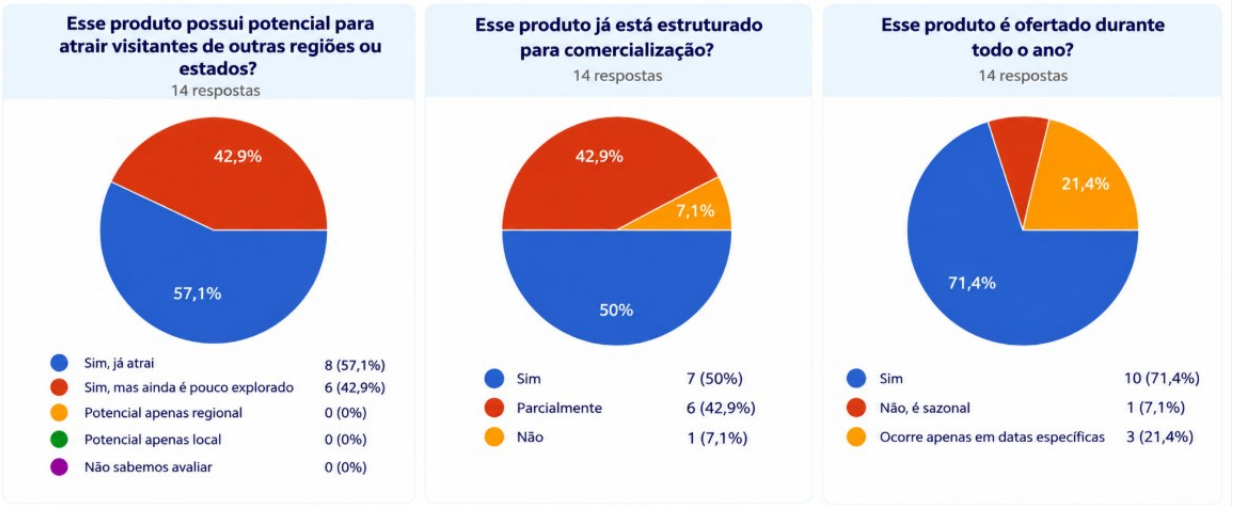
As respostas referentes à oferta sazonal ou concentrada em datas específicas indicam modalidades de funcionamento que devem ser consideradas na organização da programação turística. Eventos, festividades e determinadas experiências possuem calendários próprios, cuja divulgação e articulação com outros serviços podem contribuir para a organização da visitação. A ocorrência em períodos delimitados, portanto, constitui uma característica da oferta que precisa ser observada no planejamento e na comunicação dos produtos.

A análise conjunta dos três indicadores revela uma diferença entre a capacidade de atração atribuída aos produtos turísticos e seu grau de estruturação comercial. Embora oito municípios (57,1%) declarem que seus principais produtos já atraem visitantes de outras regiões ou estados,

somente sete (50%) informam que esses produtos estão estruturados para comercialização. Além disso, seis municípios reconhecem potencial de atração ainda pouco explorado e outros seis identificam estruturação comercial parcial. Os dados agregados não estabelecem correspondência individual entre esses grupos, mas evidenciam a presença de questões relacionadas ao aproveitamento turístico e à organização da oferta.

A disponibilidade ao longo do ano constitui outra dimensão relevante. A existência declarada de dez produtos com oferta anual representa uma condição a ser considerada na organização da visitação e nas iniciativas de promoção. Entretanto, a regularidade informada não corresponde, por si, à comprovação de comercialização estruturada, uma vez que os indicadores examinam características distintas dos produtos.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os resultados apontam a pertinência de ações voltadas à qualificação e à comercialização dos produtos turísticos identificados pelos municípios. A análise das condições de oferta, da organização dos serviços e dos mecanismos de divulgação poderá contribuir para a definição de iniciativas de apoio aos empreendimentos e agentes envolvidos, considerando as particularidades dos produtos disponíveis durante todo o ano e daqueles vinculados a períodos específicos. A articulação regional dessas iniciativas deverá observar as condições efetivas de estruturação e as características da demanda, com atenção às possibilidades de ampliar o aproveitamento dos produtos reconhecidos pelos gestores municipais.



O levantamento sobre as possibilidades de integração dos produtos turísticos municipais em roteiros regionais contemplou três questões. A primeira, “Esse produto pode ser integrado a um roteiro

regional?", investigou a percepção dos gestores sobre as possibilidades de articulação entre as experiências turísticas existentes. A segunda, "Quais outros municípios poderiam complementar esse produto?", buscou identificar os destinos reconhecidos como potenciais parceiros. A terceira, "Como avalia o cenário da integração regional hoje?", reuniu as avaliações dos representantes municipais acerca das condições atuais de cooperação turística na IGR Caminhos Gerais.

Os resultados demonstram unanimidade quanto às possibilidades de integração regional. Todos os 14 municípios (100%) consideraram que seus principais produtos turísticos podem compor roteiros envolvendo outros destinos da IGR Caminhos Gerais. Nenhum gestor assinalou as alternativas "não" ou "talvez". Esse resultado evidencia o reconhecimento compartilhado de oportunidades de articulação entre as ofertas municipais, constituindo uma referência importante para a organização de experiências turísticas que envolvam diferentes localidades.

Na identificação dos municípios que poderiam complementar os produtos turísticos, Poço Fundo e Poços de Caldas receberam o maior número de indicações, com nove respostas cada (64,3%). Em seguida, aparece Caldas, mencionada por oito municípios (57,1%). Andradas, Campestre, Machado e Santa Rita de Caldas receberam sete indicações cada (50%), enquanto Botelhos, Carvalhópolis e São João da Mata foram apontados por seis municípios cada (42,9%).

Cabo Verde e Monte Belo receberam cinco indicações cada (35,7%). Ibitiúra de Minas e Ipuiúna apresentaram quatro menções cada (28,6%), constituindo os municípios com menor frequência de indicação nesse levantamento. Todos os 14 integrantes da IGR foram mencionados como possíveis destinos complementares, embora com diferentes níveis de reconhecimento por parte dos gestores.

A distribuição das respostas demonstra que as possibilidades de integração turística são percebidas em todo o território regional, com maior concentração de indicações em determinados municípios. Poço Fundo e Poços de Caldas destacam-se pela frequência com que foram reconhecidos como destinos capazes de complementar os produtos apresentados pelos demais participantes. Caldas também ocupa posição relevante nesse conjunto, seguido por um grupo de municípios que recebeu indicações de metade dos respondentes.

Esses resultados expressam as percepções dos gestores sobre a complementaridade entre os destinos e constituem uma referência para a identificação de possíveis articulações intermunicipais. A frequência de indicações, entretanto, não estabelece uma hierarquia definitiva entre os municípios nem caracteriza, isoladamente, a existência de roteiros estruturados. A definição das possibilidades

efetivas de integração deverá considerar as características dos produtos, as condições de acesso, a organização dos serviços e a compatibilidade entre as experiências oferecidas.

A avaliação do cenário atual da integração regional apresentou percepções distintas entre os representantes municipais. Cinco gestores (35,7%) consideraram que a articulação ocorre de maneira parcial e ainda necessita de melhorias, mencionando a falta de conexão entre determinados municípios e a necessidade de ampliar o conhecimento recíproco entre os destinos. As respostas também reconheceram a existência de integração pela atuação da IGR Caminhos Gerais, acompanhada da demanda por avanços na organização de rotas integradas.

Quatro municípios (28,6%) apresentaram avaliações positivas, destacando a contribuição da IGR para a aproximação entre as administrações municipais, o fortalecimento das parcerias, a troca de experiências e o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas ao turismo regional. Essas manifestações reconhecem iniciativas de articulação já realizadas e seus efeitos percebidos pelos gestores na organização das relações institucionais.

Outros três municípios (21,4%) avaliaram a integração regional como um processo em evolução ou construção. As respostas mencionaram avanços na estruturação da IGR, acompanhados da necessidade de aperfeiçoar as condições de integração entre os destinos e fortalecer a organização de roteiros regionais. Essa percepção situa a articulação turística em um estágio de desenvolvimento ainda sujeito a aprimoramentos.

Uma avaliação (7,1%) classificou a integração como moderada, apontando a existência de municípios com menor inserção nas iniciativas regionais e a necessidade de fortalecer os vínculos entre os participantes. Outra resposta (7,1%) considerou a integração de intensidade média-baixa, destacando a percepção de pouca visibilidade de Botelhos em comparação com municípios como Andradas e Poços de Caldas, especialmente nas ações de promoção turística.

As respostas abertas revelam que os gestores reconhecem iniciativas de cooperação promovidas pela IGR Caminhos Gerais, mas apresentam avaliações distintas quanto ao alcance e à distribuição dessas ações entre os municípios. Entre as questões mencionadas estão a necessidade de ampliar o conhecimento das características turísticas dos destinos, fortalecer a integração dos municípios com menor participação e aperfeiçoar a organização e a divulgação de roteiros compartilhados.

A análise conjunta dos indicadores evidencia uma diferença entre o potencial de integração reconhecido unanimemente pelos gestores e a avaliação das condições atuais de articulação regional.

Embora todos considerem possível integrar seus principais produtos turísticos a roteiros intermunicipais, as respostas sobre o cenário existente identificam necessidades relacionadas à conexão entre os destinos, à organização da oferta e à participação dos municípios nas iniciativas desenvolvidas.



Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os resultados apontam a pertinência de aprofundar a identificação das complementaridades entre os produtos turísticos e de estabelecer critérios para a organização de rotas e roteiros regionais. A articulação entre os municípios deverá considerar tanto as oportunidades reconhecidas pelos gestores quanto as diferenças de participação e visibilidade relatadas na pesquisa. O desenvolvimento de iniciativas conjuntas, acompanhado de mecanismos de comunicação e cooperação institucional, poderá contribuir para transformar as possibilidades identificadas em propostas de visitação regional efetivamente estruturadas.

O levantamento sobre a participação dos municípios em rotas e roteiros turísticos contemplou questões relativas à integração em percursos existentes, à identificação das iniciativas utilizadas, à

comercialização dos roteiros e à existência de propostas próprias. Foram apresentadas as perguntas "Participa de alguma rota e/ou roteiro turístico?", "Quais?", "Participa de alguma rota e/ou roteiro turístico comercializado?" e "Possui rota e/ou roteiro próprio?". As respostas também reuniram exemplos de iniciativas municipais e intermunicipais reconhecidas pelos gestores da IGR Caminhos Gerais.

Dos 14 municípios participantes, 11 (78,6%) declararam integrar alguma rota ou roteiro turístico, enquanto três (21,4%) informaram não participar dessas iniciativas. O resultado evidencia que a maior parte dos municípios possui algum vínculo declarado com percursos turísticos, abrangendo propostas relacionadas ao cicloturismo, à religiosidade, à cafeicultura e a outras experiências de visitação.

Na identificação das rotas e dos roteiros, foram registradas 11 respostas, com possibilidade de indicação de diferentes iniciativas. A Rota do Vulcão – Cicloturismo apresentou o maior número de menções, sendo indicada por cinco municípios (45,5%). Em seguida, aparecem o Caminho da Fé e a Rota Vulcânica, ambos mencionados por quatro participantes (36,4%). O Caminho da Rainha da Obediência recebeu três indicações (27,3%), enquanto o Caminho Monsenhor Alderigi foi citado por dois municípios (18,2%).

Outras iniciativas foram mencionadas individualmente, cada uma correspondendo a 9,1% das respostas. Entre elas estão o Caminho de Aparecida, o Caminho do Rosário, Caminhos Gerais e referências a rotas vinculadas às capelas e aos cafés especiais. Também foi registrada uma resposta na categoria "Nenhum". A presença dessa alternativa entre as indicações merece atenção, considerando que o conjunto de respondentes declarou participação em alguma rota ou roteiro na pergunta anterior.

A diversidade das iniciativas mencionadas demonstra a presença de percursos associados a diferentes modalidades de visitação. Os caminhos religiosos aparecem em várias respostas, enquanto as rotas relacionadas ao cicloturismo, à cafeicultura e às características territoriais da região também integram o conjunto identificado. A frequência de menções à Rota do Vulcão – Cicloturismo, ao Caminho da Fé e à Rota Vulcânica indica maior reconhecimento dessas iniciativas entre os participantes da pesquisa.

A investigação também abordou a participação em rotas e roteiros turísticos comercializados. Nesse indicador, sete municípios (50%) responderam afirmativamente, enquanto os outros sete (50%) declararam não participar de iniciativas comercializadas. A distribuição revela uma diferença entre a

participação geral em rotas e roteiros, declarada por 11 municípios, e a participação em percursos reconhecidos pelos gestores como comercializados, informada por apenas metade dos respondentes.

Essa distinção constitui um aspecto importante da organização turística regional. A participação em uma rota pode envolver o reconhecimento de um percurso, a inclusão de atrativos em determinado caminho ou a vinculação institucional a uma iniciativa de integração. A comercialização, por sua vez, envolve condições específicas de organização e disponibilização de serviços e experiências aos visitantes. Os resultados indicam que parte das iniciativas reconhecidas pelos gestores ainda apresenta diferenças quanto à sua inserção em formas organizadas de comercialização.

Quanto à existência de rotas ou roteiros próprios, cinco municípios (35,7%) responderam afirmativamente, enquanto nove (64,3%) declararam não possuir iniciativas dessa natureza. A menor proporção de roteiros próprios, em comparação com a participação em percursos turísticos, evidencia que a inserção municipal ocorre predominantemente por meio de iniciativas cuja abrangência não se restringe necessariamente a um único destino.

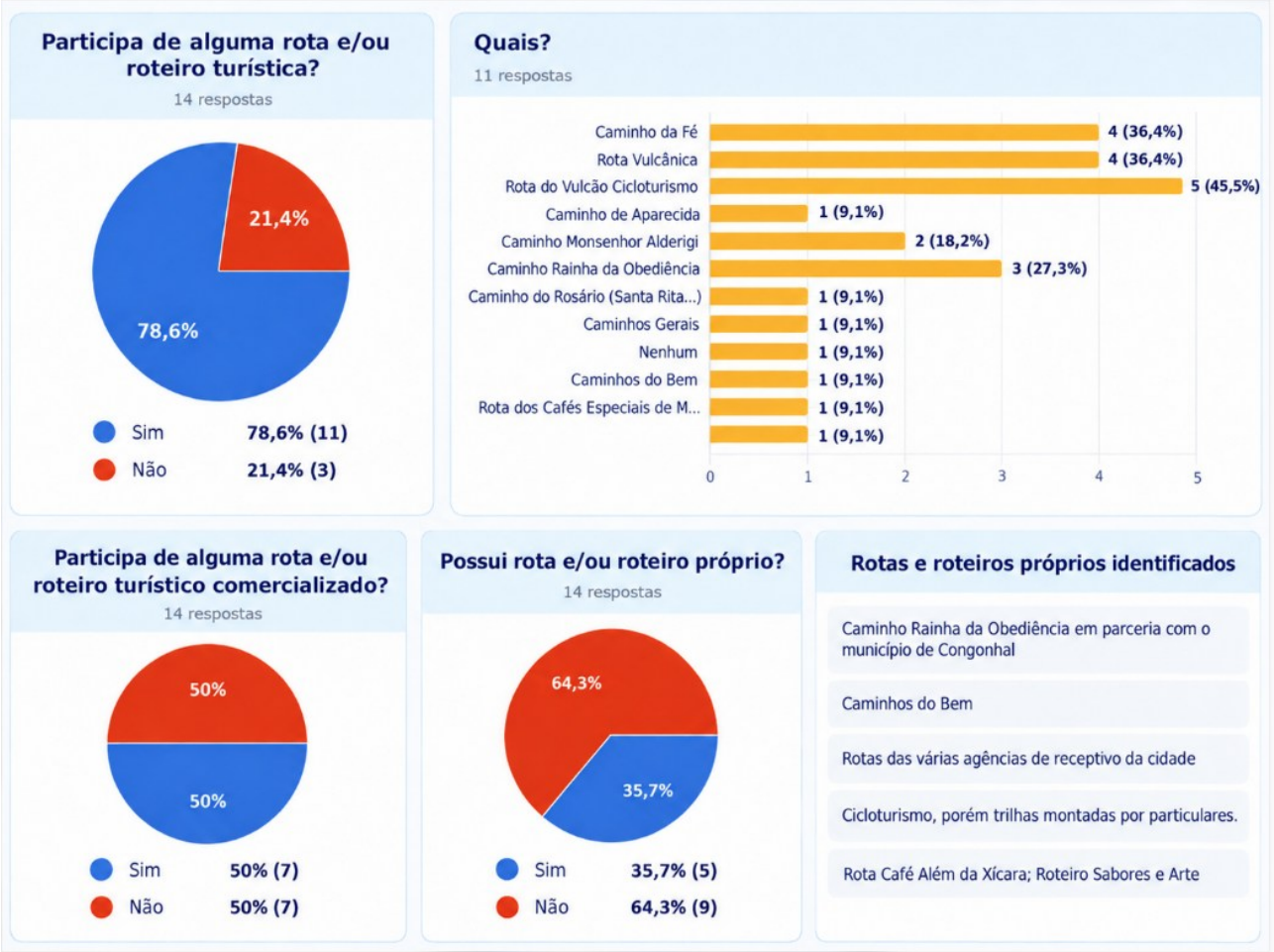
Entre os roteiros e percursos próprios mencionados estão o Caminho da Rainha da Obediência, desenvolvido em parceria com o município de Congonhal, e o Caminhos do Bem. Também foram citadas rotas organizadas por agências de receptivo, percursos de cicloturismo com trilhas estruturadas por particulares e as iniciativas Rota Café Além da Xícara e Roteiro Sabores e Arte.

As respostas demonstram diferentes formas de organização dessas iniciativas, incluindo parcerias intermunicipais, atuação de agências de receptivo e participação de agentes particulares na estruturação de percursos. A diversidade de responsáveis e modalidades evidencia que a oferta de rotas e roteiros turísticos envolve diferentes agentes, cujas atribuições e condições de atuação devem ser consideradas na análise da organização regional.

A comparação dos indicadores revela que a participação em rotas e roteiros está presente na maioria dos municípios, mas sua comercialização e a existência de iniciativas próprias apresentam proporções inferiores. Enquanto 78,6% dos participantes declararam integrar algum percurso turístico, 50% informaram participação em roteiros comercializados e 35,7% afirmaram possuir rotas ou roteiros próprios. Esses resultados caracterizam diferentes níveis de envolvimento municipal com as iniciativas identificadas, sem estabelecer correspondência individual entre as três situações.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, o levantamento fornece referências para o exame das rotas e dos roteiros existentes, de suas condições de funcionamento e das

possibilidades de integração da oferta turística. A identificação das iniciativas efetivamente comercializadas, dos agentes responsáveis por sua operação e dos serviços disponíveis ao longo dos percursos constitui uma etapa relevante para orientar propostas de qualificação e articulação regional. O fortalecimento das relações entre municípios, operadores, agências de receptivo e demais prestadores de serviços poderá contribuir para a organização das experiências turísticas e para a ampliação das possibilidades de visitação integrada.



* Cabe esclarecer que, embora a Rota Vulcânica tenha recebido quatro indicações na pesquisa, sua composição oficial abrange apenas Andradas, Caldas e Poços de Caldas, conforme informações da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais. A divergência foi mantida nos resultados por representar a percepção declarada pelos gestores municipais.

9.7 Demanda Turística

O levantamento sobre a demanda turística buscou identificar, a partir das informações fornecidas pelos gestores dos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais, as condições de conhecimento e acompanhamento do fluxo de visitantes, suas principais regiões de origem e os períodos de maior movimentação turística. A pesquisa contemplou a existência de levantamentos sistemáticos de demanda, a disponibilidade de dados de visitação e as informações utilizadas pelas administrações municipais para caracterizar o público que frequenta seus destinos.

Foram apresentadas as perguntas “O município realiza pesquisa de demanda?”, “Possui dados de visitação?”, “Conhece a origem dos visitantes?”, “Qual é a origem predominante dos visitantes do município?” e “Em quais períodos esses visitantes costumam vir?”. O conjunto das respostas reúne informações sobre os instrumentos de acompanhamento da atividade turística e as percepções dos gestores acerca da procedência e da distribuição temporal dos fluxos de visitação.

Os resultados demonstram que apenas três municípios (21,4%) declararam realizar pesquisas de demanda turística, enquanto 11 (78,6%) informaram não desenvolver esse tipo de levantamento. Quanto à disponibilidade de dados de visitação, cinco municípios (35,7%) responderam afirmativamente e nove (64,3%) declararam não possuir essas informações. Essa diferença indica que a existência de registros sobre visitantes não está necessariamente associada à realização de pesquisas sistemáticas de demanda, uma vez que os dois indicadores apresentam proporções distintas.

A ausência de pesquisas regulares na maior parte dos municípios constitui uma limitação importante para o conhecimento do comportamento da demanda turística regional. Informações sobre procedência, frequência de visitação, permanência, motivações de viagem e utilização dos serviços turísticos são relevantes para a definição de ações de promoção, organização da oferta e acompanhamento dos resultados das políticas públicas. A disponibilidade restrita desses levantamentos indica uma necessidade de aprimoramento dos mecanismos municipais de coleta e sistematização de dados.

Em relação ao conhecimento da origem dos visitantes, os gestores apresentaram respostas distribuídas entre conhecimento declarado, ausência de informações e identificação informal da procedência turística. O resultado indica a presença de diferentes formas de acompanhamento da origem dos visitantes, incluindo informações obtidas sem a utilização de instrumentos sistemáticos de pesquisa. Essa condição deve ser considerada na interpretação dos dados sobre os mercados emissores identificados pelos municípios.

Quanto à origem predominante dos visitantes, o interior do estado de São Paulo recebeu o maior número de indicações, sendo mencionado por seis municípios (42,9%). Em seguida, aparece o Sul de Minas Gerais, apontado por três gestores (21,4%). Dois municípios (14,3%) indicaram a predominância de visitantes do próprio município, incluindo o uso de equipamentos e atrativos pela população local.

As demais indicações distribuem-se entre outras regiões de Minas Gerais, a capital paulista e outras regiões mineiras apresentadas em categorias distintas no levantamento, cada uma correspondendo a um município (7,1%). Nenhum município indicou o Rio de Janeiro como origem predominante dos visitantes.

A distribuição das respostas evidencia o destaque atribuído ao interior paulista na composição dos fluxos turísticos percebidos pelos gestores, seguido pelas localidades do próprio Sul de Minas Gerais. A presença de visitantes do próprio município e de outras regiões mineiras também integra esse quadro, revelando diferentes abrangências territoriais de visitação entre os destinos participantes.

O predomínio das indicações relacionadas ao interior de São Paulo constitui uma informação relevante para o planejamento da promoção turística regional. Entretanto, por se tratar da origem predominante declarada por cada município, o percentual de 42,9% corresponde à proporção de administrações que assinalaram essa categoria, e não à participação efetiva dos visitantes paulistas no fluxo turístico total da IGR Caminhos Gerais.

A investigação sobre os períodos de maior visitação demonstra a importância dos finais de semana, indicados por oito municípios (57,1%). Os feriados prolongados e as férias escolares aparecem em seguida, com seis indicações cada (42,9%). Os eventos foram mencionados por cinco municípios (35,7%), demonstrando sua presença entre os períodos reconhecidos pelos gestores como relevantes para a movimentação turística.

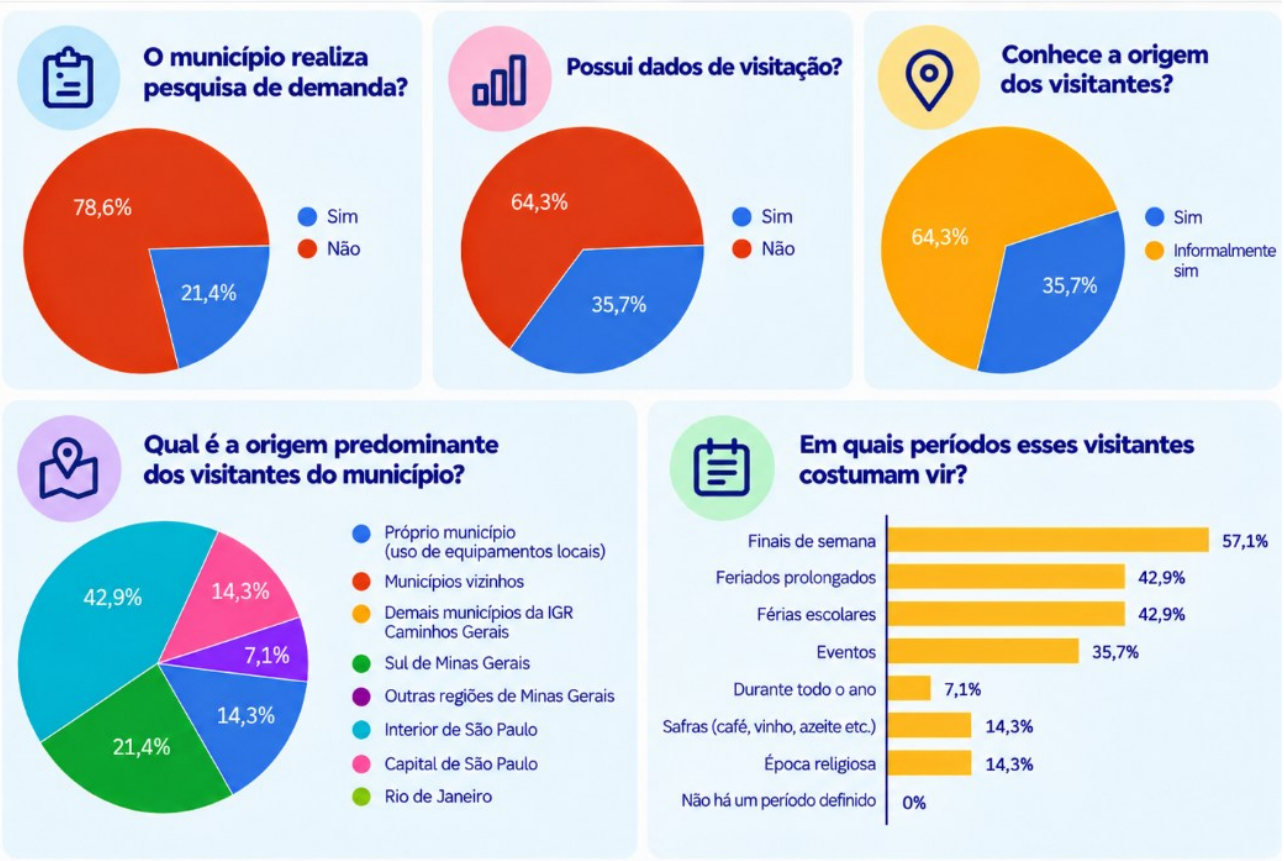
As safras agrícolas, incluindo café, vinho e azeite, foram mencionadas por dois municípios (14,3%), mesma quantidade registrada para as épocas religiosas. Apenas um município (7,1%) informou receber visitantes durante todo o ano como período característico de visitação. Nenhum participante assinalou a alternativa referente à inexistência de um período definido.

Esses resultados demonstram que a percepção dos gestores sobre a movimentação turística está associada principalmente aos períodos de descanso, férias e realização de eventos. As referências às safras agrícolas e às épocas religiosas acrescentam períodos específicos de visitação, relacionados às características produtivas e às atividades religiosas presentes nos destinos.

A distribuição temporal informada pelos municípios constitui uma referência para a organização dos serviços turísticos, o planejamento dos calendários de eventos e a definição das ações de divulgação. A frequência das indicações relativas a finais de semana e feriados prolongados também evidencia a importância de considerar a disponibilidade de atendimento e o funcionamento dos equipamentos e empreendimentos turísticos nesses períodos.

O conjunto dos resultados revela diferenças entre o conhecimento declarado pelos gestores sobre a procedência e os períodos de visitação e a disponibilidade de instrumentos sistemáticos de acompanhamento da demanda. Embora as respostas apresentem referências sobre os principais mercados de origem e os momentos de maior movimentação, a reduzida realização de pesquisas de demanda e a ausência de dados de visitação em parte expressiva dos municípios limitam a caracterização quantitativa dos fluxos turísticos regionais.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os resultados apontam a pertinência de desenvolver mecanismos compartilhados de monitoramento da demanda turística, com critérios de coleta e sistematização que favoreçam a comparação das informações entre os municípios. A organização de indicadores sobre origem, períodos de visitação e movimentação de turistas poderá subsidiar decisões relacionadas à promoção regional, à qualificação da oferta e ao acompanhamento das ações previstas no planejamento, considerando as particularidades dos diferentes destinos.



Os resultados sobre a demanda turística devem ser interpretados considerando que apenas três dos 14 municípios realizam pesquisas específicas e que cinco declararam possuir dados de visitação. Assim, as informações relativas à origem dos visitantes e aos períodos de maior movimento refletem predominantemente o conhecimento e as percepções dos gestores municipais. Essa condição evidencia a necessidade de ampliar a produção sistemática de informações, estabelecer critérios compartilhados de coleta e acompanhamento dos fluxos turísticos e constituir uma base regional de dados que subsidie o planejamento e a avaliação das políticas públicas de turismo.

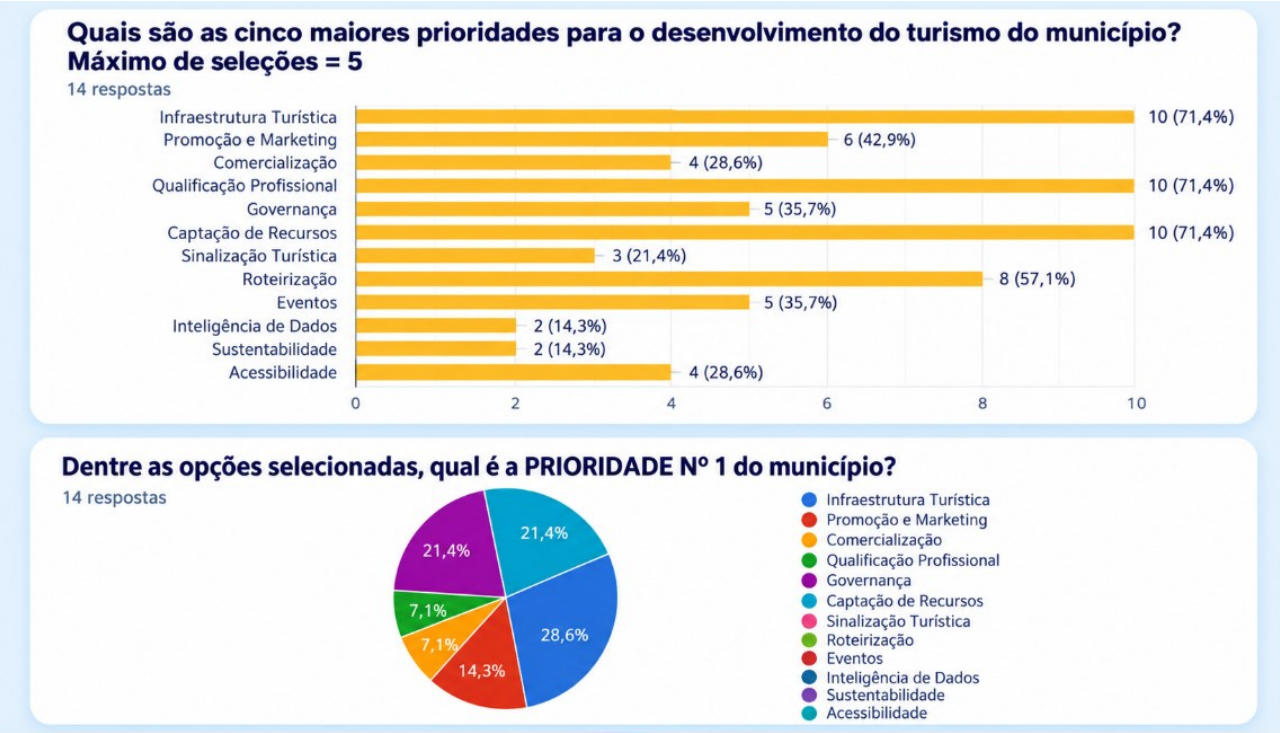
9.8 Prioridades e Investimentos

O levantamento sobre prioridades e investimentos buscou identificar as áreas consideradas mais relevantes pelos gestores dos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais para o desenvolvimento da atividade turística. A pesquisa contemplou necessidades relacionadas à infraestrutura, qualificação

profissional, promoção, comercialização, governança, captação de recursos, estruturação de roteiros e outros componentes da gestão e da oferta turística municipal.

Foram apresentadas duas perguntas complementares. Na primeira, "Quais são as cinco maiores prioridades para o desenvolvimento do turismo do município?", os participantes puderam selecionar até cinco alternativas, permitindo identificar as demandas com maior frequência de indicação entre as administrações municipais. Na segunda, "Dentre as opções selecionadas, qual é a PRIORIDADE Nº 1 do município?", cada gestor indicou a área considerada mais importante para sua localidade.

A organização dos resultados permite distinguir as necessidades compartilhadas por diferentes municípios daquelas apontadas como prioridade principal de cada administração. Essa diferenciação constitui uma referência para a definição de iniciativas regionais, considerando a diversidade das condições locais e as possibilidades de articulação entre as políticas municipais de turismo.



Os resultados demonstram que infraestrutura turística, qualificação profissional e captação de recursos constituem as prioridades mais frequentemente indicadas pelos gestores municipais, cada uma mencionada por dez dos 14 participantes (71,4%). A igualdade no número de indicações evidencia que essas três áreas ocupam posição de destaque entre as necessidades reconhecidas pelas

administrações municipais, abrangendo tanto as condições materiais de desenvolvimento da atividade quanto a disponibilidade de profissionais qualificados e de recursos financeiros para a execução de projetos.

A roteirização aparece em seguida, com oito indicações (57,1%), demonstrando o interesse dos gestores pela organização de percursos e experiências turísticas. A promoção e o marketing foram mencionados por seis municípios (42,9%), enquanto a governança e os eventos receberam cinco indicações cada (35,7%). Esses resultados revelam a presença de demandas relacionadas à articulação institucional, à organização da oferta e à divulgação das atividades turísticas.

A comercialização e a acessibilidade foram apontadas por quatro municípios cada (28,6%). A sinalização turística recebeu três indicações (21,4%), enquanto inteligência de dados e sustentabilidade foram mencionadas por dois municípios cada (14,3%). Embora apresentem menor frequência de indicação, essas áreas integram o conjunto de necessidades reconhecidas pelos gestores e deverão ser consideradas de acordo com as condições e prioridades específicas das administrações municipais.

A distribuição das respostas demonstra que as prioridades de desenvolvimento turístico abrangem diferentes dimensões da gestão pública e da organização da atividade. A infraestrutura turística concentra demandas relacionadas às condições de recepção e atendimento aos visitantes, enquanto a qualificação profissional está associada à preparação dos agentes envolvidos na prestação dos serviços turísticos. A captação de recursos, por sua vez, refere-se à necessidade de ampliar as possibilidades de financiamento das iniciativas municipais.

Quando solicitados a identificar uma única prioridade, os gestores apresentaram uma distribuição distinta daquela observada na seleção das cinco áreas principais. A infraestrutura turística manteve a maior frequência, sendo indicada como prioridade número um por quatro municípios (28,6%). Em seguida, aparecem a governança e a captação de recursos, cada uma apontada por três municípios (21,4%).

A promoção e o marketing ocuparam a primeira posição na avaliação de dois municípios (14,3%), enquanto a comercialização e a qualificação profissional foram consideradas prioritárias por um município cada (7,1%). As demais áreas não receberam indicações como prioridade principal, embora várias tenham sido mencionadas na seleção inicial.

A comparação entre os dois indicadores revela diferenças na importância atribuída às áreas quando os gestores precisam estabelecer uma única prioridade. A qualificação profissional, por

exemplo, recebeu dez indicações (71,4%) entre as cinco principais necessidades, mas foi considerada a prioridade número um por apenas um município (7,1%). A governança, por outro lado, foi mencionada por cinco participantes (35,7%) na seleção inicial e indicada como principal prioridade por três (21,4%).

A captação de recursos apresentou relevância nos dois indicadores, figurando entre as três áreas mais mencionadas e sendo considerada a principal prioridade por três municípios. A infraestrutura turística também manteve destaque nas duas avaliações, constituindo a área com maior número de indicações quando os gestores precisaram estabelecer uma ordem de importância.

Essas diferenças demonstram que a frequência de indicação de determinada necessidade não corresponde necessariamente à posição que ela ocupa entre as prioridades imediatas de cada administração. A seleção de até cinco alternativas expressa o conjunto de demandas reconhecidas pelos gestores, enquanto a indicação de uma única área evidencia a importância relativa atribuída a cada tema no contexto municipal.

No âmbito do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os resultados oferecem referências para a definição das prioridades regionais de atuação. A infraestrutura turística, a captação de recursos e a qualificação profissional apresentam ampla recorrência nas respostas, enquanto a governança assume destaque quando considerada a prioridade principal dos municípios. A roteirização e a promoção turística também integram o conjunto de demandas compartilhadas, indicando campos de atuação que poderão ser examinados na organização das ações estratégicas.

A definição das iniciativas regionais deverá considerar a frequência das necessidades identificadas, a importância atribuída pelos gestores e as condições específicas de implementação. Essa abordagem poderá orientar a organização de projetos conjuntos, a articulação com instituições parceiras e a distribuição de responsabilidades entre os municípios, respeitando suas competências administrativas e as prioridades estabelecidas no diagnóstico.

9.9 A IGR Caminhos Gerais, Identidade Territorial e Posicionamento

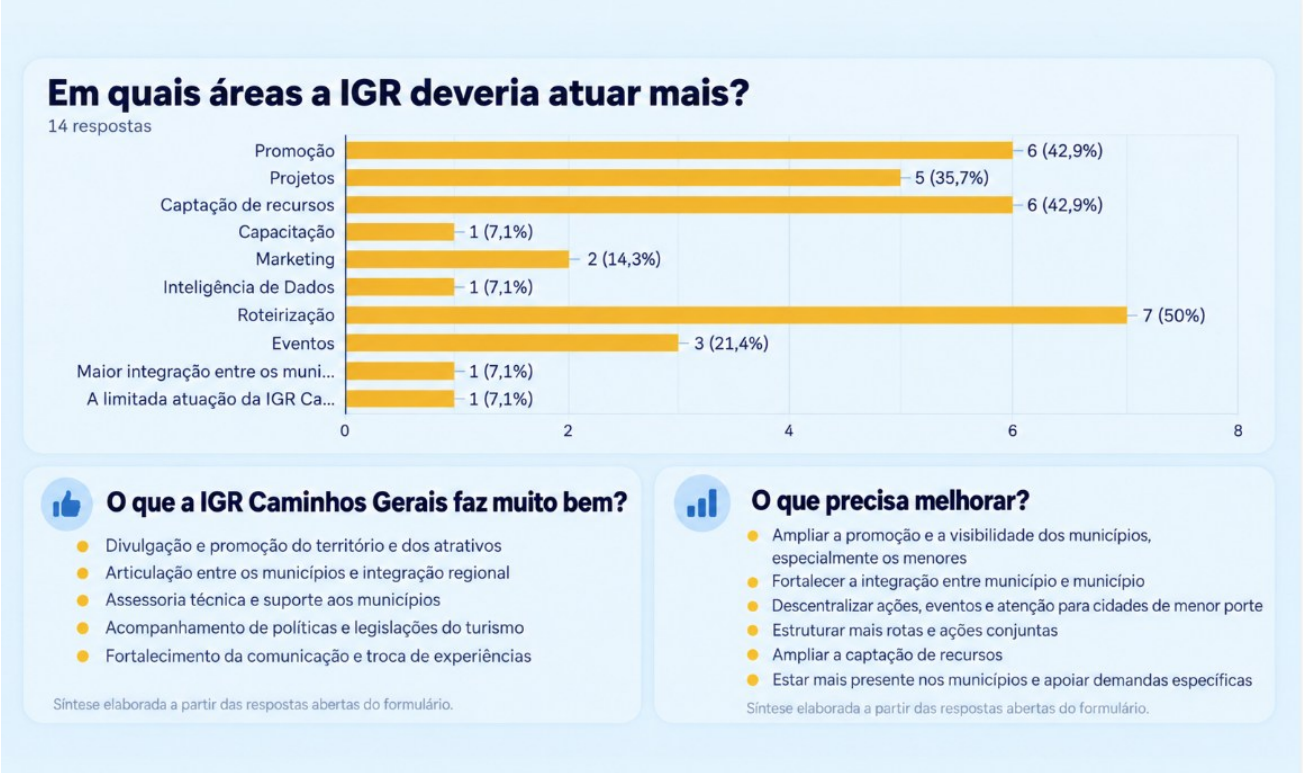
O levantamento sobre a atuação da Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Gerais, a identidade territorial e o posicionamento turístico regional reuniu as percepções dos gestores dos 14 municípios acerca das relações institucionais, dos resultados alcançados pela entidade e das perspectivas de fortalecimento da cooperação intermunicipal. A pesquisa buscou identificar as

contribuições reconhecidas pelas administrações municipais, as dificuldades enfrentadas na articulação regional e as áreas consideradas prioritárias para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pela IGR.

As questões contemplaram a avaliação dos serviços e iniciativas promovidos pela entidade, as condições de participação dos municípios, as expectativas em relação à sua atuação e as possibilidades de ampliar a integração entre os destinos. Também foram investigados os principais diferenciais atribuídos à região e os obstáculos identificados pelos gestores para o desenvolvimento de ações compartilhadas.

A pesquisa abordou, ainda, a identidade turística do Caminhos Gerais, considerando as referências culturais, naturais, históricas e produtivas reconhecidas pelos representantes municipais, o conhecimento da denominação regional pela população e as percepções sobre sua utilização na comunicação e na promoção turística.

A análise dos resultados foi organizada considerando as diferentes dimensões da atuação institucional e do posicionamento regional. As informações integram o diagnóstico das relações entre a IGR e os municípios, contribuindo para a identificação de necessidades de aprimoramento da governança, de fortalecimento da identidade territorial e de organização das estratégias de comunicação e promoção dos destinos.



O levantamento sobre a atuação da IGR Caminhos Gerais contemplou a pergunta “Em quais áreas a IGR deveria atuar mais?”, acompanhada de duas questões abertas, “O que a IGR Caminhos Gerais faz muito bem?” e “O que precisa melhorar?”. As respostas reuniram as avaliações dos gestores municipais sobre as contribuições da entidade, as necessidades de aprimoramento institucional e as áreas consideradas prioritárias para ampliar sua atuação.

A roteirização recebeu o maior número de indicações, sendo mencionada por sete municípios (50%). Em seguida, destacaram-se a promoção turística e a captação de recursos, ambas apontadas por seis gestores (42,9%). O desenvolvimento de projetos foi indicado por cinco participantes (35,7%), enquanto a realização de eventos recebeu três menções (21,4%). O marketing foi assinalado por dois municípios (14,3%).

Outras áreas receberam uma indicação cada (7,1%), incluindo capacitação, inteligência de dados, maior integração entre os municípios e uma referência à atuação limitada da IGR. A distribuição demonstra que as expectativas dos gestores se concentram na organização de roteiros, na divulgação dos destinos, na mobilização de recursos financeiros e no desenvolvimento de projetos turísticos.

As respostas abertas sobre os aspectos positivos da atuação da IGR destacaram a divulgação e a promoção do território e de seus atrativos, a articulação entre os municípios, a assessoria técnica e o suporte às administrações locais. Também foram reconhecidos o acompanhamento das políticas e legislações relacionadas ao turismo e o fortalecimento da comunicação e da troca de experiências entre os participantes.

Quanto às necessidades de aprimoramento, os gestores mencionaram a ampliação da promoção turística e da visibilidade dos municípios, especialmente os de menor porte. Também foram apontadas a necessidade de fortalecer a integração intermunicipal, descentralizar ações e eventos, estruturar novas rotas e iniciativas conjuntas, ampliar a captação de recursos e manter maior presença institucional junto às administrações municipais, com atenção às demandas específicas de cada localidade.

O conjunto das avaliações evidencia o reconhecimento das atividades de articulação, comunicação e apoio técnico desenvolvidas pela IGR Caminhos Gerais. As prioridades indicadas concentram-se na ampliação das ações operacionais e na organização de iniciativas que envolvam os municípios, especialmente nos campos da roteirização, promoção e desenvolvimento de projetos.

Para o planejamento estratégico regional, essas manifestações constituem referências para o aprimoramento da atuação institucional e para a definição de ações compatíveis com as expectativas dos gestores municipais.



As perguntas “O que faria seu município participar mais?” e “O que diferencia a IGR Caminhos Gerais das demais IGRs de Minas Gerais?” buscaram identificar as condições consideradas necessárias para ampliar o envolvimento das administrações municipais e as características reconhecidas pelos gestores como elementos de distinção territorial e institucional.

A realização de reuniões mais frequentes, acompanhadas do planejamento de ações práticas, foi a principal medida apontada para ampliar a participação municipal, com quatro indicações (28,6%). A necessidade de maior atenção por parte da IGR e o apoio e a proximidade com os municípios menores receberam três menções cada (21,4%). Essas respostas evidenciam expectativas relacionadas à regularidade das atividades e ao acompanhamento das demandas das administrações locais.

A realização de eventos em cidades próximas, a disponibilidade de recursos e a maior presença junto às Secretarias Municipais de Turismo foram mencionadas por dois gestores cada (14,3%). Outras propostas receberam uma indicação cada (7,1%), incluindo a organização de um calendário efetivo de integração com ações práticas, o desenvolvimento de iniciativas direcionadas aos municípios, o apoio da administração municipal e a transformação das ideias discutidas em atividades concretas.

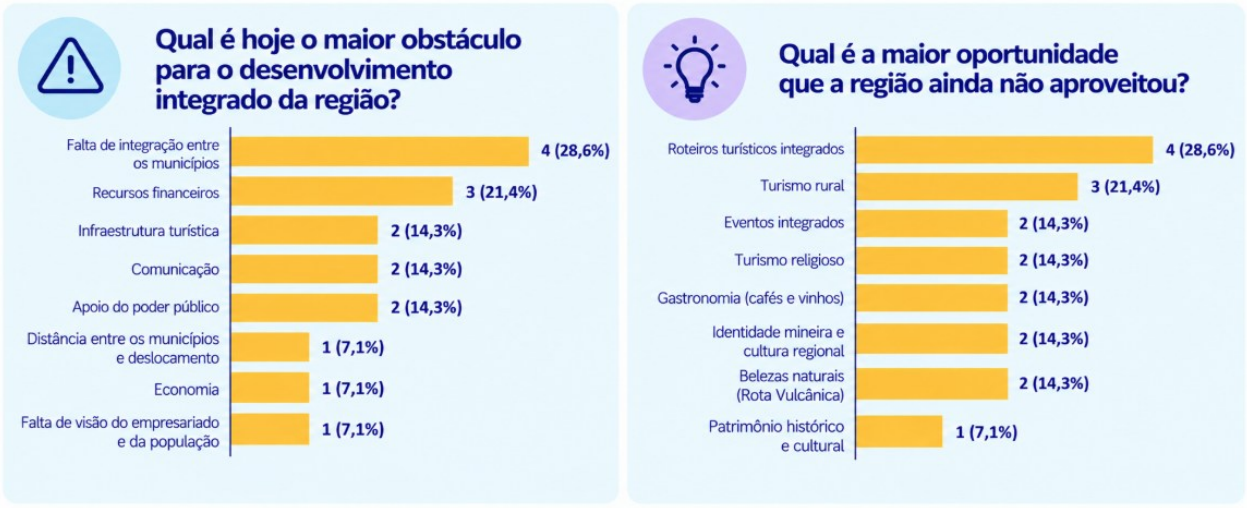
As manifestações revelam que a ampliação da participação está associada a condições de organização institucional, proximidade territorial e disponibilidade de recursos. A referência à realização de eventos em cidades vizinhas acrescenta a dimensão dos deslocamentos e da distribuição geográfica das atividades, enquanto as demandas por maior atenção aos municípios menores expressam a preocupação de parte dos gestores com sua inserção nas iniciativas regionais.

Quanto aos diferenciais da IGR Caminhos Gerais, a diversidade de atrativos culturais, históricos, gastronômicos e naturais apresentou a maior frequência, com três indicações (21,4%). A proximidade entre os gestores, a organização interna e a articulação institucional foram mencionadas por dois respondentes, assim como a atuação conjunta dos municípios, ambas as categorias correspondendo a aproximadamente 14,3% das respostas.

Outros diferenciais receberam uma indicação cada (7,1%). Foram mencionados a localização estratégica, o acompanhamento das políticas estadual e nacional de turismo, a gestão da frente da gastronomia mineira, a organização técnica e a assistência aos municípios, a representatividade junto ao Estado e aos parceiros institucionais e a visão de grupo associada à articulação regional. Dois gestores (14,3%) declararam não saber identificar diferenciais ou não apresentaram opinião.

As respostas demonstram que os elementos reconhecidos como distintivos da IGR abrangem tanto características do território quanto aspectos de sua organização institucional. A diversidade dos atrativos aparece como principal referência territorial, enquanto a proximidade entre gestores, a assistência técnica e a atuação conjunta integram as características associadas ao funcionamento da entidade.

Para a organização das atividades regionais, as manifestações sobre participação municipal indicam a pertinência de considerar a frequência dos encontros, a distribuição territorial das iniciativas e as condições de envolvimento das administrações locais. Os diferenciais identificados, por sua vez, oferecem referências para a comunicação institucional da IGR, especialmente quanto à apresentação de suas características territoriais e de sua atuação junto aos municípios integrantes.



O levantamento sobre os obstáculos e as oportunidades de desenvolvimento integrado contemplou duas perguntas, “Qual é hoje o maior obstáculo para o desenvolvimento integrado da região?” e “Qual é a maior oportunidade que a região ainda não aproveitou?”. As respostas identificaram as dificuldades reconhecidas pelos gestores municipais e as possibilidades de desenvolvimento turístico consideradas insuficientemente aproveitadas no território.

A falta de integração entre os municípios constituiu o principal obstáculo, mencionada por quatro gestores (28,6%). Em seguida, aparece a limitação de recursos financeiros, apontada por três participantes (21,4%). A infraestrutura turística, a comunicação e o apoio do poder público receberam duas indicações cada (14,3%), demonstrando a presença de dificuldades relacionadas às condições de organização da atividade e ao envolvimento institucional.

Outros obstáculos foram mencionados individualmente, correspondendo a 7,1% das respostas em cada categoria. Entre eles estão as distâncias entre os municípios e as dificuldades de deslocamento, as condições econômicas e a falta de visão do empresariado e da população em relação ao turismo. Essas manifestações acrescentam questões territoriais e de participação social às dificuldades de integração e financiamento apontadas com maior frequência.

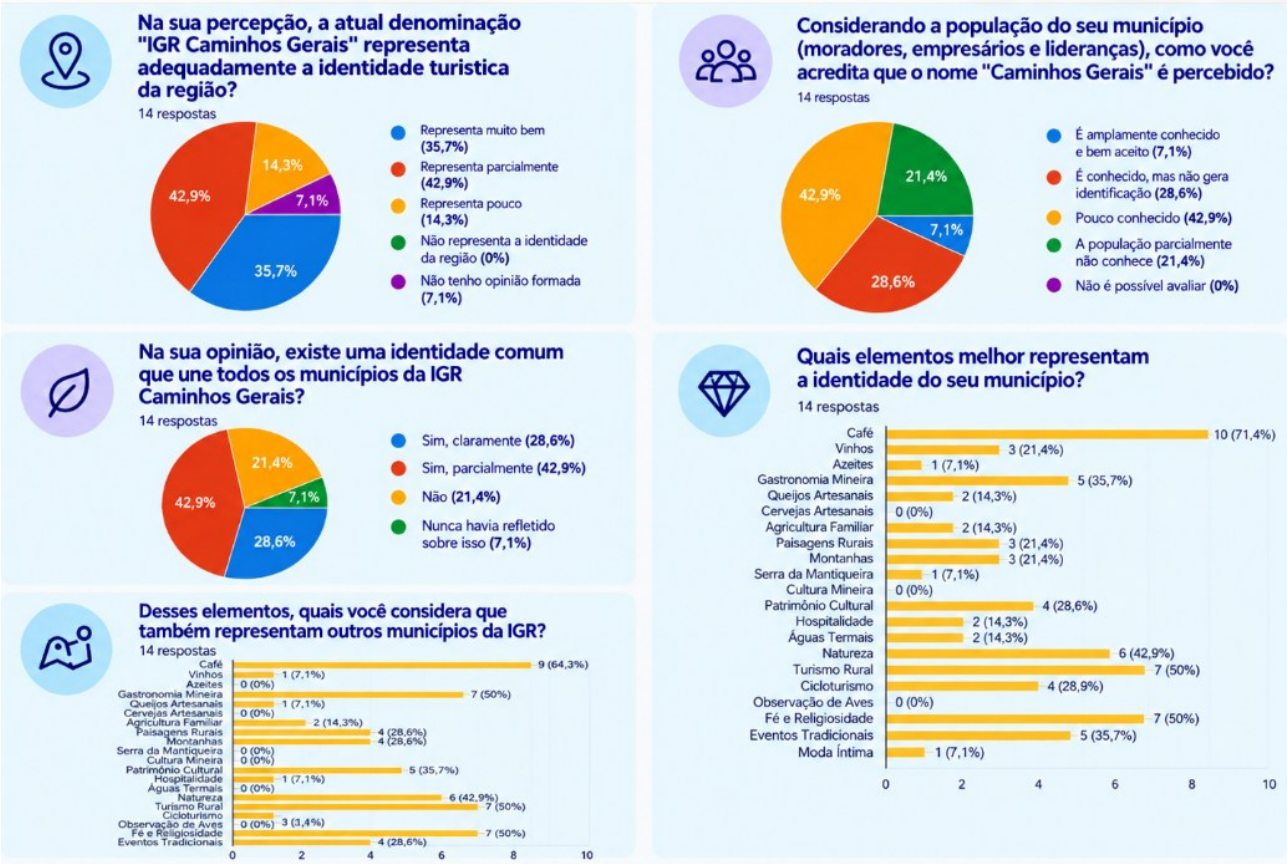
No levantamento das oportunidades ainda não aproveitadas, a estruturação de roteiros turísticos integrados apresentou o maior número de indicações, com quatro respostas (28,6%). O turismo rural apareceu em seguida, mencionado por três municípios (21,4%). Os eventos integrados, o turismo religioso, a gastronomia associada aos cafés e vinhos, a identidade mineira e a cultura

regional e as belezas naturais relacionadas à Rota Vulcânica receberam duas indicações cada (14,3%). O patrimônio histórico e cultural foi mencionado por um gestor (7,1%).

As oportunidades identificadas abrangem diferentes possibilidades de aproveitamento turístico das características regionais. Os roteiros e eventos integrados estão relacionados à organização de iniciativas envolvendo diferentes municípios, enquanto o turismo rural, o religioso, a gastronomia e os recursos naturais foram reconhecidos como campos de desenvolvimento vinculados às atividades e aos atrativos do território. A identidade mineira e as manifestações culturais também aparecem entre as referências consideradas relevantes pelos gestores.

A correspondência entre os dois indicadores merece atenção. A falta de integração intermunicipal foi o obstáculo mais frequentemente mencionado, enquanto os roteiros turísticos integrados constituíram a oportunidade mais indicada. Os resultados demonstram que a articulação entre os destinos está presente nas percepções dos gestores como uma dificuldade a ser enfrentada e, simultaneamente, como uma possibilidade de desenvolvimento turístico regional.

A análise aponta a importância de considerar as condições de cooperação entre as administrações municipais, a disponibilidade de recursos e as características das atividades identificadas como oportunidades. Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os resultados oferecem referências para a definição de iniciativas compartilhadas, com atenção à organização de roteiros, à articulação institucional e às condições necessárias para o aproveitamento turístico dos recursos existentes.



O levantamento sobre identidade territorial e reconhecimento da denominação Caminhos Gerais contemplou cinco questões. A primeira investigou se o nome “IGR Caminhos Gerais” representa adequadamente a identidade turística da região. A segunda abordou o grau de conhecimento dessa denominação pela população dos municípios, considerando moradores, empresários e lideranças. As demais perguntas examinaram a existência de uma identidade compartilhada entre os integrantes da IGR, os elementos considerados representativos de cada município e aqueles reconhecidos como referências comuns a outras localidades da região.

Quanto à adequação da denominação atual, cinco gestores (35,7%) consideraram que o nome representa muito bem a identidade turística regional, enquanto seis (42,9%) avaliaram que a representa parcialmente. Dois municípios (14,3%) indicaram que a denominação representa pouco a região, e um (7,1%) não apresentou opinião formada. Nenhum entrevistado assinalou a alternativa segundo a qual o nome não representa a identidade regional.

Assim, 11 dos 14 municípios (78,6%) apresentaram avaliações favoráveis ou parcialmente favoráveis à denominação Caminhos Gerais. A predominância dessas respostas demonstra a

existência de reconhecimento institucional do nome entre os representantes municipais, embora as avaliações também indiquem diferenças quanto à sua capacidade de expressar as características turísticas do território.

A percepção dos gestores sobre o conhecimento da denominação pela população apresentou resultados distintos. Seis municípios (42,9%) consideraram que o nome é pouco conhecido, enquanto três (21,4%) avaliaram que a população praticamente não o conhece. Quatro gestores (28,6%) informaram que a denominação é conhecida, mas ainda não gera identificação, e apenas um (7,1%) considerou que o nome é amplamente conhecido e bem aceito. Nenhum participante declarou impossibilidade de avaliar essa questão.

Os resultados evidenciam uma diferença entre a avaliação da adequação da denominação pelos gestores e a percepção de seu reconhecimento pela população. Embora a maioria dos representantes municipais considere que o nome expressa muito bem ou parcialmente a identidade regional, nove municípios (64,3%) avaliam que ele é pouco conhecido ou praticamente desconhecido pelos moradores, empresários e lideranças. Outros quatro reconhecem sua presença no conhecimento local, mas identificam dificuldades de associação com a região turística.

A existência de uma identidade comum entre os municípios também foi objeto de investigação. Quatro gestores (28,6%) responderam que essa identidade existe claramente, enquanto seis (42,9%) reconheceram sua existência parcial. Três municípios (21,4%) consideraram que não há uma identidade compartilhada, e um (7,1%) declarou nunca ter refletido sobre a questão.

Dessa forma, dez municípios (71,4%) reconhecem, integral ou parcialmente, a existência de elementos de identificação comuns aos integrantes da IGR Caminhos Gerais. A distribuição demonstra que essa percepção não é uniforme, apresentando diferentes graus de reconhecimento entre os gestores municipais.

Na identificação dos elementos que melhor representam a identidade de cada município, o café apresentou o maior número de indicações, sendo mencionado por dez participantes (71,4%). O turismo rural e a fé e religiosidade receberam sete indicações cada (50%), seguidos pela natureza, com seis (42,9%). A gastronomia mineira e os eventos tradicionais foram apontados por cinco municípios cada (35,7%).

O patrimônio cultural e o cicloturismo receberam quatro indicações cada (28,6%). Vinhos, paisagens rurais e montanhas foram mencionados por três gestores cada (21,4%). Queijos artesanais, agricultura familiar, hospitalidade e águas termais receberam duas indicações cada (14,3%).

Outros elementos foram apontados individualmente, incluindo azeites, Serra da Mantiqueira e moda íntima, cada um com uma indicação (7,1%). As categorias cervejas artesanais, cultura mineira e observação de aves não receberam indicações nesse levantamento.

A distribuição das respostas evidencia diferenças nas referências utilizadas pelos municípios para caracterizar suas identidades turísticas. O café apresenta maior recorrência, acompanhado por atividades rurais, manifestações religiosas e elementos naturais. As demais indicações abrangem atividades produtivas, manifestações culturais, recursos paisagísticos e segmentos turísticos reconhecidos pelos gestores como representativos de suas localidades.

Ao identificar quais desses elementos também representam outros municípios da IGR Caminhos Gerais, o café permaneceu como a referência mais frequente, com nove indicações (64,3%). A gastronomia mineira, o turismo rural e a fé e religiosidade receberam sete indicações cada (50%), seguidos pela natureza, com seis (42,9%), e pelo patrimônio cultural, com cinco (35,7%).

Paisagens rurais, montanhas e eventos tradicionais receberam quatro indicações cada (28,6%). A agricultura familiar foi mencionada por dois municípios (14,3%), enquanto vinhos, queijos artesanais e hospitalidade receberam uma indicação cada (7,1%). O levantamento também registrou menções isoladas ao cicloturismo e à observação de aves. Não foram identificadas indicações para azeites, cervejas artesanais, Serra da Mantiqueira, cultura mineira e águas termais entre os elementos reconhecidos como compartilhados.

A comparação entre os dois conjuntos de respostas revela diferenças entre as características consideradas representativas da identidade municipal e aquelas percebidas como comuns ao território regional. O café ocupa a primeira posição em ambas as avaliações. A gastronomia mineira apresenta maior frequência entre os elementos compartilhados, enquanto a fé e religiosidade e o turismo rural mantêm presença expressiva nos dois levantamentos.

Outras características apresentam reconhecimento predominantemente municipal, como as águas termais e determinadas produções locais. Essa diferença é relevante para o posicionamento turístico do Caminhos Gerais, pois a construção de uma identidade regional precisa considerar as referências reconhecidas em diferentes municípios sem desconsiderar os elementos específicos de cada destino.

Os resultados indicam que o fortalecimento da identidade territorial envolve duas questões relacionadas. A primeira corresponde à identificação das características produtivas, culturais e naturais percebidas como compartilhadas pelos municípios. A segunda diz respeito à ampliação do

conhecimento e da associação da denominação Caminhos Gerais ao território turístico que ela representa.

Para o planejamento estratégico regional, essas informações oferecem referências para a definição das estratégias de identidade e comunicação. O café, a gastronomia mineira, o turismo rural, a religiosidade e a natureza aparecem entre os elementos de maior reconhecimento compartilhado, enquanto as particularidades municipais acrescentam referências que poderão integrar a apresentação da diversidade turística da região.



Palavra	Nº de vezes
Café	8
Gastronomia	6
Natureza	5
Turismo Rural	5
Montanhas	4
Tradição	2
Fé	2
Religiosidade	2

Palavra	Nº de vezes
Cultura	2
Acolhimento	2
Observação de Aves	1
Belas paisagens	1
Hospitalidade	1
Águas	1
Eventos	1
Diversidade	1
Potencial	1
Felicidade	1

A investigação sobre a identidade territorial da IGR Caminhos Gerais contemplou a pergunta "Se tivesse que resumir a região em apenas três palavras, quais seriam?", dirigida aos gestores dos 14 municípios participantes. O levantamento reuniu expressões espontaneamente associadas às características naturais, produtivas, culturais e sociais do território, contribuindo para identificar as referências reconhecidas pelos representantes municipais.

O café apresentou a maior frequência, com oito menções, seguido pela gastronomia, mencionada seis vezes. Natureza e turismo rural receberam cinco indicações cada, enquanto montanhas apareceu em quatro respostas. A predominância dessas expressões evidencia a importância

atribuída pelos gestores à cafeicultura, às práticas gastronômicas, às atividades rurais e às características naturais e paisagísticas da região.

Tradição, fé, religiosidade, cultura e acolhimento receberam duas menções cada. Outras palavras foram registradas individualmente, incluindo belas paisagens, hospitalidade, águas, eventos, diversidade, potencial e felicidade, com uma indicação para cada expressão. Essas referências acrescentam às características produtivas e ambientais elementos relacionados às manifestações culturais, às práticas religiosas, à recepção dos visitantes e às percepções dos gestores sobre o território.

A distribuição das respostas apresenta correspondência com os elementos anteriormente reconhecidos como representativos da identidade dos municípios e da região. O café mantém posição de destaque, acompanhado pela gastronomia, pelo turismo rural e pela natureza. A presença das montanhas, das tradições e das referências religiosas amplia esse conjunto, demonstrando a diversidade de características utilizadas pelos gestores para descrever os Caminhos Gerais.

As palavras escolhidas abrangem diferentes dimensões da identidade territorial. Algumas correspondem a atividades produtivas e segmentos turísticos, enquanto outras identificam características paisagísticas, manifestações culturais e atributos associados às relações sociais. A frequência das indicações demonstra a existência de referências compartilhadas, embora cada município apresente particularidades que integram a composição turística regional.

Ao identificar os diferenciais da IGR Caminhos Gerais em relação a outras regiões turísticas de Minas Gerais, os gestores destacaram a gastronomia, a hospitalidade, a ruralidade e as tradições mineiras, além das paisagens naturais e do patrimônio cultural. Também foram mencionadas características específicas do território, como as águas termais, o relevo vulcânico e a localização regional.

Essas referências demonstram que os diferenciais percebidos pelos gestores estão relacionados à presença de atividades e características distintas no conjunto dos municípios. A produção rural, especialmente a cafeicultura, aparece associada à gastronomia e às experiências no campo, enquanto as paisagens naturais, as manifestações religiosas e o patrimônio cultural integram outras possibilidades de identificação e visitação.

A combinação dessas características constitui um aspecto relevante para a análise da identidade turística regional. As referências compartilhadas oferecem elementos para a apresentação

conjunta dos destinos, enquanto os atributos específicos de determinadas localidades contribuem para diferenciar as experiências oferecidas no território.

Para a definição das estratégias de comunicação e posicionamento turístico do Caminhos Gerais, os resultados indicam a pertinência de considerar as referências reconhecidas pelos gestores, especialmente o café, a gastronomia, o turismo rural e a natureza, em articulação com as características culturais, religiosas e paisagísticas dos municípios. A utilização desses elementos deverá observar sua correspondência com a oferta turística existente e preservar as particularidades locais na construção da identidade regional.



Palavra	N° de vezes
Natureza	3
Hospitalidade	3
Gastronomia	3
Cultura	3
Turismo Rural	2
Tradição	2
Paisagens	2
Águas termais	1
Relevo Vulcânico	1

Palavra	N° de vezes
Identidade local	1
Cultura rural	1
Cenário	1
Tradição religiosa	1
Festas tradicionais	1
Cultura mineira de interior	1
Riqueza histórica	1
Localização	1
Não sei opinar	1
A ruralidade	1

A investigação sobre a existência de um símbolo capaz de representar os municípios da IGR Caminhos Gerais buscou identificar referências territoriais reconhecidas pelos gestores como elementos de identificação regional. As respostas retomaram características produtivas, paisagísticas e culturais mencionadas em outras questões do levantamento.

O café foi o elemento mais frequentemente indicado, evidenciando sua presença nas percepções dos representantes municipais sobre a identidade do Caminhos Gerais. Também foram

mencionadas as montanhas, a hospitalidade mineira, a gastronomia, as tradições religiosas e as manifestações culturais.

As indicações abrangem referências de naturezas distintas. O café está relacionado à atividade produtiva e às experiências gastronômicas, enquanto as montanhas correspondem às características paisagísticas do território. A hospitalidade, as tradições religiosas e as manifestações culturais foram reconhecidas pelos respondentes como componentes da identificação regional.

A recorrência do café, anteriormente destacado entre as características representativas dos municípios, reforça sua presença no conjunto das referências escolhidas pelos gestores. A identificação de outros elementos demonstra, entretanto, que a representação territorial não se restringe a uma única atividade ou característica.

Os resultados oferecem referências para a discussão de uma identidade visual regional, considerando a necessidade de reunir características reconhecidas pelos municípios sem desconsiderar a diversidade de suas paisagens, atividades produtivas e manifestações culturais. A definição de um símbolo institucional deverá considerar essas percepções e sua adequação à representação do conjunto do Caminhos Gerais.



Palavra	Nº de vezes
Café	4
Montanhas	2
Hospitalidade	2
Gastronomia Mineira	2
Natureza	1
Cultura mineira	1

Palavra	Nº de vezes
Culinária típica	1
Festas tradicionais	1
Música	1
Manifestações populares	1
Turismo Rural	1
Festividades religiosas	1

O levantamento sobre a possibilidade de alteração da denominação IGR Caminhos Gerais examinou a percepção dos gestores municipais acerca da existência de uma identidade regional capaz de fundamentar a adoção de um novo nome e dos possíveis efeitos dessa mudança sobre o posicionamento turístico do território.

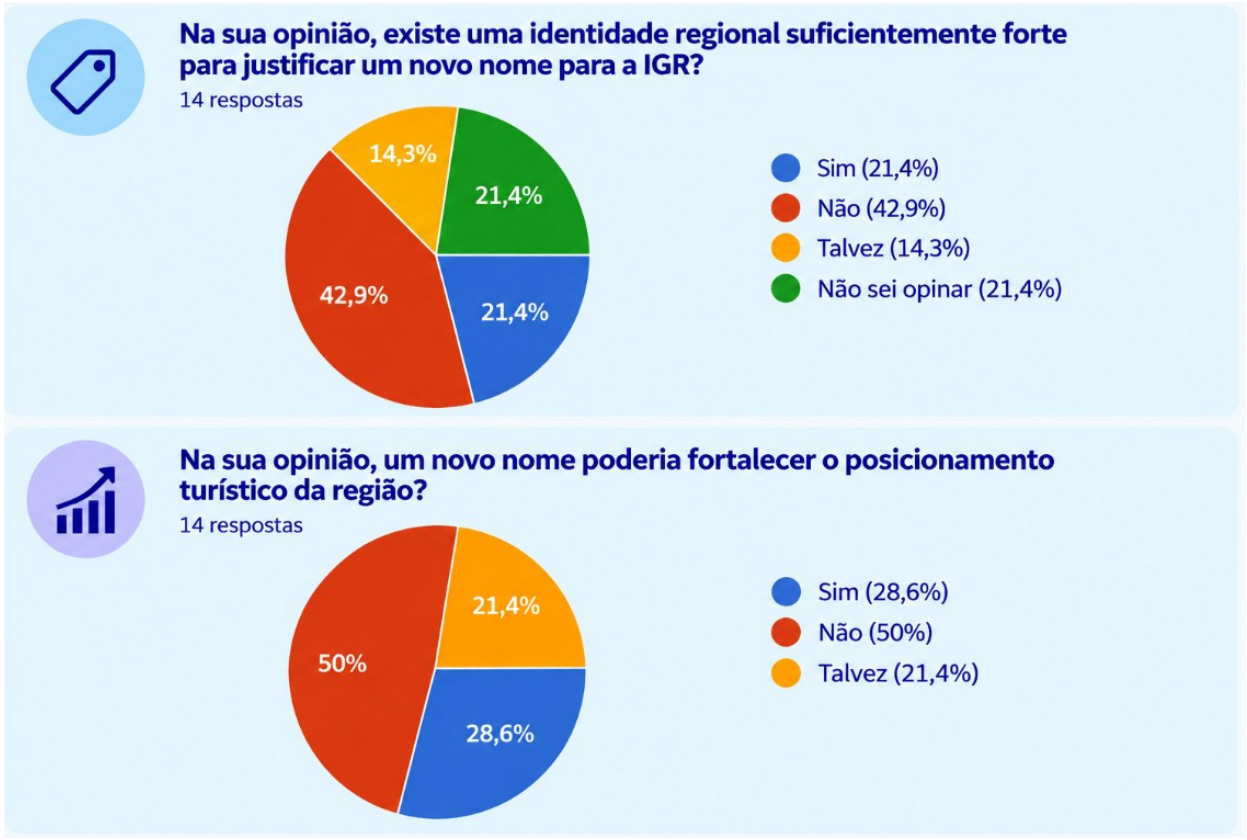
Quando questionados sobre as condições de identidade regional para justificar uma nova denominação, seis gestores (42,9%) consideraram que ainda não existe uma identidade suficientemente consolidada para essa finalidade. Outros três (21,4%) avaliaram que a região já apresenta condições de identificação capazes de sustentar uma mudança. As respostas demonstram diferenças na avaliação sobre a maturidade da identidade turística compartilhada.

Quanto à possibilidade de uma nova denominação contribuir para o fortalecimento do posicionamento turístico, sete municípios (50%) responderam negativamente, quatro (28,6%) apresentaram avaliação favorável e três (21,4%) consideraram essa possibilidade incerta.

A distribuição revela que a mudança do nome não constitui uma expectativa predominante entre os gestores. Metade dos participantes não reconhece benefícios para o posicionamento turístico decorrentes dessa alteração, enquanto os demais se dividem entre avaliações favoráveis e incertas.

Os resultados indicam a importância de distinguir o reconhecimento da identidade regional da eventual substituição de sua denominação institucional. As respostas apresentam percepções distintas sobre a consolidação dessa identidade e sobre a contribuição de um novo nome para a comunicação turística do Caminhos Gerais.

A avaliação de uma possível alteração deverá considerar essas manifestações, especialmente a ausência de consenso entre os gestores, e sua relação com as características territoriais e os objetivos de comunicação da IGR.



A pesquisa também solicitou aos gestores que identificassem elementos capazes de inspirar uma eventual nova denominação para a IGR Caminhos Gerais. As respostas apresentaram referências às características produtivas, culturais e naturais do território, com destaque para o café, a gastronomia e a natureza.

Foram mencionadas ainda a religiosidade, as raízes culturais, as montanhas, as águas e as características vulcânicas presentes na região. As indicações demonstram que os elementos considerados para uma possível reformulação do nome estão relacionados às atividades e aos atributos territoriais reconhecidos pelos representantes municipais.

Entre as manifestações registradas, uma resposta apresentou a alternativa de preservar a denominação Caminhos Gerais e modificar sua identidade visual. Essa proposta introduz uma possibilidade distinta da substituição do nome, voltada ao aprimoramento da apresentação institucional e turística da região.

A sugestão de atualização da identidade visual deve ser considerada em conjunto com as avaliações anteriores sobre o reconhecimento da denominação e seus possíveis efeitos no posicionamento regional. Os resultados oferecem referências para examinar alternativas de

comunicação que valorizem as características identificadas pelos gestores, preservando a distinção entre nome institucional, identidade visual e posicionamento turístico.



As respostas apresentadas à frase sobre a IGR Caminhos Gerais reuniram referências à gastronomia, à produção cafeeira, às tradições mineiras, à hospitalidade, às paisagens naturais e ao patrimônio cultural. Entre os elementos mencionados, destacaram-se os cafés especiais e as atividades produtivas vinculadas ao meio rural.

As manifestações também incluíram referências às características geológicas de origem vulcânica presentes em parte do território, reconhecidas pelos gestores entre os atributos associados à região.

O conjunto das respostas evidencia que as características produtivas, culturais e naturais permanecem presentes na maneira como os representantes municipais descrevem os Caminhos Gerais. A recorrência dessas referências em diferentes perguntas demonstra aproximações entre as percepções dos respondentes, embora cada instrumento tenha solicitado formas distintas de identificação territorial.

Para a elaboração das estratégias de comunicação turística, essas manifestações acrescentam referências expressas pelos gestores à discussão sobre a apresentação regional. Sua utilização deverá

considerar a correspondência com as características dos destinos e com as experiências efetivamente disponíveis aos visitantes.



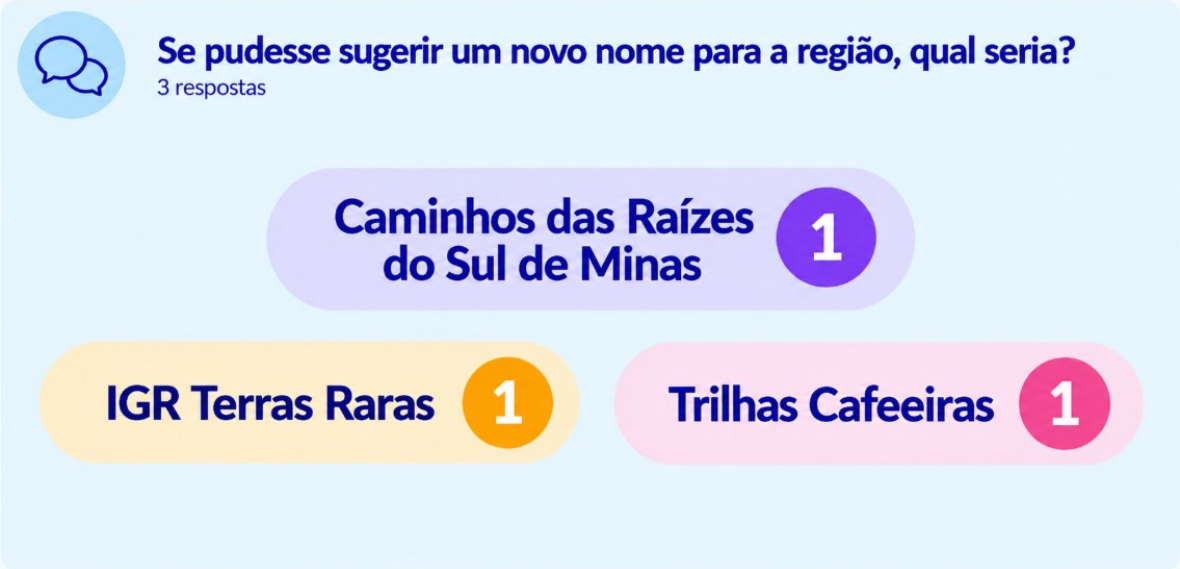
O levantamento sobre possíveis novas denominações para a IGR Caminhos Gerais registrou três propostas específicas apresentadas pelos gestores municipais. Foram sugeridos os nomes Caminhos das Raízes do Sul de Minas, IGR Terras Raras e Trilhas Cafeeiras.

As denominações propostas apresentam referências distintas. Caminhos das Raízes do Sul de Minas associa a identificação territorial às raízes culturais da região. IGR Terras Raras utiliza uma expressão relacionada às características do território, enquanto Trilhas Cafeeiras estabelece uma associação direta com a cafeicultura.

A diversidade das sugestões demonstra que os respondentes recorreram a diferentes elementos para formular alternativas à denominação atual. As referências culturais, territoriais e produtivas aparecem nas três propostas, sem que o levantamento apresente uma alternativa com reconhecimento predominante entre os gestores.

Considerando as avaliações anteriores sobre a mudança de nome e o número de propostas específicas registradas, os resultados não indicam uma nova denominação consensual. A discussão sobre uma eventual alteração deverá considerar o reconhecimento da identidade regional, as

percepções dos municípios e os objetivos estabelecidos para o posicionamento turístico do Caminhos Gerais.



O levantamento sobre a atuação institucional, a identidade territorial e o posicionamento turístico da IGR Caminhos Gerais reúne percepções dos gestores acerca das condições de articulação regional, das características reconhecidas como representativas do território e das possibilidades de aprimoramento da comunicação turística.

As respostas demonstram o reconhecimento das atividades de apoio técnico e articulação desenvolvidas pela IGR, acompanhado de demandas por maior proximidade com os municípios, ampliação da participação nas iniciativas regionais e desenvolvimento de projetos compartilhados. A organização de roteiros, a promoção turística e a captação de recursos aparecem entre as áreas consideradas relevantes para o fortalecimento de sua atuação.

No campo da identidade territorial, os gestores identificaram referências produtivas, culturais e naturais presentes em diferentes municípios, especialmente aquelas relacionadas à cafeicultura, à gastronomia, ao turismo rural e às paisagens regionais. O reconhecimento dessas características, entretanto, apresenta diferenças em relação ao conhecimento da denominação Caminhos Gerais pela população, conforme as percepções declaradas pelos representantes municipais.

As avaliações sobre a possibilidade de mudança do nome não revelaram consenso favorável à substituição da denominação atual. As sugestões apresentadas e a alternativa de atualização da

identidade visual indicam diferentes perspectivas para o aprimoramento da comunicação institucional e turística.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os resultados fundamentam a necessidade de articular o fortalecimento da governança regional às estratégias de identidade e posicionamento turístico. A definição das ações deverá considerar as características compartilhadas pelos municípios, suas particularidades territoriais e as expectativas manifestadas pelos gestores, com atenção à participação das administrações locais e à coerência entre a comunicação regional e a oferta turística existente.

9.10 Visão de Futuro

O levantamento sobre a visão de futuro do turismo na IGR Caminhos Gerais reuniu as expectativas dos gestores dos 14 municípios para o horizonte de 2035, considerando as condições desejadas para o desenvolvimento da atividade, as potencialidades ainda não aproveitadas e os investimentos considerados necessários para alcançar os resultados esperados.

O questionário contemplou questões abertas, nas quais os participantes apresentaram suas perspectivas sobre o futuro do turismo municipal, as atividades que desejam fortalecer, as oportunidades de desenvolvimento e as melhorias consideradas indispensáveis. Também foi disponibilizado um espaço para observações complementares, permitindo o registro de demandas e sugestões não contempladas nas perguntas anteriores.

As respostas foram organizadas em conjuntos temáticos, preservando as manifestações dos gestores e identificando os assuntos recorrentes. A análise considera as expectativas relativas à estruturação dos destinos, à valorização das características municipais, à organização da oferta turística e às condições de implementação das iniciativas regionais.

As informações reunidas constituem uma referência para a definição da visão de futuro e das prioridades do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, considerando as perspectivas declaradas pelas administrações municipais e as possibilidades de atuação conjunta no território.



A pergunta “Como imagina o turismo do município em 2035?” reuniu as perspectivas dos gestores dos 14 municípios da IGR Caminhos Gerais sobre o cenário desejado para a atividade turística. As respostas apresentaram expectativas relacionadas à consolidação dos destinos, à estruturação dos serviços, ao desenvolvimento de segmentos turísticos e à ampliação das oportunidades econômicas para a população.

O turismo rural recebeu destaque entre as manifestações, tanto pela expectativa de fortalecimento desse segmento quanto pelas possibilidades de associação com a cafeicultura e as experiências oferecidas no meio rural. As respostas mencionaram o desejo de avançar na organização da atividade, ampliar sua oferta e consolidar estruturas turísticas reconhecidas, especialmente aquelas relacionadas ao café e às características produtivas dos municípios.

O turismo religioso também apareceu entre as perspectivas de desenvolvimento, incluindo a expectativa de fortalecimento da atividade e uma referência à realização de peregrinações com reconhecimento comparável ao Caminho de Santiago de Compostela. Essa manifestação expressa a dimensão desejada pelo respondente para a atividade religiosa em seu município.

A consolidação dos municípios como destinos turísticos reconhecidos no Sul de Minas foi outra expectativa apresentada. As respostas incluíram projeções de reconhecimento nacional e internacional da identidade local, maior competitividade e ampliação da visibilidade dos destinos. Também foram mencionadas a evolução da atividade turística e a melhoria do aproveitamento das potencialidades municipais.

A geração de emprego e renda ocupou posição de destaque nas manifestações. Os gestores associaram o desenvolvimento do turismo à prosperidade econômica, ao fortalecimento dos serviços de receptivo e à criação de oportunidades para a população. O turismo de negócios também foi mencionado entre as atividades que os municípios desejam ampliar no horizonte de 2035.

As condições de infraestrutura e atendimento integram esse cenário projetado. Foram registradas expectativas de ampliação da rede hoteleira, diversificação das experiências turísticas, melhoria da qualificação profissional e organização de rotas bem definidas. A presença de Centros de Atendimento ao Turista (CATs), guias de turismo e serviços de receptivo aparece entre os componentes desejados para a organização da visitação.

O conjunto das respostas revela perspectivas de desenvolvimento turístico que abrangem diferentes condições municipais, desde a consolidação de atividades já reconhecidas até a estruturação de serviços e experiências ainda desejados pelos gestores. Para 2035, as manifestações expressam a intenção de ampliar a capacidade de recepção, o reconhecimento dos destinos e a contribuição econômica do turismo, respeitando as características e as atividades consideradas relevantes em cada localidade.



O aprofundamento das expectativas para 2035 reuniu manifestações sobre as características que os gestores desejam valorizar e as condições consideradas necessárias para o desenvolvimento do turismo municipal. As respostas contemplaram o reconhecimento das riquezas culturais, o fortalecimento do turismo rural, a valorização da produção cafeeira e a consolidação das referências gastronômicas locais.

Entre as perspectivas apresentadas, destacou-se a intenção de ampliar o reconhecimento dos municípios a partir de suas características culturais e produtivas. As referências à cafeicultura e à gastronomia apareceram associadas à valorização da identidade local e ao desenvolvimento de atividades turísticas relacionadas às produções regionais.

A integração em roteiros turísticos regionais também foi mencionada, acompanhada da expectativa de atrair visitantes durante todo o ano. Essa manifestação relaciona a organização de percursos compartilhados às possibilidades de ampliação da visitação, considerando a articulação entre as experiências e os serviços disponíveis nos municípios.

As respostas abordaram ainda a necessidade de melhorar a infraestrutura destinada à recepção dos visitantes e de ampliar as relações entre o poder público e a iniciativa privada. A parceria entre esses agentes foi mencionada como condição desejada para promover o potencial turístico e os produtos municipais.

O turismo de negócios apareceu associado à perspectiva de fortalecimento das atividades industriais e comerciais, enquanto outras manifestações destacaram a intenção de ampliar a

competitividade dos destinos e o fluxo de visitantes. Também foram mencionadas a execução das melhorias planejadas e a ampliação da visibilidade regional.

A organização dos serviços de receptivo turístico recebeu atenção específica, vinculada à expectativa de receber visitantes em melhores condições e gerar emprego e renda para a população. Essas respostas demonstram a associação estabelecida pelos gestores entre a melhoria da infraestrutura, a estruturação dos serviços e as possibilidades de desenvolvimento econômico municipal.

As manifestações revelam diferentes expectativas para o horizonte de 2035, relacionadas ao reconhecimento turístico, à valorização das características locais, à melhoria dos serviços e à integração regional. A diversidade das respostas deverá ser considerada na construção da visão de futuro da IGR Caminhos Gerais, preservando as particularidades municipais e os resultados desejados pelos respectivos gestores.



A pergunta “Qual é o maior potencial ainda não explorado?” reuniu 17 indicações, sistematizadas a partir das respostas abertas dos gestores municipais. As manifestações contemplaram atividades e experiências consideradas promissoras, com destaque para o turismo rural e o turismo de natureza, que receberam quatro menções cada.

O turismo rural foi reconhecido tanto como segmento específico quanto em referências à organização de experiências em pequenas propriedades e à integração com produtos rurais. Essas manifestações demonstram o interesse dos gestores pelo aproveitamento turístico de atividades desenvolvidas no meio rural, considerando as possibilidades de visitação e de participação dos produtores locais.

O turismo de natureza, igualmente mencionado quatro vezes, integrou o conjunto das potencialidades identificadas pelos participantes. As indicações expressam o reconhecimento de oportunidades relacionadas aos recursos naturais, cuja estruturação turística deverá considerar as características dos locais, as condições de acesso e as atividades que poderão ser oferecidas aos visitantes.

As demais respostas foram distribuídas entre diferentes possibilidades, cada uma com uma indicação. Foram mencionadas a integração entre turismo cultural, religioso, rural e gastronômico; o desenvolvimento do turismo de experiência de forma integrada; a articulação com produtos rurais; o turismo gastronômico associado aos derivados do leite; as experiências turísticas em pequenas propriedades; o turismo de aventura; a cidade da longevidade e do bem-estar; a história e a cultura do povo; e o protestantismo.

A presença dessas referências demonstra que os gestores identificam oportunidades relacionadas à produção agropecuária, às manifestações culturais e religiosas, às experiências em ambientes naturais e às atividades de bem-estar. As indicações também incluem propostas de integração entre segmentos, evidenciando o interesse em organizar experiências que associem diferentes características da oferta turística local.

As referências ao turismo gastronômico vinculado aos derivados do leite e às experiências em pequenas propriedades acrescentam atividades produtivas específicas ao conjunto das potencialidades mencionadas. A história e a cultura do povo, assim como o protestantismo, foram apresentadas como possibilidades relacionadas às características culturais e religiosas reconhecidas pelos respondentes.

A distribuição das indicações evidencia a predominância do turismo rural e do turismo de natureza, acompanhados por um conjunto diversificado de oportunidades mencionadas individualmente. Os resultados expressam as perspectivas dos gestores sobre atividades ainda insuficientemente aproveitadas e constituem referências para examinar possibilidades de estruturação turística compatíveis com as características de cada município.

Para o planejamento regional, essas informações poderão orientar a identificação de experiências que apresentem condições de desenvolvimento, considerando os recursos existentes, os agentes

envolvidos, a organização dos serviços e as possibilidades de articulação entre municípios. A análise dessas condições deverá distinguir as potencialidades declaradas das atividades já estruturadas e disponíveis à visitação.



A pergunta “Quais investimentos são indispensáveis?” reuniu 11 respostas abertas dos gestores municipais, posteriormente organizadas por temas recorrentes. As manifestações abrangeram investimentos em infraestrutura e serviços turísticos, sinalização, divulgação, roteirização, qualificação profissional, valorização cultural, mobilidade e outras condições consideradas necessárias para alcançar o cenário desejado em 2035.

A infraestrutura e a estrutura turística constituíram a categoria mais frequente, identificada em sete respostas. O resultado evidencia a prioridade atribuída pelos gestores às condições físicas e operacionais necessárias ao desenvolvimento da atividade, incluindo equipamentos e estruturas de apoio à recepção e ao atendimento dos visitantes.

A sinalização turística apareceu em seguida, com quatro menções, demonstrando a importância atribuída à organização das informações e à orientação dos visitantes nos destinos. As

ações de marketing, promoção e divulgação receberam três indicações, relacionadas à necessidade de ampliar a comunicação turística e a visibilidade dos municípios.

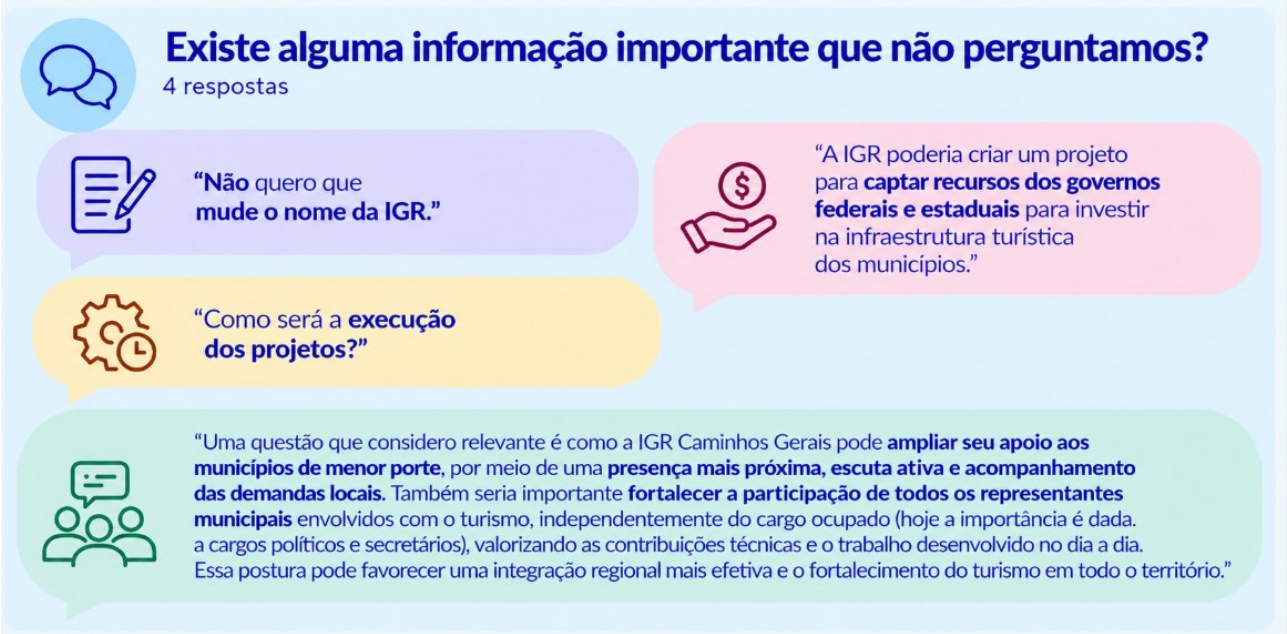
Outras sete categorias apresentaram duas menções cada. Foram identificadas necessidades de investimento em roteirização, qualificação profissional, patrimônio histórico e cultural, gastronomia e experiências com café, acessos e mobilidade, espaços públicos e zeladoria, além de recursos e atração de investimentos.

A presença dessas categorias demonstra que as necessidades apontadas abrangem a organização de experiências e percursos turísticos, a preparação dos profissionais, a valorização dos recursos culturais e produtivos, as condições de circulação e a manutenção dos espaços utilizados pela população e pelos visitantes. As referências à atração de investimentos acrescentam a dimensão do financiamento das iniciativas consideradas necessárias.

Também foram mencionadas individualmente a rede hoteleira, as parcerias público-privadas, a preservação ambiental e das águas e o turismo rural, cada categoria presente em uma resposta. Essas indicações incorporam necessidades específicas relacionadas à hospedagem, à cooperação entre agentes, à conservação ambiental e ao desenvolvimento das atividades no meio rural.

A distribuição dos resultados demonstra o predomínio das demandas por infraestrutura e sinalização turística, acompanhadas de necessidades de divulgação e de investimentos em diferentes componentes da oferta. A variedade das indicações evidencia que os gestores associam o desenvolvimento pretendido para 2035 a melhorias materiais, qualificação dos serviços, organização de atividades turísticas e disponibilidade de recursos financeiros.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os investimentos identificados constituem referências para a organização das prioridades de longo prazo. A definição de iniciativas deverá considerar as condições municipais, a abrangência dos projetos, as competências dos responsáveis e as possibilidades de articulação institucional e financeira para sua execução.



A pergunta "Existe alguma informação importante que não perguntamos?" encerrou o Diagnóstico Municipal, oferecendo aos participantes a oportunidade de registrar considerações complementares sobre a atividade turística e a atuação da IGR Caminhos Gerais. Foram contabilizadas quatro respostas, com manifestações relacionadas à identidade institucional, à execução de projetos, à captação de recursos e às condições de participação dos municípios nas iniciativas regionais.

Uma das manifestações expressou posição favorável à manutenção da denominação Caminhos Gerais. A resposta acrescenta uma percepção individual ao conjunto de avaliações anteriormente apresentadas sobre a identidade e o posicionamento institucional da região.

Outra contribuição questionou como ocorrerá a execução dos projetos previstos, trazendo à discussão a necessidade de esclarecer os procedimentos de implementação das iniciativas propostas. A manifestação se relaciona às expectativas dos gestores quanto à continuidade do planejamento e à organização das responsabilidades durante sua execução.

Também foi sugerido que a IGR desenvolva um projeto destinado à captação de recursos dos governos estadual e federal, com a finalidade de viabilizar investimentos na infraestrutura turística dos municípios. A proposta identifica uma possibilidade de atuação institucional voltada à mobilização de financiamento para atender demandas municipais.

Uma manifestação mais extensa abordou a necessidade de ampliar a presença da IGR junto aos municípios de menor porte, mediante maior proximidade institucional, escuta ativa e acompanhamento das demandas locais. O respondente também ressaltou a importância de fortalecer a participação dos representantes municipais envolvidos diretamente com o turismo, independentemente dos cargos ocupados, reconhecendo as contribuições técnicas e o trabalho desenvolvido cotidianamente por esses profissionais.

As observações complementares acrescentam questões relacionadas à implementação do planejamento, à viabilização de recursos e às condições de participação institucional. As manifestações demonstram o interesse dos respondentes em acompanhar a execução das iniciativas propostas e em fortalecer os mecanismos de relacionamento entre a IGR e as administrações municipais.

Para o planejamento estratégico regional, essas contribuições constituem referências para a definição dos procedimentos de execução, acompanhamento e articulação institucional, especialmente quanto à participação dos profissionais responsáveis pela gestão municipal do turismo e às possibilidades de apoio aos municípios com diferentes condições administrativas e financeiras.

O conjunto das respostas sobre a visão de futuro evidencia que os gestores municipais projetam, para 2035, o desenvolvimento de destinos com melhores condições de infraestrutura, serviços turísticos qualificados, experiências organizadas e maior reconhecimento nos mercados de visitação. As expectativas também contemplam a geração de emprego e renda, a valorização das características locais e a ampliação da articulação entre os municípios.

As potencialidades identificadas e os investimentos considerados necessários apresentam relações com esse cenário desejado, especialmente quanto ao desenvolvimento do turismo rural e de natureza, à melhoria da infraestrutura, à organização da sinalização turística e ao fortalecimento da divulgação dos destinos. As manifestações expressam diferentes prioridades municipais, que deverão ser consideradas na formulação das ações regionais.

As observações finais acrescentam a necessidade de estabelecer procedimentos claros para implementação dos projetos, mobilização de recursos e acompanhamento das iniciativas, com participação dos gestores e profissionais envolvidos na atividade turística. Essas questões integram as condições institucionais necessárias à execução do planejamento.

A visão de futuro apresentada constitui, assim, uma referência para orientar as prioridades estratégicas da IGR Caminhos Gerais, articulando os resultados desejados pelos municípios às

condições de organização, financiamento e cooperação regional. A definição das iniciativas deverá considerar as particularidades dos destinos e as possibilidades de implementação das ações ao longo do horizonte estabelecido para o planejamento.

9.11 Diagnóstico Guias de Turismo, Receptivos e Operadores de Atividades Turísticas

O levantamento junto aos guias de turismo, agências de receptivo e operadores de atividades turísticas integrou a etapa de diagnóstico da IGR Caminhos Gerais, com o objetivo de conhecer as condições de atuação dos profissionais e empreendimentos responsáveis pela organização, comercialização e realização de experiências turísticas na região. A pesquisa contemplou aspectos relacionados à prestação dos serviços, à estrutura operacional, às relações comerciais, ao perfil dos visitantes atendidos e às dificuldades identificadas pelos participantes no exercício de suas atividades.

O formulário foi organizado em dez blocos temáticos, abrangendo a caracterização dos participantes, o perfil profissional, a comercialização dos serviços, os produtos turísticos ofertados, o perfil dos visitantes, a economia e o comissionamento, a operação turística, a percepção dos turistas, a atuação da IGR Caminhos Gerais e a visão de futuro. Essa organização reuniu informações sobre diferentes dimensões do funcionamento do receptivo turístico, considerando as experiências dos profissionais que atuam diretamente na prestação de serviços aos visitantes.

Foram obtidas dez respostas, provenientes de profissionais e empreendimentos sediados em Andradas, Caldas e Poços de Caldas. A distribuição territorial dos participantes delimita a abrangência do levantamento, uma vez que os resultados correspondem às condições e percepções dos respondentes desses três municípios, sem representar a totalidade dos guias, receptivos e operadores existentes nos 14 municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais.

Durante a aplicação do formulário, foram registradas dificuldades relacionadas à adesão dos profissionais à pesquisa. Em Poços de Caldas, guias de turismo manifestaram receio de que as informações fornecidas pudessem ser utilizadas para fins de fiscalização ou produzir consequências negativas para suas atividades profissionais. Essa preocupação foi identificada durante os contatos realizados e esteve associada à resistência de parte dos profissionais em participar do levantamento.

Nos demais municípios, foram realizadas tentativas de contato com guias de turismo registrados no Cadastur, utilizando as informações disponibilizadas no cadastro oficial. Entretanto, não foram obtidos retornos às solicitações encaminhadas. Essas circunstâncias restringiram a

participação dos profissionais e devem ser consideradas na interpretação dos resultados, especialmente quanto à abrangência territorial e à diversidade dos prestadores de serviços representados na pesquisa.

As informações obtidas acrescentam ao diagnóstico regional a perspectiva dos agentes que atuam na organização e no atendimento das atividades turísticas. A análise contempla suas condições de trabalho, as modalidades de comercialização, a organização dos produtos e as relações estabelecidas com visitantes, empreendimentos e demais participantes do setor.

Os resultados serão examinados em articulação com o Diagnóstico Municipal e com os levantamentos da oferta turística apresentados anteriormente, considerando as diferenças entre as informações fornecidas pelas administrações públicas e aquelas provenientes dos profissionais e empreendimentos participantes. Essa abordagem contribuirá para identificar necessidades relacionadas à organização dos serviços, à comercialização dos produtos, à qualificação profissional e às possibilidades de cooperação regional.

A seguir, são apresentados os resultados dos dez blocos temáticos do formulário, acompanhados de análises específicas das informações fornecidas pelos participantes e de suas implicações para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais.

9.11.1 Informações gerais

O levantamento inicial buscou identificar a localização dos profissionais e empreendimentos participantes, suas atividades no setor turístico, a situação cadastral e a participação no Programa Minas Recebe. As quatro questões reuniram dez respostas e contemplaram diferentes aspectos da organização profissional e institucional do receptivo turístico representado na pesquisa.

Quanto à distribuição territorial, sete participantes (70%) informaram estar sediados em Poços de Caldas, dois (20%) em Andradas e um (10%) em Caldas. A concentração das respostas nesses três municípios constitui uma característica da amostra e deve ser considerada na interpretação dos resultados, especialmente porque os demais integrantes da IGR Caminhos Gerais não estão representados diretamente nesse conjunto de respondentes.

As atividades profissionais declaradas apresentam diversidade de funções e possibilidades de atuação simultânea. Sete participantes (70%) identificaram-se como guias de turismo registrados no Cadastur, enquanto seis (60%) indicaram atuação em agências de receptivo e quatro (40%) como

operadores de experiências. As categorias guia local e condutor de turismo receberam três indicações cada (30%). Também foram registradas atividades de turismólogo, governança municipal e consultoria de turismo, com uma indicação cada (10%).

Como a questão admitiu múltiplas respostas, os resultados demonstram que os participantes se identificam com diferentes modalidades de atuação no setor. As categorias informadas abrangem funções relacionadas ao atendimento direto aos visitantes, à organização de experiências, à operação de serviços turísticos e à atuação técnica ou institucional.

Quanto à situação cadastral, oito respondentes (80%) declararam possuir registro no Cadastur, um (10%) informou estar em processo de obtenção e outro (10%) declarou não possuir o cadastro. A predominância de participantes cadastrados caracteriza o grupo consultado, embora a pesquisa reúna profissionais e empreendimentos com diferentes atividades e situações de registro.

A participação no Programa Minas Recebe foi confirmada por oito respondentes (80%), enquanto dois (20%) informaram não participar. Nenhum assinalou a alternativa referente ao desconhecimento do programa. Esse resultado identifica a presença de profissionais e empreendimentos participantes da iniciativa estadual entre os respondentes, constituindo uma informação relevante para o exame das relações entre o receptivo regional e os programas de apoio ao setor.

O conjunto dos indicadores caracteriza um grupo de participantes com atuação diversificada, concentração territorial em Poços de Caldas, Andradas e Caldas e presença expressiva de profissionais cadastrados e vinculados ao Minas Recebe. Essas características deverão orientar a interpretação das respostas seguintes, especialmente quanto às condições de organização dos serviços e às relações comerciais declaradas pelos participantes.



O levantamento sobre o enquadramento empresarial e a quantidade de profissionais envolvidos no atendimento turístico buscou caracterizar as formas de organização dos participantes e a composição das equipes responsáveis pela prestação dos serviços.

Quanto ao enquadramento, sete respondentes (70%) declararam atuar como Microempreendedores Individuais (MEI). Os demais participantes distribuíram-se entre microempresa, profissional autônomo e trabalhador contratado, com uma resposta para cada categoria (10%). A predominância dos MEI demonstra a presença expressiva dessa modalidade de formalização entre os profissionais e empreendimentos consultados.

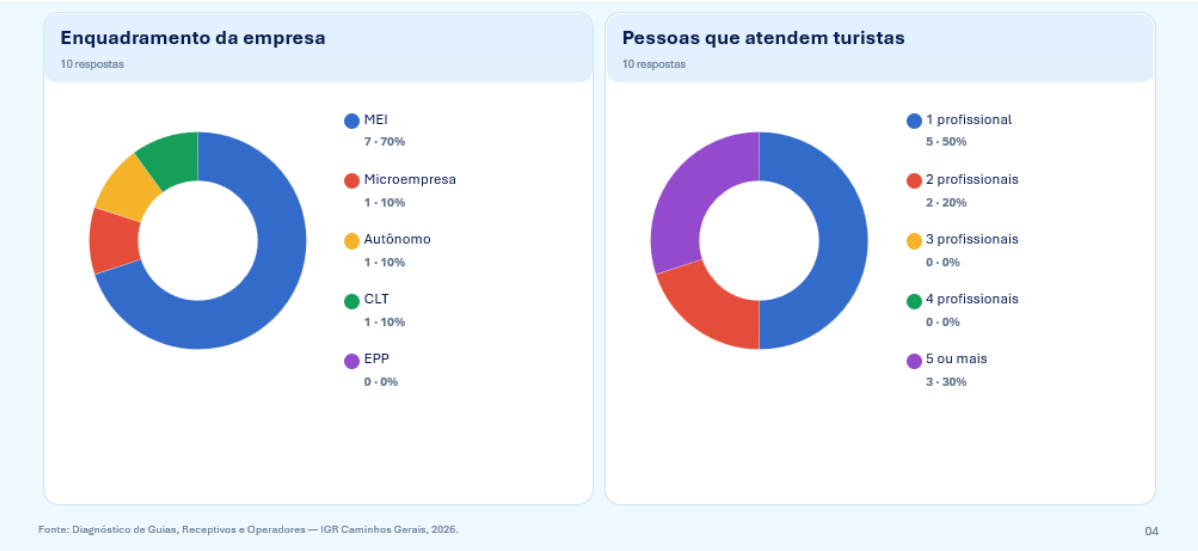
A estrutura das equipes apresenta diferenças. Cinco participantes (50%) informaram trabalhar individualmente no atendimento aos turistas, enquanto dois (20%) declararam contar com duas pessoas. Outros três respondentes (30%) indicaram equipes com cinco ou mais profissionais. Não foram registradas respostas nas categorias correspondentes a três ou quatro pessoas.

Os resultados caracterizam um conjunto formado majoritariamente por pequenos negócios e profissionais que atuam individualmente, acompanhado de participantes com equipes maiores. Essa

distribuição evidencia diferentes condições de organização do trabalho, que devem ser consideradas na análise da prestação dos serviços turísticos.

A quantidade de profissionais envolvidos constitui uma informação importante para examinar a estrutura operacional dos participantes. Entretanto, o número de integrantes das equipes, isoladamente, não define a capacidade de atendimento ou de operação turística, que depende também das atividades desenvolvidas e das características dos serviços oferecidos.

Para o planejamento regional, a diversidade de enquadramentos e estruturas profissionais indica a pertinência de considerar diferentes necessidades de apoio técnico e qualificação comercial, respeitando as condições de organização dos profissionais autônomos, dos microempreendimentos e das empresas participantes.



9.11.2 Perfil de atuação

O levantamento sobre o perfil de atuação examinou o tempo de experiência dos participantes no turismo, a duração de sua atividade profissional atual, a escolaridade e as formações relacionadas ao setor. As respostas reuniram informações sobre as trajetórias profissionais e as qualificações declaradas pelos dez participantes.

Quanto ao tempo de trabalho no turismo, quatro respondentes (40%) informaram possuir experiência superior a 20 anos. Outros três (30%) declararam atuar no setor entre quatro e seis anos.

As faixas de sete a dez anos, de 11 a 15 anos e de 16 a 20 anos receberam uma indicação cada (10%). Nenhum participante informou experiência de até três anos no turismo.

A distribuição revela a presença de profissionais com diferentes tempos de atuação, destacando-se aqueles com trajetórias superiores a duas décadas. A concentração de quatro participantes nessa categoria evidencia a experiência acumulada por parte dos respondentes, enquanto os demais apresentam períodos distintos de inserção no setor.

Quando considerado o tempo de exercício da atividade atual, três participantes (30%) informaram atuação superior a 20 anos, e outros três (30%) declararam experiência de até três anos. Dois respondentes (20%) indicaram entre quatro e seis anos, enquanto as faixas de sete a dez anos e de 11 a 15 anos receberam uma indicação cada (10%). Não houve respostas para o intervalo de 16 a 20 anos.

A diferença entre as distribuições do tempo de atuação no turismo e na atividade atual evidencia trajetórias profissionais distintas entre os participantes. Os resultados indicam a presença de profissionais experientes no setor e de atividades atuais com diferentes períodos de exercício, sem estabelecer correspondência individual entre as respostas das duas perguntas.

O perfil educacional apresenta predominância de participantes com pós-graduação, categoria assinalada por seis respondentes (60%). Dois (20%) declararam ensino superior completo, enquanto um (10%) informou ensino superior incompleto e outro (10%) ensino técnico. Não foram registradas respostas na categoria de ensino médio ou anterior.

Em relação à formação relacionada ao turismo, foram identificadas diferentes qualificações, incluindo graduação em Turismo, formação técnica, especializações e cursos de guia de turismo. Também constam referências a formação em hospitalidade, consultoria, guiamento e outras áreas profissionais. Como os participantes puderam indicar diferentes formações, as respostas apresentam trajetórias educacionais que abrangem mais de uma modalidade de qualificação.

Os resultados caracterizam um grupo com escolaridade diversificada, predominância de pós-graduados e presença de formação específica relacionada à atividade turística. A combinação das informações sobre experiência e qualificação constitui uma referência para o reconhecimento das características profissionais dos participantes e para a identificação de temas pertinentes ao aperfeiçoamento das atividades de receptivo.



Fonte: Diagnóstico de Guias, Receptivos e Operadores — IGR Caminhos Gerais, 2026.

O levantamento sobre as condições profissionais também contemplou o conhecimento de idiomas, a participação da atividade turística na renda dos respondentes, os rendimentos mensais declarados e a intenção de permanência no setor nos cinco anos seguintes.

A pergunta sobre idiomas recebeu oito respostas. O inglês básico foi mencionado por quatro participantes (50%), enquanto o inglês intermediário e o espanhol básico receberam duas indicações cada (25%). Também foram registrados conhecimentos de espanhol intermediário e chinês, com uma indicação cada (12,5%). Um respondente declarou não possuir conhecimentos de outros idiomas, e não houve indicação de fluência em inglês ou espanhol nas categorias apresentadas.

A distribuição evidencia diferenças no conhecimento de línguas estrangeiras entre os participantes, com maior frequência das categorias de proficiência básica. Como a questão admitiu múltiplas respostas, as indicações correspondem aos idiomas declarados e não a grupos exclusivos de profissionais.

Quanto à participação do turismo na renda, quatro respondentes (40%) informaram que a atividade constitui sua principal fonte de rendimento, enquanto seis (60%) declararam utilizá-la como fonte complementar. O resultado demonstra a coexistência de diferentes relações econômicas com o setor entre os participantes.

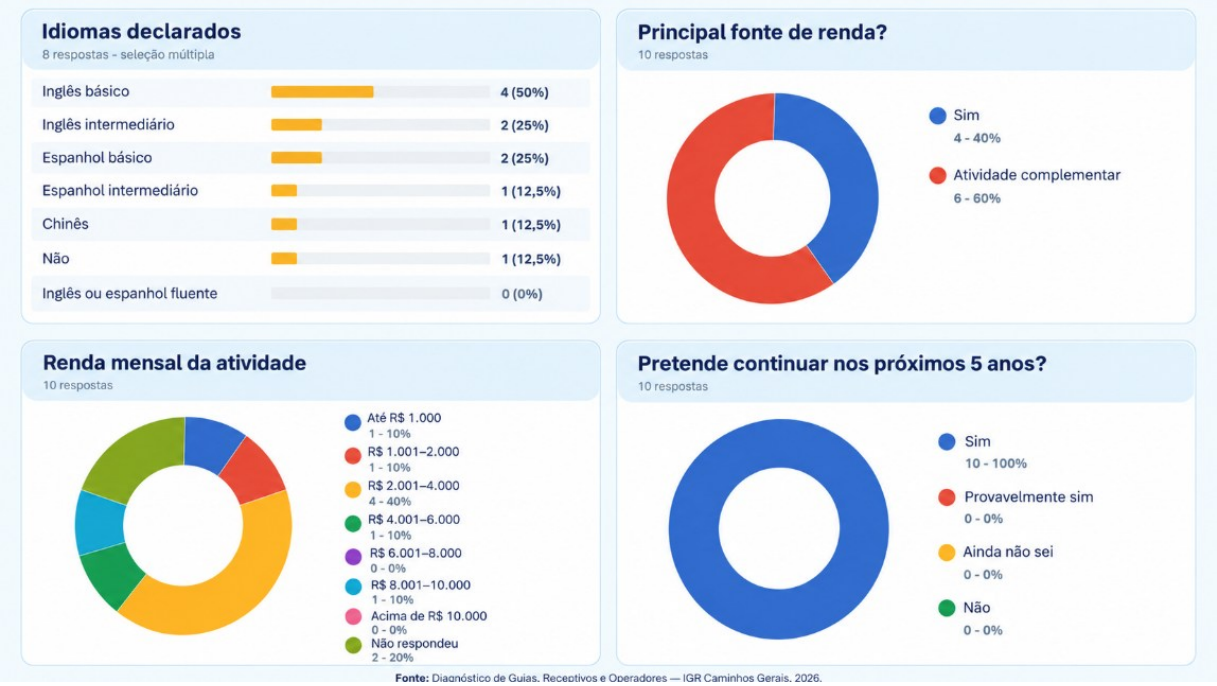
Em relação à renda média mensal proveniente da atividade turística, quatro participantes (40%) indicaram valores entre R$ 2.001 e R$ 4.000. Os demais distribuíram-se entre as faixas de até R$ 1.000, de R$ 1.001 a R$ 2.000, de R$ 4.001 a R$ 6.000 e de R$ 6.001 a R$ 8.000, cada uma com

uma indicação (10%). Dois respondentes (20%) preferiram não informar seus rendimentos. Não foram registradas respostas nas faixas superiores a R$ 10.000.

As informações sobre renda apresentam diferenças entre os profissionais consultados e devem ser interpretadas de acordo com a natureza declaratória do levantamento. A existência de fontes complementares de rendimento e a variação dos valores informados constituem características do grupo, sem representar uma estimativa da remuneração média dos profissionais de receptivo em toda a região.

Quanto à continuidade profissional, todos os dez participantes (100%) manifestaram intenção de permanecer trabalhando no turismo nos próximos cinco anos. Nenhum respondente assinalou as alternativas de incerteza ou de intenção de deixar a atividade.

A unanimidade das respostas expressa o interesse dos participantes em continuar atuando no setor. Consideradas em conjunto, as informações sobre idiomas, rendimento e permanência profissional contribuem para caracterizar as condições de atuação desse grupo e suas perspectivas de continuidade no mercado turístico.



Fonte: Diagnóstico de Guias, Receptivos e Operadores — IGR Caminhos Gerais, 2026.

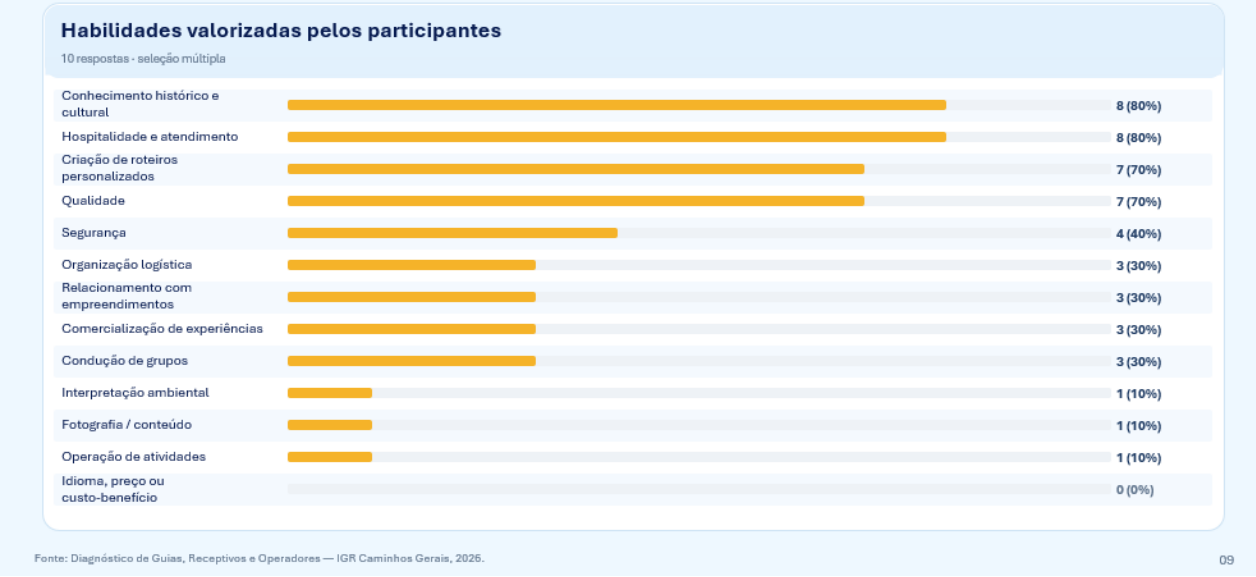
A investigação sobre os diferenciais profissionais buscou identificar as habilidades e características que os participantes reconhecem como relevantes na prestação de serviços turísticos.

As respostas contemplaram conhecimentos específicos, formas de atendimento, organização dos serviços e competências relacionadas à operação das experiências oferecidas aos visitantes.

O conhecimento histórico e cultural e a hospitalidade no atendimento receberam o maior número de indicações, sendo mencionados por oito respondentes cada (80%). A criação de roteiros personalizados e a qualidade dos serviços foram apontadas por sete participantes cada (70%). A segurança apareceu em quatro respostas (40%).

A organização logística, o relacionamento com empreendimentos, a comercialização de experiências e a condução de grupos também foram identificados entre as habilidades valorizadas, com três indicações cada (30%). Outras competências receberam menções individuais, incluindo interpretação ambiental, fotografia e conteúdo e operação de atividades. A categoria relacionada a idiomas e à receptividade de visitantes estrangeiros não recebeu indicações.

A distribuição evidencia a importância atribuída pelos profissionais ao conhecimento dos destinos, à hospitalidade e à adaptação dos serviços às necessidades dos clientes. A presença de habilidades relacionadas à logística, à segurança e à condução de grupos acrescenta componentes operacionais à caracterização do atendimento turístico.



As respostas revelam um grupo de profissionais com experiências e qualificações distintas, que reconhecem diferentes competências como parte de sua atuação. O conhecimento histórico e

cultural, associado ao atendimento e à personalização dos roteiros, constitui a principal referência declarada pelos participantes para a diferenciação de seus serviços.

Para a IGR Caminhos Gerais, essas informações oferecem subsídios à identificação de temas de qualificação e aperfeiçoamento profissional, considerando as competências valorizadas pelos próprios prestadores de serviços e as necessidades específicas das atividades de receptivo turístico.

9.11.3 Comercialização

O levantamento sobre a comercialização examinou as modalidades de venda utilizadas pelos guias de turismo, agências de receptivo e operadores participantes, suas relações com intermediários comerciais e as dificuldades identificadas na negociação e organização dos serviços turísticos.

Foram investigadas a venda direta aos turistas, a atuação junto a agências e operadoras, as redes comerciais mencionadas pelos participantes e os principais obstáculos encontrados nessas relações. As respostas reuniram informações sobre diferentes formas de inserção dos profissionais e empreendimentos no mercado turístico.

Quanto à venda direta, oito participantes (80%) declararam comercializar serviços diretamente aos turistas, enquanto dois (20%) responderam negativamente. A negociação com agências e operadoras foi confirmada por seis respondentes (60%). Outros três (30%) informaram estar preparados para atender esse mercado, embora ainda não tenham realizado vendas, e um (10%) declarou não comercializar por intermédio dessas empresas.

A predominância das vendas diretas evidencia a importância desse canal para os profissionais consultados. A participação de agências e operadoras também está presente nas relações comerciais declaradas, acompanhada de um grupo que informou possuir condições de atendimento, mas ainda não concretizou operações com intermediários.

Entre as redes comerciais mencionadas foram identificadas agências de viagens de diferentes estados brasileiros, incluindo empresas do interior e da capital paulista. Também apareceram referências ao Circuito Integrado do Turismo e ao Passaporte Poços, além de relações comerciais com a Aza Tour, Trilhas de Minas e SESC Turismo.

Os obstáculos relatados pelos participantes incluem os custos elevados de roteiros para grupos pequenos, a insuficiência de informações sobre o funcionamento e as regras dos atrativos e dificuldades relacionadas ao contato, às oportunidades comerciais e aos valores praticados. Também

foram mencionadas a necessidade de desenvolver roteiros diferenciados e a demanda por apoio institucional.

As respostas demonstram que as dificuldades comerciais identificadas abrangem aspectos de precificação, organização das informações e relacionamento entre os agentes envolvidos na operação dos serviços. Esses elementos constituem referências para o exame das condições de negociação e da preparação dos produtos turísticos destinados à comercialização por agências e operadoras.

Para o planejamento regional, as informações apontam a pertinência de considerar a circulação de dados operacionais atualizados, as condições de formação de preços e o relacionamento comercial entre fornecedores e intermediários, respeitando as diferentes modalidades de atuação dos participantes.



Fonte: Diagnóstico de Guias, Receptivos e Operadores — IGR Caminhos Gerais, 2026.

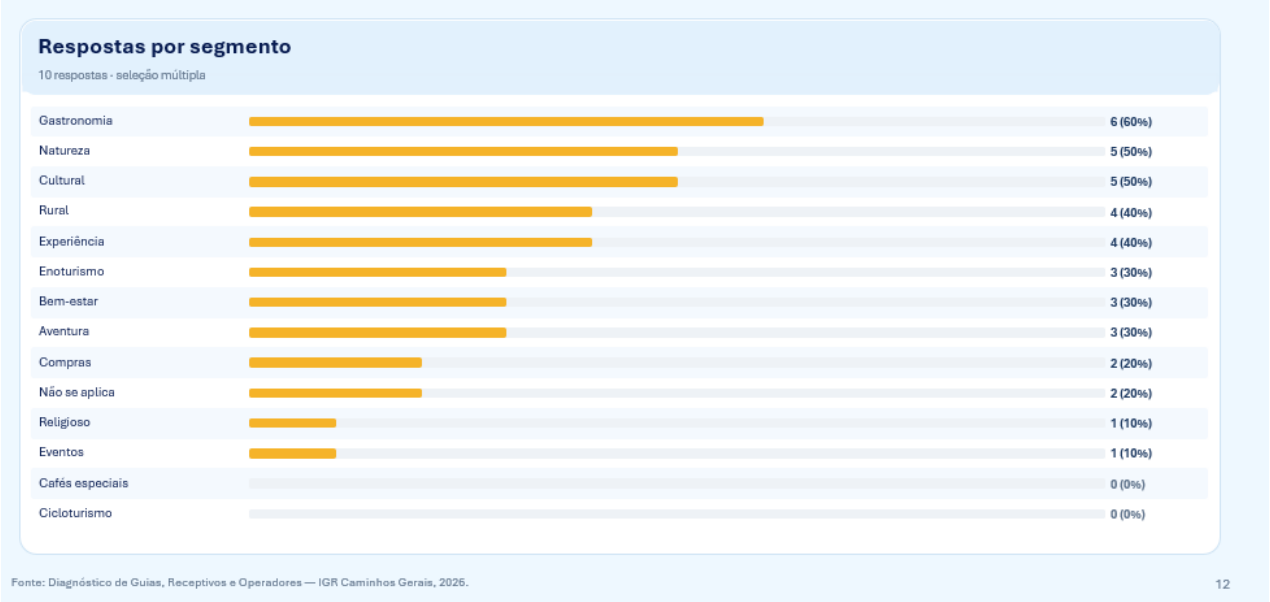
O levantamento sobre os segmentos turísticos procurados pelas agências e operadoras buscou identificar as atividades e experiências mencionadas pelos profissionais participantes nas relações com esse mercado. A pergunta admitiu múltiplas respostas, reunindo indicações relativas a diferentes modalidades de turismo.

A gastronomia apresentou o maior número de menções, sendo indicada por seis participantes (60%). O turismo de natureza e o turismo cultural receberam cinco indicações cada (50%), seguidos pelo turismo rural e pelo turismo de experiência, com quatro respostas cada (40%).

O enoturismo, o bem-estar e o turismo de aventura foram mencionados por três participantes cada (30%). O turismo de compras e a categoria "não se aplica" receberam duas indicações cada (20%). Turismo religioso e eventos foram apontados por um respondente cada (10%). As categorias cafés especiais e cicloturismo não receberam indicações nesse levantamento.

A distribuição apresenta maior frequência de referências à gastronomia, à natureza e à cultura, acompanhadas por atividades rurais e experiências turísticas. As demais categorias demonstram a diversidade dos segmentos mencionados pelos participantes, embora com menor presença nas respostas.

Esses resultados correspondem à percepção dos profissionais consultados acerca das demandas apresentadas pelas agências e operadoras com as quais mantêm contato. As indicações oferecem referências para a análise dos produtos comercializados nesse mercado, sem constituir uma mensuração direta da demanda turística regional.



O levantamento sobre as formas de comercialização dos serviços e roteiros turísticos examinou os modelos de venda utilizados pelos participantes, os componentes normalmente incluídos nas operações e os meios de pagamento aceitos.

Os serviços de guiamento e os roteiros completos, com recebimento do valor integral e posterior pagamento aos fornecedores, foram mencionados por seis participantes cada (60%). A comercialização de experiências diretamente aos turistas recebeu quatro indicações (40%), enquanto a organização de roteiros com pagamento direto aos estabelecimentos foi apontada por três respondentes (30%).

Também foram registrados modelos de venda por meio de agências e receptivos, intermediação de reservas e outras modalidades comerciais. A diversidade das respostas demonstra que os participantes adotam diferentes formas de organização e remuneração dos serviços, abrangendo desde o guiamento individual até operações que envolvem diferentes fornecedores.

Quanto aos serviços normalmente incluídos, o guiamento apresentou a maior frequência, com oito indicações (80%), seguido pelas experiências turísticas, mencionadas por sete participantes (70%). Ingressos e seguros de viagem receberam seis indicações cada (60%), enquanto o transporte foi mencionado por cinco respondentes (50%).

A alimentação apareceu em três respostas (30%), e a hospedagem em duas (20%). Outras modalidades de serviços e intermediação foram indicadas individualmente. A distribuição demonstra que os produtos comercializados pelos participantes apresentam diferentes composições, com maior presença de serviços diretamente vinculados à condução e à realização das experiências turísticas.

As menores frequências de inclusão de hospedagem e alimentação constituem uma característica relevante das operações declaradas. Os resultados identificam diferentes formas de composição dos roteiros, sem estabelecer se os serviços não incluídos são contratados separadamente pelos visitantes.

Em relação aos pagamentos, PIX e dinheiro foram aceitos por nove participantes cada (90%). Cartão de débito e transferência bancária receberam sete indicações cada (70%), seguidos pelo cartão de crédito, mencionado por seis respondentes (60%). O link de pagamento foi assinalado por cinco participantes (50%). Boleto e não comercializa foram mencionados individualmente (10%).

A distribuição demonstra a coexistência de meios tradicionais e eletrônicos de recebimento, com predominância do PIX e do dinheiro. A variedade dos meios aceitos caracteriza as práticas comerciais dos participantes e constitui uma informação sobre as condições de pagamento disponibilizadas aos clientes.



Fonte: Diagnóstico de Guias, Receptivos e Operadores — IGR Caminhos Gerais, 2026.

O levantamento sobre os canais comerciais buscou identificar os meios pelos quais os turistas chegam aos profissionais e empreendimentos participantes, aqueles considerados mais eficientes na geração de clientes e as possibilidades de divulgação ainda pouco utilizadas.

Entre os canais de chegada mencionados, o Instagram apresentou a maior frequência, com sete indicações (70%), seguido pelas recomendações de conhecidos, apontadas por seis respondentes (60%). O Google recebeu cinco indicações (50%), enquanto o WhatsApp e os guias de turismo foram mencionados por quatro participantes cada (40%). Sites próprios, hotéis e pousadas e outros canais também integraram as respostas.

A distribuição demonstra que as redes sociais, as recomendações pessoais e os mecanismos de busca estão presentes entre as principais formas de contato dos visitantes com os prestadores de serviços. Também foram identificadas indicações relacionadas a estabelecimentos de hospedagem e profissionais do próprio setor turístico.

Quando questionados sobre os canais que efetivamente geram clientes, seis participantes (60%) indicaram o Instagram. WhatsApp e Google receberam quatro indicações cada (40%), enquanto as recomendações de conhecidos, os sites próprios e os guias de turismo foram apontados por três respondentes cada (30%). Outros canais apareceram com frequências inferiores.

A comparação entre as duas questões demonstra diferenças entre os meios pelos quais os clientes chegam aos profissionais e aqueles reconhecidos pelos participantes como geradores de negócios. O Instagram ocupa a primeira posição em ambas as avaliações, enquanto o Google e o WhatsApp apresentam presença expressiva na percepção sobre a captação de clientes.

A investigação também identificou canais considerados pouco explorados. Os sites das prefeituras receberam oito indicações (80%), constituindo a categoria mais frequente. Os sites do Governo de Minas e a participação em eventos e feiras foram mencionados por seis respondentes cada (60%). Os sites de viagens receberam cinco indicações (50%).

Também foram apontados canais relacionados a influenciadores, guias de turismo e outros intermediários de divulgação, com diferentes frequências. As respostas demonstram que os participantes reconhecem possibilidades de ampliar a utilização de meios institucionais e comerciais para a comunicação de seus serviços.

A frequência das indicações relativas aos sites municipais e estaduais apresenta uma questão específica para o planejamento da divulgação turística regional. Esses canais foram reconhecidos pelos profissionais como espaços ainda pouco aproveitados, constituindo uma referência para examinar as possibilidades de apresentação e circulação de informações sobre os serviços de receptivo.

Para a IGR Caminhos Gerais, os resultados apontam a pertinência de avaliar mecanismos de articulação entre os canais institucionais de promoção e os profissionais responsáveis pela comercialização das experiências turísticas, considerando as condições de atualização das informações e a identificação dos serviços efetivamente disponíveis aos visitantes.



9.11.4 Produtos Comercializados

O levantamento dos produtos comercializados pelos guias de turismo, receptivos e operadores participantes buscou identificar as modalidades de experiências oferecidas, os atrativos procurados pelos clientes e a abrangência territorial das atividades declaradas. A pesquisa reuniu informações sobre os formatos de produtos, os municípios incluídos nas operações e os destinos atendidos fora da IGR Caminhos Gerais.

Quanto às modalidades de produtos, sete participantes (70%) declararam oferecer experiências turísticas, enquanto seis (60%) informaram trabalhar com roteiros personalizados. A

comercialização de visitas a pontos turísticos foi indicada por quatro respondentes (40%). Eventos, roteiros privativos e excursões receberam três indicações cada (30%).

Também foram mencionadas a venda de atividades, o turismo pedagógico e corporativo e a alternativa referente à ausência de produtos comercializados, cada uma com uma indicação. As respostas demonstram a presença de diferentes formatos de atuação, abrangendo serviços personalizados, visitas a atrativos e organização de atividades para públicos específicos.

Entre os atrativos e experiências procurados pelos clientes foram mencionados os passeios urbanos e *city tours* de Poços de Caldas, visitas a vinícolas, experiências de enoturismo e gastronomia, trilhas, ecoturismo e atividades rurais.

As respostas também incluíram referências ao Teleférico, ao Zoo das Aves e ao Recanto Japonês, além de atividades de aventura e bem-estar. Esses exemplos identificam parte dos atrativos e experiências presentes nas operações relatadas pelos participantes, sem estabelecer a frequência de comercialização de cada atividade.

A diversidade dos formatos e das referências apresentadas demonstra que os profissionais trabalham com diferentes componentes da oferta turística. A presença de roteiros personalizados e experiências específicas constitui uma característica do grupo consultado, acompanhada de atividades relacionadas aos atrativos urbanos, à produção regional, aos ambientes naturais e a outras modalidades de visitação.



A investigação sobre os municípios incluídos nas operações dos participantes apresentou diferenças na abrangência territorial das atividades comercializadas. Andradas recebeu o maior número de indicações, sendo mencionado por nove respondentes (90%), seguido por Poços de Caldas, com oito (80%), e Caldas, com sete (70%).

Santa Rita de Caldas foi indicada por cinco participantes (50%). Cabo Verde e Ibitiúra de Minas receberam três indicações cada (30%), enquanto Campestre, Ipuiúna e Poço Fundo foram mencionados por dois respondentes cada (20%). Botelhos, Monte Belo e São João da Mata apresentaram uma indicação cada (10%).

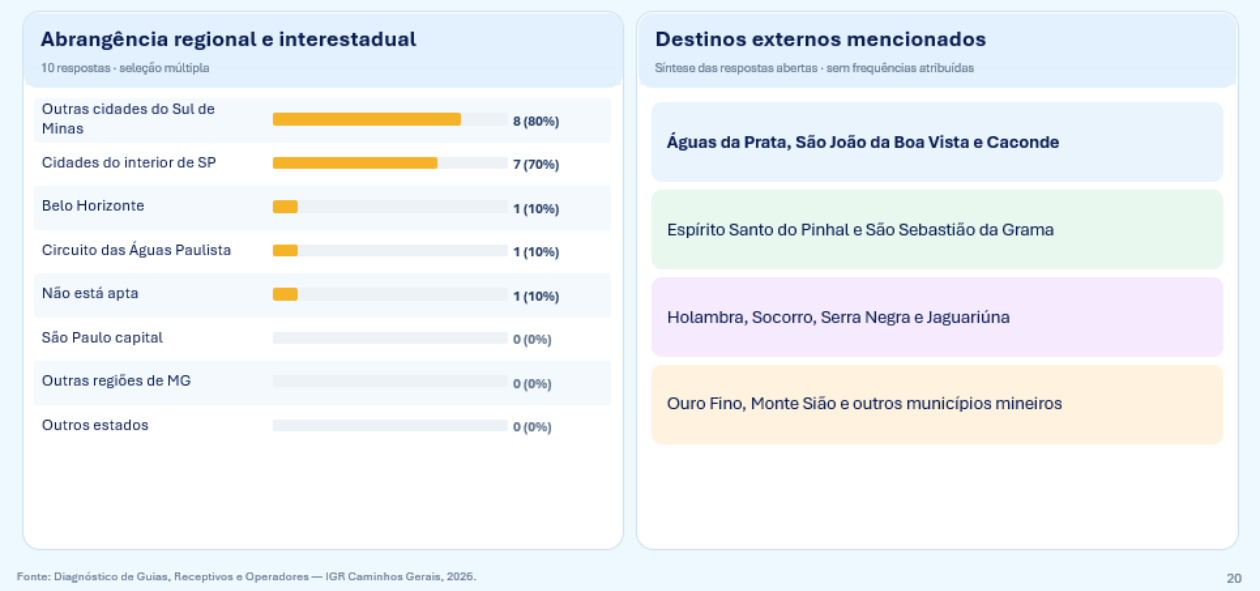
Carvalhópolis e Machado não receberam indicações na questão sobre os municípios em que os participantes declararam comercializar atividades turísticas.

A distribuição demonstra uma concentração das operações informadas em Andradas, Poços de Caldas e Caldas, acompanhada de participação menos frequente dos demais municípios. O resultado deve ser interpretado considerando a localização dos profissionais consultados e a

abrangência declarada de suas atividades, sem representar a distribuição integral da comercialização turística na IGR Caminhos Gerais.

A ausência de indicações para determinados municípios corresponde exclusivamente às respostas desse grupo de profissionais e empreendimentos. Os dados não constituem uma avaliação da existência de atrativos, produtos ou serviços turísticos nas localidades não mencionadas.

Para o planejamento regional, a distribuição das operações oferece referências para examinar a inserção dos municípios nas atividades comercializadas pelos receptivos participantes e identificar possibilidades de articulação entre prestadores de serviços, atrativos e experiências de diferentes localidades.



A pesquisa também investigou a atuação dos profissionais em municípios situados fora da IGR Caminhos Gerais, buscando identificar a abrangência regional e interestadual das operações relatadas.

Oito participantes (80%) declararam realizar atividades em outras cidades do Sul de Minas Gerais, enquanto sete (70%) indicaram atuação em municípios do interior paulista. Também foram registradas menções individuais a Belo Horizonte e ao Circuito das Águas Paulista. Um respondente assinalou a alternativa “não se aplica”.

Entre os destinos externos mencionados nas respostas abertas estão Águas da Prata, São João da Boa Vista, Caconde, Espírito Santo do Pinhal, São Sebastião da Grama, Holambra, Socorro, Serra Negra e Jaguariúna, no estado de São Paulo, além de Ouro Fino e Monte Sião, em Minas Gerais.

A distribuição das indicações demonstra que parte dos participantes desenvolve atividades em uma área que ultrapassa os limites da IGR Caminhos Gerais, abrangendo outros municípios mineiros e localidades do interior paulista.

Essas informações caracterizam a extensão territorial das operações declaradas pelos respondentes e a presença de diferentes destinos em seus serviços. A atuação fora da região constitui um aspecto pertinente à análise das relações comerciais e operacionais dos profissionais consultados, especialmente quanto às possibilidades de articulação entre atividades e destinos de diferentes municípios.

9.11.5 Perfil dos Visitantes

O levantamento sobre o perfil dos visitantes reuniu informações fornecidas pelos guias de turismo, receptivos e operadores participantes acerca dos mercados de origem, dos públicos atendidos, dos gastos durante a visitação, dos meios de hospedagem utilizados, dos destinos procurados e das características das viagens.

Os resultados correspondem às percepções e às experiências comerciais dos dez respondentes, não constituindo uma pesquisa direta com visitantes. A análise considera a procedência declarada dos clientes e as características das operações turísticas informadas pelos profissionais.

Quanto aos principais mercados de origem, a capital paulista recebeu nove indicações (90%), seguida pelo interior de São Paulo, mencionado por oito participantes (80%). O Rio de Janeiro foi apontado por três respondentes (30%), enquanto Belo Horizonte e outros estados receberam duas indicações cada (20%).

O próprio município de atuação, os municípios vizinhos e o Paraná foram mencionados individualmente, cada um com uma indicação (10%). Não foram registradas respostas para as categorias Sul de Minas, Distrito Federal e estrangeiros.

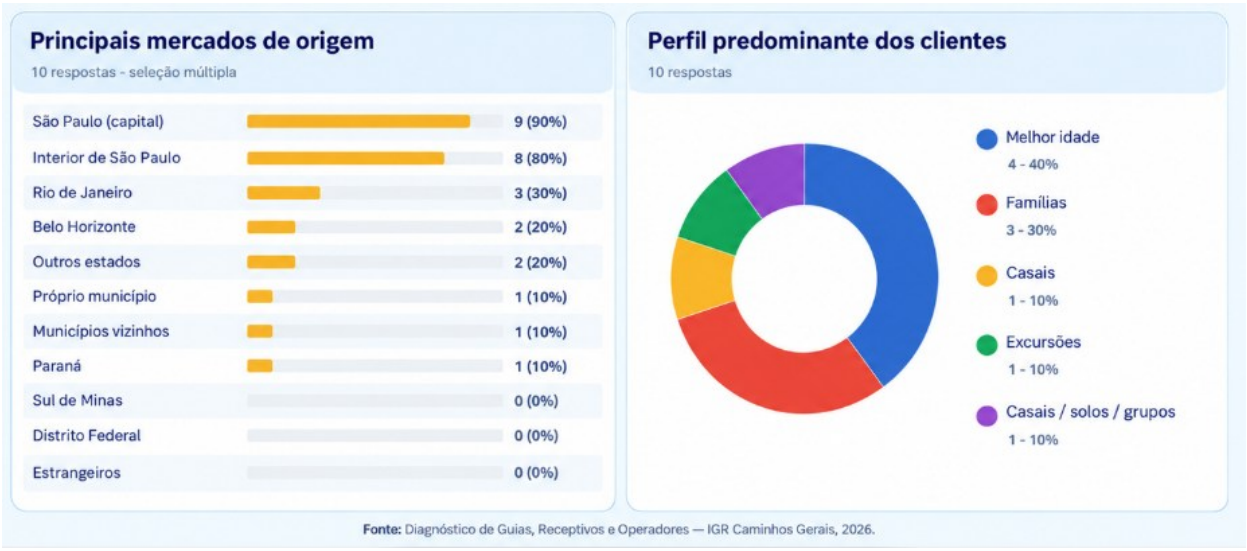
A distribuição evidencia a presença expressiva de clientes provenientes do estado de São Paulo entre os mercados mencionados pelos profissionais consultados. A capital e o interior paulista

aparecem em posições distintas no levantamento, mas ambas as categorias apresentam frequências elevadas em relação às demais origens declaradas.

Em relação ao público predominante, quatro participantes (40%) identificaram pessoas da melhor idade, enquanto três (30%) indicaram famílias. Casais, excursões e a categoria composta por casais, viajantes individuais e grupos receberam uma resposta cada (10%).

As respostas apresentam diferentes perfis de clientes, com maior frequência das pessoas da melhor idade e das famílias. A presença de outras categorias demonstra que os participantes atendem públicos com características variadas, embora a pergunta tenha solicitado a identificação daquele considerado predominante em suas atividades.

Esses indicadores oferecem referências para a caracterização dos visitantes atendidos pelos respondentes e para a análise das condições de organização dos serviços turísticos. Os percentuais expressam a frequência das indicações dos profissionais, sem equivaler à participação efetiva de cada mercado ou perfil no fluxo total de visitantes da região.



Fonte: Diagnóstico de Guias, Receptivos e Operadores — IGR Caminhos Gerais, 2026.

O levantamento sobre os gastos diários dos visitantes buscou identificar as faixas de despesas percebidas pelos profissionais em suas operações. Cinco respondentes (50%) indicaram valores entre R$ 151 e R$ 250 por pessoa, constituindo a faixa mais frequente. Outros três (30%) apontaram gastos entre R$ 351 e R$ 500, enquanto as faixas de até R$ 150 e de R$ 251 a R$ 350 receberam uma indicação cada (10%). Nenhum participante assinalou gastos superiores a R$ 500.

A distribuição apresenta diferenças entre as estimativas de despesas fornecidas pelos profissionais. Os valores refletem o conhecimento dos respondentes sobre os clientes atendidos e não correspondem a gastos efetivamente mensurados por meio de pesquisa direta com os visitantes.

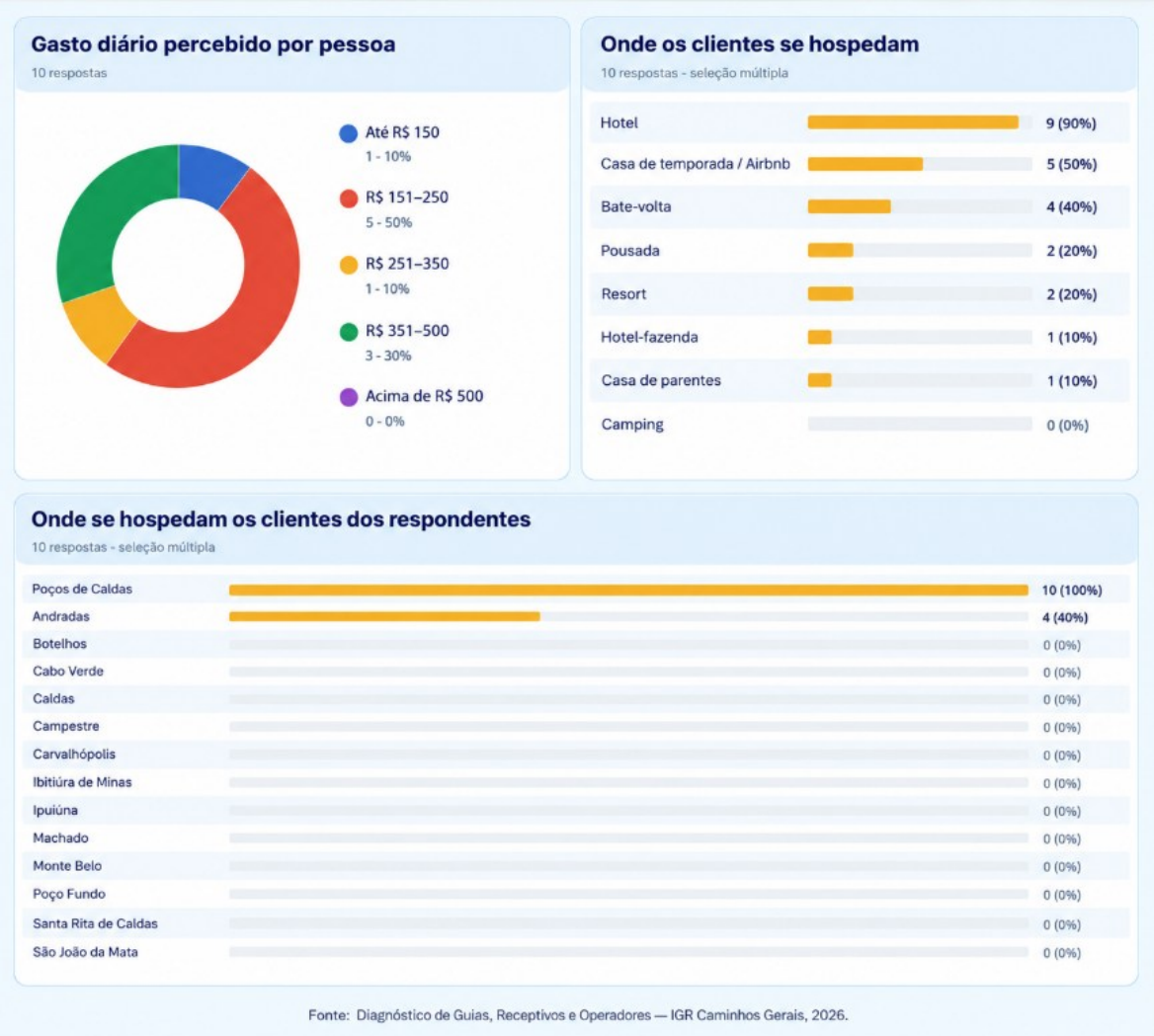
Quanto às modalidades de hospedagem utilizadas pelos clientes, os hotéis receberam nove indicações (90%). As casas de temporada e acomodações disponibilizadas por plataformas digitais foram mencionadas por cinco participantes (50%). As viagens de bate-volta apareceram em quatro respostas (40%), enquanto pousadas e resorts receberam duas indicações cada (20%).

Também foram mencionados hotéis-fazenda e casas de parentes, cada categoria com uma indicação (10%). Não houve registros para camping. A distribuição caracteriza diferentes modalidades de acomodação e inclui a realização de visitas sem pernoite entre as situações declaradas pelos participantes.

A investigação sobre os municípios utilizados como base de hospedagem apresentou concentração em Poços de Caldas, indicado pelos dez respondentes (100%). Andradas recebeu quatro indicações (40%), enquanto os demais municípios da IGR Caminhos Gerais não foram mencionados nessa questão.

O resultado evidencia a presença de Poços de Caldas nas operações de hospedagem relatadas por todos os participantes, acompanhado por Andradas em parte das respostas. Essa distribuição corresponde ao grupo consultado e não constitui uma medida da ocupação hoteleira ou da quantidade de visitantes hospedados em cada município.

A diferença entre os locais utilizados para hospedagem e a distribuição territorial dos atrativos constitui um aspecto relevante para a organização das atividades de receptivo. Os dados identificam as bases de pernoite mencionadas pelos profissionais e oferecem referências para examinar as relações entre hospedagem e deslocamentos turísticos nas operações declaradas.



Fonte: Diagnóstico de Guias, Receptivos e Operadores — IGR Caminhos Gerais, 2026.

A investigação sobre os destinos procurados pelos clientes apresentou uma distribuição diferente daquela identificada para os locais de hospedagem. Andradas foi mencionado pelos dez participantes (100%), seguido por Poços de Caldas, com sete indicações (70%), e Caldas, com quatro (40%). Santa Rita de Caldas recebeu duas indicações (20%).

O interior de São Paulo também foi apontado por quatro respondentes (40%), enquanto outros municípios mineiros situados fora da IGR Caminhos Gerais receberam duas indicações (20%). Os demais integrantes da região não foram mencionados nessa questão.

A comparação entre os resultados de hospedagem e visitação evidencia diferenças na presença dos municípios nas operações declaradas. Poços de Caldas foi indicado por todos os participantes como local utilizado para pernoite, enquanto Andradas recebeu a totalidade das indicações relativas aos destinos procurados pelos clientes.

Esses resultados caracterizam funções distintas atribuídas aos municípios nas atividades dos profissionais consultados. A eventual utilização de uma localidade como base de hospedagem para visitação a outras depende dos itinerários efetivamente realizados, informação que os resultados agregados não individualizam.

Quanto à permanência na região, sete respondentes (70%) indicaram viagens com duração predominante de duas noites. Um participante (10%) apontou uma noite, outro (10%) indicou três noites e um terceiro (10%) informou que a duração varia conforme a viagem. Nenhum respondente assinalou quatro ou mais noites como padrão predominante.

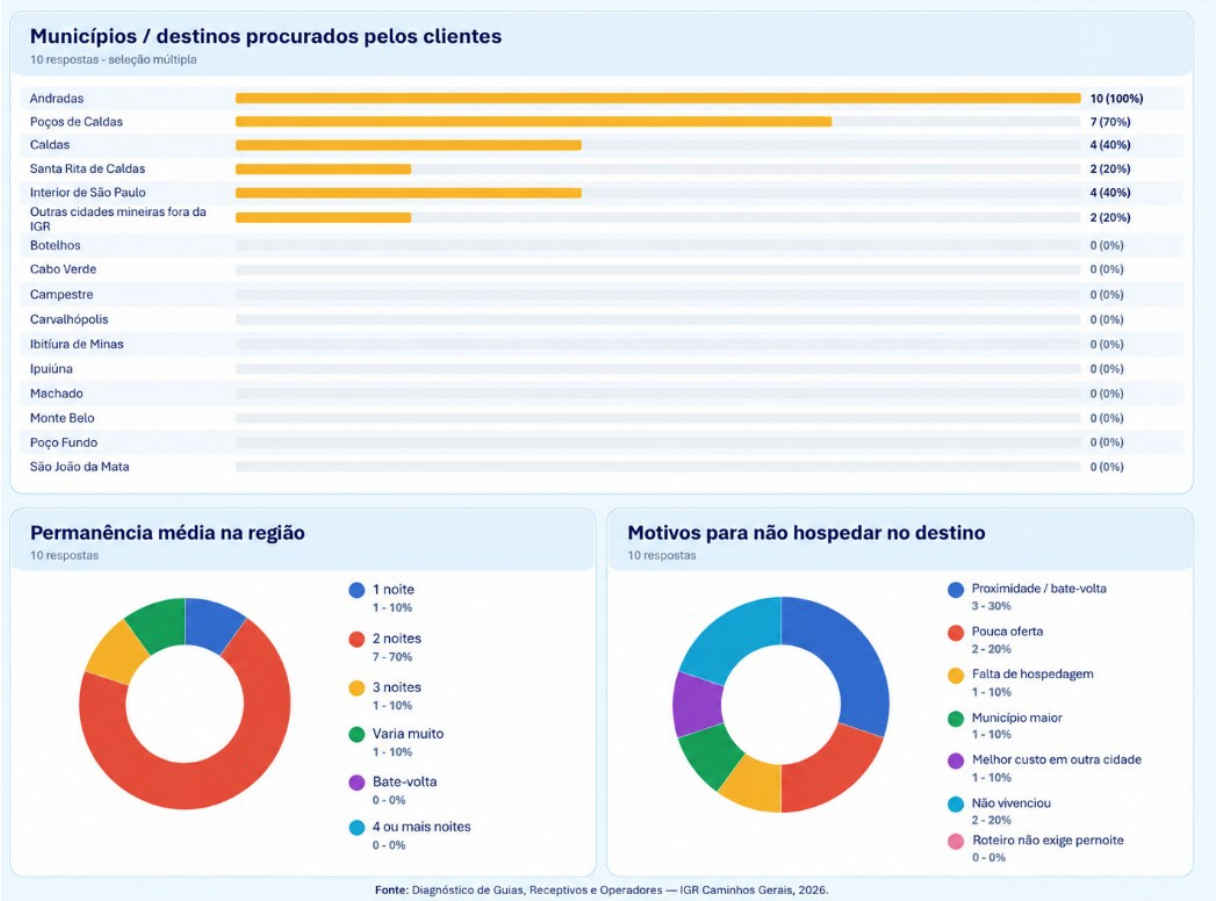
A distribuição demonstra que a permanência de duas noites constitui o padrão mais frequente nas operações relatadas, embora também tenham sido registradas outras durações e situações de variação conforme a programação.

A pesquisa investigou ainda os motivos pelos quais os visitantes deixam de se hospedar em determinado destino. A proximidade entre municípios e a possibilidade de realizar viagens de bate-volta receberam três indicações (30%). A pouca oferta de hospedagem foi mencionada por dois participantes (20%).

A falta de hospedagem, a preferência por um município maior e a existência de melhores custos em outra cidade receberam uma indicação cada (10%). Outros dois respondentes (20%) declararam não ter vivenciado essa situação.

As respostas identificam diferentes circunstâncias relacionadas à escolha dos locais de pernoite, incluindo distância, disponibilidade de estabelecimentos e condições econômicas. Esses fatores foram apresentados pelos profissionais como explicações para situações observadas em suas atividades, constituindo referências para a análise das relações entre hospedagem e visitação regional.

Para o planejamento turístico, o conjunto das informações aponta a pertinência de considerar os destinos procurados, as bases de hospedagem e a duração das viagens de forma articulada, respeitando as características das operações relatadas pelos participantes.



Fonte: Diagnóstico de Guias, Receptivos e Operadores — IGR Caminhos Gerais, 2026.

O levantamento sobre a circulação dos visitantes buscou identificar a quantidade de municípios normalmente incluídos nas viagens e os segmentos turísticos procurados pelos clientes atendidos pelos profissionais participantes.

Quanto ao número de municípios visitados, cinco respondentes (50%) informaram que essa quantidade varia conforme a programação dos roteiros. Outros dois (20%) declararam realizar viagens concentradas em apenas um município, enquanto dois (20%) indicaram percursos que abrangem duas localidades. Um participante (10%) mencionou visitas a três ou mais municípios.

A distribuição evidencia diferentes formas de organização territorial das viagens. A predominância da alternativa referente à variação conforme o roteiro demonstra que parte dos profissionais não identifica uma quantidade fixa de municípios incluídos em suas operações.

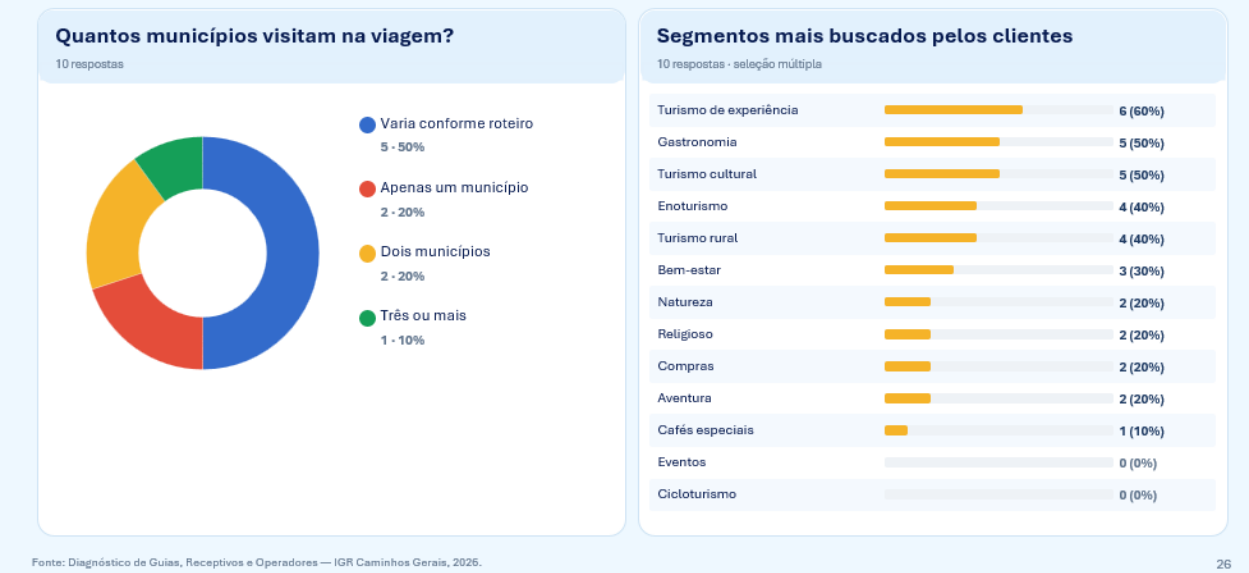
Em relação aos segmentos mais procurados pelos clientes, o turismo de experiência recebeu seis indicações (60%), seguido pela gastronomia e pelo turismo cultural, com cinco respostas cada (50%). O enoturismo e o turismo rural foram mencionados por quatro participantes cada (40%), enquanto o bem-estar recebeu três indicações (30%).

Natureza, turismo religioso, compras e aventura apresentaram duas indicações cada (20%). Os cafés especiais receberam uma indicação (10%). Eventos e cicloturismo não foram mencionados nessa questão.

As respostas demonstram maior frequência de interesses relacionados às experiências turísticas, à gastronomia e à cultura, acompanhados por atividades vinculadas à produção regional e ao espaço rural. Os demais segmentos integram o conjunto de interesses reconhecidos pelos profissionais, embora apresentem menor frequência.

A comparação dos dois indicadores caracteriza a diversidade dos segmentos procurados e das formas de organização territorial das viagens. As indicações oferecem referências para examinar as experiências incluídas nos roteiros e sua abrangência municipal, sem estabelecer relações individuais entre os segmentos escolhidos e a quantidade de municípios visitados.

Para a organização da oferta turística regional, os resultados identificam modalidades de visitação e características das operações que poderão subsidiar o exame das possibilidades de articulação entre profissionais, atrativos e serviços dos diferentes municípios.



9.11.6 Economia e Comissionamento

O levantamento sobre economia e comissionamento examinou as práticas de remuneração comercial adotadas nas relações entre guias de turismo, receptivos, operadores e empreendimentos turísticos. As questões contemplaram a existência de comissões, os segmentos que utilizam esse mecanismo, os percentuais praticados, os benefícios concedidos aos profissionais e as condições de negociação entre fornecedores e intermediários.

Quanto à presença do comissionamento nos empreendimentos turísticos, três participantes (30%) informaram que alguns estabelecimentos adotam essa prática, enquanto outros três (30%) declararam que poucos trabalham com comissões. Dois respondentes (20%) consideraram que a maioria dos empreendimentos oferece esse tipo de remuneração, e outros dois (20%) não souberam informar.

As respostas apresentam diferentes percepções sobre a utilização do comissionamento nas relações comerciais dos participantes. A distribuição não estabelece a proporção efetiva de empreendimentos que remuneram intermediários, pois corresponde à avaliação declarada pelos profissionais consultados.

Entre os segmentos identificados como praticantes de comissionamento, as lojas de produtos regionais receberam cinco indicações (50%). As vinícolas apareceram em seguida, com quatro respostas (40%), enquanto os meios de hospedagem foram mencionados por três participantes (30%).

Queijarias, cervejarias artesanais e atrativos turísticos receberam duas indicações cada (20%), e restaurantes foram mencionados por um respondente (10%). A categoria relacionada a cafeterias, bares e similares não recebeu indicações.

A distribuição evidencia a presença de mecanismos de remuneração comercial em diferentes segmentos relacionados à atividade turística, com maior frequência de referências às lojas de produtos regionais e às vinícolas. As respostas caracterizam as práticas conhecidas pelos profissionais, sem estabelecer condições uniformes de negociação entre os empreendimentos.

Quanto aos segmentos nos quais o comissionamento poderia ser ampliado, cinco participantes (50%) mencionaram os meios de hospedagem. Restaurantes, vinícolas, olivais e empreendimentos de azeite e atrativos turísticos receberam quatro indicações cada (40%). Queijarias e cervejarias foram apontadas por três respondentes cada (30%), enquanto cafeterias e atividades de aventura receberam duas indicações cada (20%).

Quatro participantes (40%) também assinalaram não saber identificar oportunidades específicas de ampliação das comissões. As respostas demonstram diferentes expectativas sobre a utilização desse mecanismo nas relações comerciais entre prestadores de serviços e empreendimentos turísticos.

Em relação aos percentuais de comissão recebidos, seis participantes (60%) indicaram valores entre 6% e 10%. Um respondente (10%) mencionou percentuais de até 5%, outro (10%) informou valores variáveis e dois (20%) não souberam responder.

A predominância da faixa de 6% a 10% caracteriza os percentuais declarados pelos profissionais consultados. As demais respostas demonstram a existência de condições distintas ou desconhecimento dos valores aplicados, aspecto relevante para a análise das práticas comerciais relatadas.



Fonte: Diagnóstico de Guias, Receptivos e Operadores — IGR Caminhos Gerais, 2026.

Além das comissões financeiras, o levantamento identificou benefícios concedidos pelos empreendimentos turísticos aos profissionais envolvidos na organização e na operação dos serviços. As respostas abertas mencionaram refeições, cortesias, brindes e gratuidades destinadas ao conhecimento ou à participação em experiências turísticas.

Também foram registradas referências à variação das condições oferecidas conforme o estabelecimento e o tamanho dos grupos atendidos. Essas manifestações demonstram a existência de diferentes modalidades de relacionamento comercial, incluindo benefícios que não correspondem diretamente ao pagamento de comissões financeiras.

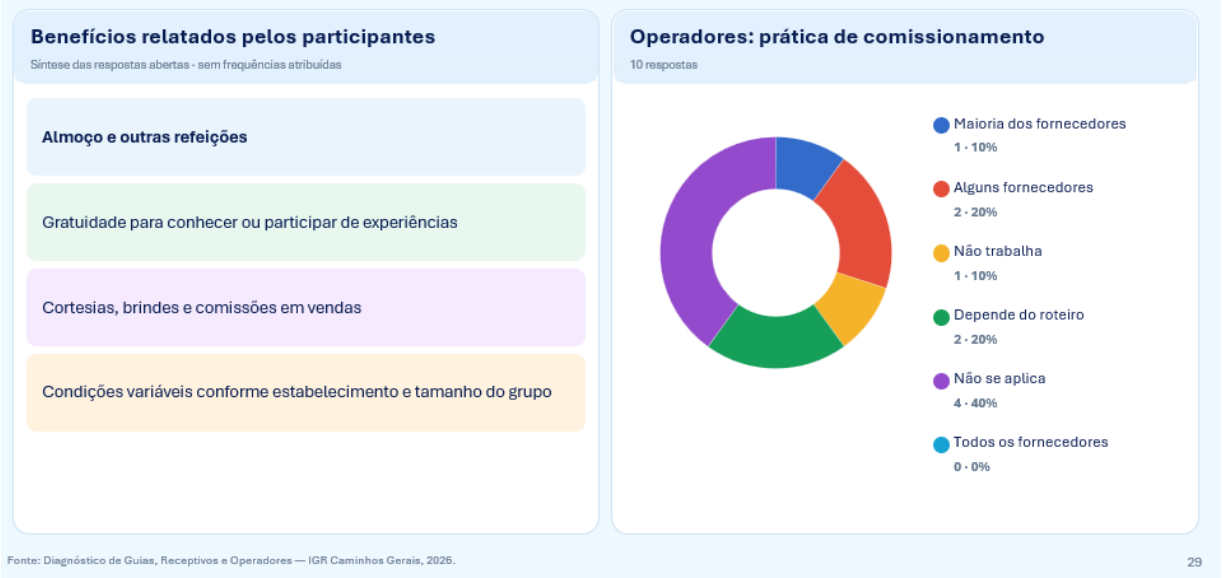
A pesquisa examinou ainda as práticas de comissionamento relacionadas especificamente aos operadores. Dois respondentes (20%) informaram trabalhar com comissões oferecidas por alguns fornecedores, enquanto um (10%) declarou que a maioria dos fornecedores adota esse mecanismo.

Outros dois participantes (20%) indicaram que o comissionamento depende das características do roteiro. Um respondente (10%) informou não trabalhar com esse modelo, e quatro (40%) consideraram a pergunta não aplicável às suas atividades.

Quanto às comissões relacionadas às vendas realizadas por operadores, quatro participantes (40%) indicaram percentuais entre 6% e 10%. Um (10%) informou valores variáveis e outro (10%) declarou não saber responder. Os quatro participantes restantes (40%) consideraram a questão não aplicável.

A presença expressiva de respostas classificadas como não aplicáveis evidencia diferenças entre as atividades exercidas pelos participantes. Os resultados demonstram que as práticas de comissionamento vinculadas à operação e à venda de serviços apresentam modalidades distintas, de acordo com as relações comerciais declaradas pelos respondentes.

A análise desse conjunto deve considerar a diversidade dos modelos de atuação profissional, uma vez que nem todos os participantes desenvolvem atividades que envolvem negociação de comissões com fornecedores ou operações realizadas por intermediários.



O levantamento sobre as comissões médias nas vendas realizadas pelos operadores, os obstáculos ao comissionamento e as condições de preparação dos empreendimentos para negociações comerciais reuniu quatro indicadores relacionados à organização do mercado turístico. As questões também identificaram as melhorias consideradas necessárias pelos profissionais participantes.

Quanto às comissões médias nas vendas realizadas pelos operadores, quatro respondentes (40%) indicaram percentuais entre 6% e 10%. Um participante (10%) informou que os valores variam conforme a operação, enquanto outro (10%) declarou não saber responder. Quatro profissionais (40%) consideraram a pergunta não aplicável às suas atividades. Não foram registradas respostas nas categorias referentes a comissões de até 5% ou superiores a 10%.

A distribuição demonstra que a faixa de 6% a 10% constitui a referência mais frequente entre os participantes que informaram percentuais específicos. A proporção de respostas classificadas como não aplicáveis também evidencia diferenças nas modalidades de atuação profissional, uma vez que nem todos os respondentes desenvolvem atividades envolvendo comissões nas vendas realizadas por operadores.

Em relação aos obstáculos ao comissionamento, quatro participantes (40%) declararam não saber avaliar as dificuldades existentes. Outros três (30%) apontaram que o papel dos intermediários ainda é pouco compreendido pelos empreendimentos turísticos. A ausência de utilização de comissões, a falta de tarifários específicos e a inexistência de padronização receberam uma indicação cada (10%).

As respostas identificam dificuldades relacionadas ao reconhecimento da atuação dos intermediários e à organização das condições comerciais entre os prestadores de serviços. A proporção de profissionais que não souberam avaliar a questão também integra esse cenário, demonstrando diferenças no conhecimento e nas experiências dos participantes sobre as práticas de comissionamento.

A preparação dos empreendimentos turísticos para negociações entre empresas, identificadas pela expressão B2B, recebeu avaliação negativa de cinco respondentes (50%). Três participantes (30%) consideraram os estabelecimentos preparados para esse tipo de negociação, enquanto dois (20%) não souberam responder.

A predominância das avaliações negativas demonstra que metade dos profissionais consultados identifica dificuldades na preparação comercial dos empreendimentos com os quais se relaciona. Essa percepção constitui uma referência para examinar as condições de negociação entre fornecedores, agências, operadoras e receptivos turísticos.

Quanto às melhorias consideradas necessárias, a definição de políticas de comissionamento, a qualidade do atendimento e a capacitação das equipes receberam cinco indicações cada (50%). A disponibilização de tarifários específicos para agências foi mencionada por quatro participantes (40%), enquanto a produção de materiais promocionais recebeu três indicações (30%).

A flexibilidade dos horários de atendimento apareceu em duas respostas (20%), e a emissão de nota fiscal foi mencionada por um participante (10%). As categorias relacionadas à reserva on-line e às formas de pagamento não receberam indicações.

O conjunto das respostas demonstra que as necessidades identificadas abrangem diferentes componentes das relações comerciais. A definição de condições de comissionamento apresenta a mesma frequência das demandas por melhoria do atendimento e capacitação das equipes, enquanto os tarifários específicos e os materiais promocionais aparecem como instrumentos relacionados à organização das negociações.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, esses resultados constituem referências para a identificação de necessidades de qualificação comercial e de aprimoramento das relações entre guias, receptivos, operadores e empreendimentos turísticos. A definição de iniciativas regionais deverá considerar as condições de atuação dos diferentes profissionais, as práticas de remuneração declaradas e as necessidades de preparação dos fornecedores para negociações entre empresas.



Fonte: Diagnóstico de Guias, Receptivos e Operadores — IGR Caminhos Gerais, 2026.

O levantamento sobre os valores cobrados pelos profissionais buscou identificar as faixas de preços declaradas para serviços turísticos com diferentes durações, considerando atividades de quatro a cinco horas e operações de aproximadamente oito horas.

Nos serviços com duração de quatro a cinco horas, quatro participantes (40%) indicaram valores entre R$ 301 e R$ 400. Outros três (30%) mencionaram preços entre R$ 401 e R$ 500, enquanto um respondente (10%) apontou a faixa de R$ 201 a R$ 300. Dois participantes (20%) não souberam informar os valores.

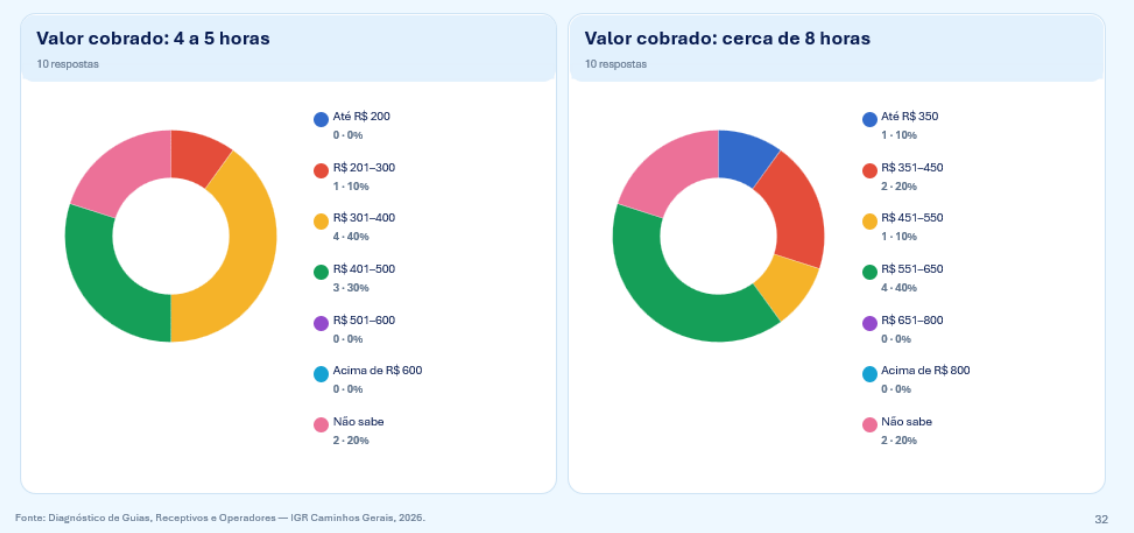
A distribuição apresenta maior frequência de respostas nas faixas de R$ 301 a R$ 500 para serviços de quatro a cinco horas, acompanhada de uma indicação de valor inferior e de participantes que não apresentaram referência de preço.

Quanto aos serviços com duração aproximada de oito horas, quatro respondentes (40%) informaram valores entre R$ 551 e R$ 650. Dois participantes (20%) apontaram a faixa de R$ 351 a R$ 450, enquanto os intervalos de até R$ 350 e de R$ 451 a R$ 550 receberam uma indicação cada (10%). Outros dois respondentes (20%) não souberam informar.

As respostas demonstram diferenças nos preços declarados para as duas modalidades de serviço, com maior frequência de valores superiores nas operações de aproximadamente oito horas. Entretanto, o levantamento reúne referências fornecidas pelos profissionais, sem estabelecer a composição exata dos serviços correspondentes a cada faixa.

Algumas operações podem envolver cobrança por atividade, independentemente do tempo de duração. As características do atendimento, os serviços incluídos, a quantidade de participantes e as condições de realização devem ser considerados na interpretação dos valores apresentados.

Os resultados constituem referências sobre as práticas de precificação declaradas pelos respondentes e poderão subsidiar a análise das condições comerciais do receptivo turístico. Não representam uma tabela regional de preços nem estabelecem valores de referência obrigatórios para os profissionais e empreendimentos da IGR Caminhos Gerais.



9.11.7 Operação Turística

O levantamento sobre a operação turística examinou os meios de transporte utilizados pelos profissionais participantes, as dificuldades encontradas na contratação desses serviços e os principais problemas identificados durante a execução de roteiros e experiências turísticas. As questões contemplaram aspectos relacionados aos deslocamentos, às condições de acesso, à organização das atividades e ao funcionamento dos serviços destinados aos visitantes.

As informações reunidas correspondem às experiências dos dez respondentes e incluem indicadores quantitativos e manifestações abertas sobre as condições de operação nos municípios atendidos. A análise distingue as modalidades de transporte utilizadas, os problemas de contratação e as dificuldades relatadas na realização das atividades turísticas.



Fonte: Diagnóstico de Guias, Receptivos e Operadores — IGR Caminhos Gerais, 2026.

Quanto às modalidades de transporte utilizadas, as vans receberam sete indicações (70%), constituindo a alternativa mais frequente. Os veículos próprios foram mencionados por seis participantes (60%), seguidos pelos ônibus, com quatro respostas (40%). Os carros executivos receberam uma indicação (10%), assim como a alternativa “não se aplica”. Não foram registradas respostas para micro-ônibus, veículos de turistas ou deslocamentos por bicicleta e caminhada.

A distribuição demonstra a presença de diferentes modalidades de transporte nas operações declaradas, com maior frequência das vans e dos veículos próprios. Como a pergunta admitiu múltiplas respostas, as indicações representam as modalidades utilizadas pelos profissionais, sem estabelecer sua participação relativa no total de viagens realizadas.

A investigação sobre dificuldades na contratação de transporte apresentou cinco respostas negativas (50%) e três afirmativas (30%). Dois participantes (20%) declararam não saber responder. Assim, metade dos respondentes não identificou dificuldades de contratação, enquanto os demais se dividiram entre aqueles que relataram obstáculos e os que não apresentaram avaliação.

Em uma questão complementar, respondida por oito participantes, cinco indicaram as vans entre as modalidades associadas a dificuldades de contratação, correspondendo a 62,5% das respostas. Outros três (37,5%) não souberam informar a modalidade relacionada ao problema. Não foram registradas indicações para micro-ônibus, ônibus ou carros executivos nessa pergunta específica.

As respostas abertas sobre os problemas encontrados na operação turística acrescentaram questões relacionadas às condições de acesso e estacionamento para ônibus durante os passeios urbanos, especialmente nos city tours. Também foram mencionadas dificuldades de embarque e desembarque, fiscalização de trânsito e horários restritos de funcionamento de determinadas experiências e atividades.

Outras manifestações abordaram a qualificação do atendimento, a capacidade de recebimento de visitantes, a organização de parcerias e a fiscalização das atividades profissionais. Esses registros identificam dificuldades de diferentes naturezas, relacionadas à infraestrutura urbana, às condições operacionais dos estabelecimentos e à prestação dos serviços turísticos.

Os resultados caracterizam aspectos da operação cotidiana dos profissionais consultados, com destaque para o uso de vans, as diferentes condições de contratação de transporte e os problemas relatados na execução dos roteiros. As manifestações constituem referências para examinar as condições de circulação, atendimento e organização das atividades nos destinos em que os participantes atuam.



A investigação sobre os gargalos encontrados nos municípios de atuação reuniu manifestações relativas à infraestrutura turística, à disponibilidade de hospedagem, à qualificação da mão de obra e às condições de circulação dos visitantes.

Entre as dificuldades mencionadas estão as limitações de infraestrutura e dos meios de hospedagem, a necessidade de aprimoramento do atendimento e da formação profissional, além de problemas relacionados ao transporte e ao deslocamento dos turistas. Também foram registradas referências a abordagens consideradas inadequadas ou invasivas aos visitantes.

A articulação entre o trade turístico e o poder público apareceu entre as questões apontadas pelos participantes, demonstrando a presença de demandas relacionadas à organização institucional e ao relacionamento entre os agentes envolvidos na operação das atividades.

A proximidade com grandes mercados emissores também foi mencionada, constituindo uma característica territorial considerada relevante por um dos participantes. Essa referência apresenta natureza distinta dos problemas operacionais identificados nas demais manifestações.

O conjunto das respostas indica que os profissionais reconhecem dificuldades relacionadas ao funcionamento dos serviços, às condições de circulação e à organização do atendimento turístico. As manifestações abrangem situações que envolvem diferentes agentes, incluindo administrações públicas, empreendimentos e prestadores de serviços.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os resultados oferecem referências para o exame das condições de operação turística, especialmente quanto à mobilidade, à organização dos serviços e ao relacionamento entre os agentes públicos e privados. A definição de iniciativas deverá considerar a natureza dos problemas relatados e as responsabilidades institucionais envolvidas em sua resolução.

9.11.8 Percepção dos Turistas

O levantamento sobre a percepção dos turistas reuniu informações relatadas pelos profissionais participantes acerca dos aspectos elogiados pelos visitantes, das reclamações recebidas e dos fatores associados à perda de vendas de roteiros e atividades. As questões buscaram identificar características valorizadas pelos clientes e dificuldades percebidas durante a realização e a comercialização dos serviços turísticos.

As respostas correspondem às experiências e aos relatos dos dez profissionais consultados. Os resultados expressam, portanto, a percepção desses agentes sobre as manifestações dos visitantes atendidos, sem constituir uma pesquisa direta de satisfação turística.



Entre os aspectos positivos relatados pelos profissionais, destacaram-se as referências à natureza, às paisagens e à beleza dos destinos. O clima e as características do ambiente urbano também apareceram entre os elementos elogiados, acompanhados pela hospitalidade, pela recepção e pela qualidade do atendimento.

Outras manifestações mencionaram a limpeza dos espaços, a segurança, a preservação do patrimônio e a gastronomia. A diversidade das respostas demonstra que os elogios recebidos pelos participantes abrangem características territoriais e condições relacionadas aos serviços e aos espaços utilizados durante a visitação.

Quanto às reclamações atribuídas aos visitantes, foram mencionados os preços e as formas de cobrança em determinados atrativos, além de problemas de infraestrutura, especialmente em relação às condições de atendimento de diferentes públicos. Também foram registradas críticas à qualidade dos serviços prestados por estabelecimentos turísticos e meios de hospedagem.

Os horários restritos de funcionamento de experiências e restaurantes e o fechamento do comércio em determinados períodos integram as dificuldades relatadas. Essas manifestações identificam situações relacionadas à disponibilidade dos serviços, à organização do atendimento e às condições encontradas durante a visitação.

A pesquisa também investigou os fatores associados à perda de vendas de roteiros e atividades turísticas. Os valores considerados elevados receberam três indicações (30%), mesma quantidade registrada para os participantes que não souberam avaliar os motivos de perda de vendas.

A falta de hospedagem, a indisponibilidade de datas e a concorrência de serviços oferecidos por outros guias a preços inferiores receberam uma indicação cada (10%). Outro participante (10%) declarou não realizar vendas.

Não foram registradas indicações para falta de transporte, ausência de comissionamento, insuficiência de experiências ou baixa qualidade dos serviços como motivos de perda de vendas nessa pergunta específica.

A distribuição demonstra que os preços constituem a dificuldade comercial mais frequentemente identificada entre os participantes que apresentaram motivos para a perda de negócios. A proporção de profissionais que não souberam responder também indica diferenças no conhecimento das circunstâncias que interferem na concretização das vendas.

Os elogios e as reclamações relatados acrescentam ao diagnóstico informações sobre as características valorizadas pelos clientes e os problemas percebidos nas experiências turísticas. Para o planejamento regional, as manifestações oferecem referências para examinar as condições de atendimento, os horários de funcionamento, as práticas de cobrança e a organização dos serviços, considerando que as informações foram fornecidas pelos profissionais e não diretamente pelos visitantes.

9.11.9 Relação entre os profissionais e a IGR Caminhos Gerais

O levantamento sobre a atuação da IGR Caminhos Gerais buscou identificar o grau de conhecimento da entidade pelos profissionais de turismo, os canais pelos quais tiveram contato com suas atividades e as contribuições reconhecidas para o desenvolvimento dos serviços turísticos.

As questões também abordaram as expectativas dos participantes quanto ao papel da governança regional, as possibilidades de aprimoramento de suas ações e o interesse dos profissionais em ampliar sua participação nas iniciativas promovidas pela IGR.

A pergunta sobre o conhecimento da IGR Caminhos Gerais identificou que sete participantes (70%) declararam conhecer bem a entidade e acompanhar suas atividades. Outros dois (20%) informaram conhecê-la, embora acompanhem pouco suas ações, enquanto um respondente (10%) declarou não conhecer a instituição.

Quanto aos canais pelos quais os profissionais tiveram conhecimento da IGR, o contato por meio das prefeituras recebeu quatro indicações (40%), seguido pelos eventos, mencionados por três

participantes (30%). A Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e os cursos e capacitações receberam uma indicação cada (10%). Outro respondente (10%) declarou não conhecer a entidade. As redes sociais e o site não foram apontados como canais de primeiro contato.

A distribuição demonstra que o conhecimento da IGR entre os profissionais consultados está associado principalmente às relações institucionais com as prefeituras e à participação em eventos. Os demais canais apresentaram menor frequência nas respostas.

A avaliação da contribuição das ações da IGR para as atividades profissionais também apresentou diferenças. Quatro participantes (40%) consideraram que as iniciativas ajudam parcialmente, enquanto três (30%) avaliaram que contribuem muito. Um respondente (10%) indicou contribuição reduzida e dois (20%) declararam não conhecer as ações desenvolvidas. Nenhum assinalou ausência total de contribuição entre as alternativas apresentadas.

A combinação dessas respostas demonstra que sete participantes (70%) reconhecem contribuição expressiva ou parcial das atividades da IGR para seu trabalho, enquanto os demais apresentaram avaliação reduzida ou desconhecimento das iniciativas.

Entre as ações identificadas como benéficas, capacitações e eventos receberam cinco indicações cada (50%). As atividades de divulgação foram mencionadas por três participantes (30%), enquanto feiras e materiais promocionais receberam duas indicações cada (20%).

Projetos e ações de roteirização foram apontados individualmente (10%). Também foram registradas referências à participação em eventos com uma indicação, bem como um que ainda não participou, (10%). Dois respondentes (20%) declararam não saber informar quais atividades lhes trouxeram benefícios.

As respostas identificam maior reconhecimento das atividades de capacitação e dos eventos entre as iniciativas desenvolvidas pela IGR. As ações de divulgação, participação em feiras e produção de materiais também foram mencionadas, demonstrando diferentes formas de relacionamento dos profissionais com a entidade.

Esses indicadores caracterizam o conhecimento institucional e os benefícios percebidos pelos participantes, constituindo referências para examinar a comunicação da IGR com os agentes envolvidos na comercialização e operação dos serviços turísticos.



Fonte: *Diagnóstico de Guias, Receptivos e Operadores — IGR Caminhos Gerais, 2026.*

O levantamento sobre o papel esperado da IGR Caminhos Gerais reuniu manifestações relacionadas à promoção turística integrada, à articulação entre municípios e profissionais do setor e ao apoio à estruturação e comercialização de experiências. Também foram mencionadas a qualificação profissional, a assistência técnica e a necessidade de distribuir a visibilidade turística entre os diferentes destinos da região.

As respostas demonstram que os participantes reconhecem possibilidades de atuação da entidade relacionadas à comunicação regional, à organização da oferta e ao relacionamento entre os agentes responsáveis pelos serviços turísticos.

Quanto às contribuições adicionais esperadas, foram sugeridas a ampliação da divulgação dos serviços oferecidos por guias, agências e receptivos e a maior visibilidade dos roteiros comercializados. Também apareceu a proposta de criar espaços específicos para os profissionais no site e nas redes sociais da IGR.

Outras manifestações abordaram a organização de uma rede de associados e o fortalecimento da participação dos agentes do setor nas atividades da entidade. Parte dos respondentes declarou não saber identificar contribuições adicionais.

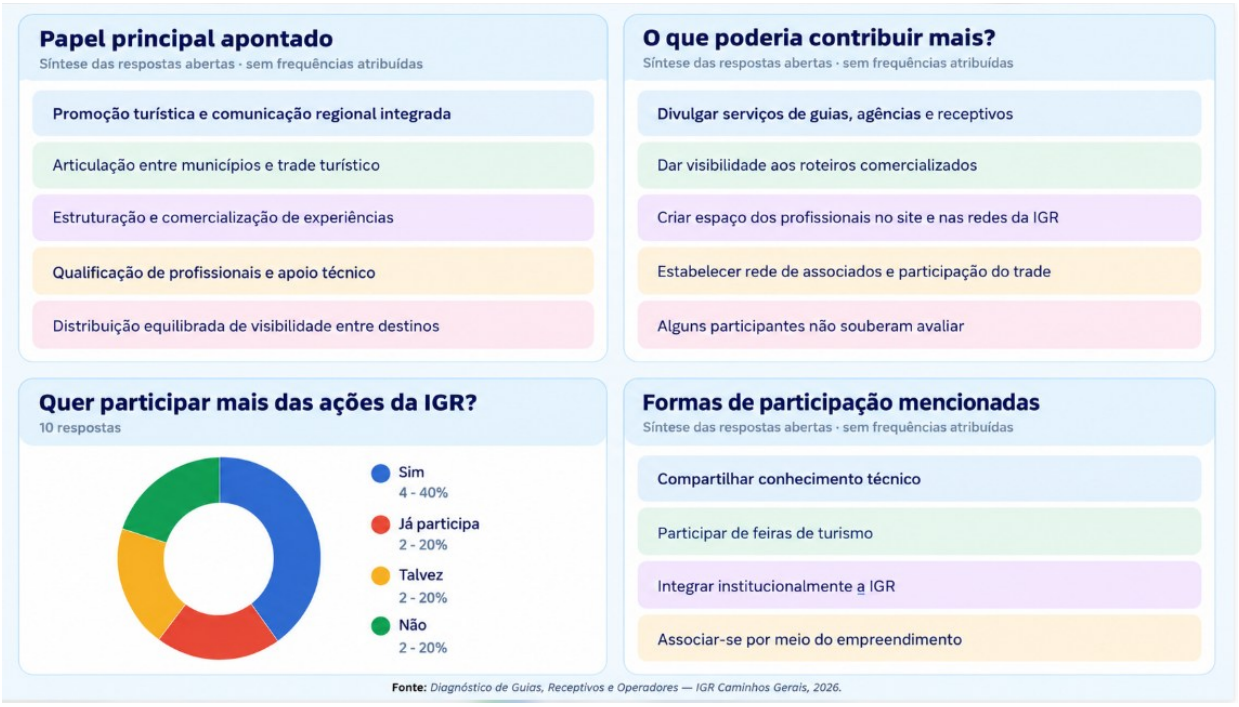
A pesquisa também investigou o interesse dos profissionais em ampliar seu envolvimento com a IGR Caminhos Gerais. Quatro participantes (40%) responderam afirmativamente, enquanto dois

(20%) informaram que já participam de suas atividades. Outros dois (20%) assinalaram a alternativa "talvez", e dois (20%) declararam não ter interesse em ampliar essa participação.

As respostas abertas identificaram diferentes possibilidades de envolvimento, incluindo o compartilhamento de conhecimentos técnicos, a participação em feiras de turismo, a integração institucional à IGR e a associação de empreendimentos à entidade.

O conjunto das manifestações revela diferentes níveis de interesse e participação institucional entre os profissionais consultados. As sugestões apresentadas concentram-se na ampliação da divulgação comercial, no fortalecimento das relações entre os participantes e na criação de oportunidades de envolvimento nas iniciativas regionais.

Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, os resultados oferecem referências para examinar as formas de relacionamento da entidade com guias, receptivos e operadores, considerando as contribuições já reconhecidas e as expectativas de participação e apoio comercial manifestadas pelos profissionais.



Fonte: *Diagnóstico de Guias, Receptivos e Operadores — IGR Caminhos Gerais, 2026.*

9.11.10 Ampliação da oferta turística, o fortalecimento dos municípios e a integração regional

O levantamento sobre a ampliação da oferta turística e a integração regional reuniu as percepções dos profissionais participantes acerca dos segmentos nos quais identificam insuficiência de experiências, das melhorias consideradas necessárias nos municípios e das possibilidades de organização de roteiros intermunicipais.

As questões também contemplaram propostas para o desenvolvimento turístico da região, envolvendo ações de promoção, qualificação profissional, organização dos serviços e articulação entre o poder público e a iniciativa privada.

Quanto aos segmentos nos quais os participantes consideram insuficiente a oferta de experiências turísticas, o turismo de negócios recebeu seis indicações (60%), constituindo a categoria mais frequente. O turismo rural e o turismo religioso foram mencionados por três respondentes cada (30%).

Saúde, bem-estar e compras receberam duas indicações cada (20%). Natureza, gastronomia, turismo cultural, eventos e aventura foram mencionados individualmente (10%). Outros dois participantes (20%) não souberam responder.

A distribuição apresenta maior frequência de referências ao turismo de negócios, acompanhado por atividades rurais e religiosas. As demais indicações demonstram que a percepção de insuficiência da oferta abrange diferentes segmentos turísticos, com menor recorrência entre os participantes consultados.

As respostas correspondem às experiências e avaliações dos profissionais sobre os produtos disponíveis para comercialização. O destaque atribuído ao turismo de negócios constitui uma referência para o exame das experiências oferecidas nesse segmento, considerando as características dos municípios e as condições de organização dos serviços turísticos.



A investigação sobre as melhorias necessárias nos municípios reuniu manifestações relacionadas à capacitação e atualização de guias e empreendimentos turísticos, à infraestrutura, à

sinalização e à qualidade do atendimento. As respostas também mencionaram a divulgação dos destinos e serviços, a criação de experiências turísticas e a organização de um catálogo regional.

Outras demandas abrangeram a articulação entre o poder público e a iniciativa privada, a fiscalização das atividades profissionais e a melhoria das informações comerciais, dos tarifários e das condições de comissionamento. O conjunto das manifestações identifica questões relacionadas à organização dos serviços, à preparação dos profissionais e às condições de comercialização da oferta turística.

Quanto aos municípios que poderiam integrar roteiros regionais, sete participantes (70%) consideraram que a escolha depende do segmento turístico trabalhado. Andradas, Caldas e Poços de Caldas receberam cinco indicações cada (50%), constituindo os destinos individualmente mais mencionados.

Ibitiúra de Minas e Santa Rita de Caldas foram apontados por dois participantes cada (20%), enquanto Campestre e Ipuiúna receberam uma indicação cada (10%). Botelhos, Cabo Verde, Carvalhópolis, Machado, Monte Belo, Poço Fundo e São João da Mata não receberam indicações individuais nessa questão.

A predominância da alternativa relacionada ao segmento turístico demonstra que os respondentes atribuem importância à natureza das experiências na identificação de possíveis articulações entre destinos. As indicações de municípios acrescentam referências territoriais específicas, sem estabelecer uma configuração definitiva de roteiros regionais.

As respostas abertas sobre propostas para o desenvolvimento turístico regional incluíram a ampliação da divulgação estratégica e da participação em feiras de turismo, a integração com municípios próximos e a organização de roteiros e experiências destinadas a ampliar a permanência dos visitantes.

Também foram mencionadas a promoção de eventos, da gastronomia e da cultura, o fortalecimento institucional, a capacitação profissional e o desenvolvimento de parcerias comerciais. Entre as manifestações registradas, apareceu ainda a expectativa de que a articulação regional produza ações concretas relacionadas às necessidades dos profissionais e empreendimentos turísticos.

As propostas apresentadas abrangem diferentes campos de atuação, incluindo comunicação turística, organização da oferta, qualificação e relacionamento comercial. Para o Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, constituem referências para examinar possibilidades de

articulação entre os municípios e os prestadores de serviços, considerando as atividades disponíveis, as condições operacionais e as responsabilidades dos agentes envolvidos.

O Diagnóstico dos Guias de Turismo, Receptivos e Operadores de Atividades Turísticas reuniu informações sobre as condições profissionais, a comercialização dos serviços, os produtos ofertados, os visitantes atendidos e as práticas de operação e remuneração comercial. As respostas também contemplaram a percepção dos profissionais sobre o funcionamento dos serviços turísticos, a atuação da IGR Caminhos Gerais e as possibilidades de desenvolvimento regional.

A participação de dez profissionais e empreendimentos sediados em Andradas, Caldas e Poços de Caldas delimitou a abrangência territorial do levantamento. Os resultados caracterizam as experiências e percepções desse grupo, que apresenta diferentes modalidades de atuação e organização comercial.

No campo da oferta turística, foram identificados serviços de guiamento, experiências e roteiros personalizados, acompanhados de atividades relacionadas à gastronomia, ao turismo cultural, ao meio rural e a outros segmentos. As operações declaradas apresentam diferentes abrangências territoriais, com maior frequência de atuação em determinados municípios e presença de atividades realizadas fora dos limites da IGR.

As informações sobre o perfil dos visitantes destacaram a presença de clientes provenientes da capital e do interior paulista entre os mercados de origem mencionados. Poços de Caldas foi indicado por todos os respondentes como município utilizado para hospedagem, enquanto Andradas recebeu a totalidade das indicações relativas aos destinos procurados pelos clientes. Essas respostas caracterizam diferenças entre os locais de pernoite e visitação nas operações declaradas pelos profissionais.

As condições de comercialização e operação apresentaram demandas relacionadas à organização das informações, ao relacionamento com agências e operadoras, às práticas de comissionamento, à qualificação do atendimento e às condições de transporte e circulação dos visitantes. Também foram mencionadas dificuldades relacionadas à infraestrutura, ao funcionamento dos atrativos e à disponibilidade dos serviços turísticos.

Quanto à atuação da IGR Caminhos Gerais, os participantes reconheceram contribuições das atividades de capacitação, dos eventos e das ações de divulgação. As expectativas de aprimoramento abrangeram a promoção dos profissionais e dos produtos comercializados, a articulação com os empreendimentos e a ampliação das possibilidades de participação institucional.

As propostas apresentadas ao longo do questionário identificaram possibilidades de organização de roteiros, qualificação profissional, fortalecimento das relações comerciais e ampliação das iniciativas de promoção regional. Essas manifestações acrescentam a perspectiva dos prestadores de serviços às informações reunidas no Diagnóstico Municipal e no levantamento da oferta turística.

O conjunto dos resultados oferece referências para a definição das ações estratégicas voltadas ao receptivo turístico regional, considerando as condições operacionais dos participantes, as necessidades de organização comercial e as possibilidades de articulação entre municípios, empreendimentos e profissionais. A utilização dessas informações deverá respeitar a abrangência da pesquisa e as diferenças entre os agentes consultados, preservando as características efetivamente identificadas no levantamento.



Ordenha em Ipuiúna – MG. Acervo Caminhos Gerais.

CAPÍTULO 10 - MAPEAMENTO DE PRODUTOS, PROGRAMAS E SERVIÇOS DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

O desenvolvimento do turismo nos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais envolve a atuação das administrações municipais, dos empreendimentos turísticos e de instituições com competências relacionadas à qualificação profissional, ao empreendedorismo, à produção, à pesquisa, à promoção de destinos e ao financiamento de iniciativas. A identificação dessas organizações integra o diagnóstico regional e constitui uma referência para a articulação de ações previstas no Planejamento Estratégico.

O mapeamento institucional foi realizado com o objetivo de reunir informações sobre entidades públicas, privadas e do terceiro setor que desenvolvem atividades relacionadas ao turismo ou possuem programas e serviços com possibilidades de aplicação nas demandas identificadas no território. O levantamento contemplou a abrangência de atuação das instituições, suas competências e os instrumentos de apoio técnico, operacional, institucional e financeiro identificados.

Como parte da pesquisa, foi aplicado um questionário eletrônico dirigido a instituições potencialmente parceiras da IGR Caminhos Gerais. O instrumento reuniu questões sobre áreas de atuação, municípios atendidos, produtos e serviços disponíveis, iniciativas em desenvolvimento e possibilidades de cooperação institucional.

O formulário contou com a participação de cinco instituições, identificadas no levantamento como Sebrae Minas – Microrregião de Poços de Caldas, Abrasel Regional Sul de Minas, Senac Minas, Associação de Bares e Restaurantes de Poços de Caldas e Poços de Caldas Convention & Visitors Bureau.

Considerando a abrangência territorial da IGR e a diversidade das necessidades identificadas no diagnóstico, a pesquisa foi complementada por levantamento documental de outras organizações com atuação relacionada ao desenvolvimento turístico. Foram incluídas instituições de ensino e pesquisa, entidades integrantes dos sistemas de formação profissional, órgãos de assistência técnica e desenvolvimento rural, associações empresariais, cooperativas, empresas privadas, concessionárias e instituições públicas de fomento e articulação.

Essa ampliação contemplou áreas relacionadas à capacitação profissional, ao empreendedorismo, à agricultura familiar, à produção associada ao turismo, à organização de experiências, à promoção turística, aos investimentos sociais e à captação de recursos. A reunião

dessas informações oferece uma visão das possibilidades de interlocução institucional disponíveis para diferentes campos de atuação do planejamento regional.

O quadro apresenta a abrangência de referência das instituições e os programas, serviços, iniciativas ou modalidades de apoio associados a cada organização. As informações provenientes do questionário são acompanhadas por registros incorporados ao levantamento complementar, preservando a distinção entre participação efetiva na pesquisa e identificação de possíveis parceiros.

A inclusão de determinada instituição no mapeamento não representa compromisso formal de cooperação, disponibilidade imediata de recursos ou confirmação de atendimento às futuras demandas da IGR. A mobilização dos apoios identificados dependerá das competências de cada organização, das condições de participação, dos instrumentos disponíveis e da pertinência das propostas às prioridades regionais.

O mapeamento constitui, assim, uma base de consulta para a organização das relações institucionais da IGR Caminhos Gerais. A partir das necessidades e ações estabelecidas no Planejamento Estratégico, poderão ser identificadas oportunidades de interlocução e cooperação com as entidades relacionadas, considerando sua atuação territorial e as possibilidades de contribuição para o desenvolvimento turístico dos municípios.

Quadro – Mapeamento de Produtos, Programas e Serviços das Instituições Parceiras

Nº	Instituição	Abrangência de referência	Programas, serviços e possibilidades de apoio
1	**Abrasel – Regional Sul de Minas (*)**	Sul de Minas Gerais	Gastronomia e culinária regional; qualificação profissional; inteligência de dados e pesquisas; empreendedorismo e gestão de negócios; comercialização, marketing e promoção turística; Happy Hour Empresarial; apoio a eventos da Frente da Gastronomia Mineira – Regional Sul.
2	**Alcoa / Instituto Alcoa**	Poços de Caldas e entorno	Editais de investimento social; projetos culturais, educativos e comunitários.
3	**Associação de Bares e Restaurantes de Poços de Caldas (*)**	Poços de Caldas	Mesa de Minas; eventos gastronômicos e articulação empresarial.
4	**Associação dos Produtores de Café da Região Vulcânica**	Região Vulcânica, abrangendo municípios de Minas Gerais e São Paulo	Valorização dos cafés; identidade territorial; relacionamento com produtores; projetos técnicos; evento de café e turismo rural em Poços de Caldas.

5	**Associações comerciais de Andradas, Cabo Verde, Caldas e Campestre**	Respectivos municípios	Mobilização empresarial; parcerias; capacitações e possível apoio a eventos.
6	**Associações comerciais de Ipuiúna, Machado, Monte Belo, Poço Fundo e Poços de Caldas**	Respectivos municípios	Mobilização empresarial; capacitações e articulação de patrocinadores.
7	**Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG**	Minas Gerais	Linhas de financiamento e instrumentos de fomento para projetos elegíveis.
8	**Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**	Nacional	Financiamento e instrumentos de apoio a projetos elegíveis.
9	**Café Poços**	Poços de Caldas e região	Apoio à cadeia cafeeira; aproximação com produtores e valorização de produtos locais.
10	**Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE**	Minas Gerais	1º Projeto de Estruturação e Fortalecimento das IGRs de Minas Gerais, mediante convênio com a FECITUR, em parceria com a Secult-MG.
11	**Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig**	Minas Gerais e áreas de atuação da rede	Patrocínio direto ou incentivado, conforme políticas e requisitos institucionais; Festival Cozinhas de Minas 2024.
12	**Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig**	Minas Gerais	Patrocínio por leis de incentivo; editais culturais, esportivos e projetos sociais elegíveis; Festival Cozinhas de Minas 2026.
13	**Cooperativa Agrária de Machado – Coopama**	Machado, Campestre, Poço Fundo, Poços de Caldas e área de atuação regional	Capacitação rural; assistência técnica; articulação cooperativista e projetos produtivos.
14	**Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região – COOPFAM**	Sede em Poço Fundo, com atuação regional no Sul de Minas	Cafeicultura orgânica e sustentável; cafés especiais; agricultura familiar; comércio justo; possíveis projetos de produção associada ao turismo; Projeto Caminhos do Bem.
15	**Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha – Minasul**	Sul de Minas, com sede em Varginha	Apoio técnico; capacitações e possíveis projetos de valorização da cafeicultura.
16	**Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé – Cooxupé**	Unidades em Andradas, Botelhos, Cabo Verde, Campestre, Machado e Monte Belo	Assistência técnica; formação de produtores; projetos cafeeiros e possibilidade de apoio institucional.

17	**Danone**	Poços de Caldas	Investimento social; projetos educacionais e culturais; possibilidade de patrocínio.
18	**Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG**	Atendimento municipal e regional	Assistência técnica rural; agricultura familiar; agroindústrias; qualificação de produtores; Catálogo Virtual Ruralidade Viva; eventos de turismo rural na IGR Caminhos Gerais.
19	**Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig**	Atuação estadual e regional	Pesquisa agropecuária; cafeicultura; desenvolvimento tecnológico; qualificação técnica; pesquisa em vitivinicultura em Caldas.
20	**EPR Sul de Minas**	Andradas, Caldas, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna, Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas	Divulgação autorizada; informações turísticas; ações educativas e possível apoio à sinalização turística compatível com as condições da concessão, além de materiais promocionais.
21	**EPR Vias do Café**	Monte Belo	Divulgação autorizada; informações turísticas; ações educativas e possível apoio à sinalização turística compatível com as condições da concessão, além de materiais promocionais.
22	**Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais – FECITUR**	Minas Gerais	Representação das IGRs; articulação estadual; compartilhamento de experiências; participação no 1º Projeto de Estruturação e Fortalecimento das IGRs de Minas Gerais, mediante convênio com a CODEMGE, em parceria com a Secult-MG.
23	**Ferrero do Brasil**	Poços de Caldas	Projetos incentivados; ações sociais e culturais; possibilidade de patrocínio.
24	**Frente da Gastronomia Mineira**	Minas Gerais	Apoio à gastronomia mineira; coordenação da Frente da Gastronomia Mineira – Regional Sul.
25	**Grupo Curimbaba / Fundação Curimbaba**	Poços de Caldas e municípios do entorno	Apoio social; projetos comunitários e culturais; possibilidades de patrocínio.
26	**Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, Campus Machado**	Machado e região	Pesquisa e extensão; projetos técnicos; participação de estudantes e pesquisadores.
27	**Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, Campus Muzambinho**	Atendimento regional	Pesquisa e extensão; projetos técnicos; participação de estudantes e pesquisadores.
28	**Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, Campus Poços de Caldas**	Poços de Caldas e região	Observatório do Turismo Regional; cursos on-line em parceria com a Secult-MG; pesquisa e extensão; projetos técnicos; participação de estudantes e pesquisadores.

29	**Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA**	Atuação estadual e regional	Orientação sobre inspeção, certificação e regularização de produtos agropecuários.
30	**Invest Minas**	Minas Gerais	Articulação empresarial; atração de investimentos e interlocução institucional.
31	**Meteoric Resources – Projeto Caldeira**	Caldas, Poços de Caldas e entorno	Possibilidades de patrocínio, investimento social e apoio a projetos comunitários, sujeitos às políticas e condições institucionais.
32	**Ministério do Turismo**	Nacional	Programas; qualificação; instrumentos de apoio e orientação para projetos.
33	**Poços de Caldas Convention & Visitors Bureau – CVB (*)**	Poços de Caldas, Caldas e Andradas	Apoio à divulgação e promoção turística; turismo e desenvolvimento de destinos; Rota Vulcânica.
34	**Prêmio Cumbucca de Gastronomia**	Estadual	Promoção dos modos de fazer, comer e beber da gastronomia mineira; Prêmio Cidade Gastronômica 2026–2027 – Andradas.
35	**PUC Minas – Campus Poços de Caldas**	Poços de Caldas e região	Projetos de extensão; formação e possível participação de estudantes e profissionais em iniciativas regionais.
36	**Sala Mineira do Empreendedor – Sebrae Minas**	Andradas, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Ibitiúra de Minas, Machado, Monte Belo, Poço Fundo e Poços de Caldas	Rede municipal de apoio ao empreendedorismo, vinculada ao Sebrae Minas, à Jucemg e às prefeituras.
37	**Sebrae Minas – Microrregião de Alfenas**	Carvalhópolis, Machado e Poço Fundo	Consultorias; qualificação profissional; empreendedorismo e desenvolvimento territorial; Rota Caminhos do Bem, em Poço Fundo.
38	**Sebrae Minas – Microrregião de Poços de Caldas (*)**	Andradas, Botelhos, Caldas, Campestre, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna, Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas	Territórios Empreendedores; Rota Vulcânica; Cafés Regionais; Experiências Turísticas; Prepara Gastronomia; Feira Origem Vulcânica; Place Branding Poços de Caldas; apoio a eventos; inteligência de dados; produção associada ao turismo e agroindústria.
39	**Sebrae Minas – Microrregião de Santa Rita do Sapucaí**	São João da Mata	Consultorias; qualificação profissional; empreendedorismo e desenvolvimento territorial.
40	**Sebrae Minas – Microrregião de São Sebastião do Paraíso**	Cabo Verde	Consultorias; qualificação profissional; empreendedorismo e desenvolvimento territorial; Rota Café Além da Xícara.

41	**Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais – Secult-MG**	Minas Gerais	Orientação técnica; regionalização do turismo; programas e articulação institucional.
42	**Senac Minas – Alfenas / Fecomércio**	Carvalhópolis, Machado, Monte Belo, Poço Fundo e São João da Mata	Gastronomia e culinária regional; turismo e desenvolvimento de destinos; qualificação profissional; formação de guias e condutores de turismo; empreendedorismo e gestão de negócios.
43	**Senac Minas – Poços de Caldas / Fecomércio (*)**	Andradas, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Ibitiúra de Minas, Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas	MBA em Gastronomia; culinária regional; turismo e desenvolvimento de destinos; qualificação profissional; formação de guias e condutores de turismo; empreendedorismo e gestão de negócios; curso de Turismo Rural em Andradas; cozinhas-show em eventos.
44	**Senai Minas – Guaxupé / Fiemg**	Monte Belo	Qualificação industrial; processamento de alimentos; inovação e gestão de processos.
45	**Senai Minas – Poços de Caldas / Fiemg**	Andradas, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna, Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas	Qualificação industrial; processamento de alimentos; inovação e gestão de processos.
46	**Senai Minas – Pouso Alegre / Fiemg**	Campestre, Carvalhópolis, Machado, Poço Fundo e São João da Mata	Qualificação industrial; processamento de alimentos; inovação e gestão de processos.
47	**Senar Minas / Sistema Faemg**	Municípios rurais da região, por meio de sindicatos e instituições parceiras	Capacitação rural; assistência técnica; qualificação de produtores; Agente de Turismo Rural; criação de roteiros turísticos, incluindo iniciativas de turismo rural em Poços de Caldas.
48	**Sesc Poços de Caldas / Fecomércio**	Poços de Caldas	Apoio à abertura de evento de turismo rural; turismo social; cultura; lazer; capacitação e eventos.
49	**Sesi Minas**	Atendimento regional vinculado ao setor industrial	Projetos educacionais e culturais; apoio técnico e institucional.
50	**Sindicato da Indústria do Vinho do Estado de Minas Gerais – Sindvinho**	Andradas	Articulação com vinícolas; fortalecimento do enoturismo; valorização da produção vitivinícola; capacitações e possíveis parcerias para eventos e roteiros relacionados ao vinho.
51	**Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e**	Sede em Poços de Caldas, com base	Articulação com hotéis e estabelecimentos gastronômicos; mobilização empresarial;

	Similares de Poços de Caldas	sindical intermunicipal que inclui os 14 municípios da IGR Caminhos Gerais	capacitações; apoio institucional e possibilidades de parceria em eventos turísticos.
52	**Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Pouso Alegre – Sindipa**	Pouso Alegre e região	Apoio a eventos da Frente da Gastronomia Mineira – Regional Sul.
53	**Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, Campus Poços de Caldas**	Poços de Caldas e região	Estudos territoriais; pesquisa aplicada; extensão e possibilidades de apoio técnico.
54	**Universidade José do Rosário Vellano – Unifenas, Alfenas**	Atendimento regional	Pesquisa e extensão; estudos e projetos acadêmicos.
55	**Viridis Mining & Minerals – Projeto Colossus**	Poços de Caldas e região	Possibilidades de patrocínio, investimento social e apoio a projetos comunitários, sujeitos às políticas e condições institucionais.

(*) Instituição identificada no levantamento como participante do questionário de mapeamento de produtos, programas e serviços aplicado no âmbito do diagnóstico da IGR Caminhos Gerais, em 2026.
Nota – O quadro reúne informações sobre programas, serviços, atividades identificadas e possibilidades de apoio institucional. A inclusão das organizações não representa compromisso formal de parceria, disponibilidade permanente dos serviços ou aprovação de recursos para projetos da IGR Caminhos Gerais.

O mapeamento de produtos, programas e serviços reúne instituições com diferentes competências, abrangências territoriais e modalidades de atuação que poderão contribuir para a implementação do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais. A relação contempla organizações vinculadas à formação profissional, ao empreendedorismo, à produção rural, à pesquisa, à representação empresarial, à promoção turística e aos instrumentos de financiamento e apoio institucional.

As informações levantadas apresentam possibilidades distintas de cooperação. Instituições de ensino, pesquisa e extensão poderão ser consultadas para iniciativas relacionadas à produção de conhecimento, à formação e ao desenvolvimento de projetos técnicos. As entidades de qualificação profissional e apoio ao empreendedorismo constituem referências para demandas de capacitação, organização empresarial e aprimoramento dos serviços turísticos. No campo da produção rural e da produção associada ao turismo, foram identificadas organizações com atuação em assistência técnica, cafeicultura, agroindústria e desenvolvimento de produtores.

As associações empresariais, entidades de representação setorial e cooperativas integram outro conjunto de possíveis interlocutores, especialmente em iniciativas relacionadas à mobilização dos empreendimentos, à articulação comercial e à organização de projetos coletivos. O levantamento contempla, ainda, empresas privadas, concessionárias e instituições de fomento cujas modalidades de atuação poderão ser examinadas conforme as características e os requisitos das ações propostas.

A diversidade dessas organizações exige que as futuras articulações considerem suas atribuições específicas e os municípios abrangidos por seus serviços. A identificação de uma instituição com atuação regional ou estadual não significa que todos os integrantes da IGR sejam atendidos pelas mesmas iniciativas ou que os programas mencionados estejam permanentemente disponíveis.

A utilização do mapeamento deverá partir das necessidades identificadas no diagnóstico e das prioridades definidas no Planejamento Estratégico. A organização das demandas por área de atuação, abrangência territorial e condições de execução poderá orientar a escolha das instituições a serem consultadas e a formulação de propostas de cooperação compatíveis com suas competências.

Nesse processo, caberá à IGR Caminhos Gerais apresentar os objetivos das iniciativas, identificar os municípios e agentes envolvidos e estabelecer interlocução com as organizações pertinentes. As condições de participação, as responsabilidades institucionais e os instrumentos necessários à formalização de eventuais parcerias deverão ser definidos de acordo com as características de cada proposta.

O mapeamento constitui uma referência para essa articulação, reunindo informações sobre organizações e modalidades de apoio que poderão ser mobilizadas durante a execução do planejamento regional. Sua utilização dependerá da atualização das informações institucionais e da correspondência entre os serviços disponíveis e as ações efetivamente priorizadas pela IGR Caminhos Gerais.



Botelhos – MG. Acervo Caminhos Gerais



Poços de Caldas – MG. Acervo Caminhos Gerais.

CAPÍTULO 11 - Matriz SWOT — Fatores internos e externos

A Matriz SWOT constitui um instrumento de análise estratégica utilizado para identificar e organizar fatores que influenciam o desenvolvimento de uma organização, atividade ou território. A sigla deriva dos termos ingleses *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Sua estrutura distingue os fatores internos, relacionados às condições existentes e à capacidade de atuação dos agentes envolvidos, dos fatores externos, associados ao contexto econômico, social, institucional, ambiental e mercadológico.

No planejamento turístico regional, essa metodologia contribui para sistematizar os resultados do diagnóstico, relacionando as características da oferta, da infraestrutura, dos serviços e da organização institucional às condições que podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento da atividade. As forças e fraquezas correspondem aos aspectos internos do território e de sua estrutura turística, enquanto as oportunidades e ameaças abrangem circunstâncias externas que interferem nas possibilidades de atuação dos municípios e da Instância de Governança Regional.

No âmbito do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, a Matriz SWOT foi utilizada como instrumento de síntese e organização das questões identificadas no diagnóstico regional. A classificação considera as diferenças entre os 14 municípios integrantes da IGR, as condições de estruturação da oferta turística, a disponibilidade de serviços, a atuação institucional e as possibilidades de integração entre os destinos.

Entre as forças, destacam-se a diversidade da oferta turística, a identidade regional, a presença de destinos consolidados, a existência de rotas e roteiros e a governança institucional constituída. Esses elementos integram as condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo regional e à articulação de iniciativas entre os municípios. As fraquezas, por sua vez, abrangem desigualdades na disponibilidade e na organização dos serviços, aspectos da oferta turística que demandam estruturação e dificuldades operacionais e comerciais que afetam a atuação dos agentes do setor.

No ambiente externo, as oportunidades estão relacionadas aos mercados voltados às experiências turísticas, à demanda identificada por diferentes segmentos, aos programas de qualificação e aos instrumentos de apoio disponíveis. As ameaças compreendem restrições financeiras, dependência de parceiros externos e condicionantes legais, ambientais e operacionais que podem interferir na elaboração e na execução de projetos.

A organização desses fatores em uma matriz possibilita examinar suas relações e identificar questões relevantes para a definição das prioridades estratégicas. A diversidade da oferta, por exemplo, deve ser considerada em conjunto com as diferenças de estruturação dos serviços e as condições necessárias à comercialização de experiências e roteiros integrados. Da mesma forma, as oportunidades de qualificação e apoio institucional precisam ser relacionadas à capacidade de articulação regional e às limitações operacionais identificadas no diagnóstico.



A representação gráfica apresentada a seguir sintetiza os quatro grupos da análise SWOT. A classificação detalhada, desenvolvida na sequência do capítulo, organiza os fatores internos e externos identificados no diagnóstico da IGR Caminhos Gerais, sem estabelecer pontuação, ponderação ou hierarquia entre eles. A matriz constitui, assim, uma referência para a formulação das diretrizes, a definição das ações e o acompanhamento do planejamento estratégico regional.

A. Forças — Fatores internos positivos

Código	Força identificada	Evidência do diagnóstico
F1	Diversidade de recursos e segmentos turísticos	Patrimônio natural, cultural, religioso, rural, gastronômico e termal, além de eventos e experiências
F2	Presença de um destino turístico consolidado	Poços de Caldas possui infraestrutura significativa de hospedagem, alimentação, atrativos e serviços
F3	Identidade produtiva regional	Presença da cafeicultura, vitivinicultura, gastronomia e produtos tradicionais

F4	Existência de rotas e roteiros turísticos	Rota Vulcânica, Caminho da Fé, Caminho de Aparecida, percursos de cicloturismo e outras iniciativas mapeadas
F5	Patrimônio cultural e calendário de eventos diversificados	Levantamento de 91 eventos e manifestações, além de bens culturais e tradições locais
F6	Governança regional	Associação Circuito Turístico Caminhos Gerais, COMTUR nos 14 municípios e representação de diferentes instituições parceiras.
F7	Existência de profissionais e empresas que já comercializam experiências	Guias, receptivos e operadores identificados nos levantamentos
F8	Experiência de articulação institucional	Participação da IGR em iniciativas culturais, turísticas e espaços estaduais de representação
F9	Localização estratégica, proximidade de importantes mercados emissores e possibilidades de conexão entre municípios	A localização da região, suas relações territoriais, históricas e produtivas e a proximidade de importantes centros emissores favorecem possibilidades de integração e complementaridade turística, considerando as condições efetivas de deslocamento
F10	Singularidade geológica e paisagística da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas como elemento de identidade e diferenciação turística regional.	Caldeira Vulcânica e suas paisagens associadas como referências territoriais relevantes, com possibilidades de conexão entre natureza, águas termais, patrimônio, gastronomia e experiências turísticas, especialmente nos municípios de Poços de Caldas, Caldas e Andradas, contemplados pela Rota Vulcânica.

Base documental: capítulos 3, 4, 5, 8, 9 e 10.

B. Fraquezas — Fatores internos que dificultam o desenvolvimento

Código	Fraqueza identificada	Evidência do diagnóstico
W1	Distribuição desigual de infraestrutura e serviços turísticos	Diferenças entre municípios na disponibilidade de hospedagem, alimentação, guias e receptivos
W2	Recursos e atrativos turísticos com diferentes níveis de estruturação, funcionamento e condições de visitação	Necessidade de confirmar acesso, segurança, funcionamento, responsáveis e condições de atendimento
W3	Concentração territorial de serviços especializados	O levantamento do Cadastur identificou 74 guias de turismo na região, dos quais 61 estavam cadastrados em Poços de Caldas, aproximadamente 82,4% do total
W4	Dificuldades operacionais e comerciais	Problemas relatados com transporte, organização dos serviços e relações comerciais

W5	Ausência de indicadores regionais padronizados	Limitações no acompanhamento de visitação, permanência, origem dos turistas e movimentação turística
W6	Diferenças na capacidade financeira e institucional dos municípios	Diferenças nas estruturas administrativas e nos recursos institucionais disponíveis para a gestão municipal do turismo.
W7	Integração ainda limitada entre municípios, empreendimentos, operadores e canais de comercialização	Necessidade identificada de articular atrativos, serviços, experiências e municípios
W8	Necessidade de maior clareza sobre execução e resultados	Gestores e profissionais solicitaram maior objetividade, apoio técnico e ações concretas
W9	Necessidades de qualificação profissional	Demandas registradas de capacitação e atualização de guias, empreendedores e trabalhadores

Base documental: capítulos 5, 7, 9 e 10, especialmente pp. 88–90, 293–298 e 330–365.

C. Oportunidades — Condições externas favoráveis

Código	Oportunidade identificada	Base documental
O1	Interesse em experiências turísticas e valorização de produtos locais	O documento relaciona a evolução do turismo de experiências à valorização da produção, da gastronomia e da paisagem cultural
O2	Possibilidade de ampliar experiências para segmentos ainda pouco atendidos	Profissionais indicaram oportunidades percebidas em negócios, turismo rural, religioso, saúde, bem-estar e compras
O3	Aproveitamento do fluxo turístico de Poços de Caldas para visitas regionais	Pesquisa identifica o município como importante base de hospedagem dos visitantes atendidos
O4	Programas externos de capacitação, consultoria e assistência técnica	Serviços identificados no mapeamento de instituições parceiras
O5	Mecanismos de patrocínio, financiamento e investimento social	Editais, programas e instrumentos institucionais
O6	Possibilidades de cooperação com ensino, pesquisa e extensão	Instituições de ensino superior e órgãos técnicos mapeados
O7	Espaços de promoção, feiras e canais de comercialização	Instrumentos e oportunidades mencionados pelos profissionais e instituições consultadas
O8	Possibilidades de cooperação em iniciativas de promoção turística relacionadas à identidade geológica (especialmente vulcânica) e paisagística da região	Iniciativas de integração e valorização de paisagens, patrimônio cultural, gastronomia, produção regional e experiências de saúde e bem-estar.

Base documental: capítulos 3, 9, 10 e 11.

D. Ameaças — Fatores externos desfavoráveis

Código	Ameaça ou exposição externa identificada	Evidência e limite
A1	Incerteza na viabilização de projetos dependentes de recursos externos	A elaboração e apresentação de projetos para editais, patrocínios e financiamentos exigem mobilização e esforço técnico, sem garantia de aprovação ou captação dos recursos necessários à execução
A2	Oferta de projetos institucionais sem alinhamento prévio às necessidades e prioridades da IGR	Iniciativas concebidas por instituições externas podem chegar à IGR com objetivos e formatos previamente definidos, sem consulta adequada às demandas regionais, gerando dificuldades de compatibilização com o Planejamento Estratégico e pressões para participação
A3	Exigências legais, ambientais e de segurança que condicionam a utilização turística de determinados espaços.	O aproveitamento de recursos naturais e patrimoniais depende de condições legais, ambientais e de segurança
A4	Fragmentação das iniciativas institucionais e ausência de articulação entre parceiros	A realização simultânea de projetos por diferentes instituições, sem diálogo e coordenação suficientes, pode provocar sobreposição de esforços, dispersão de recursos e perda de oportunidades de cooperação e complementaridade
A5	Descontinuidade da participação e do apoio municipal em decorrência da alternância das gestões públicas	As mudanças de administração municipal, decorrentes dos ciclos eleitorais de quatro anos, podem alterar prioridades, equipes e níveis de comprometimento com a política regional de turismo, afetando a participação dos municípios na IGR e a continuidade dos projetos conjuntos

Base documental: capítulos 2, 4, 9, 10 e 11.

A sistematização dos fatores internos e externos evidencia uma região turística caracterizada pela diversidade de recursos naturais, culturais e produtivos, pela presença de destinos com diferentes níveis de estruturação e pela existência de iniciativas de articulação institucional. As forças identificadas oferecem condições para a integração da oferta e a valorização das particularidades municipais, enquanto as fraquezas apontam necessidades relacionadas à distribuição dos serviços, à qualificação profissional, à organização comercial e ao acompanhamento dos resultados da atividade turística. As oportunidades associadas à promoção, à cooperação técnica e aos instrumentos de apoio devem ser consideradas em conjunto com as restrições financeiras, institucionais e operacionais que

podem afetar a execução das propostas. O relacionamento entre esses fatores fundamenta a Matriz SWOT Cruzada, apresentada na sequência, na qual são formuladas estratégias voltadas ao aproveitamento das capacidades existentes, ao enfrentamento das fragilidades e à articulação de iniciativas compatíveis com as condições dos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais.

11.1 Matriz SWOT Cruzada — Formulação das Estratégias

A Matriz SWOT Cruzada relaciona as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas no diagnóstico da IGR Caminhos Gerais, com o objetivo de orientar a formulação de estratégias para o desenvolvimento turístico regional. O cruzamento desses fatores organiza as propostas em quatro grupos, considerando as condições internas da região e os elementos externos que podem favorecer ou dificultar a execução das ações.

Estratégias FO – Desenvolvimento

Utilizar as forças identificadas no território para aproveitar oportunidades relacionadas ao desenvolvimento e à organização da atividade turística.

Estratégias FA – Proteção

Mobilizar as forças existentes para reduzir a exposição da região às ameaças externas e seus possíveis efeitos sobre a atividade turística.

Estratégias DO – Qualificação

Enfrentar as fraquezas identificadas no diagnóstico, buscando criar condições para aproveitar as oportunidades existentes.

Estratégias DA – Prevenção

Reduzir as fraquezas internas e prevenir o agravamento de dificuldades diante das ameaças externas identificadas.

11.2 Estratégias FO - Como utilizar nossas forças para aproveitar as oportunidades?

As estratégias FO (Forças e Oportunidades) foram formuladas a partir do cruzamento entre as condições favoráveis identificadas no diagnóstico da IGR Caminhos Gerais e as oportunidades relacionadas ao desenvolvimento turístico regional. Consideram a diversidade dos atrativos naturais, históricos e culturais, as atividades produtivas vinculadas ao café, ao vinho e à gastronomia, a infraestrutura e os serviços turísticos existentes, as rotas e os roteiros identificados e as possibilidades de articulação entre municípios, empreendimentos e instituições.

O aproveitamento dessas condições envolve iniciativas de qualificação, promoção e comercialização da oferta turística, associadas às possibilidades de cooperação técnica e de acesso a instrumentos de apoio e financiamento. As diferenças entre os municípios, especialmente quanto à organização dos serviços e às condições de atendimento, integram a formulação das estratégias e orientam a identificação de ações compatíveis com as características de cada destino.

Os cruzamentos apresentados no quadro relacionam os fatores identificados na análise SWOT às estratégias propostas e às respectivas aplicações práticas. A formulação privilegia a utilização e o aprimoramento dos produtos, serviços e iniciativas existentes, considerando as possibilidades de integração regional e a participação dos agentes envolvidos na atividade turística.

As aplicações práticas constituem propostas para orientar o desdobramento das estratégias em ações, cuja definição deverá considerar as prioridades estabelecidas no Planejamento Estratégico e as competências dos municípios, da IGR Caminhos Gerais e das instituições parceiras.

Quadro – Mapeamento de Produtos, Programas e Serviços das Instituições Parceiras

Cruzamento	Estratégia proposta	Aplicação prática
F1 + F3 + O1	Valorizar as experiências turísticas associadas à produção e à identidade regional.	Organizar e divulgar informações sobre experiências já disponíveis relacionadas ao café, ao vinho, à gastronomia, à cultura e à ruralidade.
F2 + F4 + F9 + O3	Fortalecer a integração turística entre Poços de Caldas e os municípios próximos.	Articular meios de hospedagem, guias de turismo e receptivos na divulgação de roteiros existentes e na promoção da visitação aos municípios da região.
F4 + F7 + O7	Ampliar as oportunidades de comercialização das rotas, dos roteiros e das experiências existentes.	Reunir operadores, responsáveis por atrativos e prestadores de serviços para identificar produtos que apresentem condições efetivas de funcionamento, atendimento e comercialização.
F5 + F8 + O5	Aproveitar projetos culturais e eventos estruturados para buscar apoio financeiro.	Identificar, entre os projetos existentes, aqueles que atendem aos requisitos de editais e

		mecanismos de patrocínio identificados no mapeamento institucional.
F6 + F8 + O4	Mobilizar a articulação institucional para ampliar as oportunidades de qualificação profissional.	Apresentar as demandas identificadas no diagnóstico às instituições que oferecem programas de capacitação, buscando possibilidades de atendimento às necessidades regionais.
F1 + F5 + O2	Diversificar as experiências turísticas a partir dos segmentos identificados no diagnóstico.	Avaliar quais atrativos e serviços existentes apresentam condições de atender aos segmentos mencionados na pesquisa, considerando suas características e capacidades operacionais.
F6 + F8 + O6	Fortalecer a aproximação da governança regional com instituições de ensino e pesquisa.	Identificar possibilidades de projetos de extensão, estudos e apoio técnico relacionados às necessidades da IGR Caminhos Gerais e de seus municípios integrantes.
F10 + F4 + O1	Fortalecer a valorização turística da identidade vulcânica regional por meio das iniciativas existentes.	Articular os municípios e as instituições envolvidos em projetos relacionados à temática vulcânica, identificando oportunidades de divulgação e integração das experiências já estruturadas.
F10 + F1 + O1	Incorporar as características da paisagem de origem vulcânica à interpretação e à promoção das experiências turísticas regionais.	Reunir informações sobre a formação geológica, as paisagens, as águas termais e os atrativos culturais nos materiais de interpretação e promoção turística, respeitando as particularidades de cada município.

Resultados pretendidos

As estratégias FO buscam fortalecer a utilização da oferta turística existente, ampliar a articulação entre os municípios e aprimorar as condições de divulgação e comercialização dos produtos e experiências da IGR Caminhos Gerais. Entre os resultados pretendidos estão a organização de informações sobre os serviços disponíveis, a aproximação entre empreendimentos, guias, receptivos e operadores e o aproveitamento das iniciativas desenvolvidas pelas instituições parceiras.

A integração regional deverá considerar as diferenças entre os municípios, especialmente quanto à disponibilidade de atrativos, meios de hospedagem, serviços de atendimento e condições de operação. A articulação entre Poços de Caldas e os destinos próximos, a divulgação dos roteiros existentes e a valorização das experiências associadas ao café, ao vinho, à gastronomia, à cultura e às paisagens regionais integram as possibilidades identificadas nos cruzamentos.

No campo institucional, pretende-se aproximar as demandas do turismo regional dos programas de qualificação, pesquisa, extensão e apoio financeiro identificados no mapeamento de instituições. A mobilização dessas oportunidades dependerá das condições de atendimento, dos requisitos de participação e das prioridades estabelecidas pela governança regional.

A implementação deverá privilegiar produtos e experiências que apresentem condições efetivas de funcionamento, acesso, atendimento e comercialização. A estruturação de novas ofertas será considerada a partir das necessidades identificadas, da capacidade operacional dos agentes envolvidos e da viabilidade das propostas, evitando iniciativas desvinculadas das condições existentes nos municípios.

11.3 Estratégias FA - Como utilizar nossas forças para minimizar o impacto das ameaças?

As estratégias FA (Forças e Ameaças) relacionam as condições favoráveis identificadas no diagnóstico da IGR Caminhos Gerais aos fatores externos que podem comprometer o desenvolvimento turístico regional. A formulação considera a diversidade dos atrativos e das experiências existentes, a infraestrutura e os serviços turísticos, as iniciativas de organização da oferta e as possibilidades de articulação entre municípios, empreendimentos e instituições.

O aproveitamento dessas forças busca reduzir a exposição da região às ameaças identificadas na matriz SWOT, considerando as diferenças entre os municípios e suas condições de atuação. As estratégias concentram-se no fortalecimento das estruturas existentes, na cooperação regional e no aprimoramento das condições de organização, divulgação e comercialização dos serviços turísticos.

Os cruzamentos apresentados no quadro a seguir relacionam as forças às ameaças correspondentes, indicando estratégias de proteção e suas aplicações práticas. As propostas deverão considerar as competências dos agentes envolvidos, a disponibilidade de recursos e as prioridades estabelecidas no Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais.

Quadro – Estratégias FA (Forças e Ameaças)

Cruzamento	Estratégia proposta	Aplicação prática

F6 + F8 + A1	Diversificar as possibilidades de apoio aos projetos turísticos regionais.	Avaliar a compatibilidade dos editais e mecanismos de financiamento com as prioridades da IGR Caminhos Gerais, considerando os custos de elaboração, as contrapartidas exigidas e a capacidade de execução das propostas.
F2 + F4 + A2	Fortalecer a complementaridade entre os destinos de hospedagem e visitação.	Articular meios de hospedagem, guias de turismo e responsáveis por atrativos para disponibilizar informações atualizadas sobre experiências e roteiros existentes nos municípios da região.
F1 + F5 + A3	Conciliar a valorização turística dos atrativos com as exigências legais, ambientais e de segurança.	Priorizar a divulgação de atrativos cujas condições de visitação estejam verificadas, observando as exigências aplicáveis e consultando os órgãos responsáveis quando necessário.
F6 + F8 + A4	Fortalecer a articulação e a complementaridade entre as instituições parceiras.	Compartilhar informações sobre os projetos previstos, identificar iniciativas semelhantes e avaliar possibilidades de cooperação, considerando as competências e áreas de atuação de cada instituição.
F3 + F4 + A2	Valorizar os diferenciais produtivos e culturais na organização dos roteiros regionais.	Articular experiências turísticas existentes que apresentem atividades complementares, considerando suas condições de funcionamento e as possibilidades de visitação aos municípios.
F6 + F8 + A2	Fortalecer a participação da IGR Caminhos Gerais na formulação de projetos institucionais relacionados ao turismo regional.	Apresentar às instituições parceiras as prioridades do Planejamento Estratégico e buscar a participação da IGR desde a concepção das iniciativas que envolvam os municípios integrantes.
F6 + F10 + A5	Fortalecer a continuidade da participação municipal na governança turística regional.	Organizar e manter atualizadas as informações institucionais e orientar as novas equipes municipais quanto ao funcionamento da IGR, às responsabilidades de participação e aos compromissos existentes.

Resultados pretendidos

As estratégias FA têm como resultados pretendidos a redução da exposição do turismo regional aos fatores externos desfavoráveis identificados na matriz SWOT, mediante o aproveitamento das capacidades institucionais, das estruturas existentes e da diversidade de experiências oferecidas pelos municípios da IGR Caminhos Gerais.

No campo dos recursos e projetos, pretende-se diversificar as possibilidades de apoio institucional e financeiro, observando a compatibilidade dos instrumentos disponíveis com as prioridades regionais e as condições de execução. A articulação entre instituições deverá favorecer o

compartilhamento de informações, a identificação de iniciativas semelhantes e a organização de propostas que considerem as competências dos agentes envolvidos.

A complementaridade entre os destinos constitui outra orientação das estratégias propostas. A aproximação entre meios de hospedagem, guias, receptivos e atrativos busca ampliar a circulação de informações sobre experiências existentes, enquanto a valorização dos diferenciais produtivos e culturais poderá contribuir para a organização de roteiros que articulem diferentes municípios.

A proteção das condições de visitação também integra os resultados pretendidos, com atenção ao cumprimento das exigências legais, ambientais e de segurança aplicáveis aos atrativos. A divulgação turística deverá considerar as condições efetivas de acesso, funcionamento e atendimento, evitando a promoção de atividades sem a verificação necessária.

No âmbito da governança, pretende-se fortalecer a continuidade da participação municipal e a inserção da IGR na formulação de projetos institucionais relacionados ao turismo regional. A organização das informações e a orientação das equipes municipais deverão contribuir para a manutenção dos compromissos existentes e para o acompanhamento das iniciativas previstas no Planejamento Estratégico.

A atuação da IGR Caminhos Gerais estará concentrada na articulação institucional, na organização das informações e na aproximação entre os agentes envolvidos, respeitando as atribuições dos municípios, dos empreendimentos turísticos e dos órgãos responsáveis pelas diferentes áreas de atuação.

11.4 Estratégias DO - Que ações práticas podem mitigar nossas fraquezas para que não bloqueiem as oportunidades?

As estratégias DO (Fraquezas e Oportunidades) relacionam as limitações identificadas no diagnóstico da IGR Caminhos Gerais às oportunidades de qualificação, cooperação institucional, produção de informações e acesso a instrumentos de apoio. Embora a região disponha de atrativos, serviços e iniciativas turísticas diversificados, foram identificadas necessidades de aprimoramento na organização da oferta, na articulação comercial, na qualificação profissional e na gestão das informações.

Os cruzamentos apresentados a seguir orientam iniciativas destinadas a enfrentar essas limitações, considerando os recursos e serviços existentes nas instituições potencialmente parceiras.

As aplicações práticas concentram-se na organização das condições de visitação, no fortalecimento das relações entre os prestadores de serviços, na preparação de projetos e no aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e acompanhamento das ações regionais.

Quadro – Estratégias DO (Fraquezas e Oportunidades)

Cruzamento	Estratégia proposta	Aplicação prática
W2 + W4 + O1	Organizar e atualizar as informações operacionais sobre a oferta turística regional.	Levantar e sistematizar horários de funcionamento, contatos, procedimentos de agendamento, responsáveis, capacidade de atendimento e condições de visitação dos atrativos e experiências existentes.
W3 + W7 + O3	Ampliar a articulação comercial entre municípios e profissionais do turismo.	Promover encontros entre guias de turismo, receptivos, meios de hospedagem e empreendimentos interessados na divulgação e integração de experiências existentes.
W9 + O4	Qualificar as relações comerciais entre os agentes da cadeia turística.	Buscar capacitações sobre formação de preços, comercialização, tarifários, negociação e relacionamento entre fornecedores e intermediários.
W9 + O4	Direcionar a qualificação profissional às necessidades identificadas no diagnóstico.	Apresentar às instituições de ensino, às entidades do Sistema S e a outras organizações as demandas de capacitação identificadas nos levantamentos regionais.
W5 + O6	Fortalecer a produção e a organização de dados turísticos regionais.	Consultar instituições de ensino e pesquisa sobre possibilidades de apoio técnico à coleta, à sistematização e ao acompanhamento de indicadores turísticos.
W6 + O5	Aprimorar a preparação de propostas para captação de recursos.	Identificar projetos que apresentem definição de escopo, responsáveis, orçamento e condições de elegibilidade aos instrumentos de apoio e financiamento disponíveis.
W1 + W2 + W3 + O3	Fortalecer a integração turística entre municípios com diferentes condições de infraestrutura e organização dos serviços.	Articular experiências regionais considerando a localização dos atrativos, os serviços disponíveis e as condições efetivas de acesso, funcionamento e atendimento.
W8 + O6	Aprimorar a organização e a comunicação das iniciativas da IGR Caminhos Gerais.	Sistematizar informações sobre projetos, responsáveis, etapas de execução e resultados, mantendo registros atualizados para acompanhamento e comunicação aos associados.

Resultados pretendidos

As estratégias DO têm como resultados pretendidos a melhoria das condições de organização da oferta turística, o fortalecimento das relações comerciais e o aprimoramento da gestão das

informações utilizadas no planejamento regional. As iniciativas propostas concentram-se em limitações identificadas no diagnóstico, buscando aproveitar oportunidades de qualificação, cooperação técnica e apoio institucional.

A sistematização de informações sobre atrativos, experiências e serviços deverá contribuir para a identificação das condições efetivas de visitação e comercialização. No relacionamento entre os agentes turísticos, pretende-se ampliar a aproximação entre guias, receptivos, meios de hospedagem e empreendimentos, considerando as possibilidades de integração entre municípios com diferentes estruturas de atendimento.

A qualificação profissional e comercial constitui outra prioridade. As demandas identificadas nos levantamentos deverão orientar a interlocução com instituições de ensino, entidades do Sistema S e demais organizações que ofereçam programas compatíveis com as necessidades regionais. Entre os temas previstos estão a formação de preços, a negociação comercial, a organização de tarifários e o relacionamento entre fornecedores e intermediários.

No campo da gestão, pretende-se aprimorar a produção e a sistematização dos indicadores turísticos, a preparação de propostas para captação de recursos e o acompanhamento das iniciativas da IGR. A organização de informações sobre projetos, responsáveis, execução e resultados deverá apoiar a comunicação institucional e o acompanhamento das ações pelos associados.

A implementação dessas estratégias deverá partir das demandas efetivamente identificadas e das prioridades estabelecidas no Planejamento Estratégico. A solicitação de capacitações, consultorias e apoio financeiro será orientada pela correspondência entre as necessidades regionais, as competências das instituições e as condições de atendimento, evitando a realização de iniciativas desvinculadas dos problemas diagnosticados.

11.5 Estratégias DA - Como reduzir as fraquezas que podem aumentar nossa exposição às ameaças?

As estratégias DA (Fraquezas e Ameaças) relacionam as limitações internas identificadas no diagnóstico da IGR Caminhos Gerais aos fatores externos que podem comprometer a continuidade e a execução das iniciativas regionais. O objetivo é estabelecer medidas preventivas relacionadas à seleção de projetos, às condições de funcionamento dos atrativos, à articulação institucional e à continuidade das ações diante de mudanças nas administrações municipais.

Os cruzamentos apresentados a seguir concentram-se na avaliação prévia da viabilidade das propostas, na verificação das condições de visitação, na organização das informações sobre projetos em andamento e na preservação dos registros e compromissos institucionais. Essas medidas buscam reduzir riscos de execução e orientar a utilização dos recursos e da capacidade operacional da governança regional.

Quadro – Estratégias DA (Fraquezas e Ameaças)

Cruzamento	Estratégia proposta	Aplicação prática
W8 + A1 + A2	Evitar a mobilização de recursos e esforços institucionais em propostas cuja viabilidade não tenha sido previamente avaliada.	Estabelecer critérios mínimos para participação em projetos e programas, considerando custos de elaboração e execução, contrapartidas exigidas, capacidade operacional e compatibilidade com as prioridades do Planejamento Estratégico.
W2 + A3	Restringir a divulgação turística de atrativos às condições efetivas de visitação.	Verificar previamente as condições de funcionamento, acesso, segurança e autorização aplicáveis antes de divulgar atrativos como experiências disponíveis aos visitantes.
W8 + A4	Reduzir a fragmentação das iniciativas voltadas ao desenvolvimento turístico regional.	Manter registros atualizados dos projetos e das instituições envolvidas, identificando ações semelhantes, possíveis sobreposições e oportunidades de articulação entre os participantes.
W7 + W8 + A5	Reduzir os efeitos das mudanças nas administrações municipais sobre a continuidade dos projetos regionais.	Organizar e preservar registros de decisões, projetos em andamento e compromissos institucionais, facilitando a transmissão das informações e a orientação das novas equipes municipais.

As estratégias DA buscam reduzir os riscos associados à execução e à continuidade das iniciativas turísticas regionais, considerando as limitações identificadas no diagnóstico e a exposição da IGR Caminhos Gerais aos fatores externos desfavoráveis.

A avaliação prévia das propostas deverá orientar a participação em projetos e programas, considerando os recursos necessários, as contrapartidas exigidas, as responsabilidades institucionais e as condições de execução. Pretende-se, com isso, evitar o comprometimento de esforços e recursos em iniciativas incompatíveis com as prioridades ou com a capacidade operacional da governança regional.

Na organização da oferta turística, a verificação das condições de funcionamento, acesso, segurança e autorização deverá anteceder a divulgação de atrativos como experiências disponíveis. Essa medida busca prevenir dificuldades de atendimento e problemas decorrentes da promoção de serviços sem condições de visitação confirmadas.

No âmbito institucional, a manutenção de registros atualizados sobre projetos, decisões e compromissos deverá contribuir para identificar possíveis sobreposições de iniciativas e facilitar a continuidade das ações durante as mudanças de gestão municipal.

A implementação dessas medidas ficará vinculada às competências da IGR, dos municípios e das instituições envolvidas, respeitando as responsabilidades de cada agente e as prioridades estabelecidas no Planejamento Estratégico.

11.6 Consolidação das possibilidades de ação decorrentes da SWOT

O cruzamento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas no diagnóstico da IGR Caminhos Gerais resultou em propostas estratégicas relacionadas à organização da oferta turística, à integração entre destinos, à qualificação profissional, à comercialização e à promoção regional. Também foram contempladas questões referentes à produção de informações, à articulação institucional, à captação de recursos e à continuidade das iniciativas da governança regional.

A análise dos cruzamentos FO, FA, DO e DA identificou estratégias com aplicações complementares e, em alguns casos, direcionamentos semelhantes. A consolidação apresentada nesta seção reúne essas propostas por afinidade temática, preservando suas finalidades e organizando os campos de atuação que poderão orientar a definição das prioridades do Planejamento Estratégico.

O quadro relaciona cada campo estratégico a uma possível iniciativa, ao papel esperado da IGR Caminhos Gerais e às condições iniciais necessárias ao encaminhamento das propostas. Essa organização considera a atuação articuladora da governança regional, as competências das administrações municipais e as possibilidades de participação dos empreendimentos turísticos e das instituições parceiras.

As iniciativas sistematizadas constituem possibilidades decorrentes da análise SWOT. A definição das ações a serem executadas dependerá das prioridades estabelecidas no planejamento, das condições identificadas nos municípios, da disponibilidade de recursos e da participação dos agentes envolvidos.

Quadro – Consolidação das Possibilidades de Ação Decorrentes da Matriz SWOT

Nº	Campo estratégico	Possível iniciativa	Papel esperado da IGR Caminhos Gerais	Condição inicial
1	Organização da oferta	Organização e atualização de cadastro regional de atrativos, experiências e serviços turísticos.	Articular a obtenção das informações junto aos municípios e prestadores de serviços, orientando sua sistematização.	Definir os dados mínimos necessários, as fontes de informação e os responsáveis pela atualização.
2	Integração regional	Fortalecimento dos roteiros e experiências turísticas existentes.	Aproximar municípios, empreendimentos, guias, receptivos e operadores interessados na integração regional.	Verificar as condições efetivas de funcionamento, acesso, atendimento e operação dos produtos envolvidos.
3	Qualificação	Organização de capacitações direcionadas às necessidades identificadas no diagnóstico.	Sistematizar as demandas dos profissionais e empreendimentos e articulá-las com instituições de ensino e qualificação.	Identificar as necessidades por público, área de atuação e tema, considerando os programas disponíveis.
4	Comercialização	Fortalecimento das relações comerciais entre os prestadores de serviços turísticos.	Promover a aproximação entre guias, receptivos, operadores, meios de hospedagem e demais empreendimentos, favorecendo o compartilhamento de informações comerciais.	Identificar os agentes interessados, os serviços oferecidos e as necessidades comuns relacionadas à comercialização.
5	Promoção	Divulgação integrada de experiências, roteiros e eventos regionais.	Organizar e compartilhar informações sobre a oferta turística dos municípios,	Dispor de informações confiáveis e atualizadas sobre os atrativos, serviços,

			articulando os canais de divulgação disponíveis.	experiências e eventos a serem divulgados.
6	Dados e indicadores	Organização de procedimentos compartilhados para coleta e acompanhamento de indicadores turísticos.	Articular os municípios e consultar possíveis parceiros técnicos para apoiar a definição e a organização dos procedimentos de monitoramento.	Identificar indicadores viáveis, fontes de informação, responsáveis e procedimentos de coleta e atualização.
7	Parcerias	Articulação institucional orientada pelas prioridades do Planejamento Estratégico.	Apresentar as demandas regionais às instituições identificadas no mapeamento e consultar possibilidades de apoio e cooperação.	Relacionar as necessidades identificadas aos programas, serviços e instrumentos de apoio disponíveis.
8	Captação de recursos	Preparação de projetos para participação em editais, programas de financiamento e mecanismos de patrocínio.	Articular possíveis proponentes, instituições parceiras e apoiadores, considerando as prioridades regionais.	Verificar os requisitos de elegibilidade, as responsabilidades institucionais, os custos, as contrapartidas e a capacidade de execução.
9	Gestão regional	Organização do acompanhamento das ações previstas no Planejamento Estratégico.	Coordenar a sistematização das informações sobre o andamento das iniciativas e seus resultados, promovendo sua comunicação aos associados.	Definir responsáveis, prazos, procedimentos de registro e indicadores de acompanhamento.

Fonte – Elaboração a partir dos cruzamentos da matriz SWOT, fundamentados nos capítulos 2, 5, 9, 10 e 11 do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais.

A consolidação reúne nove campos estratégicos que apresentam diferentes possibilidades de atuação da IGR Caminhos Gerais. A organização da oferta, a integração entre destinos, a qualificação e a comercialização concentram iniciativas relacionadas diretamente às condições de funcionamento dos serviços e experiências turísticas. A promoção regional, por sua vez, depende da disponibilidade de informações atualizadas sobre os produtos, os atrativos e os eventos existentes nos municípios.

A produção de dados e indicadores, a articulação institucional, a captação de recursos e a gestão regional correspondem a campos de apoio à organização e ao acompanhamento das iniciativas. O levantamento das instituições potencialmente parceiras constitui uma referência para identificar programas, serviços e instrumentos que poderão ser consultados conforme as necessidades estabelecidas no planejamento.

As condições iniciais indicadas no quadro representam procedimentos necessários à avaliação e ao encaminhamento das propostas. A identificação de responsáveis, a verificação das condições

operacionais, a organização das informações e a análise da viabilidade dos projetos deverão anteceder a definição dos compromissos de execução.

A seleção das iniciativas deverá considerar as atribuições da IGR, as responsabilidades dos municípios e a participação dos demais agentes envolvidos. Dessa forma, a consolidação da matriz SWOT estabelece uma referência organizada para o desdobramento das estratégias em ações, sem antecipar decisões sobre prioridades, cronogramas, recursos ou responsabilidades que dependam de definição posterior.

11.7 Critérios para a definição das prioridades

A consolidação da Matriz SWOT Cruzada reuniu diferentes possibilidades de atuação para a IGR Caminhos Gerais, relacionadas à organização da oferta turística, à integração regional, à qualificação profissional, à comercialização, à promoção e à gestão institucional. A diversidade das propostas exige a definição de prioridades, considerando que sua implementação envolve condições operacionais, recursos e responsabilidades distintas.

Conforme a metodologia adotada no Planejamento Estratégico, a seleção das iniciativas será orientada por três critérios centrais, relacionados à relevância das demandas, às competências da governança regional e à viabilidade de execução.

Critério	Questão de avaliação
Relevância para o desenvolvimento turístico	A iniciativa responde a uma necessidade efetivamente identificada no diagnóstico regional?
Possibilidade de atuação da IGR	A governança regional possui competência para coordenar ou articular a iniciativa, considerando as atribuições dos municípios e dos demais agentes envolvidos?
Viabilidade de execução	Existem condições operacionais, instituições ou parceiros mobilizáveis e possibilidades de obtenção dos recursos necessários à execução?

A aplicação desses critérios deverá considerar as características de cada proposta e sua correspondência com as condições identificadas no diagnóstico. Iniciativas relacionadas à organização de informações, à articulação entre prestadores de serviços e à qualificação profissional apresentam necessidades de execução distintas daquelas que dependem de investimentos, adequações de infraestrutura ou formalização de instrumentos de cooperação.

Determinadas propostas exigem providências preparatórias, incluindo levantamento e atualização de informações, definição de responsabilidades, consultas institucionais, elaboração de projetos e verificação das condições de elegibilidade aos instrumentos de apoio disponíveis. Essas etapas deverão ser consideradas na avaliação da viabilidade e na organização das prioridades.

A definição das ações prioritárias deverá observar, ainda, a capacidade institucional da IGR Caminhos Gerais e as atribuições dos municípios, empreendimentos e organizações parceiras. A identificação de uma iniciativa estratégica não representa, por si, compromisso de execução, disponibilidade de financiamento ou adesão formal das instituições mencionadas.

Os critérios apresentados constituem a referência para selecionar, entre as possibilidades identificadas na análise SWOT, aquelas que apresentam pertinência ao desenvolvimento turístico regional e condições de encaminhamento compatíveis com as responsabilidades e os recursos disponíveis.

11.8 Síntese da Análise SWOT Cruzada

A análise SWOT Cruzada da IGR Caminhos Gerais reuniu os fatores identificados no diagnóstico regional e estabeleceu direcionamentos estratégicos para o aproveitamento das condições existentes, o enfrentamento das limitações internas e a redução da exposição do turismo aos fatores externos desfavoráveis.

Os cruzamentos FO identificaram possibilidades de utilizar a diversidade dos atrativos, das paisagens e das atividades produtivas regionais para fortalecer experiências turísticas, ampliar a comercialização dos produtos existentes e favorecer a integração entre municípios. As iniciativas relacionadas ao café, ao vinho, à gastronomia, à cultura e à paisagem de origem vulcânica integram esses direcionamentos, acompanhadas das oportunidades de qualificação e articulação institucional.

Nas estratégias FA, destacaram-se a diversificação das possibilidades de apoio a projetos, a complementaridade entre destinos de hospedagem e visitação, a observância das condições legais, ambientais e de segurança dos atrativos e a continuidade da participação municipal na governança regional. Também foram propostas medidas de articulação entre instituições, considerando suas competências e a necessidade de coordenação das iniciativas relacionadas ao turismo.

Os cruzamentos DO concentraram-se nas limitações identificadas na organização da oferta, na disponibilização de informações operacionais, nas relações comerciais e na produção de dados

turísticos. As aplicações práticas contemplaram a aproximação entre prestadores de serviços, o direcionamento das capacitações às necessidades diagnosticadas, a preparação de projetos para captação de recursos e o aperfeiçoamento dos registros utilizados na gestão regional.

As estratégias DA, por sua vez, reuniram medidas preventivas relacionadas à avaliação da viabilidade das propostas, à verificação das condições de visitação dos atrativos, à identificação de possíveis sobreposições entre projetos e à preservação das informações institucionais durante as mudanças nas administrações municipais.

A consolidação desses cruzamentos resultou em nove campos estratégicos, abrangendo organização da oferta, integração regional, qualificação, comercialização, promoção, dados e indicadores, parcerias, captação de recursos e gestão regional. Esses campos reúnem propostas com finalidades complementares e constituem a referência para a etapa de priorização das iniciativas.

O diagnóstico também identificou diferenças entre os municípios quanto à infraestrutura turística, à disponibilidade de serviços, à organização dos atrativos e às condições institucionais de atuação. A definição das prioridades deverá considerar essas particularidades, especialmente quando as propostas envolverem diferentes destinos, prestadores de serviços ou instituições.

No âmbito da governança, a análise atribui à IGR Caminhos Gerais funções relacionadas à articulação dos agentes, à organização das informações regionais, à interlocução com instituições parceiras e ao acompanhamento das iniciativas previstas no planejamento. A execução das ações dependerá das competências e responsabilidades dos participantes, das condições operacionais identificadas e dos recursos disponíveis.

A Matriz SWOT Cruzada encerra, assim, a etapa de formulação e consolidação dos direcionamentos estratégicos. As possibilidades identificadas serão submetidas aos critérios de relevância, capacidade de atuação da IGR e viabilidade de execução, orientando a definição das prioridades e seu posterior desdobramento em ações do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais.

A análise foi elaborada a partir do diagnóstico regional e da Matriz SWOT Cruzada do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais (2026). As estratégias propostas resultam do cruzamento dos fatores identificados ao longo do diagnóstico e constituem referências para a definição das prioridades regionais. A seleção das ações e o estabelecimento dos compromissos de execução ocorrerão nas etapas subsequentes do planejamento, considerando as condições de viabilidade e as responsabilidades dos agentes envolvidos.



Coreto da Praça Antônio Carlos em Machado – MG. Acervo Caminhos Gerais.

CAPÍTULO 12 - DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO DA IGR CAMINHOS GERAIS

O direcionamento estratégico da IGR Caminhos Gerais resulta da integração entre o diagnóstico turístico regional e a Matriz SWOT Cruzada, que fundamentaram a identificação das prioridades de atuação da governança. A análise reuniu as condições de desenvolvimento da atividade turística nos 14 municípios associados, as características da oferta existente, as fragilidades estruturais e institucionais e as oportunidades de articulação entre destinos, empreendimentos e instituições parceiras. A partir desse conjunto de informações, foram estabelecidas propostas orientadas às necessidades identificadas no território e às competências da instância regional.

As diferenças entre os municípios, especialmente quanto à infraestrutura, à disponibilidade de serviços, à organização dos atrativos e às condições de atendimento aos visitantes, constituíram referências para a definição das estratégias. O planejamento considera as vocações turísticas locais, os produtos e experiências existentes e as possibilidades de integração territorial, respeitando os distintos estágios de desenvolvimento da atividade. A valorização das características municipais e a organização de iniciativas compartilhadas orientam a atuação regional, com atenção às condições efetivas de funcionamento, estruturação e comercialização da oferta turística.

O direcionamento foi organizado em quatro prioridades estratégicas, relacionadas à integração e qualificação da oferta turística, à divulgação e comercialização dos destinos e experiências, ao fortalecimento da governança e da cooperação institucional e à produção e sistematização de informações para o planejamento e o acompanhamento da atividade. Essas prioridades articulam-se a três projetos estruturantes, concebidos para reunir iniciativas de abrangência regional e estabelecer referências para sua implementação.

A atuação da IGR Caminhos Gerais concentra-se na articulação entre os municípios associados, na mobilização de instituições parceiras, na organização de informações e no acompanhamento das iniciativas de interesse coletivo. As propostas consideram as atribuições das administrações municipais, dos empreendimentos turísticos e dos demais agentes envolvidos, estabelecendo campos de cooperação compatíveis com as responsabilidades de cada participante. A articulação institucional também contempla a identificação de demandas compartilhadas e de possibilidades de apoio técnico, qualificação profissional e desenvolvimento de projetos conjuntos.

As prioridades e os projetos estruturantes constituem a base para a organização do Plano de Ação Estratégico, distribuído em quatro eixos de atuação. O desdobramento das propostas contempla

a definição de atividades, responsáveis, parceiros potenciais, recursos necessários, períodos de execução, metas e indicadores de acompanhamento. Essa estrutura orienta a programação das iniciativas regionais e sua implementação gradual, considerando a capacidade operacional da IGR, a participação dos agentes envolvidos e as condições de viabilização de cada ação.

12.1 Definição das prioridades estratégicas para a atuação regional

As prioridades estratégicas da IGR Caminhos Gerais foram definidas com base nas necessidades identificadas no diagnóstico turístico regional e nas estratégias resultantes da Matriz SWOT Cruzada. A seleção considerou as condições de desenvolvimento da atividade nos municípios associados, as atribuições da instância de governança e as possibilidades de cooperação entre administrações municipais, empreendimentos turísticos, profissionais do setor e instituições parceiras. Foram privilegiadas iniciativas de interesse regional, cuja execução exige articulação institucional e participação dos agentes envolvidos.

O direcionamento contempla quatro prioridades. A primeira concentra-se na organização da oferta turística existente e na integração de atrativos, serviços e experiências entre os municípios. A segunda orienta iniciativas de divulgação regional e aproximação com os profissionais e canais de comercialização. A terceira dedica-se ao fortalecimento da cooperação institucional, mediante a identificação de demandas compartilhadas e a articulação de parcerias. A quarta corresponde à produção e sistematização de informações sobre a atividade turística, destinadas a subsidiar o planejamento, a gestão e o acompanhamento dos resultados.

Os objetivos e as propostas práticas associados a cada prioridade consideram as condições de funcionamento dos serviços, os diferentes níveis de estruturação da oferta e as possibilidades de atuação conjunta. O quadro seguinte apresenta as medidas previstas para cada frente estratégica, estabelecendo referências para sua implementação no âmbito da governança regional.

Prioridade estratégica	Objetivo	Propostas práticas
1. Organizar e integrar a oferta turística regional	Aprimorar a organização das informações e favorecer a integração dos atrativos, experiências e serviços turísticos existentes nos municípios da IGR Caminhos Gerais.	Atualizar informações sobre atrativos, experiências e serviços turísticos; identificar condições de funcionamento, acesso, atendimento e agendamento; apoiar a organização de produtos turísticos

		existentes; articular municípios e empreendimentos para fortalecer roteiros e experiências integradas.
2. Ampliar a divulgação e a comercialização turística	Fortalecer a visibilidade dos destinos e facilitar a aproximação entre a oferta regional e os profissionais responsáveis pela comercialização dos serviços e experiências turísticas.	Organizar um catálogo regional de experiências turísticas; divulgar destinos, roteiros e experiências nos canais de comunicação da IGR; aproximar meios de hospedagem, guias de turismo, receptivos, operadores e prestadores de serviços; identificar oportunidades de participação em feiras e eventos relacionados ao setor.
3. Fortalecer a articulação entre municípios, empreendimentos e instituições parceiras	Direcionar a cooperação institucional às necessidades identificadas no planejamento, favorecendo a complementaridade entre iniciativas e o aproveitamento dos programas e serviços disponíveis.	Apresentar às instituições as demandas identificadas no diagnóstico; articular oportunidades de capacitação e projetos conjuntos; promover o diálogo entre municípios, empreendimentos e parceiros institucionais; avaliar propostas, programas e editais considerando sua pertinência, seus requisitos e suas condições de execução.
4. Produzir dados e informações sobre o turismo regional	Conhecer o perfil dos visitantes e acompanhar a movimentação turística regional, produzindo informações que subsidiem as decisões relacionadas à organização dos produtos, à promoção dos destinos e ao desenvolvimento turístico.	Implantar o Observatório Regional do Turismo por meio de parceria técnica ou contratação especializada; aproveitar bases de dados existentes; realizar pesquisas com visitantes e empreendimentos participantes; organizar indicadores e produzir boletins periódicos sobre a atividade turística regional.

Fonte – Elaboração própria, com base no diagnóstico turístico regional e na Matriz SWOT Cruzada da IGR Caminhos Gerais, 2026.

A execução das propostas requer a participação dos agentes envolvidos e a avaliação das condições operacionais, dos recursos disponíveis e das responsabilidades correspondentes a cada iniciativa. A organização das prioridades estabelece, assim, uma referência para a atuação coordenada da governança regional, sem uniformizar as diferentes situações municipais.

A associação das prioridades aos fatores da Matriz SWOT explicita sua relação com as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças examinadas na análise estratégica. O quadro seguinte identifica essas correspondências por meio dos códigos adotados no diagnóstico.

Prioridade	**Principais fatores SWOT relacionados**

1. Organização e integração da oferta turística	F1, F3, F4, F5, W1, W2, W8, O1 e O8
2. Divulgação e comercialização turística	F2, F7, F9, W3, W4, O3 e O7
3. Fortalecimento da governança e articulação institucional	F6, F8, F10, W6, W7, W9, O4, O5, A1, A2, A4 e A5
4. Produzir dados e informações sobre o turismo regional	W5 e O6

Fonte: Elaboração própria, a partir da Matriz SWOT da IGR Caminhos Gerais, 2026.

A associação entre os fatores da Matriz SWOT e as prioridades estratégicas orienta a definição das iniciativas regionais, estabelecendo referências para a estruturação dos projetos e para a identificação dos recursos, das parcerias e das condições necessárias à sua execução

12.2 Projetos Estruturantes Prioritários

A definição dos três projetos estruturantes da IGR Caminhos Gerais decorreu das prioridades estabelecidas para a atuação regional e das estratégias formuladas na Matriz SWOT Cruzada. As propostas concentram-se em três campos de intervenção relacionados às necessidades identificadas no diagnóstico turístico, compreendendo a produção e sistematização de informações sobre a atividade, a organização e estruturação de produtos turísticos regionais e o fortalecimento das iniciativas de promoção e comercialização.

A formulação dos projetos considerou a necessidade de ampliar a disponibilidade de indicadores sobre a oferta e a demanda turística, as diferenças nas condições de funcionamento e comercialização das experiências existentes e as possibilidades de articulação entre municípios, empreendimentos, profissionais de receptivo e demais agentes envolvidos. As iniciativas foram concebidas para orientar ações de abrangência regional, respeitando as competências da IGR e as responsabilidades dos prestadores de serviços turísticos.

Foram estabelecidos o Observatório Regional do Turismo, o Programa de Organização, Criação e Estruturação de Produtos Turísticos Regionais e o Programa de Promoção e Comercialização Turística Regional. Cada projeto possui objetivos e entregas específicos, apresentados no quadro seguinte, e sua implementação deverá considerar a capacidade operacional

da governança, a disponibilidade de recursos e as condições de cooperação com as administrações municipais e as instituições parceiras.

12.3 Quadro dos projetos estruturantes

Os três projetos estruturantes foram organizados de acordo com seus objetivos e as principais entregas previstas, estabelecendo referências para o desenvolvimento das iniciativas regionais. O quadro apresenta os resultados propostos para cada projeto, contemplando a produção e atualização de indicadores turísticos, a organização e estruturação de produtos e roteiros e o fortalecimento da promoção e comercialização das experiências existentes. As entregas deverão orientar o planejamento das atividades e seu acompanhamento pela IGR Caminhos Gerais, considerando as condições de execução e a participação dos agentes envolvidos.

Projeto	Objetivo	Principais entregas propostas
Projeto 1 - Observatório Regional do Turismo	Organizar e acompanhar informações sobre a atividade turística dos municípios, apoiando o planejamento e a avaliação das ações regionais.	Painel regional de indicadores; procedimentos de coleta de informações; atualização periódica dos dados e divulgação de resultados consolidados.
Projeto 2 - Programa de Organização, Criação e Estruturação de Produtos Turísticos Regionais	Organizar e fortalecer os produtos turísticos já existentes e apoiar a criação e estruturação de novos produtos a partir dos atrativos e experiências identificados.	Levantamento e organização dos produtos já comercializados; identificação de experiências com potencial de estruturação; articulação entre empreendimentos, guias e operadores; desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e roteiros regionais.
Projeto 3 - Promoção e Comercialização Turística Regional	Ampliar a visibilidade dos produtos turísticos e fortalecer a aproximação entre a oferta regional e os canais de comercialização.	Catálogo regional de produtos turísticos; materiais de apresentação dos destinos e experiências; aproximação comercial entre prestadores e participação planejada em ações de promoção.

Fonte: Elaboração própria, considerando as prioridades estratégicas, os resultados do diagnóstico e as indicações da gestão da IGR Caminhos Gerais, 2026.

12.4 Diretrizes para a execução dos projetos

As diretrizes de execução dos três projetos estruturantes estabelecem as orientações para o desenvolvimento das iniciativas propostas, considerando seus objetivos, as atividades previstas e as condições necessárias à implementação. A organização dos trabalhos deverá observar as competências da IGR Caminhos Gerais, a disponibilidade de recursos e as possibilidades de cooperação com as administrações municipais, os empreendimentos turísticos e as instituições parceiras.

A execução dos projetos contempla diferentes procedimentos, relacionados à produção e sistematização de informações turísticas, à organização e estruturação de produtos regionais e à promoção e comercialização das experiências existentes. As diretrizes apresentadas a seguir especificam as formas de desenvolvimento de cada iniciativa, considerando suas particularidades operacionais, a participação dos agentes envolvidos e a necessidade de acompanhamento dos resultados.

Projeto 1 – Observatório Regional do Turismo

O Observatório Regional do Turismo tem como finalidade reunir, produzir e analisar informações sobre a atividade turística nos municípios da IGR Caminhos Gerais, subsidiando o planejamento, a promoção e a avaliação das iniciativas regionais.

A implantação deverá priorizar parcerias com instituições de ensino e pesquisa ou a contratação de equipe técnica especializada para a coleta e a análise das informações.

O desenvolvimento poderá começar pela organização de dados públicos e levantamentos existentes, incorporando posteriormente pesquisas periódicas com visitantes em atrativos e eventos selecionados e a coleta simplificada de informações junto aos empreendimentos participantes.

Os resultados serão sistematizados em painel regional de indicadores e boletins periódicos, com informações sobre a origem dos visitantes, os motivos das viagens, a permanência, os municípios visitados e a movimentação turística registrada nos estabelecimentos participantes.

A implantação gradual prevê uma experiência-piloto, com ampliação da abrangência segundo a disponibilidade de recursos e parceiros. A continuidade da coleta e a utilização das informações deverão orientar o desenvolvimento do projeto.

Projeto 2 – Organização, Criação e Estruturação de Produtos Turísticos Regionais

O programa terá início com a identificação e a organização dos produtos turísticos que já apresentam condições de visitação e comercialização, de modo a ampliar sua divulgação e favorecer a integração aos roteiros regionais.

Também poderão ser identificados atrativos e experiências com potencial de estruturação como novos produtos, considerando o interesse dos responsáveis, a infraestrutura disponível e as condições de operação.

O aproveitamento da oferta existente constitui a prioridade inicial. A organização de roteiros deverá observar as condições efetivas de funcionamento, enquanto a criação de produtos dependerá das necessidades identificadas e da disponibilidade dos empreendimentos e parceiros envolvidos.

Projeto 3 – Promoção e Comercialização Turística Regional

A promoção regional deverá concentrar-se inicialmente nos produtos e experiências que apresentem condições efetivas de visitação e comercialização.

O projeto poderá organizar informações sobre os destinos e materiais promocionais, além de favorecer a aproximação comercial entre operadores, guias, receptivos, meios de hospedagem e empreendimentos turísticos.

12.5 Referências turísticas representativas dos municípios

O diagnóstico identificou, nos municípios da IGR Caminhos Gerais, atrativos naturais, culturais e religiosos, assim como experiências relacionadas à produção rural, à gastronomia e às atividades econômicas locais.

O quadro reúne referências dos 14 municípios, selecionadas entre as informações já apresentadas nos levantamentos anteriores. A organização municipal evidencia características da oferta regional e contribui para a discussão dos segmentos turísticos prioritários.

As referências reunidas não constituem uma classificação de qualidade dos atrativos nem indicam, por si, que todas as atividades estejam estruturadas para receber visitantes ou ser comercializadas. A caracterização detalhada integra os capítulos anteriores.

Quadro – Referências turísticas representativas por município

Município	Atrativo ou referência turística	Segmento associado
Andradas	Pico do Gavião e experiências relacionadas à vitivinicultura	Natureza e aventura; rural, gastronômico e de experiência (enoturismo)
Botelhos	Museu do Café	Cultural e turismo associado à cafeicultura
Cabo Verde	Produção de cafés especiais	Rural e de experiência
Caldas	Balneário Dr. Reynaldo de Oliveira Pimenta	Saúde e bem-estar
Campestre	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo	Histórico-cultural e religioso
Carvalhópolis	Parque Municipal Dona Jandira	Natureza e lazer
Ibitiúra de Minas	Ermida da Mãe Rainha	Religioso
Ipuiúna	Nascente do Rio Pardo	Natureza
Machado	Festa de São Benedito	Cultural e religioso
Monte Belo	Produção e comércio de lingerie	Compras
Poço Fundo	Produção de café orgânico e Cachoeira Grande	Rural e de experiência; natureza
Poços de Caldas	Thermas Antônio Carlos	Saúde e bem-estar
Santa Rita de Caldas	Santuário Arquidiocesano de Santa Rita de Cássia	Religioso
São João da Mata	Morro da Rampa do Container	Natureza e aventura

Fonte: Elaboração própria, com base nos levantamentos de atrativos, produção associada e experiências turísticas do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, 2026.

As referências municipais reúnem atrativos naturais e paisagísticos, manifestações culturais e religiosas, atividades vinculadas à produção rural, águas termais e empreendimentos relacionados à

produção e ao comércio local. Essa distribuição expressa a diversidade de características consideradas no planejamento turístico regional.

A vitivinicultura em Andradas, os cafés especiais em Cabo Verde, a produção de café orgânico em Poço Fundo e o comércio de lingerie em Monte Belo são exemplos das atividades produtivas incluídas no levantamento. A organização de experiências associadas a esses setores deve considerar as condições específicas de visitação, os serviços existentes e as possibilidades de integração com outros destinos.

Em conjunto com os demais resultados do diagnóstico, essas informações fundamentam a definição dos segmentos prioritários apresentada na seção seguinte.

12.6 Segmentos turísticos prioritários

A seleção dos segmentos turísticos prioritários considera as características da oferta nos 14 municípios, os levantamentos com gestores e profissionais do setor e as referências turísticas apresentadas anteriormente.

Foram examinados os atrativos, experiências e roteiros identificados, as possibilidades de conexão entre municípios e as condições de organização e comercialização de produtos turísticos.

Na pesquisa realizada com os 14 municípios, o turismo rural foi apontado como segmento com maior potencial de desenvolvimento por 85,7% dos gestores. O turismo cultural e o turismo de eventos receberam 71,4% das indicações cada; o turismo de natureza, 64,3%; e os segmentos gastronômico e religioso, 50% cada.

As condições de estruturação variam entre os segmentos. Embora 57,1% dos gestores tenham informado que seus principais produtos atraem visitantes de outras regiões ou estados, apenas 50% consideraram esses produtos estruturados para comercialização. A priorização deverá, portanto, observar a oferta identificada e as necessidades de organização e qualificação das experiências.

Quadro – Segmentos prioritários e possibilidades de promoção regional

Segmento	Principais características identificadas	Possibilidades de atuação regional
Turismo rural, gastronômico e de experiência	Cafeicultura, vitivinicultura, agricultura familiar, produção artesanal, culinária mineira e experiências em propriedades rurais.	Organizar e divulgar experiências disponíveis; aproximar produtores, guias e receptivos; apoiar a criação e estruturação de produtos que apresentem condições de visitação.
Turismo de natureza e aventura	Serras, cachoeiras, trilhas, cicloturismo, voo livre e paisagens associadas à Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas.	Divulgar atrativos e percursos existentes; fortalecer roteiros intermunicipais e valorizar a identidade geológica e paisagística da região.
Turismo histórico, cultural e religioso	Patrimônio histórico, igrejas, congadas, folias de reis, festas tradicionais e caminhos de peregrinação.	Organizar informações sobre atrativos e celebrações; fortalecer a divulgação de roteiros culturais e religiosos; promover a integração entre municípios; criação de calendário de eventos religiosos da IGR.
Turismo de saúde e bem-estar	Águas termais, fontes minerais, balneários e tradição hidromineral, especialmente em Poços de Caldas e Caldas.	Valorizar a oferta existente e suas possibilidades de integração com gastronomia, natureza e patrimônio cultural.
Turismo de eventos	Calendário regional com 91 eventos e manifestações identificados no diagnóstico, incluindo festas religiosas, festivais gastronômicos, feiras e eventos esportivos.	Organizar e divulgar o calendário regional; aproximar organizadores e prestadores de serviços turísticos; estimular a visitação aos municípios durante os eventos.

Fonte: Elaboração própria, com base nos capítulos 7, 8 e 9 do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, 2026.

12.7 Critérios de priorização

A definição dos segmentos turísticos prioritários da IGR Caminhos Gerais foi orientada por quatro critérios, estabelecidos a partir das características identificadas no diagnóstico regional. A análise considerou a distribuição dos atrativos e atividades turísticas entre os municípios, suas relações com a identidade territorial, as condições de estruturação da oferta existente e as possibilidades de integração de experiências e serviços em âmbito regional.

1. **Representatividade regional** – Presença e distribuição de atrativos, atividades turísticas e manifestações culturais nos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais.

2. **Identidade territorial** – Relação dos segmentos turísticos com a formação histórica, as manifestações culturais, as atividades produtivas e as características naturais e paisagísticas do território.
3. **Oferta existente** – Identificação de atrativos, experiências, serviços e roteiros turísticos disponíveis, considerando seus diferentes níveis de organização e estruturação para visitação e comercialização.
4. **Potencial de integração** – Possibilidades de articulação entre atrativos, empreendimentos, serviços e municípios para a organização de experiências e roteiros turísticos regionais.

A aplicação desses critérios considera as diferenças entre os municípios e as condições específicas de desenvolvimento de cada segmento. A priorização orienta a atuação regional de acordo com as características da oferta e as possibilidades de cooperação, respeitando as vocações locais e os distintos níveis de estruturação da atividade turística.

12.8 Segmentos complementares

O levantamento realizado com profissionais do turismo identificou possibilidades de desenvolvimento de experiências associadas ao turismo de negócios e ao turismo de compras.

Esses segmentos poderão integrar o Programa de Organização, Criação e Estruturação de Produtos Turísticos Regionais nos municípios que apresentem atividades econômicas, serviços e infraestrutura compatíveis. A avaliação de sua eventual priorização dependerá de informações sobre demanda e condições de comercialização.

12.9 Direcionamento para a atuação regional

A atuação da IGR Caminhos Gerais na organização e promoção dos segmentos turísticos prioritários deverá considerar, inicialmente, os produtos e experiências que apresentam condições efetivas de visitação, atendimento e comercialização. A integração da oferta existente aos roteiros regionais dependerá da articulação entre municípios, empreendimentos, guias de turismo e demais profissionais envolvidos na prestação dos serviços. A criação e a estruturação de novos produtos deverão observar as características dos atrativos, o interesse dos responsáveis, a infraestrutura

disponível e as possibilidades de apoio técnico, respeitando os diferentes estágios de desenvolvimento turístico dos municípios associados.

Entre os diferenciais territoriais identificados no planejamento, destaca-se a Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas, cujas características geológicas e paisagísticas apresentam possibilidades de valorização em experiências relacionadas à natureza, às águas termais, à gastronomia e à paisagem regional. A incorporação dessa referência às iniciativas de promoção deverá considerar sua relação com as demais vocações do Caminhos Gerais, preservando a diversidade histórica, cultural, ambiental e produtiva dos 14 municípios e contribuindo para a construção de uma identidade turística regional representativa do conjunto do território.

12.10 Identificação e classificação dos destinos indutores

A identificação dos destinos indutores considera a oferta turística, a infraestrutura e os serviços de apoio ao visitante, a capacidade de atração, a comercialização e as possibilidades de integração entre municípios.

A análise desses elementos orienta a identificação de municípios com condições de atrair visitantes e contribuir para a circulação turística regional. A função indutora corresponde a critérios de atuação e não estabelece uma hierarquia de importância entre os destinos.

A classificação proposta para os 14 municípios e as respectivas justificativas é apresentada após a definição dos critérios de análise.

12.11 Critérios para a identificação dos destinos indutores

A classificação dos destinos baseia-se em cinco critérios relacionados às condições de atração e recepção dos visitantes e à articulação da oferta com os demais municípios da IGR.

O quadro a seguir explicita os aspectos considerados em cada critério.

Critério	Aspectos considerados
Oferta turística	Presença de atrativos, experiências e produtos capazes de motivar deslocamentos turísticos.

Infraestrutura e serviços	Disponibilidade de hospedagem, alimentação, receptivos e demais serviços de apoio ao visitante.
Capacidade de atração	Evidências de visitação, reconhecimento turístico e presença de atividades capazes de atrair públicos de outros municípios ou regiões.
Comercialização turística	Existência de experiências organizadas, roteiros, operadores ou meios de comercialização.
Potencial de integração regional	Possibilidade de conectar a oferta local a experiências de outros municípios do Caminhos Gerais.

Fonte: Elaboração própria, com base nos resultados do diagnóstico turístico da IGR Caminhos Gerais, 2026.

A aplicação qualitativa dos critérios, segundo as informações reunidas no diagnóstico, resultou na proposição de quatro municípios com função indutora – Poços de Caldas, Andradas, Caldas e Machado.

Os demais municípios foram classificados como destinos de integração regional, considerando suas contribuições à diversificação da oferta e à composição de experiências intermunicipais.

Quadro – Classificação proposta dos municípios quanto à função indutora

Município	Classificação proposta	Justificativa
Andradas	Destino indutor	Reúne atrativos de natureza e aventura e experiências relacionadas à vitivinicultura, com possibilidades de atração de visitantes e integração de produtos turísticos regionais. Possui duas agências participantes do Minas Recebe 2026 e apresentou elevada frequência de solicitações de visitação entre os profissionais consultados e possui boa infraestrutura hoteleira e de A&B.
Botelhos	Destino de integração	Apresenta referências históricas, culturais e relacionadas à cafeicultura. Necessita ampliar a estruturação e a visibilidade de experiências turísticas para fortalecer sua capacidade de atração regional.
Cabo Verde	Destino de integração	Destaca-se pela produção de cafés especiais, com potencial para experiências rurais. A estruturação de produtos turísticos e sua capacidade de atração ainda precisam ser melhor demonstradas.
Caldas	Destino indutor	Possui tradição hidromineral, atrativos naturais e patrimônio cultural, além de possibilidades de integração com experiências de bem-estar e natureza. Conta com agência participante do Minas Recebe 2026, apresenta procura identificada por profissionais do receptivo, integra iniciativas turísticas intermunicipais e possui boa infraestrutura hoteleira.

Campestre	Destino de integração	Apresenta referências culturais, religiosas e naturais que podem complementar roteiros regionais, embora ainda sejam necessárias evidências de maior estruturação e comercialização turística.
Carvalhópolis	Destino de integração	Possui referências naturais, culturais e eventos que podem contribuir para a diversificação da oferta, com possibilidades de ampliação da visitação por meio da organização das experiências, mas não há evidências suficientes de produtos turísticos comercializados, operação receptiva e fluxo de visitantes intermunicipais que justifiquem a função indutora.
Ibitiúra de Minas	Destino de integração	Apresenta referências religiosas, como a Ermida da Mãe Rainha, e atrativos naturais. Apesar de seu potencial de atração, ainda é necessário demonstrar maior estruturação de serviços e experiências, bem como capacidade de estimular a circulação de visitantes por outros municípios.
Ipuiúna	Destino de integração	Possui recursos naturais e paisagísticos relevantes, com potencial de integração a experiências de natureza, dependendo da organização das condições de visitação e estrutura turística.
Machado	Destino indutor	Destaca-se pela atividade econômica e empresarial que favorece o turismo de negócios, segmento relevante para a movimentação de visitantes e a utilização dos serviços de hospedagem, alimentação e apoio turístico. Apresenta também referências culturais, religiosas e relacionadas à cafeicultura, que podem complementar as viagens profissionais e estimular a permanência dos visitantes.
Monte Belo	Destino de integração	Destaca-se pela produção e comercialização de lingerie, com potencial para o turismo de compras. A atividade comercial, isoladamente, não comprova capacidade de indução turística regional.
Poço Fundo	Destino de integração	Possui referências relacionadas ao café orgânico e aos atrativos naturais, especialmente cachoeiras, que podem complementar experiências rurais e de natureza. Contudo, a oferta identificada ainda não demonstra inserção comercial e capacidade de distribuição de visitantes comparáveis às dos principais destinos receptivos da região.
Poços de Caldas	Destino indutor	Apresenta oferta turística diversificada, tradição de recepção de visitantes e infraestrutura de serviços, favorecendo sua atuação como ponto de entrada, permanência e distribuição de turistas pela região. Reúne 61 guias cadastrados no Cadastur e cinco agências participantes do Minas Recebe 2026. Foi indicado como base de hospedagem por todos os profissionais de receptivo consultados, evidenciando sua centralidade na operação turística analisada.
Santa Rita de Caldas	Destino de integração	Destaca-se pelo turismo religioso, especialmente pelo Santuário de Santa Rita de Cássia. A relevância da peregrinação não demonstra, isoladamente, capacidade de indução turística regional.
São João da Mata	Destino de integração	Possui atrativos naturais e paisagísticos com potencial para atividades de natureza e aventura, cuja estruturação poderá ampliar sua participação em roteiros regionais.

Fonte: Elaboração própria, com base no diagnóstico turístico e nos critérios de identificação dos destinos indutores da IGR Caminhos Gerais, 2026.

A classificação identifica Poços de Caldas, Andradas, Caldas e Machado como destinos com potencial para desempenhar função indutora, em razão de suas diferentes ofertas, estruturas de serviços e condições de atração e circulação de visitantes. Em Machado, o turismo de negócios integra essa avaliação por sua relação com a movimentação de visitantes e a utilização de serviços de hospedagem, alimentação e apoio turístico.

Os demais municípios integram a categoria de destinos de integração regional, considerando seus atrativos, manifestações culturais e atividades produtivas e suas possibilidades de participação em produtos e roteiros intermunicipais. A distinção corresponde às condições de estruturação e inserção turística consideradas na análise.

A articulação entre os destinos com função indutora e os demais municípios poderá favorecer a circulação regional de visitantes, observadas as condições de atendimento, os deslocamentos e as possibilidades de comercialização das experiências.

A classificação proposta deverá orientar a IGR Caminhos Gerais na organização de iniciativas de integração, especialmente nos programas de estruturação de produtos e de promoção e comercialização turística.

A atuação poderá começar pela identificação de experiências organizadas que possam ser divulgadas conjuntamente ou incorporadas aos produtos comercializados pelos receptivos, considerando a proximidade entre municípios, o perfil dos visitantes e as condições operacionais.

As iniciativas deverão envolver municípios das duas categorias e favorecer parcerias entre empreendimentos, guias e agências receptivas, assegurando oportunidades de participação regional conforme as características de cada destino.

12.12 Posicionamento estratégico da IGR Caminhos Gerais

O posicionamento estratégico da IGR Caminhos Gerais articula a identidade turística regional, os diferenciais do território e as atribuições da governança na integração entre municípios e no desenvolvimento da atividade.

A proposta considera os resultados do diagnóstico, a Matriz SWOT e as prioridades apresentadas neste capítulo, com ênfase na diversidade de experiências e na organização conjunta da oferta dos 14 municípios.

12.13 Posicionamento turístico regional

A IGR Caminhos Gerais reúne municípios com atividades e referências turísticas relacionadas à natureza, à produção rural, à gastronomia, à cultura, à religiosidade, às águas termais e aos eventos. A combinação dessas características integra a proposta de posicionamento regional.

A diversidade da oferta contempla diferentes interesses de visitação e orienta a apresentação dos destinos sem concentrar a identidade do Caminhos Gerais em um único segmento.

A Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas constitui uma referência geológica e paisagística para experiências associadas à natureza, às águas e à paisagem regional. A proposta considera essa característica em conjunto com as demais vocações municipais, preservando a abrangência territorial da identidade turística.

O posicionamento turístico proposto é apresentado a seguir.

Caminhos Gerais: uma região turística de experiências diversas, que integra natureza, cultura, sabores, tradições e bem-estar, valorizando as particularidades de seus municípios.

A formulação apresentada corresponde ao posicionamento estratégico da região e orienta a organização da oferta e a comunicação turística. A eventual definição de um slogan constitui iniciativa específica de identidade e promoção.

Nas respostas aos formulários aplicados aos gestores municipais, a alteração do nome Caminhos Gerais não foi percebida como fator capaz de modificar significativamente o posicionamento turístico regional. A atualização da identidade visual, incluindo a possibilidade de reformulação da logomarca e de criação de um slogan, foi considerada entre as medidas para aprimorar a apresentação institucional e turística.

Recomenda-se, portanto, preservar a denominação Caminhos Gerais e avaliar de forma participativa a atualização da marca e a definição de uma mensagem representativa das experiências

e características territoriais identificadas. A iniciativa deverá incorporar as percepções dos municípios associados e manter coerência com o posicionamento proposto.

12.14 Posicionamento institucional da IGR

No âmbito institucional, a IGR Caminhos Gerais deverá atuar como instância de articulação, integração e apoio ao desenvolvimento turístico regional, promovendo a cooperação entre municípios, empreendimentos e instituições parceiras.

Entre suas atribuições estratégicas estão a identificação de demandas compartilhadas, a mobilização de parceiros, a organização de iniciativas de abrangência regional e o apoio à divulgação dos produtos e experiências turísticas.

A operação e a comercialização dos serviços turísticos competem aos empreendimentos, guias, agências e demais prestadores. À IGR caberá favorecer a articulação entre esses agentes e ampliar as possibilidades de participação dos municípios nas iniciativas regionais.

12.15 Diretrizes para Consolidação do Posicionamento

O posicionamento proposto deverá orientar as decisões estratégicas da IGR, observando as seguintes diretrizes:

Diretriz	Orientação estratégica
Valorização da identidade regional	Reconhecer as características comuns do Caminhos Gerais sem descaracterizar as particularidades dos municípios.
Diversidade de experiências	Apresentar a região como um território com diferentes possibilidades de visitação, de acordo com os segmentos turísticos prioritários.
Integração territorial	Estimular conexões entre destinos indutores e demais municípios, favorecendo a circulação regional de visitantes.
Articulação institucional	Fortalecer a cooperação entre poder público, iniciativa privada e instituições parceiras, respeitando as responsabilidades de cada agente.
Coerência entre divulgação e oferta	Priorizar a promoção de experiências que apresentem condições efetivas de visitação e comercialização.

Fonte: Elaboração própria, com base nos resultados do diagnóstico e nas definições estratégicas do Planejamento da IGR Caminhos Gerais, 2026.

O posicionamento estratégico proposto busca fortalecer o reconhecimento da IGR Caminhos Gerais como uma região turística diversificada e integrada, capaz de valorizar tanto seus destinos mais estruturados quanto as experiências e características dos demais municípios.

No âmbito institucional, reforça o papel da IGR como articuladora do desenvolvimento turístico regional, sem substituir a atuação dos municípios e dos agentes responsáveis pela prestação dos serviços.

Essas definições deverão orientar a elaboração do Plano de Ação Estratégico, especialmente as iniciativas relacionadas à organização de produtos turísticos, à promoção regional e à articulação com instituições parceiras.



Poços de Caldas – MG. Acervo Caminhos Gerais.

CAPÍTULO 13 - PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO DA IGR CAMINHOS GERAIS

O Plano de Ação Estratégico da IGR Caminhos Gerais organiza as iniciativas previstas para um horizonte de quatro anos, fundamentadas nos resultados do diagnóstico turístico regional, na Matriz SWOT Cruzada e nas prioridades estratégicas estabelecidas no planejamento. A definição das ações considera as necessidades identificadas nos 14 municípios associados, as condições de desenvolvimento da atividade turística e as possibilidades de atuação conjunta entre a instância de governança, as administrações municipais, os empreendimentos e as instituições parceiras.

As ações estão distribuídas em quatro eixos estratégicos, denominados Organização e Integração da Oferta Turística, Divulgação e Comercialização Turística, Governança e Articulação Institucional e Informações e Inteligência Turística. Essa organização orienta a implementação dos três projetos estruturantes definidos no planejamento e das demais iniciativas relacionadas à organização dos serviços e experiências, à promoção regional, à cooperação institucional e à produção de informações para subsidiar a gestão do turismo.

Os quadros do plano apresentam as atividades previstas, os períodos de execução, os responsáveis pela articulação, os parceiros potenciais, os recursos necessários, as estimativas financeiras e as metas estabelecidas, segundo o detalhamento disponível para cada iniciativa. A distribuição das ações ao longo dos quatro anos contempla uma implementação gradual, iniciada pela organização das condições operacionais e institucionais, seguida pelo desenvolvimento dos projetos, seu aperfeiçoamento e a continuidade das atividades.

A programação anual constitui uma referência para a organização dos trabalhos da IGR Caminhos Gerais e para o acompanhamento das responsabilidades assumidas pelos agentes envolvidos. Os prazos e as metas poderão ser ajustados conforme a capacidade operacional da instituição, a disponibilidade de recursos e a formalização das parcerias necessárias, preservando a correspondência entre as ações propostas e as prioridades estratégicas estabelecidas para o desenvolvimento turístico regional.

A previsão financeira foi elaborada com base em parâmetros de preços consultados em novembro de 2026. Os valores apresentados constituem estimativas referenciais para o planejamento das ações, sujeitas à definição dos respectivos escopos de execução e à obtenção de orçamentos específicos. Não representam propostas comerciais nem despesas autorizadas.

Síntese financeira

Etapa	Número de ações	Estimativa anual
Ano 1 — Organização e Preparação	26	R$ 141.960,00
Ano 2 — Implantação e Primeiras Entregas	24	R$ 229.410,00
Ano 3 — Ampliação e Aperfeiçoamento	22	R$ 247.590,00
Ano 4 — Consolidação e Continuidade	17	R$ 172.040,00
TOTAL GERAL	89	R$ 791.000,00

Critérios para o cálculo do orçamento

Foi atribuído um valor estimado a cada uma das 89 ações previstas, inclusive àquelas cuja execução poderá ocorrer por meio da estrutura operacional da IGR Caminhos Gerais. Nesses casos, a estimativa corresponde ao custo equivalente do trabalho necessário, sem pressupor a contratação de serviços externos.

O cálculo considerou os parâmetros de R$ 125,00 por hora para atividades operacionais e apoio remoto, R$ 170,00 por hora para serviços técnicos de consultoria e criação e R$ 235,00 por hora para instrutoria. As cargas horárias foram dimensionadas individualmente, considerando a natureza das atividades, a abrangência regional das entregas e sua distribuição ao longo do período de execução. Os quantitativos representam previsões de trabalho para fins orçamentários, sem correspondência com medições de serviços já realizados.

Para as atividades de comunicação, pesquisa, eventos, viagens e produção de materiais impressos, foram considerados os custos e quantitativos discriminados nas respectivas memórias de cálculo. Despesas com alimentação, deslocamentos, logística local, locação de espaços, inscrições em feiras e outros serviços sem preços públicos diretamente equivalentes receberam valores referenciais aproximados, sujeitos à confirmação mediante cotações específicas.

As iniciativas condicionadas à deliberação dos associados, à adesão dos participantes, à disponibilidade de parceiros ou à viabilidade de execução foram consideradas pelo custo integral estimado, de modo a representar a necessidade potencial de recursos para o conjunto das ações. Os

valores dos quatro anos estão expressos a preços de referência de 2026, sem projeção de inflação ou atualização monetária para os exercícios seguintes.

Os quadros anuais apresentam os trimestres, os responsáveis e parceiros, os recursos, as memórias de cálculo, as metas e os valores estimados, conforme o detalhamento disponível. Também estão incluídos R$ 25.000,00 para a ação de sinalização do Ano 3 e R$ 7.000,00 para a instalação de placas prevista no Ano 4. Ambos são valores globais, sem quantitativos ou custos unitários discriminados. Não foram consideradas despesas de terceiros alheias às ações do plano.

Distribuição do orçamento por eixo e ano

Eixo estratégico	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Total por eixo
Eixo 1 — Organização e Integração da Oferta Turística	R$ 28.600,00	R$ 56.780,00	R$ 64.150,00	R$ 36.600,00	R$ 186.130,00
Eixo 2 — Divulgação e Comercialização Turística	R$ 27.025,00	R$ 93.530,00	R$ 85.420,00	R$ 18.700,00	R$ 224.675,00
Eixo 3 — Governança e Articulação Institucional	R$ 35.470,00	R$ 25.720,00	R$ 24.240,00	R$ 48.100,00	R$ 133.530,00
Eixo 4 — Informações e Inteligência Turística	R$ 50.865,00	R$ 53.380,00	R$ 73.780,00	R$ 68.640,00	R$ 246.665,00
TOTAL ANUAL	R$ 141.960,00	R$ 229.410,00	R$ 247.590,00	R$ 172.040,00	R$ 791.000,00

Apresentação do Plano de Ação

O Plano de Ação Estratégico da IGR Caminhos Gerais estabelece as iniciativas previstas para um horizonte de quatro anos, fundamentadas nos resultados do diagnóstico turístico regional, na Matriz SWOT Cruzada e nas prioridades estratégicas definidas no planejamento. A formulação das ações considera as necessidades identificadas nos 14 municípios associados, as condições de desenvolvimento da atividade turística e as possibilidades de atuação conjunta entre a instância de governança, as administrações municipais, os empreendimentos e as instituições parceiras.

As iniciativas estão organizadas em quatro eixos estratégicos — Organização e Integração da Oferta Turística, Divulgação e Comercialização Turística, Governança e Articulação Institucional e Informações e Inteligência Turística. Essa estrutura orienta a implementação dos três projetos estruturantes definidos no planejamento e das demais ações relacionadas à organização dos serviços e experiências turísticas, à promoção regional, à cooperação institucional e à produção de informações destinadas a subsidiar a gestão do turismo.

Os quadros de execução reúnem as atividades previstas, os períodos de realização, os responsáveis pela articulação, os parceiros potenciais, os recursos necessários, as estimativas financeiras e as metas estabelecidas, segundo as informações disponíveis para cada ação. A distribuição das iniciativas ao longo dos quatro anos prevê uma implementação gradual, iniciada pela organização das condições operacionais e institucionais, seguida pela execução dos projetos, seu aperfeiçoamento e a continuidade das atividades. Os valores constituem estimativas referenciais, sujeitas à elaboração de orçamentos específicos conforme o escopo e as condições de execução de cada iniciativa.

A programação anual orienta a organização dos trabalhos da IGR Caminhos Gerais e o acompanhamento das responsabilidades assumidas pelos agentes envolvidos. Os prazos e as metas poderão ser ajustados de acordo com a capacidade operacional da instituição, a disponibilidade de recursos e a formalização das parcerias necessárias, mantendo a correspondência entre as ações previstas e as prioridades estratégicas estabelecidas para o desenvolvimento turístico regional.

13.1 Ano 1 — Organização e Preparação

O primeiro ano será dedicado à organização das informações, à definição das responsabilidades e à preparação dos três projetos estruturantes.

As ações priorizam a identificação das experiências turísticas já disponíveis, a revisão dos canais de divulgação, a avaliação da identidade visual e a aproximação com instituições capazes de apoiar as iniciativas regionais. Também está prevista a elaboração da proposta técnica do Observatório Regional do Turismo e a primeira pesquisa-piloto.

Essa etapa busca estabelecer as condições necessárias para que os projetos avancem nos anos seguintes, evitando a execução de iniciativas sem informações suficientes, responsáveis definidos ou condições mínimas de viabilidade.

ANO 1 — Organização e Preparação

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
01. Elaborar ficha padronizada de produtos e experiências (acesso, horários, preços, reservas, contatos e responsável).	1º	IGR; receptivos e empreendimentos	Estrutura operacional	10 h × R$ 125	Ficha de levantamento aprovada.	**R$ 1.250,00**
02. Solicitar aos municípios e operadores informações sobre experiências que já recebem visitantes.	1º · 2º	IGR; municípios e empreendimentos	Estrutura operacional	30 h × R$ 125	Relação inicial de experiências disponíveis.	**R$ 3.750,00**
03. Confirmar diretamente com os responsáveis as condições de visitação e comercialização.	2º · 3º	IGR; empreendimentos e operadores	Estrutura operacional; eventual apoio técnico	60 h × R$ 125	Cadastro inicial com informações verificadas.	**R$ 7.500,00**
04. Identificar necessidades de sinalização turística rodoviária nos municípios e formalizar solicitação de parceria e possível implantação junto à EPR Sul de Minas.	2º · 3º	IGR; municípios; EPR Sul de Minas; órgãos rodoviários competentes	Apoio técnico para organização das informações.	40 h × R$ 170	Elaborar relação de pontos prioritários e protocolar solicitação aos responsáveis pelas vias.	**R$ 6.800,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
05. Aproximar os meios de hospedagem da IGR para apresentar as experiências regionais e identificar oportunidades de divulgação aos hóspedes.	2º · 3º	IGR; meios de hospedagem; associações empresariais	Estrutura operacional.	20 h × R$ 125	Realizar pelo menos um encontro com representantes da hotelaria e registrar possibilidades de colaboração.	**R$ 2.500,00**
06. Identificar experiências de municípios distintos que possam ser combinadas, avaliando localização, deslocamentos e horários.	3º · 4º	IGR; guias, receptivos e empreendimentos	Estrutura operacional	40 h × R$ 170	Relação de possibilidades de integração para avaliação no Ano 2.	**R$ 6.800,00**
SUBTOTAL DO EIXO 1						**R$ 28.600,00**

Eixo 2 — Divulgação e Comercialização Turística

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
07. Revisar canais digitais da IGR e identificar conteúdos desatualizados e contatos incorretos.	1º	IGR; apoio de comunicação	Estrutura operacional	20 h × R$ 170	Diagnóstico dos canais e lista de ajustes.	**R$ 3.400,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
08. Atualizar informações institucionais dos 14 municípios, com dados confirmados.	2º · 3º	IGR; representantes municipais; empresa contratada	Estrutura operacional	60 h × R$ 125	Informações essenciais dos 14 municípios revisadas.	**R$ 7.500,00**
09. Consultar associados e deliberar sobre atualização da logomarca e criação de slogan, preservando o nome Caminhos Gerais.	2º	Diretoria da IGR; municípios associados	Estrutura operacional	15 h × R$ 125	Decisão registrada sobre identidade visual.	**R$ 1.875,00**
10. Se aprovada, preparar escopo, solicitar orçamentos e desenvolver a identidade visual.	3º · 4º	IGR; profissional especializado; instituição parceira	Contratação, se aprovada	1 projeto de identidade visual e manual básico × R$ 10.500 (condicionado à aprovação)	Proposta de identidade visual desenvolvida, se viabilizada.	**R$ 10.500,00**
11. Reunir calendário de eventos municipais e estabelecer rotina de atualização dos canais regionais.	2º · 3º · 4º	IGR; municípios e organizadores	Estrutura operacional	30 h × R$ 125	Calendário regional e rotina de atualização definidos.	**R$ 3.750,00**
SUBTOTAL DO EIXO 2						**R$ 27.025,00**

Eixo 3 — Governança e Articulação Institucional

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
12. Apresentar plano aos associados e pactuar prioridades e responsabilidades anuais.	1º	Diretoria da IGR; representantes municipais	Estrutura operacional	10 h × R$ 125	Encaminhamentos do plano anual registrados.	**R$ 1.250,00**
13. Criar controle de execução por ação, responsável, prazo, situação e dificuldades.	1º	IGR	Estrutura operacional	12 h × R$ 125	Planilha de acompanhamento implantada.	**R$ 1.500,00**
14. Consultar empreendimentos, guias, receptivos e municípios sobre necessidades de qualificação.	1º	IGR; agentes turísticos	Estrutura operacional	50 h × R$ 125	Demandas de qualificação organizadas.	**R$ 6.250,00**
15. Consultar instituições sobre serviços de seus portfólios compatíveis com as demandas identificadas.	2º	IGR; instituições consultadas	Estrutura operacional	30 h × R$ 125	Relação de propostas institucionais pertinentes.	**R$ 3.750,00**
16. Solicitar propostas de cursos e atendimentos técnicos às instituições pertinentes.	2º	IGR; instituições de qualificação	Estrutura operacional	10 h × R$ 125	Propostas de qualificação analisadas.	**R$ 1.250,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
17. Articular uma campanha regional de orientação sobre a importância e os procedimentos de cadastro e atualização no Cadastur, direcionada aos prestadores de serviços turísticos.	2º · 3º	IGR; municípios; Sebrae e demais instituições parceiras	Materiais digitais e apoio à realização de oficina.	30 h × R$ 170 + 8 h de instrutoria × R$ 235 + 12 h de produção digital × R$ 170	Realizar pelo menos uma ação regional de orientação sobre o Cadastur.	**R$ 9.020,00**
18. Viabilizar primeira qualificação, conforme adesão e disponibilidade de apoio.	3º · 4º	Instituições executoras; IGR articuladora	Parceria ou contratação	12 h × R$ 235 + 15 h de organização × R$ 170	Uma atividade realizada, se viabilizada.	**R$ 5.370,00**
19. Realizar reuniões direcionadas para produtos turísticos, promoção e Observatório.	2º · 3º · 4º	Diretoria da IGR; parceiros potenciais	Estrutura operacional	24 h × R$ 125	Encaminhamentos por projeto registrados.	**R$ 3.000,00**
20. Analisar editais e fontes de apoio conforme exigências, contrapartidas e capacidade real de execução.	1º · 2º · 3º · 4º	IGR; eventual apoio técnico	Estrutura operacional; apoio técnico eventual	24 h × R$ 170	Oportunidades analisadas e decisões registradas.	**R$ 4.080,00**
SUBTOTAL DO EIXO 3						**R$ 35.470,00**

Eixo 4 — Informações e Inteligência Turística

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
21. Definir dados prioritários do Observatório: origem, motivação, permanência e municípios visitados, ticket-médio, permanência...)	1º	IGR; apoio técnico; instituição parceira	Estrutura operacional; apoio técnico	20 h × R$ 170	Relação inicial de indicadores e perguntas.	**R$ 3.400,00**
22. Organizar bases públicas e levantamentos anteriores para aproveitamento no Observatório.	1º · 2º	Equipe técnica parceira ou contratada	Apoio técnico, se viabilizado	60 h × R$ 170	Bases secundárias inicialmente sistematizadas.	**R$ 10.200,00**
23. Consultar instituições de ensino e pesquisa sobre viabilidade de parceria técnica.	2º	IGR; instituições de pesquisa	Estrutura operacional	25 h × R$ 125	Possibilidades de cooperação identificadas.	**R$ 3.125,00**
24. Definir locais, períodos, método, equipe e custos da pesquisa-piloto.	2º · 3º	Equipe técnica especializada; IGR articuladora	Apoio técnico ou contratação	24 h × R$ 170	Projeto técnico da pesquisa-piloto concluído.	**R$ 4.080,00**
25. Preparar e testar questionário de pesquisa com visitantes.	3º	Equipe técnica especializada	Apoio técnico	20 h × R$ 170	Instrumento testado e metodologia ajustada.	**R$ 3.400,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
26. Realizar a primeira pesquisa-piloto do Observatório Regional do Turismo em locais ou eventos selecionados, contemplando a coleta, análise e divulgação dos dados.	3º · 4º	IGR Caminhos Gerais (articulação); instituição de ensino ou pesquisa parceira, ou equipe técnica especializada contratada (execução).	Coleta de dados da pesquisa piloto	2 pesquisadores × 8 dias × 8 h × R$ 125 (R$ 16.000) + logística (5 × R$ 500 = R$ 2.500) + análise (40 h × R$ 170 = R$ 6.800) + divulgação preliminar (8 h × R$ 170 = R$ 1.360)	Realizar uma pesquisa-piloto e publicar um boletim com os principais resultados, identificando as limitações da amostra.	**R$ 26.660,00**
SUBTOTAL DO EIXO 4						**R$ 50.865,00**

PREVISÃO FINANCEIRA ESTIMADA — ANO 1 R$ 141.960,00 | 26 ações

13.2 Ano 2 — Implantação e Primeiras Entregas

O segundo ano será direcionado à implantação das iniciativas preparadas na etapa anterior, com ênfase nas primeiras entregas dos projetos estruturantes.

Entre as principais atividades previstas estão a organização e publicação do catálogo regional de produtos e experiências turísticas, a avaliação de propostas de integração entre municípios, a realização de ações de divulgação e aproximação com o mercado turístico e a apresentação dos resultados e execução da ampliação de pesquisa do Observatório Regional do Turismo.

Também serão priorizadas ações de qualificação relacionadas às necessidades identificadas entre os empreendimentos e profissionais do setor, mediante articulação com instituições parceiras.

ANO 2 — Implantação e Primeiras Entregas

Eixo 1 — Organização e Integração da Oferta Turística

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
01. Selecionar experiências do cadastro com dados completos e visitação confirmada.	1º	IGR; empreendimentos e receptivos	Estrutura operacional	30 h × R$ 125	Relação de produtos aptos à divulgação.	**R$ 3.750,00**
02. Reunir descrições, imagens autorizadas e informações comerciais com os responsáveis.	1º · 2º	IGR; empreendimentos e receptivos	Estrutura operacional; comunicação	60 h × R$ 125	Conteúdo do catálogo organizado.	**R$ 7.500,00**
03. Acompanhar a solicitação de sinalização turística encaminhada à EPR e aos órgãos competentes, avaliando possibilidades de cooperação e encaminhamentos necessários.	1º · 2º	IGR; EPR Sul de Minas; municípios; órgãos rodoviários competentes	Estrutura operacional.	20 h × R$ 125	Obter manifestação sobre as solicitações e registrar os encaminhamentos possíveis.	**R$ 2.500,00**
04. Aproximar organizadores de eventos dos prestadores de serviços turísticos para identificar oportunidades de divulgação conjunta, hospedagem e visitação a outras experiências da região.	1º · 2º · 3º	IGR; municípios; organizadores de eventos; meios de hospedagem; receptivos	Organização de encontros e materiais de apoio.	30 h de articulação × R$ 125 + 20 h de organização × R$ 170	Realizar pelo menos um encontro e identificar oportunidades de integração entre eventos e serviços turísticos.	**R$ 7.150,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
05. Reunir operadores para avaliar uma experiência integrada entre municípios.	2º · 3º	IGR; guias, receptivos e empreendimentos	Estrutura operacional	40 h × R$ 170	Proposta integrada acordada pelos participantes.	**R$ 6.800,00**
06. Verificar horários, deslocamentos, reservas, acesso e responsabilidades operacionais da proposta.	2º · 3º	Operadores envolvidos; IGR articuladora	Apoio técnico; deslocamentos eventuais	40 h × R$ 170 + 2 deslocamentos × R$ 800	Uma proposta integrada avaliada operacionalmente.	**R$ 8.400,00**
07. Organizar visita técnica de reconhecimento de experiências turísticas regionais, envolvendo guias, receptivos e representantes dos meios de hospedagem.	2º · 3º	IGR; empreendimentos turísticos; guias; receptivos; meios de hospedagem	Transporte, alimentação e apoio operacional.	1 diária de van com motorista (R$ 1.800) + alimentação de 20 pessoas × R$ 60 (R$ 1.200) + 24 h de organização × R$ 170 (R$ 4.080)	Realizar pelo menos uma visita técnica regional, com participação de agentes responsáveis pela indicação ou comercialização de experiências.	**R$ 7.080,00**
08. Produzir e publicar primeira versão digital do catálogo regional.	3º · 4º	IGR; serviço de design/comunicação	Produção digital	80 h × R$ 170	Catálogo regional publicado.	**R$ 13.600,00**
SUBTOTAL DO EIXO 1						**R$ 56.780,00**

Eixo 2 — Divulgação e Comercialização Turística

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
09. Elaborar programação de conteúdos com base em segmentos e experiências disponíveis.	1º	IGR; apoio de comunicação	Estrutura operacional	30 h × R$ 170	Calendário de divulgação elaborado.	**R$ 5.100,00**
10. Produzir e divulgar conteúdos sobre natureza, rural/gastronomia, cultura/fé, bem-estar e eventos.	1º · 2º · 3º · 4º	IGR; municípios e empreendimentos	Produção de conteúdo	12 meses × [16 h mensais de produção × R$ 170 + 12 h mensais de operação/editoria × R$ 125]	Conteúdos publicados conforme programação.	**R$ 50.640,00**
11. Preparar materiais digitais para agências, operadoras e meios de hospedagem.	2º	IGR; comunicação e empreendimentos	Produção digital	50 h × R$ 170	Material comercial disponibilizado.	**R$ 8.500,00**
12. Produzir e imprimir materiais promocionais regionais com informações sobre os municípios.	2º · 3º	IGR; empresa gráfica ou de comunicação; municípios, empreendimentos e instituições parceiras	Diagramação, impressão e acabamento.	3.000 folders × R$ 1,23 (R$ 3.690) + 50 h de criação/diagramação × R$ 170 (R$ 8.500)	Produzir uma tiragem inicial de materiais promocionais para utilização em feiras, eventos, meios de hospedagem e ações de divulgação.	**R$ 12.190,00**
13. Apresentar catálogo aos agentes de comercialização e registrar contatos.	4º	IGR; agentes turísticos	Estrutura operacional	24 h × R$ 125	Apresentação comercial realizada e contatos registrados.	**R$ 3.000,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
14. Avaliar feiras e campanhas segundo público, custo e produtos disponíveis; participar se viável.	3º · 4º	IGR; parceiros comerciais	Orçamento por ação	1 ação em feira — inscrição/reserva R$ 4.000 + transporte R$ 3.000 + materiais R$ 2.000 + 30 h de equipe × R$ 170 (R$ 5.100)	Ação promocional selecionada e executada, se viável.	**R$ 14.100,00**
SUBTOTAL DO EIXO 2						**R$ 93.530,00**

Eixo 3 — Governança e Articulação Institucional

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
15. Formalizar parcerias com atividades, responsabilidades e condições definidas.	1º · 2º	IGR; instituições parceiras	Estrutura operacional	30 h × R$ 125	Registros ou instrumentos de cooperação definidos.	**R$ 3.750,00**
16. Consultar empreendimentos, guias, receptivos e municípios sobre necessidades de qualificação.	1º	IGR; agentes turísticos	Estrutura operacional	50 h × R$ 125	Demandas de qualificação organizadas.	**R$ 6.250,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
17. Solicitar propostas de cursos e atendimentos técnicos às instituições pertinentes.	2º	IGR; instituições de qualificação	Estrutura operacional	10 h × R$ 125	Propostas de qualificação analisadas.	**R$ 1.250,00**
18. Realizar encontro regional de integração entre empreendimentos turísticos, guias, agências receptivas, meios de hospedagem e instituições parceiras, com apresentação das experiências disponíveis e possibilidades de cooperação.	3º	IGR; municípios; empreendimentos; receptivos; instituições parceiras	Espaço, estrutura, divulgação e apoio à organização.	1 espaço R$ 1.500 + audiovisual R$ 2.000 + materiais/divulgação R$ 500 + 30 h de organização × R$ 170 (R$ 5.100)	Realizar um encontro regional, com registro dos participantes e das oportunidades de parceria identificadas.	**R$ 9.100,00**
19. Viabilizar a segunda qualificação, conforme adesão e disponibilidade de apoio.	3º · 4º	Instituições executoras; IGR articuladora	Parceria ou contratação	12 h de instrutoria × R$ 235 + 15 h de organização × R$ 170	Uma atividade realizada, se viabilizada.	**R$ 5.370,00**
SUBTOTAL DO EIXO 3						**R$ 25.720,00**

Eixo 4 — Informações e Inteligência Turística

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
20. Tabular e analisar dados da pesquisa-piloto, explicando limitações da amostra.	1º	Equipe técnica especializada	Análise técnica	40 h × R$ 170	Relatório de resultados elaborado.	**R$ 6.800,00**
21. Publicar boletim e apresentar conclusões a municípios e agentes turísticos.	2º	Equipe técnica; IGR na divulgação	Produção digital	24 h × R$ 170	Botelim atualizado	**R$ 4.080,00**
22. Definir e formalizar a equipe técnica executora e local da nova pesquisa.	2º	IGR; instituição ou equipe contratada	Recursos técnicos	30 h × R$ 170	Responsável e plano de execução definidos.	**R$ 5.100,00**
23. Preparar e testar questionário de pesquisa com visitantes.	2º · 3º	Equipe técnica especializada	Apoio técnico	20 h × R$ 170	Instrumento testado e metodologia ajustada.	**R$ 3.400,00**
24. Realizar coleta nos locais e períodos selecionados.	3º · 4º	Equipe técnica especializada	Equipe de campo e operação	3 pesquisadores × 10 dias × 8 h × R$ 125 (R$ 30.000) + logística 10 × R$ 400 (R$ 4.000)	Pesquisa ampliada	**R$ 34.000,00**
SUBTOTAL DO EIXO 4						**R$ 53.380,00**

PREVISÃO FINANCEIRA ESTIMADA — ANO 2 R$ 229.410,00 | 24 ações

13.3 Ano 3 — Ampliação e Aperfeiçoamento

O terceiro ano terá como foco o aperfeiçoamento das iniciativas implantadas e a ampliação das atividades que apresentarem condições favoráveis de continuidade.

As ações contemplam a atualização e ampliação do catálogo regional, o apoio à estruturação de novas experiências turísticas, o fortalecimento da divulgação conjunta entre municípios e a continuidade do relacionamento com os agentes responsáveis pela comercialização.

No âmbito institucional, serão avaliadas as parcerias realizadas e identificadas novas necessidades de apoio técnico. O Observatório deverá dar continuidade às pesquisas, com a finalidade de produzir informações comparáveis e ampliar gradualmente sua abrangência, conforme a disponibilidade de recursos.

ANO 3 — Ampliação e Aperfeiçoamento

Eixo 1 — Organização e Integração da Oferta Turística

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
01. Revisar com operadores o funcionamento e os dados comerciais dos produtos cadastrados.	1º	IGR; responsáveis pelos produtos	Estrutura operacional	60 h × R$ 125	Produtos existentes revisados.	**R$ 7.500,00**
02. Identificar novas experiências interessadas e verificar condições de visitação.	1º · 2º	IGR; empreendimentos e municípios	Estrutura operacional	50 h × R$ 125	Novas experiências avaliadas.	**R$ 6.250,00**
03. Atualizar e publicar catálogo ampliado, apenas com dados confirmados.	2º	IGR; comunicação	Estrutura operacional; produção digital	60 h × R$ 170	Catálogo regional ampliado publicado.	**R$ 10.200,00**
04. Consultar empreendedores interessados em estruturar experiências e registrar necessidades.	2º	IGR; empreendimentos e instituições	Estrutura operacional	40 h × R$ 125	Demandas de estruturação identificadas.	**R$ 5.000,00**
05. Articular apoio técnico, avaliando regras, acesso, segurança e viabilidade de operação.	3º · 4º	Parceiros especializados; IGR articuladora	Parceria ou contratação	60 h × R$ 170	Uma iniciativa apoiada, conforme viabilidade.	**R$ 10.200,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
06. Acompanhar a instalação das placas em parceria com a EPR caso aprovado e solicitação para implantação de placas nos municípios não contemplados pela EPR				Estimativa global de R$ 25.000,00; composição e quantitativos não informados.		**R$ 25.000,00**
SUBTOTAL DO EIXO 1						**R$ 64.150,00**

Eixo 2 — Divulgação e Comercialização Turística

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
07. Avaliar materiais e canais usados no Ano 2, com retornos de operadores e parceiros.	1º	IGR; comunicação	Estrutura operacional	30 h × R$ 170	Avaliação promocional realizada.	**R$ 5.100,00**
08. Avaliar feiras e campanhas segundo público, custo e produtos disponíveis; participar se viável.	2º · 3º	IGR; parceiros comerciais	Orçamento por ação	1 ação em feira — inscrição/reserva R$ 4.000 + transporte R$ 3.000 + materiais R$ 2.000 + 30 h de equipe × R$ 170 (R$ 5.100)	Ação promocional selecionada e executada, se viável.	**R$ 14.100,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
09. Atualizar materiais comerciais e conteúdos digitais com produtos recém-incluídos.	2º	IGR; comunicação	Produção de materiais	50 h × R$ 170	Materiais promocionais atualizados.	**R$ 8.500,00**
10. Realizar nova apresentação de produtos para agências, receptivos e hospedagem.	2º · 3º	IGR; agentes turísticos	Estrutura operacional	24 h × R$ 125	Contatos e encaminhamentos registrados.	**R$ 3.000,00**
11. Realizar divulgação conjunta de experiências e eventos de municípios afins por segmento.	1º · 2º · 3º · 4º	IGR; municípios e organizadores	Comunicação	12 meses × [16 h mensais de produção × R$ 170 + 12 h mensais de operação/editoria × R$ 125]	Divulgações conjuntas realizadas.	**R$ 50.640,00**
12. Priorizar ações promocionais de melhor retorno e registrar avaliação das participações.	3º · 4º	IGR; parceiros comerciais	Estrutura operacional	24 h × R$ 170	Programação executada e avaliada.	**R$ 4.080,00**
SUBTOTAL DO EIXO 2						**R$ 85.420,00**

Eixo 3 — Governança e Articulação Institucional

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
13. Avaliar entregas e dificuldades das parcerias realizadas.	1º	IGR; instituições parceiras	Estrutura operacional	30 h × R$ 125	Relatório de acompanhamento das parcerias.	**R$ 3.750,00**
14. Identificar demandas pendentes e apresentar solicitações específicas a instituições compatíveis.	2º	IGR; instituições consultadas	Estrutura operacional	30 h × R$ 125	Novos encaminhamentos definidos.	**R$ 3.750,00**
15. Articular qualificações baseadas nas dificuldades concretas da operação e comercialização.	2º · 3º	Instituições executoras; IGR articuladora	Parcerias ou contratação	2 qualificações × [12 h de instrutoria × R$ 235 + 15 h de organização × R$ 170]	Atividades realizadas conforme viabilidade.	**R$ 10.740,00**
16. Atualizar registro de projetos, responsáveis, parceiros e decisões.	1º · 2º · 3º · 4º	IGR	Estrutura operacional	48 h × R$ 125	Documentação de acompanhamento atualizada.	**R$ 6.000,00**
SUBTOTAL DO EIXO 3						**R$ 24.240,00**

Eixo 4 — Informações e Inteligência Turística

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
17. Rever método e resultados das pesquisas e definir ajustes caso necessário.	1º	Equipe técnica do Observatório	Apoio técnico	40 h × R$ 170	Metodologia revisada.	**R$ 6.800,00**
18. Executar nova coleta preservando indicadores comparáveis.	2º · 3º	Equipe técnica especializada	Recursos para pesquisa	3 pesquisadores × 12 dias × 8 h × R$ 125 (R$ 36.000) + logística 12 × R$ 400 (R$ 4.800)	Nova coleta realizada.	**R$ 40.800,00**
19. Avaliar novos locais e eventos para pesquisa, conforme recursos.	2º	Equipe técnica; IGR articuladora	Apoio técnico e orçamento eventual	30 h × R$ 170	Ampliação avaliada tecnicamente.	**R$ 5.100,00**
20. Publicar novo boletim com comparações metodologicamente válidas.	4º	Equipe técnica especializada	Análise e produção digital	40 h × R$ 170	Boletim atualizado divulgado.	**R$ 6.800,00**
21. Tabular e analisar dados, explicando limitações da amostra.	3º	Equipe técnica especializada	Análise técnica	60 h × R$ 170	Relatório de resultados elaborado.	**R$ 10.200,00**
22. Publicar boletim e apresentar conclusões a municípios e agentes turísticos.	4º	Equipe técnica; IGR na divulgação	Produção digital	24 h × R$ 170	Primeiro boletim regional publicado.	**R$ 4.080,00**
SUBTOTAL DO EIXO 4						**R$ 73.780,00**

PREVISÃO FINANCEIRA ESTIMADA — ANO 3 R$ 247.590,00 | 22 ações

13.4 Ano 4 — Consolidação e Continuidade

O quarto ano será destinado à avaliação dos resultados alcançados, à manutenção das iniciativas relevantes e à preparação do próximo ciclo de planejamento.

As atividades previstas incluem a revisão dos produtos e experiências cadastrados, a avaliação das ações de promoção e comercialização, a organização dos registros institucionais e a identificação das condições necessárias à continuidade dos projetos.

Também será realizada a avaliação do ciclo de quatro anos, considerando o cumprimento das metas, as dificuldades identificadas e as informações produzidas pelo Observatório Regional do Turismo. Esses resultados deverão subsidiar a definição das prioridades para o período seguinte.

ANO 4 — Consolidação e Continuidade

Eixo 1 — Organização e Integração da Oferta Turística

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
01. Confirmar dados de funcionamento, contatos e comercialização dos produtos cadastrados.	1º · 2º	IGR; empreendimentos e operadores	Estrutura operacional	60 h × R$ 125	Cadastro regional revisado.	**R$ 7.500,00**
02. Publicar catálogo atualizado e definir responsável e rotina de revisão.	2º	IGR; comunicação	Estrutura operacional	50 h × R$ 170	Catálogo e rotina de atualização definidos.	**R$ 8.500,00**
03. Avaliar experiências integradas: adesão, operação, dificuldades e continuidade.	3º	IGR; operadores participantes	Estrutura operacional	40 h × R$ 170	Avaliação das iniciativas concluída.	**R$ 6.800,00**
04. Listar oportunidades de novos produtos para o ciclo seguinte.	4º	IGR; municípios e empreendimentos	Estrutura operacional	40 h × R$ 170	Relação de oportunidades futuras.	**R$ 6.800,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
05. Instalação das placas nos municípios não contemplados pela EPR				Estimativa global de R$ 7.000,00; composição e quantitativos não informados.		**R$ 7.000,00**
SUBTOTAL DO EIXO 1						**R$ 36.600,00**

Eixo 2 — Divulgação e Comercialização Turística

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
06. Avaliar uso do catálogo, materiais e contatos comerciais estabelecidos.	1º · 2º	IGR; receptivos e parceiros	Estrutura operacional	40 h × R$ 170	Avaliação das ferramentas concluída.	**R$ 6.800,00**
07. Definir canais e campanhas a manter, ajustar ou encerrar.	2º · 3º	IGR; comunicação	Estrutura operacional	30 h × R$ 170	Prioridades de comunicação definidas.	**R$ 5.100,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
08. Preparar programação promocional para o ciclo seguinte, com estimativa de custos.	4º	IGR; parceiros comerciais	Estrutura operacional	40 h × R$ 170	Proposta de programação elaborada.	**R$ 6.800,00**
SUBTOTAL DO EIXO 2						**R$ 18.700,00**

Eixo 3 — Governança e Articulação Institucional

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
09. Consolidar registros de ações, recursos e entregas dos projetos.	1º · 2º	IGR	Estrutura operacional	60 h × R$ 125	Informações de execução organizadas.	**R$ 7.500,00**
10. Avaliar cumprimento de metas e registrar resultados e dificuldades do ciclo.	2º · 3º	IGR; representantes municipais	Estrutura operacional	80 h × R$ 170	Relatório quadrienal concluído.	**R$ 13.600,00**
11. Organizar arquivos, contatos e acordos para continuidade institucional.	3º	Diretoria da IGR	Estrutura operacional	40 h × R$ 125	Documento de continuidade elaborado.	**R$ 5.000,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
12. Consultar associados e parceiros sobre prioridades do próximo ciclo.	3º · 4º	IGR; municípios e parceiros	Estrutura operacional	40 h × R$ 125	Propostas para novo ciclo reunidas.	**R$ 5.000,00**
13. Elaborar diretrizes para atualização do planejamento estratégico.	4º	IGR; eventual apoio técnico	Estrutura operacional ou contratação	100 h × R$ 170	Diretrizes do próximo ciclo elaboradas.	**R$ 17.000,00**
SUBTOTAL DO EIXO 3						**R$ 48.100,00**

Eixo 4 — Informações e Inteligência Turística

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
14. Manter pesquisa de visitantes conforme metodologia e recursos disponíveis.	1º · 2º · 3º	Equipe técnica especializada	Recursos para pesquisa	3 pesquisadores × 12 dias × 8 h × R$ 125 (R$ 36.000) + logística 12 × R$ 400 (R$ 4.800)	Etapa anual executada, se viabilizada.	**R$ 40.800,00**
15. Consolidar resultados da série de pesquisas e suas limitações.	3º	Equipe técnica especializada	Análise técnica	80 h × R$ 170	Relatório consolidado de informações.	**R$ 13.600,00**

AÇÃO ORIGINAL	TRIMESTRES	RESPONSÁVEIS / PARCEIROS	RECURSOS NO PLANO	MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA	META / ENTREGA	VALOR ESTIMADO
16. Calcular custos e definir parcerias para continuidade do Observatório.	3º	IGR; equipe técnica e parceiros	Estrutura operacional; apoio técnico	40 h × R$ 170	Proposta de continuidade elaborada.	**R$ 6.800,00**
17. Apresentar resultados do Observatório como subsídio ao próximo planejamento.	4º	IGR; equipe técnica	Apresentação e produção digital	32 h × R$ 170 + 16 h de preparação × R$ 125	Resultados apresentados aos associados.	**R$ 7.440,00**
SUBTOTAL DO EIXO 4						**R$ 68.640,00**

PREVISÃO FINANCEIRA ESTIMADA — ANO 4 R$ 172.040,00 | 17 ações

13.5 Condições de Execução e Continuidade

A execução do Plano de Ação Estratégico da IGR Caminhos Gerais deverá considerar a capacidade operacional e financeira da instituição, a participação dos municípios associados e a articulação das parcerias necessárias ao desenvolvimento das iniciativas previstas. A programação das atividades observará as prioridades estabelecidas no planejamento, as responsabilidades dos agentes envolvidos e as condições de implementação de cada proposta.

As estimativas financeiras apresentadas para as 89 ações totalizam R$ 791.000,00, em preços de referência de 2026. Os custos efetivos serão definidos por meio de orçamentos específicos, compatíveis com o escopo, as exigências técnicas e as condições operacionais de cada atividade. Esse detalhamento deverá considerar a utilização da estrutura institucional existente, a eventual contratação de serviços especializados e a participação de parceiros, além da identificação das respectivas fontes de financiamento. As ações de sinalização turística acrescidas aos Anos 3 e 4 requerem dimensionamento físico e composição de custos antes de sua execução.

A IGR Caminhos Gerais atuará prioritariamente na articulação institucional, na coordenação das iniciativas regionais e no acompanhamento de sua implementação. As atividades que exigirem conhecimentos técnicos especializados, especialmente aquelas relacionadas à realização de pesquisas turísticas, à estruturação de produtos e à comunicação regional, deverão contar com profissionais ou instituições habilitadas, mediante parcerias ou contratações, conforme as necessidades e as condições de viabilização.

A programação anual poderá ser revista em função da disponibilidade de recursos, da formalização de parcerias, dos prazos necessários à execução e das condições institucionais existentes, preservando as prioridades estratégicas definidas para a região. O acompanhamento das atividades, das metas e dos resultados observará os procedimentos e indicadores estabelecidos nesse estudo, subsidiando eventuais ajustes e a continuidade das iniciativas ao longo do período de vigência do planejamento.



Quitandeira em Carvalhópolis – MG. Acervo Caminhos Gerais.

CAPÍTULO 14 - PAINEL DE INDICADORES (KPIs) E MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O monitoramento do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais destina-se a acompanhar a execução das ações propostas, verificar o cumprimento das metas e avaliar a utilização dos recursos ao longo dos quatro anos.

Para isso, propõe-se a utilização de um Painel de Indicadores de Desempenho (KPIs), organizado a partir dos quatro eixos estabelecidos no Plano de Ação Estratégico. O painel permitirá identificar as atividades realizadas, os resultados alcançados, os atrasos e as necessidades de reprogramação, contribuindo para a tomada de decisões pela governança regional.

A ferramenta deverá utilizar informações produzidas durante a própria execução das atividades, com atualização periódica pela IGR, evitando procedimentos complexos ou a necessidade de levantamentos adicionais pelos gestores municipais.

14.1 Indicadores de Desempenho do Planejamento

Os indicadores propostos foram selecionados considerando as metas e as entregas previstas nesse estudo, priorizando informações verificáveis por meio dos registros administrativos e dos resultados das ações executadas.

Quadro — Indicadores de desempenho do Planejamento Estratégico

Indicador (KPI)	Forma de cálculo ou verificação	Periodicidade
Cumprimento das ações previstas (%)	Ações concluídas ÷ ações com conclusão prevista até o período avaliado × 100	Trimestral
Ações em atraso	Número de ações com prazo de conclusão vencido e entrega ainda não realizada	Trimestral
Execução financeira (%)	Despesas realizadas ÷ orçamento aprovado para o período × 100	Trimestral
Participação municipal (%)	Municípios participantes de pelo menos uma atividade no período ÷ 14 × 100	Semestral
Parcerias efetivas	Número de parcerias que resultaram em atividades ou entregas concretas	Anual

Produtos e experiências organizados	Número de produtos e experiências com informações verificadas e cadastradas	Semestral
Ações de promoção executadas	Número de ações de divulgação e promoção efetivamente realizadas	Anual
Qualificações realizadas	Número de atividades de qualificação concluídas	Anual

Fonte: Elaboração própria, com base nas ações e metas do Plano de Ação Estratégico da IGR Caminhos Gerais, 2026.

O acompanhamento dos projetos estruturantes será realizado a partir de suas entregas previstas no Plano de Ação. No caso do Observatório Regional do Turismo, serão consideradas atividades como realização de pesquisas e publicação de boletins, sem incorporar ao painel de monitoramento os indicadores turísticos produzidos por essas pesquisas.

14.2 Estrutura do Painel de Monitoramento

O Painel de Monitoramento deverá reunir os indicadores selecionados e permitir a visualização dos resultados por ano e eixo estratégico, para facilitar a identificação das ações concluídas e das atividades que exigem atenção.

Recomenda-se sua elaboração em planilha eletrônica editável, com registro das metas previstas, resultados alcançados, prazos, despesas e situação de execução.

Quadro — Modelo de acompanhamento das ações do planejamento

Eixo estratégico	Ação	Meta prevista	Prazo	Resultado alcançado	Situação
Organização e Integração da Oferta Turística	Organizar cadastro de experiências turísticas	Cadastro inicial com informações verificadas	Ano 1	A preencher	Não iniciada
Divulgação e Comercialização Turística	Publicar catálogo regional	Catálogo de produtos e experiências publicado	Ano 2	A preencher	Não iniciada
Governança e Articulação Institucional	Realizar primeira qualificação regional	Uma atividade de qualificação realizada	Ano 1	A preencher	Não iniciada

Informações e Inteligência Turística	Realizar primeira pesquisa-piloto do Observatório	Pesquisa realizada e resultados divulgados	Ano 1	A preencher	Não iniciada

Fonte: Elaboração própria, com base no Plano de Ação Estratégico da IGR Caminhos Gerais, 2026. Quadro ilustrativo, sem resultados reais de execução.

Para facilitar a atualização do painel, as ações deverão ser classificadas como não iniciadas, em andamento, concluídas ou reprogramadas. Quando houver alterações de prazo ou impossibilidade de execução, deverão ser registrados os motivos e os encaminhamentos adotados.

O painel também deverá apresentar uma síntese visual dos principais indicadores, especialmente o percentual de cumprimento das metas, a execução financeira e a quantidade de ações concluídas, pendentes ou em atraso.

14.3 Sistemática de Acompanhamento

O acompanhamento deverá ser periódico, utilizando como referência os prazos trimestrais, os responsáveis e as metas estabelecidas no Plano de Ação.

A atualização das informações ficará sob responsabilidade da IGR Caminhos Gerais, a partir dos registros de execução das atividades, documentos produzidos, materiais publicados, despesas realizadas e informações fornecidas pelos responsáveis pelas ações.

Quadro — Periodicidade e responsabilidades do monitoramento

Atividade	Periodicidade	Responsável
Atualização da situação das ações e metas	Trimestral	IGR Caminhos Gerais
Atualização das despesas realizadas e recursos utilizados	Trimestral	IGR Caminhos Gerais
Avaliação dos indicadores e identificação de atrasos	Trimestral	Diretoria da IGR
Apresentação do balanço das ações aos municípios associados	Anual	Diretoria da IGR
Revisão das prioridades e programação do ano seguinte	Anual	IGR e representantes municipais

Avaliação geral do planejamento	Ao final dos quatro anos	IGR e municípios associados

Fonte: Elaboração própria, com base na proposta de monitoramento do Planejamento Estratégico da IGR Caminhos Gerais, 2026.

O monitoramento deverá priorizar a identificação de dificuldades e a definição de encaminhamentos para sua resolução, sem se limitar ao registro quantitativo das atividades realizadas.

14.4 Avaliação e Revisão do Planejamento

Ao final de cada ano, a IGR Caminhos Gerais deverá avaliar o cumprimento das metas, a execução financeira e os principais resultados das ações realizadas, utilizando as informações consolidadas no Painel de Monitoramento.

Essa avaliação deverá subsidiar a programação do ano seguinte, permitindo ajustar prazos, responsabilidades, recursos e atividades conforme as condições efetivas de execução, preservando as prioridades estratégicas estabelecidas.

Ao término dos quatro anos, recomenda-se realizar uma avaliação geral do planejamento, identificando as ações concluídas, as iniciativas que deverão ter continuidade e os aspectos que precisarão ser revistos no próximo ciclo estratégico.

Os resultados desse processo deverão contribuir para a continuidade institucional dos projetos e para a definição de novas prioridades, considerando as necessidades da região e a capacidade de atuação da IGR Caminhos Gerais.



Cachaça com tira gosto em Ipuiúna – MG. Acervo Caminhos Gerais.

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Planejamento Estratégico Regional do Turismo da IGR Caminhos Gerais consolidou um diagnóstico das condições de desenvolvimento da atividade turística nos 14 municípios associados, reunindo informações sobre a formação histórica e territorial, as características socioeconômicas, o patrimônio natural e cultural, a infraestrutura, os serviços turísticos e a organização institucional. A análise dos atrativos, das experiências, dos eventos e das atividades produtivas, associada às pesquisas realizadas com gestores municipais, profissionais do turismo e instituições parceiras, fundamentou a identificação das potencialidades regionais, das limitações existentes e das prioridades para a atuação da instância de governança.

A diversidade territorial constitui uma das principais características do Caminhos Gerais. A cafeicultura, a vitivinicultura, a gastronomia, as tradições rurais, o patrimônio histórico e religioso, as águas termais, as manifestações culturais e as paisagens naturais compõem uma oferta distribuída entre municípios com diferentes trajetórias de formação e condições de desenvolvimento turístico. As características geológicas e paisagísticas associadas à Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas integram esse conjunto de referências, cuja valorização regional deverá contemplar igualmente as particularidades e vocações dos demais municípios. A construção de uma identidade turística compartilhada encontra, nessa diversidade, elementos para a organização de experiências e para o fortalecimento do reconhecimento do Caminhos Gerais entre as regiões turísticas de Minas Gerais.

Os levantamentos identificaram, entretanto, diferenças significativas na distribuição dos equipamentos e serviços, na disponibilidade de profissionais especializados e nas condições de funcionamento dos atrativos. A existência de recursos com potencial turístico nem sempre corresponde à disponibilidade de experiências organizadas para visitação e comercialização. A concentração de determinados serviços em alguns municípios, as limitações de informações sobre acesso, atendimento e agendamento e as dificuldades de integração entre prestadores de serviços constituem questões que exigem encaminhamentos específicos. A organização da oferta existente, acompanhada da identificação das condições operacionais e das necessidades de qualificação, foi estabelecida como uma das prioridades do planejamento regional.

A participação dos municípios na governança turística também apresentou condições distintas de organização administrativa, disponibilidade de equipes, instrumentos de gestão e capacidade de execução de iniciativas. Os resultados das pesquisas evidenciaram demandas relacionadas à

articulação institucional, ao apoio técnico, à promoção dos destinos e ao desenvolvimento de projetos compartilhados. Nesse contexto, o fortalecimento da IGR Caminhos Gerais está associado à sua capacidade de reunir os interesses municipais, estabelecer interlocução com instituições parceiras e organizar iniciativas compatíveis com as necessidades identificadas. A cooperação entre administrações públicas, empreendimentos, profissionais do turismo e demais organizações envolvidas constitui uma condição para a execução das propostas de abrangência regional.

A análise integrada do diagnóstico e da Matriz SWOT Cruzada fundamentou a definição das prioridades estratégicas e sua associação aos projetos estruturantes. O Observatório Regional do Turismo foi proposto para ampliar a produção e a sistematização de informações sobre a atividade, especialmente aquelas relacionadas à oferta, ao perfil dos visitantes e à movimentação turística. O Programa de Organização, Criação e Estruturação de Produtos Turísticos Regionais concentra-se no aproveitamento das experiências existentes e na identificação de oportunidades para o desenvolvimento de novos produtos, conforme as condições de visitação e o interesse dos agentes responsáveis. O Programa de Promoção e Comercialização Turística Regional contempla a organização de informações e materiais de divulgação e a aproximação entre destinos, prestadores de serviços e canais de comercialização.

A definição dos segmentos prioritários considerou sua representatividade no território, as relações com a identidade regional, a oferta identificada e as possibilidades de integração entre municípios. O turismo rural, gastronômico e de experiência, o turismo de natureza e aventura, o turismo histórico, cultural e religioso, o turismo de saúde e bem-estar e o turismo de eventos compõem os principais campos de atuação propostos. O planejamento também contempla possibilidades associadas aos segmentos de negócios e compras, consideradas suas características e condições de desenvolvimento. A organização dessas atividades deverá respeitar as diferenças entre os destinos, especialmente quanto à infraestrutura, à capacidade de atendimento e à existência de produtos efetivamente comercializáveis.

A identificação dos destinos com potencial para exercer função indutora acrescenta uma dimensão territorial às estratégias de integração. Poços de Caldas, Andradas, Caldas e Machado foram classificados nessa condição, considerando suas características turísticas, a infraestrutura disponível, a capacidade de atração e as possibilidades de articulação com outras localidades. Os demais municípios foram reconhecidos como destinos de integração regional, com referências naturais, culturais, religiosas e produtivas que poderão compor experiências próprias e roteiros

intermunicipais. A aplicação dessa classificação deverá orientar a aproximação entre os destinos e a circulação de visitantes, considerando as condições concretas de deslocamento, visitação e prestação dos serviços.

O Plano de Ação Estratégico organiza as propostas em quatro eixos de atuação e estabelece uma programação para o período de quatro anos, com atividades, responsabilidades, parceiros potenciais, metas e indicadores de acompanhamento. A implementação dependerá da capacidade operacional da IGR, da participação dos agentes envolvidos e da disponibilidade de recursos. Os investimentos necessários deverão ser definidos mediante orçamentos específicos, elaborados conforme o detalhamento técnico e as condições de execução das iniciativas. A programação anual poderá ser ajustada para atender às circunstâncias institucionais e financeiras, preservando as prioridades regionais estabelecidas.

A continuidade do planejamento exige procedimentos regulares de acompanhamento, avaliação e atualização das informações. O monitoramento deverá registrar o desenvolvimento das ações, o cumprimento das metas, as dificuldades encontradas e os resultados alcançados, subsidiando a definição de encaminhamentos e eventuais adequações. A organização desses registros também contribuirá para preservar as informações institucionais e assegurar referências para a continuidade das iniciativas durante as mudanças nas administrações municipais. As avaliações anuais e a revisão geral ao término do período de execução deverão orientar a programação dos ciclos seguintes, considerando os resultados efetivamente obtidos e as necessidades ainda existentes.

A consolidação do Caminhos Gerais como região turística integrada dependerá da continuidade da cooperação institucional e da capacidade de transformar os direcionamentos estratégicos em iniciativas executáveis, acompanhadas e compartilhadas pelos municípios. O planejamento estabelece as referências para esse trabalho, articulando as particularidades territoriais às necessidades identificadas no diagnóstico e às competências da governança regional. A organização dos produtos e serviços existentes, o fortalecimento das relações entre os agentes do turismo, a ampliação das possibilidades de comercialização e a produção sistemática de informações constituem os compromissos centrais para a execução das propostas. A partir dessas diretrizes, caberá à IGR Caminhos Gerais, em articulação com os municípios associados e as instituições parceiras, conduzir a implementação do Plano de Ação e acompanhar os resultados das iniciativas destinadas ao desenvolvimento turístico regional.





Vistas aéreas de Monte Belo – MG. Fotografias do Acervo da Prefeitura de Monte Belo.

16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Legislação e atos normativos

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm.

BRASIL. Decreto nº 946, de 1º de outubro de 1993. Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0946.htm. Acesso em: set./out. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771compilado.htm. Acesso em: set./out. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.718, de 1º de novembro de 2023. Erige em monumento nacional a Rota do Café. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 4, 3 nov. 2023. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14718-1-novembro-2023-794890-publicacaooriginal-169941-pl.html. Acesso em: set./out. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.978, de 18 de setembro de 2024. Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para modernizar a legislação do turismo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 15.449, de 30 de junho de 2026. Cria o Roteiro Turístico Caminho da Fé, nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 2, 1 jul. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15449.htm. Acesso em: set./out. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8623.htm. Acesso em: set./out. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria MTur nº 14, de 24 de março de 2026. Aprova o detalhamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Produtos e Experiências Turísticas, no âmbito do Plano Nacional de Turismo 2024–2027. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/publicacoes/atos-normativos-2/2026/portaria-mtur-no-14-de-24-de-marco-de-2026. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria MTur nº 37, de 11 de novembro de 2021. Estabelece as normas e condições a serem observadas no exercício da atividade de Guia de Turismo. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/publicacoes/atos-normativos-2/2021-1/portaria-mtur-no-37-de-11-de-novembro-de-2021. Acesso em: set./out. 2026.

CALDAS (MG). Lei Municipal nº 1.973, de 29 de dezembro de 2000. Cria a Área de Proteção Ambiental da Pedra Branca no município de Caldas/MG. Caldas: Prefeitura Municipal, 2000.

CARVALHÓPOLIS (MG). Lei nº 1.204, de 2015. Carvalhópolis: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: https://cespro.com.br/2845/2015_L1204.pdf. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943. Fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1943.

MINAS GERAIS. Decreto nº 39.911, de 22 de setembro de 1998. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí – GD5. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 1998.

MINAS GERAIS. Decreto nº 40.930, de 17 de fevereiro de 2000. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo – GD6. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2000.

MINAS GERAIS. Decreto nº 42.596, de 23 de maio de 2002. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas – GD3. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2002.

MINAS GERAIS. Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953. Estabelece a divisão administrativa e judiciária do Estado, a vigorar de 1º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958, e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1953. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/1039/1953/. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Lei nº 13.373, de 30 de novembro de 1999. Cria a Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio do Machado. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1999.

MINAS GERAIS. Lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962. Contém a divisão administrativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1962. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/2764/1962/. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Lei nº 25.183, de 20 de março de 2025. Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Festa de São Benedito realizada no Município de Machado. Belo Horizonte, 2025. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/25183/2025/original. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Lei nº 3.656, de 20 de outubro de 1888. Eleva à categoria de vila a freguesia de São Sebastião de Jaguari, desmembrada do município de Caldas, com a denominação de Vila do Caracol. Ouro Preto: Assembleia Provincial de Minas Gerais, 1888. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/3656/1888/. Acesso em: 4 maio 2026.

MINAS GERAIS. Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923. Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1923. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/843/1923/. Acesso em: set./out. 2026.

POÇOS DE CALDAS (MG). Lei Municipal nº 8.948, de 30 de dezembro de 2011. Cria o Monumento Natural Municipal Pedra Balão. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 2011.

POÇOS DE CALDAS (MG). Lei nº 9.887, de 8 de agosto de 2024. Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de Guia de Turismo Regional (MG) em grupos ou excursões de turistas no território municipal e dá outras providências. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: https://servicos.pocosdecaldas.mg.gov.br/leis/leisordinarias/leisordinarias_9887. Acesso em: set./out. 2026.

2. Bibliografia

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.

BRANDÃO, Júlio Bueno. **Mensagem ao Congresso Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Atlas esgotos: despoluição de bacias hidrográficas. Brasília, DF: ANA, [s. d.]. Disponível em: https://portal1.snirh.gov.br/atlas-esgotos. Acesso em: 7 maio 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo; EMBRATUR; BRAZTOA. Tendências do Turismo 2026. 7. ed. Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://embratur.com.br/wp-content/uploads/2026/03/Revista-Tendencias-2026.pdf. Acesso em: 23 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Formulários Inventário. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/assuntos-categoria/formularios-inventario. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Glossário do Turismo. 1. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/glossarios/glossario_do_turismo_-_1a_-edicao.pdf. Acesso em: set./out. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Gosto pelo Brasil: programa nacional de turismo gastronômico. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-nacional-de-turismo-gastronomico/CartilhaGostopeloBrasil2022.pdf. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/591_1.pdf.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo cultural: orientações básicas. 3. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-cultural-orientacoes-basicas.pdf. Acesso em: 28 out. 2026.

CASALECCHI, José Ênio. Arrolamento das fontes históricas do município de Andradas (Estado de Minas Gerais). Revista de História, v. 42, n. 85, p. 227-240, 1977.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Regionalismo político no Sul de Minas Gerais, notas sobre o movimento separatista de 1892. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc, 2012. p. 39-68.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (EMATER-MG). Ruralidade Viva: catálogo de produtos e experiências turísticas da agricultura familiar e produtores rurais. 3. ed. Belo Horizonte: Emater-MG, 2026. Disponível em: https://www.emater.mg.gov.br/download.do?id=87950. Acesso em: 30 out. 2026.

FONTANARI, Rodrigo. Rompendo fronteiras, a marcha da economia de abastecimento sul-mineira rumo ao território paulista (Casa Branca no meio século XIX). In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc, 2012. p. 69-92.

FRANCO, Eneiva Gláucia de Souza. **Histórico de Campestre**. São Paulo: Edion, 1998.

FRANCO, Hiansen Vieira. **A paróquia de Nossa Senhora do Carmo do Campestre**. Campestre: [s. n.], [s. d.].

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Expansão bancária no Sul de Minas em transição (1889-1930). In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc, 2012. p. 303-329.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 27.

JORNAL VOZ DE CAMPESTRE. Jornal Voz de Campestre. Campestre, 31 jan. 1940.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Re)significações culturais no mundo rural mineiro: o carro de boi – do trabalho ao festar (1950-2000). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 25-45, 2006.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. Medicina entre flores na Belle Époque do sul mineiro: os jardins paisagísticos nas cidades das águas. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc, 2012. p. 265-301.

MARRAS, Stélio. **A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrência de uma estação balneária no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. A cidade termal: ciência das águas e sociabilidade moderna entre 1839 a 1931. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. Vilegiaturas de prazer e a formação de uma cultura burguesa na cidade balneária de Poços de Caldas entre os anos de 1930 e 1940. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MARRICHI, Jussara. **Poços de Caldas: paisagem, memória e turismo**. Poços de Caldas: [s. n.], 2014.

MARTINS, Marcos Lobato. A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. Revista Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 287-320, 2014a. DOI: https://doi.org/10.22228/rtf.v7i1.222.

MARTINS, Marcos Lobato. As paisagens do passado no Sul de Minas: os ambientes no município de Alfenas e seu entorno (décadas de 1870-1920). Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 19, n. 1, p. 127-155, 2014b. DOI: https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.19i1.0006.

MARTINS, Marcos Lobato. Plantar, pastorar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG, décadas de 1850-1890. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 397-429, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-41612013000200007.

MARTINS, Marcos Lobato; SOUZA, André Silva de. Notas sobre as propriedades rurais de Alfenas, MG, décadas de 1860-1880. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc, 2012. p. 149-174.

MARTINS, Marcos Lobato. Uma história da navegação a vapor no Sul de Minas (1880-1960). In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc, 2012. p. 209-238.

MOURA, L. do Carmo. A aptidão agrícola das terras do município de Machado/MG. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/3569. Acesso em: 5 maio 2026.

OLÍVAR, Júlio. **O mistério do cônsul: a história de Lourenço Westin**. [S. l.]: [s. n.], [s. d.].

OLIVEIRA, Lélio Luiz de; MARCONDES, Renato Leite. Outro modo de financiar o café: hipotecas no sudoeste de Minas Gerais (1890-1914). Varia Historia, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, p. 227-260, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-87752018000100008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Tourist safety and security: practical measures for destinations. Madrid: World Tourism Organization, 1996. Disponível em: https://www.untourism.int/archive/global/publication/tourist-safety-and-security-practical-measures-destinations. Acesso em: 19 out. 2026.

PIMENTA, Reynaldo de Oliveira. **O município de Ibitiúra de Minas**. 1971.

PIMENTA, Reynaldo de Oliveira. **O povoamento do planalto da Pedra Branca: Caldas e região**. [S. l.]: [s. n.], [s. d.].

SAES, Alexandre Macchione; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920). Sæculum – Revista de História, João Pessoa, n. 29, p. 323-346, jul./dez. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/19826. Acesso em: set./out. 2026.

SAES, Alexandre Macchione; COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Sul de Minas em transição, opção por uma regionalização como ponto de partida. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc, 2012. p. 13-36.

SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc; Fapemig, 2012.

SAES, Alexandre Macchione; ROSA, Elton Rodrigo. Mercado pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920). Estudos Econômicos, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 745-772, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-41612013000400005.

SAES, Alexandre Macchione; ROSA, Elton Rodrigo. Mercado pontual, atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920). In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc, 2012. p. 239-264.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SILVA, Marcel Pereira da. De gado a café: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910). 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI: https://doi.org/10.11606/D.8.2012.tde-13032013-102059.

SILVA, Marcel Pereira da. Tem café nesse trem? As ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910). In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc, 2012. p. 177-207.

TEIXEIRA, Paula Chaves. Articulações regionais e dinâmica mercantil, Gervásio Pereira Alvim e o comércio na Comarca do Rio das Mortes (1840-1880). In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc, 2012. p. 93-115.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro para 1874**. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1990.

3. Sites e páginas virtuais

ACASA DOPEREGRINO. Perfil no Instagram: @acasa_doperegrino. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/acasa_doperegrino/.

AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERIOR DE MINAS GERAIS (INVEST MINAS). Sobre a Invest Minas. Belo Horizonte: Invest Minas, [s. d.]. Disponível em: https://investminas.mg.gov.br/sobre. Acesso em: 30 out. 2026.

AGUAÍ (SP). Prefeitura Municipal. Rota das Capelas. Aguaí: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://turismo.aguai.sp.gov.br/home/atrativos-culturais-e-religiosos/rota-das-capelas/. Acesso em: set./out. 2026.

ALAMBIQUE BULGARELLI. Perfil no Instagram: @alambiquebulgarelli. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/alambiquebulgarelli/.

ALCOA. Sobre o Instituto Alcoa. [S. l.]: Alcoa, [s. d.]. Disponível em: https://www.alcoa.com/brasil/pt/institute/about. Acesso em: 30 out. 2026.

ANDRADAS (MG). Câmara Municipal. Memorial da Câmara. Andradas: Câmara Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://www.andradas.mg.leg.br/institucional/historia/memorial-da-camara. Acesso em: 4 maio 2026.

ANDRADAS (MG). Prefeitura Municipal. Andradas atende exigências e segue integrada no Mapa do Turismo Brasileiro. Andradas: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em:

https://www.andradas.mg.gov.br/noticia/4090/andradas-atende-exigencias-e-segue-integrada-no-mapa-do-turismo-brasileiro/. Acesso em: 4 maio 2026.

ANDRADAS (MG). Prefeitura Municipal. Andradas celebra título de Cidade Gastronômica de Minas Gerais 2026 com lançamento oficial e mobilização do setor. Andradas: Prefeitura Municipal, 2026. Disponível em: https://www.andradas.mg.gov.br/noticia/5002/andradas-celebra-titulo-de-cidade-gastronomica-de-minas-gerais-2026-com-lancamento-oficial-e-mobilizacao-do-setor/. Acesso em: 4 maio 2026.

ANDRADAS (MG). Prefeitura Municipal. Andradas conquista 1º lugar no Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora com projeto inovador na cafeicultura. Andradas: Prefeitura Municipal, 2026. Disponível em: https://www.andradas.mg.gov.br/noticia/5000/andradas-conquista-1-lugar-no-premio-sebrae-prefeitura-empreendedora-com-projeto-inovador-na-cafeicultura/. Acesso em: 4 maio 2026.

ANDRADAS (MG). Prefeitura Municipal. Andradas conquista o título de “Cidade Gastronômica 2026-2027” no Prêmio Cumbucca. Andradas: Prefeitura Municipal, 2025. Disponível em: https://www.andradas.mg.gov.br/noticia/4915/andradas-conquista-o-titulo-de-cidade-gastronomica-2026-no-premio-cumbucca/. Acesso em: 4 maio 2026.

ANDRADAS (MG). Prefeitura Municipal. Calendário de eventos 2026. Andradas: Prefeitura Municipal, 2026. Disponível em: https://www.andradas.mg.gov.br/pagina/62/calendario-de-eventos-2026/78/download-sub-pagina/295/. Acesso em: set./out. 2026.

ANDRADAS (MG). Prefeitura Municipal. Caminho de Santa Luzia: Andradas integra nova rota de peregrinação. Andradas: Prefeitura Municipal, 14 dez. 2023. Disponível em: https://andradas.mg.gov.br/noticia/4330/caminho-de-santa-luzia-andradas-integra-nova-rota-de-peregrinacao/. Acesso em: set./out. 2026.

ANDRADAS (MG). Prefeitura Municipal. História do município. Andradas: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://www.andradas.mg.gov.br/cidade. Acesso em: 4 maio 2026.

ANDRADAS (MG). Prefeitura Municipal. Peregrinação inaugural do Caminho Monsenhor Alderigi. Andradas: Prefeitura Municipal, 7 out. 2019. Disponível em: https://www.andradas.mg.gov.br/noticia/print-noticia/1580/peregrinacao-inaugural-do-caminho-monsenhor-alderigi/. Acesso em: set./out. 2026.

ANDRADAS (MG). Turismo de Andradas. Rota das Cachoeiras. Andradas, [s. d.]. Disponível em: https://www.descubraandradas.com.br/atracao/detalhe/11/rota-das-cachoeiras/. Acesso em: set./out. 2026.

ANDRADAS PALACE HOTEL. Perfil no Instagram: @andradas_palace_hotel. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/andradas_palace_hotel/.

ANDRADASESTACAO. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/andradasestacao/.

APIÁRIO FLORESTA VERDE. Perfil no Instagram: @apiariosflorestaverde. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/apiariosflorestaverde/.

APIÁRIO MOURA. Perfil no Instagram: @api_moura. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/api_moura/.

APIÁRIO SOL. Perfil no Instagram: @apiario_sol. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/apiario_sol/.

APIÁRIOS CANAÃ. Perfil no Instagram: @apiarioscanaa. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/apiarioscanaa/.

APIS POCOS. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/apis.pocos/.

ARTCALDAS. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/artcaldas/.

ASSOCIACAO AATTA. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/associacao.aatta/.

ASSOCIAÇÃO DE CICLISTAS DE POÇOS DE CALDAS. Rota do Vulcão: rotas de cicloturismo. Poços de Caldas: ACPC, [s. d.]. Disponível em: https://www.rotadovulcao.com.br/rotas. Acesso em: set./out. 2026.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO TURÍSTICO MONTANHAS CAFEEIRAS DE MINAS. Informações institucionais, municípios e atrativos turísticos. [S. l.]: Circuito Turístico Montanhas Cafeeiras, [s. d.]. Disponível em: https://www.montanhascafeeiras.com.br. Acesso em: 1º trimestre de 2026.

ASSODANTAS. Perfil no Instagram: @assodantas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/assodantas/.

AVALON MOTEL. Perfil no Instagram: @avalon_motel. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/avalon_motel/.

AZEITE CAMPO DI FIORI. Perfil no Instagram: @azeitecampodifiori. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/azeitecampodifiori/.

AZEITE ORIGEM TREVISAN. Perfil no Instagram: @azeiteorigentrevisan. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/azeiteorigentrevisan/.

AZEITE TERRAS ALTAS. Perfil no Instagram: @azeiteterrasaltas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/azeiteterrasaltas/.

BALNEÁRIO POCINHOS DO RIO VERDE. Perfil no Instagram: @balneariopocinhosdorioverde. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/balneariopocinhosdorioverde/.

BALNEARIOMARIOMOURAO. Perfil no Instagram: @balneariomariomourao. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/balneariomariomourao/.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). Investimento: linhas de crédito para micro e pequenas empresas. Belo Horizonte: BDMG Orienta, [s. d.]. Disponível em: https://bdmgorienta.bdmg.mg.gov.br/investimento. Acesso em: 30 out. 2026.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). BNDES aprova R$ 77,5 mi para Viridis processar terras raras em Poços de Caldas (MG). Rio de Janeiro: Agência BNDES de Notícias, 8 set. 2026. Disponível em: https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/noticia/BNDES-aprova-R%24-775-mi-para-Viridis-processar-terras-raras-em-Pocos-de-Caldas-MG/. Acesso em: 30 out. 2026.

BOTELHOS (MG). Prefeitura Municipal. Informações institucionais e culturais. Botelhos: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://www.botelhos.mg.gov.br. Acesso em: 1º trimestre de 2026.

BRASIL. Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN). ANSN integra missão interministerial sobre terras raras e apresenta atuação regulatória no Sul de Minas. Brasília, DF: ANSN, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/ansn/pt-br/assuntos/noticias/2026/ansn-integra-missao-interministerial-sobre-terras-raras-no-sul-de-minas. Acesso em: 30 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (CNUC). Brasília, DF: MMA, [s. d.]. Disponível em: https://cnuc.mma.gov.br. Acesso em: 7 maio 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Cadastur: Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos. Brasília, DF: Ministério do Turismo, [s. d.]. Disponível em: https://cadastur.turismo.gov.br/. Acesso em: 23 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. O que é o Programa de Regionalização do Turismo? Brasília, DF: Ministério do Turismo, [s. d.]. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-de-regionalizacao-do-turismo-2/programa-de-regionalizacao-do-turismo-1/o-que-e-o-programa-de-regionalizacao-do-turismo/o-que-e-o-programa-de-regionalizacao-do-turismo/. Acesso em: 30 out. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Projeto Experiências do Brasil Rural. Brasília, DF: Ministério do Turismo, [s. d.]. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/experiencias-do-brasil-rural/projeto-experiencias-do-brasil-rural. Acesso em: 26 out. 2026.

CABANA LÍRIO TRIP. Anúncio em plataforma de hospedagem. [s. d.]. Disponível em: https://www.airbnb.com.br/rooms/1587810535744736322.

CABANA PICO DO GAVIÃO. Anúncio em plataforma de hospedagem. [s. d.]. Disponível em: https://www.booking.com/hotel/br/green-hill-andradas1.pt-.

CABANAREFUGIODOGAVIAO. Perfil no Instagram: @cabanarefugiodogaviao. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cabanarefugiodogaviao/.

CABANAS EM POÇOS DE CALDAS. Anúncio em plataforma de hospedagem. [s. d.]. Disponível em: https://www.airbnb.com.br/rooms/1340836696214930625.

CABO VERDE (MG). Prefeitura Municipal. Cabo Verde, a terra dos cafés especiais, apresenta o circuito turístico. Cabo Verde: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: https://www.caboverde.mg.gov.br/noticias/cabo-verde-a-terra-dos-cafes-especiais-apresenta-o-circuito-turistico-cafe-alem-da-xicara. Acesso em: set./out. 2026.

CABO VERDE (MG). Prefeitura Municipal. Informações institucionais e culturais do município. Cabo Verde: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://www.caboverde.mg.gov.br. Acesso em: 1º trimestre de 2026.

CACHAÇA AMAGO. Perfil no Instagram: @cachacaamago. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cachacaamago/.

CACHAÇA GRAU DE MINAS. Perfil no Instagram: @cachaca_graudeminas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cachaca_graudeminas/.

CACHACA PAIOLINHO. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/p/Cachaca-Paiolinho-100054505357873/.

CACHACA ROTELLI. Perfil no Instagram: @cachaca.rotelli. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cachaca.rotelli/.

CACHACABASTIAOZINHO. Perfil no Instagram: @cachacabastiaozinho. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cachacabastiaozinho/.

CACHACALIMEIRA. Perfil no Instagram: @cachacalimeira. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cachacalimeira/.

CACHOEIRADOJOAQUIM. Perfil no Instagram: @cachoeiradojoaquim. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cachoeiradojoaquim/.

CAFECORREGOFUNDO. Perfil no Instagram: @cafecorregofundo. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cafecorregofundo/.

CAFEDATAMIRES. Perfil no Instagram: @cafedatamires. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cafedatamires/.

CAFEFRUTUOSO. Perfil no Instagram: @cafefrutuoso. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cafefrutuoso/.

CAFEMAECOTA. Perfil no Instagram: @cafemaecota. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cafemaecota/.

CAFEMANTISSA. Perfil no Instagram: @cafemantissa. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cafemantissa/.

CALDAS ADVENTURE. Perfil no Instagram: @caldas_adventure. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/caldas_adventure/.

CAMINHO DE APARECIDA. O Caminho. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.caminhodeaparecida.com.br/Default.asp?act=pagina&page=o_caminho. Acesso em: set./out. 2026.

CAMPESTRE (MG). Prefeitura Municipal. Visite Campestre. Campestre: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://www.campestre.mg.gov.br/noticias/turismo/visite-campestre. Acesso em: set./out. 2026.

CARACOA AAMA. Perfil no Instagram: @caracoa.aama. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/caracoa.aama/.

CARVALHÓPOLIS (MG). Prefeitura Municipal. História. Carvalhópolis: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://www.carvalhopolis.mg.gov.br/historia/. Acesso em: set./out. 2026.

CASA BOUTIQUE TERRAS DE SÃO FRANCISCO. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://terrasdesaofranciscomg.com.br.

CASA DO ARTESÃO DE BOTELHOS. Perfil no Instagram: @casadoartesaodebotelhos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/casadoartesaodebotelhos/.

CASA DO ARTESÃO DE CABO VERDE. Perfil no Instagram: @casadoartesaocv. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/casadoartesaocv/.

CASA DO ARTESÃO DE IBITIÚRA. Perfil no Instagram: @casa_do_artesao_ibitiura. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/casa_do_artesao_ibitiura/.

CASA GERALDO. Perfil no Instagram: @casageraldo. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/casageraldo/.

CASA VULCANA. Perfil no Instagram: @casavulcanna. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/casavulcanna/.

CERVEJARIAHOPSNOCK. Perfil no Instagram: @cervejariahopsnock. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cervejariahopsnock/.

CERVEJARIASVULCANICAS. Perfil no Instagram: @cervejariasvulcanicas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cervejariasvulcanicas/.

CHALÉ ALIANÇA. Anúncio em plataforma de hospedagem. [s. d.]. Disponível em: https://www.airbnb.com.br/rooms/1471662514355126851.

CHALÉ PHENIX. Anúncio em plataforma de hospedagem. [s. d.]. Disponível em: https://www.airbnb.com.br/rooms/1312368007671359221.

CHALÉ POÇOS DE CALDAS. Anúncio em plataforma de hospedagem. [s. d.]. Disponível em: https://www.airbnb.com.br/rooms/1136454130711588039.

CHALÉ RBV. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://casarbv.com.br/.

CHALÉ SKY. Anúncio em plataforma de hospedagem. [s. d.]. Disponível em: https://www.airbnb.com.br/s/Po%C3%A7os-de-Caldas--.

CHALÉ VILLAGE JANGAL. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://www.villagejangal.com.br/.

CHALEBOSQUEDASFONTES. Perfil no Instagram: @chalebosquedasfontes. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/chalebosquedasfontes/.

CHALÉS RIO SOBERBO. Anúncio em plataforma de hospedagem. [s. d.]. Disponível em: https://www.booking.com/hotel/br/chales-rio-soberbo.pt-br.html.

CHALÉS VILLA. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://guia.destinosinteligentes.tur.br/Caldas/detail/AA7p913oObPnR8fjf3IW.

CHARCUTARIA MANTIQUEIRA. Perfil no Instagram: @charcutaria_mantiqueira. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/charcutaria_mantiqueira/.

CHARMINASMOTEL. Perfil no Instagram: @charminasmotel. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/charminasmotel/.

CHAVINHO LATICINIO. Perfil no Instagram: @chavinho.laticinio. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/chavinho.laticinio/.

CLICKBUS. Plataforma de pesquisa e comercialização de passagens rodoviárias: itinerários, empresas, horários e destinos. [S. l.]: ClickBus, [s. d.]. Disponível em: https://www.clickbus.com.br/. Acesso em: 22 out. 2026.

CLUBE POÇOS-CALDENSE DE VOO LIVRE. Perfil no Instagram: @cpvloficial. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cpvloficial/.

COLINAS HOTEL MACHADO. Perfil no Instagram: @colinas_hotel_machado. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/colinas_hotel_machado/.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG). Inscreva seu projeto. Belo Horizonte: Cemig, [s. d.]. Disponível em: https://www.cemig.com.br/inscreva-seu-projeto/. Acesso em: 30 out. 2026.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG). Leis Federal e Estadual de Incentivo à Cultura. Belo Horizonte: Cemig, [s. d.]. Disponível em: https://www.cemig.com.br/patrocinios-cemig/leis-federal-e-estadual-de-incentivo-a-cultura/. Acesso em: 30 out. 2026.

CONDUTOR RAFAEL (GUIAS TURÍSTICOS DE CALDAS). Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://descubracaldas.com.br/guias-turisticos/.

COOPASLEITE. Perfil no Instagram: @coopasleite. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/coopasleite/.

COOPERATIVA AGRÁRIA DE MACHADO LTDA. (COOPAMA). Unidades de negócios. Machado: Coopama, [s. d.]. Disponível em: https://www.coopama.com.br/produtos/unidadesdenegocios. Acesso em: 30 out. 2026.

COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO E REGIÃO (COOPFAM). Coopfam: agricultura familiar, produção orgânica e comércio justo. Poço Fundo: Coopfam, [s. d.]. Disponível em: https://coopfam.com.br/. Acesso em: set./out. 2026.

COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ LTDA. (COOXUPÉ). Núcleos. Guaxupé: Cooxupé, [s. d.]. Disponível em: https://www.cooxupe.com.br/nucleos/. Acesso em: 30 out. 2026.

COOPFAMCOFFEE. Perfil no Instagram: @coopfamcoffee. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/coopfamcoffee/.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. Companhias, pelotões e postos avançados. Belo Horizonte: CBMMG, [s. d.]. Disponível em: https://www.bombeiros.mg.gov.br/1-cia-ind. Acesso em: 19 out. 2026.

CRISTAISCADORO. Perfil no Instagram: @cristaiscadoro. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cristaiscadoro/.

CRISTAISSAOMARCOS. Perfil no Instagram: @cristaissaomarcos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/cristaissaomarcos/.

DANONEBRASIL. Perfil no Instagram: @danonebrasil. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/danonebrasil/.

DEFUMADOSJUREIA. Perfil no Instagram: @defumadosjureia. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/defumadosjureia/.

DELICIAS DAKAKA. Perfil no Instagram: @delicias.dakaka. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/delicias.dakaka/.

DELICIASDEMINASDOCES. Perfil no Instagram: @deliciasdeminasdoces. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/deliciasdeminasdoces/.

DESBRAVAR TURISMO. Perfil no Instagram: @desbravar.turismo. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/desbravar.turismo/.

DESTILADOS JOÃO FORTES. Perfil no Instagram: @joao_fortes_destilado_de_cafe. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/joao_fortes_destilado_de_cafe/.

DIRVANBISCOITOS. Perfil no Instagram: @dirvanbiscoitos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/dirvanbiscoitos/.

DOCE DUAS IRMÃS. Perfil no Instagram: @doceduasirmas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/doceduasirmas/.

DOCE MINAS TURISMO. O que é turismo de base comunitária (TBC)? Poços de Caldas: Doce Minas Turismo, [s. d.]. Disponível em: https://doceminasturismo.com/o-que-e-turismo-de-base-comunitaria-tbc/. Acesso em: set./out. 2026.

DOCE MINAS TURISMO. Perfil no Instagram: @doce.minas.turismo. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/doce.minas.turismo/.

DOCEDAROCA. Perfil no Instagram: @docedaroca. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/docedaroca/.

DOCESCOLMEIA MG. Perfil no Instagram: @docescolmeia.mg. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/docescolmeia.mg/.

DOCESDAULA. Perfil no Instagram: @docesdaula. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/docesdaula/.

DOCESEGREDODEMINAS. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/docesegredodeminas/.

DOCESFAZENDADEMINAS. Perfil no Instagram: @docesfazendademinas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/docesfazendademinas/.

DOCESFRANCHESCO. Perfil no Instagram: @docesfranchesco. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/docesfranchesco/.

DOCESGIGANTE. Perfil no Instagram: @docesgigante. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/docesgigante/.

DOCESIVONE. Perfil no Instagram: @docesivone_. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/docesivone_/.

DOCESRECANTODASERRA. Perfil no Instagram: @docesrecantodaserra. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/docesrecantodaserra/.

DOCESTATITANIA. Perfil no Instagram: @docestatitania. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/docestatitania/.

DUBELATOANDRADAS. Perfil no Instagram: @dubelatoandradas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/dubelatoandradas/.

ECOFUN ANDRADAS. Perfil no Instagram: @ecofun.andradas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/ecofun.andradas/.

EDMAR HOTEL. Perfil no Instagram: @edmar_hotel. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/edmar_hotel/.

EPAMIGCALDAS. Perfil no Instagram: @epamigcaldas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/epamigcaldas/.

EPR SUL DE MINAS. Operações. Pouso Alegre: EPR Sul de Minas, [s. d.]. Disponível em: https://eprsuldeminas.com.br/operacoes/. Acesso em: 30 out. 2026.

EPR VIAS DO CAFÉ. EPR Vias do Café divulga programação de obras entre 26 de outubro e 1º de novembro. [S. l.]: EPR Vias do Café, 2026. Disponível em: https://eprviasdocafe.com.br/epr-vias-do-cafe-divulga-programacao-de-obras-entre-26-de-outubro-e-1o-de-novembro/. Acesso em: 30 out. 2026.

ESPACOLUMNI. Perfil no Instagram: @espacolumni. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/espacolumni/.

ESTAÇÃO DA CANA. Perfil no Instagram: @estacaodacana. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/estacaodacana/.

ESTRADA REAL. Anúncio em plataforma de hospedagem. [s. d.]. Disponível em: https://www.airbnb.com.br/users/profile/1469120376458912253.

EVELINE SCALCO. Perfil no Instagram: @eveline.scalco. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/eveline.scalco/.

EVOLIVEKOMBUCHA. Perfil no Instagram: @evolivekombucha. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/evolivekombucha/.

EXPOARTEDERUA. Perfil no Instagram: @expoartederua. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/expoartederua/.

FARIAALIMENTOS. Perfil no Instagram: @fariaalimentos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/fariaalimentos/.

FAZENDA PORTALDOSOL. Perfil no Instagram: @fazenda_portaldosol. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/fazenda_portaldosol/.

FAZENDAIRAREMA. Perfil no Instagram: @fazendairarema. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/fazendairarema/.

FEARPOCOS. Perfil no Instagram: @fearpocos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/fearpocos/.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FIEMG). Regional Sul. Belo Horizonte: FIEMG, [s. d.]. Disponível em: https://www.fiemg.com.br/regional-sul/sul/. Acesso em: 30 out. 2026.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FIEMG). Sindicatos filiados. Belo Horizonte: FIEMG, [s. d.]. Disponível em: https://www.fiemg.com.br/associativismo/sindicatos-filiados/. Acesso em: 30 out. 2026.

FERREROROCHERBR. Perfil no Instagram: @ferrerorocherbr. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/ferrerorocherbr/.

FLAMBOYANT SITIO 25. Perfil no Instagram: @flamboyant.sitio.25. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/flamboyant.sitio.25/.

FLORDELARANJEIRA POUSADA. Perfil no Instagram: @flordelaranjeira.pousada. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/flordelaranjeira.pousada/.

FREEWAY MOTEL. Perfil no Instagram: @freeway_motel. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/freeway_motel/.

FREITAS, Aline. Minas Gerais lança duas novas rotas turísticas durante a WTM Latin America. Agência Sebrae de Notícias, Minas Gerais, 16 abr. 2025. Disponível em: https://mg.agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/minas-gerais-lanca-duas-novas-rotas-turisticas-durante-a-wtm-latin-america/. Acesso em: set./out. 2026.

GAIATRIP. Perfil no Instagram: @gaiatripecoaventura. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/gaiatripecoaventura/.

GASPAR, Lúcia. Carro de boi. Pesquisa Escolar Online. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, [s. d.]. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php. Acesso em: nov. 2019.

GENERALBEERMG. Perfil no Instagram: @generalbeermg. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/generalbeermg/.

GONCALVESBARDAFABRICA. Perfil no Instagram: @goncalvesbardafabrica. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/goncalvesbardafabrica/.

GOOGLE. Google Maps: pesquisa de estabelecimentos comerciais, serviços de alimentação e rotas rodoviárias. [S. l.]: Google, [s. d.]. Disponível em: https://www.google.com/maps. Acesso em: 23 out. 2026.

GRANDHOTEL POCINHOS. Perfil no Instagram: @grandhotel.pocinhos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/grandhotel.pocinhos/.

GRANVILLEHOTEL. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/granvillehotel/.

GRUPO CURIMBABA. Responsabilidade social. Poços de Caldas: Grupo Curimbaba, [s. d.]. Disponível em: https://www.grupocurimbaba.com.br/pt/esg/responsabilidade-social. Acesso em: 30 out. 2026.

HERMANNCHARCUTARIA. Perfil no Instagram: @hermanncharcutaria. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/hermanncharcutaria/.

HERUS MOTEL. Anúncio em plataforma de hospedagem. [s. d.]. Disponível em: https://www.booking.com/hotel/br/heru-39-s-motel.pt-br.html.

HOTEL AVENIDA CAMPESTRE MG. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/pages/Hotel-Avenida-Campestre-MG/510919355592029/.

HOTEL CAMPESTRE. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://lemeshotel.com.br/hotel/pousada-ana/.

HOTEL COLINA MB. Perfil no Instagram: @hotel_colina_mb. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/hotel_colina_mb/.

HOTEL CRISTO REI. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/pages/Hotel-Cristo-Rei/509870806057157/.

HOTEL DELA INN. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://www.hoteldelainn.com.br/.

HOTEL E RESTAURANTE WRJ. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/p/Hotel-e-Restaurante-WRJ-100054368027630/.

HOTEL FAZENDA VALE ENCANTADO. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://www.hotelpousadavaleencantado.com.br/.

HOTEL FAZENDA VALE ENCANTADO. Perfil no Instagram: @hotelvaleencantado. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/hotelvaleencantado/.

HOTEL SAO JOAO. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/p/Hotel-Sao-Joao-100066824197734/.

HOTEL TREVISAN. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/p/Hotel-Trevisan-100027677697293/.

HOTEL VALE DO CAFÉ. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://hotelvaledocafe.com.br/.

HOTELCANADOREINO. Perfil no Instagram: @hotelcanadoreino_. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/hotelcanadoreino_/.

HOTELCASABRANCA MB. Perfil no Instagram: @hotelcasabranca_mb. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/hotelcasabranca_mb/.

HOTELDELAINN. Perfil no Instagram: @hoteldelainn. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/hoteldelainn/.

HOTELPRATADEMINAS. Perfil no Instagram: @hotelpratademinas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/hotelpratademinas/.

HOTELVALEDOCAFE. Perfil no Instagram: @hotelvaledocafe. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/hotelvaledocafe/.

HOTELYPE. Perfil no Instagram: @hotelype. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/hotelype/.

IBITIÚRA DE MINAS (MG). Prefeitura Municipal. História do município. Ibitiúra de Minas: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://www.ibitiurademinas.mg.gov.br/cidade. Acesso em: set./out. 2026.

INSTAGRAM. Perfis de restaurantes e estabelecimentos de alimentação dos municípios integrantes da IGR Caminhos Gerais. [S. l.]: Instagram, [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/. Acesso em: 23 out. 2026.

INSTAGRAM. Publicação identificada pelo código CInkQvhjqGn. [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CInkQvhjqGn/.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Andradas (MG): cidades e estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/andradas.html. Acesso em: 4 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Andradas (MG): histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31513&view=detalhes. Acesso em: 4 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Botelhos (MG): histórico municipal. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cabo Verde (MG): histórico municipal. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cabo Verde (MG): panorama. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/cabo-verde/panorama. Acesso em: 1º trimestre de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Caldas (MG): histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 1º trimestre de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Campestre (MG): histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 1º trimestre de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Carvalhópolis (MG): cidades e estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/carvalhopolis.html. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ibitiúra de Minas (MG): histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 1º trimestre de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ipuiúna (MG): cidades e estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/ipuiuna.html. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ipuiúna (MG): histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/dtb/minasgerais/ipuiuna.pdf. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Machado (MG): cidades e estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/machado.html. Acesso em: 5 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Monte Belo (MG): histórico municipal. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Poço Fundo (MG): cidades e estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/poco-fundo.html. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Poço Fundo (MG): histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtb/minasgerais/pocofundo.pdf. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Poços de Caldas (MG): cidades e estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/pocos-de-caldas.html. Acesso em: 4 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Santa Rita de Caldas (MG): histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 1º trimestre de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). São João da Mata (MG). Cidades e Estados. Rio de Janeiro, [s. d.]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/sao-joao-da-mata.html. Acesso em: 3 nov. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Revalidação dos títulos de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens “Roda de Capoeira” e “Ofício dos Mestres e Mestras de Capoeira”. Bem Brasileiro, 2024. Disponível em: https://bcr.iphan.gov.br/acoes-de-salvaguarda/reavaliacao-da-roda-de-capoeira-e-do-oficio-dos-mestres-e-mestras-de-capoeira/. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Saberes do Rosário, Reinados, Congados e Congadas é registrado como Patrimônio Cultural do Brasil. Brasília, DF: IPHAN, 17 jun. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/saberes-do-rosario-reinados-congados-e-congadas-e-registrado-como-patrimonio-cultural-do-brasil-1/. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM). Comitês e unidades de planejamento. Belo Horizonte: IGAM, [s. d.]. Disponível em: https://igam.mg.gov.br/w/comites-e-unidades-de-planejamento. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM). GD3 – Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago de Furnas. Belo Horizonte: IGAM, [s. d.]. Disponível em: https://comites.igam.mg.gov.br/gd3. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM). GD5 – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí. Belo Horizonte: IGAM, [s. d.]. Disponível em: https://comites.igam.mg.gov.br/web/comites/gd5. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM). GD6 – Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo. Belo Horizonte: IGAM, [s. d.]. Disponível em: https://hml.comites.igam.mg.gov.br/gd6. Acesso em: set./out. 2026.

IPUIÚNA (MG). Prefeitura Municipal. Cronologia. Ipuiúna: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://ipuiuna.mg.gov.br/a-cidade/historico/cronologia/. Acesso em: set./out. 2026.

IPUIÚNA (MG). Prefeitura Municipal. Dispensa 123/2026: data de publicação 25/09/2026. Ipuiúna: Prefeitura Municipal, 25 set. 2026. Disponível em: https://ipuiuna.mg.gov.br/dispensa-123-2026-data-publicacao-25-09-2026/. Acesso em: set./out. 2026.

IPUIÚNA (MG). Prefeitura Municipal. Histórico. Ipuiúna: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://ipuiuna.mg.gov.br/a-cidade/historico/. Acesso em: set./out. 2026.

IPUIÚNA (MG). Prefeitura Municipal. Ipuiúna recebe o Circuito Caminhos Gerais para um trabalho de fotografia no município. Ipuiúna: Prefeitura Municipal, 2014. Disponível em: https://ipuiuna.mg.gov.br/ipuiuna-recebe-o-circuito-caminhos-gerais-para-um-trabalho-de-fotografia-no-municipio/. Acesso em: set./out. 2026.

IPUIÚNA (MG). Prefeitura Municipal. Relatório da Festa de Maio de 2015. Ipuiúna: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: https://www.ipuiuna.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/RELATO%CC%81RIO-DA-FESTA-DE-MAIO-DE-2015.pdf. Acesso em: set./out. 2026.

J FARIAPOUSADAVALEVERDE. Perfil no Instagram: @j.fariapousadavaleverde. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/j.fariapousadavaleverde/.

JCPALACE HOTEL. Perfil no Instagram: @jcpalace_hotel. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/jcpalace_hotel/.

JEEPTOUR AVENTURAS A DOIS. Perfil no Instagram: @jeeptour_aventuras_a_dois. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/jeeptour_aventuras_a_dois/.

LASCAUX CHOCOLATERIA. Perfil no Instagram: @lascaux.chocolateria. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/lascaux.chocolateria/.

LATICINIOS REX. Perfil no Instagram: @laticinios_rex. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/laticinios_rex/.

LATICINIOSNETINHO. Perfil no Instagram: @laticiniosnetinho. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/laticiniosnetinho/.

LATICINIOTERRADEMINAS. Perfil no Instagram: @laticinioterrademinas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/laticinioterrademinas/.

LOCI ANDRADAS. Bens tombados. Andradas: Prefeitura Municipal de Andradas, [s. d.]. Disponível em: https://andradas.loci.net.br/bens-tombados/. Acesso em: 4 maio 2026.

LYLACAFE. Perfil no Instagram: @lylacafe. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/lylacafe/.

MARINEINNHOTEL. Perfil no Instagram: @marineinnhotel. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/marineinnhotel/.

MASSASMARINONI. Perfil no Instagram: @massasmarinoni. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/massasmarinoni/.

MELINCAMPINGCLUBE. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/melincampingclube/.

MELSOUZAPAULA. Perfil no Instagram: @melsouzapaula. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/melsouzapaula/.

MERCADO MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS. Perfil no Instagram: @mercadomunicipalpc. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/mercadomunicipalpc/.

META. Facebook: páginas comerciais de restaurantes e estabelecimentos gastronômicos. [S. l.]: Meta, [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/. Acesso em: 23 out. 2026.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Poço Fundo. Belo Horizonte: ALMG, [s. d.]. Disponível em: https://politicaspublicas.almg.gov.br/regioes/index.html?municipio=315170005&regiao=todas. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: 31 de março de 2026. Belo Horizonte: ALMG, 2026. Disponível em: https://www.almg.gov.br/comissoes/meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel/799/reuniao/1/2026-03-31/10%3A30. Acesso em: 30 out. 2026.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Florestas (IEF). Unidades de conservação de Minas Gerais. Belo Horizonte: IEF, [s. d.]. Disponível em: https://www.ief.mg.gov.br. Acesso em: 7 maio 2026.

MINAS GERAIS. Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, [s. d.]. Disponível em: https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/policia-militar-do-estado-de-minas-gerais-pmmg. Acesso em: 19 out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Andradas. Portal Minas Gerais. Belo Horizonte: Secult-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/pt/destinos/andradas. Acesso em: 4 maio 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Cachoeira da Efigênia. Portal Minas Gerais. Belo Horizonte: Secult-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/poco-fundo/cachoeira-da-efigenia. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Cachoeira Grande. Portal Minas Gerais. Belo Horizonte: Secult-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/poco-fundo/cachoeira-grande-2. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Cicloturismo em Minas Gerais: conheça a Rota do Vulcão. Portal Minas Gerais. Belo Horizonte: Secult-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/pt/blog/artigo/cicloturismo-em-minas-gerais-conheca-a-rota-do-vulcao. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Encontro Check In Minas Recebe reúne 107 empresas de turismo receptivo e fortalece a estratégia de apoio à comercialização do destino Minas Gerais. Belo Horizonte: Secult-MG, 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.secult.mg.gov.br/noticias-artigos/8791-encontro-check-in-minas-recebe-reune-107-empresas-de-turismo-receptivo-e-fortalece-a-estrategia-de-apoio-a-comercializacao-do-destino-minas-gerais. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Ipuiúna. Portal Minas Gerais. Belo Horizonte: Secult-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/pt/destinos/ipuiuna. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Machado. Portal Minas Gerais. Belo Horizonte: Secult-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/pt/destinos/machado. Acesso em: 5 maio 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Minas Gerais lança três novas rotas turísticas na WTM Latin America 2025 e fortalece interiorização do turismo de experiência. Belo Horizonte: Secult-MG, 2025. Disponível em: https://secult.mg.gov.br/noticias-artigos/8539-minas-gerais-lanca-tres-novas-rotas-turisticas-na-wtm-latin-america-2025-e-fortalece-interiorizacao-do-turismo-de-experiencia. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Minas Recebe. Belo Horizonte: Secult-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.secult.mg.gov.br/noticias-artigos/139-2013/469-minas-recebe. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Nascente do Rio Pardo. Portal Minas Gerais. Belo Horizonte: Secult-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/ipuiuna/nascente-do-rio-pardo. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Pedra Balão. Portal Minas Gerais. Belo Horizonte: Secult-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/poco-fundo/pedra-balao-1. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Plataforma Integrada de Turismo. Belo Horizonte: Secult-MG, 2021. Disponível em: https://www.secult.mg.gov.br/turismo/plataforma-integrada-de-turismo. Acesso em: 23 out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Poço Fundo. Portal Minas Gerais. Belo Horizonte: Secult-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/pt/destinos/poco-fundo. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Portal Minas Gerais: destinos e serviços turísticos. Belo Horizonte: Secult-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/. Acesso em: 23 out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Regionalização do turismo. Belo Horizonte: Secult-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.secult.mg.gov.br/turismo/regionalizacao. Acesso em: 30 out. 2026.

MINAS HOTEL. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://lemeshotel.com.br/hotel/minas-hotel-7/.

MINEIRADA ALIMENTOS. Perfil no Instagram: @mineirada_alimentos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/mineirada_alimentos/.

MONTE BELO (MG). Prefeitura Municipal. Conheça Monte Belo. Monte Belo: Prefeitura Municipal, [s. d.].

MOTEL LUZES. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://lemeshotel.com.br/hotel/motel-luzes/.

MOTELCELEBRATION. Perfil no Instagram: @motelcelebration. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/motelcelebration/.

MOTELCOLIBRI. Perfil no Instagram: @motelcolibri. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/motelcolibri/.

MOTELLUANUA. Perfil no Instagram: @motelluanua. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/motelluanua/.

MOTELSKYS. Perfil no Instagram: @motelskys_. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/motelskys_/.

MOTELTEXAS9. Perfil no Instagram: @moteltexas9. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/moteltexas9/.

MRCHARC. Perfil no Instagram: @mrcharcoficial. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/mrcharcoficial/.

NAATIVA TURISMO. Perfil no Instagram: @naativa.turismo. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/naativa.turismo/.

OLI SOFT. Perfil no Instagram: @oli.soft. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/oli.soft/.

PARQUEDOCRISTO BR. Perfil no Instagram: @parquedocristo.br. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/parquedocristo.br/.

PARQUEECOLOGICOOLHODAGUA. Perfil no Instagram: @parqueecologicoolhodagua. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/parqueecologicoolhodagua/.

PICO DO GAVIÃO. Perfil no Instagram: @picodogaviao.oficial. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/picodogaviao.oficial/.

POÇO FUNDO (MG). Prefeitura Municipal. História de Poço Fundo. Poço Fundo: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://pocofundo.mg.gov.br/pocofundo/historia.php. Acesso em: set./out. 2026.

POÇOS DE CALDAS (MG). Prefeitura Municipal. 2ª Festa do Café celebra a qualidade da produção regional e valoriza a cultura e o turismo rural em Poços de Caldas. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 19 out. 2026. Disponível em: https://pocosdecaldas.mg.gov.br/noticias/2a-festa-do-cafe-celebra-a-qualidade-da-producao-regional-e-valoriza-a-cultura-e-o-turismo-rural-em-pocos-de-caldas/. Acesso em: set./out. 2026.

POÇOS DE CALDAS (MG). Prefeitura Municipal. História. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 2021. Disponível em: https://pocosdecaldas.mg.gov.br/a-cidade/historia/. Acesso em: 4 maio 2026.

POÇOS DE CALDAS (MG). Prefeitura Municipal. Novos agentes formatam roteiros de Turismo Rural. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 2022. Disponível em: https://pocosdecaldas.mg.gov.br/noticias/novos-agentes-formatam-roteiros-de-turismo-rural/. Acesso em: set./out. 2026.

POÇOS DE CALDAS (MG). Prefeitura Municipal. Poços de Caldas apresenta potencial turístico na WTM Latin America e integra lançamento da Rota Vulcânica. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 14 abr. 2025. Disponível em: https://pocosdecaldas.mg.gov.br/noticias/pocos-de-caldas-apresenta-potencial-turistico-na-wtm-latin-america-e-integra-lancamento-da-rota-vulcanica/. Acesso em: set./out. 2026.

POÇOS DE CALDAS (MG). Prefeitura Municipal. Poços de Caldas é destaque na WTM Latin America 2025 com o lançamento da Rota Vulcânica e reforça protagonismo no turismo de experiência em Minas Gerais. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 16 abr. 2025. Disponível em: https://pocosdecaldas.mg.gov.br/noticias/pocos-de-caldas-e-destaque-na-wtm-latin-america-2025-com-o-lancamento-da-rota-vulcanica-e-reforca-protagonismo-no-turismo-de-experiencia-em-minas-gerais/. Acesso em: set./out. 2026.

POÇOS DE CALDAS (MG). Prefeitura Municipal. Programação da 1ª Festa do Café de Poços de Caldas é divulgada. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 8 out. 2025. Disponível em: https://pocosdecaldas.mg.gov.br/noticias/programacao-da-1a-festa-do-cafe-de-pocos-de-caldas-e-divulgada/. Acesso em: set./out. 2026.

POÇOS DE CALDAS (MG). Prefeitura Municipal. Serra de São Domingos e Monumento Natural da Pedra Balão. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, [s. d.].

POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS. Unidades. Belo Horizonte: Polícia Civil de Minas Gerais, [s. d.]. Disponível em: https://www.policiacivil.mg.gov.br/pagina/unidades. Acesso em: 19 out. 2026.

PORTO DAS ASAS PARK HOTEL. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://portodasasas.com.br/.

PORTODASASASPARKHOTEL. Perfil no Instagram: @portodasasasparkhotel. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/portodasasasparkhotel/.

POUSADA BELA VISTA (ANDRADAS). Anúncio em plataforma de hospedagem. [s. d.]. Disponível em: https://www.booking.com/hotel/br/pousada-bela-vista-andradas.pt-.

POUSADA CA.FÉ. Anúncio em plataforma de hospedagem. [s. d.]. Disponível em: https://www.airbnb.com.br/rooms/1779284767101889392.

POUSADA DR. CHICO. Perfil no Instagram: @pousadadrchico. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/pousadadrchico/.

POUSADA PEDRADOELEFANTE. Perfil no Instagram: @pousada.pedradoelefante. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/pousada.pedradoelefante/.

POUSADA RECANTO ALEGRE. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://recantoalegre.pousada.biz/.

POUSADA RURAL. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://www.pousadarural.com.br/.

POUSADAAPEAR. Perfil no Instagram: @pousadaapear. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/pousadaapear/.

POUSADACASARAOCALDAS. Perfil no Instagram: @pousadacasaraocaldas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/pousadacasaraocaldas/.

POUSADAJOAOEJOELMA. Perfil no Instagram: @pousadajoaoejoelma. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/pousadajoaoejoelma/.

POUSADAMANSAODAREBECA. Perfil no Instagram: @pousadamansaodarebeca. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/pousadamansaodarebeca/.

POUSADARURAL COM BR. Perfil no Instagram: @pousadarural.com.br. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/pousadarural.com.br/.

POUSADAVILLAVERDECV. Perfil no Instagram: @pousadavillaverdecv. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/pousadavillaverdecv/.

PROFESSORFOODS. Perfil no Instagram: @professorfoods.oficial. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/professorfoods.oficial/.

PROSA MINEIRA. Perfil no Instagram: @prosamineira. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/prosamineira/.

QUADD ADVENTURE. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/quaddadventure/.

QUEIJOPATIODEPEDRA. Perfil no Instagram: @queijopatiodepedra. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/queijopatiodepedra/.

QUEIJOSRIGONI. Perfil no Instagram: @queijosrigonioficial. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/queijosrigonioficial/.

QUEIJOSSERRAMINEIRA. Perfil no Instagram: @queijosserramineira. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/queijosserramineira/.

R&B COGUMELOS. Perfil no Instagram: @rbcogumelos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/rbcogumelos/.

RAMPA DO CONTAINER. Perfil no Instagram: @rampadoconteiner. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/rampadoconteiner/.

RANCHO DOS PASSAROS AMARELOS. Perfil no Instagram: @rancho_dos_passaros_amarelos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/rancho_dos_passaros_amarelos/.

RANCHODABELAVISTA. Perfil no Instagram: @ranchodabelavista. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/ranchodabelavista/.

RECANTO RAIO DO SOL. Página eletrônica. [s. d.]. Disponível em: https://reservas.quartoverde.com.br/recanto-raio-do-sol/.

REGINAMENDESNOGUEIRA. Perfil no Instagram: @reginamendesnogueira. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/reginamendesnogueira/.

REIZINHOBOTAS. Perfil no Instagram: @reizinhobotas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/reizinhobotas/.

RESERVADEMINAS EMPORIO. Perfil no Instagram: @reservademinas_emporio. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/reservademinas_emporio/.

ROSQUETEIRAS. Perfil no Instagram: @rosqueteiras. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/rosqueteiras/.

ROTA DO VULCÃO. Rota do Vulcão: cicloturismo. Poços de Caldas: Associação de Ciclistas de Poços de Caldas, [s. d.]. Disponível em: https://www.rotadovulcao.com.br/. Acesso em: set./out. 2026.

SABOR VERDADEIRO19. Perfil no Instagram: @sabor_verdadeiro19. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/sabor_verdadeiro19/.

SANTA RITA DE CALDAS (MG). Prefeitura Municipal. História do município. Santa Rita de Caldas: Prefeitura Municipal, [s. d.].

SANTANNAARTESANAIS. Perfil no Instagram: @santannaartesanais. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/santannaartesanais/.

SÃO JOÃO DA MATA (MG). Prefeitura Municipal. História da Cidade. São João da Mata, [s. d.]. Disponível em: https://www.saojoaodamata.mg.gov.br/servicos/historia-da-cidade/. Acesso em: 3 nov. 2026.

SÃO JOÃO DA MATA (MG). Prefeitura Municipal. História. São João da Mata: Prefeitura Municipal, [s. d.].

SÃO JOÃO DA MATA (MG). Prefeitura Municipal. Secretaria de Cultura e Turismo. São João da Mata: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Disponível em: https://www.saojoaodamata.mg.gov.br/locais/cultura-e-turismo/. Acesso em: set./out. 2026.

SERRADEMINAS LATICINIO. Perfil no Instagram: @serrademinas_laticinio. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/serrademinas_laticinio/.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE-MG). Cafeicultura, gastronomia e turismo são destaques na 4ª edição do Andradas Café Festival. Belo Horizonte: Agência Sebrae de Notícias Minas Gerais, 2026. Disponível em: https://mg.agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/cafeicultura-gastronomia-e-turismo-sao-destaques-na-4a-edicao-do-andradas-cafe-festival/. Acesso em: 4 maio 2026.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE MINAS). Sala Mineira do Empreendedor. [S. l.]: Sebrae Minas, [s. d.]. Disponível em: https://sebraemg.com.br/salamineiradoempreendedor/. Acesso em: 30 out. 2026.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE MINAS). Sala Mineira do Empreendedor: selos de referência. [S. l.]: Sebrae Minas, [s. d.]. Disponível em: https://sebraemg.com.br/salamineiradoempreendedor/selos/. Acesso em: 30 out. 2026.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC MINAS). Cursos de turismo. [S. l.]: Senac Minas, [s. d.]. Disponível em: https://conteudos.mg.senac.br/cursos-de-turismo. Acesso em: 30 out. 2026.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC MINAS). Minas Forma. [S. l.]: Senac Minas, [s. d.]. Disponível em: https://mg.senac.br/web/guest/minas-forma. Acesso em: 30 out. 2026.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC MINAS). Trilhas de aprendizagem: turismo e hospedagem. [S. l.]: Senac Minas, [s. d.]. Disponível em: https://mg.senac.br/web/guest/trilha/-/categories/58654. Acesso em: 30 out. 2026.

SÍTIO BARBA NEGRA. Perfil no Instagram: @sitiobarba. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/sitiobarba/.

SÍTIO MANACÁ DA SERRA. Perfil no Instagram: @sitio.manaca.da.serra. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/sitio.manaca.da.serra/.

SITIOJURANDAFRUTASVERMELHAS. Perfil no Instagram: @sitiojurandafrutasvermelhas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/sitiojurandafrutasvermelhas/.

SPH TURISMO E ARTE. Perfil no Instagram: @sphtur. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/sphtur/.

STUDIOMOTELANDRADAS. Perfil no Instagram: @studiomotelandradas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/studiomotelandradas/.

TASSILOCAMPOS. Perfil no Instagram: @tassilocampos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/tassilocampos/.

TC TOUR TURISMO RECEPTIVO. Página no Facebook. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/tmjtiocoelho/.

TERRAFIGUEIRA. Perfil no Instagram: @terrafigueira. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/terrafigueira/.

TERRASDESAOFRANCISCOMG. Perfil no Instagram: @terrasdesaofranciscomg. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/terrasdesaofranciscomg/.

TERRUÁ TURISMO DE EXPERIÊNCIAS E CONSULTORIA. Perfil no Instagram: @terruaturismo. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/terruaturismo/.

THERMASANTONIOCARLOS. Perfil no Instagram: @thermasantoniocarlos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/thermasantoniocarlos/.

TOQUEDESABORMINAS. Perfil no Instagram: @toquedesaborminas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/toquedesaborminas/.

TRAMASDATERRAMG. Perfil no Instagram: @tramasdaterramg. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/tramasdaterramg/.

TRILHA ANDRADAS. Perfil no Instagram: @trilha_andradas. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/trilha_andradas/.

TRILHA RADICAL TURISMO E AVENTURA. Perfil no Instagram: @trilharadical. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/trilharadical/.

TRIPADVISOR. Restaurantes em Minas Gerais: estabelecimentos, especialidades e avaliações. [S. l.]: Tripadvisor, [s. d.]. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Restaurants-g303370-State_of_Minas_Gerais.html. Acesso em: 23 out. 2026.

TROVOADA. Perfil no Instagram: @trovoada.oficial. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/trovoada.oficial/.

VALEDASCACHOEIRASCAMPINGELAZER. Perfil no Instagram: @valedascachoeirascampingelazer. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/valedascachoeirascampingelazer/.

VEMVOARPOCOS. Perfil no Instagram: @vemvoarpocos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/vemvoarpocos/.

VIAMAGICA. Perfil no Instagram: @viamagica_. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/viamagica_/.

VILLA JUNCO. Perfil no Instagram: @villa.junco. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/villa.junco/.

VILLAGE JANGAL. Perfil no Instagram: @villagejangal. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/villagejangal/.

VINHOS BASSO. Perfil no Instagram: @vinhosbasso. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/vinhosbasso/.

VINHOS CASA RODRIGO. Perfil no Instagram: @vinhoscasarodrigo. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/vinhoscasarodrigo/.

VINHOS MARCON. Perfil no Instagram: @vinhos.marcon. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/vinhos.marcon/.

VINHOS MUTERLE. Perfil no Instagram: @vinhosmuterle. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/vinhosmuterle/.

VINÍCIUS, Marcus. Programação da Festa de São Benedito é divulgada. Gazeta Machadense, Machado, 19 jun. 2026. Disponível em: https://gazetamachadense.com.br/programacao-da-festa-de-sao-benedito-e-divulgada/. Acesso em: set./out. 2026.

VINÍCOLA BELOTO. Perfil no Instagram: @vinicola_beloto. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/vinicola_beloto/.

VINÍCOLA PRIMEIRA ESTRADA. Perfil no Instagram: @vinicolaprimeiraestrada. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/vinicolaprimeiraestrada/.

VINÍCOLA STELLA VALENTINO. Perfil no Instagram: @vinicolastellavalentino. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/vinicolastellavalentino/.

VIRAOSANTO. Perfil no Instagram: @viraosanto. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/viraosanto/.

VOLCANFLY. Perfil no Instagram: @volcanfly. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/volcanfly/.

WORLDADVENTURETUR. Perfil no Instagram: @worldadventuretur. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/worldadventuretur/.

ZEZINHODOCES INDUSTRIA. Perfil no Instagram: @zezinhodoces_industria. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/zezinhodoces_industria/.

ZIANINATRATTORIA. Perfil no Instagram: @zianinatrattoria. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/zianinatrattoria/.

ZIEL PC. Perfil no Instagram: @ziel.pc. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/ziel.pc/.

4. Documentos institucionais e materiais internos

ALCOA. Edital 2026: Programa de Apoio a Projetos Locais. [S. l.]: Instituto Alcoa, 2026. Disponível em: https://www.alcoa.com/brasil/pt/resources/Instituto_Alcoa/Programa_de_Apoio/2026/edital-2026-site.pdf. Acesso em: 30 out. 2026.

ANDRADAS (MG). Prefeitura Municipal. Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico. Andradas: Prefeitura Municipal, 2022. Disponível em: https://www.andradas.mg.gov.br/public/admin/globalarq/uploads/files/publica/124-PMDT%20E%20DECRETO%202528-22.pdf. Acesso em: 4 maio 2026.

CAMINHOS GERAIS. Mapeamento de produtos, programas e serviços das entidades parceiras: resultados do formulário eletrônico. Poços de Caldas: IGR Caminhos Gerais, 2026. Documento interno, 7 p.

CAMPESTRE (MG). Ata da sessão solene da instalação do município de Campestre. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pasta “Campestre”. [S. l.]: IBGE, [s. d.].

CARVALHÓPOLIS (MG). Prefeitura Municipal. Processo de registro de bens imateriais: Modo de Fazer Biscoito com Pernil de Carvalhópolis. Carvalhópolis, 2023. 109 p. Exercício 2025.

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS (GASMIG). Regulamento de licitações e contratos. Belo Horizonte: Gasmig, [s. d.]. Disponível em: https://gasmig.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Regulamento-de-Licitacoes-e-Contratos.pdf. Acesso em: 30 out. 2026.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG). Edital de Chamada Pública 01/2026: patrocínio Lei Federal e Estadual de Incentivo ao Esporte. Belo Horizonte: Cemig, 23 out.

2026. Disponível em: https://www.cemig.com.br/chamada-publica/edital-de-chamada-publica-01-2026-patrocinio-lei-federal-e-estadual-de-incentivo-ao-esporte/. Acesso em: 30 out. 2026.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS (EPAMIG). Relatório de atividades 2024. Belo Horizonte: Epamig, 2025. Disponível em: https://www.epamig.br/wp-content/uploads/2025/04/relatorio_drex-2024.pdf. Acesso em: 30 out. 2026.

IBITIÚRA DE MINAS (MG). Prefeitura Municipal. Processo de registro de bens imateriais, na esfera municipal: Festa de São Benedito e Nossa Senhora Aparecida. Ibitiúra de Minas, 2018. 87 p. Exercício 2020.

IGR CAMINHOS GERAIS. Levantamento institucional dos municípios integrantes da região turística: institucionalidades do turismo. Material apresentado para elaboração do Planejamento Estratégico, 2026. Documento interno. Referência provisória.

IGR CAMINHOS GERAIS. Levantamento institucional e apresentação de dados regionais: identificação da associação, composição da diretoria, inserção territorial e Mapa do Turismo Brasileiro. Material de trabalho fornecido para elaboração do Planejamento Estratégico, 2026. Documento interno. Referência provisória.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção Agrícola Municipal 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 1º trimestre de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 1º trimestre de 2026.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA-MG). Relação de bens protegidos por registro: exercício 2026. Belo Horizonte: IEPHA-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/iepha/images/ICMS_2026/RELACAO_BENS_PROTEGIDOS_REGISTRO_EX2026-Final.pdf. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA-MG). Relação de bens protegidos por tombamento: exercício 2026. Belo Horizonte: IEPHA-MG, [s. d.]. Disponível em: https://www.iepha.mg.gov.br/images/2025/ICMS2025/RELACAO_BENS_PROTEGIDOS_TOMBAMENTO_EX2026-Final_1.pdf. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA-MG). Tabela de bens culturais materiais protegidos pelo IEPHA-MG. Atualização de 21 fev. 2025. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2025. Disponível em: https://iepha.mg.gov.br/images/2025/PatrimonioCulturalProtegido/Tombamentos_Estaduais_MG.pdf. Acesso em: set./out. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). Edital nº 65/2025: curso FIC “Capacitação e Informação do Observatório Regional do Turismo” (EaD). Poços de Caldas: IFSULDEMINAS, 2025. Disponível em: https://portal.pcs.ifsuldeminas.edu.br/edital/edital-extensao/5868-edital-n-65-2025-curso-fic-capacitacao-e-informacao-do-observatorio-regional-do-turismo-ead. Acesso em: 30 out. 2026.

MACHADO (MG). Prefeitura Municipal. Processo de tombamento de bem material “Arquivo Público Machadense”. Machado, 2024. Exercício 2026. Disponível em: https://machado.loci.net.br/wp-content/uploads/2025/01/Dossie-Arquivo-Publico-Machadense.pdf. Acesso em: set./out. 2026.

MINAS GERAIS. Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Panorama da qualidade das águas superficiais da Bacia do Rio Grande: UPGRH GD3 Entorno do Reservatório de Furnas. Belo Horizonte: IGAM, 2019.

MINAS GERAIS. Observatório do Turismo de Minas Gerais. Painéis interativos: Painel RAIS 2020 – Setor do Turismo. Disponível em: https://www.observatorioturismo.mg.gov.br/?page_id=10969. Acesso em: 22 out. 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. MR Empresas Habilitadas 2026. Belo Horizonte: Secult-MG, 2026. Documento institucional indicado como disponível em SharePoint da Secult-MG.

MUNICÍPIO DE ANDRADAS. Conjunto Paisagístico da Serra do Pau D'Alho: inventário de proteção do patrimônio cultural. Andradas: Prefeitura Municipal de Andradas, 2020. Exercício 2022. Disponível em: https://andradas.loci.net.br/wp-content/uploads/2023/05/Serra-do-Pau-DAlho.pdf. Acesso em: 4 maio 2026.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO CARMO DO CAMPESTRE. Livro do Tombo n. 02. Campestre: Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, [s. d.].

POÇOS DE CALDAS (MG). Prefeitura Municipal. Inventário da Oferta Turística Municipal: serviços de alimentação e bebidas. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, [s. d.]. Documento institucional utilizado no levantamento.

FICHA TÉCNICA DA IGR CAMINHOS GERAIS

Conselho Diretor do Caminhos Gerais (2025–2027)
Érika da Silva de Lima (Poço Fundo) – Presidente
Rony Henrique Leite (Cabo Verde) – Vice-presidente
Luciana de Cássia Reis (Ibitiúra de Minas) – Diretora financeira
Erivelton Luís Siqueira (Poços de Caldas) – Diretor financeiro adjunto
Emerson Ribeiro de Carvalho (Carvalhópolis) – Diretor administrativo
João Alexandre Moura Oliveira (Machado) – Diretor administrativo adjunto

Conselho Fiscal
América Maria Soares Costa Carvalho (Campestre)
Olívia Floriano dos Reis Alcântara (Ipuiúna)

Gestor – Turismólogo
Rafael de Camargo Huhn

Municípios Integrantes
Andradas
Prefeita: Margot Navarro Graziani Pioli
Vice: José Antônio Stivanin
Botelhos
Prefeito: Felipe Eduardo Begalli
Vice: Ronyelle Ribeiro de Souza
Cabo Verde
Prefeito: Cláudio Antônio Palma
Vice Marcelo Batista de Figueiredo
Caldas
Prefeito: Ailton Pereira Goulart
Vice: Azael Jason Monteiro
Campestre
Prefeita: Eliana Maria Muniz
Vice: Robson Vieira da Silva
Carvalhópolis
Prefeito Pedro Gonçalves Filho
Vice Willian Caproni

Ibitiúra de Minas

Prefeito: Rony Wilson Leonardo-prefeito

Vice: João Pedro de Castro Ferreira -

Ipuiúna

Prefeito: Elder Cássio de Souza Oliva

Vice: José Luiz Alves

Machado

Prefeito: Maycon Willian da Silva

Vice: Joel Nogueira Mendes

Monte Belo

Prefeito: Kleber Antônio Ferreira Boneli

Vice: Antonio Marco Tranches

Poço Fundo

Prefeito: Rosiel de Lima

Vice: Maikon Correa de Morais

Poços de Caldas

Prefeito: Paulo Ney de Castro Júnior

Vice: Eduardo Infante Januzzi de Carvalho

Santa Rita de Caldas

Prefeito: Edvan Lopes

Vice: Alexandre Peçanha Franco

São João da Mata

Prefeito: Rosemiro de Paiva Muniz

Vice: Arcanjo de Oliveira

Conselho Administrativo [2025/2027]

Andradas

Representante Poder Público: Akauana Domiciano Oliveira Lima,

Representante Sociedade Civil: Mateus de Melo Camilo Ramalho

Botelhos

Representante Poder Público: Glauco Felipe dos Santos Rodrigues

Representante Sociedade Civil: Aldejane Figueiredo Dias

Cabo Verde
Representante Poder Público: Rony Henrique Leite
Representante Sociedade Civil: Tiago Dias Souza Morais

Caldas
Representante Poder Público: Edson Martins de Oliveira
Representante Sociedade Civil: Rogério Martins de Oliveira

Campestre:
Representante Poder Público: América Maria Soares Costa Carvalho
Representante Sociedade Civil: Paola Roberta Mendes Mansano

Carvalhópolis
Representante Poder Público: Emerson Ribeiro de Carvalho
Representante Sociedade Civil: Lilian Mara Carvalho Morais Moura

Ibitiúra de Minas
Representante Poder Público: Luciana de Cássia Reis
Representante Sociedade Civil: Johnatan Humberto Valim Pereira

Ipuiúna
Representante Poder Público: Olívia Floriano dos Reis Alcântara
Representante Sociedade Civil: Cristina de Fátima Melo Oliva

Machado
Representante Poder Público: João Alexandre Moura Oliveira
Representante Sociedade Civil: Platinny Dias de Paiva

Monte Belo
Representante Poder Público: Aline Mariane Aparecida da Silva
Representante Sociedade Civil: Valéria Aparecida da Silva

Poço Fundo
Representante Poder Público: Érika da Silva de Lima
Representante Sociedade Civil: Volnei Batista Nunes

Poços de Caldas
Representante Poder Público: Erivelton Luís Siqueira
Representante Sociedade Civil: Rafael Lucas Santos Valin

Santa Rita de Caldas
Representante Poder Público: Jakeline Germiniani Carvalho
Representante Sociedade Civil: Gabriel Santos Corrêa

São João da Mata
Representante Poder Público: Filemon Borges do Nascimento
Representante Sociedade Civil: Silvania Carmo de Almeida

EQUIPE TÉCNICA DA AME CULTURA
Responsável pelas pesquisas e elaboração do documento

Platinny Dias de Paiva
Coordenação geral

Pollyanna Calixto
Coordenação técnica em Turismo

Cristiane Maria Magalhães
Coordenação de projetos

Fernanda Queija
Desenvolvimento do painel de dados

Lyniker Paiva
Designer

Túlio Maranezzi e Jean Carlos Blenke
Web design

Cecília Diniz Villela Pimentel
Financeiro/Contábil

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA IGR CAMINHOS GERAIS

1° Projeto de Estruturação e Fortalecimento das IGRs de Minas Gerais

Realização: FECITUR Federação das IGRs de Minas Gerais
CODEMGE Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais
MINAS É PRA FRENTE
GOVERNO DE MINAS